

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Faculdade de Direito**

**Programa de Pós-graduação em Direito**

Nathália Gomes Navarra

**O NOVO INTERNACIONALISMO FEMINISTA: articulações possíveis de reinvenção  
grevista e transversalidade política**

Belo Horizonte

2024

Nathália Gomes Navarra

**O NOVO INTERNACIONALISMO FEMINISTA: articulações possíveis de reinvenção  
grevista e transversalidade política**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Seferian Scheffer Machado.

Belo Horizonte

2024

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Queiroz - CRB-6/2233.

N321n Navarra, Nathália Gomes  
O novo internacionalismo feminista [manuscrito]: articulações possíveis de reinvenção grevista e transversalidade política / Nathália Gomes Navarra. - 2024.

297 f.

Orientador: Gustavo Seferian Scheffer Machado.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

Bibliografia: f. 202-221.

1. Direito do trabalho - Teses. 2. Greves e lockouts - Teses. 3. Mulheres - Emprego - Teses. 4. Feminismo - Teses. I. Machado, Gustavo Seferian Scheffer. II. Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Direito. III. Título.

CDU: 396



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

UFMG

## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA NATHÁLIA GOMES NAVARRA

Realizou-se, no dia 14 de março de 2024, às 09:00 horas, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *O NOVO INTERNACIONALISMO FEMINISTA: articulações possíveis de reinvenção grevista e transversalidade política*, apresentada por NATHÁLIA GOMES NAVARRA, número de registro 2022651922, graduada no curso de DIREITO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em DIREITO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Gustavo Seferian Scheffer Machado - Orientador (UFMG), Prof(a). Giovana Labigalini Martins (FGV), Prof(a). Livia de Cássia Godoi Moraes (UFES).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada, tendo obtido a nota 100.

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 14 de março de 2024.

Prof(a). Gustavo Seferian Scheffer Machado (Doutor) Nota: 100

Prof(a). Giovana Labigalini Martins (Doutora) Nota: 100

Prof(a). Livia de Cássia Godoi Moraes (Doutora) Nota: 100

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pelo apoio e suporte diários na realização dos meus sonhos e por serem amor e acolhimento sempre. Mãe, pai, Lucca, Vó Nice, Vó Lindy, Lelê, tias, tios e primos: amo vocês! Agradeço ao Vô Paulo, que nos deixou no transcurso dessa escrita e de quem sempre vou lembrar com muito amor e carinho, e ao Vô Chico, que guardo no coração!

Agradeço a meus amigos por tornarem a vida mais leve e compartilharem tanto, das risadas às lágrimas e dos bares aos finais de semana à rotina. A meus amigos de longa data e aos que construí pelo caminho: a vida só faz sentido com vocês! Obrigada meninas por estarem comigo sempre: Anna, Poli, Mari, Gabi, Maria V, Cá, Fê e Clara, amo vocês! Ao “Socialpha” pela amizade de quase duas décadas, que me fortalece e renova sempre: Luis, Range, Gabis Ponce e Pauletti, Rodi, Boi, Vini, Alfred, Afonso, Mel, Yara, Lucas e Jamis. Aos amigos que construí na UFLA e em BH por tornarem essa jornada mais feliz, em especial ao Otávio, companhia acadêmica e de desabafos, e às meninas que me acolheram em nossa nova “Casinha linda”. À Ernitcha, por ter tornado Belo Horizonte lar e transformado a rotina em aconchego, carinho e acolhimento! Ao Rangel, por ser meu amigo de “Café Cultura” e de vida e pelas trocas e apoio na vida acadêmica.

Agradeço a meu orientador, por ser inspiração e guia não só acadêmica e intelectualmente, mas como um ser humano maravilhoso que critica a acidez desse mundo sem perder a esperança ou deixar-se vencer na luta por um outro mundo.

Agradeço aos colegas do mestrado, pelos aprendizados e pela partilha acadêmica e de vida!

Agradeço à minha psicóloga pelo trabalho analítico que, por mais que seja difícil, alivia e salva.

Agradeço aos companheiros da Insurgência Mineira e às companheiras do 8M Unificado-RMBH por compartilharem a luta e sonho de um outro mundo possível, livre de toda a opressão. Agradeço às companheiras argentinas e do 8M que se dispuseram a partilhar suas experiências e leituras a partir das entrevistas, enriquecendo grandemente esta pesquisa.

Agradeço às professoras e aos professores que construíram minha formação até aqui, e especialmente, às professoras que se dispuseram a ler atentamente este trabalho, contribuindo com suas considerações e avaliação nas bancas.

Agradeço, por fim, às mulheres que lutaram e lutam em todas as partes para que estejamos “vivas e livres!”.

*Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade?*

*(Rosa Luxemburgo).*

## RESUMO

Esta pesquisa busca compreender como o novo internacionalismo feminista, pautado a partir das mobilizações e da greve feminista, e construído especialmente a partir do Sul Global, desafia a ordem capitalista vigente. Metodologicamente realizada por pesquisa majoritariamente bibliográfica, complementada por entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental, tem como marco teórico a Teoria da Reprodução Social (TRS), que busca uma explicação sistêmica para a opressão de gênero no capitalismo. Inicialmente, recupera-se a realidade das mulheres sob o capitalismo e diálogos com outras vertentes do feminismo. Aprofunda-se, então, a leitura sobre a TRS, a partir dos debates precedentes e das questões em aberto, concluindo-se pela necessidade da construção da solidariedade e ação coletiva. São retomados episódios nos quais as mulheres pautaram importantes reivindicações relacionadas aos trabalhos produtivo e reprodutivo, utilizando-se, inclusive, da ferramenta da greve, e a historicidade do 8 de março em suas origens operárias e socialistas. Em seguida, o contexto de crise civilizacional experimentado é caracterizado em suas múltiplas facetas para compreensão e caracterização do movimento e das articulações que repolitizam o 8 de março, pautando as reivindicações feministas nas ruas e transversalizando tais lutas em cada território - chave aqui focalizada nos trabalhos exercidos pelas mulheres e reivindicações relacionadas. Nesse contexto, a greve assume características próprias, devido a seu caráter global e articulador entre demandas que se reiteram, de modo desigual, a nível local. Foram apreendidas, entre as principais características do internacionalismo feminista: a combinação de escalas diversas; a construção de novos parâmetros e categorias políticas coletivas para se pensar, visibilizar e sentir as opressões e a capacidade de produzir ubiquidade sem homogeneidade, ou seja, ter múltiplas expressões sem uniformização. Ademais, foram confrontadas categorias jurídicas clássicas da greve enquanto fato social e político com as articulações feministas internacionais. Por fim, a partir das entrevistas concedidas por militantes feministas, buscou-se situar a Argentina, de onde o chamado se espalhou, e o Brasil -mais especificamente a região metropolitana de Belo Horizonte- para analisar a recepção do chamado grevista e as táticas, estratégias e reivindicações do movimento. Verificou-se que, embora a ferramenta da greve feminista ainda não tenha sido incorporada como método em Belo Horizonte, os debates e as reivindicações presentes nas marchas e vocalizadas nas ruas contêm, com particularidades locais, as mesmas bandeiras presentes fortemente na greve internacional de mulheres, o que sustenta e evidencia a ubiquidade transversal aqui defendida. Verificou-se que a relação entre os movimentos auto-organizados e a institucionalidade não é isenta de tensões, mas possibilita mediações políticas conforme a conjuntura. Conclui-se que o movimento demonstra potencial de mobilização, organização e denúncia, apontando para uma transformação social mais ampla e articulando distintas pautas que afetam as mulheres em sua multiplicidade frente aos desafios e múltiplas crises. A ferramenta da greve é, assim, um instrumento capaz de conferir maior radicalidade às intervenções, embora nem sempre viabilizada. Portanto, as manifestações massivas de mulheres, pautando demandas articuladas, constituem característica fundamental desse novo internacionalismo feminista, cuja força enraizada latino-americana desafia as agruras da realidade e se atreve a propor a construção de um outro mundo.

**Palavras-chave:** greve; feminismo; trabalho feminino; Teoria da Reprodução Social.

## ABSTRACT

This study seeks to understand how the new feminist internationalism, driven by mobilizations and feminist strikes, and particularly emerging from the Global South, challenges the existing capitalist order. Methodologically, it is predominantly held by bibliographic research, complemented by semi-structured interviews and documentary research, and grounded in the theoretical framework of the Social Reproduction Theory (SRT), which seeks a systemic explanation for gender oppression under capitalism. Initially, it recovers the reality of women under capitalism and engages in dialogues with other feminist perspectives. The study then delves into SRT, drawing from previous debates and ongoing issues, understanding the necessity for building solidarity and collective action. It revisits episodes where women raised significant demands related to both productive and reproductive labor, including going on strikes, and examines the historical origins of March 8th within the labor and socialist movements. Subsequently, the multifaceted context of the ongoing civilizational crisis is characterized in order to comprehend and characterize the movement and the articulations that repoliticize the March 8th, which takes the streets advocating for feminist demands and transversally linking these struggles in each territory – hereby considered the women's labor related demands. In this context, the strike assumes new characteristics due to its global nature and its articulation between demands that recur unevenly at the local level. Among the main characteristics of feminist internationalism are: the combination of diverse scales; the construction of new parameters and collective political categories to think, visualize, and feel the oppressions; and the capacity to produce ubiquity without homogeneity, i.e., to have multiple expressions without uniformity. Moreover, classical legal categories of the strikes as social and political facts are confronted with the international feminist articulations. Finally, based on interviews with feminist activists, the study seeks to situate Argentina, where the call originated, and Brazil —more specifically, the metropolitan region of Belo Horizonte— to analyze the reception of the call to strike and the tactics, strategies, and demands of the movement. It was found that although the feminist strike tool has not yet been fully incorporated as a method in Belo Horizonte, the debates and demands present in marches and voiced in the streets contain, with local particularities, the same mottos strongly present in the international women's strike, which supports and evidences the transversal ubiquity defended here. It was also found that the relationship between self-organized movements and the institutionalization is not free from tensions but enables political mediations according to the conjuncture. It is concluded that the movement demonstrates potential for mobilization, organization, and denunciation, pointing towards a broader social transformation and articulating different agendas that affect women in their multiplicity in the face of the challenges and multiple crises. The strike is thus an instrument capable of adding greater radicalism to interventions, although not always viable. Therefore, the massive manifestations of women, advocating for articulated demands, constitute a fundamental characteristic of this new feminist internationalism, whose rooted strength in Latin America challenges the hardships of reality and dares to propose the construction of another world.

**Keywords:** strikes; feminism; women's labor; Social Reproduction Theory.

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>8</b>   |
| <b>2 A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL.....</b>   | <b>15</b>  |
| 2.1 Pensando o trabalho feminino.....   | 17         |
| 2.2 Pensando a diferença.....   | 36         |
| 2.3 Pensando a relação entre mulheres e ecossistema .....   | 54         |
| 2.4 Em defesa da Teoria da Reprodução Social .....  | 61         |
| <b>3 A GREVE INTERNACIONAL FEMINISTA.....</b>   | <b>72</b>  |
| 3.1 Aspectos históricos da auto-organização de mulheres e a greve .....                                       | 73         |
| 3.2 A crise de civilização capitalista industrial moderna ocidental .....                                     | 85         |
| 3.3 O novo internacionalismo feminista e a greve.....   | 99         |
| 3.4 Os territórios de luta.....   | 113        |
| 3.5 Trabalho, mulheres e a pandemia de Covid-19 .....   | 136        |
| <b>4 A GREVE NO - E PARA ALÉM DO - DIREITO .....</b>  | <b>146</b> |
| 4.1 A greve na legislação brasileira .....  | 146        |
| 4.2 Problematizando categorias jurídicas .....  | 157        |
| 4.3 O 8 de Março em Belo Horizonte .....  | 169        |
| 4.4 O movimento feminista internacional na Argentina e os horizontes internacionais da<br>luta feminista..... | 185        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>192</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>   | <b>202</b> |
| <b>APÊNDICE – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS .....</b>   | <b>222</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

*A noite não adormecerá  
jamais nos olhos das fêmeas  
pois do nosso sangue-mulher  
de nosso líquido lembradiço  
em cada gota que jorra  
um fio invisível e tônico  
pacientemente cose a rede  
de nossa milenar resistência  
(Conceição Evaristo, 2015, p. 14).*

As palavras de Conceição Evaristo, escritas em memória de Beatriz Nascimento, no poema *A noite não adormece nos olhos das mulheres* - estrofe em epígrafe - são duras, porém convidam à recordação de que a resistência das mulheres atravessa uma extensa temporalidade.

A partir desse olhar poético, resgata-se uma história de lutas protagonizadas pelas mulheres, que, em diferentes momentos históricos, reivindicaram - e seguem reivindicando - pautas e direitos dos mais diversos: das lutas pelo direito ao voto - como as travadas pelas sufragistas - e demais direitos civis, às lutas pela liberdade sexual e reprodutiva e contra as diversas formas de assédio e violências, por condições dignas de educação e trabalho, entre múltiplas outras, o movimento feminista passa por transformações e diferentes proposições, conforme a conjuntura histórico-política, e que divergem entre aquelas que o reivindicam.

Entre diferentes vertentes feministas, a pesquisa aqui proposta parte da perspectiva feminista marxista, voltada à análise crítica do atual contexto neoliberal capitalista e da precarização e exploração do trabalho, remunerado ou não. Nesse âmbito, a metodologia materialista histórica dialética fundamenta a Teoria da Reprodução Social proposta por teóricas como Thiti Bhattacharya, Cinzia Arruzza e Susan Ferguson, especialmente a partir das formulações iniciais de Lise Vogel. Tal teoria, conforme se defenderá nesta dissertação, tem o mérito de contribuir para a compreensão da distribuição do trabalho total da sociedade por meio de uma conceptualização unitária e dialética dos processos multifacetados, mas internamente conectados, pelos quais a vida é reproduzida no sistema capitalista.

Referida perspectiva teórica volta a ganhar força na atual conjuntura global de crise, inserindo-se em um “contexto de ebulição de múltiplas experiências de luta e mobilizações espontâneas de massas” que traduzem as contradições do período atual, no qual se verifica a intensificação das desigualdades sociais, uma fragmentação político-teórica da classe trabalhadora e a ascensão de governos conservadores e autoritários, como bem pontua Rhaysa Ruas (2020, p. 399).

Nessa conjuntura, a Teoria da Reprodução Social (TRS) propicia, consoante defende Bhattacharya (2023b[2017], p. 41), uma oportunidade para que se reexamine a potência e a eficácia de certos termos previamente incontestáveis na tradição marxista, como as categorias conceituais de “classe”, “economia” e “classe trabalhadora”, que seguem atuais e imprescindíveis, mas não podem continuar a serem preenchidas com dados do século XIX, sobretudo com um olhar marcadamente europeizado. É, assim, uma demanda do nosso momento histórico o engajamento rigoroso com tais categorias para que representem nossa própria totalidade político-histórica. Nesse sentido, a TRS revela a categoria essencial do capitalismo, qual seja, o trabalho humano, expondo ao escrutínio crítico a superficialidade do que se convencionou chamar de processos “econômicos”.

Nesta dissertação, utilizar-se-á também das contribuições teóricas e práticas do movimento feminista negro, para uma melhor compreensão e formulação da unidade na diferença, e dos ecofeminismos, para uma compreensão da resistência e defesa protagonizada por mulheres frente à destruição dos ecossistemas, considerando que, conforme ensina Michael Löwy (2004, p. 29), somente por meio de uma abordagem aberta - disposta ao enriquecimento a partir de críticas e contribuições vindas de outras partes - as numerosas lacunas, limitações e insuficiências de Marx e da tradição marxista, ferramental ainda indispensável para a interpretação e transformação da realidade contemporânea, podem ser sanadas.

Como já indicado pelo título desta dissertação, a pesquisa tem como temática o novo internacionalismo feminista e suas articulações, que reinventam a ferramenta da greve e possibilitam a transversalidade política, em desafio à ordem capitalista vigente. Parte-se aqui da leitura de Verónica Gago (2020, p. 279; 284) - pesquisadora, feminista do Coletivo NiUnaMenos e integrante das mobilizações pela Greve Internacional Feminista - sobre as greves feministas enquanto instrumentos capazes de produzir transversalidade política, qual seja, a construção de proximidade entre lutas diferentes, e ubiquidade - chave pela qual o feminismo permite a leitura do conflito em cada território (doméstico, afetivo, laboral, imigrante, artístico, camponês, entre outros), ultrapassando a coordenação para fazer do movimento uma força própria em cada lugar.

Assim, a partir do marco teórico e das contribuições teóricas supracitadas e da leitura de Gago acerca do novo internacionalismo feminista e da utilização da ferramenta da greve, formulou-se a seguinte hipótese: a transversalidade entre corpos, conflitos e territórios radicalmente diferentes proposta pelo novo internacionalismo feminista tem capacidade de reinventar a greve enquanto ferramenta prática de investigação política e de desafiar a ordem vigente ao abrir espaço para novas enunciações anticapitalistas.

Delimitando-se o problema de pesquisa com a seguinte pergunta: “Como o novo internacionalismo de mulheres, com suas táticas, estratégias e movimentos, está reinventando a greve e desafiando o neoliberalismo?”, a pesquisa aqui empreendida tem como objetivo compreender como o novo internacionalismo feminista, pautado a partir das mobilizações e da greve feminista, e construído especialmente a partir do Sul Global, desafia a ordem capitalista vigente. Mediante análise de sua organização e composição e de suas propostas, táticas e estratégicas - entre as quais toma especial relevância a ferramenta da greve - pretende-se, desse modo, examinar quais as reivindicações pautadas e de que forma sua construção está transformando as lutas, com potência para modificar a realidade.

Iniciado na Polônia, em outubro de 2016 - quando mais de 100 mil mulheres organizaram paralisações e marchas em oposição à proibição do aborto no país - o recente movimento grevista internacional feminista atravessou o oceano e chegou à Argentina no mesmo mês, quando as mulheres entoaram o grito combativo “Ni una menos” contra o cruel assassinato de Lucía Pérez. A partir das ruas, o movimento cresceu e se espalhou por diversos países, tomando locais de trabalho, escolas e indústrias de entretenimento, mídia e política. O movimento se tornou transnacional em 8 de março de 2017, quando organizadoras de todo o mundo entraram em greve juntas, politizando novamente o Dia Internacional das Mulheres (Arruzza, Bhattacharya, Fraser, 2019, posição 23).

A recuperação desse dia histórico - como parte da luta social e ponto de intersecção entre a luta das trabalhadoras, o movimento socialista e a luta feminista - evidencia o caráter político dessa data e a retomada do esforço das militantes socialistas na construção de uma dinâmica organizativa que atenda também às lutas específicas das mulheres (Faria, 2010, p. 12).

Como defende Gago (2020, p. 12), tal processo político da greve feminista em recente construção origina novos territórios existenciais e um pensar situado internacionalista, no qual cada situação pertence à totalidade aberta. Por meio desse processo, um novo transnacionalismo produz ressonância mundial a partir do Sul, cuja força enraizada é latino-americana e se apresenta em múltiplas insurgências e rebeliões. Nesse âmbito, o pensar situado desafia escalas, ampliando o movimento “sem perder a força de estar localizado e a exigência de ser concreto”.

De especial atenção para esta pesquisa é a potencialidade de que referida greve transborde e integre a questão trabalhista, redefinindo-a e atualizando-a, pela problematização e crítica que inclui realidades de trabalho não assalariadas, não reconhecidas e não remuneradas, relacionadas às formas de trabalho doméstico e reprodutivo, às modalidades de trabalho das economias populares e às formas autogeridas de reprodução da vida. É por meio dessa leitura

que o trabalho em perspectiva feminista atravessa os diversos territórios - doméstico, social, camponês, suburbano e do bairro-, articulando-os ao território normalmente reconhecido como “laboral”. Converte-se, assim, em uma ferramenta de rechaço e desacato ao transversalizar<sup>1</sup> situações ao mesmo tempo em que as compõe, a partir de subjetividades historicamente excluídas ou subordinadas no âmbito do trabalho (Gago, 2020, p. 26; 33).

Assim, ao visibilizar e conectar as dinâmicas não reconhecidas de trabalho, a greve nega a hierarquia entre o produtivo e o reprodutivo para construção de um “horizonte compartilhado de lutas que reformula a própria noção de corpo, conflito e território” (Gago, 2020, p. 175) e desafia ainda as estruturas machistas e coloniais que possibilitam a valorização do capital (Gago; Malo, 2020, p. 19). Como consequência, a nova onda feminista democratiza as greves e expande sua abrangência, tornando visível a indispensabilidade do trabalho determinado pelo gênero e não remunerado na sociedade capitalista (Arruzza, Bhattacharya, Fraser, 2019, posição 24).

Visando ao melhor desenvolvimento do presente projeto, a pesquisa foi estruturada majoritariamente pela modalidade bibliográfica, por meio da seleção e leitura de obras que abarcam autoras(es) das ciências sociais e do direito que estudam: (i) a relação entre trabalho produtivo e reprodutivo, articulados a gênero, raça e classe; (ii) as consequências do estágio atual do capitalismo para a vida dos trabalhadores e trabalhadoras e dos mais vulnerabilizados; e (iii) o surgimento e as transformações dos movimentos sociais e organizações coletivas, especialmente do movimento feminista anticapitalista e da proposição da greve feminista internacional.

Sendo o novo internacionalismo feminista construído transnacionalmente por aquelas que ocupam as margens do sistema, o tema possui especial notoriedade para que se pensar e entender as relações de trabalho na América Latina e no Brasil, para que sejam compreendidas as dinâmicas sociais e as articulações das(os) oprimidas(os), com potencialidade para transformação da realidade e para o repensar de categorias e regulações jurídicas limitadas.

Nessa seara, a presente pesquisa insere-se em diversas das referências temáticas e dos elementos da ementa contemplados pela Área de Estudo “Direito do Trabalho e Crítica”, quais sejam: (i) a relação entre o Direito do Trabalho e a resistência coletiva, ao propor o repensar da categoria de classe e de sujeitos que ultrapassam o tradicional operário masculino; (ii) o

---

<sup>1</sup> Conforme mencionado, a transversalidade política diz respeito à construção de proximidade entre lutas diferentes, sendo por meio dessa perspectiva que o feminismo busca unir movimentos existentes e futuros em uma insurgência global de ampla base contra a estrutura capitalista posta, unindo forças com outros movimentos anticapitalistas mundo afora, como o ambientalista, o antirracista, o anti-imperialista, o LGBTQ+ e com os sindicatos, concorde Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, posição 66; 68).

redimensionamento do que se compreende por trabalho, o qual não segue necessariamente os elementos consagrados doutrinariamente como caracterizadores da relação de emprego e que abrange, em suas margens, precárias e atípicas, atividades essenciais e modos de vida diversos; (iii) as contribuições do feminismo marxista, dos ecofeminismos e de outras epistemologias dissidentes, que propõem novos modos de vida e que desafiam a ordem capitalista vigente; (iv) a inclusão de atores sociais que se organizam coletivamente para além do âmbito sindical; (v) a proposição das negociações coletivas, da greve e da autogestão como momentos de construção de transversalidade entre corpos, conflitos e territórios, de maneiras inovadoras e globais; (vi) a relação de gênero nos conflitos e regulações trabalhistas, especialmente no que concerne ao trabalho exercido por mulheres nos âmbitos produtivo e reprodutivo, à divisão sexual do trabalho e à greve; (vii) e o novo internacionalismo, que perpassa a divisão internacional do trabalho e as novas geografias extrativistas e as lutas contra o neoliberalismo e a austeridade.

Em um segundo momento, a pesquisa bibliográfica foi complementada pela realização de entrevistas semiestruturadas, que permitiram às entrevistadas problematizar as categorias apresentadas, conforme ensinam Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro e Márcio Grijó Vilarouca (2012, p. 202) acerca da metodologia de pesquisa por entrevista. A análise foi realizada, portanto, em abordagem não quantitativa, focalizando elementos que estimularam a inferência. Nesse âmbito, ouvir as organizadoras dos movimentos, assim como aquelas que os compõem, foi de grande valia para compreensão de suas pautas, reivindicações, aspirações, potencialidades, dos desafios enfrentados e do próprio processo de articulação.

A escolha das entrevistadas - focalizada em mulheres que constroem o 8 de Março Unificado de Belo Horizonte e Região Metropolitana e em companheiras que constroem movimentos feministas na Argentina - se deu tanto devido a afinidades políticas e pessoais da pesquisadora, que facilitaram os contatos realizados, quanto devido à inserção da pesquisa na cidade de Belo Horizonte, em diálogo com e com referência política nas lutas protagonizadas na vizinha Argentina, onde o chamado da greve adquiriu substância e de onde se espalhou. Para esse recorte, levou-se em consideração ainda sugestões realizadas por parte da banca de qualificação, na qual as professoras participantes levantaram preocupações com abrangência e delimitação da pesquisa, mas incentivaram as entrevistas como um rico método de pesquisa.

Nesse caminho, insere-se ainda a realização complementar de pesquisa documental pela análise de registros, tais como relatórios, atas, arquivos públicos e privados, documentos oficiais, fotografias, vídeos e gravações sonoras (Henriques; Medeiros, 2017, posição 107) relacionados ao movimento internacional feminista e à revitalização do 8 de março. Com efeito, a seleção de grupos com inserção social relevante e demandas relativas à temática seguramente

contribuiu para a apreensão da materialidade e concretude prática do objeto de estudo, ainda que tendo a ciência de que os recortes jamais poderiam abranger todos os atores envolvidos nos processos de luta.

Importa abordar neste momento, para além das questões já evidenciadas relativas ao marco teórico, temário e método da pesquisa, uma breve visão da estrutura desta dissertação, visando a elucidar o caminho traçado nesta investigação.

Assim, no primeiro capítulo, tratar-se-á, em profundidade do marco teórico utilizado na pesquisa, qual seja a Teoria da Reprodução Social, não sem antes trabalhar sua historicidade e apresentar diálogos possíveis e imprescindíveis com outras vertentes do feminismo. Sobre esse último ponto, adianta-se que serão recuperadas as articulações propostas por diferentes perspectivas para se pensar a imbricação entre mulheres, raça e classe, buscando uma compreensão da totalidade na diferença para a construção da solidariedade na luta feminista. Se, por vezes, a tradição feminista marxista recaiu em economicismos, divisões estanques ou foi cega às questões raciais, defende-se que oxigenar a teoria, especialmente a partir das lentes da Teoria da Reprodução Social e das contribuições dos feminismos negros e dos ecofeminismos, produz sínteses potentes para a articulação e luta de mulheres na atualidade.

No segundo capítulo, será inicialmente realizada uma retomada das greves historicamente protagonizadas por mulheres no mundo e, mais especificamente, no Brasil, assim como de sua importância e de sua relação com a reprodução social enquanto campo de luta e resistência, visando a ilustrar como as mulheres estiveram presentes nos embates que permeiam as relações de trabalho típicas do moderno assalariamento e a evidenciar também suas reivindicações históricas relacionadas à reprodução social.

A seguir, a partir da contextualização do estágio do capitalismo, buscar-se-á contextualizar as múltiplas facetas da atual crise de caráter civilizacional, em que a acumulação de capital assume aspectos diferenciados, atingindo de modos e intensidades distintas diferentes populações, entre as quais, as mulheres no Sul Global. Nesse sentido, as particularidades da acumulação de capital em curso são evidenciadas para compreensão das múltiplas dimensões assumidas pela crise, entre as quais, de particular interesse para esta pesquisa, as crises no trabalho e na reprodução social, assim como para compreensão das formas de resistência e alternativa a tal realidade.

Passar-se-á, então, à caracterização do novo movimento internacionalista feminista, cuja construção das greves nas datas de 8 de março repolitizaram a data com novas articulações. Por fim, ainda no segundo capítulo, são apresentados os territórios de luta - seguindo a chave proposta por Verónica Gago (2020, p. 220-223) para compreensão do transnacionalismo

feminista - no que se refere ao trabalho exercido pelas mulheres e às reivindicações a ele relacionadas, nos quais o movimento em comento apresenta desafios ao trabalho conforme esse é entendido sob o capitalismo. Busca-se, desse modo, evidenciar como, no novo internacionalismo feminista, as mulheres têm pautado a luta anticapitalista, denunciado a exploração do capital sobre suas vidas não apenas nos trabalhos assalariados e empregos formais - como usualmente se trata no âmbito juslaboral -, mas também, e principalmente, nos territórios da reprodução, o que será feito, especificamente no último tópico, em relação ao período da pandemia de Covid-19 e seus reflexos.

No terceiro - e último - capítulo, propõe-se uma leitura acerca do tensionamento entre a denominada “greve feminista” e as categorias jurídicas que permeiam a greve enquanto fato social e político. Nessa seara, tratar-se-á das questões relacionadas ao conceito jurídico de greve e sua positivação, assim como das questões relacionadas às consideradas greves atípicas, entre as quais as greves não deflagradas por sindicatos, ou “greves por fora”, como é o caso de certas greves propostas por movimentos sociais, como o movimento feminista.

Em um segundo momento, a partir das entrevistas concedidas pelas militantes do movimento de mulheres *8M Unificado BH e Região Metropolitana*, buscar-se-á situar o Brasil e, mais especificamente, a região metropolitana de Belo Horizonte nesse contexto. Partindo de questões relacionadas à organização e à composição do movimento, assim como às articulações para a data de 8 de Março, serão, nesse sentido, analisadas a recepção do chamado internacional grevista e as táticas, estratégias e reivindicações do movimento. Além disso, devido às aproximações com a Argentina – país latino-americano vizinho com quem são estabelecidos diálogos e referências acadêmicas e de luta – serão estabelecidos paralelos e pontos de reflexão acerca de convergências e diferenças na repercussão e no movimento grevista internacional.

Desse modo, tendo como marco teórico a perspectiva feminista marxista da reprodução social e sua teoria unitária, que busca uma explicação sistêmica para opressão de gênero no capitalismo, e a partir da análise e das elaborações sobre o novo internacionalismo feminista, pretende-se verificar as limitações e consequências práticas à vida das trabalhadoras colocadas pelas categorias jurídicas e formulações juslaboralistas da doutrina clássica a respeito do que se entende por trabalho e por greve, tensionando-os frente às articulações feministas internacionalistas.

## 2 A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

*Relembremos, [...], que aquelas duas grandes revoluções da era moderna, a francesa e a russa, começaram com motins, liderados por mulheres, por causa do pão. O verdadeiro objetivo das lutas de reprodução social é estabelecer a primazia da produção de pessoas sobre a obtenção de lucros. Elas nunca foram apenas por pão. Por esse motivo, um feminismo para os 99% encarna e encoraja a luta por pão e rosas.*

*(Arruzza, Bhattacharya, Fraser, 2019, posição 76).*

Neste capítulo, são recuperadas as articulações propostas por diferentes perspectivas para se pensar a relação entre mulheres, raça e classe, buscando uma compreensão da totalidade na diferença para a construção da solidariedade na luta feminista. Considerando a existência de diversas correntes e vertentes dentro do movimento de mulheres, em sua historicidade, evidenciam-se caminhos possíveis para a defesa de um feminismo que seja revolucionário e que considere, necessariamente, tais imbricações – as quais serão lidas, no tópico final do capítulo, a partir das lentes de uma Teoria Unitária da Reprodução Social.

Postula-se, nesse sentido, a defesa de que a luta das mulheres – de maneira alguma um sujeito homogêneo – deve se dar justamente como consciência e construção que decorre de uma experiência sócio-histórica compartilhada. Trata-se da possibilidade do reconhecimento da constituição social e histórica da categoria “mulher” que se dá por meio da coalizão, pela afinidade em vez da identidade, conforme propõe Donna Haraway (2016[1985], p. 49) em *Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*.

Para Haraway (2016[1985], p. 48), a partir do reconhecimento, arduamente conquistado, de que o gênero, a raça e a classe são social e historicamente constituídos, não se pode sustentar uma unidade “essencial”. Desse modo,

*Não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – “ser” mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis. A consciência de classe, de raça ou de gênero é uma conquista que nos foi imposta pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado (Haraway, 2016[1985], p. 48).*

Para a autora, a consciência da exclusão produzida por meio do ato de se nomear como feminista é aguda, cuja crise pode resultar em infundáveis cisões e buscas por uma nova unidade essencial. Contudo, propondo a coalização e a afinidade como alternativas, sustenta a

necessidade da construção de unidades, que são políticas, e, portanto, não naturalizadas (Haraway, 2016[1985], p. 49; 52; 54)<sup>2</sup>.

Nesse sentido, a construção de tais coalizões e afinidades só é possível a partir do reconhecimento das particularidades que perpassam a vida das múltiplas mulheres: mulheres da classe trabalhadora, racializadas, migrantes, *queer*, trans, com deficiência, entre tantas outras, que, construindo a luta conjuntamente, unem forças com outros movimentos anticapitalistas mundo afora para insurgir contra a realidade de opressão de exploração a que são submetidas.

Contrariamente às tendências pós-estruturalistas presentes no feminismo, que dissolvem a categoria “mulheres” e a transformam em um constructo discursivo - fragmentado e variável a ponto de inviabilizar um projeto político - defende-se a possibilidade de coalizões baseadas em uma compreensão da natureza espoliadora das relações de exploração capitalista de maneira sistêmica (Stabile, 1999[1997], p. 150; 157; 160), conforme se sustentará teoricamente no tópico sobre Teoria da Reprodução Social.

Também nesse sentido, Daniel Bensaïd (2008[2001], p. 92) ensina em *Os Irredutíveis* que “o universal não é solúvel no particular”, de maneira que desmistificar um universal abstrato (que frequentemente mascara e justifica a dominação colonial ou masculina) reside em contrapor a esse último uma “classe particular portadora de universalização concreta”.

Dessa compreensão, “cada indivíduo é uma combinação original de pertencas múltiplas”, sem que, contudo, se reduza a pluralidade das contradições e dos conflitos a uma linha de frente prioritária ou exclusiva, nem se oponha “uma totalidade abstrata fetichizada à inquietude pós-moderna”. Deve-se admitir que a destotalização reivindicada pelas micronarrativas pressupõe a totalização concreta à qual ela se opõe, pois a “a unificação puramente subjetiva das lutas dependeria de uma vontade arbitrária”. Assim, a diferença representa uma mediação entre o singular e o universal, permitindo a construção de oposições estruturantes, contrariamente à diversidade em migalhas, que renuncia a qualquer horizonte de

---

<sup>2</sup> A própria discussão sobre gênero perpassa concepções variadas: desde Joan Scott, para quem “o uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo”, não sendo, contudo, diretamente determinado pelo sexo, nem determinando diretamente a sexualidade (Scott, 1995, p. 76) - e cuja definição de gênero contém duas proposições interrelacionadas: “(i) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (ii) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (Scott, 1995, p. 86)” - até Judith Butler (2003, p. 36-37; 46-48), para quem as construções de gênero “postulam o ‘sexo’ como ‘causa’ da experiência sexual, do comportamento e do desejo” - cuja “unidade” é efeito da busca por uniformização da identidade do gênero pela heterossexualidade compulsória. Nesse âmbito, a teoria queer, desenvolvida nos anos 90, particularmente com o trabalho de Judith Butler, avançou e desafiou a identidade de gênero e sua conexão com a sexualidade, introduzindo o conceito de gênero como “performativo” - construído por meio da repetição de atos, gestos e comportamentos que representam uma “disciplina de gênero” e que continuamente criam a identidade de gênero (Arruzza, 2019[2013], p. 121).

universalidade. Por isso, opõe-se tanto à naturalização biológica da diferença, quanto à sua absolutização identitária (desaparecimento em um reflexo flutuante de singularidades) (Bensaïd, 2008[2001], p. 44; 45; 52).

Portanto, na problemática de Marx, o conflito de classes não deveria se juntar às diversas identidades sociais, pois esse constitui justamente o eixo em torno do qual se articulam e se definem as identidades. Inversamente, quando as classes são percebidas em termos de “raça” e de “sexo”, as análises em torno dessas questões não constituem acréscimos acessórios ou suplementos, mas a própria “articulação do conjunto baseia-se na relação estreita entre exploração e opressão, modelada pela dominação do capital” (Bensaïd, 2008[2001], p. 40).

A construção dessa solidariedade nas lutas contra as opressões, assim como a necessária apreensão dessas especificidades, se deu de diferentes formas e por meio de diferentes lentes analíticas. Neste capítulo, propõe-se, inicialmente, uma retomada de como diversas gerações de mulheres pensaram a relação com o trabalho e com o sistema econômico em que estavam inseridas. Em seguida, serão apresentadas contribuições do feminismo negro para compreensão das diferenças, situando os debates acerca das ferramentas analíticas em voga para tratar da imbricação entre mulheres, raça e classe. Nesse âmbito, tratar-se-á das ferramentas, e consequentes limitações, da interseccionalidade e da consubstancialidade. Em um terceiro momento, apresentam-se contribuições dos movimentos ecofeministas para pensar a relação das mulheres com o meio ambiente no sistema econômico capitalista, em resistência aos avanços neoliberais e extrativistas. Por fim, após as referidas exposições sobre a tradição feminista marxista e contribuições subsequentes, apresentar-se-á mais detalhadamente a reprodução social, como uma proposta marxista oxigenada para a construção da unidade na diferença e na luta.

## **2.1 Pensando o trabalho feminino**

Inicialmente, recupera-se as imbricações entre a realidade das mulheres sob o capitalismo por meio da leitura sobre trabalho e das formulações marxistas de longa data. Em *Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction*, Susan Ferguson (2020, p. 2) resgata as maneiras pelas quais as feministas interpretaram o trabalho, e o trabalho feminino em específico, em relação à liberdade e à opressão. Segundo o entendimento da autora, o trabalho teria se tornado uma questão para as mulheres justamente porque a emergência do capitalismo o assim teria tornado.

Anteriormente preocupadas de maneira mais incisiva em estabelecer uma igualdade moral e intelectual em relação aos homens, a partir da consolidação das relações capitalistas de gênero - a qual incluiu a separação radical entre público e privado -, as feministas euro-ocidentais começaram a discutir o trabalho de forma mais direta e consistente (Ferguson, 2020, p. 23).

A partir dessa realidade, diferentes gerações interpretaram e readequaram a teoria e prática feministas, inclusive em sua vertente socialista, considerando as transformações históricas do capitalismo, em suas épocas e contextos nacionais específicos, como coloca Giovanna Marcelino (2019, p. 37), e contribuindo com o aprofundamento das temáticas relativas ao modo de produção capitalista e às relações sociais nele estabelecidas, entre as quais as reivindicações das mulheres.

Nesse sentido, Ferguson (2020, p. 18) destaca três importantes perspectivas teóricas utilizadas para se pensar o trabalho feminino e as opressões enfrentadas pelas mulheres sob o capitalismo: (i) feminismo igualitário; (ii) feminismo igualitário crítico; e (iii) feminismo da reprodução social.

A primeira dessas perspectivas pode ser traçada a partir dos escritos de Mary Wollstonecraft e de outras feministas democrático-radicalis que elaboram suas formulações no final do século XVIII, estando diretamente ligada à tradição racional-humanista. O argumento sustentado por elas consistia na necessidade de obtenção de independência das mulheres face aos homens, a qual seria obtida, conforme defendiam, em larga medida, pelo acesso ao trabalho assalariado e à educação necessária para tal (Ferguson, 2020, p. 3).

Tais feministas eram críticas a certas instituições econômicas e práticas que restringiam as mulheres, impedindo-as de participar integral e igualitariamente da sociedade. Explicavam a inequidade das mulheres em relação aos homens como um problema de regime autoritário e irracional, cujas restrições legais e culturais errôneas e inadequadas as impediam de se realizarem enquanto seres autônomos e produtivos em sua humanidade plena (Ferguson, 2020, p. 38).

Embora tal perspectiva ligasse a liberdade feminina a uma maior equidade social, essa baseava suas análises acerca do trabalho feminino nos mesmos princípios racionais-humanistas que animaram a *querelle des femmes*<sup>3</sup> (Ferguson, 2020, p. 38). Nesse contexto,

---

<sup>3</sup> Descrito por Joan Kelly como o debate literário de 400 anos de duração sobre as políticas sexuais voltadas às mulheres na sociedade europeia que precederam a Revolução Francesa e inaugurado por Christine de Pizan com o polêmico *Le livre de la cité des dames*, de 1405 (Ferguson, 2020, p. 23).

Sem questionar a divisão entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado, ou a divisão entre mulheres que precisavam trabalhar para sobreviver e mulheres que empregariam tais mulheres como funcionárias, essas feministas, todavia, apontavam para a relação entre as vidas privada e pública das mulheres. Impedidas de alcançar os níveis mais altos de escolaridade e determinadas ocupações, e submetidas a leis e convenções patriarcais, as mulheres são forçadas a escolher entre a dependência em relação a um homem ou a pobreza (Ferguson, 2020, p. 38-39, tradução minha).<sup>4</sup>

Assinalavam-se, assim, as restrições legais, canônicas e culturais irracionais que obrigavam as mulheres a se submeterem à autoridade masculina, de modo que essa perspectiva advogava pela educação feminina como resposta a tais situações, contudo, em um sistema já diferenciado por classes. Exclusões e contradições necessariamente resultam dessa tradição, tais como as advindas da menção de Wollstonecraft à utilização de uma serva para aliviar a “dona de casa” da labuta doméstica (Ferguson, 2020, p. 23; 27; 34; 39).

Assim, Ferguson (2020, p. 36) elucida que essa naturalização do trabalho capitalista levava Wollstonecraft a ver, no trabalho pago, potencial para a igualdade de gênero, de modo que a divisão sexual do trabalho só seria um problema na medida em que obstruía a busca por igual participação no mercado de trabalho.

A segunda perspectiva teórica sublinhada pela autora em comento, por sua vez, é localizada no contexto do feminismo socialista, cuja inauguração é atribuída a Flora Tristan, e denominada feminismo igualitário crítico (Ferguson, 2020, P. 41-42). Destaca-se, anteriormente ao detalhamento das contribuições de Tristan para o debate, as importantes formulações dos socialistas utópicos no início do século XIX, cujo mérito para o feminismo, segundo Ferguson (2020, p. 43), consistiu em desnaturalizar locais da opressão feminina na sociedade, dando destaque às formas pelas quais as instituições econômicas e culturais reforçavam a iniquidade social e a injustiça.

Anna Wheeler e William Thompson, por exemplo, moldaram consideravelmente a formulação socialista utópica ao “abordarem o trabalho feminino no lar por meio das mesmas lentes que os economistas políticos estavam aplicando ao trabalho produtivo”<sup>5</sup>. Nesse âmbito, os autores reconhecem que as donas de casa mereciam ser “igualmente valorizadas e recompensadas” não apenas por realizarem o isolado e difícil trabalho reprodutivo, mas por

---

<sup>4</sup> No original: “Without questioning the division between paid and unpaid work, or the division between women who must work to survive and those who would employ such women as servants, these feminists nonetheless point to a relationship between private and public lives of women. Barred from higher education and certain occupations, and subject to patriarchal laws and conventions, women are forced to choose between dependency on a man or poverty” (Ferguson, 2020, p. 38-39). Segundo essa perspectiva, uma sociedade que se baseasse no “princípio da razão” deveria abrir escolas e empregos às mulheres, garantindo seu direito à independência. Ademais, dever-se-ia valorizar o trabalho feminino de cuidados das crianças e administração da casa (Ferguson, 2020, p. 39).

<sup>5</sup> No original: “[...] approaching women’s work in the home through the same lens contemporary political economists were applying to capitalistically “productive” work” (Ferguson, 2020, p. 44).

contribuírem, como todos os trabalhadores, para o bem comum. Concebem o trabalho doméstico das mulheres como socialmente produtivo, mas sistematicamente desvalorizado sob o capitalismo, concluindo que um sistema cooperativo de criação de riquezas libertaria as mulheres da responsabilidade individual pela subsistência da sociedade. Tal atribuição da opressão das mulheres a uma dinâmica relacional entre trabalho produtivo e reprodutivo marca um ponto de virada na história das teorias feministas do trabalho. Além disso, a abordagem político-econômica introduz a possibilidade de que as lutas específicas sejam compreendidas conjuntamente como lutas anticapitalistas. Assim, a luta contra a opressão às mulheres não seria opcional nem contingente, não podendo ser deixada de lado se o objetivo é a transformação do sistema capitalista (Ferguson, 2020, p. 41; 44; 46; 47).

Flora Tristan, defendendo a promoção de uma política de classes baseada nos princípios de auto-emancipação, do internacionalismo e da igualdade de gênero, por sua vez, interligou uma crítica político-econômica do trabalho produtivo a uma crítica racional-humanista (Ferguson, 2020, p. 41-42; 50), sintetizando a necessidade de uma ação coletiva que envolvesse as mulheres e uma compreensão dos vínculos entre exploração econômica e opressão feminina, como destaca Cinzia Arruzza (2019[2013], p. 37).

O livro que marca sua maturidade intelectual e política é *União operária*, de 1843, em que expõe “a situação de miséria do proletariado sob o capitalismo e, como parte da questão social, a situação da mulher operária como ser humano desprezado e diminuído na sociedade”, como lembra Carla Cristina Garcia (2011, p. 69). Vinculando, teórica e praticamente, a libertação da mulher à causa do proletariado, sua obra forneceu muitos dos subsídios às lutas das mulheres pela conquista de direitos durante a revolução de 1848, conforme lembra Heleieth Saffioti (2013[1969], p. 162; 163).

As raízes no racional-humanismo de Tristan são identificadas por Ferguson (2020, p. 53) em sua consideração do trabalho doméstico exercido por mulheres como de alto valor social, o que é medido por uma escala moral, não econômica. Entretanto, Tristan é capaz de identificar diferenças de classe, situando a fonte da opressão na natureza degradante e brutal do trabalho. Ao identificar a desigualdade feminina como uma experiência econômica, Tristan

[...] revela algo importante acerca das maneiras pelas quais o capital é reforçado e se sustenta, mas não *teoriza* a opressão feminina em termos de relações capitalistas; apenas demonstra como o capital a usa para sua vantagem. A dinâmica da opressão às mulheres recairia, então, em vieses culturais, na discriminação jurídica ou nas relações patriarcais nos lares (Ferguson, 2020, p. 54, tradução minha)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> No original: “[...] captures something important about the ways in which capital reinforces and sustains it. But it doesn’t *theorize*, or explain, women’s oppression in terms of capitalist relations. It only shows how it is that

Ademais, a “independência para todas as mulheres resultaria, em sua análise, de um esforço coletivo para reorganização da maneira como o trabalho é realizado, e como a riqueza é distribuída” (Ferguson, 2020, p. 56)<sup>7</sup>.

Contudo, nesse contexto, a combinação da moral feminista à crítica capitalista econômica sugere dois conjuntos de relações de poder em jogo. Por um lado, Tristan apela à unidade de classe – o que traz o risco de que qualquer discussão ou ação substantiva para correção da iniquidade de gênero que fracture a vida da classe trabalhadora seja deixada de lado; por outro, acabar com a opressão das mulheres é colocada como uma tarefa de educação – lutas que podem, mas não necessariamente devem, ser conduzidas conjuntamente. Desse modo, enquanto o feminismo socialista se mantinha integrado a ideias racionais-humanistas de equidade, seus ideais feministas se dissolviam em prioridades de uma luta de classes estreitamente definida ou eram tratados como distintos e adicionais - mas não necessários - à confrontação com o capital (Ferguson, 2020, p. 54-55).

Em síntese, tanto o feminismo igualitário quanto o igualitário crítico posicionaram:

a relação de trabalho doméstico não remunerado e trabalho remunerado como uma relação de mão única (negativa) externalizada. Ou seja, o trabalho doméstico não remunerado é entendido como uma forma necessária, mas separada, de trabalho, fora dos processos e objetivos sob o escopo do trabalho assalariado e do capital<sup>8</sup> (Ferguson, 2020, p. 58, tradução minha).

O feminismo inaugurado por Tristan teria dominado o debate pelos próximos 150 anos, de maneira que os socialistas defendiam a entrada das mulheres na força de trabalho em termos iguais aos dos homens (Ferguson, 2020, p. 64). Nesse cenário, Friedrich Engels - em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884) - e August Bebel<sup>9</sup> - em *A mulher e o socialismo* (1879) – “reconheceram a dupla opressão a que as mulheres estavam submetidas sob o sistema capitalista, como trabalhadoras e como mulheres”, induzindo-as a “somar esforços com seus companheiros da classe proletária para alcançar o triunfo da revolução socialista, com a qual ambos alcançariam sua total emancipação”, como colocado por Ana Isabel Álvarez González (2010[1999], p. 153).

---

capital will use it to its advantage. The dynamic of women’s oppression lies elsewhere, in cultural biases, legal discrimination or patriarchal relations at home perhaps” (Ferguson, 2020, p. 54).

<sup>7</sup> No original: “[...] independence for (all) women results, in her analysis, from a collective effort to reorganize the way work is performed, and how wealth is distributed” (Ferguson, 2020, p. 56).

<sup>8</sup> No original: “[...] both equality and critical equality feminisms position the relation of unpaid domestic work to paid work as a one-way (negative) externalized relation. That is, unpaid domestic work is understood as a necessary but separate form of work, outside the processes and goals of the realm of waged labour and capital” (Ferguson, 2020, p. 58).

<sup>9</sup> O autor em comento também se opôs de maneira inaugural à criminalização das práticas homossexuais na Alemanha, propondo a revisão de um dos artigos do Código Penal alemão, o art. 175 (Seferian, 2019a, n.p).

Acerca das análises realizadas por Engels, Lise Vogel (2022[1983], p. 176-177; 179) aponta *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* como uma obra em que o autor formulou contribuições teóricas importantes para a compreensão da situação da mulher, quais sejam: (i) o reconhecimento implícito de que indivíduos e famílias não existem como abstrações a-históricas - reconhecimento advindo do contraste entre experiências da classe trabalhadora e experiências burguesas -, sugerindo que as opressões devem ser conceptualizadas em termos de modo de produção e classes específicas; (ii) a consideração de que o número de assalariados em uma unidade doméstica afeta o nível do salário; e (iii) a compreensão de que população excedente se relaciona à regulação dos salários e à duração da jornada, o que afeta o ingresso e as condições de mulheres no mercado de trabalho.

No que se refere à obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Vogel (2022[1983], p. 223; 225; 242) considera que essa procura simplesmente situar certos aspectos da questão das mulheres, da família e da reprodução da classe trabalhadora em contexto histórico e teórico, sem pretensão abrangente - o que teria se dado, em relação a opressão às mulheres, de maneira “inadequada ou incompleta em vários aspectos críticos”:

Em primeiro lugar, ele supõe que é natural que os "deveres familiares" sejam incumbência exclusiva das mulheres, e que, portanto, sempre serão. Além disso, ele não vincula nitidamente o desenvolvimento de uma esfera especial associada à reprodução da força de trabalho ao surgimento da classe - ou, talvez, da sociedade capitalista. Para as sociedades de classe pré-capitalistas, ele não especifica a natureza da subordinação das mulheres nas diferentes classes. Finalmente, a ênfase de Engels na importância estratégica dos direitos democráticos deixa em aberto a questão da relação entre a revolução socialista, a libertação das mulheres e a luta por direitos iguais. O resultado é ambíguo, sugerindo potencialmente que o programa socialista para a libertação das mulheres consiste em dois objetivos separados: igualdade de direitos com os homens no curto prazo ainda capitalista; e libertação total com base em uma forma mais elevada de família no bem distante milênio revolucionário (Vogel, 2022[1983], p. 242-243).

No mesmo sentido, Ferguson (2020, p. 64) identifica na solução socialista utópica de socialização do trabalho reprodutivo promovida por Bebel e Engels uma ausência de questionamento acerca da ideia de que as mulheres fossem as responsáveis por ele. Além disso, o ideal da coletivização do trabalho doméstico era promovido “sem que se analisasse como o trabalho doméstico não remunerado feminino sustenta o sistema capitalista como um todo”<sup>10</sup>.

O foco exclusivo na natureza de gênero do trabalho doméstico os levou a relegar preocupações feministas com a opressão feminina a segundo plano, concebendo-os como problemas distintos e, em última instância, subsumida às lutas dos trabalhadores assalariados.

---

<sup>10</sup> No original: “[...] they promote the ideal of collectivizing housework without an analysis of how women’s unpaid work in the household sustains the capitalist system as a whole” (Ferguson, 2020, p. 64).

Tal colocação corresponde à raiz do “reducionismo econômico”, uma vez que a adoção de uma estratégia “por etapas”, que ligava o fim da opressão feminina ao fim do capitalismo, “ignorava o sexismo que ocorre nos locais de trabalho e nas organizações de classe, adiando a luta feminina por equidade e respeito a um dia futuro não definido”<sup>11</sup> (Ferguson, 2020, p. 64-65).

Acerca desse reducionismo econômico, Cinzia Arruzza (2019[2013], p. 100), em *Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*, destaca ser um erro grotesco subestimar os aspectos ideológicos e a ligação psicológica envolvida na dinâmica do trabalho exercido pelas mulheres no âmbito familiar.

Ainda no caso da obra de Engels, Heleieth Saffioti (2013[1969], p. 120) questiona a simplificação presente na ideia de que a propriedade privada consista na fonte exclusiva da inferiorização da mulher na sociedade, assim como a ideia de que as relações entre homens e mulheres sejam da mesma natureza que as relações de classe – colocações obtidas da análise de Engels sobre a monogamia.

No que se refere especificamente à supracitada obra de Bebel, por sua vez, Vogel (2022[1983], p. 264; 268) destaca seu mérito em desafiar a ideia de que as divisões sexuais do trabalho seriam naturais. Entretanto, Bebel, por vezes, foca na “dependência individual, vista em grande parte como isolada dos mecanismos que regem o desenvolvimento social como um todo”, o que compromete sua perspectiva estratégica. Em *A mulher e o socialismo*, Bebel acaba por apresentar uma variedade de abordagens estratégicas implicitamente contraditórias:

Em primeiro lugar, ele insiste frequentemente que a resolução completa do problema deva ser adiada para o futuro revolucionário [...]. No entanto, a atividade prática sobre a questão continua a ser crítica no presente. Ao mesmo tempo, a questão se torna, de alguma forma, subsumida à luta do movimento da classe trabalhadora contra o capitalismo. Finalmente, Bebel retrata frequentemente a solução para a chamada Questão da Mulher em termos de alcançar direitos iguais de participação na sociedade, sem distinção de sexo. Essa abordagem falha em diferenciar os objetivos socialistas do objetivo liberal-feminista da igualdade entre os sexos na sociedade capitalista (Vogel, 2022[1983], p. 268).

A obra teria sido responsável pela consolidação de uma posição específica sobre a questão das mulheres, com forte influência sobre o panfleto *A Questão da Mulher: de um ponto de vista socialista*, escrito por Eleanor Marx e Edward Aveling, de 1886. Embora reconhecessem a base econômica para a opressão feminina e a impossibilidade de resolução na sociedade capitalista, nessa obra, os autores conceituam a opressão principalmente em termos

---

<sup>11</sup> No original: [...] their “stageist” strategy (which ties the end of women’s oppression to the end of capitalism) ignores sexism within workplaces and working class organizations, while also deferring women’s struggle for equality and respect in the here-and-now for some unknowable day in the future (Ferguson, 2020, p. 64).

da falta de direitos políticos e de relações de autoridade hierarquizadas. Avançam em relação aos autores supracitados - quais sejam, Engels e Bebel - ao sugerir uma estratégia de lutas paralelas, com ênfase explícita nos paralelos entre opressões de sexo e classe (Vogel, 2022[1983], p. 269; 270).

Nesse enredo, uma geração de mulheres revolucionárias e dirigentes socialistas, marxistas e estrategistas - como as russas Alexandra Kollontai, Nadejda Krúpskaia e a alemã Clara Zetkin – debruçou-se “sobre a condição de opressão vivida pelas mulheres trabalhadoras, bem como sobre a formulação de políticas que levassem a sua libertação, avançando nas elaborações iniciais sobre a ‘questão da mulher’ que haviam sido produzidas no século XIX” (Marcelino, 2019, p. 38).

A tendência de considerar as “questões das mulheres” como distintas e separáveis da luta geral dos trabalhadores foi contraposta, mormente, por duas feministas socialistas do início do século XX: Alexandra Kollontai e Clara Zetkin, as quais se envolveram no debate político para convencer os membros do partido a apoiar a luta das mulheres por equidade em paralelo e como parte da luta pelo socialismo. Adotando a visão de que a emancipação feminina é contingente à destruição do capitalismo, elas igualmente alegavam que as questões das mulheres precisavam ser especificamente consideradas como parte da luta (Ferguson, 2020, p. 65-66).

Consoante destaca Marcelino (2019, p. 42), “ao lutarem por suas próprias demandas enquanto mãe, esposa, dona de casa, trabalhadora”, as socialistas dessa época “estariam lutando por questões comuns à classe”, ou, ainda, “eram efetivamente parte dessa classe”, de modo que “a emancipação feminina era no fundo uma questão inseparável do movimento de trabalhadores em geral e ao fortalecimento do debate socialista”.

Insistindo que a participação ativa das mulheres seria central para a revolução, Zetkin recusou-se a adiar o trabalho socialista sério com relação às mulheres (Vogel, 2023[1983], p. 287). Em discurso ao congresso do Partido da Social Democracia da Alemanha, de 16 de outubro de 1896, Zetkin (2023[1986], p. 136; 137) assim proferiu:

Se nós aspiramos à criação de uma organização feminina potente no terreno econômico e político, devemos antes de tudo conquistar a nossa liberdade de organização na luta contra o trabalho doméstico, a redução do tempo de trabalho e, em primeiro lugar, contra o que as classes dominantes costumam denominar direito de associação. [...] O proletariado somente poderá alcançar sua libertação se lutar unificadamente, sem diferença de nacionalidade e profissão. Da mesma forma, somente pode alcançar sua libertação se permanecer unido, sem distinção de sexos. A incorporação das grandes massas de mulheres proletárias à luta de libertação do proletariado é um dos requisitos prévios para a vitória das ideias socialistas e para a construção de uma sociedade socialista.

Foi Zetkin, inclusive, quem propôs, no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas<sup>12</sup>, ocorrido em Copenhague no ano de 1910, a criação de um Dia Internacional da Mulher<sup>13</sup> (Blay, 2001, p. 602; González, 2010[1999], p. 154; Silveira, 2005, p. 61)<sup>14</sup>. Com essa proposta, Zetkin buscava alcançar dois objetivos: (i) reforçar os laços de solidariedade e identidade entre as mulheres socialistas de todos os países, especialmente diante das iniciativas internacionalistas do movimento feminista burguês; (ii) fazer da reivindicação do direito de voto da mulher uma demanda internacional, visando à democratização dos sistemas políticos (González, 2010[1999], p. 154-155).

Nesses primeiros anos, o Dia Internacional das Mulheres foi festejado em datas diferentes em diversos países, tendo sido celebrado pela primeira vez no dia 8 de março em 1914 na Alemanha, Suécia e Rússia, por proposta das alemãs (González, 2010[1999], p. 119).

Segundo González (2010[1999], p. 129; 156) os acontecimentos de 23 de fevereiro de 1917 (8 de março no calendário ocidental) são importantes não apenas por terem dado origem à revolução e por terem sido protagonizados por mulheres, mas também porque a data teve uma grande influência no Dia Internacional da Mulher em todos os níveis: (i) devido à manutenção da data para celebrar, até hoje, o Dia Internacional das Mulheres; (ii) o caráter comunista adquirido pela data.

Acerca do Dia das Mulheres, Kollontai (2010[1913], p. 181; 183) escreveu, em 1913, que esse seria um “elo na longa e sólida cadeia do movimento de mulheres proletárias”, no qual “as trabalhadoras, como membros do partido, lutam pela causa comum da classe, ao mesmo

---

<sup>12</sup> Para além da organização de uma série de congressos, inserem-se entre as iniciativas das socialistas desse período, as atividades de agitação e propaganda direcionada para as especificidades das mulheres, como as realizadas pelas revistas *Rabôtnitsa* (Trabalhadora) e *Die Gleichheit* (A igualdade) e, especificamente no caso russo, de criação de um aparato dentro do Partido Comunista (Marcelino, 2019, p. 41-42).

<sup>13</sup> A proposta de se comemorar o Dia Internacional da Mulher não era, contudo, de todo original, uma vez que o Partido Socialista Americano já comemorava oficialmente o “Dia da Mulher” em fevereiro de 1909 - cuja inspiração foi citada pela própria Zetkin em artigo de agosto de 1910 (González, 2010[1999], p. 116).

<sup>14</sup> Outras referências apontam que Luise Zietz teria sugerido a proclamação de um “Dia Internacional da Mulher” a ser celebrado anualmente - proposta que teria sido apoiada por Zetkin; ver Temma Kaplan (1985, p. 166): “At the International Socialist Women's Meeting that preceded the general meeting of the Second International in Copenhagen in August 1910, Luise Zietz suggested holding an International Woman's Day the following year, and Clara Zetkin seconded the request, but they never specified a date”; Cintia Frencia e Daniel Gaido (2018, p. 83): “En la Conferencia de Copenhague, la delegada alemana Luise Zietz, siguiendo el ejemplo de las socialistas norteamericanas, propuso la proclamación de un “Día Internacional de la Mujer”, a celebrarse anualmente. Su propuesta fue secundada por su compañera Clara Zetkin, la presidente de la Internacional de Mujeres Socialistas, y por las 100 delegadas procedentes de 17 países”; e Alejandra Ciriza (2021, p. 54): “Si durante la Conferencia de Stuttgart se apoyó el derecho al voto de las mujeres, la de 1910 estableció, con una representación de mujeres socialistas de 17 países, un Día internacional de la Mujer, que se celebraría anualmente. La iniciativa fue planteada por la delegada alemana Louise Zietz y apoyada por Clara Zetkin, presidenta de la Internacional de Mujeres Socialistas”.

tempo em que organizam e propõem as necessidades e reivindicações que mais as afetam como mulheres, esposas e mães”.

Em artigo escrito em 1920, a autora rememora o dia 8 de março de 1917 - quando as mulheres saíram corajosamente às ruas de Petrogrado reivindicando “Pão para nossos filhos” e “Retorno de nossos maridos das trincheiras” - a partir do qual a data se transforma, “de um dia de luta pelo direito de voto, em um dia internacional de luta pela total e absoluta libertação das mulheres”<sup>15</sup> (Kollontai, 2010[1920], p. 198; 202).

Ocupando papel fundamental nas discussões sobre a natureza dos afetos e das relações sociais (Arruzza, 2019[2013], p. 50), Kollontai questionava propostas conservadoras de retorno a “momentos felizes do passado”, pelo restabelecimento dos velhos costumes familiares e normas tradicionais da moral sexual; propostas do individualismo burguês; e propostas socialistas que asseguravam só ser possível encontrar a solução dos problemas entre os sexos com o assentamento de uma nova ordem social e econômica, chamando a ação para o presente: “Não deveríamos encontrá-lo agora, neste momento?” (Kollontai, 2023[1911], p. 198).

Para Marcelino (2019, p. 40-41; 43), embora não tenham produzido uma teoria geral sobre a opressão de gênero, as autoras dessa época assumiram o compromisso de estabelecer a relação entre a luta das mulheres e a construção de um projeto estratégico de transformação da sociedade. Tendo a teoria como um “guia para a ação”, contribuíram na construção de um programa para a libertação das mulheres e de um plano para colocá-lo em prática, desenvolvendo uma estratégia para organizar mulheres trabalhadoras pela aproximação entre movimento operário e feminista. Nesse sentido, embora esse plano tenha sido interrompido, “o protagonismo das socialistas transformou o sentido do papel político e social das mulheres no mundo todo, iniciando uma longa tradição de organização das mulheres trabalhadoras”.

Porém, nesse contexto, por não terem não conceptualizado política-economicamente o trabalho doméstico não remunerado nem investigado a desvalorização capitalista do trabalho doméstico, decorreram as seguintes consequências políticas: (i) a defesa de uma estratégia dualista – a luta feminista seria por equidade dentro do sistema, enquanto a luta de classes seria para a derrubada do sistema; e (ii) a incerteza quanto ao papel da socialização do trabalho doméstico – como meio para um fim maior, por facilitar a entrada das mulheres no mercado de trabalho, ou uma extensão lógica dos princípios socialistas, possibilitada pela luta de classes (Ferguson, 2020, p. 67; 69; 70).

---

<sup>15</sup> Destaca-se ainda, deste artigo, as seguintes conquistas apontadas por Kollontai (2010[1920], p. 195) como decorrentes da criação da data: (i) o avanço das organizações e desenvolvimento da consciência política depois de cada Dia das Mulheres Trabalhadoras; (ii) o fortalecimento da solidariedade internacional das trabalhadoras.

Em síntese, tanto para o feminismo igualitário, quanto para o igualitário crítico, a divisão sexual do trabalho consiste no problema em si mesmo, e não o sistema que a rege. A terceira perspectiva elencada por Ferguson - qual seja, a do feminismo da reprodução social, por sua vez - identifica a organização da produção capitalista, da qual resulta a divisão sexual do trabalho, como o principal obstáculo à liberação das mulheres (Ferguson, 2020, p. 85).

Os debates que engendraram o desenvolvimento de tal perspectiva são localizados por Marcelino (2019, p. 43; 44) no contexto de grande efervescência social do final dos anos 1960, em que houve uma preocupação mais acentuada com a elaboração de uma abordagem mais abrangente sobre a condição feminina, que considerasse seus múltiplos aspectos. Nesse cenário, o debate feminista foi complexificado para se atentar à diversidade e às múltiplas vias pelas quais a dominação masculina se reproduz. Nessa seara, o marxismo buscou maneiras de se desvencilhar das rotulações de “economicismo”, “reducionismo” e “ortodoxia”.

No contexto brasileiro, encontram-se as importantes elaborações de Heleieth Saffioti que, em sua tese de livre-docência, publicada em 1969 como *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e realidade*, evidenciou que, nas condições de operação do modo de produção capitalista, sexo e raça<sup>16</sup> “se tornam mecanismos que funcionam em desvantagem no processo competitivo e atuam de forma conveniente para a conservação da estrutura de classes”, como explica Renata Gonçalves (2013, p. 21). Nas palavras de Saffioti (2013[1969], p. 60):

Sendo o trabalho o momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui a via por excelência através da qual se proceder ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética *sociedade capitalista* e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social no qual se inserem. Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada.

Explicita Saffioti (2013[1969], p. 66; 67) que o modo capitalista de produção “lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços”, permitindo que das mulheres se arranque o máximo de mais-valia absoluta através, por exemplo, da intensificação do trabalho simultaneamente à extensão da jornada e de salários mais baixos que os masculinos.

---

<sup>16</sup> Em trabalho posterior, compreendendo as classes sociais como fenômeno “gendrado” desde sua gênese, cuja emergência introduz, por sua vez, uma série de transformações no gênero, Saffioti utiliza a metáfora de um nó: formado pelas contradições de gênero, raça e classe tem qualidade distinta das determinações que o integram, de modo que “não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão” (Saffioti, 2015[2004], p. 122-123).

Consoante Susan Ferguson e David McNally (2017[2013] p. 27), foi nesse período, no final dos anos 1960, que “o debate do trabalho doméstico cristalizou a busca por localizar os fundamentos sócio-materiais da opressão às mulheres nos termos e conceitos da economia política marxiana”.

Em 1969, Margaret Benston publicou o artigo *The Political Economy of Women’s Liberation* [A Economia política da Libertação das Mulheres], a partir do qual o “debate sobre o trabalho doméstico” tomou a forma de artigos divulgados e discutidos por autoras e ativistas “em um esforço internacional que procurou levar as experiências das mulheres – até então epistemologicamente marginalizadas – ao coração da teoria marxista do capitalismo”<sup>17</sup>, como pontua Rhaysa Ruas (2019, p. 36). Nesse contexto,

O termo *trabalho doméstico* referia-se ao trabalho feminino diário não-remunerado de realização das tarefas domésticas, gestação, parto, amamentação e cuidado das crianças e idosos no espaço privado do lar, desempenhado especialmente por irmãs, esposas e mães. Para estas autoras, teorizar o trabalho doméstico e sua relação com a produção capitalista através da reprodução da força de trabalho seria fundamental para entender a subordinação das mulheres no capitalismo. As divergências se situavam, entretanto, em como conceituar essa relação a partir de uma perspectiva simultaneamente feminista e marxista (Ruas, 2019, p. 36).

A partir da compreensão de Benston de que a “relação estrutural entre o trabalho não remunerado e o remunerado exercido pelas mulheres consiste na alavanca crítica de sua opressão e, portanto, de sua libertação<sup>18</sup>” (Ferguson, 2020, p. 94, tradução minha), ao longo da década seguinte, feministas socialistas passaram a teorizar o trabalho doméstico como parte integrante do modo de produção capitalista (Ferguson; McNally, 2017[2013], p. 28).

Refletindo sobre os conceitos marxistas de “valor de uso”, “valor de troca”, “força de trabalho” e “classe”, dois questionamentos definitivos e relacionados surgiram: (i) se o trabalho doméstico produz mais-valor, ou seja, qual a natureza do produto desse trabalho; (ii) se trabalho doméstico constitui um modo de produção em si mesmo, distinto do modo capitalista, ou seja, qual a relação do trabalho doméstico com a reprodução societal capitalista e com a luta prática contra a opressão de gênero (Ferguson; McNally, 2017[2013], p. 28; Ruas, 2019, p. 45-46).

<sup>17</sup> Convém destacar que, conforme exposto por Ferguson (2020, p. 88; 89; 93), previamente a Benston, Mary Inman (embora posicionando o trabalho não remunerado como produtivo nos sentidos convencional e marxista) já localizava a raiz da opressão às mulheres na dinâmica complexa da expropriação capitalista, especialmente na relação do trabalho doméstico com a produção social, colocando como argumento principal em *In Woman’s Defense*, de 1940, que o trabalho feminino realizado no lar contribui para a produção da riqueza social total. Embora Margaret Benston não pareça ter lido Inman, avança em suas percepções de que o trabalho não remunerado das mulheres no lar é essencial para o processo capitalista de criação de valor, propondo, diferentemente, que as donas de casa não realizam trabalho “produtivo” por não produzirem para o mercado.

<sup>18</sup> No original: “[...] the structural relationship of women’s unpaid work to paid work is the critical lever of oppression, and thus of liberation” (Ferguson, 2020, p. 94).

Sobre o primeiro ponto, consideram o trabalho doméstico como produtivo as materialistas francesas e o movimento *Salários para o Trabalho Doméstico*, o que possui implicações importantes, uma vez que, nesses casos, consoante argumenta Arruzza (2019[2013], p. 108): “a esfera da reprodução dissolve-se dentro da produção, perdendo assim sua especificidade”.

Ao feminismo materialista francês são associadas às análises antinaturalistas com centralidade no conceito de relações sociais, como as de Christine Delphy, Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu, Paola Tabet e Monique Wittig, assim como as formulações presentes na revista *Questions féministes*, que circulou entre 1977 e 1980, como explica Maira Abreu (2018, p. 2)<sup>19</sup>.

Abreu (2018, p. 3) aponta como um dos textos fundadores dessa reflexão a obra *O inimigo principal*, que foi publicada sob pseudônimo por Christine Delphy em número especial da revista *Partisans*, intitulado *Libération des femmes année zero* - considerada a primeira publicação coletiva do movimento. No texto, buscando fornecer as bases para uma análise materialista da opressão das mulheres, Delphy parte do materialismo histórico e de sua análise dos antagonismos sociais em termos de classe – enquanto “lugar ocupado no processo de produção”.

Partindo de uma análise do trabalho doméstico como a base de um sistema de exploração - o patriarcado, o qual definiria a posição das mulheres nas relações de produção – Delphy aponta que tal tipo de trabalho deveria ser analisado em termos da exploração de uma forma de excedente específico e de um modo de produção específico, qual seja, o modo de produção doméstico ou patriarcal, distinto e coexistente ao modo de produção capitalista (Abreu, 2018, p. 3).

A própria autora, quem cunhou o epíteto “feminismo materialista” no contexto francês, admite que se trata de uma apropriação de alguns elementos do marxismo, o que se deu, por exemplo, com a apropriação heterodoxa do conceito de classe: o qual teria sido reformulado para análise do patriarcado, herdando as ideias de conflitualidade, de hierarquia, de reciprocidade dialética e de processo<sup>20</sup> (Abreu, 2018, p. 12).

---

<sup>19</sup> As análises e informações obtidas acerca do feminismo materialista francês constam no referenciado artigo publicado, que é parte da tese *Politizando a anatomia: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)*, defendida na Unicamp, em 2016, por Maira Abreu. Abreu partiu da consulta de arquivos de difícil acesso e em francês, cujos trechos citados foram por ela traduzidos.

<sup>20</sup> Trata-se, nesse sentido, de uma adesão apenas parcial das teorizações e usos do marxismo (Delphy, 2009, p. 25 apud Abreu, 2018, p. 12) Delphy teria tomado do marxismo as análises do capitalismo; a ideia da “onipresença na história humana de grupos cujos interesses são antagonônicos em decorrência da exploração de uns pelos outros”; e “a hipótese de que os grupos não são constituídos *a priori*, mas, ao contrário, precisamente pela dominação” (Delphy, 2010, p. 84 apud Abreu, 2018, p. 12).

Nessa formulação, para Christine Delphy, ao lado do modo de produção capitalista, há o modo patriarcal de produção, que determina as relações entre homens e mulheres e é fundado sobre a total apropriação pelos homens do trabalho doméstico feminino. Nesse âmbito, todas as mulheres seriam membras de uma mesma classe e sofreriam a mesma exploração, enquanto o capitalismo contribuiria para a manutenção do modo de produção patriarcal pela exclusão das mulheres da produção e pelas hierarquias de trabalho (Arruzza, 2019[2013], p. 103-104).

Decorre da presunção da existência de relações produtivas diferentes das capitalistas, baseadas na divisão sexual do trabalho no interior das famílias, a ideia de existência de uma classe de mulheres que antagoniza com a classe masculina exploradora. Nesse sentido, enquanto o capitalismo contribui para sustentar o “modo de produção patriarcal”, o principal inimigo das mulheres seria, entretanto, o patriarcado. Contudo, embora a opressão às mulheres seja transversal e envolva todas as classes sociais, sendo correto pensar numa organização para interesses comuns (com autodeterminação e controle sobre sua sexualidade e seus corpos), não se pode pensar que a opressão feminina toma a mesma forma independentemente de posição social, não sendo possível inferir que as estratégias necessárias serão as mesmas. Dessa análise, o gênero é reduzido à classe patriarcal criada *ad hoc* (Arruzza, 2019[2013], p. 104; 106; 107; 108).

Também nesse sentido aponta a interpretação de Daniel Bensaïd (1995, p. 131-133) de que o trabalho doméstico não é fonte de uma nova categoria de valor (valor doméstico), cuja produção de valores de uso não define, assim, um modo de produção patriarcal que se sobreporia ao modo capitalista de produção. Uma vez que, na sociedade capitalista, a produção doméstica de valores de uso é insuficiente para a reprodução dos membros da família conforme as necessidades médias socialmente reconhecidas, torna-se necessário comprar mercadorias, o que só se torna possível pela venda da força de trabalho. Portanto, evidencia-se que, sozinho, o modo de produção patriarcal colapsaria, não sendo possível que os valores de uso produzidos pelo trabalho doméstico definam a “um modo de produção patriarcal”<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> No original: “Pas plus que le travail domestique n’est la source d’une nouvelle catégorie de valeur (la valeur domestique), la production domestique de valeurs d’usage ne définit un mode de production patriarcal (ou domestique) qui se superposerait au mode de production capitaliste” [...] “En toute rigueur, l’ensemble des valeurs d’usage produites par le travail domestique ne saurait donc définir un « mode de production patriarcal ». Dans la société capitaliste, la production de valeurs domestiques d’usage, est insuffisante à la reproduction des membres de la famille selon la moyenne des besoins socialement reconnus. Il est nécessaire d’acheter des marchandises. Pour pouvoir les acheter, il faut vendre de la force de travail. Sauf à tomber dans les robinsonnades de l’autoproduction et de l’économie domestique autarcique, force est de reconnaître que le prétendu mode patriarcal (ou domestique) de production, livré à lui-même, s’effondrerait immédiatement dans la désagrégation des rapports sociaux” (Bensaïd, 1995, p. 132).

Quanto ao movimento *Salários para o Trabalho Doméstico*, esse se situa nas contribuições das feministas-marxistas-autonomistas. Exponentes importantes desse movimento, Mariarosa Dalla Costa e Selma James argumentaram, em artigo de 1971, que:

[...] o trabalho doméstico só *aparentava* estar fora da arena da produção capitalista, na realidade, produzindo também valores de troca, o que se evidenciava pela natureza de seu produto, a *mercadoria* força de trabalho”. Assim, segundo esta perspectiva as donas de casa seriam *exploradas* como “trabalhadoras produtivas” no sentido estrito, pois produziriam mais-valia, cuja apropriação seria realizada pelo pagamento de um salário ao marido por parte do capitalista (Ruas, 2019, p. 40).

Deslocava-se, assim, o debate para situar a família nuclear sob o capitalismo essencialmente como um centro de produção social, cuja consequência política seria a de se compreender o ambiente doméstico como um “centro de subversão da ordem capitalista”. Definindo as mulheres como classe com base em seu trabalho doméstico, defendem que as mulheres poderiam se tornar centrais para a luta de classes *por si mesmas*, de maneira que o sujeito revolucionário tradicional do marxismo pôde ser posto em questão e diversificado (Ruas, 2019, p. 41).

Conforme elucida Arruzza (2019[2013], p. 103), para o movimento em questão, a única razão para que o trabalho doméstico não fosse considerado produtivo seria o fato de não ser remunerado: o caráter não pago ou aparentemente gratuito do trabalho encobriria seu caráter real. Assim, o capitalismo teria transformado o papel da família e sua estrutura, criando a família nuclear, negando seu papel como unidade produtiva e relegando as mulheres a uma posição subordinada, de modo que haveria um contrato de trabalho e um “contrato sexual” que fornecem aos homens acesso livre aos corpos das mulheres e suas crianças.

Nessa conjuntura, a *Campanha Internacional Salários para o Trabalho Doméstico*<sup>22</sup> estimulou novos horizontes de mobilização social internacional (Ruas, 2019, p. 42). Como ponto inovador, destaca Arruzza (2019[2013], p. 104), essa perspectiva enfatiza a maneira pela qual as mulheres passam pela mesma exploração que os homens e, portanto, compartilham um inimigo comum com eles: o capitalismo.

Situa-se nessa tradição, Silvia Federici, cujos trabalhos recentemente publicados no Brasil têm gerado importantes debates sobre a acumulação capitalista e as resistências e lutas encampadas por mulheres especialmente nos territórios comunitários<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> No original: *International Wages for Housework Campaign*.

<sup>23</sup> Referências que serão recuperadas posteriormente na compreensão da historicidade e atualidade da acumulação primitiva e nos diálogos com as ecofeministas sobre tal processo e as resistências e lutas protagonizadas por mulheres (ver tópico 2.3).

Defendia Federici (2019[1975], p. 46-47), em *Salários Contra o Trabalho Doméstico*, de 1975, que os salários para o trabalho doméstico seriam parte de uma perspectiva revolucionária, pois, ao lutar por salários para o trabalho doméstico, as mulheres lutariam inequívoca e diretamente contra seu papel social. Contra a acusação de que se lutava para entrar na lógica das relações capitalistas, defendia que tal demanda, em realidade, forçaria o capital a reestruturar as relações sociais, inclusive como primeiro passo para a recusa do trabalho doméstico, por torná-lo visível.

Nessa ocasião, Federici (2019[1975], p. 81-82) argumentava que a luta por salário seria, ao mesmo tempo, uma luta contra o salário, uma vez que exigir salários para o trabalho doméstico significaria exigir que o capital pagasse pela enorme quantidade de serviços sociais que os empregadores economizam, em recusa a aceitar tal trabalho como um destino biológico. Por isso, segundo a autora, o salário seria desejado justamente para que se pudesse dispor do tempo e da energia para realizar uma luta, de modo que se reivindicava um salário para cada momento que se vivia a serviço do capital.

Todavia, sucedendo dessa análise que o trabalho deveria ser pago e que a demanda política a ser reivindicada era a de salários para trabalhadoras domésticas, reforçava-se a divisão sexual do trabalho, no lugar de desafiá-la, contribuindo para a manutenção e isolamento das mulheres no seio familiar<sup>24</sup>. Como a trabalhadora doméstica permaneceria no setor de reprodução das condições que permitem que a força de trabalho esteja presente no mercado como uma mercadoria, dever-se-ia falar em renda ou retorno - e não em salário, que equivale ao pagamento para a produção de uma mercadoria - o que, contudo, não subverte os mecanismos básicos de exploração capitalista nem desafia as relações de produção<sup>25</sup>. Aqui, o gênero é reduzido à classe trabalhadora (Arruzza, 2019[2013], p. 106; 108).

Ao argumentarem que o trabalho doméstico seria produtivo (com valor de troca para além do valor de uso) por meio de exemplos de serviços que são produzidos e trocados como mercadorias - como as refeições preparadas em restaurantes e existência de lavanderias e creches -, as perspectivas materialista francesa e de *Salários para o Trabalho Doméstico* desconsideram que tal trabalho reprodutivo ocorre fora do mercado capitalista, em unidade

---

<sup>24</sup> Nesse sentido, Angela Davis (2016[1981], p. 238; 240) realiza contundentes críticas ao movimento, argumentando que salários para o trabalho doméstico legitimariam o aprisionamento das mulheres à esfera doméstica e que, além disso, a própria luta das trabalhadoras domésticas remuneradas atestaria o fato de que tal trabalho ser remunerado, por si, não traz condição social mais elevada.

<sup>25</sup> Entende-se, todavia, que tal proposta pode ser uma aposta política interessante, chamando atenção para o trabalho doméstico e para possíveis políticas públicas que propõem a responsabilização da sociedade como um todo para tais questões, como vem sendo debatido em países como a Argentina. Desse modo, embora não seja suficiente para subverter os mecanismos básicos de exploração capitalista ou desafiar as relações de produção, a proposta contribui para visibilizar pautas e gerar debates importantes.

produtiva que foi apartada, pelo próprio capitalismo, da esfera familiar. Embora diversos serviços possam ser vendidos como mercadorias, não há nada em sua essência que justifique o fato de tais trabalhos serem exercidos gratuitamente no âmbito familiar. Por conseguinte, o que torna algo mercadoria não é sua essência, mas sua forma: o modo como é produzida e consumida (Arruzza, 2019[2013], p. 103; 105). Logo,

[...] afirmar que o trabalho doméstico produz mais-valia significa ignorar algo essencial para a compreensão da natureza e do modo como o capitalismo transformou a família. O ponto fundamental dessa questão é que esse trabalho de reprodução ocorre fora do mercado capitalista, de maneira isolada, o que torna impossível falar sobre um trabalho social médio necessário, pois ele não é nem formal nem informalmente contratado no capitalismo. Nesse sentido, é difícil falar sobre a produção de mais-valia justamente porque, por um lado, o capitalismo afastou a função de unidade de produção da família e, por outro, assegurou que a tarefa de reprodução da força de trabalho ocorresse principalmente dentro dessa instituição, relegando tal atividade a uma espécie de limbo separado do processo de produção e circulação de mercadorias (Arruzza, 2019[2013], p. 105).

Sobre essa discussão, em outro texto, a autora explica que o valor é a expressão de uma relação social, o que se dá quando o capital é gerado no contexto do trabalho organizado em termos capitalistas, de modo que a geração de valor não se relaciona com a produção de coisas e valores de uso. Como o trabalho doméstico não está organizado nem de forma industrial nem capitalista, embora sofra impacto do capitalismo, a noção de trabalho socialmente necessário não pode ser a ele aplicada (Bhattacharya; Arruzza, 2020, p. 46-47).

Adentrando agora o segundo ponto – sobre a defesa da existência de um sistema de opressão coexistente ao sistema capitalista - em artigo intitulado *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a more progressive union*, Heidi Hartmann (1979, p. 22) tece uma crítica à maneira como a relação entre feminismo e luta de classes teria sido historicamente articulada: seja por caminhos independentes (feminismo burguês), seja pelo domínio do marxismo sobre o feminismo (no âmbito da esquerda).

Esse artigo estimulou uma série de debates a partir da definição de patriarcado “como um conjunto de relações sociais entre os homens, que tem uma base material, e que, embora hierarquicamente, estabelece ou cria interdependência e solidariedade entre eles permitindo-os dominar mulheres”<sup>26</sup>. Nessa análise, a base material do patriarcado consiste no controle dos homens sobre a força de trabalho feminina, sendo tal controle mantido ao “se negar às mulheres

---

<sup>26</sup> No original: “We can usefully define patriarchy as a set of social relations between men, which have a material base, and which, though hierarchical, establish or create interdependence and solidarity among men that enable them to dominate women” (Hartmann, 1979, p. 11).

o acesso aos recursos produtivos economicamente necessários e ao restringir sua sexualidade<sup>27</sup> (Hartmann, 1979, p. 11; 14, tradução minha).

Nesse contexto, embora polemize com a ausência de historicidade presente nas definições de “patriarcado” propostas pelo feminismo radical - como as de Mitchell e Firestone<sup>28</sup> – Hartmann (1979, p. 14, tradução minha) propõe que, “nas sociedades capitalistas, uma parceria forte e saudável existe entre patriarcado e capital”<sup>29</sup> - parceria que, contudo, não teria sido inevitável.

Em compilação Lydia Sargent publicada em 1981, denominada *Women and Revolution: A discussion of the unhappy marriage of Marxism and Feminism*, o artigo de Iris Young (1981, p. 44), *Beyond The Unhappy Marriage: A Critique Of The Dual Systems Theory*, realiza crítica à denominada Teoria do Sistema Duplo, propondo o desenvolvimento de uma teoria unitária que compreenda o capitalismo patriarcal como um sistema único em que a opressão às mulheres é um atributo central.

Para Young (1981, p. 58-59, tradução minha) admitindo-se que a forma e o caráter da opressão contra as mulheres têm passado por transformações históricas fundamentais, “a existência do patriarcado pré-capitalista não precisa mais contar como evidência de que a dominação masculina na sociedade capitalista tem sua fundação em uma estrutura de relações sociais independentes do sistema capitalista em si mesmo”<sup>30</sup>.

Ademais, a teoria de duplo sistemas encoraja que a luta das mulheres não seja considerada um aspecto central da luta contra o capitalismo, por localizar a opressão específica contra as mulheres em local diferente. Nesse sentido, uma teoria sobre a opressão das mulheres sob o capitalismo que tenha o capitalismo como essencialmente patriarcal poderia, para Young, modificar as lutas políticas de maneira integrativa (Young, 1981, p. 64).

Na mesma coletânea, em *Marxism and Feminism: unhappy marriage, trial separation or something else?* Vogel aproxima-se da defesa de Young, opondo-se a uma perspectiva

---

<sup>27</sup> No original: “The material base of patriarchy is men's control over women's labor power. That control is maintained by denying women access to necessary economically productive resources and by restricting women's sexuality (Hartmann, 1979, p. 14).

<sup>28</sup> Conforme Livia de Cássia Godoi Moraes (2021, p. 140), “da mesma forma que os economistas políticos clássicos pensavam o capitalismo como natural e universal, assim o faziam as feministas radicais com relação ao patriarcado”. Esse universal encontrava-se desconectado das particularidades e centrava-se no político, ou seja, nas relações de poder e de dominação.

<sup>29</sup> [...] in capitalist societies a healthy and strong partnership exists between patriarchy and capital. Yet [...] the partnership of patriarchy and capital was not inevitable (Hartmann, 1979, p. 14).

<sup>30</sup> No original: “Once we admit, with Hartmann, that the form and character of women's oppression have undergone fundamental historical transformation, then the existence of precapitalist patriarchy need no longer count as evidence that male domination in capitalist society has its foundation in a structure of social relations independent of the system of capitalism itself” (Young, 1981, p. 58-59).

dualista e indicando a necessidade da construção de uma teoria unitária (Ruas, 2019, p. 51), cujo projeto deveria “situar a opressão das mulheres no interior de uma teoria marxista da reprodução social”<sup>31</sup>. Em conclusão, a teoria deveria transcender as contradições que perduraram entre feminismo e marxismo por mais de um século (Vogel, 1981, p. 213, tradução minha).

Em 1983, as ideias lançadas inicialmente nesse artigo foram desenvolvidas por Vogel em um trabalho de fôlego - *Marxismo e opressão das mulheres* – “para demonstrar a viabilidade do desenvolvimento da teoria marxista e, portanto, da construção de uma teoria unitária com base na reprodução social”, sendo essa uma obra fundamental de contribuições sistemáticas para a construção dessa abordagem (Ruas, 2019, p. 51), conforme se desenvolverá no tópico 2.4.

Em síntese, consoante elucidada Arruzza (2015, p. 36), os debates dos anos 70 e 80 culminaram nas seguintes explicações teóricas sobre a relação entre opressão às mulheres e capitalismo: a tese dos sistemas duplos ou triplos e a tese unitária<sup>32</sup>. Segundo a primeira, gênero e relações sexuais constituem um sistema autônomo que se combina ao capitalismo e remodela as relações de classe, enquanto tal sistema é, ao mesmo tempo, modificado por ele em um processo de interação recíproca. Sobre essa explicação teórica, Arruzza (2015, p; 36-37) explica que:

A versão mais atualizada desta teoria inclui as relações raciais, também consideradas como um sistema de relações sociais autônomas interconectadas com as relações de gênero e classe. Dentro dos círculos materialistas feministas, essas reflexões são normalmente associadas à noção de que as relações de gênero e raça são sistemas de opressão tanto quanto são relações de exploração. No geral, estas teses têm uma compreensão das relações de classe como definidas unicamente em termos econômicos. É apenas via a interação com o patriarcado e com o sistema de dominação racial que elas adquirem um caráter extra-econômico. Uma variação desta tese é ver as relações de gênero como um sistema de relações ideológicas e culturais derivadas de antigos modos de produção e formações sociais, independentes do capitalismo. Estas relações antigas então interagem com as relações sociais capitalistas, dando a esta última uma dimensão de gênero.

<sup>31</sup> No original: [...] “to situate women's oppression within, rather than alongside, a marxist theory of social reproduction” (Vogel, 1981, p. 213).

<sup>32</sup> Arruzza (2015, p. 37; 49) aponta ainda a existência de uma terceira tese, não aprofundada nesta pesquisa, qual seja a do “capitalismo indiferente”, segundo a qual a opressão de gênero e desigualdade seriam “reminiscentes de formações sociais e modos de produção prévios, quando o patriarcado diretamente organizava e determinava uma estrita divisão sexual do trabalho”. Nesse contexto, o capitalismo seria, em si, indiferente às relações de gênero e poderia superá-las com a dissolução do patriarcado como sistema. Em relação essencialmente oportunista com a desigualdade de gênero, o capitalismo não seria um obstáculo estrutural da libertação das mulheres ou não necessitaria especificamente da desigualdade de gênero, podendo se livrar dela. Consoante entendimento dessa tese, encontram-se as formulações de Ellen Wood, para quem “o capitalismo instrumentaliza a opressão de gênero para os seus próprios fins, mas conseguiria viver bem sem ela”, enquanto não poderia existir sem exploração de classe.

A tese unitária, por sua vez, tal qual adotada nesta pesquisa, parte do entendimento de que não existe um sistema patriarcal autônomo ao capitalismo, de modo que as relações patriarcais persistem nas relações sociais e interpessoais, sem, contudo, comporem um sistema separado (Arruzza, 2015, p. 37). Anteriormente à pormenorização e defesa de tal tese, o que se dará oportunamente no tópico final deste capítulo, serão situadas e debatidas contribuições de outras vertentes do feminismo, as quais compõem diálogos essenciais nas lutas feministas na atualidade. Nesse sentido, por meio dos debates expostos no tópico 2.2, serão situadas contribuições do feminismo negro e das ferramentas teóricas da interseccionalidade e da consubstancialidade para a articulação entre gênero, raça e classe. Outrossim, pelas exposições apresentadas no tópico 2.3, situar-se-á o debate ecofeminista para compreensão da relação entre as lutas encampadas pelas mulheres e a preservação dos ecossistemas.

## 2.2 Pensando a diferença

Considerando a multiplicidade da categoria socialmente construída “mulher”, neste tópico, como previamente enunciado, serão primeiramente apresentados pontos fundamentais apontados pela tradição do feminismo negro, cujas proposições e autoras se dispuseram a pensar a pluralidade no movimento, assim como a relação entre opressão e exploração. Nessa direção, as contribuições do feminismo negro são de grande relevância para que as feministas - e aqui, em especial, o feminismo marxista em sua dialeticidade - se atentem à raça. Em seguida, serão situadas, em sua historicidade, as teorias da interseccionalidade e da consubstancialidade, para que seja possível dialogar, de maneira crítica, com suas proposições, apontando pontos fortes e méritos, assim como dificuldades e desafios que ensejam - encarados então, nesta pesquisa, a partir de uma teoria unitária da reprodução social.

Diante de uma visão pretensamente universalizante “de libertação das mulheres, que basicamente exige direitos iguais para mulheres dentro da estrutura de classes existente”, bell hooks (2019[2000], p. 65) recupera contribuições de movimentos que clamam por uma mudança fundamental na estrutura social e econômica capitalista – entre as quais se encontram os fundamentais contributos do movimento negro.

A teórica e ativista estadunidense aponta que a liberdade defendida por mulheres de classe privilegiada ter-se-ia apoiado na “subordinação sustentada das trabalhadoras pobres”, de modo que, na década de noventa<sup>33</sup>, “o conluio com a estrutura social existente foi o preço da

---

<sup>33</sup> A primeira publicação de *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras (Feminism Is for Everybody: Passionate Politics*, no original) ocorreu em 2000.

‘libertação das mulheres’” (hooks, 2019[2000], p. 71). Nesse contexto, seus esforços coincidiam com preceitos patriarcais de supremacia branca e capitalista, cujo poder era reforçado por meio de “relações parasíticas entre as classes” (hooks, 2019[2000], p. 75), que “ofuscaram questões de racismo, nacionalidade e gênero no neocolonialismo contemporâneo” (hooks, 2019[2000], p. 76).

Em *Teoria Feminista: Da Margem ao Centro*, a autora se atenta ao fato de que muitas das “teorias feministas foram elaboradas por mulheres privilegiadas que vivem no centro, cujas perspectivas sobre a realidade raramente incluem o conhecimento e a experiência vivida por aquelas mulheres e homens que vivem na margem”. Desse modo, hooks aponta para incompletudes analíticas na teoria feminista que a impedem de abarcar uma variedade de experiências humanas – o que só pode se resolver de maneira complexa, a partir daquelas(es) que conheçam tanto a margem quanto o centro (hooks, 2019[1984], p. 24).

Nesse diapasão, embora o sexismo seja, para hooks (2019[1984], p. 32), um sistema de dominação institucionalizado, esse nunca seria “capaz de determinar de modo absoluto o destino das mulheres nessa sociedade”. Em consequência, definir o movimento feminista genericamente como um “movimento que tem por objetivo tornar as mulheres socialmente iguais aos homens” leva à “desconsideração de raça e classe como fatores que, juntamente com o sexismo, determinam a forma e a intensidade com que os indivíduos serão discriminados, explorados e oprimidos” (hooks, 2019[1984], p. 48).

Como consequências desse panorama de suposta uniformidade, encontra-se, por exemplo, a ausência de consciência acerca das diferenças presentes no âmbito do trabalho: “enquanto trabalhadoras, as mulheres pobres sabiam por experiência própria que o trabalho nem libertava nem trazia realização pessoal, mas antes, na maior parte dos casos, explorava e desumanizava”. Desse modo, quando as mulheres burguesas reivindicavam a libertação pelo trabalho, as mulheres pobres suspeitavam dessa proposição (hooks, 2019[1984], p. 149).

Em texto originalmente publicado em 1984, denominado *Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença*, Audre Lorde, “importante militante, pensadora e poeta estadunidense, referência para o feminismo negro, para a luta antirracista e LGBTQI+<sup>34</sup>” (Elefante Editora), aponta para a necessidade de que as mulheres se relacionem na igualdade, desenraizando padrões internalizados de opressão para reconhecimento de suas diferenças, nem

---

<sup>34</sup> Consoante apresentada pela Editora Elefante, responsável pela publicação de *Zami: uma nova grafia do meu nome. Uma biomitografia* na “Coleção Audre Lorde” - resultado de parceria com as editoras Bazar do Tempo, Relicário e Ubu.

inferiores nem superiores, mas utilizadas para enriquecimento das visões e lutas (Lorde, 2019[1984], p. 247).

Contra a “falsa aparência de uma homogeneidade de experiência sob a capa da palavra *irmandade* que de fato não existe”, Lorde (2019[1984], p. 241) denuncia o fato de que movimento de mulheres de sua época ignorava diferenças de raça, sexualidade, classe e idade. Para autora, tais diferenças não são, contudo, as responsáveis pela separação entre as mulheres, mas sim a “recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta” e “seus efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana” (Lorde, 2019[1984], p. 240). Conforme elucida:

Racismo, a crença na superioridade inata de uma raça sobre todas as outras e, assim, o direito à predominância. Sexismo, a crença na superioridade inata de um sexo sobre o outro e, assim, o direito à predominância. Discriminação etária. Heterossexismo. Elitismo. Classismo (Lorde, 2019[1984], p. 240).

Angela Davis, referência acadêmica e ativista, problematiza em *Mulheres, Raça e Classe* diversas das questões presentes no movimento feminista estadunidense no decorrer dos séculos XIX e XX, que, por terem sido capitaneadas por mulheres brancas de classe média, foram tratadas de forma omissiva, quando não hostil, à realidade de mulheres trabalhadoras racializadas.

Isso se deu, por exemplo, no contexto de luta pelo direito ao voto, na campanha por direitos reprodutivos e na luta pelo direito à educação, conforme se expõe brevemente a seguir, visando a ilustrar a denúncia de Davis acerca de quão perigoso é a defesa de um feminismo alijado da dialeticidade com as questões raciais.

Sobre o primeiro exemplo<sup>35</sup>, Davis (2016[1981], p. 88) aponta que “as líderes do movimento pelos direitos das mulheres do período pós-guerra tendiam a ver o voto como um fim em si mesmo”, de modo que parecia que, ainda que racistas, aqueles que defendiam a causa do sufrágio feminino eram considerados aliados valiosos para a campanha das mulheres. Frente à violência explícita infligida contra a população negra durante os anos 1890, a postura aparentemente “neutra” das líderes da *Associação Nacional Estadunidense pelo Sufrágio Feminino*<sup>36</sup> em relação à “questão de cor” encorajava a proliferação de ideias claramente

---

<sup>35</sup> Destaca-se, nesse contexto, a importância Sojourner Truth e de seus discursos, que, levantando-se contra aqueles e aquelas que não desejavam que ela falasse, pronunciou-se representando suas irmãs negras e transmitindo um espírito de luta à campanha pelos direitos das mulheres. Com o mote “Não sou eu uma mulher?” de discurso realizado Akron, Ohio, em 1851, lançou por terra o argumento do sexo frágil (Davis, 2016[1981], p. 70; 71; 73-74).

<sup>36</sup> No original, *National American Woman Suffrage Association – Nawsa*, criada por Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony pouco após a dissolução da *Associação pela Igualdade de Direitos* (Davis, 2016[1981], p. 92).

racistas nas fileiras da campanha sufragista. Além disso, na última década do século XIX, a campanha pelo sufrágio feminino teria começado, segundo Davis, a aceitar definitivamente o “abraço fatal da supremacia branca” (Davis, 2016[1981], p. 120-121).

Segundo Davis (2016[1981], p. 127-128), no começo do século XX, racismo e sexismo teriam se unido de uma nova maneira, com a combinação da crescente propaganda racista com a promoção igualmente acelerada de ideias que denotavam a inferioridade feminina – o que teria tido fortes reflexos na Nawsa. Nesse sentido, ao argumento estatístico e ao apelo à exigência de instrução, apresentados diversas vezes por delegadas das convenções anteriores da Nawsa, acrescentou-se a sugestão da propriedade de bens como requisito para o voto, em reprodução de ideias contrárias à classe trabalhadora (Davis, 2016[1981], p. 130).

No que se refere ao campo da reivindicação do direito à educação das mulheres, Davis (2016[1981], p. 69) explica que o “fracasso em admitir o potencial de um movimento de mulheres integrado – particularmente contra o sexismo na educação – revelou-se de modo dramático em um episódio” de 1848, quando a filha de Frederick Douglass<sup>37</sup> foi formalmente proibida de assistir às aulas com meninas brancas por uma diretora abolicionista – evidenciando o insucesso da campanha abolicionista em promover uma ampla conscientização antirracista.

No caso da campanha por direitos reprodutivos, por sua vez, o fracasso da campanha pelo direito ao aborto em conduzir uma autoavaliação histórica levou a compreensões e a conduções equivocadas: as mulheres negras eram, sim, “a favor do *direito ao aborto*, o que não significava que fossem defensoras do aborto” – justamente porque eram obrigadas a recorrer a abortos devido a condições sociais miseráveis. Soma-se a isso a incompreensão quanto à suspeita de mulheres negras de que a campanha fosse utilizada para controle de natalidade e esterilização compulsória, tornando o que seria um “direito” para as mulheres privilegiadas um “dever” para as mulheres pobres (Davis, 2016[1981], p. 206; 207; 213; 217).

Por outro lado, a consciência da profunda da indissociabilidade entre a luta pela libertação negra e a luta pela libertação feminina é apontada por Davis (2016[1981], p. 56) nas irmãs Sarah e Angelina Grimké, que se esquivaram da “armadilha ideológica de insistir que um combate era mais importante do que o outro” e que “reconheciam o caráter dialético da relação entre as duas causas”.

Ademais, Davis (2016[1981], p. 230) chama a atenção para as particularidades do trabalho doméstico no que se refere à raça e ao avanço da industrialização. Essa última transferiu a produção econômica da casa para a fábrica e causou um desgaste sistemático sobre

---

<sup>37</sup> Descrito por Davis (2016[1981], p. 43) como “o mais importante abolicionista negro dos Estados Unidos”, ex-escravizado e aliado do movimento de mulheres do século XIX.

a importância do trabalho doméstico das mulheres: (i) elas foram em grande parte despojadas de papéis econômicos significativos; e (ii) com a revalorização generalizada da produção necessária ao novo sistema econômico, houve a separação física entre casa e fábrica e uma fundamental separação estrutural entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo, de modo que o trabalho doméstico foi “definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista”.

Como subproduto ideológico dessa transformação econômica radical, houve o surgimento da “dona de casa” - ideologia em flagrante contradição com o trabalho das mulheres imigrantes e das mulheres que faziam parte da economia escravagista da época. Estabelecendo a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade<sup>38</sup>, essa ideologia do século XIX garantiu que as mulheres não seriam tratadas como trabalhadoras assalariadas completas: com longas jornadas, condições de trabalho precárias e salários repulsivamente inadequados. Assim, “a separação estrutural entre a economia pública do capitalismo e a economia privada do lar tem sido continuamente reforçada pelo primitivismo obstinado do trabalho doméstico” (Davis, 2016[1981], p. 230-231).

Outrossim, como consequência direta de seu trabalho fora de casa, as mulheres negras nunca tiveram como foco central as tarefas domésticas: embora raramente tenham sido “apenas” donas de casa, sempre realizaram trabalhos domésticos. Inclusive, “devido à intrusão adicional do racismo, um vasto número de mulheres negras teve de cumprir as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras mulheres” (Davis, 2016[1981], p. 232; 233; 239).

No contexto da literatura feminista brasileira, as produções de Lélia Gonzalez tornam-se imprescindíveis para se pensar a relação entre racismo e sexismo no país. Para Gonzalez (2020[1988], p. 141), tanto o sexismo quanto o racismo partem das diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação. Contudo, o feminismo teria se esquecido de uma discriminação tão grave quanto aquela sofrida pela mulher, qual seja a de caráter racial. Tal esquecimento é denominado pela autora como “racismo por omissão”, cujas raízes se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista.

---

<sup>38</sup> Desse modo, “a ‘dona de casa’ refletia uma realidade parcial, pois ela era, na verdade, um símbolo da prosperidade econômica de que gozavam as classes médias emergentes” (Davis, 2016[1981], p. 231). Sobre esse aspecto, conforme McClintock (2010[1995], p. 243), mesmo o ócio das mulheres brancas do período Vitoriano – do qual advém essa imagem da esposa burguesa do lar - pode ser considerado menos como um regime de inércia imposto às mulheres da classe média do que um laborioso papel desempenhado por aquelas que queriam pertencer à classe “respeitável”, de modo que o trabalho doméstico tinha de ser acompanhado pelo esforço sem precedente histórico de torná-lo invisível.

Em ensaio denominado *Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*<sup>39</sup>, Gonzalez (2020[1979], p. 31-33) expõe três tendências dominantes na análise das relações raciais no Brasil, considerando a participação mínima da *população de cor* nos processos econômicos, políticos e culturais do país.

A primeira tendência apontada pela autora consiste no apreciar da integração e da assimilação do negro como algo que decorre das exigências lógicas de industrialismo e da modernização – posição sustentada pela sociologia acadêmica na época. Nesse contexto, utilizando-se das formulações críticas de Carlos Hasenbalg, Clóvis Moura e Florestan Fernandes, a autora aponta que tal tendência analisava o processo abolicionista justificando a situação de marginalização do negro por sua culpa e despreparo, deslocando para o negro as razões de sua mobilidade social, enquanto ignorava que a maioria dessa população já era economicamente ativa anteriormente a 1888 e liberava a população branca e suas instituições de suas responsabilidades quanto à situação (Gonzalez, 2020[1979], p. 32).

A segunda tendência é denominada pela autora como marxismo ortodoxo<sup>40</sup>, pela qual a categoria “raça” acabava por se diluir em uma temática econômica (economicista), sendo considerada apenas um instrumento manipulado pelo capitalista para dividir o operariado, e cuja solução recairia na aliança entre trabalhadores de diferentes raças. Em termos de realidade brasileira, contudo, a maioria da população não havia alcançado a situação de força de trabalho relacionada ao capitalismo industrial competitivo. Assim, apesar de denunciar as “injustiças socioeconômicas que caracterizam as sociedades capitalistas”, os adeptos dessa tendência não se percebiam como reprodutores “de uma injustiça racial paralela que tem por objetivo exatamente sua reprodução/perpetuação” (Gonzalez, 2020[1979], p. 32; 38).

A terceira abordagem, por sua vez, afirmava que os grupos racialmente subordinados seriam as minorias que internalizaram o processo de colonização, tendo a ideologia do branqueamento como pano de fundo para exaltação do processo da miscigenação como a expressão mais acabada da “democracia racial” brasileira. Tal discurso encobria a trágica realidade vivida pelo negro no país, tratando-a como uma “harmonia inter-racial” a ser seguida

---

<sup>39</sup> Originalmente apresentado em um encontro da *Latin American Studies Association* (Lasa) em 1979.

<sup>40</sup> A ideia de um marxismo “ortodoxo” acompanha o processo de oficialização institucional - partidária, estatal ou universitária - do marxismo, esvaziando-o de sua potência crítica e dialeticidade histórica, para assumir um caráter cartilhesco, exposto bem em seu papel nas II e III Internacionais por Löwy (2000) em *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Certamente o tema comporta discussão, inclusive na tradição mais crítica e oxigenada do marxismo, a exemplo das formulações de Rosa Luxemburgo, que afirma o caráter de classe e os limites históricos do marxismo, aplicando o marxismo a si mesmo, e de Lukács, cuja *démarche* dialética proposta em *História e consciência de classe* é coerente em relação ao método marxista e frustra armadilhas tanto do “princípio da carruagem” como do relativismo total, como explica Löwy (2000, p. 127; 133).

por países outros onde a discriminação racial era declarada<sup>41</sup>. Nesse contexto, “o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro” amparado na ideia de que o segundo grupo ocupa papéis sociais mais inferiores devido a suas supostas características negativas (Gonzalez, 2020[1979], p. 33; 38).

Contrariamente a tais tendências, a interpretação de Lélia Gonzalez (2020[1979], p. 35) aponta que “o racismo - enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas - denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas e multirraciais contemporâneas”.

No que tange especificamente à situação da mulher negra brasileira, Gonzalez (2020[1979], p. 44) denuncia o processo de exclusão dessa pelos dois papéis sociais que lhe eram atribuídos: “domésticas” ou “mulatas” - o primeiro contendo uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”, como empregada doméstica, merendeira e servente; o segundo implicava a forma mais sofisticada de reificação, como “produto de exportação”.

Em *Por um feminismo afro-latino-americano*, Gonzalez (2020[1988], p. 141; 142) retoma categorias lacanianas de “infante” e de “sujeito-suposto-saber” - a primeira designando “aquele que não é sujeito do seu próprio discurso, sendo falado pelos outros”; a segunda se referindo “a identificações imaginárias com determinadas figuras, para as quais se atribui um saber que elas não possuem”<sup>42</sup> - e afirma que as mulheres não brancas foram definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que as infantiliza. Explica a autora que a imposição de um lugar inferior no interior da sua hierarquia, apoiada nas condições biológicas de sexo e raça, suprime a humanidade dessas pessoas, negando-lhes o direito de serem sujeitos de seu próprio discurso e da sua própria história<sup>43</sup>. Ante tais mecanismos psíquicos, reforça a necessidade de que o feminismo latino-americano não se abstraia de seu caráter multirracial e pluricultural, sob pena de perder consideravelmente sua força.

Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro, considerada uma das pensadoras mais relevantes do feminismo negro no Brasil

---

<sup>41</sup> Beatriz Nascimento (2021[1977], p. 62-63; 65), em artigo publicado pela primeira vez em 1977, define o mito da democracia racial como “uma crença nacional” de que, por não terem existido na experiência social recente brasileira “os fatos de racismo virulento típicos da sociedade norte-americana”, o sistema racial no Brasil seria “digno de causar inveja” às demais nações. Contudo, para a historiadora, “é como conflito não manifesto que atualmente se encaram o preconceito e a discriminação racial no Brasil”, de modo que não se dispunha de meios eficazes para se reagir “contra o preconceito de cor” nem contra a “discriminação gritante nos terrenos da educação e do mercado de trabalho”.

<sup>42</sup> Ademais, a categoria de “sujeito-suposto-saber” auxilia na compreensão dos mecanismos psíquicos inconscientes que fazem com que o colonizado atribua uma superioridade ao colonizador (Gonzalez, 2020[1988], p. 142).

<sup>43</sup> No ensaio *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, apresentado pela primeira vez em 1980, a autora desmascara o mito da democracia racial no país, assumindo o risco do ato de assumir sua própria fala.

(Litera Afro), aponta, em *Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro*, como o feminismo esteve preso a uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, sendo, por longo tempo, incapaz de reconhecer as diferenças e desigualdades entre elas. Como consequência, vozes silenciadas e corpos estigmatizados “de mulheres vítimas de outras formas de opressão” continuaram sem ser ouvidos ou vistos (Carneiro, 2019b[2003], p. 273).

Nesse texto, Carneiro (2019b[2003], p. 274) argumenta que a diversificação das concepções e práticas políticas introduzida pela ótica das mulheres dos grupos subalternizados no feminismo resulta de um processo dialético que, “de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos”, mas, “de outro, exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres”.

Tal exigência é refletida na necessidade de se “enegrecer o feminismo”<sup>44</sup> com atenção às demandas específicas de mulheres negras e indígenas, que perpassam as particularidades de sua inserção no mercado de trabalho, por exemplo (Carneiro, 2019b[2003], p. 273-274; 276). Nesse sentido, pensar a contribuição do feminismo negro traz à tona “as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais” – a qual “engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes” (Carneiro, 2019b[2003], p. 287).

Nesse sentido, “o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para a transformação das concepções e do posicionamento político feminista no Brasil” (Carneiro, 2019b[2003], p. 288), cuja ação política tem o mérito de promover, por suas lutas e reivindicações, o reconhecimento: “da falácia da visão universalizante de mulher”; “das diferenças intragênero”; do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil”; “dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico”; “da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais”; “da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza”; e “da violência

---

<sup>44</sup> Em texto denominado *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, explica que “enegrecer o movimento feminista brasileiro significa, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres” a relevância da questão racial em temas como políticas demográficas, violência contra a mulher, mercado de trabalho e doenças étnicas/raciais ou com maior incidência sobre a população negra para formulação de políticas públicas. Desse modo, um olhar feminista e antirracista desvela no cenário político as “contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero”, promovendo sínteses (Carneiro, 2019a[2003], p. 316). Nesse texto, a autora conclui pela “necessidade da construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade” (Carneiro, 2019a[2003], p. 320).

simbólica e a opressão que a branca, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não brancas” (Carneiro, 2019b[2003], p. 288).

Apontadas algumas das importantes contribuições de teóricas do movimento feminista negro para a compreensão das imbricações necessárias entre classe, raça e gênero, passar-se-á a uma discussão teórica acerca de duas perspectivas analíticas diferentes, propostas no debate feminista, que se propõem a pensar a relação entre tais categorias: as teorias da interseccionalidade e da consubstancialidade. Neste ponto, objetiva-se situar tais perspectivas, a partir de seus fundamentos teóricos e implicações analíticas, para que, a partir de diálogos críticos, possam ser estabelecidas pontes e contrapontos com a teoria unitária da reprodução social.

Conforme Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 109), as narrativas predominantes sobre o surgimento da interseccionalidade costumam atribuir a criação do referido termo a Kimberlé Crenshaw, especialmente no artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, publicado em 1991<sup>45</sup>.

Para essas autoras, embora tal documento deva ser considerado fundamental tanto “para marcar a tradução dos entendimentos de interseccionalidade que emanavam do feminismo negro e chicano e de projetos de justiça social similares” quanto “os entendimentos de interseccionalidade dentro da academia”, não se pode desconsiderar a importância das décadas de 1960 e 1970 para a elaboração das ideias centrais da interseccionalidade. Explicam que já “no fim da década de 1960, mulheres de cor se engajaram em ideias e práticas dos direitos civis, do movimento Black Power, de libertação dos chicanos, Red Power e movimentos asiático-americanos em bairros racial e etnicamente segregados” - período durante o qual criaram suas próprias organizações políticas nos Estados Unidos, com o epíteto “feminista negra”. Ademais, no decorrer da década de 1970, as afro-americanas expressaram suas ideias dentro dos movimentos sociais e se envolveram em iniciativas comunitárias locais, testando as ideias em contextos políticos ao mesmo tempo em que usaram o que aprenderam nos movimentos sociais para construir análises. Nesse contexto, defendem que as ideias centrais da interseccionalidade

---

<sup>45</sup> Karla Akotirene (2020[2019], p. 58-59) aponta o artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*, de Kimberlé Crenshaw, publicado em 1989, como o trabalho que inaugura o termo interseccionalidade - termo que teria sido reaplicado em 1991 na publicação *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor* para “descrever a localização interseccional das mulheres negras e sua marginalização estrutural, aportada à teoria crítica da raça e conceito provisório de interseccionalidade”.

já haviam aparecido em vários textos fundamentais do feminismo negro<sup>46</sup> (Collins; Bilge, 2021, p. 90-91).

Nas décadas de 1980 e 1990, com a entrada de feministas negras e latinas e de atores políticos oriundos dos movimentos sociais no ambiente acadêmico estadunidense, “a incorporação institucional dos estudos de raça/classe/gênero significava defender a justiça social e as sensibilidades políticas de movimentos sociais heterogêneos dentro de um contexto acadêmico” (Collins; Bilge, 2021, p. 105; 107). Assim, foram enfrentados diversos desafios, como:

[...] os estudos de raça/classe/gênero poderiam continuar seu desenvolvimento intelectual sem uma estrutura comum? Como os estudos sobre a sexualidade, uma área que ainda estava surgindo, e pesquisas interdisciplinares similares interagem com os estudos de raça/classe/gênero? O nome “estudos de raça/classe/gênero” suscitou outras preocupações, assim como uma diminuição da atenção dispensada à análise de classe nas disciplinas e certa demanda para que nação, etnia e capacidade fossem integradas ao campo em desenvolvimento. Como os estudos de raça/classe/gênero poderiam distinguir os projetos críticos baseados na sensibilidade dos movimentos sociais daqueles que não o eram? (Collins; Bilge, 2021, p. 108).

Defendem Collins e Bilge (2021, p. 109) que, nesse cenário, o novo termo genérico poderia “ajudar a legitimar os estudos realizados nessas áreas, tornando-os mais compatíveis com as normas acadêmicas de descoberta, autoria e propriedade”.

No supracitado artigo publicado em 1989 por Crenshaw (1989, p. 140), a autora elabora que, contrariamente a uma análise baseada em um único eixo categorial de subordinação - que, por vezes, exclui tanto mulheres negras da teoria feminista quanto dos discursos políticos antirracistas – dever-se-ia conceber uma nova estrutura analítica, pois:

Esses problemas de exclusão não podem ser simplesmente resolvidos pela inclusão de mulheres negras dentro de uma estrutura analítica já estabelecida. Isso porque, como a experiência interseccional é maior do que a soma do racismo e do sexismo, qualquer análise que não leve a interseccionalidade em consideração não pode suficientemente tratar da maneira particular pela qual mulheres negras são subordinadas (Crenshaw, 1989, p. 140, tradução minha)<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> Cita-se aqui a importante influência das experiências de “organizações feministas socialistas de mulheres afro-americanas, notadamente, a *Combahee River Collective* formada em Boston em 1974”, que empreendia campanhas por direitos reprodutivos, pela abolição prisional, por direitos lésbicos e contra o estupro e a esterilização forçada, tendo os “corpos racializados e generificados de mulheres negras da classe trabalhadora” no centro de sua teoria e prática (Ferguson; McNally, 2017[2013], p. 48).

<sup>47</sup> No original: “These problems of exclusion cannot be solved simply by including Black women within an already established analytical structure. Because the intersectional experience is greater than the sum of racism and sexism, any analysis that does not take intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which Black women are subordinated” (Crenshaw, 1989, p. 140).

Retomando também o artigo mencionado por Collins e Bilge como inaugural para o termo interseccionalidade, *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, verifica-se que Crenshaw (1991, p. 1242, tradução minha) parte da observação de que tanto os “esforços feministas para politizar as experiências das mulheres” quanto os “esforços antirracistas para politizar as experiências das pessoas de cor frequentemente procediam como se os problemas e experiências de cada um ocorressem em terrenos mutuamente exclusivos”. Desse modo, “embora racismo e sexismo abertamente se interseccionassem nas vidas reais das pessoas, raramente o faziam nas práticas feministas e antirracistas”<sup>48</sup>.

Embora não proponha a interseccionalidade como uma teoria nova e totalizante da identidade e reconheça que fatores como classe ou sexualidade costumam ser igualmente críticos em moldar as experiências de mulheres de cor, Crenshaw foca nas intersecções de raça e gênero para demonstrar como essas moldam aspectos estruturais, políticos e representacionais da violência contra mulheres de cor - o que, segundo defende, evidencia a necessidade de representar campos múltiplos de identidade quando se considera o modo como o mundo social é construído. Assim, propõe que, contrariamente a uma justaposição de gênero e raça, tais aspectos são mutuamente reforçados (Crenshaw, 1991, p. 1243-1245; 1283).

Em *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*, escrito mais recentemente, Crenshaw (2002, p. 177) definiu a interseccionalidade como uma conceituação metafórica:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Nesse contexto, propõe uma metáfora de intersecção em que os vários eixos de poder - isto é, raça, etnia, gênero e classe - constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. Nessa analogia, tais sistemas se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam, estando as mulheres

---

<sup>48</sup> No original: “Feminist efforts to politicize experiences of women and antiracist efforts to politicize experiences of people of color have frequently proceeded as though the issues and experiences they each detail occur on mutually exclusive terrains. Although racism and sexism readily intersect in the lives of real people, they seldom do in feminist and antiracist practices” (Crenshaw, 1991, p. 1242).

racializadas frequentemente posicionadas no entrecruzamento e, “por consequência, sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias”: os danos podem ser causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; ou quando danos resultam de colisões simultâneas (Crenshaw, 2002, p. 177).

Em outro artigo, realiza uma analogia com o Grand Canyon, no qual “o fluxo d’água criou sulcos profundos nos quais a água continua a correr”, cujos “eixos seriam os sulcos profundos criados, ao longo de séculos, por políticas e práticas baseadas na raça e no gênero”. A parte ativa seria o contemporâneo, aquilo que passa por esses sulcos e efetivamente afeta os que estão na interseção, tais como as políticas contemporâneas que excluem indivíduos em função de sua raça e de seu gênero. Assim, se uma pessoa estiver no meio de uma interseção, estará, assim, no meio dessas colisões, destinando-se a discriminação contra tais grupos específicos (Crenshaw, 2004, p. 11-12)<sup>49</sup>.

Collins e Bilge (2021, p. 15-16) reconhecendo que a pergunta “o que é interseccionalidade?” suscita respostas variadas e, por vezes, contraditórias, definem a interseccionalidade como ferramenta analítica, que possui a investigação e a práxis críticas como dois pontos organizacionais. Elaboram a seguinte descrição genérica:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Dada a multiplicidade de definições para o termo, Kathy Davis (2008, p. 68; 69) aponta que, após o sucesso do termo e sua adesão por diferentes disciplinas, perspectivas teóricas e convicções políticas, foram geradas incertezas e confusões teóricas: certos autores definem a interseccionalidade como uma teoria, outros como um conceito ou ferramenta heurística, ou ainda como uma estratégia de leitura para realizar análises feministas. Outrossim, emergiram controvérsias sobre se a interseccionalidade deveria ser conceituada como um cruzamento (conforme Crenshaw, ), como “eixos” de diferença (citando Yuval-Davis) ou como um processo

---

<sup>49</sup> Em *Pensamento feminista negro*, Collins (2019, p. 57) elabora a seguinte explicação: interseccionalidade “se refere a formas particulares de opressão interseccional, por exemplo, intersecções entre raça e gênero, ou entre sexualidade e nação”. Tais paradigmas destacam que “a opressão não é redutível a um tipo fundamental e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça”. A matriz de dominação, por sua vez, “se refere ao modo como essas opressões interseccionais são de fato organizadas”. Assim, “independentemente das intersecções específicas em questão, domínios de poder estruturais, disciplinares, hegemônicos e interpessoais reaparecem em formas bastante diferentes de opressão”.

dinâmico (consoante Staunæs). Não está claro, ademais, se a interseccionalidade deveria se limitar à compreensão de experiências individuais, à teorização da identidade, ou se deveria ser compreendida como uma propriedade de estruturas sociais e discursos culturais. A autora argumenta que, paradoxalmente, poderiam ser precisamente a imprecisão e a abertura do termo os motivos de seu sucesso.

Nesse sentido, Kathy Davis (2008, p. 70; 74; 75; 76) atribui quatro motivos pelos quais a interseccionalidade obteve tamanha popularidade: (i) o fato de tratar da preocupação teórica e normativa mais central da academia feminista: nomeadamente, o reconhecimento de diferenças entre mulheres; (ii) o fato de fornecer um giro que pode ajudar a se evitar alguns dos perigos de abordagens aditivas para múltiplas identidades; (iii) o fato de ser atraente tanto para especialistas quanto “generalistas” na academia, uma vez que a imagem de um cruzamento parece se aplicar a quase qualquer contexto para se visualizar como as diferenças se interseccionam, tanto em uma identidade individual, quanto em uma prática social ou localização específicas; e, por fim, (iv) o fato de ser, paradoxalmente, inerentemente ambígua e incompleta.

Tais características teriam gerado debates acalorados ao redor do globo, relativos a quais categorias (e quantas) deveriam ser incluídas na análise, e se essa proliferação aparentemente infinita de diferenças não seria justamente o problema da interseccionalidade, deixando raça, classe e gênero pouco teorizadas, como explica Kathy Davis (2008, p. 7).

Partindo de um ponto de vista pós-estruturalista, Maria Carbin e Sara Edenheim (2013, p. 245) tecem críticas ao conceito de interseccionalidade, pois, embora elaborado como um conceito crítico e derivado da necessidade de intervenção feminista, obteve sucesso “sem uma ontologia”, o que levaria, por vezes, a um apagamento do explícito estruturalismo (marxista) presente no feminismo negro, assim como, argumentam, a uma deslegitimação da ontologia pós-estruturalista (pós-marxista) que não “compartilha desse sonho de uma linguagem feminista comum”<sup>50</sup>.

Consoante Bárbara Araújo Machado (2017, p. 7), a variedade de expressões associadas à interseccionalidade (“conceituação metafórica”, “modelo provisório”, “protocolo provisório”,

---

<sup>50</sup> No original: “Intersectionality, even though intended as a critical concept and derived from a much needed feminist intervention, has thus been successful through the lack of ontology, and this lack has in some cases led to a diminishing of the explicitly structuralist (Marxist) ontology of black feminist but also a de-legitimization of a poststructuralist (post-Marxist) ontology that does not share this dream of a common feminist language” (Cabin; Edenheim, 2013, p. 245). Em crítica a esse tipo de proposta, Stabile (1999[1997], p. 151; 152) explica que a exclusão de interconexão sistêmica, a partir de um foco micropolítico, tem como consequência a substituição da política de interesses comuns e da luta social coletiva pelo individualismo. Assim, a partir de identidades infinitamente fragmentadas e instáveis, não há luta sistêmica.

“metodologia”, etc.) pode ser relacionada ao caráter aberto que Carbin e Edenheim “identificaram como tendo sido, por um lado, fonte de sucesso do conceito e, por outro, motivo de confusões teóricas e apropriações indevidas”.

Ademais, como um conceito em disputa, diversas autoras articularam diferentes categorias nessa intersecção – a maioria enfatizando questões de raça e gênero, mas inserindo também outras categorias (Hornhardt, 2019, n.p) - como a orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, conforme elencadas por Collins e Bilge (2021, p. 15). Decorre das diferentes análises, por vezes, uma maior ênfase à agência dos sujeitos, enquanto, por outras, uma ênfase na estrutura social das múltiplas formas de opressão (Hornhardt, 2019,

Partindo de outro marco teórico, mas concluindo no mesmo sentido, Sara Salem (2016, p. 6) aponta que, embora originado das lutas do feminismo negro, o conceito da interseccionalidade tem se tornado um termo genérico utilizado por feministas de posições ontológicas e epistemológicas muito diferentes. Esse pluralismo, na visão da autora, contribui para o apagamento do potencial crítico da interseccionalidade, ao contrário de reforçá-lo.

Para Vogel (2018, p. 279; 280; 282), o termo interseccionalidade é sedutor por incluir “tudo” de maneira acessível e matizada, ao mesmo tempo em que preserva a autonomia dos sistemas específicos em sua unidade. Ademais, omitindo-se as palavras raça e classe, omite-se, por consequência, seu poder de invocar inquietações e de implicar ações para a justiça social e mudança estrutural. Como é primariamente descritivo, o termo fornece uma moldura conceitual para se descrever e se investigar sobre “diversidade” sem, contudo, oferecer uma explicação sistemática. Entretanto, o conceito pode ser útil como um mecanismo de conscientização, oferecendo uma maneira atrativa de se tratar as relações entre múltiplas dimensões da diferença.

Depreende-se que a conceituação e a popularização do termo “interseccionalidade” ocorrem, inicialmente, em contexto de pensadoras feministas negras norte-americanas, que, retomando contribuições e lutas anteriores, passaram a trabalhar com o termo na academia. A popularização posterior do termo, com apropriações e modificações das mais diversas, possui implicações teóricas e analíticas importantes, que devem ser devidamente avaliadas.

Para Ferguson e McNally (2017[2013], p. 49), essa abordagem confrontou o problema de “elucidar as inter-relações entre as distintas dimensões da experiência social e das instituições e práticas que as moldam”, inspirando “significativos trabalhos empíricos que documentam como a opressão é vivida de formas não compartimentadas e frequentemente contraditórias”. Tal orientação empírica tem o mérito de atrair atenção para a *experiência* da opressão, reinsertando os agentes humanos na análise da história e da vida social. Ademais, auxilia na compreensão da experiência como sendo socialmente determinada de maneira não

reduzitiva, “em termos de processos contraditórios de organização e determinação social”<sup>51</sup>. Contudo, a metáfora espacial de intersecção tende a perceber cada modo de dominação como um vetor distinto de poder de maneira independente numa primeira instância, que então se cruza (intersecciona) com outros, o que leva a uma “dificuldade em apreender a constituição recíproca de cada relação social dentro e através de outras relações de poder”.

Desse modo, considerando que “uma teoria integrativa é incompleta a menos que ela se mova dessa abstração para nomear a lógica social que informa a unidade existente, concreta, dessas relações”, ao não diferenciar entre concepções dialéticas e não dialéticas de determinação e totalidade, o feminismo interseccional leva “seus proponentes a descartar ou sub-teorizar a lógica integrativa da totalidade social”. Sem um princípio sistêmico organizador a um todo social mais amplo, não é possível explicar como e por que experiências diversas se interconectam de determinadas maneiras. Tal tarefa só pode se dar em análise histórica e teórica que conceba “o todo social como algo maior do que a soma de suas partes” (Ferguson, 2017[2016], p. 23).

A consubstancialidade, por sua vez, emerge por caminho distinto: “com menor receptividade na literatura, relaciona-se, em sua origem, ao feminismo materialista francês”, como explicita Amanda Kovalczuk de Oliveira Garcia (2022, p. 110). Conforme Helena Hirata (2014, p. 63), a problemática da consubstancialidade de Danièle Kergoat “foi elaborada a partir do final dos anos de 1970 em termos de articulação entre sexo e classe social, para ser desenvolvida, mais tarde, em termos de imbricação entre classe, sexo e raça”.

Consoante explica Abreu (2018, p. 12-13), do debate entre a sociologia do trabalho e o pensamento feminista, no final dos anos 1970, uma série de reflexões emergiu na esteira dos trabalhos materialistas franceses, retomados de forma crítica por pesquisadoras como Danièle Kergoat, Helena Hirata e Anne-Marie Devreux. Tais “reflexões procuraram articular categorias como trabalho e família, produção e reprodução”, que eram muitas vezes concebidas como esferas separadas, opondo-se ainda às ideias “de que a base do patriarcado poderia ser localizada exclusivamente ou prioritariamente na família” e de que só depois essa se expandiria para o conjunto da vida social. Formula-se, outrossim, o “conceito de relações sociais de sexo, concebido como uma relação que perpassa toda a realidade social”.

---

<sup>51</sup> McNally (2023[2017], p. 157; 158; 175) atribui como grande feito dessa proposta a expansão do panorama de discussão, especialmente pelos esforços de mulheres racializadas e considerando, inclusive, que a maioria das teóricas da reprodução social não integrava adequadamente os processos de racialização em suas análises. Entretanto, desde o início, tal proposta teria lutado com a metáfora espacial que a define e seu atomismo ontológico.

Abreu localiza nos anos 1990-2000 o fortalecimento do debate na França entre teorias identificadas como “pós-modernas”, “pós-estruturalistas” e *queer* e aquelas identificadas com o polo “materialista” – contexto a partir do qual o “feminismo materialista” começa a ser mais frequentemente associado ao conjunto de autoras que davam centralidade às relações sociais e se opunham às proposições pós-estruturalistas - e não mais apenas às teorias desenvolvidas por Delphy. Decorre, assim, desse período e dessa configuração teórica particular a ideia dessa corrente de pensamento, cujo elemento-chave é a “materialidade” da opressão (Abreu, 2018, p. 13-14).

Segundo Kergoat (2010, p. 93), a mobilização dos conceitos de “consustancialidade das relações sociais” e “coextensividade” se deu em busca de uma compreensão não mecânica das “práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul)”. Nesse contexto, a autora aponta que tais práticas não podem ser apreendidas por noções geométricas, como imbricação, adição, intersecção e multiposicionalidade, já que essas seriam móveis, ambíguas e ambivalentes.

Referenciando Godelier (1982), a autora define uma relação social como uma “relação antagonica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa [enjeu]”, que seria uma relação de produção material e ideal (Kergoat, 2010, p. 94). Para melhor elucidar o conceito de relação social no sentido empregado pelas feministas do materialismo francês, Cisne e Falquet (2020, p. 428) destacam que, diferentemente de “relation” - que “diz respeito às relações individuais, interpessoais, cotidianas”, o termo “rapport”

[...] é uma ferramenta teórica que designa as relações sociais estruturais, abstratas, impessoais, antagonicas e criadas dialeticamente pelas diferenças de poder entre grupos, envolvendo exploração/apropriação de um grupo sobre outro (que se torna assim uma classe). Na formulação epistemológica dominante do feminismo materialista francófono, existem três relações sociais estruturais, na medida que organizam o trabalho no seu sentido mais amplo, pago ou não: as relações sociais de sexo, raça e classe. Em outras palavras, não há apenas uma divisão de classe atravessando as sociedades, mas há, também, uma divisão sexual e racial do trabalho (Cisne; Falquet, 2020, p. 428).

Defende Kergoat (2010, p. 94) que as relações sociais são consustanciais, formando “um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica”; ademais, “são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se co-produzem mutuamente”.

Ainda acerca do conceito de relação social, a autora realiza a seguinte comparação: diferentemente das relações intersubjetivas, que são próprias dos indivíduos concretos entre os quais estas se estabelecem, as relações sociais “são abstratas e opõem grupos sociais em torno

de uma disputa [enjeu]”, de maneira que estas últimas “continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão” (Kergoat, 2010, p. 95).

Kergoat (2010, p. 99-100) objetiva desnaturalizar radicalmente as construções que se baseiam na diferenciação das desigualdades, enquanto mantém a dimensão concreta das relações sociais. Para tanto, enumera alguns princípios e propõe algumas orientações metodológicas: (i) define, como imperativo materialista, que as relações de gênero, raça, classe são relações de produção, onde se entrecruzam exploração, dominação e opressão; (ii) coloca, como imperativo histórico, o caráter dinâmico das relações sociais como central para a análise - relações que devem ser necessariamente historicizadas; (iii) postula a definição das invariantes nos princípios de funcionamento das relações sociais.

Verifica-se, portanto, que o ponto de partida da conceitualização de Crenshaw encontra-se na intersecção entre sexo e raça, enquanto o de Kergoat entre sexo e classe – o que, segundo Hirata (2014, p. 63), fatalmente tem implicações teóricas e políticas. As críticas de Kergoat ao conceito de interseccionalidade residem principalmente em considerar que uma multiplicidade de categorias poderia mascarar as relações sociais e que a noção de multiposicionalidade apresenta um problema, pois não haveria “propriamente posições” ou, especificamente, essas não seriam fixas, por estarem inseridas em relações dinâmicas, em perpétua evolução e renegociação<sup>52</sup> (Kergoat, 2010, p. 98).

Para Hirata (2014, p. 65-66), o ponto essencial da crítica de Kergoat ao conceito de interseccionalidade refere-se ao fato de a categoria supostamente não partir “das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda sua complexidade e dinâmica”. Outra crítica destacada diz respeito ao fato de que a análise interseccional evidenciaria, em geral, o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um plano menos visível.

Consoante Hirata (2014, p. 63) ainda, “um ponto maior de convergência entre ambas é a proposta de não hierarquização das formas de opressão”. Além disso, destaca-se que há interesses teóricos e epistemológicos em articular sexo e raça, que repercutem, por exemplo, nos âmbitos jurídico e político (Hirata, 2014, p. 64), como quando a interseccionalidade foi utilizada por Crenshaw no âmbito do contencioso estadunidense e quando é utilizada de

---

<sup>52</sup> Hirata (2014, p. 65) elucida ainda que a crítica de Kergoat é aprofundada na introdução do livro *Se battre, disenteselles*. com as seguintes considerações: (i) a multiplicidade de pontos de entrada, como casta, religião, região, etnia, nação etc. -para além de raça, gênero, classe - levaria a “um perigo de fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência das relações sociais, com o risco de contribuir à sua reprodução”; (ii) não seria certo que todos esses pontos remetem a relações sociais, talvez não sendo o caso de colocá-los todos num mesmo plano; (iii) as(os) teóricas(os) da interseccionalidade continuariam a raciocinar em termos de categorias, e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria sem historicizá-las e, por vezes, sem levar em conta as dimensões materiais da dominação.

maneira potente e historicizada nas reivindicações e lutas de pesquisadoras(es), trabalhadoras(es) e militantes.

Para Arruzza (2017, p. 44-45), a noção de consubstancialidade tem o mérito de dar uma perspectiva dinâmica à maneira pela qual todas essas relações conjuntamente formam um sistema, pensando-as em uma interação semelhante à de uma reação de elementos químicos, que se combinam de forma a dar lugar a uma nova substância. Ademais, tal abordagem considera e analisa de maneira crucial a exploração de classe. Contudo, está baseada em algumas pressuposições controversas compartilhadas por muitas feministas materialistas: (i) considerar as relações de gênero, de classe e de raça como relações de produção, sem diferença de substância; (ii) considerar cada uma dessas relações como um “sistema próprio, incluindo instâncias de exploração, dominação e opressão e, ademais, que juntas elas constituem um sistema unificado ou uma totalidade, por determinar mutuamente uma à outra”. Nesse cenário,

[...] a insistência na co-formação e consubstancialidade dessas relações sociais, animadas pela recusa a atribuir um papel determinante à exploração de classe, em um olhar mais detido, acaba reproduzindo um jogo incessante de relações. O que ela deixa de explicar é a lógica determinante de tal interação entre esses elementos químicos – isto é, o porquê, antes de tudo, esse tipo de interação ocorre. Na medida em que tudo determina tudo o mais, a noção de determinação perde sua função explicativa, e torna-se impossível evitar uma regressão infinita nas cadeias causais. Mais ainda, não é claro como a perspectiva da consubstancialidade pode escapar da multiplicação infinita de sistemas de opressão que ela condena na interseccionalidade (Arruzza, 2017, p. 45).

Conclui-se que o feminismo negro oferece contribuições essenciais para a compreensão crítica de raça e gênero sob o capitalismo, as quais serão devidamente consideradas na análise aqui empreendida.

No que se refere às ferramentas analíticas analisadas, por sua vez, os debates teóricos expostos permitiram que fosse possível visualizar limitações e críticas importantes a tais ferramentas, embora reconhecendo importantes contribuições e potencial papel político, quando utilizadas criticamente por pesquisadoras e militantes nos mais diversos espaços. Todavia, buscando uma apreensão do feminismo que se pretenda totalizante e voltada a um projeto de transformação social abrangente, retomar-se-á, detalhadamente, o debate da reprodução social, em defesa de uma teoria unitária, conforme se desenvolverá no tópico 2.4.

Anteriormente, contudo, serão apresentadas contribuições dos ecofeminismos para se pensar a imbricação entre mulheres e natureza, dada a potência de suas lutas e resistências nos territórios comunitários e de sua imprescindibilidade para se compreender a acumulação capitalista e a crise sistêmica atual.

### 2.3 Pensando a relação entre mulheres e ecossistema

Para além das contribuições do feminismo negro – e das ferramentas analíticas anteriormente expostas - para se pensar a unidade na diferença, devidamente considerando questões raciais nas análises do trabalho feminino, tratar-se-á das importantes elaborações proporcionadas pelos ecofeminismos, visando a investigar e a compreender a resistência das mulheres, especialmente nos territórios indígenas e comunitários, à acumulação capitalista e ao neoextrativismo. Entende-se que tais lutas correspondem a um elemento fundamental da luta feminista internacional na atualidade, sendo as contribuições ecofeministas imprescindíveis para essa leitura.

Primeiramente, cabe situar os ecofeminismos, compreendidos como corrente de pensamento e movimento social que, a partir de visões diversas, nos anos 70, passaram a explorar os “encontros e sinergias entre ambientalismo e feminismo”<sup>53</sup> (Herrero, 2013, p. 280, tradução minha). Trata-se tanto de uma filosofia quanto de uma prática ativista que defende que o modelo econômico e cultural ocidental se constituiu e se mantém pela colonização das mulheres, dos povos “estrangeiros e suas terras” e da natureza (Herrero, 2014, p. 8).

Considerando que a divisão do trabalho está baseada não apenas em opressões de gênero, mas em empreendimentos racistas e coloniais, as teóricas ecofeministas têm capturado os processos pelos quais tais dinâmicas operam no capitalismo globalizado, não apenas sobre os recursos do chamado “Terceiro Mundo”, mas sobre o trabalho reprodutivo realizado nas terras rurais e comuns (Ferguson, 2020, p. 19; 114).

Nessa seara, partindo das formulações de Rosa Luxemburgo acerca do imperialismo e da acumulação capitalista, Maria Mies, Claudia von Werlhof e Veronika Bennholdt-Thomsen teorizaram a respeito do “trabalho doméstico/trabalho de subsistência no mundo inteiro como a parte ainda não totalmente capitalizada de que o capitalismo precisava para sua reprodução” (Loureiro, 2022, p. XI).

Inicialmente, cabe retomar as imprescindíveis formulações de Luxemburgo na obra *A acumulação do capital* para compreensão do processo de acumulação de capital, cuja formulação foi proposta por Marx (2017[1867], p. 786), no capítulo 24 do Tomo I d’*O Capital*, da seguinte maneira:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho,

<sup>53</sup> No original: “Nacido en los años 70, el ecofeminismo es una corriente de pensamiento y un movimiento social que explora los encuentros y sinergias entre ecologismo y feminismo” (Herrero, 2013, p. 280).

processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

Explica o autor que tal processo “assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas”. Descrevendo como tal processo teria se dado na transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, Marx explicita “momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres”, em que a expropriação da terra comunal constitui a base de todo o processo<sup>54</sup> (Marx, 2017[1867], p. 787-788).

Nessa análise, verifica como “o roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna” constituíram métodos da acumulação primitiva, responsáveis pela conquista do campo para a agricultura capitalista, pela incorporação do solo ao capital e pela criação da oferta necessária de um proletariado livre para a indústria urbana (Marx, 2017[1867], p. 804).

Luxemburgo (2021[1913], posição 302-304), por sua vez, desenvolve a análise proposta explicitando como o processo histórico de acumulação do capital depende, em muitos aspectos, de camadas e formas sociais não capitalistas. Tais formas sociais formam o meio histórico dado daquele processo, uma vez que o sistema capitalista requer, para seu desenvolvimento, a possibilidade de dispor de todas as regiões e climas e de operários de todas as raças, ou seja, dos meios de produção e das forças de trabalho existentes no mundo inteiro.

Nesse contexto, explicita Luxemburgo (2021[1913], posição 308; 309) como as camadas sociais não capitalistas são transformadas em “mercado para colocar sua mais-valia”, “fonte de meios de produção” e “reservatórios de mão de obra para seu sistema assalariado”. Como o capital não pode alcançar nenhum de seus fins com formas de produção de economia natural - já que nessas o que define a produção são as necessidades domésticas-, emprega os

---

<sup>54</sup> O conceito de “acumulação primitiva” descreve, assim, a reestruturação social e econômica iniciada pela classe dominante europeia, de maneira a demonstrar que o capitalismo não poderia ter se desenvolvido sem uma prévia concentração de capital e trabalho e que a dissociação entre trabalhadores e meios de produção é a fonte da riqueza capitalista. O conceito identifica, desse modo, as condições históricas para o desenvolvimento do sistema capitalista, em que “primitiva/originária” indica tanto uma pré-condição para a existência desse sistema, quanto um evento específico no tempo. Porém, Marx teria analisado tal processo pelo ponto de vista do proletariado industrial assalariado, limitando sua análise essencialmente à expropriação da terra do campesinato europeu e à formação do trabalhador independente “livre” (Federici, 2017, p. 117-118).

seguintes métodos: a violência política, a pressão tributária do Estado e o barateamento das mercadorias – de forma paralela, sucessiva ou complementar<sup>55</sup>. Aliando a violência política aos fatores econômicos, a luta contra as estruturas sociais primitivas manifesta-se, assim, sob a forma de política colonial, sendo a acumulação primitiva realizada continuamente e em escala muito maior.

Rosa Luxemburgo não entendia o imperialismo como uma etapa estrutural precisa do alto desenvolvimento do capitalismo, sua “etapa superior”, mas, avessamente, como o primeiro ato de nascimento do capitalismo, dada a impossibilidade da realização da mais-valia no interior do “sistema capitalista puro”. Luxemburgo percebeu que os esquemas da produção (seção I) e do consumo (seção II) da realização da mais-valia não se restringem ao círculo restrito do capitalismo, mas atingem economias pré-capitalistas, onde a operação se completaria, como elucidada Mário Pedrosa (1979, p. 69-70).

Armando Cordová (2019, p. 14) clarifica as elaborações da autora em apreço da seguinte maneira: o capitalismo surge e realiza seu desenvolvimento histórico em um meio social não-capitalista, correspondente, na Europa ocidental, ao feudalismo e à produção mercantil e, no restante do mundo, a um conjunto de culturas não-europeias diversas. Nesse ambiente pré-capitalista, o capitalismo atravessaria três fases. A primeira consistiria na luta do capital contra as organizações de economia natural para: se apoderar de seus recursos naturais; liberar trabalhadores para obrigá-los a trabalhar para o capital; introduzir a economia mercantil; e separar a agricultura da indústria. Tal fase se daria necessariamente pela força, pela apropriação violenta dos meios de produção importantes dos países capitalistas. A segunda teria sua constituição na luta do capital para destruir a economia mercantil simples que havia imposto como substitutivo à economia natural. A terceira, por fim, consistiria na fase imperialista da acumulação de capitais ou fase da concorrência mundial do capitalismo (Cordová, 2019, p. 14-15). Essa última fase consistiria, citando diretamente Luxemburgo (2021[1913], posição 308), “na luta do capital pela concorrência no cenário mundial para conquistar o restante dos elementos para a acumulação”.

Por meio dessas três fases, o processo de acumulação tende a substituir, em todas as partes, a economia natural pela economia mercantil simples, e estas pelas formas capitalistas, até tornar a produção capitalista a forma de produção única de todos os países e ramos (Cordová, 2019, p. 15).

---

<sup>55</sup> A autora distingue e detalha três partes nesse processo: “a luta do capital com a economia natural; a luta do capital com a economia de mercado; e a luta do capital pela concorrência no cenário mundial para conquistar o restante dos elementos para a acumulação” (Luxemburgo, 2021[1913], posição 308).

Nesse movimento, o objetivo - e propulsão da produção capitalista - seria a obtenção ilimitada de mais-valia, em um crescimento incessante, de modo que, sem a reprodução ampliada, seria impensável o desenvolvimento histórico que resulta na forma econômica capitalista. Assim, “o capitalismo se realiza e se desenvolve historicamente (e contraditoriamente) em seu processo de acumulação permanente de capital, como fundamento imanente do processo de expansão capitalista, a partir de territórios não capitalistas”, como explica Gustavo Prieto (2017, p. 815).

Prieto (2017, p. 815) destaca que, nessa dinâmica, Rosa Luxemburgo

separa a produção da reprodução do capital, colocando a acumulação originária não como um momento específico e determinado da geografia histórica do capitalismo, mas como um processo imanente e constitutivo da (re)produção contraditória do capital que se realiza como produção de relações não capitalistas dialeticamente articuladas ao capitalismo.

Partindo dessas compreensões de Luxemburgo sobre o imperialismo e o colonialismo, que evidenciam que o capitalismo sempre precisou de “ambientes e estratos não capitalistas” para a ampliação da força de trabalho, dos recursos e dos mercados, as supracitadas ecofeministas alemãs - Maria Mies, Claudia von Werlhof e Veronika Bennholdt-Thomsen – passaram a realizar uma análise do trabalho das mulheres em todo o mundo para além horizonte limitado das sociedades industrializadas e das donas de casa nesses países. Transcendendo teoricamente a divisão sexual do trabalho e a divisão internacional do trabalho - divisões artificiais do trabalho criadas pelo capital – incluíram essas relações em uma análise do trabalho das mulheres sob o capitalismo, pois “o patriarcado capitalista<sup>56</sup>, ao dividir e conectar simultaneamente as diferentes partes do mundo”, teria criado um contexto mundial de acumulação dentro do qual a manipulação do trabalho das mulheres e a divisão sexual do trabalho desempenham um papel crucial (Mies, 2022[1986], p. 95-96).

Segundo Maria Mies (2022[1986], p. 115),

[a] produção geral da vida, ou produção de subsistência – realizada principalmente por meio do trabalho não assalariado de mulheres e de outros trabalhadores não

<sup>56</sup> A autora fala em “patriarcado capitalista” para “denotar o sistema que mantém a exploração e a opressão das mulheres”, pois, discordando de uma teoria de dois sistemas, defende que o capitalismo não pode funcionar sem patriarcado. A autora entende o conceito de “patriarcado” como um conceito de luta, que expressa a totalidade das relações de opressão e exploração que afetam as mulheres de forma sistêmica. Para Mies, o termo denota a dimensão histórica e social da exploração e da opressão das mulheres, vez que, “historicamente, sistemas patriarcais foram desenvolvidos em momentos específicos, por povos específicos e em regiões geográficas específicas” – não sendo, portanto, sistemas universais e atemporais. Além disso, o conceito está vinculado a um passado e também a um possível fim. Desse modo, em sua análise, “o conceito de patriarcado denota historicidade da exploração e da opressão das mulheres”, enquanto “o conceito de capitalismo denota a manifestação contemporânea, ou o desenvolvimento mais recente desse sistema” (Mies, 2022[1986], p. 100; 101; 102).

assalariados, como escravizados, trabalhadores temporários e camponeses nas colônias, constitui a base permanente sobre a qual o “trabalho produtivo capitalista” pode ser construído e explorado. Sem a produção de subsistência contínua de trabalhadores não assalariados (principalmente mulheres), o trabalho assalariado não seria “produtivo”.

Assim, a autora em comento considerou a produção capitalista em um processo que compreende tanto a superexploração<sup>57</sup> de trabalhadores não assalariados (mulheres, colônias, camponeses), quanto a exploração de trabalho assalariado – essa última só possível devido à primeira (Mies, 2022[1986], p.115).

Dessa análise, a partir da verificação dos âmbitos invisíveis de trabalho não pago ou mal pago e vitais para a acumulação do capital (dos pequenos agricultores de subsistência, dos trabalhadores precarizados de ambos os sexos e também da natureza, fonte de recursos gratuitos infinitamente exploráveis), as supracitadas autoras ecofeministas propuseram o conceito de “donadecassificação” do trabalho, que corresponde à reprodução gratuita da força de trabalho pelo trabalho doméstico privado, assim como ao trabalho precarizado na produção, sobretudo das mulheres (Loureiro, 2022, p. XIV).

Os processos de colonização e donadecassificação estariam intrinsecamente relacionados, vez que a conquista e exploração das colônias a partir do século XVI constituiu a base para a acumulação de capital na Europa, em que a destruição da autonomia das mulheres sobre seus corpos e sua vida durante os pogroms das bruxas foi elemento essencial<sup>58</sup> (Mies, 2022[1986], p. 45).

Nesta pesquisa, sustenta-se a abordagem construtivista do ecofeminismo<sup>59</sup>, dada sua compreensão de que a relação mulheres-natureza é parte de uma construção histórico-social

---

<sup>57</sup> Mies (2022[1986], p. 115) define esse tipo de exploração como superexploração, porque, segundo a autora, essa não se baseia na apropriação (pelo capitalista) do tempo e do trabalho que excede o tempo de trabalho “necessário” (no trabalho excedente), mas na apropriação do tempo e do trabalho necessários para a própria sobrevivência das pessoas, ou para a produção de subsistência.

<sup>58</sup> Em diálogo com tais compreensões, Silvia Federici (2017, p. 145) descreve em *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*, como, nesse momento, o desaparecimento da economia de subsistência, antes predominante na Europa pré-capitalista, fez com que a unidade entre produção e reprodução e o sistema baseado na “produção-para-o-uso” se transformassem em regime monetário: a reprodução do trabalhador passou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico, sendo invisibilizada e mistificada como uma vocação natural de mulheres. Desse ponto de vista, “a acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno” (Federici, 2017, p. 119).

<sup>59</sup> Em discordância em relação à corrente essencialista, que argumenta pela existência de uma “essência feminina”, a qual colocaria as mulheres mais perto da natureza do que os homens, sendo as mulheres, por isso, “mais inclinadas à defesa dos seres vivos e à ética do cuidado, cuja origem radicaria no instinto maternal” (Barragán *et al.*, 2016, p. 103). Nesse âmbito, a corrente essencialista propõe uma interpretação vinculada ao ser mulher, à maternidade e ao paradigma do cuidado com a natureza”, apoiando-se na qualidade da identidade feminina “cuidadora” da relação entre humanos e natureza (Beltrán, 2019, p. 136).

ligada à atribuição de papéis que resultam na divisão sexual do trabalho e na distribuição do poder e da propriedade (Beltrán, 2019, p. 136). Tal corrente busca entender as relações entre mulher e natureza sem se respaldar em explicações baseadas em uma essência biológica ou espiritual dos sexos, mas sim “nas divisões de trabalho e papéis sociais concretos estabelecidos nos sistemas históricos de gênero e classe, assim como nas relações de poder político e econômico associadas a eles”<sup>60</sup> (Paulson, 1998, p. 103, tradução minha).

Denunciando “a associação desvalorizadora que o patriarcado estabelece entre as mulheres e a Natureza” (Barragán *et al.*, 2016, p. 103), os ecofeminismos confluem na ideia de que o capitalismo patriarcal invisibiliza, despreza, violenta e se apropria do trabalho das mulheres ao mesmo tempo em que leva a natureza aos limites da desapropriação (Beltrán, 2019, p. 115). Nessa direção, o pensamento ecofeminista: (i) possibilita a crítica ao pensamento econômico ocidental hegemônico em enxergar as mulheres e a natureza como “recursos naturais” sem custos, a serviço da acumulação de capital e (ii) explicita o especial interesse das mulheres em acabar com a dominação da natureza, como uma condição para própria libertação da mulher (Siliprandi, 2000, p. 63).

Nesse contexto, os ecofeminismos denunciam que “o sistema econômico capitalista e toda a estrutura cultural que o acompanha se desenvolveram em contradição com as dependências materiais que permitem a vida”<sup>61</sup>, de modo a ignorar a existência dos limites físicos planetários e a ocultar e subestimar os tempos necessários para a reprodução social cotidiana. O crescimento desse sistema se dá a custo da destruição da sustentabilidade da vida, apoiado na crença de uma falsa autonomia da natureza em relação à humanidade (Herrero, 2013, p. 282).

Em diálogo a tais colocações, Federici (2022[2017], p. 201-202), citando as contribuições do *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo*, destaca que as mulheres assumem papel central nas lutas sociais justamente por serem “as mais afetadas pela expropriação e pela degradação ambiental, sofrendo diretamente as consequências das políticas públicas em seu cotidiano”. Por esse motivo, encontram-se “na linha de frente contra as

---

<sup>60</sup> No original: “Otras perspectivas ecofeministas buscan entender las bases de las relaciones entre mujer y naturaleza, no tanto en la esencia biológica o espiritual de los sexos, sino en las divisiones de trabajo y roles sociales concretos establecidos en los sistemas históricos de género y clase, y en las relaciones de poder político y económico asociadas con ellos” (Paulson, 1998, p. 103).

<sup>61</sup> No original: “El sistema económico capitalista y todo el armazón cultural que le acompaña se han desarrollado en contradicción con las dos dependencias materiales que permiten la vida” (Herrero, 2013, p. 282).

corporações transnacionais de mineração e do agronegócio, que invadem as áreas rurais e devastam o meio ambiente”<sup>62</sup>.

A violência capitalista sobre essas mulheres e modos de existência é intensificada com os programas de ajuste estrutural que, embora promovidos sob a justificativa de promoção da recuperação econômica, destroem a subsistência das mulheres, tornando impossível a reprodução de suas famílias e de si mesmas (Federici, 2019[2001], p. 186). Logo, no contexto do neoliberalismo, a desregulação imposta pelos programas de ajuste estrutural recai brutalmente sobre as mulheres, que devem se encarregar da geração de autoemprego e se submetem a condições de desigualdade no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se deparam com mais dificuldades para manter a alimentação familiar (Barragán *et al.*, 2016, p. 98-99).

Contudo,

Apesar de uma tentativa sistemática das potências coloniais de destruir os sistemas femininos de agricultura, as mulheres hoje constituem a maior parte dos trabalhadores agrícolas do planeta e estão na vanguarda da luta por um uso não capitalista dos recursos naturais (terra, florestas e águas). Mediante a defesa da agricultura de subsistência, o acesso comunal à terra e a oposição à expropriação da terra, as mulheres estão construindo internacionalmente o caminho para uma nova sociedade não exploradora [...] (Federici, 2019[2004], p. 277).

O campesinato e os modos comunitários de produção - com suas relações comunais, coletivas e comunitárias com a terra – consistem em verdadeiros empecilhos para a constituição da plenitude das relações capitalistas<sup>63</sup>, como elabora Prieto (2017, p. 825). Nesse contexto, as economias populares fortemente feminizadas se encontram em permanente conflito com os alicerces do padrão da civilização capitalista e se negam a aceitá-lo, “seja porque é um modelo de sociedade que as exclui; seja, principalmente, porque é um arquétipo de sociedade com outro paradigma de sociabilidade e de relações sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais”, como defende Gema Esmeraldo (2019, p. 40).

Nesse campo, as mulheres agricultoras, camponesas, pescadoras, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhas, e tantas outras, que vivem em contato

---

<sup>62</sup> Entre tais ações, Federici (2022[2017], p. 202; 204-205; 207) destaca como lutas encampadas pelas mulheres pela terra e pelo bem comum na América Latina: a luta em defesa da água e contra a extração petrolífera na região amazônica; a luta das mulheres zapatistas; a criação de espaços femininos autônomos pelas mulheres indígenas; e o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil.

<sup>63</sup> Tais “empecilhos” são desobstruídos pelo capital por meio da expropriação direta ou sob o intermédio do Estado, das guerras e do extermínio em massa, do endividamento, das formas de arrendamento, de estratégias fundiárias ilegais e/ou ilegítimas (grilagem, delimitações fundiárias, “confinamento” territorial) e das formas de sujeição da produção agrária camponesa e indígena (Prieto, 2017, p. 825).

direto com a natureza; que produzem alimentos em bases agroecológicas; que são as principais responsáveis pela reprodução familiar; e que constroem outro mundo possível, constituem-se numa conexão de parceria com a natureza, denunciando os limites da exploração dos recursos ambientais e, em consequência, o próprio limite de expansão do capitalismo (Esmeraldo, 2019, p. 53).

Sua resistência se realiza por intermédio da luta pela manutenção da existência, por formas de enfrentamento direto contra processos de “proletarização” e “europeização”, e sua recriação se efetiva na permanência insubordinada e potencialmente anticapitalista em seus territórios habitados ancestralmente, ocupados como forma de resistir e/ou retomados na luta (Prieto, 2017, p. 818).

Evidencia-se, desse modo, as ações e a existência das mulheres camponesas e indígenas como parte das resistências, das mobilizações, dos levantes e das construções populares que percorreram a América Latina desde as lutas pela independência e da própria ocupação colonial (Barragán *et al.*, 2016, p. 114).

Os ecofeminismos contribuem, assim, para a proposição de caminhos de reconhecimento, diálogo e construção coletiva de transformação da sociedade em seu conjunto, em que a articulação complexa entre a luta pela descolonização, despatriarcalização, superação do capitalismo e construção de uma nova relação com a natureza ressignifica ideias como comunidade, espaço público e repertórios de ação (Barragán *et al.*, 2016, p. 114-115).

## **2.4 Em defesa da Teoria da Reprodução Social**

Uma vez situadas as contribuições das tradições teóricas supracitadas e apresentadas algumas das questões e críticas decorrentes dos debates suscitados, passar-se-á a tratar mais detidamente sobre a tradição teórica proposta nesta pesquisa, qual seja a “Teoria da Reprodução Social”. Tal construção será também historicamente situada a partir dos debates que a precederam e das questões em aberto.

Parte-se aqui do legado de Lise Vogel (2022[1983], p. 163), para quem uma abordagem ampla do problema da opressão às mulheres deve necessariamente incluir os seguintes pontos: (i) um firme compromisso com a libertação das mulheres e com a verdadeira igualdade social de todos os seres humanos; (ii) uma análise concreta da situação atual das mulheres, e de como ela surgiu; (iii) uma teoria sobre a posição das mulheres na sociedade; (iv) uma visão da libertação das mulheres em uma sociedade futura que seja consistente com a teoria e história

de subordinação das mulheres nas sociedades passadas e presente; e (v) a exigência de uma resposta, em termos de programa prático e de estratégia.

Conforme ensina com acerto Daniel Bensaïd (2008[2001], p. 52-53):

A opressão das mulheres (ao mesmo tempo social, sexual e simbólica) não começou com o desenvolvimento do capitalismo. Infelizmente, é provável que ela sobreviva ao reino da propriedade privada e do lucro [...]. Mas as formas de opressão e de dominação têm uma história. Elas se transformam com o conjunto das relações sociais. Uma formação social dominada pelo critério do lucro produz uma estreita imbricação entre divisão social e divisão sexual do trabalho, uma mutação das relações entre esfera privada e esfera pública, uma transformação do papel da família, uma desvalorização do trabalho doméstico em relação ao trabalho assalariado. Se relações de classe e relações de sexo são irreduzíveis umas às outras, então elas se determinam e se condicionam reciprocamente, de tal forma que não se poderia lutar de maneira eficaz contra a opressão sem lutar também contra a exploração.

Nessa direção, as(os) teóricas(os) marxistas têm desenvolvido a Teoria da Reprodução Social como fundamento para uma análise aprofundada da relação entre o trabalho dispensado para a produção de mercadorias e o dispensado para “produção de pessoas” como partes da totalidade sistêmica do capitalismo, segundo anuncia Thiti Bhattacharya (2023b[2017], p. 19) na introdução da obra *Teoria da Reprodução Social: Remapear a classe, Recentralizar a Opressão* por ela organizada.

Concorde antecipado no primeiro tópico deste capítulo, a perspectiva da reprodução social, conforme entendida por Vogel (2022[1983], p. 308), considera que “a opressão às mulheres tem suas raízes na posição diferencial” que as mulheres ocupam na reprodução social como um todo – em contraponto à “perspectiva de sistemas duplos” para a qual “a opressão às mulheres deriva de sua situação dentro de um sistema autônomo de divisões sexuais do trabalho e de supremacia dos homens”.

Importante aclarar que, na análise empreendida por Vogel, a reprodução social é entendida do ponto de vista dos processos de reposição geracional (Vogel, 2022[1983], p. 310), de maneira que a autora localiza como raízes sócio-materiais (qual seja, como base material da opressão das mulheres sob o capitalismo) a relação estrutural entre a reprodução biológica e a reprodução do capital (Ruas, 2019, p. 70).

Para Vogel, portanto, há uma lógica sistêmica que estabelece as condições por meio das quais as pessoas se reproduzem, por um lado, e o capital produz valor (mais-valor), por outro, sendo a opressão às mulheres sustentada e moldada nas dinâmicas dessa relação (Ferguson, 2020, p. 110).

Vogel opõe-se à compreensão de Engels, o qual se apoia na perspectiva de duplos sistemas, segundo a qual haveria “dois tipos diferentes e paralelos de produção – por um lado,

a produção dos meios de subsistência, considerada ‘social’, e, por outro lado, a produção de seres humanos, considerada natural/biológica” (Ruas, 2019, p. 55; Vogel, 2022[1983], p. 249). Considerando as opressões de classe e sexual como fenômenos autônomos – embora inextricavelmente relacionados – é conseqüentemente implícito para tal perspectiva que dois motores impulsionariam o desenvolvimento da história: a luta de classes e a luta entre os sexos (Vogel, 2022[1983], p. 309).

Partindo da conceptualização de maturidade de Marx<sup>64</sup>, que verifica a existência de uma ligação teórica íntima entre a reprodução da classe trabalhadora e o funcionamento do modo de produção capitalista, Vogel aponta, em outra direção, para um entendimento unitário da reprodução social ao considerar a inseparabilidade entre a reprodução dos indivíduos (reprodução social) e a reprodução social geral (reprodução societal) (Ruas, 2019, p. 55).

Nesse contexto, a autora retoma os conceitos de força de trabalho, consumo individual e trabalho necessário para: (i) especificar que os processos de trabalho não existem separadamente, mas sempre inseridos em determinados modos de produção – que são, ao mesmo tempo, reprodução; (ii) explicitar que o conceito de consumo individual teria se restringido à manutenção imediata do produtor direto, enquanto o trabalho necessário cobriria todo o trabalho realizado para a manutenção e renovação dos produtores diretos e dos membros da classe subordinada que não trabalham como produtores diretos (Vogel, 2022[1983], p. 325; 333).

Situando o papel diferencial das mulheres nesses termos teóricos, Vogel (2022[1983], p. 336) aponta que, dentre os

três aspectos do trabalho necessário - manutenção dos produtores diretos, manutenção dos membros da classe subordinada que não estão trabalhando e processos de reposição geracional -, apenas o último exige, em termos absolutos, que exista uma divisão sexual do trabalho ainda que mínima. Se crianças devem nascer, são as mulheres que vão gestá-las e pari-las. As mulheres que pertencem à classe subordinada têm, portanto, uma função especial em relação à reposição geracional da força de trabalho. Mesmo que elas possam ser também produtoras diretas, é o seu papel diferenciado na reprodução da força de trabalho a raiz da sua opressão na sociedade de classe.

Portanto, a opressão às mulheres na sociedade capitalista estaria fundada na lógica socio-material ou estrutural da reprodução capitalista, limitadora das possibilidades para que as mulheres (e todas as outras pessoas) sejam livres. Argumentando que a força de trabalho é

---

<sup>64</sup> O capítulo 5 da obra de Vogel ora citada dedica-se a essa retomada das formulações de maturidade de Marx, que levam a autora a formular sua teoria. Segundo sintetiza Ruas (2019, p. 55), destacam-se entre os debates os relacionados ao consumo individual e à teoria da superpopulação de Malthus nos *Grundrisse* e os relacionados ao valor da força de trabalho, ao exército industrial de reserva e à queda tendencial da taxa de lucro n’*O Capital*.

produzida e reproduzida (primariamente) no seio da família, Vogel não tem, contudo, a estrutura interna familiar como o centro de suas investigações, mas sim uma análise da natureza da interação entre a família e o capital. Dessa forma, o objeto de sua pesquisa consiste na lógica sócio-histórica pela qual o capitalismo e os lares patriarcais são constituídos conjuntamente. O lar é compreendido como uma instituição em desenvolvimento histórico, social e cultural, geograficamente localizada – imbricada em uma dinâmica contraditória vis-à-vis o capital (Ferguson, 2020, p. 112; 113; 114).

Contrapondo-se à ideia de que opressão às mulheres seria simplesmente uma opressão realizada pelos homens e baseada em um antagonismo trans-histórico da divisão sexual do trabalho incorporada na família, Vogel (2022[1983], p. 339-340) elabora que, embora “as mulheres tenham tido historicamente maior responsabilidade pelas tarefas contínuas do trabalho necessário nas sociedades de classe”, não é possível afirmar que há “uma esfera doméstica universal”, mas sim que o desenvolvimento do capitalismo teria criado tal demarcação acentuada “entre a arena na qual o mais-trabalho é realizado e uma esfera que pode ser adequadamente chamada de doméstica”.

Nesse sentido, defende Bhattacharya (2023b[2017], p. 28) que a separação espacial entre as esferas de produção de valor (pública) e de reprodução da força de trabalho (privada) é uma materialização histórica particular do capitalismo, de forma que o trabalho realizado em cada uma dessas esferas deve ser teorizado de modo integrado<sup>65</sup>.

Ferguson (2020, p. 10; 11; 12) registra que a emergência das relações sociais capitalistas nos séculos XVI e XVII no Reino Unido, assim como sua imposição e consolidação no continente europeu e nas colônias pelos próximos 150 anos, fundou-se em um processo dramático e violento de reorganização do trabalho - processo, denominado por Marx como “acumulação primitiva de capital”. Nesse processo a marginalização do trabalho de subsistência ocorre justamente porque esse trabalho, de reprodução da vida, só é possível se há acesso a um salário ou outras fontes de renda monetária.

Portanto, ocorreu uma reorganização radical do trabalho reprodutivo na transição para o capitalismo, com um processo gradual, desigual, contínuo e frequentemente violento de enfraquecimento do controle e da relativa equidade que as mulheres possuíam nas casas camponesas (Ferguson, 2020, p. 11). Nesse período,

---

<sup>65</sup> Do mesmo modo, evidenciam a historicidade dessa separação Silvia Federici (2017) e as supracitadas teóricas ecofeministas que recuperam Rosa Luxemburgo para tratar da atualidade da acumulação primitiva e de sua incidência sobre as mulheres, conforme já desenvolvido no tópico anterior, e Ferguson (2020), conforme se elabora neste tópico.

assim como os camponeses perderam o acesso às terras, as mulheres perderam o acesso e o controle direto sobre os “pressupostos materiais” de suas atividades básicas de subsistência. [...] O trabalho reprodutivo feminino permaneceu fora dos circuitos de valor imediatos do capitalismo [...] e, adicionalmente, o trabalho de subsistência das mulheres se tornou, nessa etapa inicial do desenvolvimento capitalista, espacial e temporalmente cada vez mais distinto do trabalho assalariado (Ferguson, 2020, p. 12-13, tradução minha)<sup>66</sup>.

Conforme já havia enunciado Vogel (2022[1983], p. 192; 325), é fundamental a retomada da compressão de Marx nos *Grundrisse* da inseparabilidade da reprodução dos indivíduos da reprodução social geral<sup>67</sup>. Sequencialmente, no primeiro volume de *O Capital*, encontram-se elementos essenciais para a compreensão de que os processos de trabalho, inseridos em determinados modos de produção, têm sua reprodução como condição de produção<sup>68</sup>.

Bhattacharya (2023b[2017], p. 33-34) explica que Marx se concentrou “no ciclo da *produção de mercadorias* para mostrar como mais-valia é produzida por meio desse processo”. Todavia, o autor teria desenvolvido e teorizado insuficientemente acerca da produção e da reprodução da força de trabalho, de maneira que as teóricas e os teóricos da reprodução social – pertencentes a tradições políticas e teóricas variadas – passaram a se preocupar sobre como as categorias de opressão são “coproduzidas simultaneamente à mais-valia”.

Nesse sentido, a teoria da reprodução social busca tornar visíveis as instâncias que reproduzem a força de trabalho por meio das seguintes atividades interconectadas: (i) as que regeneram os trabalhadores fora do processo de produção e que permitem seu retorno a ele, tais como alimentação, descanso e cuidados psíquicos; (ii) as que mantêm e regeneram não-trabalhadores (as crianças, idosos e adultos que por algum motivo se encontram fora do

---

<sup>66</sup> No original: “First, as peasants lose their access to land, women lose direct access to and control over the “material presuppositions” of their subsistence-based activities. [...] women’s reproductive work remains outside the immediate value circuits of capitalism [...] What’s more, women’s subsistence work is, in this early stage of capitalist development, increasingly distinguished from waged work spatially and temporally” (Ferguson, 2020, p. 12-13).

<sup>67</sup> A citação utilizada por Vogel é a seguinte: “[o] consumo reproduz o próprio indivíduo em um modo de existência determinado e em relações sociais determinadas, não só em sua vitalidade imediata. De modo que a apropriação final pelos indivíduos, que se dá no processo de consumo, os reproduz nas relações originais em que eles se encontram no processo de produção e uns com os outros; ela os reproduz em sua existência social, reproduz então a sua existência social - a sociedade -, que aparece tanto como o sujeito quanto como o resultado desse grande processo global” (Marx, 1973b, p. 717 apud Vogel, 2022[1983], p. 192).

<sup>68</sup> As citações utilizadas por Vogel são: “Uma sociedade não pode deixar de produzir, assim como não pode deixar de consumir. Quando visto, portanto, como um todo conectado e fluido com renovação incessante, todo processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução” (Marx, 1971a, p. 53 apud Vogel 2022[1983], p. 325) e “[essa é] uma circunstância que permanece a mesma em todos os modos de produção. Pois não é o resultado de sua forma específica, mas um requisito natural de todo trabalho contínuo e reprodutivo em geral, de qualquer produção continuada, que é sempre simultaneamente reprodução, isto é, incluindo a reprodução de suas próprias condições de operação (Marx, 1971b, p. 790 apud Vogel 2022[1983], p. 325).

mercado de trabalho) que estão fora do processo de produção; e (iii) as que se referem à própria reprodução de novos trabalhadores, qual seja, dar à luz (Bhattacharya, 2019, p. 103).

A reprodução social se refere, então, ao “processo de criação e reprodução da força de trabalho, sem o qual a reprodução da sociedade capitalista como um todo se torna impossível”. Essa noção, em termos de reprodução geracional, envolve dois aspectos: (i) a reprodução biológica que depende das mulheres e corpos gestantes através do parto; (ii) toda uma série de trabalhos necessários para que essa força de trabalho atinja o “ponto da produção”, que perpassam as tarefas de cuidado, o trabalho doméstico e o trabalho que se realiza fora do âmbito doméstico nos sistemas de educação, saúde e cuidado de idosos, por exemplo (Varela, 2019, p. 9).

Importante ressaltar ainda que esse trabalho de reprodução da força de trabalho não se reduz ao que se passa no lar, mas abrange as redes comunitárias e todas as formas de socialização dessas tarefas, assim como os serviços públicos e privados acessados pelo mercado, como colégios, clínicas e creches. Fala-se, portanto, de trabalho necessário, parte não remunerado, parte remunerado, que é realizado, em sua maior parte, por mulheres (Varela, 2019, p. 9).

A partir da teoria do valor-trabalho, deve-se atentar às categorias de força de trabalho - sua composição, implantação, reprodução e substituição definitiva - e de espaço do trabalho. Para tal empreitada, Battacharya (2023a[2017], p. 123; 124; 129) destaca, inicialmente, que a economia deve ser compreendida como uma superfície aparente que oculta as relações sociais de dominação e coerção. Sendo o econômico uma relação social, verifica-se, conforme já supra evidenciado, que a separação das esferas produtivas e reprodutivas é uma forma histórica da aparência<sup>69</sup>.

Ademais, debruçando-se sobre as formulações de Michael Lebowitz em *Beyond Capital: Marx's Political Economy of the Working Class*, Bhattacharya (2023a[2017], p. 130; 135-136) utiliza a análise do autor para evidenciar o “segundo momento da produção como um todo”, que, distinto do processo de produção do capital, é, todavia, necessário para esse: Marx teria apresentado o movimento do capital como um circuito [D-M (Mp, T) – P – M' - D'], no qual o dinheiro (D) é trocado por mercadorias (M) – uma combinação de meios de produção (Mp) e trabalho (T) que, por meio da produção capitalista (P), produzem novas mercadorias e mais-valia (M'), as quais, por sua vez, serão trocadas por uma quantidade maior de dinheiro

---

<sup>69</sup> Para uma análise acerca da compreensão marxiana da totalidade social, em que Marx articula as noções de *aparência* (identidade) e *essência* (diferença) ver Ruas (2019, p. 19-29). Ainda, para leituras propostas acerca da totalidade social marxista, ver Bannerji (2022[2005]), McNally (2023[2017]) e Moraes (2021).

(D’). A esse circuito de produção e reprodução do capital, dever-se-ia integrar o circuito de produção e reprodução da força de trabalho, de maneira que: D-Ac -P-T-D.

Nas mãos do trabalhador, o dinheiro (D) é trocado por artigos de consumo (Ac) que são consumidos em um processo semelhante de produção (P). Mas agora o que se produz é uma mercadoria única: a força de trabalho (T). Uma vez produzida (ou reproduzida), ela é vendida ao capitalista em troca de salários (D) (Bhattacharya, 2023a[2017], p. 136).

Assim, embora a produção de força de trabalho ocorra fora do circuito imediato do capital, permanece essencial para esse<sup>70</sup>. Além disso, esse segundo circuito corresponde a um processo de produção de si para o trabalhador (autotransformação), pelo consumo de mercadorias como valores de uso. Dessa percepção, pode-se verificar que “o trabalhador, pela própria natureza do processo, é reproduzido de modo a estar sempre desprovido do que necessita e, então, incorporado à teia do trabalho assalariado, sempre na luta por salários mais altos: a luta de classes” (Bhattacharya, 2023a[2017], p. 136; 137; 138).

Por conseguinte, dessa análise é possível obter uma reafirmação da classe trabalhadora enquanto sujeito revolucionário, em uma compreensão que, entretanto, não se restrinja aos trabalhadores assalariados como classe. Outrossim, a luta de classes é repensada para que abarque muito mais do que as lutas por salário e por melhores condições de trabalho (Bhattacharya, 2023a[2017], p. 144).

Além disso, tendo-se ciência de como o trabalho de reprodução se realiza em três formas interdependentes - como trabalho não remunerado na família; como serviços fornecidos pelo estado sob a forma de “salário social” para atenuar numa certa medida o trabalho não remunerado no lar; e como serviços vendidos por lucro no mercado (Bhattacharya, 2019, p. 19) - pode-se expandir a compreensão das lutas que se dão fora dos postos de trabalho formais. Em síntese, da necessidade de uma compreensão integral do capitalismo resultam as implicações estratégicas de um esforço da classe para exigir sua “parcela de civilização”, movimentos que também compõem a luta de classes (Bhattacharya, 2023a[2017], p. 151).

Acerca da definição de classe, Bensaïd (2008[2001], p. 35, grifo meu) assim explica:

Não há, em O capital, definição classificatória e normativa das classes, mas um antagonismo dinâmico que ganha forma, em primeiro lugar, no nível do processo de produção, em seguida, no do processo de circulação e, finalmente, no da reprodução geral. As classes não são definidas somente pela relação de produção na empresa. Elas são determinadas ao longo de um processo em que se combinam as relações de propriedade, a luta pelo salário, a divisão do trabalho, as relações com os aparelhos

<sup>70</sup> Aqui, as próprias mercadorias revelam suas funções duplas: “as mercadorias produzidas sob o processo capitalista são, ao mesmo tempo, meios de produção (comprados pelo capital por dinheiro) e artigos de consumo (comprados pelos trabalhadores com seus salários)” (Bhattacharya, 2023a[2017], p. 136).

de Estado e com o mercado mundial, as representações simbólicas e os discursos ideológicos. Portanto, o proletariado não pode ser definido de modo restritivo, em função do caráter produtivo ou não do trabalho, que entra somente no livro II de O capital, sobre o processo de circulação.

A posição metodológica de Bensaïd é, segundo Varela (2019, p. 12), a de que a realidade concreta da classe social não é um dado empírico auto-evidente, mas uma construção: a classe só pode ser definida em suas relações com o capital e mediante o conflito social que a opõe a esse. Tal determinação dupla se imbrica, por sua vez, nos distintos níveis nos quais o conflito social se estende<sup>71</sup>.

Nessa compreensão, enquanto no Tomo I d' *O Capital* a luta de classes é analisada no âmbito da produção, relacionada à extração de mais-valor (que determina as classes em primeira instância), no Tomo II, o processo de circulação determina as classes a partir do contrato entre assalariado e capitalista (em uma negociação conflituosa da força de trabalho como mercadoria). No Tomo III, por fim, tomado o processo de reprodução em seu conjunto, as classes são determinadas pela combinação concreta do nível de extração de mais-valor, da organização do trabalho, da distribuição dos rendimentos e da reprodução da força de trabalho em todas as esferas da vida social (Varela, 2019, p. 12; Cambiasso, 2018, p. 23-24; Bensaïd, 1999[1997], capítulo 4).

Dessa maneira, para Varela (2019, p. 12-13), a complexidade desse processo implica não apenas que as relações entre capital e trabalho aparecem em formas distintas (extração de mais-valor, salário, taxa média de lucro), mas que são essas também formas distintas do conflito social, porque é justamente a luta que define as condições precisas dessa reprodução. Nessa perspectiva, a relação assalariada, cujo *locus* de luta de classes está localizado no âmbito da produção (onde se disputa o tempo e as condições de trabalho), “é uma determinação necessária, mas não suficiente”. O outro conjunto de determinações (organizadas por Bensaïd em torno dos Tomos II e III d' *O Capital*) está, assim, atado à primeira determinação, mas a complexifica<sup>72</sup>.

Alerta Varela (2019, p. 13) para o fato de que simplesmente denominar as lutas sociais como lutas de classes não faz com que o “componente comum” entre elas se faça presente nem gera automaticamente a potência de sua unificação. Assim, da mesma maneira que na discussão sobre o conceito de classe trabalhadora é fundamental a reconstrução (e o repensar) das suas

<sup>71</sup> Destaca-se aqui o entendimento do “fazer-se” da classe operária, que, segundo Edward Palmer Thompson (2004[1963], p. 10), corresponde, necessariamente, a um fenômeno histórico: algo que se efetiva nas relações humanas. A classe só pode ser analisada no contexto real em que se faz presente, pela articulação dos homens e mulheres e de seus interesses entre si, devido a suas experiências comuns, contra outros homens e mulheres cujos interesses diferem dos seus.

<sup>72</sup> Aqui, Varela (2019, p. 12) relaciona as diversas determinações da relação social “classe trabalhadora” com a relação estabelecida pela TRS sobre o circuito da produção de mercadorias e o da reprodução.

distintas determinações, nos territórios de luta<sup>73</sup> da classe trabalhadora é imprescindível estabelecer as especificidades e potenciais de cada um deles.

Defende-se, consoante Meg Luxton (2006, p. 40), que a mobilização da “reprodução social” para uma análise de como a população trabalhadora é produzida, sustentada e reproduzida em bases diárias e geracionais fornece ferramentas importantes para a compreensão da sociedade em perspectiva materialista com a devida apreensão das mulheres, do gênero, da raça e da classe.

Assim também sustenta David McNally (2023[2017], p. 176), para quem tal “ênfase renovada na unidade diferenciada de atividades práticas, pelas quais os seres humanos produzem e se reproduzem a si mesmos, suas relações sociais e suas relações com o ambiente natural, oferece uma base convincente para a teorização dialética” entre os processos multifacetados de dominação e poder e a reprodução da vida sob o sistema capitalista.

Em texto publicado conjuntamente por Arruzza e Bhattacharya (2020, p. 43; 44), Arruzza explica que pensar o capitalismo em termos de totalidade, das distintas relações que a constituem e dos tipos de vínculos estabelecidos entre as relações dessa mesma totalidade permite que se visualize a necessidade da reprodução da força de trabalho para que exista a exploração. Nessa leitura, o “coração do capitalismo” segue sendo a extração de mais-valor, mas essa só pode ocorrer nas condições dadas pela reprodução social. Ademais, torna-se possível compreender que a classe trabalhadora explorada não é uma “classe abstrata”: “as classes são compostas de pessoas históricas concretas para as quais a exploração também se realiza por formas concretas que incluem formas específicas de disciplina e opressão”<sup>74</sup>.

Logo,

Compreender a maneira complexa, porém unificada, da produção de mercadorias e da reprodução da força de trabalho nos ajuda a entender como a alocação concreta do trabalho total da sociedade é socialmente organizada de maneira generificada e racializada, por meio de lições que o capital aprendeu nas épocas históricas anteriores e por meio de sua luta contra a classe trabalhadora. O processo de acumulação, portanto, não é indiferente às categorias sociais de raça, sexualidade ou gênero; ao contrário, procura organizar e moldar essas categorias, que, por sua vez, agem sobre a forma determinada de extração de trabalho excedente (Bhattacharya, 2023a[2017], p. 146-147).

<sup>73</sup> Em chave proposta por Verónica Gago (2020, p. 220-223) para análise do transnacionalismo feminista na atualidade.

<sup>74</sup> No original: [...] las clases están compuestas de personas históricas concretas para quienes la explotación también se lleva a cabo en formas concretas que incluyen formas específicas de disciplina y opresión” (Arruzza; Bhattachaya, 2020, p. 44).

Acerca do aspecto racial, buscando “oferecer uma crítica marxista inclusiva com uma interpretação social da diferença, especialmente no que diz respeito ao que a ‘raça’ significa para a classe e o gênero”, Himani Bannerji (2022[2005], p. 2085; 2087-2088) elabora que:

Se considerarmos a “raça” como um aglomerado conotativo e expressionista de relações sociais no terreno de certas relações históricas e econômicas, e a classe como um conjunto de relações sociais orientadas para a propriedade com práticas significantes, é fácil perceber como elas estão implicadas uma na outra desde a sua formação. Desse ponto de vista, pode-se dizer que a “raça” moderna é uma cultura social do capitalismo colonialista e imperialista. A “raça”, portanto, é uma coleção de discursos do colonialismo e da escravidão firmemente enraizada no capitalismo em seus diferentes aspectos ao longo do tempo. Tal como está, a “raça” não pode ser desarticulada da “classe”.

Segundo a autora, “essa integridade entre ‘raça’ e classe não pode existir independente da organização social fundamental do gênero, ou seja, da divisão social do trabalho específica do sexo, com normas mediadoras e formas culturais”, de modo que várias relações de propriedade (incluindo as de corpos, de trabalho produtivo e reprodutivo), institucionais, normativas e de senso comum cultural se encontram em relação reflexiva e constitucional (Bannerji, 2022[2005], p. 2088).

Assim, a chave de leitura da reprodução social tem o mérito de situar historicamente a opressão contra as mulheres, o que, em leitura não redutora da teoria de Marx, consoante ensina Bensaïd (2008[2001], p. 40) “implica não considerar a cultura nem simples reflexo da relação de produção, nem elemento externo à formação das relações de classe”<sup>75</sup>.

Sobre esse aspecto, Arruzza (2015, p. 45) é clara em afirmar que seria absurdo declarar que a opressão de gênero teria se originado com o capitalismo. O argumento está então ligado às características particulares do capitalismo, sistema em que a opressão às mulheres não tem lógica própria independente: com o advento do capitalismo, as relações de dominação de gênero foram significativamente transformadas<sup>76</sup>.

Verifica-se, das apreensões dessa teoria, que o entrelaçamento entre gênero e classe no processo produtivo capitalista e nas relações de poder cria uma realidade complexa, de forma que um projeto político de libertação abrangente deve ser capaz de evitar duas situações: (i) o fundir das duas realidades, transformando gênero em classe ou vice-versa; (ii) o pulverizar das

---

<sup>75</sup> Conforme Bannerji (2022[2005], p. 2084): “Aqui, cultura e sociedade não se encontram numa relação mecânica de base econômica e de superestrutura cultural. Todas as atividades do e no social são relacionais e são mediadas e articuladas com as suas formas expressivas e incorporadas de consciência. Aqui, práticas significantes e comunicativas são momentos intrínsecos do ser social”.

<sup>76</sup> De maneira similar, Varela (2019, p. 7) registra que teorizar sobre a especificidade da opressão às mulheres sob o capitalismo não significa negar o caráter historicamente prévio de opressão de gênero, mas sim compreender as modificações substanciais sofridas por essa sob o capitalismo e, conseqüentemente, não combater uma dominação ancestral abstrata.

relações de poder e de exploração a ponto de percebê-las como uma série de opressões individuais alinhadas (Arruzza, 2019[2013], p. 140).

Conclui-se que, para compreensão da complexidade da vida sob o capitalismo, são essenciais: (i) a percepção e a consciência de que “a classe trabalhadora é produzida através de processos diferenciados”; (ii) e que, concretamente, suas diversas frações possuem “diferentes níveis de acesso a aspectos básicos para produção e reprodução de sua força de trabalho, o que molda diferentes subjetividades e diferentes estratégias de resistência”; (iii) o acesso à infraestrutura básica, aos meios de subsistência e ao trabalho foi historicamente diretamente regulado pelas relações de raça, gênero, sexualidade e classe (Ruas, 2020, p. 409).

Considerando tais requisitos, defende-se que o feminismo da reprodução social oferece um caminho promissor para uma teorização integral da unidade das relações sociais, diversas e diferenciadas, nas quais “as distintas opressões não são redutíveis umas às outras, mas suas diferenças estão expressas no interior e através de (e algumas vezes excedendo) uma lógica compartilhada”. Nesse sentido, compreendida dialeticamente, uma narrativa totalizante não exclui o reconhecimento, compreensão e devida explicação das diferenças entre suas partes constitutivas nem sua co-constituição no interior de um processo total, mas “assume essas partes como integrais à reprodução social do todo, um todo que somente se constitui no interior, e através, da história concreta e real”. Nessa lógica, o “capitalismo” não existe como uma simples abstração, mas apenas enquanto sistema racializado e patriarcal, de modo que “uma teoria integrativa é incompleta a menos que ela se mova dessa abstração para nomear a lógica social que informa a unidade existente, concreta, dessas relações” (Ferguson, 2017[2016], p. 22-23; 24).

Em conclusão,

Após um longo período de ostracismo, a proposta de criação de uma teoria unitária toma forma enquanto campo teórico-prático contemporâneo, sob o nome de Teoria da Reprodução Social (TRS), e se insere em um contexto de ebulição de múltiplas experiências de luta e mobilizações espontâneas de massas que traduzem as contradições do período em que vivemos (Ruas, 2020, p. 399).

Tais mobilizações mostram uma nova e crescente consciência da necessidade da reconstrução da solidariedade e da ação coletiva contra os ataques contínuos aos diferentes corpos, sua liberdade e autodeterminação, e contra as políticas imperialistas e neoliberais (Arruzza, 2023[2017], p. 308) – reconstruções que, nessa apreensão totalizante, serão abordadas nos capítulos seguintes a partir do situar da greve internacional feminista e de seus territórios de lutas.

### 3 A GREVE INTERNACIONAL FEMINISTA

*Alerta, alerta, alerta que camina,  
la ola feminista por América Latina  
Y tiemblen, y tiemblen, y tiemblen los machistas,  
América Latina será toda feminista  
(Cancioneiro do movimento internacional feminista).*

No primeiro capítulo, foram apresentados diálogos e situadas as perspectivas teóricas feministas que fornecem substrato teórico à análise, neste capítulo empreendida, sobre a greve internacional feminista. Neste capítulo, portanto, partindo das contribuições supra elencadas e do marco teórico da teoria unitária da reprodução social, será abordada a greve internacional feminista e especificados seus territórios de luta - seguindo a chave proposta por Verónica Gago (2020, p. 220-223) para compreensão do transnacionalismo feminista - no que se refere ao trabalho exercido pelas mulheres e às reivindicações a ele relacionadas.

Inicialmente, propõe-se um breve resgate das greves historicamente protagonizadas por mulheres no mundo e, mais especificamente, no Brasil, assim como de sua importância e de sua relação com a reprodução social enquanto campo de luta e resistência. Tal retomada visa a ilustrar como as mulheres estiveram presentes nos embates que permeiam as relações de trabalho típicas do moderno assalariamento, evidenciando também suas reivindicações históricas relacionadas à reprodução social.

Em seguida, tratar-se-á do atual contexto de crise do capitalismo, em que as reivindicações - e a greve - feministas assumem características próprias, dados o atual estágio de desenvolvimento do modo de produção e a crise civilizacional engendrada por esse sistema. Nesse caminho, as particularidades da acumulação de capital em curso são evidenciadas para compreensão das múltiplas dimensões assumidas pela crise, entre as quais, de particular interesse para esta pesquisa, as crises no trabalho e na reprodução social.

Passar-se-á, então, à caracterização do novo movimento internacionalista feminista, cuja construção das greves nas datas de 8 de março as repolitizaram. Nesse contexto, são retomadas, principalmente, as importantes contribuições da pesquisadora, feminista do Coletivo *NiUnaMenos* e integrante das mobilizações pela Greve Internacional Feminista, Verónica Gago, e da cientista social Paula Varela.

Por fim, localizar-se-á os territórios de luta nos quais o movimento em comento apresenta desafios ao trabalho conforme esse é entendido sob o capitalismo, buscando evidenciar como, no novo internacionalismo feminista, as mulheres têm pautado a luta

anticapitalista, denunciado a exploração do capital sobre suas vidas não apenas nos trabalhos assalariados e empregos formais - como usualmente se trata no âmbito juslaboral –, mas também, e principalmente, nos territórios da reprodução. Especificamente no último tópico, tal análise será realizada em relação ao período da pandemia de Covid-19 e seus reflexos.

### 3.1 Aspectos históricos da auto-organização de mulheres e a greve

Neste tópico, busca-se traçar um panorama da auto-organização das mulheres e de sua participação histórica em greves de maneira geral e, mais especificamente, no Brasil<sup>77</sup>. Nessa perspectiva, as experiências destacadas são utilizadas para ilustrar como as mulheres estiveram presentes nos embates que permeiam as relações de trabalho, evidenciando também suas reivindicações históricas relacionadas à reprodução social. Tal recuperação permite a leitura do movimento grevista atual sem que se desconsidere momentos importantes de insurreição e greve protagonizados por mulheres historicamente, permitindo que se verifique, inclusive, conexões entre reivindicações e lutas protagonizadas por mulheres sob o capitalismo.

No livro *As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres*, Ana Isabel Álvarez González (2010[1999], p. 41) aponta que a primeira greve de trabalhadoras de que se teve notícia ocorreu em 1824, em Pawtucket (Rhode Island), com reivindicações de aumento salarial e de redução da jornada de trabalho. As mulheres logo teriam se unificado com seus companheiros homens, mas teriam continuado a se organizar em comícios e reuniões à parte.

Nesse livro, a autora buscou compreender a veracidade e a importância dos mitos utilizados para explicar a origem da data de 8 de março como Dia Internacional das Mulheres, sendo comumente citado na historiografia feminista espanhola um suposto incêndio ocorrido no citado dia do ano 1908 em uma fábrica têxtil, o qual teria sido provocado pelo próprio empresário contra as operárias em greve e presas no imóvel; e, por outro lado, na historiografia estadunidense, uma manifestação de operárias do setor têxtil que teria acontecido, segundo algumas versões, no 8 de março de 1857, e, segundo outras, no 8 de março de 1908 (González, 2010[1999], p. 30).

Na pesquisa empreendida pela autora, verificou-se que, de fato, houve um incêndio na *Triangle Shirtwaist Company*, em Nova Iorque, na data de 25 de março de 1911, que começou acidentalmente no oitavo andar e que ocasionou a morte de 146 trabalhadores – tragédia que gerou uma série de protestos. Entre as razões para que se tornasse tão famoso, a autora cita: a

---

<sup>77</sup> Sem pretensão de esgotar as experiências históricas e sua complexidade – o que não é parte do escopo desse trabalho, nem passível de ser feito mesmo em uma dissertação ou tese dedicada especialmente a esse intento.

maneira horrível pela qual as mortes ocorreram; o fato de que a maioria das vítimas foram mulheres jovens entre 16 e 25 anos, imigrantes principalmente da Itália e da Europa Oriental; e, principalmente, o fato de que as vítimas foram as protagonistas da greve geral do setor têxtil conhecida na historiografia como “O levante das 20 mil” ou “O levante das 30 mil” (González, 2010[1999], p. 35; 41).

Sobre a história desse levante, González (2000[1999], p. 41) obteve as seguintes informações:

Com duração de 13 semanas e resistindo a uma frente unida de empresários, juízes, advogados e policiais, essa se tornou a greve mais importante já realizada até este momento envolvendo apenas mulheres trabalhadoras. Foi também uma resposta àqueles que afirmavam que as mulheres eram incapazes de se organizar e, portanto, o movimento operário não podia contar com elas para enfrentar uma luta longa e dura.

Devido às condições deploráveis do setor têxtil, do qual as mulheres constituíam a maior parte da mão de obra, com jornadas de trabalho intensas e carga horária semanal de 56 a 70 horas, a paralisação começou no dia 27 de setembro de 1909, precisamente na empresa mencionada<sup>78</sup>. A manifestação iniciada teve grande adesão, por exemplo, nas cidades de Chicago, Rochester, Cleveland e Filadélfia. Nessa seara, demandavam-se “salários mais altos, melhorias nas condições de trabalho, abolição do sistema de subcontratação e das multas, jornada de trabalho de 52 horas semanais, distribuição regular de trabalho durante todo o ano, limitação das horas extras” e, “sobretudo, o reconhecimento de seus direitos sindicais” (González, 2010[1999], p. 45).

Uma assembleia realizada no sindicato das empresas Cooper Union, no dia 22 de novembro daquele ano, deu início de maneira oficial à greve. No dia seguinte, 15 mil mulheres já dela participavam, enfrentando grandes adversidades nos piquetes. Resumidamente, meses depois, no dia 15 de fevereiro de 1910, a greve foi oficialmente encerrada, com 339 firmas tendo fechado acordos com os trabalhadores. Porém, 13 empresas, entre as quais a *Triangle Shirtwaist Company*, não chegaram a nenhum acordo com seus empregados (González, 2010[1999], p. 45; 46; 47).

Logo, do estudo depreende-se que há uma série de coincidências entre os acontecimentos do incêndio e da greve e os mitos comumente citados para a origem do 8 de

---

<sup>78</sup> Outra famosa greve estadunidense no setor têxtil com forte envolvimento de mulheres ocorreu em Lawrence – Massachusetts em 1912, com cerca de 25.000 trabalhadores – a maioria imigrantes e cerca de metade composta por mulheres e crianças. Essa greve ficou lendariamente conhecida como “Greve Pão e Rosas” (Ross, 2013, p. 60). Consoante Josefina L. Martínez (2022, p. 33), o estopim para essa greve foi a redução salarial de alguns centavos nas folhas de pagamento, assim como a redução da jornada para mulheres e crianças, que resultava em menores salários - os 20 centavos reduzidos equivaliam a várias baguetes.

março: todos os eventos aconteceram na cidade de Nova Iorque; com protagonismo de mulheres da classe operária; um incêndio foi provocado, ainda que não de maneira premeditada, e, no ano anterior a esse, havia ocorrido uma greve protagonizada por mulheres que reivindicavam melhores condições de trabalho; foram organizadas manifestações em apoio às grevistas; houve uso da violência policial e estabeleceu-se um sentimento de solidariedade entre as mulheres. Todos esses elementos demonstram que, sob o mito, existe parte de verdade e que a tradição, em certa medida, também recria o passado, selecionando e concentrando certos fragmentos, de modo a adquirir permanência e significado universal (González, 2010[1999], p. 47).

Entretanto, o nascimento do 8 de março se deu em outro contexto social, político e ideológico. Como já mencionado no capítulo anterior, a ideia de criação da data foi apresentada na 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em 1910 em Copenhague, cuja proposta de criação não indicava nenhuma data concreta, e inspirou-se no *Woman's Day* estadunidense - compromisso oficial do Partido Socialista Americano com o sufrágio feminino que havia designado, para tanto, o último domingo do mês de fevereiro - então, 28 de fevereiro de 1909 (González, 2010[1999], p. 47; 106; 110).

Nesse contexto, Clara Zetkin propôs que o *Dia da Mulher* ou *Dia das Mulheres* se tornasse “uma jornada especial, uma comemoração anual de mulheres, seguindo o exemplo das companheiras americanas”. No ano de 1911, a data foi comemorada pelas alemãs em 19 de março; e pelas suecas, junto com o primeiro de maio – ou seja, em diferentes datas em diferentes países (Silveira, 2005, p. 63). Em 1914, foi celebrado pela primeira vez no dia 8 de março na Alemanha, Suécia e Rússia, por proposta das alemãs. Uma explicação sobre a escolha dessa data foi oferecida por Renée Côté, quem se limitou a apontar “como possibilidade o fato de que o mês de março estava carregado de conteúdo revolucionário – a revolução de 1848, a Comuna de Paris de 1871”, mas sem propor explicações sobre o porquê do dia em particular (González, 2010[1999], p. 119).

Já em 23 de fevereiro de 1917 do calendário russo – 8 de março do calendário gregoriano - as mulheres desencadearam uma greve geral, saindo corajosamente às ruas de Petrogrado contra a fome, a guerra e o czarismo. A iniciativa das operárias têxteis – cujo número de grevistas girou em torno de 90.000, a maioria mulheres – desencadeou a revolução “por elementos de base que superaram a oposição das direções” (Silveira, 2005, p. 64; 65).

Nas palavras de Trotsky (2017[1930], p. 128-129), fica claro que o estopim da Revolução de 1917 só foi disparado devido à ação das mulheres<sup>79</sup>:

---

<sup>79</sup> No mesmo sentido, conforme conclui Vieira (2017, p. 358), inegável a relevância histórica da organização das operárias para o estopim da Revolução de 1917, assim como para a formação do pensamento bolchevique, que,

O DIA 23 DE FEVEREIRO era o Dia Internacional da Mulher. Os círculos da social-democracia tencionavam festejá-lo segundo as normas tradicionais: reuniões, discursos, manifestos. Na véspera ainda ninguém poderia supor que o Dia da Mulher pudesse inaugurar a Revolução. Nenhuma organização preconizara greves para aquele dia. A mais combatida das organizações bolcheviques – o Comitê do bairro de Vyborg, essencialmente operário – desaconselha a greve. [...] Como o Comitê julgasse que o momento de agir ainda não era chegado – o partido não estava bastante forte e o contato entre os soldados e os operários ainda era bastante deficiente – decidiu não lançar mão da greve, mas apenas preparar-se para a ação revolucionária em data indeterminada. Tal foi a linha de conduta preconizada pelo Comitê, nas vésperas do dia 23, e parecia ter sido aceita por todos. No dia seguinte, pela manhã, apesar de todas as determinações, as operárias têxteis de diversas fábricas abandonaram o trabalho e enviaram delegadas aos metalúrgicos, solicitando-lhes que apoiassem a greve.

Desse modo, a Revolução de Fevereiro teria sido justamente iniciada pelos elementos de base - pela camada proletária que era ainda mais explorada e oprimida que as demais: as operárias da indústria têxtil – que, ultrapassando “a resistência de suas próprias organizações revolucionárias” espontaneamente tomaram a iniciativa (Trotsky, 2017[1930], p. 129).

Nesse sentido, a Revolução Russa de 1917 teve uma grande influência no *Dia Internacional da Mulher*, no qual se rememora a data em que as russas se amotinaram devido à falta de alimentos, deflagrando o processo revolucionário que culminaria no mês de outubro do mesmo ano (González, 2010[1999], p. 156-157) e outorgando conquistas para as mulheres até então não alcançadas em nenhum país capitalista (Martínez, 2022, p. 69). Para Martínez (2022, p. 73), “cem anos depois do 8 de março de 2017, a luta pelos direitos para todas segue sendo uma tarefa pendente”, de forma que resgatar sua história é fundamental “não somente para reconhecê-las em nossa própria história, mas também para não precisarmos começar do zero todas as vezes”.

No mesmo ano, o Brasil experienciou uma greve geral que estourou, em um primeiro momento, na seção de lã da fábrica Cotonifício Rodolfo Crespi, local onde trabalhavam, em sua maioria, mulheres e crianças, e a qual obteve, posteriormente, a adesão dos demais operários como um ato de solidariedade. O estopim para tal greve foi a alta no preço de dos gêneros de primeira necessidade, à qual se somava a baixa qualidade dos produtos, com falsificações e adulterações recorrentes. Entre as reivindicações dos e das grevistas, constava a de jornada de 8 horas de trabalho, a abolição definitiva da exploração do trabalho dos menores de 14 anos, a abolição do trabalho noturno das mulheres e outras demandas constitutivas das manifestações operárias desde 1900, conforme pesquisa de Polyana Alves Almeida da Silva (2018, p. 55; 57; 58; 63).

---

por sua vez, resultou na preocupação com a emancipação das mulheres nas ações soviéticas desde a tomada do poder.

Sobre esse momento histórico, Edilene Toledo (2017, p. 515) elucida que “muitos são os fatores que explicam a intensidade da agitação dos trabalhadores em várias partes do Brasil e do mundo no ano de 1917 e nos anos que se seguiram”, entre os principais:

[...] o agravamento das condições de vida e de trabalho em virtude da Primeira Guerra Mundial, que aprofundou ainda mais a imensa desigualdade social; a propaganda desenvolvida pelas várias lideranças anarquistas, socialistas e sindicalistas revolucionárias; as atividades concretas de organização da classe trabalhadora com a criação de sindicatos, uniões, ligas e federações, e também a conjuntura internacional, marcada pela Revolução Russa e por uma onda revolucionária que atingiu a Europa. Esse ciclo de agitação global do período 1917-1920 teve um papel crucial na ampliação e politização do movimento operário em todo o mundo, e esses foram também os anos de maior mobilização dos trabalhadores na Primeira República, fundamentais para a construção dos trabalhadores como sujeitos políticos no Brasil (Toledo, 2017, p. 515).

Nesse contexto, a greve em comento teve início em 8 de junho de 1917, no bairro da Mooca, zona leste de São Paulo, onde se concentravam indústrias e trabalhadores. O movimento foi iniciado na fábrica Crespi por cerca de 400 trabalhadores reunidos na Liga Operária da Mooca, os quais passaram a reivindicar aumento salarial de 15 a 20% e a protestar “contra a extensão do horário de trabalho noturno, imposto pela fábrica para atender ao aumento da produção e ocasionado também pela desestabilização da economia mundial causada pela guerra” (Toledo, 2017, p. 499)

Embora a fábrica tenha ameaçado demitir todos os trabalhadores se esses não voltassem ao trabalho, o movimento continuou e se ampliou, tomando enormes proporções nas semanas seguintes, com auge no mês de julho: “à greve geral de São Paulo seguiram-se várias outras em diversas partes do país”, organizadas pelos próprios trabalhadores e “com a participação de lideranças sindicalistas, anarquistas, socialistas e de outros grupos descontentes com a situação do país”. Nessa seara, as experiências comuns relativas à moradia e aos alimentos foram um fator de união importante para os trabalhadores, que incluíram entre as reivindicações a diminuição do preço dos alimentos e dos aluguéis (Toledo, 2017, p. 499; 500-501).

Como já destacado, as reivindicações dos trabalhadores nos protestos de 1917 passavam por jornada de 8 horas, fim do trabalho infantil e restrições à contratação de mulheres e adolescentes, mas também incluíam aumento salarial, segurança no trabalho, pagamento pontual dos salários, semana de 5 dias e meio, “redução do preço dos aluguéis e do custo dos bens de consumo básicos, respeito ao direito de sindicalização, libertação dos trabalhadores presos durante as greves e recontração de todos os grevistas demitidos”. Assim, algumas das “reivindicações eram conjunturais, ligadas ao contexto específico, mas os trabalhadores

aproveitaram a mobilização geral para trazer à tona outras antigas reivindicações ligadas a questões mais estruturais” (Toledo, 2017, p. 507).

Nesse contexto, a regulamentação do trabalho das mulheres era reivindicação antiga:

[...] as mulheres recebiam salários menores do que os homens, às vezes menos da metade, e, submetidas às mesmas condições de exploração, sofriam também com o assédio e até a violência sexual por parte de empregadores e contramestres. A proibição do trabalho noturno das mulheres era uma das principais reivindicações. Essas questões da vida das operárias de fábrica foram apresentadas por Patrícia Galvão, a Pagu, em seu romance proletário Parque industrial, publicado em 1933, retratando a vida de trabalhadoras de fábrica no bairro do Brás (Toledo, 2017, p. 508).

Sobre a questão do trabalho feminino nesse contexto, Joana Dias Pereira (2014, parágrafos 11; 33) destaca que mulheres e crianças eram grupos mais vulneráveis, dada a “natureza sazonal do seu trabalho, muitas vezes feito em casa ou em pequenas unidades de produção”, de modo que os sindicatos passaram a integrar mulheres nas organizações masculinas pré-existentes, apoiando as suas reivindicações por melhores salários. Assim, os sindicatos expandem a sua influência entre as comunidades operárias, “possibilitando uma participação sem precedentes do proletariado fabril, e especialmente das mulheres, na onda greves que marcou os anos de 1917-1920”. As mulheres, antes “geralmente ausentes das associações formais, devido à divisão sexual do trabalho que lhes deu os empregos mais precários e desqualificados, conseguiram mobilizar as redes de entajuda que geriam nos espaços de residência”.

Outrossim, Pereira (2014, parágrafo 12) destaca o papel fundamental das mulheres na economia familiar no período:

Totalmente dependentes de salários para assegurar as necessidades básicas de subsistência, as economias domésticas das famílias trabalhadoras estavam profundamente subordinadas à relação entre emprego/salário/preços. Durante o período que precede, acompanha e sucede a Primeira Guerra Mundial, os trabalhadores foram severamente afetados pelos ciclos econômicos como consumidores. Os preços aumentavam lentamente desde a viragem do século, mas foi na segunda década do século XX que uma galopante inflação se refletiu negativamente e com especial acuidade sobre os salários industriais e as condições de vida dos trabalhadores. Desde então, as mulheres desempenharam um papel fundamental e inédito nos protestos laborais, tendo em conta a sua entrada nas fábricas, mas também o seu papel na economia familiar. No entanto, foi nas lutas em torno do consumo que as mulheres mais se destacaram como gestoras de redes de solidariedade informais que permitiram uma mobilização massiva das populações.

Para Luigi Biondi e Edilene Toledo (2018, p. 97-98), “o papel das trabalhadoras e das militantes nos eventos de julho de 1917 deve ser apontado como uma das características fundamentais do movimento grevista e da revolta urbana”. Sobre esse aspecto, ressaltam que,

“no setor têxtil, as operárias estavam na linha de frente da organização, considerando também a direção dos sindicatos têxteis, sem falar do apoio generalizado ao movimento”. Assim, a participação feminina massiva na Greve Geral de 1917 teve como um dos resultados a consolidação da reorganização dos trabalhadores desse setor fundamental da indústria, proporcionando a força e o caráter de massa do movimento. Outrossim, o papel das mulheres na gestão da economia familiar, das redes parentais e de bairro, “possibilitou a inclusão do controle dos preços dos alimentos e dos bens de primeira necessidade entre os objetivos do movimento grevista além dos outros aspectos referentes às condições mais duras e aviltantes do trabalho que afetavam, sobretudo, crianças e mulheres”<sup>80</sup>.

Em pesquisa sobre a participação feminina nesse contexto, Polyana A. A. da Silva (2018, p. 15; 31; 33; 34; 54) resgata notícias sobre a ação das mulheres nas greves e, verificando que havia uma dualidade da apresentação – ora como donas do lar, ora como trabalhadoras e grevistas -, recupera seu protagonismo nestes dois mundos: o público e o privado. Averigua que o papel das mulheres foi essencial não apenas na deflagração da greve, mas em sua participação expressiva na luta feminina nas ruas, nos comícios e nas Ligas Operárias de Bairro - fatores que tornaram indispensável a maior alusão às mulheres no movimento.

Nessa lógica, a pesquisadora aponta que as greves se generalizaram “tendo como fundamento principal o aumento de salário em razão da sua insuficiência para comer, para morar e para o transporte” – questões que recaíam intensamente sobre as mulheres. Assim, “o sexo feminino era o que mais sentia a miséria dentro do lar, pois eram elas que administravam as despesas da casa, isto é, eram responsáveis pela compra dos gêneros de primeira necessidade e pela preparação dos alimentos”. Além dos fatores citados, “o fato da estrutura salarial ser determinada pelo sexo e pela idade dos(as) trabalhadores(as) afetava especificamente essas mulheres, existindo uma discriminação sobre um trabalho que já era, naquele período, muito mal pago para toda a classe trabalhadora”. Ademais, as mulheres sofriam também com abusos dentro das oficinas, como a desqualificação do seu trabalho, e tinham que lidar com uma dupla – em alguns casos tripla – jornada (Silva, P., 2018, p. 54; 55; 67). Tudo isso evidencia a relevância da reprodução social – sob responsabilidade majoritariamente feminina – que engendrou reivindicações contundentes e embates ferrenhos.

Entre as conquistas, a aprovação da pauta grevista que concedeu o aumento de salários para todos foi essencial para melhorar as condições materiais da classe trabalhadora. Ainda,

---

<sup>80</sup> O objetivo da melhoria de vida como um todo e a exploração das redes de bairro explicariam ainda o aspecto de rebeldia urbana que o movimento tomou, para além da luta no espaço fabril (Biondi; Toledo, 2018, p. 98).

conseguindo que os burgueses donos de indústrias se comprometessem a efetuar o pagamento sempre dentro da primeira quinzena que se seguia ao mês vencido, as mulheres - responsáveis pela manutenção alimentar dos filhos e marido - puderam passar a calcular o salário da família levando em conta a data que havia sido estipulada para os pagamentos, o que possibilitou uma melhor administração das despesas da casa. Por fim, destaca-se o comprometimento dos industriais em respeitar o direito de associação dos seus operários como outra importante conquista (Silva, P., 2018, p. 86).

Em 1919, 30 mil têxteis entraram em greve em São Paulo e no interior, com a participação massiva de mulheres e crianças que reivindicavam principalmente jornada de 8h e igualdade salarial entre homens e mulheres – sendo fortemente reprimidos com violência policial (Teles, 1999, p. 43)

Mesmo anteriormente, na Primeira República, encontram-se exemplos de greves – especialmente no setor têxtil – em que se destaca a participação feminina. Ainda em 1906, os tecelões da fábrica São Bento, em Jundiaí-SP, entraram em greve por aumento salarial, luta sobre a qual três operárias lançaram um manifesto denunciando a exploração patronal. Os trabalhadores conseguiram o direito a 8h de trabalho, as trabalhadoras, entretanto, a 9h30min. Em 1907, as costureiras se destacaram no movimento grevista<sup>81</sup>. Já na Segunda República, em 1948, uma greve de ferroviários, em Cruzeiro/SP, “foi iniciada pelas mulheres que, deitadas sobre os trilhos, impediram a circulação dos trens” (Teles, 1999, p. 42; 49).

Outro episódio em que ficou evidente a importância do protagonismo feminino na auto-organização de trabalhadores, especialmente no que se relaciona à reprodução social, foi “a luta dos operários da Fábrica de Cimento Perus, cujas mulheres participaram não como trabalhadoras da fábrica, mas como arrimo de família durante a greve e como colaboradoras” favoráveis às manifestações (Alves, 2011, p. 10).

Na administração da fábrica pelo Grupo J. J. Abdalla a partir de 1951, verificou-se, concomitantemente à precarização das condições de trabalho e ao desleixo na manutenção dos equipamentos, a não garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas. Nesse contexto, visando a não atender à legislação vigente que garantia efetivação nos empregos ao se completar

---

<sup>81</sup> Nesse período histórico, Varela (2020b, p.134) cita como exemplo de greve protagonizada por mulheres na região latino-americana a histórica “greve dos inquilinos”, de 1907, na Argentina, protagonizada por mulheres das famílias trabalhadoras, assalariadas ou não. Como apontado por Matínez (2022, p. 43; 45) esse evento é também conhecido como “greve das vassouras”, quando mulheres intervieram ativamente nos protestos e conflitos por moradia - por meio de greves, piquetes e mobilizações - contra os aluguéis excessivos de Buenos Aires e em busca de “frear os despejos e melhorar as condições de vida no bairro”. Nessa década (1901-1910) foram organizadas 7 greves gerais e centenas de greves parciais na cidade, em que “as mulheres participaram tanto de greves trabalhistas como de protestos que tinham como eixo a defesa dos lares”.

10 anos de casa, os funcionários passaram a ser demitidos na proximidade de completude desse tempo, e os salários eram atrasados (Alves, 2011, p. 20; 23).

Houve diversos embates entre o sindicato e essa nova administração. Em 1957, por exemplo, a empresa tentou a transferência das novas lideranças sindicais para empresas no litoral – ocasião em que o sindicato obteve vitória na justiça. Em 1958, houve uma greve no complexo cimenteiro que colocou o sindicato de Perus nacionalmente em evidência: desde 1938, o preço do cimento vinha crescendo segundo a política do setor e o reajuste salarial dos trabalhadores de Perus foi estabelecido em 30%, mas, utilizando-se do aumento dos salários como desculpa, os patrões estabeleceram um reajuste do preço do cimento em 7 vezes. Diante de tal situação, o Sindicato de Perus recorreu, exigindo ou um aumento de 40% salários ou que se voltasse atrás com relação ao preço do cimento, por meio de greve que transcorreu em clima pacífico. Após 46 dias de greve, foi concedida tal exigência (Alves, 2011, p. 25).

A fibra dos trabalhadores nesse episódio lhes rendeu o apelido de “queixadas”, que, conforme Mário Carvalho de Jesus, advogado do Sindicato a partir de 1954, foi conferido por Nelson Coutinho, advogado amigo, em uma Assembleia. Conforme relato, queixada, pois “único bicho que, quando se sente em perigo, se une em grupo, em manada, bate o queixo – daí o nome queixada -, enfrenta a onça ou o caçador; este tem de se esconder numa árvore, porque corre o risco de ser estraçalhado” (Jesus, 1992[1977], p. 31).

Para além dos fatores supracitados, a situação de descontentamento dos “queixadas” se agravou com os seguintes acontecimentos: dirigentes sindicais de três outras fábricas do grupo Abdalla queixavam-se do descaso patronal pelas leis e os pagamentos estavam sendo atrasados. Em maio de 1962 iniciou-se a greve que perdurou até 1969. Os salários só foram efetivamente pagos em 1975, em frente ao Sindicato Indústria Cimento Cal e Gesso São Paulo, onde se encontravam sob intervenção e à luz de velas, conforme pontua Mário Carvalho de Jesus (1992[1977], p. 40; 41; 56; 61).

Nesse episódio, as mulheres tiveram protagonismo não como operárias, mas como donas de casa e esposas que viveram as consequências da greve de 7 anos promovida por seus maridos e, em muitos casos, assumiram a responsabilidade da família, ao mesmo tempo em participavam dos piquetes e de outros eventos em favor do movimento operário (Alves, 2011, p. 5). Nas palavras da pesquisadora Maria Madalena Ferreira Alves (2011, p. 10):

No aparente escondimento e anonimato da vida doméstica, algumas delas foram responsáveis pela manutenção do ânimo de seus companheiros e, muitas vezes, foram, inclusive, as responsáveis também pela manutenção econômica de suas casas. Houve, no entanto, outras que atuaram diretamente em passeatas e piquetes para chamar a atenção da opinião pública.

Além dos pontos supracitados, outro aspecto importante de mobilização diz respeito aos problemas socioambientais decorrentes da poluição gerada pela fábrica. Acerca desse fator, Pedro Augusto Bertolini Bezerra (2011, p.17; 38-39) aponta que, na época, cresceu o movimento contra a poluição que a fábrica emitia em toda área próxima - aspecto ainda na atualidade comentado pelos moradores que viveram tal realidade e que relataram tais abusos não só ambientais, mas com consequências para a saúde. Nesse sentido, foi realizada uma campanha, pelo bairro e pela igreja, “a favor da conscientização da população em relação à poluição que a fábrica de cimento emanava diariamente de suas chaminés”. Intitulada “O Pó de Cimento Esmaga a Vida”, referida campanha contou com ampla participação das mulheres moradoras do bairro, muitas donas de casa e participantes da igreja ativamente.

Em 1973, inclusive, mais de 2 mil mulheres, que já participavam do movimento desde a década de 1960, voltaram às ruas em passeata contra o pó de cimento que estava poluindo a região. Logo, verifica-se que, partindo das consequências do pó de cimento para a saúde da população, o movimento grevista incorporou, ao longo do tempo, uma importante dimensão ecológica (Alves, 2011, p. 27; 28).

Também no que se refere aos movimentos de mulheres relacionados à reprodução social, mesmo no contexto da ditadura militar brasileira<sup>82</sup>, há importantes exemplos de resistência, entre os quais, não se pode olvidar do *Movimento contra a Carestia* - desdobramento do *Movimento do Custo de Vida*, cuja origem se relaciona à experiência dos clubes de mães da periferia sul de São Paulo, conforme explica Eduardo Ângelo da Silva (2014, n. p.). Segundo Amélia Teles (1999, p. 79), as mulheres da periferia foram as pioneiras e principais protagonistas desse movimento, o qual incorporou milhares e fortaleceu as lutas em prol da democracia.

---

<sup>82</sup> Outra importante semelhança entre os dois processos, diz respeito à preponderância da fé e da religiosidade daquelas e daqueles que participaram de ambos os movimentos. No caso do *Movimento Queixadas*, “todos os líderes do movimento e as mulheres entrevistadas pertenciam à Igreja Católica” e utilizavam a “firmeza permanente” - tradução, para o contexto, dos princípios da Não-Violência Ativa a partir de sua fé. Ademais, muitos dos “Queixadas” participavam das Comunidades Cristãs Católicas, encontrando “na espiritualidade libertadora promovida pelas CEBs uma fonte de sustentação da luta” - fé essa “com repercussões sociais e políticas” e que incentivava o compromisso social pela mobilização popular (Alves, 2011, p. 13; 53). No caso do *Movimento contra a Carestia*, conforme será melhor exposto a seguir, o início da história do movimento está diretamente relacionado “à formação de organizações populares ligadas à Igreja Católica no Brasil, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Pastoral Operária (PO)”. Nesse contexto, “por meio da reflexão sobre a realidade dos trabalhadores e as condições precárias de vida que estes possuíam, diversos grupos católicos começaram a se organizar socialmente e politicamente com base no evangelho cristão e na solidariedade de classe”, com grande participação de membros leigos da Igreja, consoante explica Vinicius Faustino Ferreira da Silva (2018, p. 42).

Nesse contexto, os clubes de mães<sup>83</sup> de São Paulo - reuniões periódicas em que mulheres se encontravam para a realizar trabalhos manuais e refletir coletivamente com base na leitura do Evangelho, esse confrontado com a realidade vivida por elas - originaram ações de reivindicações ante os poderes públicos, tais como por escolas, creches, pontos de ônibus e postos de saúde, assim como atividades comunitárias para a resolução dos problemas coletivos, como mutirões para limpeza e para levantar centros comunitários. A criação de uma coordenação de clube de mães deu origem ao *Movimento do Custo de Vida* (MCV), em 1973, “cuja crescente mobilização culminou em grandes manifestações, como as ocorridas em 1978 e 1979 na Praça da Sé”. Em 1979, o MCV passou a ser denominado *Movimento Contra a Carestia* (MCC) (Silva, 2014, n.p.).

Outros desdobramentos importantes do Movimento referem-se às pesquisas e aos abaixo-assinados realizados sobre a situação das famílias residentes nos bairros periféricos de São Paulo – contexto em que enquetes eram utilizadas para obtenção de informações e repertório das pautas reivindicatórias. Além disso, fazia parte do cotidiano do movimento o trabalho contínuo de formação nos bairros. Todas essas atividades “expandiam as redes de contato do movimento com sua base, além da adesão popular às reivindicações” - como explica Vinicius Faustino Ferreira da Silva (2018, p. 59).

A participação expressiva das mulheres nos movimentos de bairro na década de 1970 pode ser explicada por sua atuação direta nos problemas cotidianos dos bairros. Enquanto os homens, preponderantemente, trabalhavam nas fábricas e se organizavam por meio da luta sindical, as mulheres se organizavam a partir das comunidades (Silva, V., 2018, p. 61).

Nessa conjuntura, o engajamento das mulheres no movimento em comento ressignificou os limites do privado e individual, já que seu cotidiano era, sobretudo, vivenciado no espaço privado do lar, dada a tradicional divisão do trabalho e da vida social da época. Assim, possibilitou que essas mulheres se descobrissem como sujeitos políticos no espaço público e coletivo, passando a ocupar locais tradicionalmente reservados aos homens militantes. Por esse ângulo, a participação dessas mulheres na luta social e por seus direitos contribuiu para a politização do debate sobre o cotidiano feminino periférico e os problemas sociais enfrentados durante esse cenário de regime militar (Silva, V., 2018, p. 60; 63).

---

<sup>83</sup> Os Clubes de Mães, que posteriormente passaram também a ser denominados Grupos de Mulheres, possuíam relação direta com as paróquias e seus membros eclesiais por meio das Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais (Silva, V., 2018, p. 59).

Ainda nesse contexto ditatorial, Maria Amélia Teles<sup>84</sup> (1999, p. 107; 108; 109) cita as greves operárias de 1978 centradas no ABC Paulista, que continham como reivindicação feminina exclusivamente a pauta de “salário igual para trabalho igual”, embora no I Congresso da Mulher Metalúrgica ocorrido mais cedo no mesmo ano tivessem sido também elencadas diversas outras reivindicações específicas, como por creches e berçários nas fábricas, não discriminação para acesso aos cargos de chefia e estabilidade para gestantes. No mesmo ano, as mulheres entraram em greve na Philco, em São Paulo. Também entraram em greve na Brosol, fábrica de carburadores, puxada por 800 mulheres, e na Rowmet, indústria eletrometarlúrgica em Santo André-SP.

Destaca-se que, anteriormente a 1964, o 8 de março era comemorado no Brasil. Em 1976, ocorreu a primeira manifestação pública da data desde o início da ditadura – manifestação com importância fundamental para retomada de seu significado. Nos anos seguintes, a preparação da data e a manifestação passaram a ser fatores de aglutinação e participação das mulheres – donas-de-casa, operárias e intelectuais – na defesa de lutas gerais e específicas (Teles, 1999, p. 97; 98).

Internacionalmente, a “Primeira Greve Nacional de Mulheres” é atribuída à Islândia, quando, em 24 de outubro de 1975, as mulheres decidiram não realizar trabalhos remunerados – conseguindo que se fechassem fábricas, bancos, negócios, escolas, creches, etc. – nem trabalhos domésticos e de cuidados, visando a tornar visível a importância social e econômica de seu trabalho - não reconhecida nem pelo Estado, nem pelas empresas, nem pelas instituições, nem pelos homens. Uma multidão de 25 mil pessoas, em uma ilha com então 220 mil habitantes, saiu às ruas demandando igualdade salarial e o fim da discriminação sexual nos locais de trabalho (Varela, 2020b, p. 134).

---

<sup>84</sup> A autora, infelizmente, é parte do rol de casos emblemáticos de mulheres submetidas “a graves violações de direitos humanos pela ditadura civil-militar”: Amelinha era “militante histórica do Partido Comunista do Brasil (PC do B), o que motivou a sua prisão no ano de 1972, juntamente com o seu marido, César Augusto Telles, e seus dois filhos, ainda crianças, Janaina e Edson” – ambos “sequestrados pelos agentes da repressão e obrigados a acompanhar a sessão de tortura dos seus próprios pais na Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo – SP”. Entre outros casos, estão o de Crímeia Schmidt de Almeida, irmã de Maria Amélia, e Inês Etienne Romeu, os quais evidenciam a participação ativa das mulheres nos movimentos de resistência à ditadura civil-militar instaurada no Brasil. As violações perpetradas evidenciam, outrossim, que “capitaneadas e executadas por homens - não eram apenas dirigidas ao seu caráter pessoal, mas tinham o condão de imprimir danos – morais e simbólicos – às próprias organizações que elas, de algum modo, representavam”. Nesse âmbito, as “violações de direitos humanos praticadas contra as mulheres eram dotadas de especificidades em razão do gênero, operando para deslegitimar, subalternizar e afligir sua condição feminina, inclusive, com requintes de barbárie, para os casos de grávidas e puérperas” (Chehab, 2019, p. 5; 6; 7).

Segundo o site oficial da *Women's History Archives*, uma unidade especial na Universidade Nacional da Islândia, essa data foi um momento monumental na história das mulheres islandesas e foi repetida em 24 de outubro de 1985, 2005, 2010, 2016 e 2018<sup>85</sup>.

Em artigo veiculado pelo site mencionado, o dia 24 de outubro de 1975, denominada *Women's Day Off (Dia de folga das mulheres)*, relata-se que a data apresentou diversas dificuldades a muitos homens, que acabaram tendo que levar as crianças aos locais de trabalho e, assumindo a responsabilidade por elas por todo o dia, denominaram a data de “Sexta longa” (Einarsdottir; Steinhorsdottir, 2023[1977]).

Em síntese, as diversas greves de mulheres trabalhadoras (assalariadas ou não) acompanham as reivindicações históricas e expressam a articulação, não isenta de tensões, entre o próprio movimento feminista e o movimento operário, entre demandas de gênero e demandas de classe (Varela, 2020b, p. 134-135), que se pronunciam na medida em que os elementos de sustentação da ordem social capitalista se conflagram, despontando a greve feminista como ferramenta vital na lida das contradições capitalistas.

### **3.2 A crise de civilização capitalista industrial moderna ocidental**

Neste tópico, como previamente enunciado, situar-se-á o atual contexto de crise do capitalismo, em que as reivindicações - e a greve - feministas assumem características próprias, e que contém, como elementos constitutivos, a crise do direito do trabalho e a crise da reprodução social, conforme se buscará demonstrar nos próximos itens do capítulo.

Para tanto, parte-se das leituras, propostas por Gustavo Seferian e Michael Löwy, da atual crise do capitalismo como uma crise de civilização, que encontra atualmente ressonância nos mais diversos âmbitos, para além do econômico, quais sejam, nas ordens social, político-institucional e ambiental. Com amparo no diagnóstico do economista Ernest Mandel de que as crises correspondem à lógica imanente do sistema e na compreensão das características assim delineadas especialmente a partir da década de 1970<sup>86</sup>, bem como por meio das contribuições

---

<sup>85</sup> Na data em que se escrevia este trecho, 24 de outubro de 2023, escolas, lojas bancos e as famosas piscinas do país foram fechadas quando mulheres entraram em greve pressionando pelo fim da remuneração desigual e da violência de gênero, tendo inclusive a Primeira Ministra anunciado sua participação (Bjarnason, 2023, n.p.). Conforme site oficial para a greve, encorajava-se a participação de todas as mulheres e pessoas não-binárias, incluindo as imigrantes (as quais representam 22% das mulheres na força de trabalho), que deveriam parar tanto os trabalhos remunerados quanto os não remunerados por todo o dia para demonstrar a importância de suas contribuições à sociedade. As demandas passavam pela eliminação de violência de gênero e pelos devidos reconhecimento e retribuição às mulheres e pessoas não-binárias (Kvennafri, 2023, n.p.).

<sup>86</sup> No Brasil, o campo para instalação desse processo se deu com a “movimentação golpista - contrarrevolucionária e preventiva -, dada por empresários e militares em 1964” - o que deu início à ingerência do capital financeiro no país (Seferian, 2019b, p. 75).

de autores que elaboram sobre esse estágio do capitalismo, buscar-se-á contextualizar as múltiplas facetas dessa crise de caráter civilizacional, em que a acumulação de capital assume aspectos diferenciados, atingindo de modos e intensidades distintas diferentes populações, entre as quais, as mulheres no Sul Global.

Tendo como referência o quadro teórico supracitado, convém inicialmente especificar o que constituiu a crise de civilização capitalista industrial moderna: não se trata, por certo, “de todo e qualquer arranjo civilizatório, mas sim de uma derivação da própria crise do modo de produção capitalista”, qual seja da civilização que se avoca como “a Civilização”, embora não seja a única existente hodiernamente (Seferian, 2017, p. 70).

Tal civilização - caracterizada por um sistema econômico irracional “baseado na mercantilização de tudo, na especulação desenfreada, no totalitarismo dos mercados financeiros e na globalização neoliberal a serviço exclusivo do lucro capitalista” (Löwy, 2013, p. 79) - contém “contradições imanentes ao próprio capitalismo e às relações sociais em que se funda” tal sistema. Essa leitura engendra uma compreensão polissêmica da crise. Ademais, permite verificar que o fenômeno de crise atinge todos os rincões do mundo, abarcados, direta ou indiretamente, “pelos ganhos universalizantes e totalizantes da mercadoria e do capital” (Seferian, 2017, p. 32; 33).

Nesse entendimento,

[...] esta oscilação não abala apenas a estabilidade onírica do sistema econômico-financeiro capitalista, mas também espraia-se de forma combinada na ordem social, político-institucional e ambiental, impactando mercados, formas de organização e gestão políticas e de controle econômico, ainda que em intensidade desigual (Seferian, 2017, p. 33).

Para compreensão dessas contradições imanentes do capitalismo, fundamentais as contribuições de Mandel (1990[1985], p. 210; 211-212), que, debruçando-se sobre as recessões generalizadas das décadas de 70 e 80, percebeu que as crises capitalistas são “crises de superprodução de valores de troca”, cuja possibilidade primeira encontra-se no “desdobramento entre mercadoria e dinheiro, que deve realizar seu valor de troca – e na contradição entre o valor de uso e o valor de troca dessa mesma mercadoria, que é estreitamente ligado a esse desdobramento”. Nessa concepção, “a superprodução significa sempre que o capitalismo produziu tantas mercadorias que não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse a seus proprietários o lucro médio esperado”.

Entre as causas das crises econômicas capitalistas, Mandel (1990[1985], p. 210-211; 212) aponta a superacumulação de capitais; o subconsumo das massas; a anarquia da produção e a desproporcionalidade entre diferentes ramos da produção, inerentes à propriedade privada e à economia mercantil generalizada; e a queda da taxa de lucros. Distingue tais causas dos acontecimentos detonadores que precipitam as crises, desencadeando o movimento cumulativo<sup>87</sup>, e da função objetiva da crise, qual seja, a de “constituir o mecanismo através do qual a lei do valor se impõe”.

Da análise do autor, depreende-se que o fenômeno das crises não pode ser explicado exclusivamente pela esfera da produção, mas perpassa exatamente a circulação do capital, já que a unidade do processo de produção e circulação consiste no processo de reprodução do capital nessa produção mercantil que é generalizada (Mandel, 1990[1985], p. 219). Para Mandel (1990[1985], p. 7), em síntese, as “recessões e as fases de depressão – de retomada hesitante, desigual e não cumulativa – que lhes seguem [ao longo período de expansão pós-guerra e ao quadro mais geral da história do modo de produção capitalista em seu conjunto] não são nem o resultado do acaso nem o produto de elementos exógenos”, mas “correspondem, ao contrário, à lógica imanente do sistema – embora fatores exógenos ou acidentais desempenhem evidentemente um papel nas particularidades de cada ciclo”.

Desenvolvendo sobre tal lógica, Klaus Dörre (2015[2012], p. 549) discorre sobre o papel da concorrência na propensão da crise como característica estrutural do capitalismo:

Para vencerem a concorrência, os capitalistas, enquanto produtores isolados uns dos outros, são coagidos a melhorar seus métodos de produção continuamente. Um motivo central para isso é a caça por mais lucros [...]. Esse motivo, que garante uma melhora contínua dos meios de produção, dos equipamentos técnicos e da organização do trabalho, realiza simultaneamente uma produção sistemática de desequilíbrios de mercado. Os capitalistas individuais ampliam suas capacidades de produção sobre campos lucrativos de transação, mas se defrontam, mais cedo ou mais tarde, com os limites de seu volume de negócios.

Tal “problema de realização revela a tendência de instabilidade sistêmica da acumulação do capital”. O autor ressalta, no entanto, que crises econômicas periódicas não são um indicador de um iminente colapso do sistema, sendo funcionais até certo grau, pois o “extermínio do capital em um determinado ponto, exatamente devido a necessidade de substituição de meios de produção, torna-se um desencadeador de demanda e com isso um estimulador de uma nova

---

<sup>87</sup> Para melhor elucidar tal movimento: quando bruscamente a oferta ultrapassa a demanda solvável, a ponto de provocar massivamente um recuo das encomendas e uma redução importante da produção corrente, tais vendas insuficientes, não estocagem e redução da produção geram o momento cumulativo da crise com redução do emprego, rendas, investimentos, produção, encomendas e, conseqüentemente, nova espiral dessas quedas (Mandel, 1990[1985], p. 212).

dinâmica de acumulação”. Nesse diapasão, é decisivo que “as crises econômicas promovam um processo que caminhe em direção a uma restrição parcial da concorrência e a uma mudança das relações de propriedade no interior do modo de produção capitalista”, com a formação de empresas monopolistas “capazes de influenciar a formação dos preços, de construir barreiras à entrada no mercado e de retardar a desvalorização do capital”. Esse processo contraditório de abolição relativa da concorrência produz, outrossim, uma fonte permanente de instabilidade econômica, que reclama a intervenção estatal, a burocratização e o reconhecimento de interesses organizados (Dörre, 2015[2012], p. 549; 550; 551).

Nesse cenário, o desenvolvimento do capitalismo, conforme já tratado no tópico 2.3, depende de um processo de acumulação permanente, em que a “acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação<sup>88</sup>” (Harvey, 2005[2003], p. 124). A acumulação por espoliação é um conceito cunhado por David Harvey (2005[2003], p. 118), a partir das elaborações sobre “acumulação de capital” de Rosa Luxemburgo e do próprio Marx, para descrever como o “capitalismo pode tanto usar algum exterior preexistente (formações sociais não-capitalistas ou algum setor do capitalismo - como a educação - que ainda não tenha sido proletarizado) como produzi-lo ativamente”.

A ampla gama de processos descritos por Marx como acumulação primitiva<sup>89</sup> contou com o Estado - com suas definições da legalidade<sup>90</sup> - no apoio e na promoção desses processos, cujas características já mencionadas por Marx “permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias”<sup>91</sup>. Ademais, alguns dos mecanismos da acumulação primitiva foram aprimorados, como o sistema de crédito e o capital financeiro<sup>92</sup>, e foram criados

---

<sup>88</sup> A sobreacumulação é conceituada por Harvey (2005[2003], p. 124) como “uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos”.

<sup>89</sup> Entre os quais se incluem: “a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva” (Harvey, 2005[2003] p. 121).

<sup>90</sup> Por meio da violência extraeconômica.

<sup>91</sup> Importante mencionar que Marx se baseou sobretudo no exemplo inglês e estava, por certo, limitado aos conhecimentos históricos de seu tempo, de modo que hoje já se sabe que “a transição do feudalismo para o capitalismo ocorreu a partir de formas variadas menos despóticas” (Dörre, 2015[2012], p. 554).

<sup>92</sup> Entre os quais Harvey (2005[2003], p. 123) menciona as seguintes práticas “valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida” e ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro - características centrais do capitalismo contemporâneo.

também mecanismos inteiramente novos de “acumulação por espoliação”<sup>93</sup> (Harvey, 2005[2003], p. 121; 122; 123).

Conforme defende o autor em comento, “a acumulação por espoliação libera um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero)”, de maneira que o capital sobreacumulado pode se apossar desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo – o que se dá, por exemplo, pela privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água etc.). Tal objetivo pode ser alcançado também por meio da desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes, que podem ser vendidos de forma barata e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado (Harvey, 2005[2003], p. 124).

Entre as características da “acumulação por espoliação”, Harvey (2011[2005], p. 172-175) destaca: (i) a privatização e mercadificação de ativos até então públicos, cujo objetivo primordial é o de abrir à acumulação do capital novos campos até então considerados fora do alcance do cálculo de lucratividade<sup>94</sup>; (ii) a forte onda de financialização instaurada a partir de 1980 e marcada por um estilo especulativo e predatório; (iii) a administração e manipulação de crises, por meio das bolhas especulativas e fraudulentas que caracterizam boa parte da disseminação dos riscos e dos derivativos financeiros da manipulação financeira neoliberal, e por meio do lançamento da “rede da dívida”, isto é, “crises orquestradas, administradas e controladas tanto para racionalizar o sistema como para redistribuir ativos”; e (iv) as redistribuições via Estado neoliberalizado, sobretudo pela promoção de esquemas de privatização e cortes de gastos públicos que sustentam o salário social.

Assim, a acentuação dos processos de acumulação a partir de 1973 se deu, em parte, “como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida”, cujo principal veículo foi a financialização e a “orquestração de um sistema financeiro internacional” capaz de desencadear “surto de brandos a violentos de

---

<sup>93</sup> Como exemplos, o autor cita a “ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC”, com “patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos”; a biopirataria e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos “em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas”; a escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, para formas capital-intensivas de produção agrícola e mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas; “a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual”; a corporativização e privatização de bens públicos e as privatizações; e a regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação, com direitos comuns de propriedade passando ao domínio privado (Harvey, 2005[2003], p. 123).

<sup>94</sup> Nesse ponto, insere-se a “reversão de quadros regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação”, com a passagem de direitos de propriedade comum, obtidos ao longo de anos de luta de classes - como o direito à assistência estatal à aposentadoria, ao bem-estar social, a um sistema nacional de saúde - ao domínio privado (Harvey, 2011[2005], p. 173).

desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros”. Para tanto, foi necessária uma abordagem radicalmente distinta da maneira como o poder do Estado devia se desenvolver, cujo tom foi dado pela teoria neoliberal e pela política de privatização a ela associada (Harvey, 2005[2003], p. 129).

Como bem sintetiza Seferian (2019b, p. 73), em diálogo com as colocações de Mandel, nas agonizantes tentativas de retomada de fôlego da ordem produtiva capitalista, dado o período de recessão generalizada - essa manifestada enquanto crise de superprodução e que, com conformações particulares, se alastra até os dias atuais - houve uma guinada à financeirização neoliberal do capital.

Em leitura similar, Klaus Dörre (2015[2012], p. 538) sustenta a tese de que, desde os anos 1970, os contornos de uma nova formação capitalista foram criados, a qual denomina provisoriamente de capitalismo financeiro e cuja característica fundamental seria a de tornar instituições limitadas pelo mercado objeto de uma nova *Landnahme*.

Conforme nota dos tradutores,

Traduzido literalmente, *Landnahme* significa apropriação de terras (land grabbing), tomada da terra o ganho territorial. Refere-se tanto à expansão capitalista interna como à externa. O conceito de *Landnahme* sustenta que as sociedades capitalistas não podem se reproduzir sobre seus próprios fundamentos a longo prazo. Para se reproduzirem, elas têm de ocupar continuamente e mercantilizar um “outro” não capitalista (p. ex., regiões, arredores, grupos e atividades). Trata-se, por assim dizer, de uma incessante repetição do ato de acumulação primitiva (Dörre, 2015[2012], p. 538).

Discorrendo sobre o conceito de “acumulação por espoliação” proposto por Harvey, Dörre (2015[2012], p. 561) explicita que os meios da *Landnahme* não se esgotam apenas em práticas “canibais”, “predatórias” ou “fraudulentas”, mas seu *modus operandi* se baseia em formas extremamente diferenciadas de intervenção estatal, como, por exemplo, a privatização de instituições públicas como alavanca para uma re ou descomodificação dos mercados de trabalho da força de trabalho. Nessa direção, o capitalismo não pode existir sem a *Landnahme*, ou seja, sem a utilização de ativos externos (inclusive de força de trabalho ociosa), o que se dá por objetivos concretos, formas e meios que variam consideravelmente.

Para François Chesnais (1995, p. 1), o contexto macroeconômico mundial dos anos 90 representou um novo regime mundial de acumulação, “cujo funcionamento dependeria das prioridades do capital privado altamente concentrado - do capital aplicado na produção de bens e serviços”, assim como, “de forma crescente, do capital financeiro centralizado, mantendo-se sob a forma de dinheiro e obtendo rendimento como tal”. Tal regime de acumulação seria fruto

de uma nova fase no processo da internacionalização, denominado pelo autor como “mundialização do capital”.

Nessa seara, destaca que o “conteúdo efetivo da globalização é dado não pela mundialização das trocas, mas pela mundialização das operações do capital, em suas formas tanto industrial quanto financeira” (Chesnais, 1995, p. 4), de modo que não se trata de um processo de integração mundial portador de uma repartição menos desigual das riquezas, mas, ao contrário, de um processo resultante da liberalização e da desregulamentação – processo esse intensificador das tendências à polarização e à desigualdade (Chesnais, 2001, p. 12). Nas palavras do autor, a “mundialização do capital”,

encontra-se ordenada de modo a permitir a apropriação em uma escala “mundial”, em condições tão regulares e seguras quanto possível, dos lucros industriais, mas também e, sobretudo, das receitas financeiras, dos juros e dos dividendos. Sua arquitetura tem principalmente por objetivo permitir a valorização em escala internacional de um “capital de investimento financeiro”, sobre uma vintena de mercados financeiros desregulados que desenham o espaço da “mundialização financeira” (Chesnais, 2001, p. 13).

O “regime de acumulação predominantemente financeiro” designa um modo de funcionamento do capitalismo marcado pelos seguintes fenômenos: (i) “a reaparição maciça, junto ao salário e ao lucro e, ao mesmo tempo, fazendo pagar acréscimo de impostos, das receitas resultantes da propriedade de títulos de dívidas e de ações”; (ii) “o papel representado pelos mercados financeiros na determinação das principais grandezas macroeconômicas (consumo, investimento e emprego)<sup>95</sup>” (Chesnais, 2001, p. 16-17).

Com diagnóstico que coaduna com os previamente mencionados, o autor estabelece “uma ligação direta entre os traços do regime de acumulação, os mecanismos de exclusão que ele incorpora e as crises financeiras - bancárias ou das bolsas - que balançaram a economia mundial no decorrer dos anos 90”: tais crises não consistem em episódios financeiros ocasionados simplesmente devido à negligência ou à cegueira das autoridades monetárias, ou mesmo à “especulação”, mas “foram uma primeira expressão de contradições muito mais profundas” que “traduzem a impossibilidade de assegurar uma quantidade suficiente de capital para as condições de valorização que lhe são necessárias” (Chesnais, 2001, p. 26).

---

<sup>95</sup> Esse papel “regulador” das finanças é exercido de múltiplas formas: “pela fixação do nível das taxas de juros; pela determinação da parte dos lucros que é deixada aos grupos para investir sem medo de sofrer a sanção dos acionistas ou de dar aos rivais os meios para fazerem oferta pública de ações; pela mecanismos que ela faz pesar sobre os governos para lhes impedir de sustentar as taxas de investimentos e para empurrá-los à privatização e à desregulamentação” (Chesnais, 2001, p. 16-17).

Na mesma direção, conforme aponta John Bellamy Foster (2009, p. 13), a nova recessão presente a partir de 2007 e, de forma mais intensa, depois de 2008, “não se trata apenas de outro episódio de brusca contração creditícia do tipo tão recorrente na história do capitalismo, mas assinala uma nova fase no desenvolvimento das contradições do sistema”, denominado pelo autor como “capital monopolista-financeiro”. Em larga medida, “aponta para uma crise da financeirização<sup>96</sup>, ou do progressivo deslocamento da centralidade da produção para as finanças que tem caracterizado a economia ao longo das últimas quatro décadas”.

Também em sua análise, “a economia tem se tornado mais e mais dependente da financeirização como veículo chave para o crescimento”, porém, “por mais importante que a financeirização tenha se tornado na economia contemporânea”, o real problema repousa no “sistema geral de exploração de classe que está enraizado na produção”<sup>97</sup>. Assim, “apesar da vasta expansão do crédito/endividamento no capitalismo de hoje, permanece verdadeiro que a real barreira ao capital é o próprio capital, manifestada em sua tendência à sobreacumulação” (Foster, 2009, p. 30; 34; 35).

Ante o exposto, constata-se que a crise experienciada sob o capitalismo “não é passageira ou de diminuta importância”, mas vivenciada em dinâmica cíclica, que “assume características particulares na contemporaneidade, sob a dominância da conformação financeira do capital”. Circunscrevendo o recorte específico da “crise de longa duração que eclode na primeira metade dos anos 1970 e que até hoje se arrasta”, depreende-se, das leituras supramencionadas, que a crise assume “efeitos particulares na contemporaneidade, dada a universalização da relação social do capital e a dominância global do capitalismo” (Seferian, 2017, p. 40; 41; 54).

Conforme Seferian (2022, p. 227):

Se de um lado é inegável que o capitalismo, enquanto modo de produção e controle social, passa por período de crise marcado pela insustentabilidade da resposta financeirizada que se passa a construir globalmente desde os anos 1970 e que passa a

---

<sup>96</sup> Definida como “enorme inflação do valor dos ativos e especulação” (Foster, 2009, p. 37).

<sup>97</sup> O autor formula seu diagnóstico amparado nas formulações de Paul Baran, Paul Sweezy e Harry Magdoff de que “as crises periódicas atuais, ao invés de constituírem meramente interrupções temporárias no processo de avanço acelerado, apontam para restrições sérias e crescentes no longo prazo sobre a acumulação de capital”, considerando que “chega um momento na evolução histórica da economia em que grande parte do excedente gerado graças à enorme e crescente produtividade do sistema é incapaz de encontrar suficientes aplicações novas e rentáveis”. As razões para tanto relacionam-se (i) ao amadurecimento das economias; (ii) à ausência durante longos períodos de novas tecnologias que estimulem e transformem a economia; (iii) à “crescente desigualdade de renda e riqueza, que limita a demanda por consumo na base da economia e tende a reduzir o investimento conforme a capacidade produtiva não utilizada se acumule e os ricos especulem mais com seus recursos”; e a (iv) “um processo de monopolização (oligopolização) que conduz ao enfraquecimento da concorrência em preços – normalmente considerada como sendo a principal fonte responsável pela flexibilidade e dinamismo do sistema” (Foster, 2009, p. 26-27).

experimental nova e mais profunda convulsão a partir do ano de 2008, de outro, coloca-se à nossa frente o desafio de verticalizar essa leitura crítica para, articuladamente com outros elementos – dentre os quais o ecológico assume maior vulto –, avançar na percepção dos efeitos da crise civilizatória nas instituições capitalistas.

Nessa proposição, do reconhecimento de que a crise econômico-financeira não se esgota em si (Seferian, 2022, p. 225; Löwy, 2013, p. 80), Löwy (2013, p. 79-80) destaca sua dimensão ecológica: “a crise econômica e a crise ecológica resultam do mesmo fenômeno”, sendo ambas “aspectos interligados de uma crise mais geral, a crise da civilização capitalista industrial moderna”, entendida como “a crise de um modo de vida – cuja forma caricatural é o famoso *american way of life*, que, obviamente, só pode existir enquanto for privilégio de uma minoria – de um sistema de produção, consumo, transporte e habitação que é, literalmente, insustentável”.

Como coloca Bensaïd (2017[2007], posição 62): “a troca comercial e o desenvolvimento ambiental pertencem a temporalidades diferentes”. Nessa medida,

[...] a lógica concorrencial do capital estimula a produção de bens inúteis ou nocivos, exige campanhas publicitárias caras, gera superproduções e desperdícios. A ideia – bastante vaga – de um “desenvolvimento duradouro” evoca uma temporalidade longa e lenta, incompatível com a histerização da corrida ao mais-valor e a incitação publicitária ao consumo compulsivo. Entre a lógica mercantil, pela qual o tempo abstrato de trabalho é a medida de todas as coisas, e a relação ponderada com as condições naturais de reprodução da espécie humana no tempo e no espaço, não há comparação possível. A incomensurabilidade entre valores mercantis e valores ambientais marca um dos limites históricos do modo de produção capitalista (Bensaïd, 2017[2007], posição 63).

Em termos políticos, há de ressaltar a influência do neoliberalismo, interpretado, segundo Harvey (2011[2005], p. 27; 28), “como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional”, quanto como “um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas”.

À leitura de Harvey, somam-se as contribuições de Pierre Dardot e Christian Laval (2016[2009], p. 17; 328) – para os quais, antes de uma ideologia ou política econômica, o neoliberalismo “é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade que estrutura e organiza inclusive a própria conduta dos governados”, de modo que tal racionalidade produz um sujeito que, conduzindo-se como uma entidade em competição, “deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos”.

Sobre tal compreensão, Renata Dutra e Renata Lima (2020, p. 470), apontam que esse processo de individualização dos riscos sociais abstrai completamente as diferenças de classe,

gênero e raça. Em termos semelhantes, para Harvey (2011[2005], p. 76), no neoliberalismo, “sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais [...] em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo)”.

Na análise de Wendy Brown (2019, p. 32), as transformações neoliberais que têm ocorrido no mundo nas últimas quatro décadas levam à necessidade de expansão do conceito para abranger o aspecto moral desse projeto neoliberal, contemplando seu ataque multifacetado à democracia e sua promoção da moralidade tradicional em detrimento da justiça social legislada.

Dessa perspectiva, Brown (2019, p. 48-49) aponta que o neoliberalismo ocasiona o desmantelamento em muitas frentes:

Epistemologicamente, o desmantelamento da sociedade envolve a negação de sua existência [...]. Politicamente, envolve o desmantelamento ou a privatização do Estado social - seguridade social, educação, parques, saúde e serviços de todos os tipos. Legalmente, envolve o manejo de reivindicações de liberdade para contestar a igualdade e o secularismo, bem como as proteções ambientais, de saúde, de segurança, laborais e ao consumidor. Eticamente, envolve a contestação da justiça social por meio da autoridade natural dos valores tradicionais. Culturalmente, implica uma versão do que os ordoliberais chamaram de "desmassificação", escorando os indivíduos e famílias contra as forças do capitalismo que os ameaçam.

Nesse contexto de globalização neoliberal, em artigo que faz parte da obra *O Ponto Zero da Revolução*, Federici (2019[2009], p. 212) demonstra como, na atualidade, os fenômenos de “maquilização” da produção, liberalização das importações e privatização de terras incidem fortemente sobre o Sul Global, ocasionando a contínua destruição das economias de subsistência ao separar os produtores dos seus meios de subsistência e fazer com que milhões se tornem dependentes de rendimentos monetários, até mesmo quando não conseguem um trabalho assalariado. Por tais processos, a classe capitalista renova o processo de acumulação e corta custos da produção do trabalho.

Dedicando-se a uma análise das novas formas de cercamento<sup>98</sup>, Federici (2022[2019],

---

<sup>98</sup> Acerca do debate sobre as novas formas de cercamento, Federici (2022[2019], p. 44) explica que utiliza a denominação para tratar dos desenvolvimentos estruturais - concentrados em “um conjunto de programas que, a partir do final da década de 1970, abriu um novo processo de acumulação ‘primitiva’ (originária)” -, cujos “efeitos foram tão devastadores quanto os da colonização e expulsão dos camponeses das terras comunais”. Entre tais programas, incluem-se os “programas de ajuste estrutural” do Banco Mundial e do FMI e o desenvolvimento de uma economia da dívida, por exemplo. O debate sobre as novas formas de cercamento remonta, consoante explica Bensaïd (2017[2007], posição 46; 48; 51-52), à analogia de James Boyle entre os “cercamentos” da época da acumulação primitiva e “novos cercamentos” dos bens intelectuais. Nesse sentido, o açambarcamento das terras teria sido defendido, na época dos primeiros cercamentos, em nome da produtividade agrícola, a qual supostamente erradicaria a fome e a penúria, ainda que à custa de uma terrível miséria urbana. Atualmente, estaríamos presenciando uma “nova onda de cercamentos”, justificados pela corrida à inovação ou pela urgência da

p. 29; 30) defende que a destruição de regimes comunitários de terra segue sendo a espinha dorsal da atual fase do desenvolvimento capitalista, embora hoje a desapropriação também seja imposta por meio da generalização da dívida:

Por trás das aparências e das particularidades nacionalistas, há uma única lógica conduzindo as novas formas de acumulação primitiva: a formação de um contingente de trabalhadores reduzido ao trabalho abstrato, pura força de trabalho, sem direitos, sem garantias, pronta para se mover de um lugar a outro, de um serviço a outro, geralmente empregada por meio de contratos de curto prazo e com o menor salário possível (Federici, 2022[2013], p. 52).

Tais fenômenos produzem, assim, mudanças drásticas no processo de reprodução social, a cargo principalmente das mulheres do Sul Global (Federici, 2019[2001], p. 186), fazendo dessas mulheres “os amortecedores da globalização econômica, pois tiveram que compensar com seu trabalho a deterioração das condições econômicas produzidas pela liberalização da economia mundial”<sup>99</sup> (Federici, 2019[2009], p. 226).

Além disso, no contexto do neoliberalismo, “os efeitos mais fortes da desregulação imposta pelos programas de ajuste estrutural, condicionantes para a América Latina nos anos da crise da dívida externa, recaíram sobre as mulheres”: elas tiveram de se encarregar da geração de autoemprego e de se submeter a condições de desigualdade no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que a alimentação familiar se converteu em uma tarefa cada vez mais complexa<sup>100</sup>. Dessa maneira, as mulheres assumiram uma carga tripla nesse novo ciclo de empobrecimento feminino e feminização da pobreza, ancorado nas economias de subsistência (Barragán *et al.*, 2016, p. 98-99).

Por conseguinte, as economias populares fortemente feminizadas se encontram em permanente conflito com os alicerces do padrão da civilização capitalista e se negam a aceitá-lo, “seja porque é um modelo de sociedade que as exclui; seja, principalmente, porque é um arquétipo de sociedade com outro paradigma de sociabilidade e de relações sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais”, como explica Esmeraldo (2019, p. 40).

---

alimentação mundial. Na atualidade, bens como a sequência genética, um software ou uma imagem digitalizada geram, assim, disputas para apropriação dos saberes e a proteção do monopólio desses saberes, de modo que “numa época que transforma tudo em mercadoria, as definições e os limites são imprecisos” e “batalhas em torno da propriedade intelectual podem revelar as contradições inerentes à própria noção de propriedade privada”. Desse modo, na leitura de Boyle (2003, p. 35), a inovação em sistemas de propriedade permitiu uma expansão sem precedentes de possibilidades de produção.

<sup>99</sup> São especialmente afetadas as mulheres de baixa renda e de cor, que, “em suas comunidades ao redor do mundo, não possuem meios para reproduzir a si mesmas e a suas famílias, ou só podem fazê-lo vendendo seus serviços no mercado de trabalho global e cuidando da reprodução de outras famílias e crianças que não as suas próprias, em condições que as apartam de suas comunidades e tornam seu trabalho reprodutivo mais abstrato e sujeito a múltiplas formas de restrição e vigilância” (Federici, 2022[2013], p. 54).

<sup>100</sup> Como já pontuado no terceiro tópico do primeiro capítulo desta dissertação.

Nessa direção, recuperando Rosa Luxemburgo, Verónica Gago (2020, p. 50-51) destaca como uma das importantes contribuições da autora para o novo internacionalismo feminista a apropriação e atualização de sua teoria sobre o imperialismo para se pensar como a violência do processo de acumulação impacta incisivamente as economias protagonizadas por mulheres.

Partindo da “existência coetânea” de elementos não capitalistas no capitalismo como base para sua expansão, consoante elucida Luxemburgo, abre-se caminho à pluralização que parece se revelar inerente ao consumo, o que leva as feministas da atualidade a reavaliarem o problema do mercado interno e externo (Gago, 2020, p. 178; 180; 181), conforme se passa a expor a seguir.

A articulação entre crédito internacional, infraestrutura e escoamento de mercadorias, essencial na luta contra todas as “formações de economia natural” e, em particular, no despojo das terras para acabar com a autossuficiência das economias camponesas, concorde exposto por Luxemburgo, é relida, pelo movimento feminista internacionalista, à luz da dívida<sup>101</sup>, como dispositivo que centraliza o problema da defasagem temporal e espacial entre a realização e a capitalização da mais-valia. Nesse contexto, a constituição dos mercados de trabalho (ou as formas de exploração), a extração de “matérias-primas” e a financeirização (em termos de operações abstratas e concretas) expressam uma extensão da lógica de acumulação de capital (Gago, 2020, p. 177; 181).

Além disso, o processo de acumulação considerado sob a ótica do capital variável (trabalho vivo) revela que as finanças extraem valor impulsionando o consumo que se dinamiza à custa de dívida e condiciona de modo específico certas condições de exploração (Gago, 2020, p. 177; 179).

Para Gago (2020, p. 182),

Se, no argumento de Luxemburgo, o que prenuncia a crise é o momento catastrófico do fim do mundo não capitalista do qual é preciso se apropriar por meio da expansão imperialista, no atual deslocamento permanente desses limites (e na gestão constante de crise) também devemos enxergar à contraluz algo fundamental: a criação de mundos (espaços-tempos de desejo) não capitalistas sobre os quais o capital arremete com crescente voracidade, velocidade e intensidade. Ao mesmo tempo, necessitamos detectar que tipo de operações extrativistas relançam a questão *imperial* para além dos limites do Estado-nação.

---

<sup>101</sup> Para Fraser (2023[2017], p. 62), a dívida assume centralidade no capitalismo financeiro atual, sendo o “instrumento pelo qual as instituições financeiras globais pressionam os Estados a reduzir gastos sociais, impor a austeridade” e extrair valor. Também por meio das dívidas, as empresas privadas realizam novas apropriações de terras e levam a endividamentos os consumidores que tentam manter sua reprodução social.

A leitura de um “fora” permite detectar os limites ao capital representados pelas resistências, sobre o qual o capital tenta expandir sua fronteira, por diversificados dispositivos financeiros, como o crédito ao consumo de derivados, as hipotecas e os títulos futuros. Nesse sentido, o extrativismo ampliado se refere a uma modalidade que funciona sobre distintos “territórios” (virtuais, genéticos, naturais, sociais, urbanos, rurais, de produção e de consumo)<sup>102</sup>, buscando centralizar e homogeneizar as distintas dinâmicas de valorização<sup>103</sup> (Gago, 2020, p. 183; 185).

Para a autora em comento, a violência do neoliberalismo no atual momento de acumulação de capital se efetiva por medidas de ajuste estrutural e, igualmente, pelo modo pelo qual a exploração se enraíza na produção de subjetividades compelidas à precariedade. A violência: (i) implode os lares como efeito da crise da figura do homem provedor e da deshierarquização de seu papel no mundo do trabalho; (ii) se impõe como princípio de autoridade nos bairros populares a partir da proliferação de economias ilegais que repõem, com outras lógicas, formas de provisão de recursos; (iii) se materializa na espoliação e no saqueio de terras e recursos comuns por parte de transnacionais, que despojam de autonomia material outros tipos de economia; e (iv) se revela na articulação de formas de exploração e extração de valor pela financeirização da vida social, em particular, pelo dispositivo da dívida (Gago, 2020, p. 83).

Nessa esteira, Federici (2022[2014], p. 118) evidencia, para além do desmantelamento do “Estado de bem-estar social”<sup>104</sup>, como parte de uma economia “baseada em dívida”<sup>105</sup>, a

<sup>102</sup> A compreensão desse “fora” nesses distintos territórios, tais como os virtuais e genéticos, é verificada por Bensaïd (2017[2007], posição 48; 53) em sua constatação de que, nessa época, em que tudo é transformado em mercadoria, as definições e os limites para tanto imprecisos. Por isso, “as batalhas em torno da propriedade intelectual podem revelar as contradições inerentes à própria noção de propriedade privada”. Outrossim, “a extensão da mercadorização do mundo ao saber e ao vivente apresenta com uma nova acuidade a questão do bem público e do bem comum da humanidade”.

<sup>103</sup> Verifica-se que prolongar Rosa Luxemburgo é fundamental para se compreender a expansão permanente do capitalismo, a unidade e o desenvolvimento geográfico desigual do capital e a centralidade das lutas anticoloniais, anti-imperialistas e anticapitalistas que partem da periferia e dos sujeitos e sujeitas periféricos(as) (Prieto, 2017, p. 827), entre as quais o feminismo anticapitalista que insurge a partir do Sul Global.

<sup>104</sup> Acerca da compreensão do que constitui o Estado de Bem-Estar social, entretanto, importante destacar que, conforme reflexões de Bruna Marques e Gustavo Seferian (2020, p. 94; 99), aparados em Mandel, no Brasil, “o Estado Social jamais alcançou as qualidades que o levaram a ser associado, na conjuntura da Europa Ocidental, como promotor de um ‘bem-estar social’, fato este que nem mesmo na realidade central do capitalismo pôde ser experimentada”. Nessa direção, não se deve associar a uma cronologia constitutiva do Estado Social brasileiro ao desenvolvimento desse nos países centrais do capitalismo, fundamentalmente os da Europa Ocidental. Como seguem os autores: “Muito menos podemos pensar uma associação qualitativa entre o Estado Social em nosso país e o Estado Social que se maturou fundamentalmente nos assim chamados ‘Trinta Anos Gloriosos’ do capitalismo, dados ao cabo da Segunda Guerra Mundial, em que, com vistas à reconstrução do quanto destruído no maior conflito armado experimentado pela humanidade, pôde-se experimentar a ampliação das margens de lucro, a reprodução ampliada da relação social do capital e a maior participação das trabalhadoras e trabalhadores na partilha da riqueza social, naquilo que o já invocado Ernest Mandel (1982) convencionou chamar de Capitalismo Tardio”.

<sup>105</sup> Segundo Federici (2022[2014], p. 118), há “amplo consenso de que uma economia ‘baseada em dívida’ é parte essencial da estratégia política neoliberal desenvolvida como resposta ao ciclo de lutas que, nas décadas de 1960

“financeirização da reprodução”, com um número crescente de pessoas (como estudantes, beneficiários de programas sociais, aposentados) sendo forçado a contrair empréstimos bancários para comprar serviços que o Estado antes subsidiava.

Defende Gago que agregar a dimensão financeira às lutas feministas “permite mapear os fluxos de dívida” e visualizar a exploração capitalista “em suas formas mais dinâmicas, versáteis e aparentemente invisíveis”, pois, desse modo, evidencia-se como a dívida extrai valor das economias domésticas, das economias não assalariadas e das economias consideradas historicamente não produtivas, exercidas majoritariamente pelas mulheres. Desse modo, perceber os mecanismos de colonização da reprodução da vida possibilita entender de forma mais ampla e complexa o que se diagnostica como violências sobre os corpos feminizados nesses novos territórios de conquista (Gago, 2020, p. 288).

Contra o domínio do capital financeiro, o movimento feminista confronta a financeirização da vida, travando uma “disputa com novas formas de exploração e extração de valor”. Ao gritar “Livres, vivas e desendividadas nos queremos!”, a greve feminista busca “visibilizar as finanças em termos de conflituosidade e, portanto, de autodefesa” da autonomia das mulheres (Gago, 2020, p. 287).

É nesse enredo, portanto, que a crise assume, como colocado também por Nancy Fraser (2015, p. 706), característica multi-dimensional - englobando não apenas a economia formal e financeira, mas fenômenos não-econômicos, como aquecimento global, “assistência deficitária” e o esvaziamento do poder público em todos os níveis. Nesse seguimento, as lutas pelo meio-ambiente, pela reprodução social e pelo poder público são centrais, já que envolvem as múltiplas facetas da desigualdade, incluindo nacionalidade/raça-etnia, religião, sexualidade e classe.

Por fim, destaca-se que, como bem pontua Seferian (2017, p. 33), dialeticamente, a crise é “reflexo e condutora de uma abertura histórica”, de maneira que guarda potências tanto para a “renovação do modo de produção capitalista”, que repagina suas formas de acumulação, quanto para sua “superação revolucionária”.

Ante tal constatação, apresentar-se-á as articulações propostas pelo novo internacionalismo feminista em sua construção e em suas potencialidades para, em desafio e desacato à exploração do capital, transformar as lutas anticapitalistas e, por conseguinte, propor enfretamentos frente tal realidade.

---

e 1970, deixou a acumulação capitalista em crise, e de que essa economia da dívida foi desencadeada pelo desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho existente desde o período fordista”.

### 3.3 O novo internacionalismo feminista e a greve

Neste tópico, situar-se-á o novo internacionalismo feminista, movimento pelo qual a greve assume características próprias inscritas historicamente no contexto de crise ampla do sistema capitalista.

Nesse percurso, embora as greves de mulheres façam parte da história do feminismo, estando particularmente relacionadas com o movimento operário desde o século XIX, o atual movimento grevista internacional de mulheres possui, consoante Paula Varela (2020b, p. 157), particularidades que o inserem na tradição específica do feminismo contemporâneo, devido a: (i) seu caráter global, envolvendo coletivos, ativistas, organizações, movimentos e mulheres dos cinco continentes; e (ii) seu caráter de articulador entre três tipos de demandas que se reiteram, de modo desigual, nos movimentos feministas a nível local, quais sejam: demandas contra a violência machista; demandas pelos direitos reprodutivos (com centralidade no direito ao aborto); e demandas relacionadas aos trabalhos assalariados e não assalariados exercidos pelas mulheres.

O marco inicial do movimento internacional de mulheres aqui referenciado é tido por Varela (2020b, p. 135) como impulsionado a partir da Polônia e da Argentina, em 2016<sup>106</sup>. A paralisação massiva de mulheres na Polônia ocorreu em 03 de outubro de 2016 contra um projeto de lei que propunha proibir completamente o aborto e penalizar com prisão a quem o praticasse. Referido projeto, apoiado pelo partido de direita católico “Pis (Lei e Justiça)”, implicava um retrocesso imenso à lei de interrupção voluntária da gravidez aprovada no país em 1993, embora essa seja uma das mais restritivas de Europa (Varela, 2020b, p. 135).

Já em 19 de outubro de 2016, tem início a primeira Greve Nacional de Mulheres na Argentina, que reverberou contra os feminicídios e a violência machista (Varela, 2020b, p. 136). Dessa maneira, a insurgência realizada pelas polonesas atravessou o oceano e chegou à Argentina, onde o grito combativo “*Ni una menos*” foi entoado contra o perverso assassinato de Lucía Pérez<sup>107</sup> (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, posição 23).

<sup>106</sup> Igualmente, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, posição 23) e Gago (2020, p. 230) indicam a Polônia como início do recente movimento grevista feminista, o qual teria alcançado a Argentina ainda no mesmo mês.

<sup>107</sup> Nessa data, foi feito luto pelo assassinato da jovem de dezesseis anos, estuprada e empalada até a morte na cidade de Mar del Plata (Gago, 2020, p. 34). Destaca Varela (2020b, p. 136-137; 138), também no contexto das convocações do coletivo *Ni una Menos*, a data anterior de 03 de junho de 2015, que, a partir do chamado contra o assassinato de uma jovem de 14 anos grávida, Chiara Páez, cometido por seu então namorado, tornou-se essencial para disparar um profundo processo de massificação e de identificação com o feminismo na Argentina. Em 3 de junho de 2016, a marcha do #Niunamenos foi realizada novamente, mas, dessa vez, com a consigna “*Ni una menos. Vivas nos queremos*”, acrescentando a frase do movimento mexicano.

Conforme elucidada Cecilia Palmeiro (2019, p. 183), tal grito combativo provém de uma reformulação entre “*ni un pibe menos*” – consigna histórica das lutas contra a violência institucional na Argentina desde os anos noventa – e a frase “*Ni una mujer menos, ni una muerta más*” - cunhada pela poeta mexicana Susana Chávez, ativista que denunciou os feminicídios de Ciudad Juárez, também vítima de feminicídio em 2011, e inspiradora do movimento mexicano “*Ni Una Más*”. A partir dessa junção compacta, o coletivo argentino obteve o lema “*Ni Una Menos*”.

Varela (2020b, p. 140) destaca que a chamada para a greve nacional de 2016 na Argentina representou uma virada no sentido de valorização das mulheres como sujeitos que trabalham e produzem, com consignas emblemáticas, como “*si nuestros cuerpos no valen, produzcan sin nosotras*”. Essa consigna entrelaça dois tópicos importantes no movimento internacionalista feminista atual: a luta contra a violência machista e sua materialização na transformação dos corpos das mulheres em corpos sem valor<sup>108</sup> e a construção das mulheres como “sujeito contencioso” que “ameaça”, construção sustentada em seu papel de trabalhadoras<sup>109</sup>.

Uma segunda paralisação foi realizada na Polônia no dia 23 de outubro de 2016, nessa oportunidade com foco no combate à violência machista e à invisibilização estatal sobre as demandas das mulheres. Nesse contexto, os coletivos feministas polacos passaram a entrar em contato com coletivos de outros países que haviam expressado solidariedade à ideia de coordenar uma ação internacional, dando início à formação de uma rede que originou a primeira Greve Internacional de Mulheres em 8 março de 2017 (Varela, 2020b, p. 141) e revitalizou essa data histórica carregada de memórias de lutas operárias (Gago, 2020, p. 231).

Antes de adentrar no ponto da greve internacional de mulheres, cabe destacar que, ainda em 2016, em 25 de novembro, ocorreram mobilizações em diversas localidades do mundo a partir do chamado #LaInternacionalFeminista impulsionado pelo supracitado coletivo argentino *NiUnaMenos* (Gago, 2020, p. 231). Assim, nessa data em que se é solenizado o Dia Internacional contra a Violência de Gênero, foram realizadas assembleias feministas a partir da hashtag #Nosotrasnosorganizamos em 22 países da América Latina, Europa e também em cidades norte-americanas (Varela, 2020b, p. 141).

<sup>108</sup> Materialização que tem seu extremo no feminicídios, mas que inclui os estupros e assédios sistemáticos, assim como a negação do direito a que os corpos que gestam possam decidir sobre a gestação (Varela, 2020b, p. 140).

<sup>109</sup> Também para Palmeiro (2019, p. 190), a primeira greve nacional de mulheres - embora com caráter mais simbólico devido à chamada para se parar durante o mínimo de uma hora -, foi muito significativa especialmente por ter colocado as demandas das mulheres fora do espectro da vitimização.

O próprio ano de 2016 foi, nesse sentido, carregado de protestos de mulheres na América Latina que, tendo como epicentro a violência machista, prefiguraram as bases regionais da Primeira Greve Internacional em 2017: o 24 de abril de 2016, no México, com a consigna “*Vivas nos queremos*”<sup>110</sup>; o 1º de junho de 2016 no Brasil com a marcha federal das mulheres contra a cultura do estupro sob o slogan “Por todas elas”; o 13 de agosto de 2016 se no Peru, com uma mobilização “Ni Una Menos” (Varela, 2020b, p. 138; Palmeiro, 2019, p. 187). Além disso, pode ser encontrada entre as mobilizações que contribuíram para o terreno da Greve Internacional, a Marcha das Mulheres, de 21 de janeiro de 2017, ocorrida nos EUA, cuja pauta incluía a oposição ao controle de direitos sexuais e reprodutivos e as leis anti-imigração de Trump (Ruas, 2020, p. 399).

Em chamado para uma greve geral internacional das mulheres no 8 de março de 2017, Angela Davis, Cinzia Arruzza, Keeanga-Yamahtta Taylor, Linda Martín Alcoff, Nancy Fraser, Tithi Bhattacharya e Rasmea Yousef Odeh salientam que o movimento feminista internacionalista recém emergido combina lutas contra a violência masculina com oposição à informalização do trabalho, à desigualdade salarial e às políticas de homofobia, transfobia e xenofobia. Com agenda expandida, tais mobilizações são, ao mesmo tempo, antirracistas, anti-imperialistas, anti-heterossexistas e antineoliberais (Davis *et al.*, 2017).

A Primeira Greve Internacional de mulheres concentrou demandas diversas, entre as quais, a partir da convocatória global ao #8M, destaca-se a necessária *visibilização* dos trabalhos vinculados com os afazeres domésticos e com as tarefas de cuidado não remuneradas. No contexto argentino, por exemplo, tais demandas foram articuladas às demandas históricas dos movimentos de mulheres e feministas do país, incluindo a reivindicação pela legalização do aborto e denúncias contra as violências exercidas contra as mulheres, os feminicídios, as redes de exploração sexual e contra diversas formas de precarização e desigualdade laboral (Laudano; Kratje, 2018, p. 393).

Em chamada à Greve Feminista Internacional de 2017, as argentinas lançaram consignas que sintetizam diversas pautas, entre as quais a #NosotrasParamos, para denunciar: a exploração do capital sobre as economias informais, precárias e intermitentes; a exploração dos Estados nacionais e o mercado por meio da dívida; a criminalização estatal dos movimentos migratórios; as disparidades salariais de gênero; o não reconhecimento das tarefas domésticas e de cuidado como trabalho; e o fato de que tais violências econômicas aumentam a

---

<sup>110</sup> Derivada do grito “Vivos os levaram, vivos os queremos”, em referência aos 43 estudantes de Ayotzinapa desaparecidos em setembro de 2014; grito que, por sua vez, provém da reivindicação de “aparición com vida”, uma das principais consignas dos organismos de direitos humanos na ditadura argentina (Palmeiro, 2019, p. 187).

vulnerabilidade frente à violência machista, cujo extremo está nos feminicídios (NiUnaMenos, 2017b, n.p.). Ainda como questões relacionadas à paralisação, ressaltam:

Paramos contra a violência institucional que ameaça e persegue as que exercem a prostituição e as trabalhadoras sexuais. Paramos para reclamar o direito ao aborto livre e para que não se obrigue a nenhuma menina à maternidade. Paramos para tonar visível que enquanto as tarefas de cuidado não sejam uma responsabilidade de toda a sociedade nos vemos obrigadas a reproduzir a exploração classista e colonial entre mulheres. Para sair a trabalhar dependemos de outras mulheres. Para migrar dependemos de outras mulheres. Paramos para valorizar o trabalho invisibilizado que fazemos, que constrói rede, apoio e estratégias vitais em contextos difíceis e de crise (NiUnaMenos, 2017b, n.p. – tradução minha)<sup>111</sup>.

Outra chave importante lançada pelo movimento diz respeito à consigna #NoEstamosTodas, em denúncia e memória às vítimas de feminicídio, às lésbicas e travestis assassinadas, às presas políticas, perseguidas, e latino-americanas assassinadas por defenderem a terra e seus recursos; às mulheres encarceradas por delitos menores que criminalizam formas de sobrevivência, às que morreram ou foram presas por abortos inseguros; às desaparecidas pelo tráfico e às vítimas da exploração sexual (NiUnaMenos, 2017b, n.p.).

A consigna #NosotrasNosOrganizamos, por sua vez, destaca a apropriação da ferramenta da paralisação, dada a urgência das demandas. Nessa leitura, a paralisação das mulheres é realizada de maneira ampla e atualizada, abarcando ocupadas e desocupadas, assalariadas e que recebem subsídios, autônomas e estudantes, pois são todas trabalhadoras que se organizam para mudar tudo. São colocadas, ademais, a #LaInternacionalFeminista, propondo a tessitura de um novo internacionalismo, que interpreta a conjuntura desde as situações concretas e a #NosMueveElDeseo, pois #VivasYLibresNosQueremos - ideias ligadas a se arriscar em alianças inusitadas em que se apropria do tempo e se constrói disponibilidade (NiUnaMenos, 2017b, n.p.).

Consoante manifesto veiculado na página do coletivo *NiUnaMenos* de 8 de março de 2017, intitulado *8 Ejes para el Acto 8 M ¿Por qué paramos?*, a partir de tais consignas obtidas nas assembleias prévias, foram, em resumo, destacados os seguintes eixos: (i) paramos porque somos parte de una história coletiva e internacional; (ii) paramos porque tornamos visível o mapa do trabalho em chave feminista; (iii) paramos porque exigimos aborto legal, seguro e

---

<sup>111</sup> No original: “Paramos contra la violencia institucional que amenaza y persigue a las que ejercen la prostitución y a las trabajadoras sexuales. Paramos para reclamar el derecho al aborto libre y para que no se obligue a ninguna niña a la maternidad. Paramos para hacer visible que mientras las tareas de cuidado no sean una responsabilidad de toda la sociedad nos vemos obligadas a reproducir la explotación clasista y colonial entre mujeres. Para salir a trabajar dependemos de otras mujeres. Para migrar dependemos de otras mujeres. Paramos para valorizar el trabajo invisibilizado que hacemos, que construye red, apoyo y estrategias vitales en contextos difíciles y de crisis” (NiUnaMenos, 2017b, n.p.).

gratuito; (iv) paramos para defender nossas dissidências sexuais e de gênero; (v) paramos para dizer basta às violências; (vi) paramos para denunciar que o Estado é responsável; (vii) paramos porque exigimos um Estado laico; e (viii) paramos e construímos o movimento de mulheres como sujeito político. Isso posto, assim concluía o manifesto: “contra toda forma de exploração e opressão, chamamos nossas irmãs de todo o mundo a seguir lutando de maneira independente dos governos”<sup>112</sup> (NiUnaMenos, 2017a, n.p).

No Brasil, anteriormente a 2016 e ao contexto mencionado<sup>113</sup>, é importante destacar, conforme Ruas (2020, p. 399), que

o ressurgimento do movimento de mulheres no contexto de resistência ao neoliberalismo têm tido forte protagonismo de mulheres negras que, com intensa produção teórica, e mantendo diálogo direto com ativistas de diversos países da diáspora africana, em 2015 marcharam por todo o país ocupando a capital, Brasília, em um movimento que reuniu mais de 50 mil mulheres pelo fim do genocídio da população negra e por melhores condições de vida, na Primeira Marcha Nacional de Mulheres Negras: Contra o Racismo, a Violência e o Bem-Viver. Parte das mulheres que marcharam em 2015 se somaram também nas mobilizações da Greve Internacional de Mulheres de 2017.

Ainda no ano de 2015, fundamental lembrar o momento em que milhares de mulheres ocuparam as ruas no Brasil, em novembro, para impedir que o PL 5069/2013, de autoria do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, fosse aprovado. Referido projeto de lei visava a restringir o acesso ao aborto mesmo nos casos previstos em lei (Silveira *et aliae*, 2018, p. 43), dificultando o atendimento de mulheres em caso de estupro e criminalizando profissionais de saúde que prestassem auxílio às mulheres no SUS, como lembram Tatiana Roque e Mariana Patrício (2018, n.p.).

Nesse cenário, para além da histórica luta feminista de respeito ao corpo das mulheres, a insurgência contra Cunha representava a afirmação da existência plena das mulheres, exigindo a participação nas decisões que teriam impacto sobre suas vidas - no mesmo período em

<sup>112</sup> No original: “Contra toda forma de explotación y opresión, llamamos a nuestras hermanas de todo el mundo a seguir luchando de manera independiente de los gobiernos” (NiUnaMenos, 2017a, n.p.).

<sup>113</sup> Sobre os antecedentes da Greve Internacional Feminista, aqui particularizados no Brasil, em termos de mobilização social, cabe mencionar, conforme diagnóstico de uma das entrevistadas - devidamente pontuado no último capítulo - que as Jornadas de Junho de 2013 representaram um momento de inflexão nas lutas políticas no país, com questionamentos relativos à organização dos movimentos e de contraposição à velha política. Conforme Luís Augusto Vieira (2020, p. 45; 46; 67), Junho de 2013 foi um momento de eclosão, possibilitado por uma “janela ou porta histórica” em que mudanças substanciais - entre os quais o “fim do apaziguamento social iniciado na era petista” - estavam anunciadas. Nesse cenário, para “além de uma conjuntura econômica que dava sinais de que algo não estava bem, havia uma série de manifestações mundial e nacional de períodos imediatamente anteriores”. Outrossim, o pesquisador aponta, sobre as rebeliões de Junho, que essas não foram um movimento uniforme, nem tão espontâneas como se convencionou classificar, já que “as organizações estavam nas ruas em todos os momentos”, disputando a consciência das massas, com direção seja das esquerdas, seja dos movimentos de direita. Destaca-se ainda a junção de vários movimentos, sindicatos e partidos de esquerda nas “Frentes de Luta Contra o Aumento da Passagem” espalhadas pelas principais cidades do país.

campanhas virtuais de denúncias de assédio e de machismo cotidiano invadiam as redes sociais. Assim, apontar “Cunha como inimigo das mulheres era também questionar o modo chantagista como o presidente da Câmara negociava as votações dos projetos de lei no plenário, e a lógica intrínseca que permite esse tipo de governabilidade”, que representava os interesses de uma pequena parcela da população apenas e, inclusive, posteriormente depôs uma presidente eleita<sup>114</sup> (Roque; Patrício, 2018, n.p.).

Em 2016, o movimento “Por todas elas”, já brevemente citado, se originou a partir do rechaço a um episódio horrendo em que uma jovem foi estuprada por mais de 30 homens, cujo vídeo circulou na internet. A hashtag #33contratodas alastrou-se e o ativismo virtual ultrapassou as redes sociais: em várias cidades brasileiras foram organizados atos públicos convocados pela hashtag #PorTodasElas, como descreve Flávia Melo (2016, p. 3-4).

Como relata Melo (2016, p. 4), em São Paulo/SP, no dia 1º de junho de 2016, “milhares de mulheres caminharam pela Avenida Paulista”, reivindicando o “fim da cultura do estupro”:

De mãos dadas, mães com seus bebês sobre o peito, formaram um cordão humano que liderava a passeata. Nos cartazes empunhados frases como “Fora Temer” e “Não vai ter golpe” misturavam-se a “Machismo mata, feminismo liberta”, “Nenhuma mulher merece ser estuprada”, “Estupro nunca mais”, “Lugar de mulher é onde ela quiser”. Os atos Por Todas Elas aconteceram em todo o país – páginas de coletivos feministas informaram sua realização em 21 estados brasileiros – e ficaram conhecidos como “onda lilás”. As mobilizações do “junho feminista” somaram-se a manifestações de oposição ao governo interino que se intensificaram desde meados de maio. Sob o polifônico coro “Não vai ter golpe” agitaram-se muitas e diferentes bandeiras: “Pelo fim da cultura do estupro”, “Volta querida”, “Somos todas Dilma”, “Fascistas não passarão” (Melo, 2016, p. 4).

Nesse cenário, foi desenhada uma coalizão de mulheres contra o estupro, pela vida das mulheres, pela democracia e “contra a reemergência dos conservadorismos, dos extremismos de direita e do avanço de uma série de reformas que, desde então, acompanhamos quase que diariamente”. Assim, não se tratava tão somente de uma questão atinente apenas às mulheres, ou ao direito à “liberdade sexual”, mas de uma conexão de lutas, sem que fossem hierarquizadas (Melo, 2020, p. 7).

O chamado para o 8 de março em 2017 no país carregou “dois motes principais: a Greve Internacional das Mulheres e, no cenário nacional, a luta contra a reforma da Previdência” proposta pelo governo de Michel Temer. Entre as pautas levantadas incluíram-se a luta pela

---

<sup>114</sup> No Brasil, as feministas vêm historicamente ocupando as ruas para barrar propostas conservadoras em relação ao aborto. Em junho de 2013, uma mobilização - convocada nas redes sociais e construída junto com os movimentos sociais organizados - protestou contra o Estatuto do Nascituro na Praça da Sé em São Paulo, inaugurando um “novo momento de convergência de movimentos para a luta pelo direito à autonomia aos seus corpos” (Silveira *et aliae*, 2018, p. 43).

permanência dos direitos até então adquiridos, o fim da violência sexual, psicológica e física das mulheres; a legalização do aborto e a equiparação salarial das atividades laborais - conforme matéria redigida por Mayara Paixão (2017, n.p.).

Recuperar esse dia histórico - como parte da luta social e ponto de intersecção entre a luta das trabalhadoras, o movimento socialista e a luta feminista - evidencia o caráter político dessa data e a retomada do esforço das militantes socialistas na construção de uma dinâmica organizativa que atenda também às lutas específicas das mulheres (Faria, 2010, p. 12).

Tal processo político da greve feminista em recente construção origina novos territórios existenciais e um pensar situado internacionalista, no qual cada situação pertence à totalidade aberta. Por meio desse processo, um novo transnacionalismo produz ressonância mundial a partir do Sul, cuja força enraizada é latino-americana e se apresenta em múltiplas insurgências e rebeliões. Nesse âmbito, o pensar situado desafia escalas, ampliando o movimento “sem perder a força de estar localizado e a exigência de ser concreto” (Gago, 2020, p. 12).

Para Alejandra Ciriza (2021, p. 54 – tradução minha), a iniciativa internacional de 2017, “parida à luz da violência feminicida, trouxe a ideia da greve como uma paralisação internacional”: como proposta de um tempo para que as mulheres se afastassem das “pressões da aceleração capitalista e da persistente insistência de confisco de seu tempo”. Nessa perspectiva, a convocatória instava que as mulheres fizessem uma pausa e marchassem<sup>115</sup>.

O impacto foi tal que a segunda Greve Internacional de Mulheres, em 2018, teve a adesão de, em média, 170 países (Varela, 2020b, p. 145). Na Argentina, milhões de pessoas foram às ruas na luta pela legalização do aborto e pela educação e saúde de qualidade (Ruas, 2020, p. 399). O manifesto lançado em 8 de março de 2018 pelo Coletivo *NiUnaMenos* relançou os eixos supramencionados, salientando o crescimento da maré feminista como força internacionalista na construção conjunta de uma segunda paralisação internacional feminista, contra as demissões, o ajuste governamental, as violências feminicidas e travesticidas e as violências econômicas e estatais que as sustentam, assim como pelo aborto legal, seguro e gratuito (NiUnaMenos, 2018, n.p.).

No Chile, por exemplo, conforme destaca Alondra Carillo – então porta-voz da Coordenadoria Feminista 8M de Santiago - em entrevista concedida a Alejandra Estevez (2020, p. 137), desde do ano de 2018, “as mulheres passaram a organizar uma jornada de protestos

---

<sup>115</sup> No original: “En 2017 una iniciativa internacional, parida a la luz de la violencia feminicida, trajo la idea de huelga, de un paro internacional que abriera una suerte de compás, un tiempo para sustraernos a las presiones de la aceleración capitalista y la machacona insistencia en confiscar nuestros tiempos. La convocatoria instaba a hacer un suspenso para nosotras y marchar [...]” (Ciriza, 2021, p. 54).

para o 8 de março, de maneira contínua buscando manter o espaço de encontro e articulação transversal que haviam construído” – espaço que foi “capaz de reunir uma multiplicidade de mulheres feministas a partir de distintos âmbitos da ação social”. Nesse âmbito, foi criada a *Coordenadoria Feminista 8M*, que trabalhou durante um ano para construção da greve geral feminista do 8 de março de 2019.

Conforme relato de Carrillo, no *Encontro de Mulheres que Lutam*, em dezembro de 2018, reuniram-se com o objetivo de construir um programa - de reivindicações, aspirações e orientações que desejavam construir - e caracterizar a greve - chamada de greve geral feminista, em que se parassem todos os trabalhos que sustentam a vida. Nesse contexto, a greve convocava o conjunto da sociedade a mobilizar-se, mas tendo como protagonistas as mulheres, falando de suas vidas e de como “estão atravessadas por um conjunto de violências, opressões e explorações” que desejam combater. Da entrevista, destaca-se ainda a compreensão do feminismo como uma ação política da classe trabalhadora no tempo presente, com caráter internacional, assumida contra a violência patriarcal e machista - uma forma intrínseca de reprodução da ordem capitalista em seu país atravessado pelo neoliberalismo maduro<sup>116</sup> (Estevez, 2020, p. 139; 140).

No Brasil, o ano de 2018 foi marcado, para além do 8 de março - com a greve internacional das mulheres, atrelada às reivindicações de enfrentamento às violências e de reconhecimento da centralidade da reprodução social para a luta anticapitalista - pela denúncia do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, por parte das mulheres brasileiras que saíram às ruas novamente poucos dias depois. O ato, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro durante o velório de Marielle, replicou-se em diversas outras cidades. Ademais, seis meses mais tarde, houve a maior mobilização de rua da recente história brasileira, quando milhares de mulheres ocuparam as capitais do Brasil e muitas cidades mundo afora no movimento #elenão, em rechaço à candidatura de Jair Bolsonaro<sup>117</sup> (Melo, 2020, p. 3).

Em 2019, na Argentina, foi ressaltado o chamado à paralisação contra as estruturas que tornam possível a valorização do capital e suas violências, assim como contra o “fascismo

---

<sup>116</sup> Nessa seara, Carrillo destaca que o neoliberalismo “destrói o tecido social, as redes comunitárias”, assim como “destrói e divide sexualmente o trabalho”, e, “por sua forma muito rígida diante da aparente flexibilidade, sua forma rígida de divisão sexual do trabalho requer da violência patriarcal e machista permanentemente o eixo articulador de sua própria reprodução” (Estevez, 2020, p. 140).

<sup>117</sup> Conforme Samantha Camacam, Letícia de Souza Ribeiro e Juliana Campregher Pasqualini (2019, p. 132-133), no dia 29 de setembro de 2018, em mais de 30 cidades no Brasil e em outros países, houve manifestações promovidas pelo *Movimento das Mulheres Unidas Contra Bolsonaro* intitulado “Ele Não”. O movimento nasceu nas redes sociais, em um grupo do Facebook denominado “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” e a mobilização nas ruas chamou a atenção pelo protagonismo e pelas dimensões atingidas - com a retomada do trabalho de base, os chás com bolo nas avenidas, as panfletagens e as passeatas-, alertando sobre a capacidade organizativa e aglutinativa do feminismo.

global”. Ademais, refutando a suposta existência de uma oposição entre a urgência cotidiana da fome e a aquela gerada pela crise e pela política feminista, foi proposta a compreensão de que o movimento feminista, em toda sua diversidade, teria politizado de maneira radical e inovadora a crise da reprodução social como crise civilizatória (NiUnaMenos, 2019, n.p.).

Nesse ano, milhares de brasileiras saíram às ruas para celebrar o Dia Internacional de Luta das Mulheres sob o lema “Pela vida das mulheres, somos todas Marielle”. Assim, “tomaram as ruas do país para protestar contra o desmonte da previdência, o aumento no número de feminicídios e os retrocessos do governo Bolsonaro”, assim como para “celebrar o legado da militante e vereadora Marielle Franco” (Sudré; Guimarães, 2019, n.p.).

O chamado para o 8 de março de 2020, às vésperas da pandemia de Covid-19, por parte do Coletivo NiUnaMenos (2020, n.p.) foi intitulado transfronteiriço e assinado por um conjunto de organizações de diferentes países, que – em condições políticas e sociais diversas – se uniram na luta conjunta e transversal contra a violência da extrema direita e da direita neofascista e, especialmente, contra a violência patriarcal.

Com a explosão da pandemia de Covid-19, os movimentos sociais passaram por desafios diversos e pela necessidade de se reinventarem, de modo que uma análise sobre esse período será melhor detalhada no tópico 2.5, assim como nas considerações relatadas pelas entrevistadas, incluídas no terceiro capítulo desta dissertação.

Para Gago (2022, n.p.), no ano de 2022, “após dois anos de pandemia, de profundas transformações no trabalho remunerado e no trabalho doméstico não remunerado”, era fundamental a necessidade de se reencontrar com o poder que vem da rua. Assim, impactadas pela conjuntura que impunha uma dívida externa na Argentina - também presente em vários territórios da América Latina -, “pelas consequências das políticas de saúde e pela necessidade de dar corpo às urgências”, feministas de todos os lugares se reuniam para que o 8M continuasse a ter o carácter rebelde que havia recuperado desde 2017.

O enorme impacto da data de 8 de março a nível internacional e sua expansão levantam a questão de porque a greve - e não outra medida ou forma de articulação - se constituiu como instância de coordenação a nível global (Varela, 2020b, p. 145). Para Varela (2020b, p. 147-152), isso pode ser explicado por três fatores principais: (i) o contexto geral de crise do capitalismo; (ii) a crise específica da reprodução social; e (iii) o carácter transversal do trabalho das mulheres que as coloca em uma localização anfíbia entre produção e reprodução. Tais fatores - e as características decorrentes da greve em cada um deles - serão então trabalhados mais detidamente.

O caráter amplo da crise capitalista foi evidenciado no tópico anterior, a partir da leitura da crise civilizacional e de suas múltiplas facetas. Nessa compreensão, o novo movimento feminista internacional se “inscreve no marco una série de movimientos sociales que protestam”, a partir de diferentes características e ritmos em cada localidade, “contra os ‘efeitos’ da crise e contra as medidas governamentais adotadas” frente tal crise (Varela, 2020b, p. 146 – tradução minha)<sup>118</sup>.

Consoante à tese 1 de *Feminismo para os 99%: Um Manifesto*, o movimento em emergência<sup>119</sup> tem inventado novas formas de greve a partir de um novo tipo de política: “ao conjugar a paralisação do trabalho com marchas, manifestações, fechamento de pequenos comércios, bloqueios e boicotes, o movimento está renovando o repertório de ações de greve” que havia sido drasticamente reduzido pela ofensiva neoliberal (Arruzza, Bhattacharya, Fraser, 2019, posição 24).

Desde tal inscrição, tende-se a ultrapassar o caráter setorial da luta, transformando-a em um “fenômeno político cujos objetivos se entrelaçam com a plêiade de fenômenos de protesto contra o ajuste, contra as políticas que atacam direitos conquistados e contra a direita”. Nesse ponto também reside uma das chaves de massividade do movimento, que, com protagonismo indiscutível das mulheres, convoca conjuntamente “outros setores da população que se veem interpelados pelas demandas e reivindicações levantadas, as quais os incluem como destinatários”, tais como o fim da precarização laboral e a denúncia do endividamento e seu impacto nas famílias trabalhadoras<sup>120</sup> (Varela, 2020b, p. 147 – tradução minha).

Acerca desse caráter de massas, Gago (2020, p. 98; 272) sustenta que o surgimento de um feminismo de massas possibilita “a leitura do mapa das violências como trama que conecta a violência de gênero à violência econômica, financeira, política, institucional e social”. Tal análise se consolida a partir da própria prática da greve feminista – ferramenta que, tomada pelo movimento feminista, “produz e difunde a análise da conexão entre as violências”. Nessa direção, a política de massas radical desenvolvida pelo movimento feminista internacionalista

---

<sup>118</sup> No original: “[...] se inscribe en el marco del surgimiento de una serie de movimientos sociales que protestan (con distintas características y ritmos según el país) contra los “efectos” de la crisis y contra las medidas gubernamentales adoptadas para salir de ella” (Varela, 2020b, p. 146).

<sup>119</sup> Conforme Marcelino (2019, p. 59), o manifesto disputa tanto o sentido do feminismo, quanto do marxismo atualmente, de modo que esse último seja renovado face aos problemas de nossa época e leve “às últimas consequências o próprio apontamento de Marx de que a realidade social concreta é a concentração de múltiplas determinações” – uma “unidade da diversidade”.

<sup>120</sup> No original: “[...] fenómeno político cuyos objetivos se entrelazan con los de la pléyade de fenómenos de protesta contra el ajuste, contra las políticas que atacan derechos conquistados y contra la derecha” e “[...] otros sectores de la población que se ven interpelados por las demandas y los reclamos que el movimiento levanta, los cuales los incluyen como destinatarios” (Varela, 2020b, p. 157).

é viabilizada “justamente por sua capacidade de tramar alianças insólitas que põem em prática, de maneira concreta, seu caráter anticapitalista, anticolonial e antipatriarcal”.

Consoante ensina Löwy (1998, p. 98), enquanto totalidade dialética, o capitalismo mundial não corresponde à soma das economias nacionais, da mesma forma como a luta de classes internacional não significa a soma das lutas nacionais: “um e outro configuram um todo orgânico, com suas próprias formas de evolução, distintas das particularidades de seus componentes”. Nesse cenário, as lutas contemporâneas são, em grau inédito, interdependentes e interrelacionadas, demonstrando que o internacionalismo do século XXI depende da coordenação entre os atores políticos e sociais dos movimentos socialistas, democráticos e anti-imperialistas, incluindo não só as forças sindicais e políticas do movimento operário e socialista, mas os movimentos sociais com vocação planetária, como o feminismo, a ecologia e os movimentos antirracistas (Löwy, 1998, p. 102; 105).

O internacionalismo revela, nessa chave, (i) a construção de novos parâmetros, medidas e categorias para pensar, visibilizar e sentir as opressões a partir da tomada da palavra política coletiva que combina escalas bem diversas; e (ii) a capacidade do movimento feminista de produzir ubiquidade sem homogeneidade, ou seja, ter múltiplas expressões, sem a necessidade de uniformizar-se sob alguma autoridade ideológica ou estrutura de autoridade hierárquica (Gago, 2020, p. 223-224).

Verónica Gago (2020, p. 218; 231-232) identifica como momentos do internacionalismo: (i) o de “ressonâncias”, enquanto efeito de difusão que condensa uma ideia-força e abre um sentido compartilhado a partir da comoção e da conexão à distância, mobilizando sentidos; e (ii) o das formas de coordenação, que combinam fóruns virtuais e espaços materiais de encontro corpo a corpo, inaugurando circuitos e reutilizando outros já existentes. Assim, o internacionalismo se torna transnacionalismo ao desconfinar a geometria nacional-estatal e ultrapassar os enquadramentos abstratos de classe ou de povo.

A partir dessa leitura, as greves feministas são compreendidas enquanto instrumentos capazes de produzir transversalidade política - a construção de proximidade entre lutas diferentes - e ubiquidade - chave pela qual o feminismo permite a leitura do conflito em cada território (doméstico, afetivo, laboral, imigrante, artístico, camponês, entre outros), ultrapassando a coordenação para fazer do movimento uma força própria em cada lugar -, consoante defendido por Gago (2020, p. 279; 284).

A greve funciona, nesse contexto, como dispositivo organizativo, que desmistifica a ideia cristalizada de uma “identidade” ou de uma “consciência” de classe (Gago, 2020, p. 61)

– compreensão pela qual a solidariedade não resulta da identidade, mas sim da complementaridade e da interdependência dos interesses e dos combates (Löwy, 1998, p. 99).

Duas características da greve apresentadas por Viana (2007, p. 253; 256) e que podem ser analisadas no contexto das greves feministas são: (i) seu caráter de processo - “qualquer que seja o seu resultado em termos de conquista de direitos, quase sempre ajuda a preparar a greve seguinte” enquanto contribui para a manutenção, desequilíbrio e recomposição do próprio sistema; e (ii) seu aspecto revolucionário, inclusive em termos jurídicos, pois “o Estado deixa explodir o conflito e permite que as próprias partes produzam, a partir dele, o seu próprio direito”.

Enquanto processo, as assembleias da greve são capazes de produzir um modo de inteligência coletiva em três atos: (i) a imaginação de uma ação comum; (ii) a avaliação da força para convocar; e (iii) a capacidade prática de operacionalizar uma decisão coletiva. Tal poder de avaliação, somado à potência de ação gerada pela greve, possibilita uma revitalização do movimento feminista, o qual delibera, pensa e organiza formas coletivas de decisão e, ao tomar a rua, extravasa cada situação particular ao mesmo tempo em que evidencia a força resultante de sua composição multitudinária. Incluindo diversas lutas e conflitos conectados, acentua-se a “radicalidade como método de inclusão ou composição”, de maneira que, em cada conflito pontual, há, ao mesmo tempo, uma crítica concreta e geral às formas de exploração e extração de valor (Gago, 2020, p. 195-197; 207).

Para compreender a greve enquanto processo, Gago (2020, p. 49-51) registra a atualidade do pensamento de Rosa Luxemburgo, por meio, especialmente, da seguinte chave: a greve compreendida como processo em corpo vivo, capaz de deslocar o binômio reforma/revolução. Nessa acepção, cada greve contém um pensamento político, no qual se inserem um conjunto de elementos - como fatores econômicos, políticos e sociais, gerais e locais, materiais e psicológicos - que a caracterizam como um processo, e não como um acontecimento isolado. O ritmo e a multiplicação de tais elementos presentes na greve a tornam, nessa direção, além de um processo, um corpo vivo que não se separa do quadro maior da revolução.

Dedicando-se a investigar as greves que antecederam a grande greve de 1905 na Rússia, Luxemburgo percebe ainda uma geografia aquática, na qual a onda do movimento pode invadir todo o espaço ou mesmo se dividir em uma rede gigantesca de pequenas correntes; pode brotar do solo como uma fonte viva ou se perder na terra. Nesse seguimento, a multiplicidade de ações se dá por diferentes formas de luta que se cruzam ou se tocam, se interpenetram ou deságuam

umas nas outras – o que permite a compreensão dos múltiplos processos da greve (Gago, 2020, p. 50).

Devido tais características, as assembleias feministas que compõem o movimento são capazes de construir um fazer político que desloca a clássica alternativa “reforma ou revolução” por meio da “realpolitik revolucionária”, sobre a qual Luxemburgo falou em 1903: o reformismo possível e as transformações cotidianas se imbricam ao horizonte de transformação radical no próprio movimento. Assim, impregna-se de dinâmica revolucionária cada ação concreta e pontual. Consequentemente, unificando dois termos que, em princípio, se contrapõem, Luxemburgo lega ao movimento feminista a compreensão de que a oposição se torna complementariedade em termos de radicalização de uma política concreta (Gago, 2020, p. 204-205).

Ademais, tal oposição complementar

[...] cria uma temporalidade estratégica que é o desenrolar no tempo presente do movimento. Consegue trabalhar nas contradições existentes sem esperar a aparição de sujeitos absolutamente liberados ou condições ideais de luta; tampouco confia em um único espaço que totalize a transformação social. Nesse sentido, apela à potência de ruptura de cada ação, e não limita a ruptura a um momento final espetacular de uma acumulação estritamente evolutiva (Gago, 2020, p. 205-206).

Nessa articulação, o movimento feminista que, propondo a greve, toma as ruas e constrói assembleias, elabora diagnósticos de conjuntura e articula uma “dinâmica de conquista de direitos com um horizonte de radicalidade” (Gago, 2020, p. 282-283). Para Gago (2020, p. 205), portanto, essa temporalidade estratégica se desenrola no presente: trabalha as contradições sem esperar a aparição de sujeitos absolutamente liberados ou de condições ideais de luta e, assim, apela à potência de ruptura de cada ação.

Por fim, no que se refere ainda ao pensamento de Luxemburgo e a greve de massas, destaca-se uma de suas ideias centrais: a de que as massas só se libertam por meio de sua ação autônoma. Depreende-se, dessa leitura, que a emancipação só pode resultar da ação autônoma dos próprios oprimidos e oprimidas, de forma que as mulheres só poderão se emancipar por si mesmas e conjuntamente (Loureiro, 2018, p. 102).

Ao denunciar e problematizar realidades de trabalho não assalariadas, não reconhecidas e não remuneradas, relacionadas às formas de trabalho doméstico e reprodutivo, assim como às modalidades de trabalho das economias populares e às formas autogeridas de reprodução da vida, o movimento da greve atual, decorrente desse novo internacionalismo, transborda e integra a questão trabalhista, redefinindo-a e atualizando-a, para multiplicar seu alcance sem, contudo, diluir sua densidade histórica. O trabalho, em perspectiva feminista, atravessa diversos

territórios, como o doméstico, social, camponês, suburbano e do bairro, articulando-os hierarquicamente ao território reconhecido como “laboral”. Converte-se, assim, em uma ferramenta de rechaço e desacato ao transversalizar<sup>121</sup> situações ao mesmo tempo em que as compõe, a partir de subjetividades historicamente excluídas ou subordinadas no âmbito do trabalho (Gago, 2020, p. 26; 33).

Nessa leitura, por visibilizar e conectar as dinâmicas não reconhecidas de trabalho, a greve nega a hierarquia entre o produtivo e o reprodutivo para construção de um “horizonte compartilhado de lutas” (Gago, 2020, p. 175).

Outrossim, permite o mapeamento de novas formas de exploração dos corpos e dos territórios em uma perspectiva simultânea de visibilização e insubordinação, propondo uma disputa sobre os modos de desobediência, desacato e rechaço às dinâmicas de violência, conectadas intimamente às formas de exploração e extração do valor. Ante o exposto, verifica-se que a greve transborda e integra a questão do trabalho ao se colocar contra as estruturas que possibilitam a valorização do capital e que respondem à própria imbricação entre patriarcado, colonialismo e capitalismo (Gago, 2020, p. 26; 275).

Em síntese, a greve, como ferramenta feminista, rechaça de maneira concreta e contundente os despojos múltiplos e as novas modalidades de exploração com as quais o capital avança sobre a provisão de cuidados, os recursos comuns e as infraestruturas para a reprodução cotidiana, conferindo caráter materialista à crítica da violência contra as mulheres e ao neoliberalismo (Gago, 2020, p. 172-173).

Por fim, “a greve revela, em chave feminista, a composição heterogênea do trabalho” ao reconhecer trabalhos historicamente desprezados e mostrar sua relação com a precarização geral, apropriando-se dessa “tradicional ferramenta de luta para extrapolá-la e reinventá-la”. Ademais, tais greves produzem uma nova compreensão da violência, conectando a violência doméstica às violências econômica, trabalhista, institucional, policial, racista e colonial e evidenciando a relação orgânica da violência machista com a atual acumulação do capital: “ao confrontar a financeirização da vida, trava uma disputa com novas formas de exploração e extração de valor” (Gago, 2020, p. 275; 277-278; 287).

Desse modo, verifica-se que as mobilizações para o 8 de Março, que alçaram nos últimos anos a alcunha de “greve internacional”, possibilitaram a utilização dessa ferramenta

---

<sup>121</sup> Conforme anteriormente mencionado, a transversalidade política diz respeito à construção de proximidade entre lutas diferentes, sendo por meio dessa perspectiva que o feminismo busca unir movimentos existentes e futuros em uma insurgência global de ampla base contra a estrutura capitalista posta, unindo forças com outros movimentos anticapitalistas mundo afora, como o ambientalista, o antirracista, o anti-imperialista, o LGBTQ+ e com os sindicatos, concorde Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, posição 66; 68).

como instrumento de visibilização das lutas protagonizadas por mulheres em oposição à crise civilizacional vigente e à precarização da vida por ela engendrada, com reflexos particulares sobre as mulheres. A seguir, serão pormenorizados os territórios de luta e de desacato em que as mulheres se posicionam ante a ofensiva do capital sobre suas vidas.

### 3.4 Os territórios de luta

Diante das dinâmicas e características expostas no tópico anterior, passar-se-á a tratar mais detidamente das demandas e articulações que se relacionam aos trabalhos reprodutivos e produtivos protagonizados por mulheres em três territórios de luta, seguindo a compreensão de Gago (2020, p. 221-222) de que o novo internacionalismo feminista, como ponto de partida e análise da situação concreta, surge, atualmente, (i) dos territórios domésticos em rebeldia; (ii) dos territórios da precarização; e (iii) dos territórios indígenas e comunitários.

Acerca do primeiro território, partindo de um diagnóstico do diferencial de exploração - que considera a reprodução âmbito central para investigar e historicizar os modos como se conjugam opressão, exploração e extração de valor - são discutidos os modos de invisibilização do trabalho reprodutivo e a falta de infraestruturas públicas que fazem com que o trabalho reprodutivo assuma o custo dos ajustes fiscais (Gago, 2020, p. 150; 221).

Neste ponto, insere-se o importante conceito de crise de reprodução social. O giro epistemológico da reprodução social, consoante elucidada Fraser (2015, p. 713), proporciona a compreensão de que a reprodução social é uma das condições de possibilidade de fundo indispensáveis para a produção capitalista<sup>122</sup>. Trata-se de uma contradição entre dois elementos constitutivos da sociedade capitalista: a fronteira entre reprodução e produção (Fraser, 2020, p. 266), conforme se desenvolverá adiante.

Fraser (2023[2017], p. 46), em consonância com a análise aqui proposta, postula que tal crise “não pode ser compreendida adequadamente por si só”, pois não é autônoma, mas sim “uma vertente de uma crise mais geral”: também econômica, ecológica e política, em que “todas elas se entrecruzam e se agravam umas às outras”. Nesse viés, a autora situa a crise de reprodução social como expressão das “*contradições sociorreprodutivas do capitalismo financeirizado*”.

---

<sup>122</sup> Conjuntamente à reprodução social, são indicadas por Fraser (2015, p. 719) como condições cruciais de fundo a ecologia da terra e o poder político, as quais possibilitam a existência de um “sistema econômico definido pela propriedade privada, a acumulação do valor auto-expansivo, mercados de trabalho livre e outros insumos para a produção de mercadorias e pela alocação do excedente social pelo mercado”.

Para Varela (2022, p. 58) o conceito se torna essencial na atualidade, em primeiro lugar, porque se refere a uma contradição própria do capitalismo: entre a necessidade do capital de dispor permanentemente de força de trabalho para empregar e explorar (assim como para expulsar segundo necessidades da acumulação) e a necessidade de que essa mesma força de trabalho se reproduza da forma mais barata possível. Tal contradição já era apontada por Vogel (2022[1983], p. 357-358):

O trabalho doméstico tem, na realidade, um papel altamente contraditório na reprodução social capitalista. Por um lado, constitui uma condição essencial para o capitalismo. Para que a produção capitalista ocorra, ela deve ter força de trabalho, e para que a força de trabalho esteja disponível, o trabalho doméstico deve ser realizado. Por outro lado, o trabalho doméstico atrapalha o impulso capitalista por lucro, pois também limita a disponibilidade de força de trabalho. Do ponto de vista do capital, o trabalho doméstico é simultaneamente indispensável e um obstáculo à acumulação. No longo prazo, a classe capitalista procura estabilizar a reprodução da força de trabalho a um custo baixo e com um mínimo de trabalho doméstico. Ao mesmo tempo, a classe trabalhadora, seja como uma força unificada, seja fragmentada em setores concorrentes, esforça-se para obter as melhores condições possíveis para sua própria renovação, o que pode incluir um tipo e um nível particular de trabalho doméstico.

Vogel entende, portanto, que “a necessidade do capital de aumentar a mais-valia implica uma contradição entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado”, já que “o trabalho doméstico potencialmente afeta o compromisso que os trabalhadores têm com a realização do trabalho excedente por meio da participação no trabalho assalariado” (competindo, portanto, com o impulso de acumulação do capital). Isso posto, “a redução do trabalho doméstico potencialmente cria tanto mais-valia relativa quanto mais-valia absoluta” (Vogel, 2022[1983], p. 354; 355).

Conforme elucida Ruas (2020, p. 79), uma vez que a redução do trabalho doméstico cria potencialmente mais-valia absoluta e relativa, para Vogel (2022[1983], p. 357), “no longo prazo, a classe capitalista procura estabilizar a reprodução da força de trabalho a um baixo custo e com um mínimo de trabalho doméstico” – o que pode incluir uma série de medidas que, inclusive, ultrapassam as relações familiares: a automação (como a introdução utensílios domésticos), a socialização das tarefas domésticas (assumidas pelo Estado) e/ou transferência destas para o setor de serviços (como lavanderias, lojas de roupas e redes de fast-food) ou ainda pelo emprego de populações institucionalizadas (trabalho prisional, trabalho militar) e de trabalhadores migrantes.

Retomando a argumentação de Fraser (2023[2017], p. 61; 62; 63), no capitalismo financeirizado intensifica-se a contradição “inerente ao capitalismo entre produção econômica e reprodução social”, que, em seu imaginário dominante liberal-individualista, globalizado e

neoliberal, promove o desinvestimento estatal, “enquanto recruta mulheres para a força de trabalho remunerada”. Nessa toada, verifica-se o dismantelamento das proteções sociais e uma nova externalização da reprodução em um cenário de centralidade da dívida.

Na atualidade, a reprodução social se encontra ameaçada por um processo triplo: (i) pelas políticas de ajuste que atacam as instituições públicas encarregadas de tal trabalho, como os hospitais, escolas, creches, centros de cuidados geriátricos e outras instituições de formação e cuidado; (ii) pelas políticas de privatização e transformação desses âmbitos em novos nichos de mercantilização e produção de lucro (seja em serviços pessoais diretos como babás, cuidadoras, acompanhantes terapêuticos e apoio escolar, seja através de empresas dedicadas à prestação de tais serviços); e (iii) pelos ajustes e privatização dos serviços públicos como água, luz, transporte, moradia, que aumentam o custo de reprodução das famílias trabalhadoras (Varela, 2020b, p. 150-151).

Tais custos são, muitas vezes, assumidos pelo trabalho não remunerado exercido membros das famílias trabalhadoras ou por suas redes, como as de vizinhança, comunitárias, de “família ampliada”, o que implica, normalmente, uma sobrecarga extra de trabalho para as mulheres das famílias trabalhadoras (Varela, 2020b, p. 151). Assim, embora afetem o conjunto da classe trabalhadora, tais políticas de ajuste fiscal afetam particularmente as mulheres da classe trabalhadora: tanto como trabalhadoras desses setores - fortemente feminizados -, como quanto usuárias desses serviços – por serem majoritariamente as responsáveis pela reprodução social (Varela, 2022, p. 59-60).

Nesse contexto, os territórios domésticos, historicamente encerrados nos lares fechados, representam atualmente, para Gago (2020, p. 160), “espaços de transnacionalismo prático”, tornando possível a discussão sobre cadeias globais de cuidado<sup>123</sup>, modos de invisibilização do trabalho reprodutivo e a própria falta de infraestruturas públicas que faz com que o trabalho reprodutivo assuma o custo do ajuste.

Nesse diapasão, a greve feminista tem potencial para alcançar todos os espaços, tarefas e formas de trabalho: evidenciando que não há produção sem reprodução, territorializa-se inclusive no que se refere ao trabalho não remunerado e não reconhecido (Gago, 2020, p. 229).

---

<sup>123</sup> No que se refere às “cadeias globais de cuidado”, segundo Judy Fudge (2014, p. 8), o termo teria sido cunhado por Arlie Hochschild (2016[2000], p. 250 – tradução minha) para se referir a uma “série de vínculos pessoais entre pessoas ao redor do globo baseados no trabalho remunerado e não remunerado de cuidados”. [No original: “[...] a series of personal links between people across the globe based on the paid or unpaid work of caring”]. Ainda segundo Hochschild (2016[2000], p. 250), normalmente tais cadeias são compostas por mulheres e podem ser locais, nacionais ou globais, usualmente iniciando-se em países ou áreas comparativamente mais pobres. Na análise de Fudge (2014, p. 8), tais redes de globais de cuidado “ilustram como os processos de reprodução social atravessam uma ampla gama de jurisdições territoriais”.

Em dados atuais, segundo pesquisa disponibilizada pelo IBGE, no Brasil, em 2022, as atividades ligadas à alimentação, limpeza ou manutenção de roupas e sapatos e limpeza ou arrumação do domicílio se concentraram nas mulheres, sendo a realização de pequenos reparos/manutenção do domicílio a única atividade na qual os homens registraram percentual comparativamente maior do que o das mulheres. Quando em coabitação, “seja na condição de responsável pelo domicílio, seja na condição de cônjuge ou companheiro, a realização de afazeres domésticos pelos homens se reduz sensivelmente em certas atividades”, como nas atividades de preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça. No que se refere ao trabalho de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores<sup>124</sup>, a taxa de realização se diferencia da seguinte forma: enquanto 34,9% das mulheres afirmaram realizá-los, entre os homens a taxa foi 23,3% (IBGE, 2023, p. 4).

Conforme informações disponibilizadas pelo IBGE (2023, p. 7), como, normalmente, a realização de afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas tende a ocorrer de forma concomitante, a investigação das horas dedicadas a tais atividades é realizada de maneira conjunta, análise da qual resultaram os seguintes dados: “a mulher não ocupada dedicou, em média, 24,5 horas semanais a afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas”, enquanto o homem não ocupado dedicou 13,4 horas em 2022. Essa diferença se manteve elevada mesmo quando se consideram apenas as pessoas ocupadas, vez que as mulheres ocupadas dedicaram, em média, 6,8 horas a mais a essas atividades do que os homens ocupados.

Tal análise demonstra diferenças importantes que refletem a divisão sexual das atividades domésticas: para as mulheres, estar em coabitação torna ainda maior o tempo dedicado a essas atividades, de modo que mulheres na condição de responsáveis em coabitação representam o grupo com maior média de tempo dedicado a afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas (24,1 horas), seguido pelo grupo de mulheres cônjuges ou companheiras (23,1 horas), e, em terceiro lugar, o das que viviam sozinhas (19,3 horas) (IBGE, 2023, p. 8).

Conforme explica Fraser (2015, p. 714-715), ao (re)privatizar e “(re)comodificar” serviços e bens públicos relacionados à reprodução social, assim como ao “comodificar” outros aspectos da reprodução social, conjuntamente à redução do provisionamento público e ao recrutamento em massa de mulheres para o trabalho em serviços mal remunerados, o

---

<sup>124</sup> Baseado em seis conjuntos de atividades: auxiliar nos cuidados pessoais; auxiliar nas atividades educacionais; ler, jogar ou brincar; monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio; transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas; e outras tarefas de cuidados (IBGE, 2023, p. 4).

neoliberalismo remapeia a fronteiras institucionais que antes separavam a produção de mercadorias da reprodução social, assim como a hierarquia de gênero no processo.

Nesse cenário, a Teoria da Reprodução social aponta certas tendências e condições de possibilidade que explicam tais ataques, como o fato de que em períodos de crise capitalista - tempos de crise de acumulação e lucro - o capital molda e modifica tanto a esfera produtiva quanto a reprodutiva, com novas formas ideológicas, ataques e invenções (Arruzza; Bhattacharya, 2020, p. 56), o que assume diferentes contornos e nuances e toma diversos aspectos a depender da região, país e período histórico.

No Brasil, conforme aponta Regina Vieira (2020, p. 2.528), os cuidados - lidos nesta pesquisa como inseridos na perspectiva da reprodução social - assumem “contornos bastante próprios, por confluência de fatores históricos, territoriais e socioeconômicos”, de maneira que não é possível considerar que a crise nesse âmbito no Brasil toma as mesmas proporções e possui o mesmo sentido da que ocorre no Norte global.

Sobre esse aspecto, destaca-se que o Brasil nunca “chegou a vivenciar uma grande estrutura de proteção social apta a universalizar condições de vida digna aos trabalhadores” (Dutra; Lima, 2020, p. 471)<sup>125</sup>, de modo que a provisão de cuidado público nunca foi próxima de se tornar universal. Por conseguinte, no Brasil, “a grande maioria das mulheres que exerce atividade remunerada depende de redes de apoio – mães, filhas, vizinhas, amigas – ou paga outras mulheres para assumirem o trabalho de cuidado a elas designado” (Vieira, 2020, p. 2.528)<sup>126</sup>.

Consoante defende Maria Betânia Ávila<sup>127</sup> em entrevista concedida a Regina Vieira (2020, p. 2.529), tal crise é uma crise estrutural para as mulheres trabalhadoras, tanto pela ausência de instrumentos públicos, quanto pela precarização do trabalho remunerado das mulheres – que torna os arranjos para solucionar a crise dos cuidados ainda mais difíceis (já que o tempo de trabalho se estende e não é possível contar com outras mulheres da mesma classe social, que estão vivendo a mesma situação). A solução encontrada pela classe média e pela burguesia se dá pelo emprego do trabalho doméstico das trabalhadoras domésticas, requisitando uma força de trabalho também majoritariamente feminina.

---

<sup>125</sup> Como explicam as autoras, diferentemente do que ocorreu em alguns países europeus, os quais experienciaram uma “legislação trabalhista que, mesmo dentro da lógica contraditória do direito do trabalho, possibilitou uma maior desmercantilização do labor humano, o Brasil jamais chegou a vivenciar uma grande estrutura de proteção social apta a universalizar condições de vida digna aos trabalhadores” (Dutra; Lima, 2020, p. 471).

<sup>126</sup> Em que pese utilize a chave do “cuidado”, a autora não restringe suas análises aos aspectos relativos ao lar e à comunidade, apresentando contribuições essenciais para a compreensão do trabalho feminino no Brasil, especialmente pela análise do trabalho doméstico remunerado.

<sup>127</sup> A autora também parte da análise dos “cuidados” e de sua crise.

Para fins ilustrativos, destaca-se que, no Brasil, conforme dados do 4º trimestre de 2022, há cerca de 5,8 milhões de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, das quais 91,4% correspondem a mulheres, sendo 67,3% mulheres negras. Além disso, apenas 24,7% de todas as trabalhadoras(es) domésticas(os) têm carteira assinada - proporção ainda menor no caso das trabalhadoras domésticas negras (24,2%) (DIEESE, 2023b, p. 4; 6; 13). As informações revelam que são as mulheres, principalmente negras, pobres e com baixa escolaridade, aquelas que assumem o trabalho doméstico no país, possibilitando que os homens e que outras mulheres, em geral brancas e com maiores recursos, possam participar dos outros ramos do mercado de trabalho, consoante elucidam Luana Pinheiro, Carolina Tokarski e Marcia Vasconcelos (2020, p. 7).

Aqui, portanto, inserem-se questões relacionadas ao trabalho doméstico assalariado por meio de serviços pessoais, como os realizados por trabalhadoras domésticas ou pessoal de cuidado em casas particulares, o qual - assim como o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho assalariado em setores não produtivos (como nos setores públicos de docentes, enfermagem e limpeza) - não produz valor (mais-valor) para o mercado, mas é também explorado<sup>128</sup> (Arruzza; Bhattacharya, 2020, p. 48).

Conforme análise de Vieira (2020, p. 2.595), no Brasil, verifica-se a existência de limites jurídicos de abrangência relacionados ao emprego doméstico, uma vez que as garantias da Consolidação das Leis do Trabalho não resguardam as trabalhadoras na informalidade ou autônomas, “tendo aplicação restrita em face da quantidade de pessoas em formas precarizadas de trabalho, principalmente nos períodos de crise econômica”; para além dos limites da própria forma jurídica a serviço do sistema capitalista. Há também “limites políticos à efetivação de normas ligadas à provisão serviços públicos para socialização do cuidado”; e mesmo limites ideológicos, considerando raízes sexistas e racistas de algumas normas que reproduzem e reforçam papéis sociais enquanto ocultam o valor do trabalho doméstico das mulheres.

A situação jurídica das trabalhadoras domésticas no Brasil é, historicamente, de exclusão e precarização, evidenciada pela privação da tela de proteção social desde a promulgação da CLT, como ressalta Magda Biavaschi (2017, p. 244) - tendo a categoria permanecido em limbo jurídico, sem direito sequer a salário mínimo e ao reconhecimento previdenciário até a Lei 5.859/1972, quando foi conferido “o mínimo de cidadania jurídica” às

---

<sup>128</sup> O trabalho assalariado de reprodução social que produz valor, como, por exemplo, o das trabalhadoras de redes de alimentação, camareiras, enfermeiras de clínicas privadas, será tratado nesta pesquisa no território da precarização, uma vez que é um trabalho produtivo no sentido da produção de valor sob o capitalismo, como elucidam Arruzza e Bhattacharya (2020, p. 48).

trabalhadoras domésticas. Na prática, contudo, tal dispositivo praticamente “apenas formalizava a exclusão, ao não estender inúmeros direitos trabalhistas clássicos à categoria doméstica”, como o salário mínimo, o 13º salário, aviso-prévio, o descanso semanal remunerado e a garantia à gestante<sup>129</sup> (Delgado, 2019, p. 451; 452).

Embora represente um marco de conquista das trabalhadoras domésticas enquanto sujeitos de direitos trabalhistas, a Lei Complementar 150/2015 – a qual regulamentou amplamente o contrato de trabalho doméstico no Brasil - contém diversos aspectos regressivos, entre os quais: (i) o critério temporal para definir a relação de emprego doméstico, exigindo que o trabalho seja prestado em mais de dois dias na semana e permitindo a figura da diarista; (ii) a consagração do acordo individual de compensação de jornada, desprezada a ação sindical, inclusive na assistência às despedidas e demissões; (iii) a instituição do banco de horas anual, mediante compensação individual, o que permite trabalho em regime de sobrejornada sem recebimento de qualquer hora extra; (iv) as possibilidades de redução do intervalo intrajornada para 30 minutos, mediante acordo individual, de fracionamento e de majoração do intervalo para até 04 horas diárias, em afronta à CLT e à CF; (v) a permissão de viagens com o empregador, violando o artigo 4º da CLT, já que a empregada estará à disposição do empregador, em situação não contemplada pela lei; e (vii) o não condicionamento da validade da demissão à assistência sindical (Biavaschi, 2017, p. 258; 259-260).

Creuza Maria de Oliveira, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em entrevista concedida a Vieira (2018, p. 157), aponta que o trabalho doméstico continua precarizado, o que se dá: por meio da utilização do banco de horas para não pagamento das horas-extras; pela existência da “empregada viajante”, que só recebe 20% a mais do salário, mesmo que à disposição, não recebendo horas-extras nem adicional noturno; e pela figura da trabalhadora diarista, modalidade que isenta o empregador de assinar a carteira de trabalho.

Soma-se às questões relativas ao trabalho doméstico a própria precarização do trabalho produtivo - que afeta especialmente às mulheres - e sua conseqüente redução salarial real, que impedem o acesso a tais serviços oferecidos no mercado pela maioria das trabalhadoras. Dada essa realidade, as mulheres precisam estender a jornada de trabalho ou buscar por múltiplos empregos ou bicos, os quais, por sua vez, dificultam a realização do trabalho de reprodução

---

<sup>129</sup> Sinteticamente, em linha temporal, é importante mencionar também a Lei 11.324/06 e a Emenda Constitucional 72/2013. A primeira estendeu à categoria doméstica: descanso remunerado em feriados; 30 dias corridos de férias e garantia de emprego à gestante desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto. Além disso, “ratificou antiga interpretação jurídica no sentido de ser vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia”. A segunda gerou 16 garantias ou direitos novos à categoria doméstica, “observadas as parcelas de efeito imediato e as dependentes de regulamentação legal” (Delgado, 2019, p. 454; 455).

social não remunerado no lar. Em muitas ocasiões, tais empregos e bicos são trabalhos domésticos ou de cuidados realizados para outros lares, setores da atividade fortemente feminizados, informalizados, racializados e, em muitos países, de composição migrante. Assim, os custos da crise são cobertos por mais horas de trabalho assalariado, por mais horas de trabalho não remunerado ou por meio da contração de dívidas<sup>130</sup> (Varela, 2020b, p. 151).

Logo, considerando todas essas questões relacionadas ao trabalho reprodutivo, inclusive em sua faceta remunerada no trabalho doméstico, verifica-se que é justamente o caráter transversal do trabalho das mulheres as coloca em uma “localização anfíbia entre produção e reprodução”, como defende Varela (2020b, 153). Assim, diferentemente de algumas acepções de “crises de cuidados”<sup>131</sup>, que focalizam unicamente o âmbito doméstico ou comunitário, a crise de reprodução social deve ser compreendida nas três esferas que determinam a (im)possibilidade da reprodução da força de trabalho, o que inclui, para além do trabalho não remunerado no lar e nas comunidades, a esfera do trabalho assalariado e as políticas públicas destinadas à reprodução social (Varela, 2022, p. 59).

Para além, portanto, do trabalho remunerado e não remunerado exercido no território doméstico, é necessário adentrar o território da precarização, onde hoje são realizadas novas formas de organização que geram reivindicações e denúncias (Gago, 2020, p. 222). Nesse ponto, inserem-se questões relacionadas às: (i) condições presentes no mercado de trabalho, tais como os contratos precários, terceirizações e subcontratações; (ii) modificações nas condições de trabalho, como extensão, intensidade e distribuição da jornada laboral, organização do processo trabalhista; e (iii) modificações na organização sindical. Todas essas dimensões têm, como consequência, a queda do salário real e relativo da classe trabalhadora (Varela, 2019, p.

---

<sup>130</sup> Sobre a contração de dívidas, Gago (2020, p. 166) explica que as “finanças capturam hoje, através do endividamento massivo, as fontes de renda salariais e não salariais dos setores populares, classicamente excluídos do imaginário financeiro”. Nesse sentido, no livro *Una lectura feminista de la deuda: ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!*, Lucía Cavallero e Verónica Gago (2019, p. 26) elucidam que “o endividamento generalizado amortiza a crise”, pois faz “com que cada um afrente de maneira individual o aumento de tarifas e ocupe seu tempo em trabalhar cada vez mais por cada vez menos dinheiro”. Nesse cenário, “o próprio fato de viver “produz” dívida”. [No original: “Hoy el endeudamiento generalizado amortiza la crisis. Hace que cada quien afrente de manera individual el aumento de tarifas y deba ocupar su tiempo en trabajar cada vez más por menos dinero. Hoy el hecho mismo de vivir “produce” deuda”]. Compreendendo que a subsistência por si mesma gera dívida, as autoras explicam que as finanças se apoderaram do endividamento popular das economias domésticas e familiares – essas de caráter fortemente feminizado-, fazendo com que os setores mais empobrecidos tenham que se endividar para pagar alimentos, medicamentos e serviços básicos. Assim, o que denominam de “terror financeiro” se torna uma estrutura de obediência que dita o dia a dia e o tempo dos trabalhadores e trabalhadoras, obrigando-os a assumir de maneira individual e privada os custos dos ajustes (Cavallero; Gago, 2019, p. 20; 25).

<sup>131</sup> Em entrevista concedida a Cristina González (2018, p. 224), Nancy Fraser também defende a utilização do termo reprodução social, em detrimento do de cuidado, por ser esse mais amplo do que o último, já que inclui não apenas o trabalho afetivo e emocional, como um trabalho mais material, sendo todas essas formas de assegurar que um lugar, povo, ou família possa desenvolver sua vida.

15) e afetam de maneiras particulares as mulheres trabalhadoras, conforme se evidenciará a seguir.

Outrossim, podem ser incluídas nesse território de análises, as demandas específicas das trabalhadoras, como as relativas ao fim do assédio no trabalho e da desigualdade salarial e as demandas relacionadas aos corpos que gestam, sobre os quais recaem as tarefas reprodutivas neste sistema. Entre essas últimas, incluem-se as reivindicações por condições de trabalho, como creches, direitos e ampliação das licenças maternidade e paternidade. Nesse território serão, portanto, inseridas as questões de precarização que afetam as mulheres no trabalho produtivo – sendo esse relacionado ou não a tarefas de reprodução social – e as demandas específicas das mulheres no mundo do trabalho produtivo.

Conforme evidenciado no tópico 3.2, a crise perpassa dimensões diversas, entre as quais fazem parte a crise da reprodução social ora experienciada, assim como as ofensivas contra a proteção das(os) trabalhadoras(es). Nessa direção,

Com o conjunto de medidas colocadas na agenda das classes proprietárias quando de sua ofensiva contrarrevolucionária preventiva de caráter neoliberal – iniciada em meados dos anos 1970 –, as burguesias nacionais e internacionalizadas apostaram a sobrevida de suas margens de lucro [...] na precarização do trabalho – minando a renda de quem trabalha, terceirizando atividades e salvaguardando a flexibilidade funcional aos interesses capitalistas ante as oscilações do mercado<sup>132</sup> [...] (Seferian, 2020b, p. 2146).

Em relação aos territórios de precarização, conforme Antunes (2009b, p. 233), é possível se observar a implementação de um processo de reestruturação do capital em escala global, acentuado a partir dos anos 1970, com o redesenhar das diversas modalidades de trabalho, precarizadas a fim de recuperar econômica, política e ideologicamente a dominação burguesa. O autor em comento formula que, frente a uma nova fase desconstrução do trabalho sem precedentes, ampliam-se os diversos modos de ser da informalidade e da precarização do trabalho, de maneira que, no atual contexto de crise estrutural do capital, adentra-se uma nova era de precarização estrutural do trabalho em escala global (Antunes, 2011, p. 417).

Nessa era da acumulação flexível, são introduzidas transformações a partir da ruptura com o padrão fordista, que engendraram outro modo de trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho visando a atender às exigências do processo de

---

<sup>132</sup> Sobrevida das margens de lucro também buscada pela “corrosão dos serviços públicos – com consequente destinação dos fundos voltados a tais finalidades ao pagamento de ativos financeiros” e “na permissividade com o avanço da mercadorização da natureza – com vistas grossas às infrações ambientais, flexibilização de marcos protetivos do meio ambiente e condescendência com a mercadorização da vida por meio de patentes e outros recursos” (Seferian, 2020b, p. 2146).

financeirização da economia<sup>133</sup>, entre as quais são exemplos: (i) a vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais; (ii) a intensificação do trabalho e terceirização; (iii) a insegurança e saúde no trabalho; (iv) a perda das identidades individual e coletiva; (v) a fragilização da organização dos trabalhadores; e (vi) a condenação e o descarte do Direito do Trabalho. Tais metamorfoses, explicitadas nas diversas dimensões do processo de precarização social do trabalho, reconfiguraram e redefinem uma precarização que é antiga e moderna no Brasil – “país tradicionalmente marcado pelo trabalho precário em todas as suas dimensões, cuja origem maior está no trabalho escravo e nas formas assumidas pela sua transição ao trabalho assalariado”, como explica Graça Druck (2011, p. 40; 45; 46; 47; 48; 50; 53).

Considerando ainda a divisão sexual do trabalho, Antunes (2009a, p. 105; 107; 108; 109), aponta que as atividades dotadas de menor qualificação - mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo - são principalmente destinadas às mulheres trabalhadoras e, frequentemente, aos trabalhadores(as) imigrantes e negros(as). Conseqüentemente, a expansão do trabalho feminino pode ser observada sobretudo nos trabalhos mais precarizados, como no regime de tempo parcial (marcados pela informalidade), com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens e jornadas de trabalho mais prolongadas. Ademais, há a efetivação de uma construção social sexuada, pela qual homens e mulheres trabalhadores são, desde os âmbitos familiar e escolar, “diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho”. Desse modo, o capitalismo se apropria desigualmente dessa divisão sexual do trabalho, incorporando o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho, inclusive no que se refere à “polivalência e multiatividade do trabalho feminino” exercido no âmbito doméstico, como linha argumentativa demonstrada neste trabalho.

Em encontro a tais considerações, a pesquisa de José Dari Krein e Bárbara Castro (2015, p. 6-7) analisando o cenário presente no Brasil nos anos 2000 sustentou que a divisão sexual do trabalho não se coloca tão somente “no plano mais binário de separação entre trabalho produtivo e reprodutivo”, mas é reposta também na própria esfera produtiva<sup>134</sup>. Nessa chave, verifica-se que as mulheres tradicionalmente ocupam nichos específicos do mercado de trabalho - relacionados justamente às tarefas do cuidado, como educação e humanidades – as quais

---

<sup>133</sup> Conforme Druck (2011, p. 40), por meio desse processo, a esfera financeira passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando e contaminando todas as práticas produtivas e os modos de gestão do trabalho.

<sup>134</sup> Sara Diniz Nascimento (2014, p. 41; 47) igualmente aponta que a divisão sexual do trabalho perpassa tanto a esfera reprodutiva quanto a produtiva, sustentando e estruturando as relações desiguais de gênero. Tais desigualdades seriam, assim, incorporadas pelo capital como mecanismo de elevação dos lucros e domínio ideológico e social.

registram os menores rendimentos médios do mercado. Outrossim, a obrigatoriedade social da realização das tarefas reprodutivas auxilia na compreensão da posição que as mulheres ocupam no capitalismo flexível (como nas jornadas parciais, nos contratos temporários e no trabalho a domicílio). Muitas vezes vendidos pelas empresas como políticas de trabalho e família, tais modalidades oferecem, na verdade, trabalhos precários que permitem que as mulheres possam cumprir com papéis sociais de gênero, como cuidar da casa e dos filhos, em detrimento de políticas públicas voltadas para a conciliação do trabalho e família de maneira compartilhada.

Por esse ponto de vista, os autores concluem que:

A exigência do cumprimento de um determinado papel social mostra uma tendência de não apenas se concentrar em atividades socialmente associadas às habilidades femininas, mas também de conciliar trabalho pago e não pago. Nesta perspectiva, a flexibilização apresenta um viés de gênero muito forte, na medida em que possui uma dupla dimensão: 1) facilita a inserção das mulheres no mercado de trabalho, reforçando e naturalizando a responsabilidade das mulheres conciliarem trabalho e família; 2) legitima as formas de contratação flexível, que tendem a constituir um mercado de trabalho mais precário, de maior insegurança e menor proteção social (Krein; Castro, 2015, p. 23).

Esse processo de precarização em curso adquire, com a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), novas dimensões<sup>135</sup>, também com consequências importantes no que se refere ao trabalho exercido pelas mulheres. Segundo Krein (2018, p. 78; 80), a reforma reflete uma agenda muito presente nos últimos vinte anos, pela qual se busca coadunar as relações de emprego com a ordem política e econômica vigente, mas que impressiona por sua dimensão e celeridade na tramitação<sup>136</sup>, podendo ser considerada um verdadeiro desmonte de direitos.

Como explica Seferian (2019b, p. 72; 92) a consolidação do projeto político-econômico de matriz neoliberal colocado explicitamente em curso nos anos 90 no Brasil ocasionou um conjunto de transformações na estruturação do Estado, atingindo, por certo, o Poder Judiciário e a Justiça do Trabalho. Especialmente a partir da “Reforma” do Judiciário (EC 45/2004), despontam mais intensamente remodelações normativo-laborais e institucionais em prol de funcionalizar “a ‘solução’ de conflitos laborais ao interesse do capital financeiro”. Nessa lógica, as contrarreformas processuais-trabalhistas se associam a tais movimentações e à dominância crescente da finança na era neoliberal, sinalizando tanto uma perspectiva ampliada da

<sup>135</sup> Para Druck, Dutra e Silva (2019, p. 293): “Trata-se de reforma que supera, em muito, o viés liberalizante que já se observara na década de 1990, seja pela amplitude das modificações propostas, seja pelo grau de ruptura com os pilares do sistema normativo anteriormente vigente”.

<sup>136</sup> O processo legislativo que culminou na aprovação das Leis nº 13.429/2017 e 13.467/2017 – “diplomas normativos que tratam, respectivamente, da terceirização irrestrita e do conjunto mais amplo de modificações legislativas” denominada “reforma trabalhista” - teve duração de apenas três meses, em que se destaca “a ausência de participação do movimento sindical e da sociedade civil organizada na discussão e tramitação desses projetos, que não foram objeto sequer de emendas parlamentares” (Druck; Dutra; Silva, 2019, p. 291).

mercantilização da solução de conflitos trabalhistas, quanto da funcionalização financeira do processo e da Justiça do Trabalho.

A aprovação da Lei 13.467, em julho de 2017, foi possível, segundo Graça Druck, Renata Dutra e Selma Cristina Silva (2019, p. 293) devido à conjuntura, internacional e nacional, “favorável à ofensiva de desmonte dos direitos sociais e trabalhistas”, cuja essência, no Brasil, deve ser compreendida nos complexos processos de fragilização da classe trabalhadora “como expressão da ação classista do capital contra uma classe trabalhadora”, assim como em um “quadro de excepcionalidade, em que as instituições da democracia representativa se encontram em crise” – com decisões sem respaldo popular ou diálogo com manifestações públicas e greves. Ademais, insere-se nessa conjuntura o aval de um “Poder Judiciário amoldado à ideia de conservação da ordem”.

Nesse sentido, a partir da compreensão da reforma ao mesmo tempo como “consequência e expressão de um conjunto de outras mudanças em curso, que redesenham a estrutura e o tecido social brasileiro”, Krein (2018, p. 80; 87; 88) destaca a modificação de “elementos centrais da relação de emprego e das instituições responsáveis pela normatização e efetivação das relações de trabalho”, assim como a instituição de dispositivos que reduzem os custos para o empregador e facilitam a dispensa dos trabalhadores.

Em relação ao contrato de trabalho, o autor sistematiza as seguintes alterações, com a permissividade de diferentes modalidades de contratações atípicas, temporárias e mais precárias, verificadas: (i) na “ampliação do contrato a tempo parcial para até 32 horas semanais, inclusive admitindo horas extraordinárias”; (ii) na “introdução do contrato intermitente, que proporciona liberdade para a empresa contratar somente pela jornada que o trabalhador efetivamente trabalhar, podendo apresentar grande descontinuidade”; (iii) na “extensão da contratação temporária para até 270 dias no ano”; e (iv) na “desfiguração da relação de emprego disfarçada com a possibilidade da contratação do autônomo de forma continuada” (Krein, 2018, p. 88). A partir de tais modalidades precárias e atípicas, a reforma trabalhista implode com a garantia do salário mínimo, abrindo margem a um “processo de pauperização ainda mais significativo da classe trabalhadora” (Druck, Dutra, Silva, 2019, p. 296).

No que se refere à jornada de trabalho, as medidas flexibilizadoras consistiram: (i) na ampliação dos mecanismos de compensação das jornadas por meio do banco de horas com uma limitação frágil da jornada diária ou semanal, facultando a realização de acordos individuais; (ii) na regulamentação da jornada de 12 × 36 horas para todos os setores; (iii) no fim da necessidade da empresa comunicar as autoridades competentes sobre a extensão de jornada diária por “necessidade imperiosa”; (iv) na livre negociação com o empregador das pausas para

amamentação; e (v) na possibilidade de parcelamento de férias em até três períodos. Acrescentam-se ainda as mudanças visando à redução dos custos de eventuais tempos não trabalhados e de intensificação dos ritmos por meio: (i) do não cômputo das horas *in itinere* na jornada paga; (ii) da desconsideração das atividades preparatórias (tais como a vestimenta do uniforme, os exercícios, as atividades de comunicação e aviso jornada) como tempo efetivamente trabalhado; (iii) da possibilidade de negociação de redução do intervalo da refeição para menos de 1 hora; e (iv) da não previsão de pagamento de horas extraordinárias no caso de teletrabalho (Krein, 2018, p. 89).

Para além de todas as modificações mencionadas, a nova legislação afeta direta e indiretamente o sistema de organização sindical e representação coletiva dos trabalhadores, buscando enfraquecer os sindicatos e estimular um processo de descentralização na definição das regras que regem a relação de emprego, especialmente, por meio da prevalência do negociado sobre o legislado; do estrangulamento financeiro dos sindicatos; da possibilidade da negociação individual; da retirada da função do sindicato de supervisionar as homologações dos trabalhadores com mais de um ano no emprego; e da eliminação da ultratividade (Krein, 2018, p. 92).

Destaca-se que a reforma acaba por contestar o paradigma protetivo dos trabalhadores, desenvolvido em razão de sua condição de hipossuficiência – o que coloca em risco a própria feição ontológica do Direito do Trabalho. Tal objetivo é materializado por meio da dificuldade do acesso à Justiça do Trabalho, que passa a ser colocada em um simples papel de homologadora do negociado sobre o legislado; pela admissão da autonomia privada da vontade; pela admissibilidade da negociação coletiva em prejuízo do trabalhador e pela a desestruturação da categoria do emprego como categoria central do direito do trabalho que propicia a fruição do conjunto de direitos assegurados pela CLT (Druck; Dutra; Silva, 2019, p. 294; 295).

Nessa desestruturação, encontra-se a bizarra figura já brevemente mencionada do empregado intermitente<sup>137</sup> sobre o qual recai o risco das oscilações da atividade empresarial e a figura do trabalhador “hipersuficiente”<sup>138</sup>, que tem a ideia de vulnerabilidade relativizada em

---

<sup>137</sup> Sua definição está no § 3º do art. 443 da CLT, segundo o qual “considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria” (Severo; Souto Maior, 2017, p. 68). Nessa modalidade, o empregado é “contratado sem previsão de jornada e de remuneração”, devendo ficar à disposição do empregador para recrutá-lo quando sua atividade econômica demandar, sem ser, contudo, remunerado pela disponibilidade (Druck, Dutra; Silva, 2019, p. 296).

<sup>138</sup> Nessa categorização se encontra o trabalhador que recebe remuneração superior ao dobro do teto da Previdência Social e que possui nível superior completo, consoante art. 444, CLT. Para Severo e Souto Maior (2017, p. 98-99), a introdução de espaços para a autonomia da vontade individual perde força jurídica frente à autonomia da

função da faixa salarial por ele ocupada e da sua formação escolar, de modo que pode negociar as mesmas temáticas que o sindicato, inclusive em seu prejuízo (Druck; Dutra; Silva, 2019, p. 296).

Necessário tratar ainda acerca da modalidade de gestão e organização do trabalho denominada como terceirização. Comumente “conceituada como a transferência de parte do processo produtivo de uma empresa, a contratante”, para outra organização - a contratada ou “terceirizada” sob o argumento de aumento na qualidade de produtos, serviços e maior eficiência, vez que

a contratante passaria a focar as atividades em que seria especializada, deixando de realizar aquelas menos importantes para seus propósitos. A contratada, por sua vez, teria justamente nessas áreas o seu foco, ou seja, seria supostamente especializada nas atividades que foram sujeitas à terceirização (Filgueiras; Cavalcante, 2015, p. 17).

Todavia, a essência do controle de fato do processo produtivo das atividades terceirizadas não é alterado - continua sendo da empresa contratante - o que invariavelmente pressupõe a gestão da força de trabalho empregada. Portanto, a terceirização não significa externalização de fato de atividades da produção, consiste na contratação diferenciada da força de trabalho por parte da empresa tomadora de serviços visando à redução de custos e/ou à externalização de conflitos trabalhistas. Gera produtividade espúria, recrudescimento da subsunção do trabalho, flexibilidade e externalização de diversos riscos aos trabalhadores (Filgueiras; Cavalcante, 2015, p. 18; 19).

Logo, a terceirização, na verdade, consiste no “processo de valorização do capital através de organização e gestão do trabalho, sem admissão da relação contratual com os trabalhadores em atividade, com o uso de um ente interposto” – o se expressa em diferentes modalidades como “pejotização”, cooperativas de trabalho e agência de emprego (Filgueiras; Cavalcante, 2015, p. 23).

A Lei 13.429/17, que alterou disposições da Lei 6.019/74 (lei do trabalho temporário), e a “reforma” trabalhista ampliaram as possibilidades do uso da terceirização para todos os setores da economia, em descarte dos freios e limites colocados por entendimentos sumulados do TST, especificamente a Súmula 331, de 1993, a qual reconhece como legítima a terceirização apenas de atividades não essenciais à contratante principal, as atividades-meio, vedando-a nas atividades-fim, permanentemente necessárias à tomadora, esta subsidiariamente

---

vontade coletiva, alçada ao status de princípio nos termos da própria lei. Ademais, contraria os preceitos fundamentais do Direito do Trabalho de irrenunciabilidade e de não distinção entre trabalho intelectual e manual.

responsável pelos direitos dos terceirizados nas terceirizações “lícitas”<sup>139</sup>, como elucidam Magda Biavaschi, Alisson Droppa e Ana Cristina Alves (2021, p. 96-97).

O trabalho terceirizado engendra salários menores, jornadas mais extensas e menor resguardo de direitos e benefício, além de uma maior incidência tanto de adoecimentos quanto de mortalidade, seja comparando setores diferentes, seja cotejando funções num mesmo setor - o que ocorre mesmo quando se analisam as mesmas funções e os mesmos postos de trabalho, que potencialmente deveriam causar os mesmos riscos (Filgueiras; Cavalcante, 2015, p. 25; 27).

Por fim, dentre as diversas alterações promovidas pela reforma, verifica-se que o acesso à justiça foi dificultado, dada a possibilidade de responsabilização dos trabalhadores pelos custos do processo - como honorários e perícias-, bem como pela ampliação das possibilidades de multa ao chamado “litigante de má-fé” e pela instituição de custas judiciais ao trabalhador que faltar à audiência (Druck; Dutra; Silva, 2019, p. 297).

Assim, substancialmente alterado pela Lei 13.467/2017, no Brasil, o Direito do Trabalho vive, conforme José Antônio Peres Gediel e Lawrence Estivalet de Mello (2020, p. 2240), um “momento de acirrado enfrentamento do desmantelamento de seus marcos regulatórios construídos em torno do mundo do trabalho assalariado”, assim como “a desintegração do sistema jurídico normativo de proteção” – “forma de regulação jurídica típica das políticas neoliberais, com o Direito legitimando, por meio de normas, as situações de fatos já existentes nas relações trabalhistas precarizadas em virtude das políticas de austeridade e do desemprego estrutural”<sup>140</sup>.

Nessa direção, verifica-se que:

Não sendo possível avançar a dominância mercantil, ao menos sem riscos cataclísmicos, junto ao *front* posto pela natureza que nos é externa – o que convencionalmente tratamos por meio ambiente –, passa a ampliação da exploração da força de trabalho a ser o direcionamento ofensivo capitalista em busca de alguma sobrevida. O Direito do Trabalho como conhecemos – capitalista que é – deixa de ser funcional à ordem burguesa e por ela é rifado. Não é por outra razão que a

---

<sup>139</sup> Para Severo e Souto Maior (2017, p. 42), a terceirização é uma máscara, pois o vínculo de trabalho segue sendo exatamente o mesmo – não sendo alterado pelas fórmulas “tomador dos serviços, empresa cliente, prestadora, terceirizados”. Nesse sentido, dentro do processo de trabalho “não se sustenta a divisão em atividade-fim ou atividade-meio, na medida em que é justamente a congregação de todas as atividades necessárias à consecução do empreendimento que o torna não apenas viável, mas lucrativo”: limpeza, conservação, vigilância, montagem e sistematização tecnológica são todas as tarefas que se fazem necessárias à realização de um produto ou serviço.

<sup>140</sup> Esse panorama recebe respaldo, inclusive da Corte Constitucional brasileira, que, em decisão por maioria, “fez prevalecer o texto da reforma, maximizando, também, numa linha de argumentação neoliberal, a liberdade individual dos trabalhadores, em detrimento dos debates constitucionais sobre os demais pilares da nossa estrutura sindical, notadamente a persistência da unicidade sindical [...] e a persistência da obrigatoriedade de o sindicato representar indistintamente os sindicalizados e os não sindicalizados da categoria respectiva” (Druck; Dutra; Silva, 2019, p. 296).

contrarrevolução preventiva de matiz neoliberal coloca em sua agenda prioritária a flexibilização precarizadora do Direito do Trabalho, o que se dá em praticamente todos os rincões do globo<sup>141</sup> (Seferian, 2019c, p. 95).

Para Aldacy Rachid Coutinho (2017, p. 17; 18), o momento é de desmantelamento dos marcos regulatórios construídos em torno do mundo do trabalho assalariado e de “desintegração do sistema jurídico normativo de proteção”, cujas investidas são perpetradas tanto pelo Poder Legislativo, como se verificou com a aprovação da Reforma Trabalhista pela Lei Ordinária nº 13.467/2017, quanto pelo Poder Executivo, das quais são exemplos o encaminhamento de Projetos de Lei como o PL nº 4.302, que deu origem à Lei Ordinária nº 13.429/2017 (trabalho temporário e terceirização) e a edição de medidas provisórias.

Afirma-se aqui o entendimento de que o Direito do Trabalho é, consoante Gustavo Seferian (2017, p. 82), “irredutível ao discurso da crise”, qual seja,

todo o repertório argumentativo que, no intuito de alarmar inveridicamente e atemorizar as classes trabalhadoras – medo da inflação, medo da perda de suas poucas propriedades individuais, medo do novo, e sobretudo o medo do desemprego – justifica e referenda a ofensiva burguesa sobre direitos historicamente conquistados por meio da luta de classe obreira.

Por isso, ao se afirmar que o Direito do Trabalho está em crise, não se endossa, de modo algum, “o discurso neoliberal que prima pelo desmonte do instrumental protetivo da classe trabalhadora”. Pelo contrário, coaduna-se com aquelas e aqueles que avaliam que o Direito do Trabalho, inserido nessa intrincada e complexa relação com a ordem produtiva capitalista, está sujeito “às mesmas fragilidades – ainda que guardadas suas particularidades – que as demais estruturas constitutivas do aparato de Estado burguês” (Seferian, 2022, p. 230- 231).

Nessa trilha, ao Direito do Trabalho deve ser conferido um papel tático nas lutas colocadas pelas classes trabalhadoras, cuja teleologia legislativa deve ser lida como “particularidade conferida à regulamentação das relações de trabalho no bojo do capitalismo que proporciona a proteção do proletariado, visando à melhoria das condições econômicas, sociais e, sobretudo, político-revolucionárias das trabalhadoras e trabalhadores” (Seferian, 2017, p. 270; 326).

Entende-se, assim, que tal conjuntura – no Brasil refletida no contexto das reformas estruturais, a exemplo da trabalhista, a qual alcança o cerne desta pesquisa, e previdenciária, que é aqui tangenciada pontualmente vez que guarda efeitos significativos em relação ao

---

<sup>141</sup> Transformações que atingem de forma desigual as legislações dos diversos países, devido às peculiaridades históricas das relações de trabalho de cada um, à desigualdade social interna e à posição que ocupam no mundo globalizado (Dutra; Lima, 2020, p. 471).

trabalho reprodutivo<sup>142</sup> - atinge diretamente trabalhadores e trabalhadoras também “com vínculo formal, e vem combinado com uma estratégia de empreendedorismo, em que o contrato de trabalho é substituído por contratos de prestação de serviços ou pela simples relação mercantil”. Nesse âmbito, busca-se legitimar uma “autonomia contratual” que, na verdade, “resulta em prejuízos financeiros, políticos e existenciais à parte contratante mais fraca” (Gediel; Mello, 2020, p. 2.256),

Tais modificações na legislação trabalhista, por meio, por exemplo, das mencionadas figuras do trabalho a tempo parcial e o trabalho intermitente - atingem diretamente as trabalhadoras. Como exemplo, cita-se a alteração no artigo 58-A, que trata do trabalho em regime de tempo parcial, aumentando a jornada de 25 para até 30 horas semanais, resultando em um processo de intensificação da jornada - uma das principais causas de adoecimento das(os) trabalhadoras(es) (Martins; Raposo; Carvalho, 2019, p. 136; 143).

Como explica Severo (2020, p. 264):

Ao mesmo tempo em que permite extensão da jornada, a Lei 13.467/2017 revoga os artigos 372 parágrafo único; 384; 385 e 386 da CLT, do Capítulo III: Da Proteção do Trabalho da Mulher, evidenciando a clara opção por eliminar discriminações positivas e tornar a condição de trabalho da mulher ainda mais penosa e nociva à saúde.

Pela introdução do artigo 394-A, a reforma dispôs que a gestante ou lactante deveria ser afastada do trabalho insalubre apenas quando levasse atestado médico para a empresa<sup>143</sup> (Severo, 2020, p. 264).

Felizmente, a decisão da ADI 5938 “instaurou a proteção da gestante e lactante anteriormente prevista, afastando-as em todas as circunstâncias de toda forma de trabalho

<sup>142</sup> Sobre esse aspecto, Serap Saritas Oran (2023[2017], p. 262; 263; 269) explica que “a individualização trazida pela financeirização transforma direitos sociais em dívidas e beneficiários em devedores”, de forma que os direitos passam a ser entendidos como ativos financeiros. Nesse panorama, as recentes reformas previdenciárias mundo afora exacerbam os problemas relacionados à reprodução social de grupos desfavorecidos da classe trabalhadora, fazendo com que as trabalhadoras assumam cada vez mais responsabilidade pelo cuidado dos mais velhos, enquanto os recursos para sua própria reprodução são cada vez mais limitados.

<sup>143</sup> Com a seguinte redação: Art. 394-A. Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de Insalubridade, a empregada deverá ser afastada de: I – atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação; II – atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação; III – atividades consideradas insalubres em qualquer grau, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a lactação. § 2º Cabe à empresa pagar o adicional de Insalubridade à gestante ou à lactante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, por ocasião do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço. § 3º Quando não for possível que a gestante ou a lactante afastada nos termos do caput deste artigo exerça suas atividades em local salubre na empresa, a hipótese será considerada como gravidez de risco e ensejará a percepção de salário-maternidade, nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, durante todo o período de afastamento (Severo; Souto Maior, 2017, p. 97).

insalubre, em qualquer grau”, modificando os incisos II e III do art. 394-A da CLT<sup>144</sup>. Entretanto, tal decisão que supostamente protegeria a mulher, a maternidade, o feto e o bebê foi realizada “nos escombros de todo o suporte material que lhe deveria ser dado pela regulação social e do trabalho”, camuflando-se “de exceção no contexto da destruição sistemática das garantias do trabalho, afiançada pelo próprio STF em larga medida” (Nicoli; Vieira, 2021, p. 199; 212).

Em análise da decisão, Nicoli e Vieira (2021, p. 199; 205; 207; 209; 212) verificaram que essa se comunica com diversas outras decisões que “negam a substância da igualdade no trabalho, também para mulheres”. Destacam do acórdão: o conservadorismo dos argumentos – buscando proteger a maternidade, e não a pessoa trabalhadora; a instrumentalização da teoria feminista – reproduzindo estereótipos rejeitados pelas feministas, como a naturalização da maternidade e a essencialização dos corpos das mulheres; e a desconsideração da teoria juslaboral sobre saúde e segurança do trabalho – já que “a distinção entre graus máximo, médio e mínimo de insalubridade está calcada em uma separação escalonada que pouco condiz com a realidade”.

Concluem, nesse seguimento, que, embora reconheça algumas das pautas de gênero, ao referendar sistematicamente a Reforma Trabalhista e o ataque aos direitos sociais, o STF

deixa de reconhecer que igualdade de gênero para mulheres trabalhadoras se dá não só com direitos ditos “de mulheres”, em dimensões específicas, mas especialmente com garantias sociais sólidas, que permitam a entrada e permanência igualitária no trabalho, uma divisão equilibrada dos deveres de cuidado, um sistema de proteção social atento ao gênero (Nicoli; Vieira, 2021, p. 213).

Além disso, o §3º do art. 394 foi indevidamente mantido, pois não se trata de gravidez de risco, mas de um ambiente de risco, e, como consequência, “em lugar de promover a proteção às mulheres, alguns empregadores apenas determinaram o afastamento do trabalho, sem remuneração” (Severo, 2020, p. 264).

No que se refere ainda a demandas relacionadas mais especificamente a gênero, Severo (2020, p. 266) ressalta que “ao dificultar e mesmo impedir o acesso à justiça, a ‘reforma’ trabalhista acaba invisibilizando os casos de assédio sexual, dos quais as vítimas são invariavelmente mulheres”. Nesses casos, a possibilidade de condenação, em caso de improcedência, das autoras da demanda ao pagamento de custas, honorários para o advogado

---

<sup>144</sup> Cujá redação passou a ser: “Art. 394-A. Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de: I - atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação; II - atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo; III - atividades consideradas insalubres em qualquer grau” (Nicoli; Vieira, 2021, p. 198-199).

da empresa e honorários de perito - ainda que beneficiárias da gratuidade da justiça - pode fazer com que “a trabalhadora, em razão da dificuldade de comprovar sua versão dos fatos, não apenas deixe de ser indenizada pela violência sofrida, mas também seja condenada a pagar valores ao seu agressor”. Sabe-se que os casos de assédio sexual são, via de regra, realizados quando não há presença de testemunhas, o que dificulta a produção da prova, de modo que se verifica “a redução significativa do número de demandas que discutem situações de assédio, sem evidentemente coibir a sua prática”.

Ainda entre as demandas importantes pautadas pelas mulheres, encontra-se a reivindicação por creches - considerada como um direito trabalhista de “trabalhadoras mães e de crianças bem pequenas” desde a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, então como uma obrigação das empresas que empregavam mais de 30 mulheres acima de 16 anos (Teles, 2015, p. 22).

Referida pauta obteve destaque, pois tanto as militantes feministas quanto as operárias da periferia precisam de condições adequadas para cuidarem de seus filhos enquanto trabalham e, no decorrer dessa luta, “o próprio feminismo descobriu que a creche é um direito da criança pequena à educação”, para além de um direito das mulheres trabalhadoras e um direito dos trabalhadores em geral. Nesse sentido, a creche “levanta questões relacionadas aos cuidados com as crianças pequenas e sua socialização” e “não só libera a força de trabalho feminino, mas facilita condições para o acesso à autonomia das mulheres” (Teles, 2015, p. 27; 28; 29).

Alçada à direito constitucional em 1988, a creche “se tornou um direito da criança pequena de 0 a 6 anos à educação”, porém existem inúmeras dificuldades na efetivação desse direito que passam por um “maior número de creches<sup>145</sup>, com qualidade no atendimento, nos cuidados, na assistência e na formação e no desenvolvimento de crianças e suas famílias”, assim como pelo enfrentamento da burocratização da bandeira pelas políticas sociais. Assim, verifica-se a “necessidade de serem reinventadas ações e medidas políticas que coloquem a creche como o centro de um processo de transformação social para que possamos nos aproximar de uma sociedade justa e igualitária” (Teles, 2015, p. 30; 32).

---

<sup>145</sup> Conforme dados do *Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação de 2022*, para se atingir a Meta 1 do Plano, qual seja, “a cobertura de educação infantil no Brasil deve ser ampliada de modo que, até o final da vigência do plano, seja alcançada a universalização do atendimento na faixa etária de 4 a 5 anos de idade e, de outro, a cobertura de, pelo menos, 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade”, era “necessária a inclusão de cerca de 1,4 milhão de crianças de 0 a 3 anos em creches e de cerca de 300 mil crianças de 4 a 5 anos na pré-escola”. Nesse âmbito, “permanece a necessidade de políticas para estimular os municípios a atenderem com prioridade, em creches, as crianças do grupo de renda mais baixa, em virtude da maior demanda nesse grupo” (INEP, 2022, p. 13; 33).

Outra reivindicação importante pautada pelas mulheres também desde os debates que antecederam à Constituinte eram ainda a licença paternidade, entoada na campanha nacional de que “o filho não é só da mãe” e a exigência de ampliação da licença-maternidade para 120 dias (Teles, 2015, p. 30).

A Constituição de 1988 ampliou o escopo da proteção e a duração das licenças para o trabalho formalizado, garantindo a “estabilidade no emprego para as empregadas grávidas (desde a confirmação da gestação até cinco meses após o parto) e ampliando o período da licença maternidade de 84 para 120 dias, com remuneração integral e paga pelo INSS”. A licença paternidade foi ampliada de 1 para 5 dias, porém continuou sendo custeada pelo empregador - “como já ocorria desde a CLT de 1943, quando o pai tinha direito a apenas um dia de dispensa ao trabalho em razão de providenciar o registro civil do filho”. Tal disparidade entre o tempo de licença para mulheres e homens demonstra que essas políticas são dissociadas por sexo e centradas na figura materna, como indicam Bila Sorj e Alexandre Fraga (2022, p. 4).

Em 2008, houve outro marco político e legal relevante das licenças maternidade e paternidade, com a instituição do “Programa Empresa Cidadã” pela Lei n. 11.770/2008. Por essa medida, a licença maternidade foi prorrogada de 120 para 180 dias e a licença paternidade de 5 para 20 dias<sup>146</sup>, com remuneração integral, sendo a aplicação voluntária por parte da empresa, que recebe, como benefício, a dedução nos impostos, “como despesa operacional, do valor integral pago durante o prolongamento do período de licença” (Sorj; Fraga, 2022, p. 7). Ademais,

Mesmo naquelas que decidam prorrogar as licenças maternidade e paternidade, a opção de aceitar ou recusar essa extensão depende inteiramente da escolha da empregada e do empregado. Assim, enquanto o direito às licenças prescrito na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 e na Constituição de 1988 tinha um caráter obrigatório para todos os contratos de trabalho formalizados, a nova lei tornou a sua aplicação obrigatória apenas para o setor público federal e discricionária das empresas para o setor privado (Sorj; Fraga, 2022, p. 7).

Desse modo, os benefícios das licenças estendidas tornaram-se uma prerrogativa empresarial e o direito de usufruí-los uma decisão individual dos empregados. Portanto, para além das desigualdades já contidas nas legislações anteriores, referido programa introduziu uma diferenciação entre os próprios trabalhadores formalizados do setor privado e validou a

---

<sup>146</sup> Nesse caso, “para obter o benefício, a licença paternidade segue a lógica das condicionalidades, isto é, o pai tem que provar ser merecedor da licença mediante participação em atividade de orientação sobre paternidade responsável, oferecida por cursos on-line com duração, em média, de 12 horas” (Sorj; Fraga, 2022, p. 7)

possibilidade de negociação direta entre empregados e empregadores dos benefícios. Conclui-se que, “baseadas em diferenciações de capacidade contributiva, de tipo de inserção no mercado de trabalho e de tempo a ser usufruído pelo pai e pela mãe”, as leis em comento tornaram as licenças desiguais já em sua origem (Sorj; Fraga, 2022, p. 7).

Na seara de crise e precarização aqui evidenciada, importa, por fim, explicitar os dados que evidenciam como as mulheres trabalhadoras são afetadas na atualidade. Consoante dados de 2019, cerca de um terço das mulheres (29,6%) estava ocupada em tempo parcial (até 30 horas semanais de trabalho), o que representa quase o dobro em relação ao verificado para os homens (15,6%). As mulheres pretas ou pardas eram as que mais exerciam o trabalho parcial, o que representava 32,7% do total, contra 26,0% das mulheres brancas. Nesse contexto, a necessidade de se conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos e cuidados não remunerados, em muitos casos, impacta na inserção das mulheres no mercado, que ocupam trabalhos com carga horária reduzida (IBGE, 2021, p. 4).

No que se refere à terceirização, Rachel Gouveia Passos e Cláudia Mazzei Nogueira (2018, p. 489) indicam que:

Existe uma preponderância de que estes trabalhos terceirizados tanto no setor público quanto no privado, sejam aqueles voltados ao segmento da prestação de serviços, que de certa forma, apresentam características como a baixa remuneração, trabalhos repetitivos, pouca exigência de qualificação, etc., como os setores de limpeza e zeladoria, onde exatamente as mulheres estão mais inseridas<sup>147</sup>.

Desse modo, a necessidade do capital de explorar cada vez mais trabalho sob condições de ultraprecarização vigora também com intensidade nos setores “feminizados” do mercado de trabalho, por meio das jornadas parciais, de salários baixos, baixos índices de sindicalização e intensificação das jornadas e péssimas condições de trabalho - tudo isso ao mesmo tempo em que se dificultam as condições de reprodução (Varela, 2020, p. 90).

Além disso, em 2019, as mulheres receberam 77,7% do rendimento dos homens, mesmo sendo mais instruídas. Inclusive, a desigualdade de rendimentos do trabalho foi maior entre as pessoas inseridas nos grupos ocupacionais que auferem maiores rendimentos, como diretores e gerentes - grupo em que as mulheres receberam 61,9% do rendimento dos homens - e

---

<sup>147</sup>As autoras citam importantes pesquisas para sustentar tal afirmação: a pesquisa de doutoramento de Passos (2016), que identificou que das 258 trabalhadoras terceirizadas, 72% eram negras entre as cuidadoras dos serviços residenciais terapêuticos do município do Rio de Janeiro no ano de 2014; o estudo de Lima e Carvalho (2016) com merendeiras terceirizadas que atuam no Colégio Pedro II, no campus de Realengo/RJ nos anos de 2014- 2015, que identificou que a maioria era negra e moradora da periferia; a pesquisa de Patrícia Galvão que assinala que, em relação aos serviços de limpeza, majoritariamente já terceirizados, a maioria das trabalhadoras que exercem essa função são negras; e a pesquisa de Diana Assunção (2013) segundo a qual a maioria dos terceirizados que exercem a função de limpeza na Universidade de São Paulo são mulheres e moradoras das favelas do entorno da universidade (Passos; Nogueira, 2018, p. 490).

profissionais das ciências e intelectuais, em que tal percentual foi de 63,6% (IBGE, 2021, p. 4). Conforme dados do terceiro trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), o rendimento médio real mensal das mulheres ocupadas era 21% menor do que o dos homens, 43% das mulheres das mulheres ocupadas ganhavam até um salário mínimo, das quais 52,7% negras (DIEESE, 2023a).

Ademais, os dados da mesma pesquisa revelam que 43,3% das mulheres ocupadas trabalhavam como informais (sem carteira e sem CNPJ), sendo as taxas de subocupação e desocupação maiores entre as mulheres negras. As mulheres negras correspondem também ao maior número entre as mulheres desalentadas - mulheres que gostariam de trabalhar, mas que desistiram de procurar emprego porque acham que não vão encontrar, sendo essas 1,6 milhões, contra 672 mil não negras (DIEESE, 2023a).

Como demonstram dados do IBGE (2021, p. 12), a maior parte das mulheres se forma em cursos relacionados a cuidados e bem-estar, em profissões como professoras, assistentes sociais, enfermeiras: nas áreas de Bem-Estar, a qual inclui cursos como Serviço social, a participação feminina nas matrículas totalizou 88,3% em 2019 (IBGE, p. 6, 2021). Conforme compilação de dados em infográfico disponibilizado pela DIEESE (2023a)<sup>148</sup>, em 2022, as mulheres representavam 75% dos ocupados nos serviços de educação, saúde e serviços sociais e recebiam 32% menos em tais ocupações.

Acerca dos setores mercantilizados da reprodução social, especialmente, há uma particularidade importante destacada por Varela (2020a, p. 90): na medida em que a reprodução da força de trabalho é, nesse caso, exógena e endógena ao lugar da produção, combina elementos próprios do “trabalho assalariado” - como local de trabalho com concentração de trabalhadores, possibilidade de negociação coletiva e sindicalização, relações com patrão e com outros setores assalariados - e elementos próprios da reprodução social - natureza das tarefas e relação com seus territórios domésticos e comunitários. Nesse ponto, conseqüentemente, as mulheres da classe trabalhadora representam pontes para se pensar as lutas de classe que vão da fábrica à comunidade e vice-versa.

Há, por fim, como previamente enunciado, um terceiro território de luta no movimento internacionalista feminista: os territórios comunitários e indígenas. Historicamente expropriados e considerados economias fechadas e “atrasadas” formam espaços de alianças ao feminismo anticapitalista, pela denúncia dos megaprojetos extrativistas e o agronegócio (Gago, 2020, p. 222).

---

<sup>148</sup> Infográfico elaborado a partir de dados do 3º trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE.

Na medida em que integra as reivindicações das mulheres camponesas e de povos originários, a maré passa do grito de autodefesa à ofensiva anticapitalista, levando a opinião pública à radicalização de questões de ecologia, anticolonialismo e antirracismo, em termos de uma crítica à exploração neoextrativista dos “corpos-territórios”<sup>149</sup>, articulando assim um discurso anticapitalista e uma crítica radical ao modo de vida humano e ao projeto iluminista de domínio da biosfera (Palmeiro, 2019, p. 193).

É nessa sequência que, defende Gago (2020, p. 222), “se desenha um diagrama global das dinâmicas extrativistas do capital” a partir dos territórios indígenas e comunitários que formam “alianças, lutas e redes para resistir a esses avanços neocoloniais e expulsá-los”. Desse modo, “a partir desses territórios se produz uma reapropriação de recursos e memórias, e se atualiza também a dimensão anticolonial do internacionalismo feminista”.

Tais elementos são essenciais para compreensão das lutas feministas e de sua resistência à acumulação e ao extrativismo capitalismo na atualidade, conforme pautado nesta pesquisa desde as contribuições dos ecofeminismos e das autoras supracitadas. Entretanto, embora de fundamental importância como território de luta, considerando o escopo de discussão desta pesquisa e reconhecendo que não seria possível adentrar nessa seara com o devido grau de detalhamento, a análise da greve internacional feminista terá como enfoque o contexto laboral urbano e as proposições do 8 de Março especialmente a partir da articulação argentina e da articulação no contexto metropolitano de Belo Horizonte. Anteriormente a uma análise da greve feminista e das questões jurídicas que perpassam à temática, entretanto, abordar-se-á o contexto

---

<sup>149</sup> “O território como corpo é um espaço de interação cotidiana, histórica, material e simbólica em disputa”, que tem como um dos pilares fundamentais para sua defesa: “a voz, as práticas de resistência e as estratégias individuais e comunitárias das mulheres organizadas” contra as “ameaças sobre suas vidas, trabalho, saberes e espaços”. [No original: “El territorio como cuerpo es un espacio de interacción cotidiana, histórica, material y simbólica en disputa. Un bastión fundamental para su defensa es la voz, las prácticas de resistencia y las estrategias individuales y comunitarias que las mujeres organizadas ponen sobre la mesa cuando sienten amenazados su vida, su trabajo, sus saberes y sus espacios”] (Hernández, 2020, p. 57). Nesse enredo, Beltrán (2019, p. 131) sinaliza que, especialmente na América Latina, teria nascido o slogan “meu corpo, meu território” – postulado de dimensão política que interpela os poderes machistas, violentos e as dinâmicas de desapropriação do capital. Conforme Gago (2020, p. 65), “diversos movimentos começaram a utilizar o conceito de corpo-território para situar as resistências contra as investidas neoextrativistas, protagonizadas majoritariamente por mulheres”. Ainda na explicação de Gago (2020, p. 79), “trata-se de enfrentar os modos de espoliação de possibilidades materiais de vida que hoje estruturam um antagonismo direto entre empresas multinacionais e Estados contra populações que são saqueadas, deslocadas e redirecionadas a novas dinâmicas de exploração”. Nessa leitura, tais “lutas inventaram a ideia-força de corpo-território, perspectiva que explica como se estrutura hoje a exploração dos territórios sob modalidades neoextrativistas e como elas reconfiguram a exploração do trabalho, mapeando as consequências geradas pela espoliação dos bens comuns na vida cotidiana”. Por conseguinte, e em síntese, consoante García-Torres *et al.* (2020, p. 24) “pensar e trabalhar sobre o corpo-território visibiliza “como a violência sobre os corpos das mulheres se conecta com os processos de despojos globais sobre os territórios” [No original: “Pensar y trabajar sobre el cuerpo-territorio nos abrió la puerta para visibilizar como la violencia sobre los cuerpos de las mujeres se conecta con los procesos de despojo globales sobre los territorios”].

da pandemia de Covid-19, visando a uma análise sobre os impactos dessa nos trabalhos exercidos pelas mulheres no período.

### 3.5 Trabalho, mulheres e a pandemia de Covid-19

Para além das condições e dos retrocessos e já descritos, no contexto da pandemia de Covid-19 - crise sanitária que é parte da mesma crise de civilização já trabalhada em tópico anterior<sup>150</sup> - foram editadas medidas provisórias que flexibilizaram as proteções e garantias aos trabalhadores e trabalhadoras. Outrossim, as mulheres se viram sobrecarregadas com a incumbência majoritária pelos trabalhos reprodutivos. Primeiramente, cabe brevemente contextualizar as dimensões dessa crise sanitária.

Conforme Seferian (2020b, p. 2.144), devido sua sanha incauta por lucro e pela mercadorização de tudo, o capitalismo não encontra compatibilidade estrutural ou possibilidade de existência harmônica e sustentável no planeta: com ciclos cada vez mais acelerados de produção, consumo e descarte, tal sistema não se adequa às temporalidades próprias do metabolismo natural na geração de riquezas e decomposição de bens. Assim, a combinação desses fatores indispensáveis à expansão capitalista leva à dominação quase total dos espaços da terra pela vivência humana pautada pelo capital, a qual, por sua vez, fomenta a ruptura metabólica e impõe modos de vida que trazem inerentemente consigo aberturas imensas a riscos sanitários. Nas palavras do autor: “Isso em razão, sobretudo, da organização desprotegida do trabalho e dos hábitos alimentícios que lhe constituem, pautados por uma homogeneizada e dispendiosa dependência de proteínas animais”<sup>151</sup>.

Tal crise sanitária, contudo,

---

<sup>150</sup> A crise é, nessa acepção, bastante mais ampla do que tão somente a crise econômica – embora essa seja uma dimensão de caráter evidente que assume “na contemporaneidade as marcas da insustentabilidade da aposta financeirista enquanto regime de acumulação de capitais”. Trata-se, assim, de uma crise de natureza civilizacional, com aspecto multifacetado, a qual “evidencia as contradições incorrigíveis das relações sociais capitalistas, que agora assumem sua forma tensionada e passível de gerar uma hecatombe” (Benitez; Seferian, 2020, p. 357; 360).

<sup>151</sup> Conforme Ana Paula Perrota (2020, p. 1; 4), “a propagação da Covid-19 evidencia uma tensão entre diferentes fronteiras”: “entre humanos e animais, entre animais domesticados e selvagens, entre vírus e animais” e também “entre países ou mesmo entre estados ou municípios de um mesmo país”. Como bem ressalta a antropóloga, o surgimento de diversas zoonoses devido à produção no âmbito industrial evidencia que “as práticas de controle não apenas não impedem o salto do vírus para humanos como são ainda responsáveis por mutações e propagação de novas doenças epidêmicas”, de modo que “não se concretiza na prática a distinção classificatória entre o consumo de animais domesticados, conforme regras sanitárias, como seguro e o de animais selvagens, pretensamente sem regulação, como fonte de riscos”. Assim, a propagação de doenças zoonóticas é, de fato, um problema grave, que não respeita fronteiras geopolíticas e acompanha os sistemas de produção alimentar (seja o global/industrial, seja o local/artesanal), mas é necessário compreendê-lo como uma ameaça à saúde pública presente em todos os sistemas agroalimentares.

não resume seus motivos na organização em escala internacional e industrial do capitalismo, com especial ênfase na produção de alimentos, mas também à forma como os desenhos da produção e as mediações políticas em escala nacional se estabelecem, o que passa decisivamente pela forma como o Estado intervém na sobrevivência buscada pelo modo de produção capitalista nas mais diversas realidades sócio-históricas (Seferian, 2020b, p. 2.146).

Daí decorre que “as formas de regulação das relações de trabalho e a garantia de serviços sociais assumem maior proeminência enquanto objetos de análise e termômetros da refuncionalização estatal nas últimas décadas” – panorama em que o trabalho é posto em foco, tanto no que se refere à proteção juslaboral dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, quanto no conjunto de direitos das classes trabalhadoras como um todo (Seferian, 2020b, p. 2.146; 2.152).

Assim, o impacto da pandemia colocou em xeque não apenas os valores fundantes do capitalismo e o avassalador processo de mercantilização das vidas, dada a insustentabilidade de se colocar o lucro acima das vidas. Ademais, escancarou os impactos da privatização de serviços públicos fundamentais, como educação, ciência e saúde – áreas então reconhecidas em sua essencialidade (Benitez, Seferian, 2020, p. 353). Como pontuou Bhattacharya (2020, p. 38), a pandemia expôs “tragicamente o fato de que enquanto o necessário é a atenção para salvar e sustentar a vida, o capitalismo se preocupa apenas em salvar a economia, ou os lucros”.

Dutra e Lima (2020, p. 478-479) destacam três conjuntos de trabalhadores afetados pela crise sanitária. O primeiro corresponde àqueles que atuam na área de saúde, destacadamente no sistema público, os quais “passaram a ser recrutados de forma incisiva, em situações de risco e sem o amparo de uma estrutura satisfatória ao enfrentamento de uma crise de grandes proporções”<sup>152</sup>. O segundo grupo diz respeito àqueles com vínculo empregatício: os envolvidos em atividades essenciais, cujo rol foi alargado pelas medidas provisórias e decretos federais; os que tiveram o funcionamento de suas atividades modificado em razão da pandemia, como pelo teletrabalho, pelo funcionamento exclusivo por meio de entregas, e por outras medidas impostas pelas Medidas Provisórias nº 927 e nº 936/2020; e “aqueles afetados pela pandemia com suspensão de sua atuação profissional e risco de desemprego”. O terceiro grupo recai na “grande massa de trabalhadores informais, seja por trabalharem por conta própria, seja por estarem alijados da proteção trabalhista em face do ilegal comportamento dos seus empregadores”, em

---

<sup>152</sup> Nesse sentido, as autoras destacam a contratação de trabalhadores da saúde pública a título precário, em contratações temporárias e excepcionais, que não possuem legalidade face à demanda permanente do setor. Outrossim, citam a aridez das condições materiais de trabalho, vez que a falta de uma infraestrutura para prestação de serviços adequados – tais como leitos, medicamentos, equipamentos de proteção individual, respiradores e kits de teste – inviabiliza o desempenho dessas atividades profissionais e aumenta a sobrecarga física e emocional desses(as) trabalhadores(as) (Dutra; Lima, 2020. P. 479).

cujo conjunto se sobressaem trabalhadoras domésticas diaristas, vendedores ambulantes e trabalhadores de plataformas.

Quanto ao primeiro grupo, como verificado em dados do Ipea de 2020 – ano em que irrompeu a pandemia – a força de trabalho na área da saúde – no que se refere às principais categorias diretamente envolvidas em ações de atendimento de saúde da população - quais sejam, médicos, profissionais de enfermagem (enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem) e agentes comunitários de saúde – era 78,9% feminina. Havia uma predominância de mulheres em todas as categorias, exceto da categoria de médicos, na qual as mulheres representavam um pouco menos da metade (47,5%). Logo, as mulheres representam maioria absoluta nas profissões e ocupações diretamente vinculadas ao cuidado dos indivíduos, especialmente em postos de menor remuneração e valorização social, quando comparados aos de Medicina (Hernandes; Vieira, 2020, n.p.), demonstrando seu papel na linha de frente na área da saúde.

Como bem pontuam Diana Assunção e Letícia Parks (2022, p. 21), “as mulheres, esmagadora maioria nos trabalhos de saúde, foram a linha de frente das trabalhadoras” que, além de administrar a ausência de insumos essenciais, como vasilhames de oxigênio, “foram forçadas a ver seu trabalho transmutado numa espécie de seleção de internações viáveis”.

Para melhor compreender as mudanças de trabalho no que se refere ao segundo grupo, convém brevemente discorrer acerca das permissividades possibilitadas pelas citadas MPs 927 e 936. Como ressalta Erazê Sutti (2021, p. 402; 403), em 22 de março de 2020, foi editada a Medida Provisória 927 - mais de um mês após a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em 4 de fevereiro do mesmo ano – tendo como argumento central de suas medidas de flexibilização, a “preservação do emprego”.

Entre outras questões, tal medida estabeleceu que, durante o estado de calamidade pública, empregado e empregador poderiam celebrar acordo individual para garantir a permanência do vínculo empregatício, tendo tal acordo preponderância sobre instrumentos normativos, respeitados os limites constitucionais (art. 2º), como na possibilidade de banco de horas - permitido, pelo art. 14, por acordo coletivo ou individual para compensação no prazo de até dezoito meses. Além disso, foi permitida a adoção de medidas unilaterais por parte do empregador, tais como teletrabalho (art. 4º); antecipação de férias individuais (art. 6º); concessão de férias coletivas (art. 11); e antecipação de feriados não religiosos<sup>153</sup> (Brasil, 2020a).

---

<sup>153</sup> Destaca-se ainda o artigo 18, revogado no dia seguinte à edição da MP 927/20, dada a brutalidade de permitir a suspensão de contratos de trabalho por até 4 meses sem pagamento de remuneração, como pontua Alessandro da

A Medida Provisória 936<sup>154</sup>, por sua vez, autorizou medidas de redução proporcional de jornada e de salários em 25, 50 ou 70% por até 90 dias (art. 7º) e de suspensão temporária do contrato de trabalho mediante acordo individual por até 60 dias (art. 8º) (Brasil, 2020b). No primeiro caso, a União ficou responsável por pagar diretamente ao empregado o equivalente a 25%, 50% ou 70% do valor da parcela de seguro-desemprego a que faria jus pela faixa salarial. No segundo, a União pagava diretamente ao empregado o equivalente a, no caso de micro ou pequena empresa, 100% do valor da parcela do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, conforme sua faixa salarial e, no caso de empresa média ou grande (com faturamento superior a R\$ 4.8 milhões), 70% do valor do valor da parcela do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, conforme sua faixa salarial, sendo os outros 30% assumidos pela empresa (§5º, art. 8º) (DIAP, 2020). No caso do trabalho intermitente, o empregado fazia jus ao benefício emergencial mensal no valor de R\$ 600,00 pelo período de três meses (art. 18) (Brasil, 2020b).

Nesses casos, ficou determinada a estabilidade temporária no emprego no curso do acordo e pelo mesmo período posterior ao seu encerramento (art. 10), ensejando a dispensa sem justa causa o pagamento das parcelas rescisórias previstas na legislação em vigor, acrescido de um valor indenizatório sobre o percentual do salário, conforme os termos do acordo celebrado, nos casos de redução proporcional de salário e jornada; e acrescido de um valor indenizatório equivalente a 100% do salário do empregado, no caso de suspensão (DIAP, 2020).

Embora tais facilidades tenham inibido, por tempo limitado, as dispensas especificamente dos trabalhadores alcançados por tais medidas, não refreavam a conduta empresarial de uso do poder de dispensa no contexto da pandemia, nem mesmo em relação aos empresários que se beneficiaram do amparo governamental quanto à complementação salarial dos seus empregados (Dutra; Lima, 2020, p. 481). Ademais, por meio das MPs citadas, houve a legitimação de negociações diretas entre trabalhador e empregador<sup>155</sup>, possibilitando maior degradação das relações de trabalho a partir da presunção do livre poder de escolha do

---

Silva (2021, p. 491); e o artigo 29, cuja eficácia foi suspendida pelo STF, e que estipulava que os casos de contaminação pelo coronavírus (covid-19) não seriam considerados ocupacionais, exceto mediante comprovação do nexos causal (STF, 2020, n.p.).

<sup>154</sup> Convertida na Lei 14.020 de 6 de julho de 2020, regulamentada pelo Decreto 10.422, de 14 de julho de 2020. Por meio desse Decreto, foram prorrogados os prazos e pagamentos dos benefícios emergenciais: por mais 30 dias, no caso de redução proporcional, e por mais 60 dias, no caso de suspensão (Souto Maior, 2021, p. 285).

<sup>155</sup> Possibilidade, no caso da MP 936, referendada no julgamento da ADI 6.363, sendo a “tônica dos votos a valorização da autonomia individual da vontade” e a dispensabilidade, no momento da crise da Covid-19, “do exercício da vontade coletiva para o delineamento de práticas flexibilizadoras da legislação trabalhista” (Seferian, 2021, p. 872).

trabalhador e afastamento dos sindicatos de seu direito-dever de proteção (Teixeira; Farias, 2021, p. 535).

Outrossim, no que diz respeito aos trabalhos essenciais, esses quase sempre eram tratados no debate jurídico no que se relaciona às limitações do direito fundamental à greve<sup>156</sup> (Ramalho, 2021, p. 944) e, durante a pandemia, tiveram rol ampliado por sucessivos decretos, os quais convocavam “mais sujeitos a expor a risco sua saúde e a de seus familiares, sem uma contrapartida significativa em termos de proteção social” (Dutra; Lima, 2020, p. 481).

Pelo decreto 10.282/20 os serviços públicos e atividades essenciais foram definidos como “aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população” (art. 3º, §1º), a partir do qual listou extenso rol exemplificativo. No parágrafo 2º foram consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e disponibilização dos insumos necessários às cadeias produtivas relativas ao exercício e funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais. Outros decretos ampliaram o rol de atividades, como o de nº 10.292/20, o de nº 10.329/20 e o de nº 10.344/20 (Ramalho, 2021, p. 948; 950; 951; 952). Assim, foram abrangidas nas atividades consideradas essenciais atividades de construção civil, industriais, de salões de beleza e barbearias, de academias de esporte de todas as modalidades, “de desenvolvimento de produtos e serviços, incluídas aquelas realizadas por meio de *start-ups*”, atendimento de *call centers*, entre outros (Dutra; Lima, 2020, p. 481).

No que tange ao terceiro grupo, por sua vez, alijado do direito do trabalho, o custo para que as pessoas do setor informal aderissem às recomendações de saúde pública consistiria no seu próprio sustento e sobrevivência (Dutra; Lima, 2020, p. 482). Resgatando a arena de disputa em torno do debate que instituiu a Auxílio Emergencial no Brasil, Marins *et al.* (2021, p. 681) destacam que as propostas divergiram: o Ministério da Economia apresentava formalmente a proposta de uma renda de R\$ 200,00 pelo período de três meses, mas, no Congresso Nacional, as bancadas apresentaram outros projetos que variavam acerca do valor proposto e do público abrangido.

Depois de várias semanas de mobilização e de pressão por parte de organizações, movimentos, cidadãos e parlamentares preocupados com os impactos da pandemia, foi sancionada a Lei 13.982/2020<sup>157</sup>, em 2 de abril de 2020, propondo a Renda Básica

---

<sup>156</sup> A questão da greve e de sua juridicidade no Brasil será melhor detalhada no capítulo 3 da presente dissertação.

<sup>157</sup> Referida lei acumulava os seguintes critérios: “idade mínima de 18 anos (exceção para mães adolescentes); não ter emprego formal; ter renda familiar mensal total de até três salários mínimos ou renda familiar mensal per capita

Emergencial<sup>158</sup> pelo período de três meses, no valor de R\$ 600,00 ou R\$ 1.200,00 no caso de “mães-solo que estivessem na condição de trabalhadoras informais, autônomas ou micro empreendedoras individuais” (Marins *et al.*, 2021, p. 682).

Nessa seara, houve diversos problemas no âmbito da implementação do auxílio, entre os quais: o longo período de avaliação de elegibilidade dos inscritos - mais de 60 dias – e consequente retardo no pagamento; a falta de transparência pública sobre as aprovações, reprovações e análises dos cadastros; dificuldade em fazer com que o benefício chegasse até as famílias devido questões de acessibilidade digital, ausência de um canal de atendimento e orientação por telefone ou on-line; ausência de articulação de estados e municípios e a ausência de esforços, em nível local, para a busca ativa das pessoas mais vulneráveis nos municípios; além de distorções de atualização de cadastros (Marins *et al.*, 2021, p. 683).

Finalizados os cinco meses do Auxílio Emergencial, houve a edição da Medida Provisória 1.000/20, com algumas mudanças em relação ao Auxílio Emergencial anterior, como nos critérios de elegibilidade, na ampliação dos “mecanismos de cruzamentos de dados para verificação do direito à extensão do auxílio”, na “reavaliação mensal da renda a partir de vínculo de emprego e de benefícios assistenciais ou previdenciários” e no valor do benefício, que passou a ser de R\$ 300,00 ou de R\$600,00 (para os casos de famílias chefiadas por mulheres provedoras)<sup>159</sup>. Já em 2021, depois de 4 meses sem o auxílio, foi publicada a Medida Provisória 1039/2147, com a limitação do recebimento a uma pessoa por família (R\$ 375, sendo a mulher chefe de família monoparental; R\$ 150 para família unipessoal e R\$ 250,00 para as demais) (Marins *et al.*, 2021, p. 685-686).

A partir dessas informações, verifica-se diversas dificuldades relacionadas ao recebimento do auxílio, desde o valor – insuficiente para despesas básicas –, períodos sem regulamentação e questões relacionadas à implementação do benefício.

No mercado informal – e então incluídos em atividades então tratadas como essenciais - encontram-se setores fortemente feminilizados de embelezamento. Como bem destaca Severo (2020, p. 262), esse trabalho é desenvolvido, em regra, por mulheres com baixíssimo grau de

---

de até meio salário-mínimo; no ano de 2018, não ter recebido em seu nome rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 e não receber em seu nome outros benefícios previdenciários ou assistenciais do governo federal, com exceção do Bolsa Família” (Marins *et al.*, 2021, p. 682).

<sup>158</sup> Entre os três grandes grupos de beneficiários - famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais; beneficiários do Bolsa Família; e trabalhadores autônomos, informais e microempreendedores não inseridos na base de dados do CadÚnico - os dois primeiros não demandavam nenhum novo cadastramento, enquanto o terceiro demandava inscrição via aplicativo para recebimento do benefício. Nos três casos, o recebimento se deu por meio da Caixa Econômica Federal, “por conta já existente do Bolsa Família ou por abertura de conta digital” (Marins *et al.*, 2021, p. 682)

<sup>159</sup> Nessa etapa, o beneficiário poderia receber até quatro parcelas mensais, com avaliação caso a caso de cada beneficiário (Marins *et al.*, 2021, p. 686).

instrução, dependentes economicamente do marido e em relações de subordinação na vida doméstica, às vezes com violência<sup>160</sup>, cujas invisibilidade e precarização das condições de trabalho reforçam tal condição social. Aliás, a jurisprudência trabalhista majoritária não lhes reconhece direito ao vínculo de emprego, de modo que a partir de 2016, a Lei 19.352 estipulou os contratos de parceria, com cota-parte para o “salão-parceiro”.

Soma-se a essa realidade, o fato de que a atividade de manicure é repetitiva e realizada, via de regra, em postura inadequada, o que compromete os membros superiores e a coluna, além de expor a profissional diariamente a vírus que podem causar doenças, sendo extremamente importante que haja a devida e constante higienização dos instrumentos de trabalho e utilização de equipamentos de proteção. Nesse sentido, há dificuldades geradas pela própria natureza da atividade, que exige motricidade fina, o que dificulta ou mesmo impede a utilização de luvas que elidiriam o contato. Por fim, o ônus que decorre dessa necessidade de higienização e proteção acaba ficando a cargo exclusivo da trabalhadora, cujas despesas com saúde somam-se a tantas outras, “indevidamente repassadas pelo empregador, como a aquisição e limpeza de uniformes e toalhas, a manutenção/higienização de seus instrumentos de trabalho ou mesmo os gastos com transporte e alimentação” (Severo, 2020, p. 262; 263).

Necessário trazer à tona ainda a realidade das trabalhadoras domésticas, cuja vulnerabilidade já enunciada foi exacerbada durante a pandemia. Emblemática dessa situação foi a primeira morte por coronavírus registrada no estado do Rio de Janeiro: uma trabalhadora doméstica de 63 anos, que contraiu a doença da “patroa” que havia retornado infectada de uma viagem à Itália (Lemos, 2020, n.p.). Outra situação de extrema debilidade, que não poderia deixar de ser mencionada, foi a que se passou com Mirtes Renata Souza, trabalhadora doméstica que foi convocada, em Recife, para trabalhar pela sua patroa, Sari Corte Real, esposa de Sérgio Hacker, à época prefeito do município de Tamandaré/PE. No dia 02 de junho de 2020, Mirtes teve que levar junto seu filho Miguel Otávio, de 5 anos, ao apartamento de luxo onde Sari residia no centro da cidade

por não ter com quem deixá-lo, considerando que as escolas estavam fechadas por conta das medidas sanitárias tomadas na pandemia. A tragédia ocorreu quando Mirtes teve que levar a cachorra da família para fazer as necessidades no térreo do edifício. Miguel ficou sob os cuidados de sua patroa, Sari, que estava em casa fazendo manicure com uma profissional. Miguel foi para o elevador porque queria ver sua mãe e Sari conversou com ele, apertou o botão da cobertura do edifício de 41 andares e voltou a fazer as unhas. Miguel ficou sozinho no elevador e acabou caindo do 9º andar do prédio, vindo a falecer (Borges, 2021, p. 16).

---

<sup>160</sup> Em citação da seguinte tese de doutoramento: “OLIVEIRA, Juliana Andrade. **Fazendo a vida fazendo unhas: uma análise sociológica do trabalho de manicure**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014”.

O caso desvelou, de forma intensa, o “contexto invisibilizado de naturalização do incumprimento de normas legais e subtração de direitos para as domésticas”, assim como o “descaso com a saúde e segurança dessas trabalhadoras em um cotidiano marcado pela superexploração e invisibilidade”. No caso de Mirtes, a exigência de que trabalhasse “quando deveria estar em casa protegida juntamente com o seu filho e sua mãe, resultou na contaminação de todos” - sendo exigido, inclusive, que mantivesse o trabalho enquanto doente. Outrossim, culminou na consequência trágica e dolorosa da morte de seu filho (Borges, 2021, p. 62).

Conforme nota nº 75 da DISOC, na pandemia de coronavírus, a vulnerabilidade do trabalho doméstico se ampliou a uma dupla vulnerabilidade, conforme se explica. O primeiro eixo diz respeito ao tipo de trabalho realizado e às condições em que se realiza, os quais expunham intensamente as trabalhadoras à circulação do vírus: trabalhando no interior de domicílios que não são os seus, lidando com corpos e com movimentos que estão fora de seu controle. Assim, o obrigatório contato intenso entre as pessoas que habitam no domicílio e com seus objetos, as expunha diariamente ao contágio. Nessa dinâmica, o próprio isolamento social tanto da família contratante do trabalho doméstico quanto da família da própria trabalhadora era rompido. O segundo eixo dessa vulnerabilidade é encontrado justamente na falta de proteção social do trabalho informal: ou seja, na impossibilidade dessas trabalhadoras de buscarem apoio estatal, seja para reposição da renda, caso fossem demitidas (com o seguro-desemprego), seja no caso ficassem doentes e precisassem se afastar do trabalho (com o auxílio-doença) (Pinheiro; Tokarski; Vasconcelos, 2020, p. 8).

Assim, no que se refere especificamente ao trabalho exercido pelas mulheres - para além das questões gerais afetas ao conjunto de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras nos postos de trabalho formal, nas situações de informalidade e nos contextos referentes à área da saúde, como pontuadas - percebe-se que as mulheres estiveram ainda na linha de frente, e em condições de grande vulnerabilidade, quando trabalhavam como cuidadoras e trabalhadoras domésticas. Conforme explicam Benitez e Seferian (2020, p. 354):

Em uma sociedade na qual inexistia a distribuição equânime de cuidados e muito menos formatos cooperativos e colaborativos planejados e adequados de cuidados, o isolamento social colocou em risco aquelas pessoas remuneradas para tais serviços, pois ou foram condicionadas a continuar trabalhando nas casas e instituições ou se viram desempregadas – a hipótese de continuidade remuneratória sem prestação do serviço foi excepcional indelével desta realidade.

No mesmo sentido, nos papéis socialmente atribuídos de “donas de casa” e cuidadoras não remuneradas, as mulheres se depararam com a sobrecarga no contexto pandêmico em que

o ônus de suas atribuições não pôde sequer ser mitigado com a frequência em espaços escolares e de trabalho de seus entes familiares, entre os quais, cita-se: a ausência de merenda escolar, a necessidade de acompanhamento pedagógico mais direto, a necessidade de mais limpeza, mais comida e mais atenção para toda a família e a necessidade de cuidados de saúde redobrados de proteção contra o vírus e de cuidados das mazelas daquelas e daqueles por ele atingidos (Benitez; Seferian, 2020, p. 354).

Conforme relatório de pesquisa realizada pelas organizações Gênero e Número e SOF (2020, p. 11; 12), 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia e, entre as mulheres responsáveis pelo cuidado de crianças, idosos ou pessoas com deficiência, 72% afirmaram que aumentou a necessidade de monitoramento e companhia.

Das mulheres que seguiram trabalhando durante a pandemia com manutenção de salários, 41% afirmaram trabalhar mais na quarentena – a maior parcela delas é branca, urbana, concluiu o nível superior e está na faixa dos 30 anos. Nesse sentido, verifica-se que, transformadas em atividades remotas, as jornadas de trabalho se estendem, com a imbricação ainda maior entre as relações entre trabalho e atividades domésticas. Embora tal grupo possa ser considerado em certa medida “privilegiado” dadas as melhores condições de vida, é perceptível que “a crise sanitária sacudiu as estruturas em todas as casas de mulheres trabalhadoras”. Destaca-se ainda que 65,4% das mulheres disseram que a responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidado dificulta a realização do trabalho remunerado (Gênero e Número; SOF, 2020, p. 13; 40).

Outro dado importante revelado pela pesquisa refere-se à percepção de que a pandemia e a situação de isolamento social colocaram a sustentação da casa em risco (55% desse grupo eram mulheres negras), que apontaram como dificuldades principais o pagamento de contas básicas ou do aluguel. Ainda no que se refere a raça, a pesquisa verificou que 58% das mulheres desempregadas eram negras e que mulheres negras representavam 61% das mulheres na economia solidária (Gênero e Número; SOF, 2020, p. 14; 15; 16).

Assim, no que se refere especificamente ao trabalho de reprodução social, infere-se que a crise civilizatória abarca, entre seus componentes, a característica de ser também uma crise da reprodução social, cuja imbricação da pandemia nesse processo evidenciou o quanto a “afetação pelas mazelas capitalistas recai de forma ainda mais acentuada” sobre a vida das mulheres. Contexto em que a pandemia do coronavírus revelou o quanto as atividades garantidoras da reprodução da vida humana - e, conseqüentemente, da reprodução da força de trabalho - correspondem a uma imprescindível condição de “possibilidade para o funcionamento do circuito de produção e distribuição de mercadorias” no âmbito do

capitalismo; assim como “o quanto a forma como a reprodução social é organizada nesta ordem tende a deixar as pessoas mais vulneráveis, especialmente em tempos de crise” (Benitez, Seferian, 2020, p. 357; 360).

Por todo o exposto, o papel cada vez mais incisivo no mercado de trabalho, conjuntamente a seu protagonismo na reprodução social, coloca as mulheres em uma localização anfíbia entre produção e reprodução, o que representa uma grande força potencial na medida em que permite ultrapassar a fronteira entre esses dois âmbitos que se apresentam (e que se costuma naturalizar) como diferenciados e independentes (Varela, 2019, p. 16). Essa posição estratégica e poder de fogo se sobressai no contexto de debilidade das organizações operárias (Varela, 2022, p. 62), de modo que a Greve Internacional de Mulheres abre, nesse sentido, a possibilidade do exercício de uma luta de classes anfíbia, a qual inclui as demandas da classe trabalhadora em seu conjunto (Varela, 2020a, p. 90).

## 4 A GREVE NO - E PARA ALÉM DO - DIREITO

*As rosas da resistência nascem do asfalto.  
A gente recebe rosas,  
mas vamos estar com o punho cerrado  
falando do nosso lugar de existência  
contra os mandos e desmandos  
que afetam nossas vidas  
(Marielle Franco).*

Neste capítulo, será realizado um tensionamento entre a denominada greve feminista e as categorias jurídicas que permeiam a greve enquanto fato social e político. Nessa seara, tratar-se-á das questões relacionadas ao conceito jurídico de greve e sua positivação, assim como das questões relacionadas às consideradas greves atípicas, entre as quais as greves não deflagradas por sindicatos, as “greves por fora”, como é o caso de certas greves propostas por movimentos sociais, como o movimento feminista.

Em um segundo momento, a partir das entrevistas concedidas pelas militantes do movimento de mulheres “8M Unificado BH e Região Metropolitana”, buscar-se-á situar o Brasil e, mais especificamente, a região metropolitana de Belo Horizonte nesse contexto. Partindo de questões relacionadas à organização e à composição do movimento, assim como às articulações para a data de 8 de Março, serão, nesse sentido, analisadas a recepção do chamado internacional grevista e as táticas, estratégias e reivindicações do movimento. Além disso, devido às aproximações com a Argentina – país latino-americano vizinho com quem são estabelecidos diálogos e referências acadêmicas e de luta – serão estabelecidos paralelos e pontos de reflexão acerca de convergências e diferenças na repercussão e no movimento grevista internacional. A escolha das entrevistadas se deu tanto devido a uma proximidade no contexto da pesquisa, quanto devido a contatos políticos e acadêmicos.

### 4.1 A greve na legislação brasileira

Como bem elucidada José Carlos de Carvalho Baboin (2020, p. 15) em sua tese de doutorado *A Greve como Limite do Direito e o Direito como Limite da Greve: a Historicidade da Positivação*, direito de greve e fato de greve são conceitos diversos, sendo o direito de greve “a forma através da qual o sistema jurídico busca capturar o fato de greve para dentro da esfera da normatividade, traçando seus limites de atuação”. Por meio desse direito, a greve é tolerada, entretanto, o próprio fato de greve se expande para além das fronteiras jurídicas. Nessa direção,

o texto positivado consiste na “forma de expressão da coletividade dos legisladores e legisladoras diante de fatos concretos emanados da atuação da classe trabalhadora”, o que reafirma o “caráter condicionado e condicionador da estrutura jurídica diante da base econômica”.

Inicialmente, portanto, convém situar a greve como fato social<sup>161</sup>, existente ainda que desvinculado de regulamentação jurídica, enquanto fenômeno que persevera e atua independentemente da sua prescrição normativa. Logo, o advento de sua positivação é posterior - e resposta - à existência desse “meio real e espontâneo de manifestação e reivindicação dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, na reafirmação de que trabalho não é mercadoria de comércio”, qual seja, na reação a esse “exercício de expressão social dos trabalhadores por ser um fato social juridicamente relevante” (Baboin, 2013, p. 25; 26).

A greve, nessa disposição, deve ser compreendida em sua historicidade, uma vez que é uma forma de luta que guarda vinculação particular com o modo de produção capitalista, estando intimamente ligada às relações sociais que se desenrolam em seu âmbito. Como uma forma de luta dos trabalhadores e trabalhadoras em resistência e em afirmação classista ofensiva visa a “impor entraves ao processo de produção e circulação mercantis, emperrando o modo de reprodução capitalista”, cujo fim consiste em imprimir força política capaz de causar prejuízos ou impedir o gozo dos proventos econômicos da propriedade dos meios de produção. Desse modo, a greve é deflagrada em sociedades pautadas pelos desígnios da mercadoria pela propriedade privada, nas quais os produtores e produtoras não possuem os meios de produção (Seferian, 2020a, p. 2).

A historicidade do direito de greve apresenta três interpretações da natureza jurídica do ato de greve: delito, liberdade e direito<sup>162</sup>. Tal classificação se refere à maneira pela qual Estado e sua legislação tratam a questão da greve, variando de acordo com a conjuntura política, econômica e social. Embora, de maneira geral, a natureza jurídica da greve seja apresentada como uma evolução natural - iniciada como delito em regimes autoritários, considerada uma liberdade com o início do liberalismo e, no auge de sua evolução, tratada como um direito nos

---

<sup>161</sup> Não se coaduna, entretanto, com a corrente conservadora para a qual a greve consiste em fato social antijurídico, como defende Mozart Victor Russomano, tampouco com a corrente segundo a qual a greve é fato exterior ao direito, sendo fato “ajurídico”, como defende Ildélio Martins, mas sim com a posição de que “embora independa de regulação para existência real, concreta, fato é que foi acolhida pelo legislador, configurando-se em direito de resistência dos trabalhadores”, como pontua Adrienne Rodrigues Coutinho (2021, p. 35-37).

<sup>162</sup> A clássica tripartição foi formulada por Calamandrei pouco após a entrada em vigor da Constituição italiana de 1947 e indica, para além de fases sucessivas fundadas em uma ordem evolutiva, distintas reações da ordem jurídica à paralisação coletiva de trabalhadores: como proibição, indiferença e, finalmente, valorização. Todavia, como pontua Mallet a respeito: “o encadeamento dos modelos não necessariamente se apresenta de modo completo ou na ordem sugerida” (Mallet, 2014, p. 13).

modernos estados democráticos de direito – essa concepção naturalista da evolução da greve abstrai o papel essencial das ações dos trabalhadores para essas mudanças (Baboin, 2013, p. 33).

Em *Direito de Resistência*, Márcio Túlio Viana (1996, p. 295) chama a atenção justamente para a não linearidade dessas classificações:

Ao longo dos tempos, a greve tem sido considerada ora como delito, ora como liberdade, ora como direito; e nem sempre nessa ordem, pois há idas e vindas, marchas e contramarchas, em sua evolução. Além disso, podem os três tipos conviverem ao mesmo tempo, num único ordenamento jurídico, dependendo principalmente do sujeito ativo da greve.

Nessa seara, consoante os apontamentos e preocupações de Baboin, Danilo Uler Corregliano (2014, p. 53) ressalta que a ideia comumente apresentada de que “a passagem da greve enquanto delito penal para a greve enquanto direito fundamental encerraria todo o movimento e desenvolvimento histórico do fenômeno” costuma se dar pelo emprego de um tipo de raciocínio linear e progressivo para captar o fenômeno - de delito penal, a delito meramente civil e, atualmente, nas sociedades democráticas, a categoria de direito fundamental. Nessa compreensão, a greve passaria de fato negativo para fato positivo, situada em uma evolução progressiva transformada graças a “mentalidades esclarecidas e/ou sensibilizadas pela precária situação dos operários”.

Tal evolução mecânica que contém uma concepção evolutiva e positiva, em sentido valorativo, tanto “parece naturalizar o desenvolvimento do fenômeno, afastando sua própria historicidade e secundarizando o papel ativo dos agentes sociais em cada conjuntura precisa de correlação de forças”, quanto, mais além, “sugere a necessidade de provar os benefícios da greve como direito em relação à greve como delito”. Dessa maneira, a “tranquilizante impressão de que o fenômeno, em sua forma regulada pelo direito, seria sua realização final, ponto máximo da história” induz, inevitavelmente, “a uma apreensão do fenômeno grevista submetido a leis naturais, eternas e a-históricas” (Corregliano, 2014, p. 53; 54).

Contrariamente a tal percepção, o autor propõe que uma análise radical da greve deve se desfazer dos raciocínios simplistas da evolução positiva, para observar o fenômeno da greve mais de perto. Considerando os três momentos mencionados como partes de uma mesma totalidade, revelam-se três estratégias estatais para com a luta sindical, todas elas “informadas pela mesma necessidade de se bloquear ou neutralizar os indesejáveis efeitos engendrados pela dinâmica conflitiva do trabalho”. Por essa análise, verificam-se momentos marcados por uma captura - cuja concepção foi formulada por Bernard Edelman - de explícita repressão,

utilizando-se dos mecanismos do Direito Penal como agentes repressivos fundamentais e enquadrando-se os esboços de luta operária pela lei penal. Verificam-se momentos em que se emprega uma outra estratégia estatal com uma forma de captura um pouco mais sutil, a qual admite sua possibilidade sem garantir os instrumentos que a tornem viável e, ainda, uma forma mais acabada e sutil para lidar com o incômodo da greve: sua captação integral e juridicização da conduta. Por meio dessa última, é concedido um único instrumento - o direito de greve - que assegura a dominação de classe e a escamoteia, de modo que “a captura se dá pela cooptação, a maneira mais sofisticada de reprodução do poder do capital pela classe trabalhadora” (Corregliano, 2014, p. 57; 62; 63).

Nesse sentido, a compreensão da historicidade da positivação do direito de greve no Brasil permite verificar, nas palavras de Baboin (2020, p. 13), “o movimento dialético que permeia a greve como limite do direito e o direito como limite da greve”, possibilitando a visualização das contradições da greve enquanto direito.

Seguindo essa direção, verifica-se que, no Brasil, a primeira menção à greve se deu na tipificação da conduta de “causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário” com a entrada em vigor do Código Penal de 1890. Conduta considerada, nesse contexto, ilícito criminal (Baboin, 2013, p. 15). Destaca-se que o termo “greve” não foi ali utilizado, mas a essência do fato social se encontrava inegavelmente definida (Baboin, 2020, p. 27).

Motivado pela campanha realizada pelo Partido Operário, após dois meses, a conduta deixou de ser criminalizada, por meio do Decreto nº1.162 de 1890, como pontua Evaristo de Moraes (1905, p. 59). Referido decreto modificou os dispositivos do Código Penal para manter a punição apenas aos movimentos grevistas que se dessem por meio de atos de ameaça, constrangimento ou violência (Baboin, 2013, p. 15). Nesse momento, o sentido da norma foi modificado, não sendo mais a mera suspensão do trabalho punida pelo código. Ademais, houve a supressão do parágrafo que considerava a coligação de trabalhadores um agravante para a pena (Baboin, 2020, p. 31).

O entendimento expresso no referido decreto foi mantido na Consolidação das Leis Penais de 1932, que não criminalizava a cessação ou suspensão de trabalho em si, mas sim o uso de ameaças ou violências para realizar o movimento grevista – contexto em que, apesar da descriminalização, a greve ainda não recebia qualquer proteção em preceito legislativo (Baboin, 2013, p. 16).

Com o início do Estado Novo em 1937 e a influência da teoria corporativista na política nacional, a Constituição de 1937 passou a enunciar a greve e o *lock-out* como “recursos

antissociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional” – disposição a que se seguiu a criminalização da participação em greves em serviços de interesse coletivo ou que interrompessem obras públicas pelo Código Penal de 1940 e a proibição expressa da greve e do *lock-out* pela Consolidação das Leis do Trabalho em 1943 (Baboin, 2013, p. 16).

Em outubro de 1945, com a deposição de Getúlio Vargas pelos militares, o governo do país foi assumido por Eurico Gaspar Dutra, como relembra Gustavo Silveira Siqueira (2015, p. 125). Dutra foi impelido a sancionar o Decreto-lei nº 9.070, que acolhia o direito de greve no que dizia respeito a atividades acessórias, sem, entretanto, reconhecê-lo nas chamadas “atividades essenciais”. Contudo, embora assegurasse o exercício do direito de greve, referido decreto-lei impunha inúmeras restrições e condicionantes ao seu exercício, o que, na prática, impossibilitava a paralização legal de trabalhadores<sup>163</sup> (Baboin, 2013, p. 18).

Conforme Baboin (2020, p. 123), supracitado decreto foi “a primeira norma que expressamente admitiu a greve como um direito dentro do ordenamento brasileiro, fixando certas garantias aos grevistas”. Porém, a admissão teria sido feita de maneira tão restritiva e com tantas condicionantes que, na prática, impedia o exercício da greve. Nas palavras do pesquisador:

Eis um paradoxo constante na positivação do direito de Greve no Brasil: a garantia do direito é efetuada ao mesmo tempo em que se estabelece um aparato legal ou jurisprudencial que limita ao máximo o exercício desse direito. Esse decreto deixa transparecer a tentativa do governo de efetuar uma regulamentação e conceder um direito sem que a alteração proposta provocasse uma real modificação nas estruturas concretas de poder e no equilíbrio de forças entre capital e trabalho (Baboin, 2020, p. 123).

Nesse período, diversas greves foram deflagradas no Brasil, como a grande greve dos bancários, e a Assembleia Nacional Constituinte de 1945 e 1946 foi marcada por uma pluralidade de participantes, sendo o direito de greve um dos principais temas debatidos (Siqueira, 2015, p. 125).

Pela primeira vez na história do país, o direito de greve, por força do artigo 158, foi constitucionalizado, com o reconhecimento do direito de greve cujo exercício deveria vir a ser regulado por lei. Nesse cenário, a Constituição de 1946 passou a reconhecer um direito existente, porém anteriormente criminalizado. Ademais, “no artigo 28 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), foi concedida anistia aos trabalhadores que sofreram qualquer tipo de punição pela prática de greves até a promulgação da Carta”. Ressalta-se,

---

<sup>163</sup> Para mais informações a respeito das disposições do Decreto-lei nº 9.070, consultar: Baboin (2020, p. 120-123).

contudo, que mesmo com a constitucionalização do direito de greve e o clima de reconciliação, não foi obstaculizado o exercício da violência governamental contra os grevistas (Siqueira, 2015, p. 125-126). Além disso, referido artigo constitucional só foi efetivamente regulamentado por norma específica em 1964, pela Lei nº 4.330 que, embora menos restritiva do que o decreto anterior, ainda apresentava grandes entraves e limitações ao exercício da greve (Baboin, 2013, p. 18; 19).

A Lei nº 4.330 disciplinou o direito de greve, conceituando-o de maneira bastante restritiva quanto aos seus objetivos: como “uma suspensão do contrato de trabalho [...] com o objetivo de manter ou melhorar as condições de trabalho”, trazendo ainda o procedimento para instauração e os limites de sua atuação. Disciplinou ainda que seria considerada ilegal a greve “deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade, concluindo que deve interessar direta ou legitimamente à categoria profissional”, como explica Renata Cerqueira Nabuco Oliveira (2019, p. 14-15).

Assim, em 1964, com o golpe das Forças Armadas para derrubada do presidente João Goulart e o início de uma violenta ditadura empresarial-militar no país, poucos meses depois do golpe, foi promulgada a Lei n. 4.330, que limitava o direito de greve. Em seguida, esse direito, já extremamente regulado, foi limitado ainda mais para impedir a prática de greve pelos servidores públicos e nos serviços essenciais – o que praticamente tornava ilegal todas as greves. O Ato Institucional nº 25 mudou a competência constitucional para o julgamento das greves, de modo que a Justiça Federal passou a julgar os casos que antes eram remetidos para a Justiça do Trabalho. Ademais, em março de 1967, foi promulgada nova constituição, em que o direito de greve foi proibido para os serviços públicos e para os serviços essenciais<sup>164</sup> – esses últimos definidos pelo Decreto-lei n. 1.632 de 1978 (Siqueira, 2015, p. 126-127).

Como pontua Jean Tible (2008, p. 292), desde as primeiras medidas, a ditadura instaurou intervenções nos sindicatos e movimentos estudantis, censuras, a proibição de greves, a cassação de mandatos de parlamentares e a criação de um serviço secreto de informações. Entre as diversas resistências à ditadura no final dos anos 60 e início dos anos 70, o autor ressalta que, no plano sindical, foram formadas “chapas de oposição para disputar as eleições dos sindicatos com uma série de reivindicações”, tais como “contra o arrocho salarial, pela estabilidade do emprego, contra a estrutura sindical e defesa da organização de comissões de fábrica democraticamente eleitas”.

---

<sup>164</sup> Para Baboin (2013, p. 19), “o que se deu, em suma, foi o retorno à lógica do Decreto-Lei nº 9.070”.

Nesse cenário, houve vitórias da chapa de oposição em Osasco (SP) - encabeçada por José Ibrahim, “membro da comissão de fábrica da COBRASMA” e “militante de uma organização de esquerda clandestina” - e em Contagem (MG) - onde a chapa vitoriosa teve de “travar uma dura batalha na Justiça do Trabalho, sofrendo intervenção do Ministério do Trabalho e a destituição do presidente eleito e de três membros da diretoria, antes de tomar posse”. Em 1968, nas duas cidades, “os trabalhadores ocuparam as fábricas e elegeram em grandes assembléias comandos de greve unificados”. Em Contagem, a greve contou com a adesão de mais de 20 mil operários, tendo o governo ditatorial, então, ocupado a cidade com tropas da Polícia Militar para desmobilização. A greve em Osasco, por sua vez, eclodiu na COBRASMA e, em efeito dominó, outras fábricas aderiram à greve, somando seis mil grevistas. Nesse caso, o exército foi enviado, invadindo o sindicato e prendendo a direção e 500 grevistas (Tible, 2008, p. 292; 293).

Esses foram importantes marcos de resistência à ditadura. Em seguida, com a promulgação do AI-5 - com a supressão dos direitos políticos individuais e coletivos, a permissão para intervenção em entidades sem necessidade de autorização judicial, o fechamento do Congresso Nacional e a outorga de poderes quase ilimitados ao Executivo - efetuou-se uma virada ainda mais autoritária. Nessas circunstâncias, no final da década de 60, a maioria das organizações de esquerda acabou optando pela luta armada, as quais, por sua vez, seriam totalmente esmagadas até 1973 (Tible, 2008, p. 292; 293).

Em 1969, o Decreto-Lei nº 898 estabeleceu penalidades para as greves que descumprissem a Constituição, “além daquelas que tivessem uma finalidade política, que fizessem ‘propaganda subversiva’ ou que demonstrassem solidariedade com alguma das causas acima” (Baboin, 2013, p. 20).

Como conclui Siqueira (2015, p. 127), por meio dessas leis, a ditadura militar inviabilizou o direito de greve legalmente, o que não impediu que centenas de greves ocorressem durante o período, muitas delas com violência e morte de trabalhadores. Nesse contexto, “fazer greve era um atentado contra a segurança nacional e a repressão da ditadura não tardava a perseguir os trabalhadores”.

Nesse cenário, “em maio de 1978 os trabalhadores da empresa Scania em São Bernardo do Campo deflagraram uma greve que marcou o início do 10 de greves no ABC paulista”, ao que seguiram movimentos paredistas em diversas outras fábricas, como na Ford, Chrysler, Mercedes, Volks e Brastemp, que, ao final do ano contabilizaram 118 greves em todo o território nacional. Contra essa inquietação dos trabalhadores, o governo editou a Lei nº 6.620 de 1978, definindo os crimes contra a segurança nacional e estabelecendo as respectivas

punições. Em agosto, entrou em vigência o já mencionado Decreto-Lei nº 1.632, proibindo a greve nos serviços públicos e nas atividades essenciais “de interesse da segurança nacional”, o que, na prática, “poderia impossibilitar o próprio direito de greve, uma vez que a relação destas atividades poderia ser ampliada por mero decreto do Presidente da República” (Baboin, 2013, p. 20-21).

Nas palavras de Baboin (2013, p. 21), “quando se tratava de legalizar o exercício do direito de greve, a conceituação de greve sempre ocorria de forma extremamente restritiva”, [...] “já quando se tratava de estabelecer punições aos grevistas, a interpretação de greve ocorria de forma extremamente ampliativa”.

Posteriormente, com o processo de redemocratização política no Brasil, foi realizada uma reforma na legislação trabalhista vigente, o que se deu com a promulgação, em 1988, de uma nova Constituição Federal. Referida Constituição alterou o parâmetro para determinação da legalidade de uma greve - ao não proibir nenhum tipo de greve nem limitar os grupos que dela podem fazer uso, com exceção feita aos militares (art. 142, §3º, IV) – e consagrou o “princípio da responsabilidade, na medida em que sujeitou os responsáveis por abusos às penas da lei”. A Lei nº 7.783/89, por sua vez, passou a estipular o exercício desse direito, regulando os parâmetros estabelecidos pela Constituição como competência de legislação infraconstitucional (Baboin, 2013, p. 22). A análise de tais institutos será pormenorizada a seguir.

Uma vez considerada direito, no que se refere a uma melhor especificação desse a partir da positivação atual, para Márcio Túlio Viana (2007, p. 257), invertendo a definição usualmente oferecida pela doutrina – da greve como direito individual, exercido coletivamente -, a greve é, na verdade, “um direito coletivo, que cada indivíduo pode e deve exercer, integrando-se ao grupo”. Nesse sentido é também a posição de Alice Monteiro de Barros (2016, p. 849), para quem “a natureza jurídica da greve é a de um direito coletivo, sendo, no passado, reconhecida como um direito individual, de exercício coletivo”. Consoante Maurício Godinho Delgado (2019, p. 1.723), a concepção da natureza jurídica da greve como direito fundamental de caráter coletivo é hoje prevalecente.

Outrossim, a “greve como direito” enseja outras questões oportunamente trabalhadas, tais como interpretações restritivas dada a definição conferida ao instituto e dados os requisitos para exercício em conformidade com os dispositivos de lei<sup>165</sup>, como se esmiuçarà a seguir.

---

<sup>165</sup> Nesse sentido, a greve possui limites externos – representados pelo conjunto de normas que constroem seu exercício – e limites internos – decorrentes do conceito que lhes é dado pelo legislador (Viana, 1996, p. 298).

O artigo 9º da Constituição Federal trata especificamente do instituto da greve, nos seguintes termos:

Art. 9º - É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.  
§1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.  
§2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei (Brasil, 1988).

Verifica-se, portanto, que o texto não possui um conceito restritivo de greve, mas, ao contrário, assegura um amplo exercício desse direito pelos trabalhadores e trabalhadoras. Por sua vez, a legislação infraconstitucional, embora restrinja a dimensão de greve conferida pela Constituição, mantém conceito jurídico amplo da greve, de maneira que o direito de greve não foi limitado no que se refere a seus interesses reivindicatórios. Assim, na lei 7.783/89 foi reiterada a competência dos trabalhadores para decidirem “sobre os interesses que devam por meio dele defender”. Tal “causa final da greve” é ponto central na discussão doutrinária a respeito da legitimidade da greve política, na qual a doutrina se divide entre as teorias ampliativa e restritiva (Baboin, 2013, p. 28; 29).

A controvérsia se dá, pois a lei 7.783/89 lei considera, em seu art. 29, como legítimo exercício do direito de greve “a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador”, o que enseja questões envolvendo greves atípicas, políticas e de solidariedade (Viana, 1996, p. 302).

Nesse aspecto, as primeiras estariam cobertas, para Viana (1996, p. 302), pelo texto constitucional, mas, à primeira vista, não o estariam pela lei, como aponta a doutrina corrente. Entretanto, o professor defende que “a execução defeituosa do trabalho pode muito bem ser encaixada ali” e, ainda que assim não fosse, haveria sempre a autorização constitucional. Por fim, ainda que não houvesse, sustenta que desde que “a greve atípica não traga prejuízo substancialmente diverso ou maior que o de uma eventual greve típica”, não deve ser colocada à margem da legalidade.

As greves atípicas podem se dar devido ao não cumprimento de requisitos relacionados (i) ao modo de deliberação da paralisação coletiva; (ii) ao modo de manifestação do projeto de paragem; (iii) à estrutura da paragem de trabalho; (iv) ao modo de abstenção do trabalho e (v) à finalidade ou motivação da greve<sup>166</sup> - requisitos esses que serão melhor desenvolvidos no

---

<sup>166</sup> Conforme classificação das greves atípicas em análise empreendida por Baboin (2013, p. 41), a partir do modelo metodológico de Antônio Monteiro Fernandes.

tópico seguinte, quando da problematização e tensionamento de sua interpretação frente às contradições e à facticidade dos múltiplos movimentos grevistas.

Ademais, as greves consideradas estranhas ao estrito contrato de trabalho são exemplificadas pelas greves políticas e greves de solidariedade<sup>167</sup>, conforme explica Baboin (2013, p. 59):

A peculiaridade de uma greve que possibilita sua adjetivação como política decorre da apreciação das finalidades perseguidas e contra quem ela se dirige. Enquanto na greve “tradicional” as reivindicações possuem cunho estritamente profissional, necessariamente atrelado à relação de trabalho existente entre trabalhadores e empregadores, na greve política amplia-se esta abrangência. Desta maneira, a greve política seria aquela dirigida contra os poderes públicos, tendo como objetivo protestar contra decisões do governo ou pressionar órgãos governamentais para que tomem ou deixem de tomar determinada decisão. Também são consideradas políticas as greves dirigidas contra o próprio empregador, mas em protesto a decisões que não tenham ligação direta com o estrito contrato de trabalho.

No que se refere às greves políticas, a teoria restritiva<sup>168</sup> – visão dominante na doutrina e jurisprudência – entende serem essas abusivas e ilegais, sob o argumento principal de que, nesses casos, o empregador se encontra diante de um conflito que lhe é nocivo, mas que não foi causado por ele, ficando, por isso mesmo incapacitado de resolvê-lo. Outro argumento utilizado é o de que a greve política não respeitaria as devidas restrições legislativas, como explica Adrienne R. Coutinho (2021, p. 71).

Assim, considerando que a greve é caracterizada como “suspensão de prestação de serviços a empregador”, a doutrina majoritária exclui da conceituação – além do exercício de greve com fins políticos - outros fenômenos coletivos de protesto, como as greves de estudantes<sup>169</sup>, de consumidores e de fome. Outrossim, as greves com ocupação do estabelecimento são ainda hoje consideradas delito (Baboin, 2013, p. 31; 34).

A corrente ampliativa<sup>170</sup>, por sua vez, nesta dissertação considerada acertada, defende que a greve política está garantida pela Constituição de 1988 e que a lei infraconstitucional não

<sup>167</sup> Sobre as greves de solidariedade, Viana (1996, p. 304) explica que embora usualmente tenham sido historicamente proibidas, já são toleradas em vários países quando internas, no caso de despedida de um líder sindical, por exemplo, e mesmo externas, se houver conexão de interesses entre os trabalhadores de empresas diferentes.

<sup>168</sup> Entre os principais defensores dessa corrente, estão o doutrinador Segadas Vianna, Orlando Costa e Octávio Bueno Magano (Baboin, 2013, p. 59; 60).

<sup>169</sup> Em nota assinada por Marcus Orione, Júlia Lenzi Silva, Ronaldo Lima dos Santos, Flávio Roberto Batista e Jorge Luiz Souto Maior (2023, n.p.), os professores defendem que não há dúvida quanto à existência de direito de greve dos estudantes, pois a paralisação das atividades é o que define a própria greve. Nesse cenário, “greve é paralisação e paralisação é greve”. Ademais, citam o Mandado de Injunção 712, de relatoria do ministro Eros Grau, pelo qual foram definidos como “constitucionalmente admissíveis todos os tipos de greve: greves reivindicatórias, greves de solidariedade, greves políticas, greves de protesto”.

<sup>170</sup> Defendida por uma parte minoritária dos doutrinadores, entre os quais cita-se, com exemplo, Jorge Luiz Souto Maior, Marcus Orione Gonçalves Correia e Roberto A. O. Santos (Baboin, 2013, p. 61).

pode restringi-la. Ademais, considerando a finalidade precípua da greve como garantia e efetividades dos direitos sociais, torna-se necessário interpretar de maneira ampla tal direito (Coutinho, 2021, p. 71).

Nessa direção, para Márcio Túlio Viana (2007, p. 258) a greve deve ser compreendida em sentido amplo, enquanto “protesto, a denúncia e a pressão exercidos coletivamente, por um certo tempo e através de uma ruptura com a rotina”, sendo que, em “todos esses casos, deixasse de fazer (ou altera-se) algo que usualmente se faz”. Juridicamente, contudo, aponta que a greve tem significado mais específico, definido pela lei ordinária como “a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, da prestação de serviços a empregador”. Tal conceito, em crise, não corresponderia à realidade e acabaria por restringir a norma constitucional. Por isso, referido professor propõe sua aproximação ao seu sentido comum, identificando a greve com toda e qualquer ruptura com o cotidiano, desde que se acrescente que o cotidiano rompido consiste no da prestação de serviços.

Nesse enredo, propõe, sobre a Lei 7.783/89, que se deve: (i) ou considerá-la inconstitucional, na medida em que parece reduzir o campo do art. 9º da CF; (ii) ou interpretar com mais largueza a expressão “suspensão (...) parcial da prestação de serviços”, de forma a incluir nela aquelas hipóteses atípicas (Viana, 2007, p. 258-259).

Como ensina o professor,

O fato de haver uma lei de greve, porém, não significa que tenhamos de nos conformar com a literalidade de seu texto. Ao contrário: devemos lê-lo *criticamente*, sem perder de vista a matriz constitucional. Isso nos levará não só a uma interpretação sempre *extensiva*, no sentido *afirmativo* do direito, como também a concluir, em alguns pontos, pela sua invalidade (Viana, 1996, p. 302).

Na aferição da razoabilidade das pretensões grevistas, entretanto, tende-se a atribuir ao Poder Judiciário a competência para avaliação dos requisitos formais e materiais do movimento grevista, a fim de que esse se enquadre na legalidade e não seja abusivo, como bem pontua Corregliano (2013, p. 122). Desse modo, enquanto a legislação se refere apenas aos requisitos formais, verificam-se requisitos materiais,

inventados pelos juristas preocupados com a “ordem”, relacionados ao conteúdo das reivindicações, admitindo-se, via de regra, somente as greves cuja substância esteja diretamente implicada no contrato de trabalho; é dizer, somente são permitidas greves de conteúdo profissional, por melhores salários ou condições de trabalho da própria categoria – estas são “razoáveis” (Corregliano, 2013, p. 122).

Por meio desse mecanismo interpretativo, restringem-se as possibilidades das greves de natureza política ou de solidariedade – “importantes instrumentos de que dispõe a classe

trabalhadora na luta de classes” - pela criação de uma “abusividade material”, inclusive amparada pelo Tribunal Superior do Trabalho (Corregliano, 2013, p. 122).

Nesse cenário, a Lei 7.783/89 representa “um paradoxo constante na positivação do direito de Greve no Brasil: a garantia do direito é efetuada ao mesmo tempo em que se estabelece um aparato legal ou jurisprudencial limitando ao máximo o exercício desse direito” (Baboin, 2020, p. 228).

No tópico seguinte, os requisitos presentes na “Lei de Greve” serão tensionados em relação às greves atípicas, para que se possa melhor compreender as novas características e reinvenção do fenômeno pelos movimentos sociais – em específico, pela Greve Internacional de Mulheres.

#### 4.2 Problematizando categorias jurídicas

Como esboçado no tópico anterior, os doutrinadores, por estarem circunscritos ao terreno jurídico, costumam apreciar a greve a partir de sua forma juridicizada. Nesse âmbito, “a ideologia jurídico-doutrinária faz crer que a greve não existe senão sob sua roupagem jurídica”, o que faz com que a “greve por fora” seja, de maneira inapropriada, chamada de “greve selvagem”<sup>171</sup> (Corregliano, 2018, p. 267).

É o que se verifica, por exemplo, na doutrina de Amauri Mascaro Nascimento e Sônia Mascaro Nascimento (2014, posição 1.077), para os quais:

A greve só se configura se observados os seus aspectos formais, previstos nas legislações. A greve não é um fato, mas um ato jurídico, sujeito à forma prescrita em lei, o que elimina o movimento que os franceses chamam de greve selvagem, que eclode abruptamente, sem qualquer observância dos requisitos de forma e fora da órbita sindical. A esse movimento não se poderá dar outra qualificação jurídica, ainda que os seus fins sejam justos, a não ser a de ato de indisciplina.

As greves por fora são apresentadas no estudo de Corregliano (2018, p. 1) tanto como “paralisações convocadas autonomamente pelos grupos de trabalhadores/as nos locais de

---

<sup>171</sup> Segundo o pesquisador, não é possível estabelecer uma coincidência entre as *greves selvagens* – aquelas deflagradas à revelia do sindicato oficial ou deflagradas na vigência de acordo coletivo de trabalho - e a greve por fora, pois nem todas as *greves selvagens* se deram sem a participação do sindicato e de suas lideranças oficiais, de maneira que não há correspondência entre os dois conceitos. Essa diluição opera ideologicamente visando a afastar as imprevisibilidades dos conflitos laborais e a manter a regularidade da produção social por meio da institucionalização do conflito (Corregliano, 2018, p. 72). No estudo de Corregliano (2018, p. 26), o pesquisador verificou que a doutrina juslaboral, via de regra, faz menção às chamadas greves selvagens para tratar da titularidade ou do sujeito ativo da greve, ou seja, da legitimidade para se convocar uma greve e quais sujeitos ativos poderiam realizá-la. Tal remissão às greves selvagens raramente se dá quando do enfrentamento do problema da natureza jurídica da greve.

trabalho quanto situações de continuidade das greves convocadas pelos sindicatos, após estes encerrarem o conflito através dos canais institucionalizados”, tais como acordos, convenções e dissídios coletivos. As greves por fora se dão, portanto, por fora do sindicato – “mobilizadas (ativadas ou continuadas) à revelia das diretorias sindicais eleitas que, na prática, personificam o sindicato” (Corregliano, 2018, p. 76).

Na análise do autor em comento, foram arroladas, para fins aproximativos, diversas maneiras pelas quais os trabalhadores empreendem lutas não convencionais e não albergadas pela entidade sindical, entre as quais visualizou diferenças quanto ao período/duração<sup>172</sup>; quanto à titularidade<sup>173</sup>; quanto às lideranças<sup>174</sup>; quanto aos motivos determinantes<sup>175</sup>; quanto aos resultados<sup>176</sup> e quanto ao repertório utilizado<sup>177</sup> (Corregliano, 2018, p. 73-74).

No plano estrutural, tais greves desafiam dois importantes pilares do edifício jurídico, em busca da proteção da produção social, quais sejam: (i) “a necessidade de resposta aos fatos sociais juridicamente relevantes”; e (ii) “a indispensável busca pelos sujeitos de direito”, o que, por sua vez, “viabiliza a equivalência e a possibilidade de emissão e recepção de comandos jurídicos”. Assim, embora prometa expurgar as contradições da realidade, inevitavelmente tal procedimento perpassa tensões (Corregliano, 2018, p. 322).

Nesse sentido, um primeiro ponto que a captura jurídica da greve<sup>178</sup> enseja diz respeito à análise quanto ao modo de deliberação da paralisação coletiva.

---

<sup>172</sup> Encontrando: (a) paralisações de poucas horas e (b) paralisações de um ou mais dias (Corregliano, 2018, p. 73).

<sup>173</sup> Encontrando: (a) “paralisações iniciadas pelos trabalhadores, sem o sindicato”; (b) “paralisações iniciadas pelos trabalhadores, mas logo assumidas pelo sindicato”; e (c) “paralisações iniciadas pelo sindicato, mas continuadas pelos trabalhadores sem a participação daquele (muitas vezes, com a resistência e oposição do sindicato)” (Corregliano, 2018, p. 73).

<sup>174</sup> Encontrando as seguintes situações: (a) “paralisações feitas por trabalhadores não organizados em sindicatos, movimentos sociais ou partidos políticos”; (b) “paralisações feitas por trabalhadores que compunham a diretoria do sindicato, mas que constituíram uma dissidência interna”; (c) “paralisações feitas por trabalhadores que organizaram uma oposição sindical”; e (d) “paralisações fomentadas ou apoiadas por outros sindicatos que não são os sindicatos representativos” (Corregliano, 2018, p. 74).

<sup>175</sup> Encontrando as seguintes motivações: (a) “paralisações com pautas eminentemente contratuais (aumento salarial, condições de trabalho)”; (b) “paralisações com pautas contratuais e políticas, estas ligadas à oposição às diretorias eleitas, aos acordos coletivos por elas firmados e/ou à falta de democracia interna no sindicato” e não encontrando “nenhuma paralisação com motivos eminentemente políticos” (Corregliano, 2018, p. 74).

<sup>176</sup> No que refere aos resultados, existem: (a) “tentativas de paralisações organizadas pelos próprios trabalhadores, mas não aperfeiçoadas por uma série de motivos, como demissões por justa causa, ameaças de demissão ou o atendimento parcial das reivindicações”; (b) “paralisações aperfeiçoadas, mas não alcançando o atendimento de nenhuma reivindicação”; (c) “paralisações aperfeiçoadas, alcançando o atendimento parcial das reivindicações”; e “(d) paralisações aperfeiçoadas, alcançando o atendimento total das reivindicações” (Corregliano, 2018, p. 74).

<sup>177</sup> Por fim, no que diz respeito ao repertório, há: (a) “paralisações com episódios de violência e destruição”; (b) paralisações com passeatas e outras formas de protesto”; e (c) “paralisações ordinárias, de braços cruzados” (Corregliano, 2018, p. 74).

<sup>178</sup> Sobre o fenômeno da captura, “o direito e a estrutura sindical se combinam de modo a fornecer um patamar jurídico-político de restrições” ao domínio do fato grevista por fora (Corregliano, 2018, p. 171).

Conforme define artigo 4º da Lei nº 7.783/89 cabe à entidade sindical correspondente “convocar, na forma do seu estatuto, assembleia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços” (Brasil, 1989). A partir dessa disposição, consideram-se “atípicas todas as greves que não foram objeto de deliberação da assembleia geral ou que não foram deflagradas pelo sindicato, nos termos do artigo supracitado” (Baboin, 2013, p. 41).

No que concerne à questão da titularidade do direito de greve, essa é expressa no ordenamento brasileiro tanto no *caput* do artigo 9º da CF (Brasil, 1988) quanto no artigo 1º da referida “Lei de Greve” (Brasil, 1989), com a seguinte redação: compete “aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”. Nesse sentido, para Baboin (2013, p. 41), “não resta dúvida de que os titulares do direito de greve são os próprios trabalhadores”.

Contudo, a interpretação do inciso VI do artigo 8º da CF, o qual implanta a obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, leva grande parte da doutrina ao entendimento de que a legitimidade para a deflagração de uma greve seria atribuída apenas ao sindicato de trabalhadores (Baboin, 2013, p. 41-42).

Nessa direção aponta a doutrina de Amauri Mascaro Nascimento e de Sônia Mascaro Nascimento (2014, posição 1.081): “a legitimação para a declaração da greve é dos sindicatos. São eles os representantes dos trabalhadores. Defendem os interesses coletivos. [...] É obrigatória a participação dos sindicatos na negociação”, concluindo daí que “as leis sempre exigiram, como é correto, a declaração sindical por meio de assembleia”.

Analisando-se o §2º do artigo 4º da “Lei de Greve”, entretanto, verifica-se a possibilidade de construção de uma comissão de negociação pela assembleia geral dos trabalhadores, que pode deliberar sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços, no caso de falta de entidade sindical (Baboin, 2013, p. 41-42).

Para Sérgio Pinto Martins (2012, p. 890), na falta de sindicato, a assembleia geral pode ser convocada pela federação e, na ausência de federação, a convocação pode se dar pela confederação. Na inexistência de entidade sindical, “inclusive de grau superior, a assembleia geral dos trabalhadores interessados deliberará sobre as reivindicações e sobre a paralisação coletiva”, de modo que se admite a formação da comissão de negociação nesses casos ou ainda quando o “sindicato ou a entidade de grau superior não se interessarem pelas reivindicações ou pela paralisação”, pois, caso contrário, os trabalhadores ficariam alijados de qualquer poder para a solução do conflito coletivo. Nessa situação, a comissão não possui personalidade jurídica ou sindical, mas participa da negociação, representando os interesses dos trabalhadores

nas negociações ou na Justiça do Trabalho, conforme art. 5º da Lei 7.783/89. Nessa seara defende o autor que:

A comissão prevista no art. 5º da Lei n. 7.783/89 não é incompatível com a regra do art. 8º, VI da Constituição, pois onde houver sindicato ou esse não se manifestar; o direito de greve não poderia ser exercido. Não seria, portanto, razoável entendimento em contrário, que inviabilizaria o direito de greve (Martins, 2012, p. 891).

Nesse sentido, a falta de sindicato não deve, em análise sistemática, ser interpretada como mera inexistência de sindicato, mas também no que se refere à sua “imobilidade ou insuficiência quanto às necessidades dos trabalhadores e sua fraca atuação como entidade combativa” a favor desses (Baboin, 2013, p. 42).

Uma leitura isolada da norma gera um verdadeiro contrassenso, pois negar à comissão de negociação a competência para negociar quando a entidade sindical é omissa gera um grande prejuízo para todos os trabalhadores - justamente aquilo que se pretendia combater com a norma. Além disso, a necessidade de deliberação deve ser compreendida como um critério para garantir a representatividade democrática e eficácia de um movimento grevista, e não para limitá-lo (Baboin, 2013, p. 42). Logo,

se a representatividade e a coesão das reivindicações transparecem no movimento grevista, a necessidade de deliberação prévia fica superada. Um movimento que se inicia de forma espontânea reflete uma necessidade iminente de manifestação por parte dos trabalhadores ante uma injustiça. Em tais casos, a observação desta burocracia acabaria por inutilizar o exercício do direito, o que é inadmissível (Baboin, 2013, p. 42).

No que concerne ainda à questão das greves sindicais em comparação às greves por fora, verifica-se que as tensões geradas por uma e outra são distintas, inclusive devido à existência de um sistema sindical unitário no país – que gera tensões diversas daquelas ocorridas em um sistema pluralista. Nessa percepção, “o direito incide sobre a greve por fora ancorado em um arranjo institucional e legal que consagra, no essencial, a unicidade e a investidura/registro sindical pelo Estado”. Portanto, “ao incidirem no domínio do fato grevista por fora, o direito e a estrutura sindical se combinam de modo a fornecer um patamar jurídico-político de restrições” – qual seja, de captura - cujas “condições da estrutura sindical, além de lançarem luz aos motivos dos fenômenos”, auxiliam na compreensão das qualidades dessa captura jurídica (Corregliano, 2018, p. 237; 171).

Em primeiro lugar, ressalta-se que, em regra, só existe o “por fora” da greve nos países cujo sistema é unitário – onde o sistema reserva “o monopólio legal da representação sindical e, conseqüentemente, da ativação grevista” (Corregliano, 2018, p. 350).

Nesse ponto, partindo da compreensão de Armando Boito Júnior (1991, p. 27; 29), é possível caracterizar o sistema sindical do Brasil como sindicalismo de Estado, devido a uma combinação de elementos: a investidura estatal, qual seja, a concessão da representatividade e do poder de negociação ao sindicato estatal, juntamente à referida unicidade estatal<sup>179</sup>. Nessa configuração, os trabalhadores e trabalhadoras são impedidos de deliberarem sobre questões referentes ao aparelho sindical, o que enseja múltiplos efeitos.

Nesse tipo de configuração, os sindicatos detêm representatividade e recursos materiais outorgados pelo Estado, independentemente, portanto, da ação voluntária e consciente dos trabalhadores, que se filiam ao único sindicato da categoria disponível, organizado pelo Estado. Como consequência, torna-se comum que os trabalhadores mantenham com o sindicato uma relação frouxa e distante, esperando que o sindicato tome a iniciativa de defender seus interesses. No caso do movimento grevista, quando o sindicalismo assume feições populistas, o trabalhador não organiza a greve, mas adere a essa (greve de adesão passiva) ou participa de uma greve como forma de queixa dirigida ao Estado-providência (greve demonstrativa à guisa de súplica)<sup>180</sup> (Boito Jr., 1991, p. 89; 90; 91).

Nessa seara, Seferian (2019d, p. 20) reconhece que a atual configuração da organização sindical no Brasil remete a uma tradição corporativista no texto Consolidado – mantido sem alterações significativas desde a promulgação do Decreto n. 5.452/43, com exceção à extinção da contribuição sindical conferida pela Lei n. 13.467/17, essa com o fito de implementar uma agenda neoliberal. Nessa direção, o professor propugna pela alteração do “expurgo autoritário, marcado pela lógica do controle político das entidades de classe, para proporcionar que os sindicatos se organizem pautados na mais estrita e absoluta liberdade sindical”. Para tanto, não basta o oportunista e perverso mecanismo utilizado para extinguir a contribuição sindical, mas, indispensável a extinção de “institutos como a unicidade sindical, a necessidade de registro junto à administração pública, o controle de estatutos, as intervenções judiciais, entre outros traços”, de forma que o Estado apenas seja autorizado a intervir na “práxis sindical em situações

---

<sup>179</sup> O autor acrescenta ainda as contribuições sindicais obrigatórias por força da lei – vigente à época na forma do antigo imposto sindical (art. 578, CLT).

<sup>180</sup> Para Boito Jr. (1991, p. 261), “o sindicato de Estado modera e amortece a luta sindical”, tanto pelo “amortecimento da luta grevista reivindicativa”, quanto “pela contenção da capacidade do movimento sindical intervir, como um movimento de massa, na luta política pelo poder”. A partir de Boito Jr., Corregliano (2018, p. 222) destaca que uma das principais características desse tipo de sindicalismo que contribui a situação é a dispersão dos trabalhadores, já que o sindicato oficial não precisa buscar sua legitimidade perante os trabalhadores - visto que essa já decorre da lei, do ato normativo do Poder Executivo e, eventualmente, de uma sentença judicial - e que a representação dos trabalhadores pelo sindicato nas negociações e dissídios coletivos é precedida por assembleias que nem sempre contam com massiva participação.

em que se verifiquem ingerências abusivas entre sindicatos, para coibir práticas antissindicais, em harmonia com as Convenções n. 87 e 98, da Organização Internacional do Trabalho”.

Nessa esteira, Viana (2017, p. 110) pontua que as lideranças dos trabalhadores não reivindicam apenas a adoção do pluralismo sindical e o fim da contribuição obrigatória, mas também uma legislação que, entre outras coisas, puna atos antissindicais, reduza a instabilidade no emprego e não reprima a ação coletiva – questões minimizadas ou ignoradas pelos ideólogos neoliberais.

Além disso, outro ponto que merece atenção crítica refere-se à ideia de categoria econômica: para a viabilização institucional das balizas mencionadas, “a legislação brasileira adotou a noção de categoria profissional e econômica”, proibindo a instituição “de mais de um sindicato no mesmo município e sob a mesma categoria” (Corregliano, 2018, p. 216). Logo,

na formação social brasileira, para além dessa controvertida natureza jurídica subjacente, a convocação do único sujeito de direito capaz de representar (exclusivamente e nos termos da lei) as massas proletárias (desnaturadas na inventada figura da categoria) traz a contrapartida do disciplinamento e controle da violência delas (Corregliano, 2018, p. 333).

Isto porque, no plano conceitual, o direito coletivo do trabalho precisa se contorcer para “justificar uma autonomia privada coletiva, que confere ao sindicato o poder de representar uma ficção jurídica não personalizada, chamada categoria” (Corregliano, 2018, p. 351). Como desenvolve o pesquisador:

[...] o sindicato exerce essa representação sem ser o titular dos interesses coletivos, que seriam ínsitos à categoria, somente o fazendo porque é capaz de se registrar no Ministério da Fazenda e ser sujeito de direito. Ou seja, o sindicato assume a titularidade da autonomia coletiva sem a possuir realmente, em razão de um contorcionismo da técnica jurídica, que precisa resolver o problema institucional gerado pela exclusividade da representação sindical. E isso deixa marcas profundas na inevitável dissociação entre sindicato, categoria e trabalhadores (Corregliano, 2018, p. 351).

Essa configuração, no cenário sindical subordinado ao Estado, confere ares dramáticos à atual formação social brasileira, vez que o sindicato de Estado, enquanto sujeito de direito com natureza quase pública, não somente disciplina as negociações da taxa de exploração do trabalho, mas modera as lutas dos trabalhadores. Dessa realidade, “à sobreposição entre o sindicato de Estado e a interpelação jurídica, segue-se uma captura moral e repressiva do sujeito de direito sindical quando irrompem greves por fora” (Corregliano, 2018, p. 334; 340).

Todavia, como bem pontua Boito Jr. (1991, p. 53), se o direito de greve e de organização sindical impõem limites à ação grevista e sindical, não organizam nem a greve nem o sindicalismo: o direito é burguês, mas a greve é operária.

Nessa direção, Corregliano (2018, p. 209) defende que a avaliação das greves por fora passa deve tanto afastar a limitada percepção dos sindicalistas que se resignaram à unicidade sindical – e que se utilizam desse princípio para condenar a mobilização por fora – quanto evitar idílicas visões conselhistas<sup>181</sup>, que negam o espaço sindical e se deslumbram com a rebeldia que se desenvolve por fora. Contrariamente a tais posições apriorísticas, desconectadas do movimento concreto em que se desenvolvem as lutas, o autor propõe que se seja devidamente considerado o caráter essencial da luta política: a correlação de forças. Assim, não se deve rejeitar ou consagrar qualquer método de luta do proletariado em abstrato, sem as devidas mediações com a análise das forças sociais que se enfrentam e se agrupam em determinada conjuntura (Corregliano, 2018, p. 209; 199).

Assim, a partir de seu estudo, o pesquisador verificou que grande parte das movimentações por fora ainda gravitava em torno do sindicato - por dissidências, oposições ou disputas pelas bases -, outra parte era indiferente à instituição sindicato, rebentando espontaneamente e apenas uma minoria veiculava uma explícita mensagem contrária ao sindicato - sua estrutura ou política dos dirigentes sindicais. Mas, de qualquer maneira, a simples existência das movimentações grevistas por fora - embora residuais e minoritárias e, por vezes, capitaneada oportunisticamente pelas oposições ou dissidências sindicais-, engendra uma reflexão quanto aos problemas e limites mais gerais do sindicalismo de Estado, já que, por mais que o Estado tente capturar as formas de manifestação da classe trabalhadora, sempre há um excesso que tenta escapar dos sistemas de controle e moderação (Corregliano, 2018, p. 342; 227).

Para além das questões atinentes à titularidade e ao sujeito de direito da greve, adentra-se agora nos outros pontos cujo entendimento doutrinário majoritário considera como pressupostos para caracterizar a tipicidade de uma greve. Primeiramente, tratar-se-á do “modo de manifestação do projeto de paragem”, o qual encontra no parágrafo único do artigo 3º da “Lei de Greve” a determinação de que a entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados sejam notificados com antecedência mínima de 48 horas da

---

<sup>181</sup> O autor utiliza o termo para tratar das posições cujo tom geral é o “detectar uma falha congênita no sindicato que o obriga servir aos interesses do capital”, perspectiva a partir da qual tendem a encontrar, no “campo de defesa da autonomia operária a partir dos conselhos”, esperança e autenticidade no espontâneo das massas - o qual não se deixaria contaminar pelo burocratismo sindical (Corregliano, 2018, p. 193).

paralisação. No caso de se tratar de “serviços ou atividades essenciais”, é aplicável o artigo 13 dessa mesma lei, o qual amplia o prazo mínimo para comunicação dos empregadores e usuários para 72 horas antes do início da paralisação. Assim, caso a notificação não ocorra, essa não ocorra de maneira burocrática ou o pré-aviso seja inferior ao prazo legal aplicável, a greve é caracterizada como uma greve-surpresa, considerada atípica (Baboin, 2013, p. 42-43).

Assim se verifica, por exemplo, na obra *Compêndio de Direito Sindical*, em que Amauri Mascaro Nascimento, Marcelo Mascaro Nascimento e Sônia Mascaro Nascimento (p. 559, 2015) indicam que:

As formalidades básicas e que não podem ser descumpridas são as seguintes: a prévia tentativa de negociação ou a verificação da possibilidade de arbitragem (art. 39); a convocação de assembleia geral pelo sindicato (art. 49); a definição, pela assembleia, das reivindicações da categoria (art. 4º); o aviso-prévio de greve à entidade patronal correspondente ou aos empregados diretamente interessados, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, nas atividades não essenciais, e de setenta e duas horas, nas atividades e serviços essenciais (arts. 39, parágrafo único, e 13); neste último caso, extensivo o aviso aos usuários dos serviços.

Sérgio Pinto Martins (2012, p. 895) posiciona o descumprimento do aviso-prévio na seara da ilegalidade, pois entende se o aviso-prévio um dos requisitos formais contidos na lei.

Constata-se, todavia, que o objetivo primeiro dos artigos supramencionados é o de buscar meios de resolver o conflito anteriormente à própria paralisação, de maneira que, ao conferir ao empregador a ciência do movimento grevista e suas reivindicações, objetiva-se um diálogo conciliatório entre as partes. Contudo, “nem sempre essa conciliação prévia é possível, seja pela necessidade inadiável de deflagração da greve, sob pena de ineficácia, seja por um exercício abusivo do poder patronal que explicita sua rejeição à negociação”. Logo, defende-se que a ausência de notificação prévia ao empregador não enseja por si mesma abusividade do movimento paredista (Baboin, 2013, p. 43).

Com relação ao terceiro requisito elencado para se verificar a atipicidade do movimento grevista, verifica-se a atipicidade em relação à “estrutura da paragem de trabalho”: considera-se típica “sua prática de forma simultânea e continuada por todos os obreiros que apoiaram o plano de greve”, de modo que as chamadas greves rotativas, articuladas e intermitentes se enquadram no conceito de greves atípicas<sup>182</sup> (Baboin, 2013, p. 43).

---

<sup>182</sup> Para Mallet (2014, p. 43), “como há cessação da prestação de serviço, conquanto de modo particular ou não usual”, tais formas de manifestação se inserem no conceito de greve, como é o caso da greve rotativa, que atinge diferentes setores da empresa de maneira sucessiva; da greve trombose, em que há a suspensão da prestação do trabalho em apenas um setor da empresa, sendo esse vital e comprometendo o funcionamento dos demais; e da greve intermitente, com períodos alternados de paralisação. Assim, o fato de “nem sempre haver suspensão do trabalho pela maioria dos empregados” não descaracteriza tais movimentos como greve.

Sobre as greves atípicas, entende-se, consoante Baboin (2013, p. 40), que essas são “meios de adaptação do exercício do direito de greve em contraponto às mudanças estruturais do sistema produtivo” e, portanto, “um meio legítimo de assegurar a eficácia deste Direito Social”.

O quarto ponto de tensão entre as determinações legais e os movimentos grevistas em sua multiplicidade diz respeito ao modo de abstenção do trabalho, classificando-se como atípicas as greves nas quais os trabalhadores não abandonam o local de trabalho: as greves de zelo e as de braços cruzados. Apesar de a noção jurídica de greve não exigir o abandono do local de trabalho, parte da doutrina afirma que essas greves extravasariam os limites do exercício do direito de greve (Baboin, 2013, p. 45).

É a posição de Sérgio Pinto Martins (2012, p. 886), para quem:

A “operação tartaruga”, ou greve de rendimento, em que os empregados fazem seus serviços com extremo vagar; ou a greve de zelo, na qual os trabalhadores se esmeram na produção ou acabamento do serviço, não podem ser consideradas como greve, pois não há a paralisação da prestação de serviço. A greve de zelo pode ser comparada ao trabalho feito de forma negligente. Dentro desse quadro seria lembrada, ainda, a greve intermitente, de curta duração e que pode ser repetida várias vezes em várias etapas.

É essa também a posição de Estêvão Mallet (2014, p. 40), segundo o qual:

A prestação parcial do trabalho devido por um empregado não é cessação do trabalho nem paralisação da prestação de serviço. Não constitui greve, como se extrai do exposto anteriormente, a prestação incompleta, parcial ou limitada do trabalho ou, como por vezes se menciona, as situações “não abstensivas ou de mera perturbação da prestação”, a exemplo das greves *perlées*, ou seja, “*les actions revendicatives par diminution volontaire de travail*” ou ainda das greves de zelo ou de entusiasmo, em que se compromete a prestação de serviço pela realização de modo exorbitante e exagerado de procedimentos de segurança ou rotinas administrativas.

Defende Baboin, entretanto, que tais modos de abstenção do trabalho apenas representam uma evolução no exercício do direito de greve perante as tentativas de enfraquecimento das pressões dos trabalhadores e trabalhadoras frente aos empregadores (Baboin, 2013, p. 45).

Por fim, como já apontado no tópico anterior, quanto à finalidade ou motivação da greve, consideram-se atípicas “as greves que não possuam motivação expressamente profissional, nas quais o empregador não possua capacidade direta de prover as exigências dos trabalhadores, tais como as greves políticas e de solidariedade” (Baboin, 2013, p. 46).

Conforme explica o autor ora citado, não há qualquer impedimento na alteração dos objetivos da greve ao longo de sua execução, desde que assim o deseje a coletividade de

trabalhadores, sendo a finalidade pautada pelo conteúdo reivindicatório apresentado por essa coletividade, residindo a controvérsia nos limites impostos aos trabalhadores para determinar esse conteúdo reivindicatório (Baboin, 2013, 46).

Sobre esse aspecto, para Martins (2012, p. 888), cabe aos trabalhadores dizer quais os interesses defendidos por meio da greve, porém haveria limites para esses interesses encontrados na própria Constituição: esses deveriam estar inseridos no Capítulo II, dos Direitos Sociais, do Título I, dizendo respeito às condições de trabalho e à melhoria das condições sociais, inclusive salariais. Para o autor, esses interesses, no caso da greve, dizem “respeito àqueles que possam ser atendidos pelo empregador, pois é em face deste que a greve é deflagrada”. Assim, embora a Lei nº 7.783/89 não trate expressamente das greves políticas de solidariedade, Martins indica que a greve política não seria possível, “pois nada poderá ser reivindicado do empregador, apenas em relação ao governo”.

Quanto à greve de solidariedade, o autor admite que “os trabalhadores passam a apoiar outros trabalhadores”, “desde que as reivindicações digam respeito a seus contratos de trabalho, podendo ser feitas em face do empregador”. Ademais, seria possível a greve de solidariedade que não depende da existência de outra greve, como é o caso da greve em defesa de um empregado dispensado pelo empregador, decidida pelos trabalhadores (Martins, 2012, p. 888).

Em explicação ao que constitui o “interesse” da greve, Nascimento A.; Nascimento, S. e Nascimento, M. (2015, p. 510) explicam que:

Num sentido amplo, significa todo e qualquer juízo que se possa fazer sobre o que será defendido pela greve, se um interesse próprio ou de outra categoria, por apoio ou solidariedade, a reivindicação de novas e melhores condições de trabalho, o cumprimento pelo empregador de obrigações que não venha observando uma pretensão puramente trabalhista, uma ação política, especialmente de política econômica do governo.

Assim, “na acepção ampla, não é uma questão de forma de ação a ser desenvolvida, mas de conteúdo da reivindicação”, a qual “se relaciona, com maior proximidade, ao problema dos fins a serem alcançados com a greve”. Entretanto, num sentido restrito, o interesse deveria, para os autores, “ser interpretado não como a causa final da greve, mas como a amplitude dela em função do grupo que estará envolvida, a categoria, a empresa, o estabelecimento, todos os trabalhadores do país”, de modo que se referiria “ao direito de greve por categoria ou outra unidade de agrupamento, maior ou menor, dos trabalhadores”. Nesse sentido, a imprecisão do conceito gera divergências a serem dirimidas com a interpretação definitiva judicial (Nascimento A.; Nascimento, S. e Nascimento, M., 2015, p. 510-511).

Mallet (2014, p. 49; 50; 51; 52), por sua vez, defende que a greve de solidariedade típica - também de natureza profissional - deve ser admitida, mas quanto às greves políticas realiza distinção: aquelas que guardem conexão com aspectos econômicos-profissionais retratariam exercício legítimo do direito, não importando que o empregador não disponha dos meios para satisfazer a reivindicação; mas a paralisação “exclusivamente política”, sem relação com a realidade profissional dos empregados, seria protesto de outra ordem.

Por conseguinte, da análise empreendida, averigua-se que o direito reescreve o fato-greve sob a gramática da greve-direito, processo esse relacionado à interpelação do sujeito de direito, juridicizando a realidade. Após tal interpelação jurídica, determina-se que o fato possui dimensão jurídica e, como tal, deve ser exercido sob estreitos limites, ensejando, por fim, o momento repressivo, pelo qual o Poder Judiciário - com base na lei, na doutrina e na jurisprudência pátrias -, dita o que se pode e o que não se pode fazer em processo de captura jurídica (Corregliano, 2018, p. 235).

Contudo, como bem pontua Corregliano (2018, p. 234), “sempre haverá uma esfera espontânea das massas que não se diluirá no espaço de luta sindical”, o que pode, inclusive, ensinar “aproximações entre um sindicato mais comprometido e tais movimentações, trazendo unidade real e fortalecimento do movimento sindical frente ao Estado e aos empregadores”.

Mesmo doutrinadores mais conservadores parecem perceber tal dialeticidade, embora pendendo em favor da normatização jurídica, como se observa no seguinte trecho retirado da doutrina de Nascimento, A.. Nascimento, S. (2014, posição 1.080):

A Constituição Federal de 1988 (art. 9º) trouxe alterações até certo ponto expressivas, modificando, em alguns aspectos, o sistema até então existente e que em nenhum momento conseguiu eficácia. Ao contrário, as inúmeras proibições de greve nunca foram obedecidas pelos sindicatos, como fica demonstrado pelas diversas greves políticas, de solidariedade, em atividades essenciais, nos serviços públicos e sem o cumprimento das formalidades legais, que foram realizadas em todo o País, o que mostra que a lei não é um instrumento capaz de evitar ou paralisar greves.

Como já colocava Márcio Túlio Viana (1996, p. 297), “as greves se justificam menos pelos resultados que alcançam do que pelas apreensões que semeiam”, pois “as apreensões, por si mesmas, também geram resultados”, sendo tal instrumento - ou mesmo sua ameaça - “o mais eficiente processo de conquista de direitos da classe trabalhadora”.

Sobre a regulamentação desse processo, para o autor, a experiência mostra que “a greve existe *com* ou *sem* a lei, e, muitas vezes, *contra* a lei”, de maneira tal que toda vez que o Direito tentou cerceá-la, essa “desprezou o Direito, transbordando de seus limites e se impondo como fato social irresistível” (Viana, 1996, p. 297).

No cenário em análise, a proposta da Greve Internacional Feminista tensiona os pilares e requisitos elaborados juridicamente, propondo, como descrito no capítulo anterior, dinâmicas e modos de organização distintos, evidenciados no que se refere à definição de trabalho e organização das e dos trabalhadores, métodos, sujeitas e sujeitos que a constroem, características do movimento - em especial a temporalidade e ubiquidade das ações - e aos próprios objetivos.

Para melhor compreender tais tensionamentos, a seguir melhor evidenciados, convém primeiramente destacar que, “enquanto forma de luta, ferramenta dos trabalhadores e trabalhadoras”, a greve só poderá ser considerada obsoleta quando da transposição revolucionária do capitalismo, com construção de uma alternativa civilizacional, de modo que, contrariamente a diagnósticos que propugnam sua atrofia em tempos duros e marcados pelo estilhaçamento da coesão social, verifica-se, na realidade, a reinvenção grevista na atualidade<sup>183</sup> (Seferian, 2020a, p. 4; 5). Nessa compreensão, a greve

Multifacetada, impossível de se enquadrar em parâmetros ou modelos, invariavelmente indomável – por mais que os esforços de “legalização” e “captura” das classes trabalhadoras e seus anseios sejam operados pela institucionalidade jurídica burguesa – e, mais do que tudo, irredutível às tentativas de diluição transhistórica ou de suscetibilidade à superação, renova-se permanentemente, a demonstrar não só sua sempre pulsante atualidade como a indissociável presença porquanto subsistir o capitalismo (Seferian, 2020a, p. 6).

As reivindicações relacionadas ao movimento grevista feminista ultrapassam o mero contrato de trabalho, tensionando o próprio conceito de trabalho - pelo reconhecimento de que o trabalho não se esgota no assalariamento e na produção de mercadorias passíveis de circulação, mas abarca a reprodução social - e congregando diversas pautas da luta feminista, não só no que diz respeito ao trabalho reprodutivo e assalariado exercido por mulheres, como por proteção social, direito ao próprio corpo e fim da violência machista.

Assim, no sentido aqui empregado, a greve retomada pelo feminismo ultrapassa a definição jurídica, pois leva a uma nova investigação do que são as vidas operárias hoje, afetando toda a classe trabalhadora em sua própria redefinição de classe (Gago, 2020, p. 61).

O chamado para as manifestações do 8 de Março se dá a partir de uma diversidade de coletivos feministas, organizações políticas e militantes autônomas que se organizam para a data, de modo que sindicatos de diversas categorias, por vezes, apoiam a construção do movimento e aderem ao chamado da paralisação na data.

---

<sup>183</sup> Para além da Greve Internacional de Mulheres, o professor – elaborando no texto citado sobre a Greve Mundial pelo Clima, cita ainda o breque dos APPs e as greves sanitárias durante a pandemia como exemplos de reinvenção das práticas das mobilizações grevistas (Seferian, 2020, p. 6-7).

Outrossim, as características oportunamente elencadas no capítulo anterior – temporalidade, caráter de massas, ubiquidade e transversalidade - serão então situadas no contexto de Belo Horizonte para que sejam verificadas as “formas multifacetadas de ação, que não caminham sós ou sobrepostas, unideterminadas, mas se combinam e requalificam enquanto ferramentas de luta”, como colocado por Seferian (2020a, p. 6).

No que tange aos objetivos da greve feminista, que encontra uma combinação de pautas e objetivos que se voltam à luta anticapitalista e ao combate de opressões em seu seio, fica evidente a existência de uma luta antissistêmica, corporificada no movimento social de mulheres.

Como colocava Viana (2007, p. 264), o ambiente de solidariedade *fora do trabalho*,

[...] leva a uma nova e instigante utopia: a possibilidade de o sindicato se organizar já não apenas em volta de categorias ou ofícios, mas em torno de uma luta comum contra o sistema, ou pelo menos contra as suas distorções mais fortes – reunindo empregados e desempregados, operários e engraxates, flanelinhas e ascensoristas, prostitutas e sem-terra.

A seguir todos esses elementos - definição da greve, características, sujeitos e métodos, objetivos - serão estudados e particularizados em um dos movimentos de mulheres que encabeça o 8 de março em Belo Horizonte, para que seja possível verificar em que medida - e de que maneira - as teorizações propostas se evidenciam na prática. Outrossim, diálogos com militantes/pesquisadoras argentinas possibilitaram a reflexão sobre leituras e pontes entre os dois países.

### **4.3 O 8 de Março em Belo Horizonte**

Nesse tópico, serão abordadas as colocações realizadas por militantes do *Movimento 8 de Março Unificado de Belo Horizonte e Região Metropolitana* (8M - RMBH), elegidas, como já mencionado anteriormente, devido à proximidade da pesquisadora ao movimento e ao contexto de inserção da pesquisa. Nesse sentido, foram convidadas as mulheres que estão à frente das reuniões e da comunicação do movimento no último ano, embora não haja hierarquia formalmente estabelecida, para que pudessem relatar a respeito do movimento de mulheres na cidade - com foco nas manifestações do 8 de Março - objetivando averiguar quais suas táticas e estratégias, como se dá a articulação e a organização do movimento, quais as reivindicações comumente apresentadas, a composição em termos de diversidade das militantes e, por fim, as relações entre o movimento auto-organizado, os sindicatos e o próprio chamado - ou não - à paralisação das atividades.

Conforme mencionado anteriormente, as entrevistas foram realizadas de maneira semiestruturada, de modo a permitir às entrevistadas problematizar as categorias apresentadas, conforme ensinam Ribeiro e Vilarouca (2012, p. 202) acerca da metodologia de pesquisa por entrevista. A análise foi realizada, portanto, em abordagem não quantitativa, focalizando elementos que estimularam a inferência. Nesse âmbito, ouvir as organizadoras dos movimentos foi de grande valia para compreensão de suas pautas, reivindicações e aspirações, dos desafios enfrentados e do próprio processo de articulação e potencialidades do movimento feminista. Com efeito, as entrevistas seguramente contribuíram para a apreensão da materialidade e concretude prática do objeto de estudo, ainda que tendo a ciência de que os recortes jamais poderiam abranger todos os atores envolvidos nos processos de luta.

Inicialmente, convém tratar acerca da própria compreensão das militantes acerca do 8 de Março como uma data de luta e de mobilização. Para Firminia M. O. Rodrigues, militante do PSTU, do *Coletivo Mulheres em Luta* e do *8 de Março Unificado de Belo Horizonte*, as mobilizações que se fazem e os atos que se constroem em todos os lugares são importantes, porque mostram que as mulheres têm força, lutam, se organizam, vão para as ruas, levam suas pautas específicas e estão dispostas a lutar. Nas palavras da militante e professora da rede municipal de Belo Horizonte: “Eu acho que isso é de uma importância, de uma simbologia, não só uma simbologia do abstrato, né, mas de uma importância muito grande que mobiliza as mulheres a mobilizarem outras mulheres e mobiliza as mulheres mobilizadas pelas outras mulheres, né?”.

Dirlene Marques, militante feminista e socialista desde os anos 60 e professora da FACE-UFMG, agora aposentada, traz à tona o fato de que o reconhecimento, por parte da ONU, em 1975, do dia 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher, embora tenha unificado as mulheres internacionalmente em um processo, não reconheceu que o 8 de Março veio a partir da luta das mulheres socialistas. Lembrando o mito dos incêndios, Dirlene conclui que, seja desses mitos, seja do fato concreto das lutas das mulheres socialistas, o 8 de Março é um dia de luta, feito pelas mulheres, que, desde os anos 70 vão às ruas com reivindicações, apontando os problemas que as mulheres enfrentam dentro do capitalismo.

Em entrevista concedida no âmbito desta pesquisa, Sofia Amaral, estudante de Ciências Sociais e militante do 8 de Março, comunica que a data representa um contato intergeracional que lhe proporciona conhecer a história, contrapondo esse jogo de passado e futuro, assim como representa uma sociedade que está indignada com a situação que as mulheres vivem e que “precisa desse lugar de colocar na rua essas demandas”. Em seu relato, coloca a importância das questões afetivas, que a tocam em sua trajetória:

Eu fui para um lado menos pragmático agora, mas mais sentimental, mas eu acho que é um pouco disso, assim, sabe, que me move muito no 8 de março ainda mais... o racional é importante, a gente sabe porque que a gente tá falando das nossas pautas, colocar essas pautas é fundamental, mas, não sei, também eu acho que existe um lado afetivo daquilo que nos toca, como falo das violências, eu falei das violências, é indignante, sabe, então também é uma forma da gente canalizar em coletivo aquilo ali, assim, sistematizar as nossas demandas, assim...

Também para Karla Monteiro, psicóloga social e militante da Rede Feminista e do 8 de Março, o afeto, não só como sentimento, mas como verbo, no sentido de afetar e também ser afetado pelo outro é necessário para se construir uma unidade e para que se possa fazer o que Paulo Freire traz, ou seja, “convocar as vontades de fato”, já que as lutas são do dia a dia das mulheres, principalmente das mulheres pobres e periféricas, que, a partir das vivências, reivindicam coisas que são reais da nossa sociedade. Assim, Karla propõe pensar o esperar, pensar no afeto como verbo, na luta como verbo e no luto como verbo também - essa última chave, ressalta, trabalhada principalmente na época da pandemia.

Ana Carolina Ferreira Guimarães, conhecida como Carol, se emociona ao tratar da importância da data:

[...] para mim é o momento mais sério e importante do ano. É o momento que as mulheres conseguem ir lá, sabe? Eu não sei se todo mundo tem essa noção [...] eu fico emocionada só de dizer, porque durante muito tempo na minha vida, não podia gritar. E aí a gente pode gritar! [...], mas eu gostaria muito, assim, de fazer todo mundo entender como que o ato do 8 de março é importante demais, principalmente para quem já sofreu violência, sabe, forte, e todas nós sofremos, né, violência!

Carla Benitez, militante feminista e da Insurgência-PSOL e professora universária, já construiu a data nos estados de São Paulo, Goiás e Minas Gerais e observa que a data do 8 de Março é a data mais mobilizadora do calendário feminista<sup>184</sup>, devido a um apelo histórico muito reconhecido pelo movimento feminista que, mesmo que com narrativas diferentes e ainda que com suas dificuldades, consegue reunir um conjunto de movimentos de mulheres e movimentos sociais e, assim, pautar a conjuntura, fazendo intervenções concretas na realidade a partir desse dia, não só no Brasil.

Para além disso, Carla aponta que, como o 8 de Março é uma data muito tradicional da classe trabalhadora, de estar nas ruas e de vocalizar suas bandeiras, ela também é uma data que carrega em si um tensionamento do seu próprio formato do fazer político. Ademais, verifica dificuldades na construção de um espaço auto-organizado de mulheres, em que o tema das mulheres e da vida das mulheres esteja no centro independentemente da vinculação política, já

---

<sup>184</sup> Sobre esse aspecto, Carla problematiza o caráter calendarizado das manifestações feministas no país, que se mobilizam principalmente a partir de datas específicas, como o 8 de Março, o 28 de setembro e o 25 de novembro.

que há enfrentamentos políticos que se colocam acima da própria construção do movimento, muito pautadas pela política geral e pelos interesses dos grupos, em detrimento de uma leitura feminista dessa conjuntura geral que seja capaz de sínteses que unifiquem as mulheres.

Nesse ensejo, tratando acerca dos desafios de organizar o movimento feminista na atualidade no país, Carla cita ainda a encruzilhada colocada pelo feminismo liberal, que atinge muito fortemente as novas gerações feministas, cuja difusão do discurso pelas redes sociais, no momento histórico de fragmentação da subjetivação pessoal, faz com que essa experiência seja, muitas vezes, muito individual ou muito marcada por uma lógica neoliberal. Outrossim, tem lugar na atualidade um feminismo radical, mais essencialista, que polariza homens *versus* mulheres<sup>185</sup>. Nesse cenário, o lugar do feminismo revolucionário e anticapitalista é frágil no contexto atual brasileiro, levando ao desafio de fazer com que as lutas protagonizadas por mulheres tradicionalmente, e historicamente, sejam entendidas como lutas feministas, como as lutas das classes trabalhadoras, das mulheres camponesas, indígenas e negras.

Outro desafio colocado por Carla consiste na particularidade brasileira de se ter vivido mais de uma década de social-liberalismo, com os governos do PT em âmbito federal, o que impactou fortemente nos movimentos sociais e também no movimento feminista, com certa cooptação do feminismo. De forma resumida, nas palavras da professora e militante:

Então, eu colocaria como dois grandes desafios aí, né, essa encruzilhada do feminismo liberal e como que vem se formando essa nova geração de feministas e também o tomar para si o que é esse feminismo plural, né, olhando para os femininos populares, negros, indígenas e camponeses e, por fim, que acho que são três grandes desafios, né, esse do impacto mesmo, né, do social-liberalismo na auto-organização de mulheres e o pós, com golpe e governo Bolsonaro, né? Então colocar aí esses como talvez grandes desafios da luta feminista hoje aqui no Brasil, desde o meu olhar, né?

A questão das tensões entre o movimento social feminista e a institucionalidade governamental é uma preocupação que transparece, em alguma medida, na fala de várias das entrevistadas: Firminia coloca sua preocupação com os governos, que não se responsabilizarem verdadeiramente pelas pautas das mulheres; Sofia Amaral destaca o quanto a crença na ideia de que a delegação dos problemas à institucionalidade é prejudicial, já que, ainda que seja um espaço importante de disputa, as respostas para a construção de uma outra sociedade não virão desse espaço; Karla Monteiro menciona que, por vezes, os movimentos partidários priorizam mais as pautas do partido do que, de fato, as pautas das mulheres, com cooptação dentro dos

---

<sup>185</sup> A questão do espraiar do discurso radfem, como são chamadas as feministas radicais, é também uma forte preocupação presente na entrevista concedida por Carol e foi mencionada por Firminia como uma questão relevante de disputa em favor da pluralidade das mulheres, como as mulheres trans.

movimentos, citando inclusive dificuldades de construção conjunta com o 8 de Março Popular, movimento esse mais ligado às pautas do PT. Nessa seara, Dirlene Marques ressalta que, entre os desafios de construção do movimento feminista hoje, para além da modificação das relações de solidariedade e do coletivo pelo neoliberalismo, os governos petistas têm realizado uma cooptação dos movimentos sociais, minando a autonomia dos movimentos em relação ao Estado, de forma que se tem hoje condições muito precarizadas das lutas. Em suas palavras:

Então acho que hoje nós vivemos uma situação muito, muito ruim, né, nesse sentido de construção para o futuro, porque eu acho que até você conseguir despertar, né, os movimentos e a sociedade, né, de que sem você ter esse processo de construção autônoma você não consegue se desvincular e aí você vai ficar na eterna dependência do que o Estado vai fazer e como. Hoje o que nós temos é o Estado capitalista com um governo de frente ampla, um governo que tem, né, toda essa dependência em relação ao Estado, a perspectiva de transformação, né, via um governo que sinaliza para a esquerda, mas governa com a direita é muito ruim. Então a minha perspectiva toda ainda é voltada nessa construção, né, mais independente, autônoma dos movimentos sociais, e hoje claramente passando por esse processo que a gente discute muito no 8M, né, da necessidade que nós temos de fazer formação para poder vincular, né? Todos os movimentos identitários, né, as lutas que podem adquirir uma independência muito grande em relação à gente ligar essas duas coisas, raça com classe, é, classe com gênero, enfim, essas lutas têm que estar ligada às lutas anticapitalistas.

Por fim, entre os desafios presentes na construção do movimento feminista no Brasil, ficou evidente nas entrevistas uma preocupação com o enraizamento das lutas, congregando as mulheres em sua pluralidade e descentralizando territorialmente o movimento, assim como preocupações referentes à desmobilização geral frente a pautas urgentes.

No que se refere às principais reivindicações colocadas pelo movimento, foram mencionadas especialmente a pauta da legalização do aborto e a pauta contra as violências diversas que sofrem as mulheres, transparecendo, inclusive quando interpeladas acerca das potencialidades transformadoras do movimento, um horizonte de libertação da classe trabalhadora e da sociedade como um todo.

Nessa direção, Carol salientou a mobilização contra a pauta do nascituro, a mobilização pela legalização do aborto, a pauta contra as violências diversas, destacando a violência obstétrica e que o Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo, sendo as mulheres trans as que mais morrem, com estimativa de vida em cerca de 35/40 anos, de modo que essa pauta deve ser mais visibilizada.

Dirlene sublinhou que o movimento feminista é muito amplo, mas que, centrando naquilo que hoje tem assumido uma relevância muito grande nessas lutas, ganham destaque as seguintes discussões: a discussão sobre o privado *versus* público, já colocada pelas feministas

nos anos 70, que se desenrola na discussão da violência doméstica; e uma discussão sobre o o corpo das mulheres pertencer a elas mesmas, pensando como o corpo é visto e a importância do controle do corpo pelo capital, vez que as mulheres produzem a mercadoria mais cara do capitalismo, que é a força de trabalho - discussão a partir da qual se tem a reivindicação pelo direito ao aborto, tanto para se garantir o aborto que já é legalizado, quanto para que seja ampliado.

Carla ressalta, no mesmo sentido, justamente que as duas grandes pautas feministas que mobilizam todos os setores e todos os espaços referem-se à descriminalização e legalização do aborto e à luta contra a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Acrescenta ainda a importância da denúncia e do enfrentamento ao neofascismo no Brasil, vocalizada pelas mulheres devido ao perigo do neofascismo, do conservadorismo e do discurso de ódio. Outra pauta mencionada é a pauta antiproibicionista e antiproibicionista, que, embora de grande relevância, em espaços mais gerais, não é trabalhada ainda com a seriedade que deveria<sup>186</sup>.

Nos discursos de Carla Benitez e Dirlene Marques também tem lugar de destaque a pauta ambiental. Segundo Carla, “quanto mais o tempo passa, mais a crise ecológica se coloca na ordem do dia e, necessariamente, o movimento feminista está incorporando a discussão ambiental”. Assim, ainda que com dificuldades e com contradições, lhe parece que a pauta que vem ganhando tons, sendo especialmente puxada pelos debates ecossocialistas e ecofeministas. Para Dirlene, essa luta contra a destruição da natureza teria que ser assumida por todas nós, já que essa perpassa quaisquer outras. Por conseguinte, em seu entendimento: “a gente teria que unir a luta das opressões com a luta, né, pela defesa, né, do meio ambiente e a luta anticapitalista, eu acho que assim nós teremos alguma perspectiva de mudanças, né, a médio e longo prazo”.

Sofia, por sua vez, buscando sistematizar as principais pautas do movimento, sublinha três pontos: (i) a temática das violências - doméstica, familiar, psicológica, sexual, etc; (ii) o aborto legal e os direitos sexuais reprodutivos, ligada ao controle e à regulamentação de corpos, com a falta de acesso a métodos contraceptivos; (iii) os trabalhos de cuidado, considerando a sobrecarga de trabalho das mulheres, as jornadas triplas, a maternidade, o trabalho doméstico, o trabalho formal e o trabalho informal.

---

<sup>186</sup> Nas palavras de Carla Benitez (2023): “Então eu acho que a gente vive uma grande contradição, assim, talvez possa dizer um pouco inspirado aí na Françoise Vergès que é meio que um ponto cego, né, do movimento feminista contemporâneo e com muitos reflexos no Brasil, que é aliar, né, as lutas feministas a uma perspectiva antipunitivista, mas acho que essa é uma pauta de alguns dos grupos e, ao mesmo tempo, é uma negação dessa pauta em outros, né, desses que eu de alguma forma circulo ou contribuí, né, na construção... então me parece que essa é uma pauta urgente, central para alguns grupos e para outros ainda invisível, né, ou contraditória”.

Firminia cita pautas sempre atuais para as mulheres, como contra o feminicídio, contra a violência, a luta mais econômica - de salário igual para trabalho igual - a luta pela legalização do aborto, mas sempre ligadas a uma visão de “uma libertação real das mulheres”, que, em sua perspectiva, só pode vir com a libertação da classe trabalhadora. Em olhar semelhante, Karla vislumbra como as maiores reivindicações “uma sociedade que seja boa para todas as pessoas”, de modo que:

[...] o feminismo, ele reivindica uma sociedade igual para todos, ele reivindica que... eu penso que uma sociedade que é boa para as mulheres, para as mulheres negras, para as mulheres periféricas é uma sociedade boa para todos, então, eu acho que perpassa, né, pensando aí nesse sistema capitalista, nesse sistema racista e nesse sistema fascista aí... A reivindicação principal eu acho que é equiparação desses direitos e que de fato nós sejamos livres, né, o direito à escolha ao corpo, o direito à creche, né, o direito a salários iguais para profissões iguais, né? Eu acho que todas essas questões que perpassam numa equiparação para que a gente possa ter de fato uma sociedade livre e justa para todo mundo.

Indagadas a respeito da composição do movimento - classes, etnias, faixa etária, identificação sexual, profissões, etc. - as respostas variaram bastante no que se refere à percepção de cada uma das entrevistadas, mas, de maneira geral, prevaleceu a apreensão de que o movimento é plural e heterogêneo, com uma constante preocupação - e dificuldades - relacionada ao processo de enraizamento em lutas e territórios diversos. A categoria da educação foi destacada por Firminia, Karla e Sofia como tendo forte participação. Karla menciona também uma forte participação das bancárias.

Acerca dos métodos, táticas e estratégias usualmente utilizados pelo movimento, observa-se, em primeiro lugar, conforme relata Firminia, que o movimento consiste em uma “junção de movimentos, que se organizam para construir o de massa”, que, muitas vezes, se junta inclusive para realizar outras datas e outras formas de organização ao longo do ano. Essa frente seria, assim, uma forma de organizar vários setores de mulheres com várias lutas, com vários movimentos e formas de ver o mundo, aglutinadas para alguma organização, buscando uma unidade do conjunto de movimentos de mulheres.

Para Karla Monteiro, a “estratégia é pensar que a gente precisa fazer uma mobilização constante para que as mulheres possam entender de fato o significado da greve internacional das mulheres”. Para tanto, é necessário um constante trabalho de base e um trabalho descentralizado nas periferias para que as mulheres entendam que o dia 8 de Março não é só um dia. Além disso, preza-se por um debate político amplo durante meses, com o debate sobre o mote se iniciando em novembro do ano anterior, visando à formação das mulheres - o que, em sua visão, é emancipatório e liberta também. Em síntese, como coloca a entrevistada: “Então

a gente entende hoje que a estratégia para que a gente tenha um movimento fortalecido é pensar que esse movimento tem que ser constante, de base, descentralizado, e principalmente nas periferias”.

Sofia Amaral explicita que a organização é realizada geralmente por meio de reuniões presenciais, algumas online, a partir das quais as mulheres se organizam em grupos de trabalho, na tentativa de descentralizar as tarefas e atividades. Ademais, existe sempre um debate sobre não despolitizar o movimento feminista e o que é o 8 de Março.

Dirlene Marques explica que o processo de construção do 8M é muito longo, porque não para no 8 de Março. A ideia sempre é a de que o movimento tenha uma continuidade, tentando trabalhar durante todo o ano, com presença nas ocupações, nos processos de luta, reuniões de bairros, associações. Assim, a construção do espaço é um processo que passa por todo o ano. A construção da data mais específica, por sua vez, começa normalmente a partir de dezembro, com o chamado para as primeiras reuniões, com a ideia de trabalhar com toda a diversidade política existente, de maneira que a construção deve ser muito debatida, para poder conseguir unificar e conseguir tirar o mote de cada ano. As reuniões são todas chamadas abertas, convocadas de forma muito ampla, e, para viabilizar esse consenso, inicia-se sempre com a discussão de conjuntura, para direcionar para o mote, e opta-se por “não ficar entrando em pequenas divergências ideológicas e políticas que as pessoas têm, já que não é isso que vai dar a conformação do ato”. Na ação, procuram estar sempre juntas, para que, de fato, construa-se uma unidade. Sobre o dia do ato, Dirlene relata:

Agora, quando sai, quando a gente consegue, é muito bonito, porque cada cada movimento, cada grupo, leva a sua manifestação, leva a sua visão do processo e isso tende a ganhar, né, uma intensidade muito maior, uma repercussão muito maior, por isso que os nossos atos, eles são muito diversos, cada uma leva a sua bandeira, né? Nós temos a bandeira que unifica, mas cada um leva à sua maneira e tem toda autonomia, o direito, né, a segurança de que aquilo ali não vai ser, não vai criar nenhum trauma, né? É algo que estamos unidas nesse processo de construção.

Durante a pandemia, a organização do movimento passou por transformações e desafios próprios do momento histórico, agravadas pelas políticas - e pela ausência dessas - por parte do governo de Jair Bolsonaro.

Conforme relata Carla Benitez, na pandemia, o movimento feminista sentiu todas as dificuldades de todos os outros movimentos, referentes a como se reinventar na luta durante esse tempo histórico, tendo que lidar com a dor do luto, com as fragilidades materiais e subjetivas que coletivamente nós vivenciamos e com os desafios de ser criativo para poder lutar e intervir na realidade em tempos de isolamento. Nesse sentido, o movimento encontrou muitas

dificuldades de se auto-organizar, mas também descobriu novas ferramentas, que, inclusive, potencializaram articulações nacionais e internacionais. Isso se deu especialmente por meio das ferramentas de comunicação virtual e de novos mecanismos, que, inclusive, geraram dilemas para o 8 de Março. Como expõe acerca de sua participação do movimento na pandemia:

[...] foi todos aqueles desafios, né: “Vamos, não vamos para a rua”, “temos ou não temos condições”, “isso é radicalizar a nossa intervenção agora ou é uma irresponsabilidade”, “até onde a gente pode ir”, “como ir, né?”. Isso foi um tensionamento constante, assim, na organização dos espaços, tanto que teve, né, um dos anos que a leitura foi: “a gente precisa ir para as ruas”. Por exemplo, a leitura de Minas Gerais, né, a definição: “Não, nós vamos para rua, assim, porque o momento tá pedindo, a gente precisa ter a ousadia de pensar condições sanitárias para estarmos nas ruas dando o recado, né, do feminismo contra o genocídio promovido por esse desgoverno”, só que na véspera a gente teve um grande surto mesmo na cidade, né, sei lá, nos últimos 15 dias, né, antes do 8 de Março com tudo organizado, o grande surto da pandemia, né, e a percepção de que não tínhamos condições sanitárias mesmo que nos esforçássemos para tanto de estar nas ruas e tivemos que adaptar toda a agenda para uma agenda virtual, né? Então acho que a gente teve esses dilemas em todo movimento, não só o movimento feminista, né? De um lado a gente sabia, né, que o setor mais pauperizado da classe trabalhadora estava nas ruas na pandemia e isso nos colocava em xeque: “e isso significa que todas nós enquanto movimento devemos estar, né? Ou não, né?”. Então eu acho que foi um grande dilema, assim, ao mesmo tempo também colocar aqui para fechar mesmo, né, que a pandemia, ela evidenciou com muito mais radicalidade aquilo que a gente fala, né? Acho que a pandemia, ela deu tons muito mais nítidos para o que é essa crise do capitalismo e para dentro disso o que que é a crise da reprodução social. Então a pandemia escancarou, né, primeiro escancarou a crise ecológica, escancarou a crise da reprodução social, né? Então acho que a pandemia também colocou a agenda do feminismo em outro patamar, né? Evidenciou para as pessoas em geral, né, o quanto que a pauta do cuidado, da reprodução social, ela é central, né? E também renovou a agenda, então acho que isso também foi importante, então acho que a pandemia é um grande marco tanto para percepção feminista do mundo, como também um grande desafio para nossa forma de luta e de organização feminista, que eu percebo um pouco nesse sentido, assim, o impacto da pandemia.

Na mesma direção, Dirlene Marque aponta que a pandemia foi um processo rico, de adaptação do 8 de Março. Como relata, em 2020, a última grande manifestação que antecedeu a pandemia foi o 8 de março, logo antes do fechamento. No início da pandemia, as militantes ficaram sem saber o que - e como - fazer, mas rapidamente se adaptaram às novas tecnologias, utilizando as *lives* e a comunicação virtual. A professora aposentada e militante menciona também a discussão a respeito do ir ou não para as ruas:

Até quando começamos também a discutir que nós tínhamos saído das ruas, que quem tava morrendo era o povo pobre, né? Porque o povo pobre continuava nas ruas, então trazendo toda a discussão e a formação via internet, nós trouxemos também essa discussão, olha, e tentando entender a conjuntura, o povo pobre tava na rua e o povo pobre é que tava morrendo, né? Já não era mais quem trouxe de fora, a classe média, mas o povo tava morrendo, e a direita estava se organizando e estava cada vez maior nas ruas, então nós precisamos também de voltar para as ruas e isso foi muito bom, porque depois de muita, muita discussão também, né, que era online, que aí era fácil todo mundo em casa, então a gente rapidamente se organizava, se mobilizava e fazia

as atividades. Nós começamos a fazer também, nós fomos também, né, depois das torcidas organizadas, nós somos o primeiro movimento que foi para rua e fez a primeira grande atividade, né? Que foi o dia 28 de setembro, o dia, né, Latino-americano e Caribenho pelo Direito ao Aborto, que a gente então vai fazer uma atividade na Praça das Bandeiras e aí a gente sabia, quer dizer, não vamos levar massa nas ruas, nós queremos fazer uma bela atividade nas ruas para depois fazer uma divulgação desse processo, então a gente fez atividade, que foi muito legal, muito boa, porque, assim, a gente estava com medo, nós não sabíamos como é que o vírus funcionava, ninguém sabia, né, direito ainda. E a gente tinha medo, óbvio que nós tínhamos medo, mas depois dessa ida aí às ruas nós percebemos que era possível também conciliar as atividades online e as atividades de rua. A gente ia com muito cuidado, fazia todas as precauções necessárias, mantinha o distanciamento, mas começamos a ir para ruas, então nós fizemos um processo intenso de formação política com debates, né, com as *lives*, né, e com muita reunião, reuniões em vários locais, né, diferentes, tudo utilizando a internet e começamos também a ir para ruas, com os cuidados necessários, mas chamando o povo para a rua. Então, foi isso, quer dizer, eu acho que foi um período muito, muito interessante, de um aprendizado também muito grande a trabalhar com essa situação, mas também indo para a rua sabendo que quem estava, né, continuava sofrendo, adoecendo, morrendo, etc. era principalmente o povo que tava na rua e nós tínhamos que estar lá para solidarizar e defender esse povo também.

Carol também menciona as *lives* como ferramentas de politização, assim como a preparação para estar nas ruas, mas que, infelizmente, foi cancelada devido a um novo surto de casos na cidade.

No que se refere à ferramenta da greve, especificamente, quando interpeladas a respeito da utilização ou não dessa ferramenta, do chamado à paralisação das atividades e trabalhos exercidos pelas mulheres, Dirlene explica que, no movimento unificado do 8 de Março há um consenso por parte das mulheres em se definirem como feministas anticapitalistas, mas que tal forma de luta, colocada internacionalmente pelos movimentos feministas, no Brasil não adquiriu tanta repercussão. Em suas palavras:

[...] eu diria não sei se é empatia ou repercussão, mas, enfim, ela não pegou, né? Por mais que a gente tentasse discutir, quando foi colocado, a gente não conseguia ter um retorno, né, muito positivo das mulheres, isso aqui no nosso caso aqui a gente organizava, né, já o 8 de Março e era um período de grande mobilização, a gente tentou fazer, né, essa discussão da greve, da greve feminista, né, procurando fazer todas as discussões, né, do significado desse processo, né, internacional aqui, mas não pegou. Então aqui nós nunca fizemos nenhum tipo de mobilização ou de atuação maior dentro desta forma de luta, né, proposta internacionalmente.

No mesmo sentido, Carla entende que o debate da greve feminista no Brasil ainda não está tão enraizado, ainda que perceba a existência de uma incorporação teórica cada vez maior daquilo que fundamenta a greve de mulheres no Brasil, com reflexões que fazem a leitura sobre a centralidade das lutas no âmbito da reprodução social - e do cuidado, como algumas preferem chamar - que vêm ganhando muita força. Carla cita mesmo o tema da redação do Enem em 2023, relacionada ao trabalho de cuidados, mas ressalta que a pauta não é meramente

acadêmica, já que o debate vem sendo refletido em espaços de mulheres organizadas, seja em partidos políticos, seja em movimentos sociais, seja em movimentos feministas que constroem esses espaços como o do 8 de Março no âmbito de reflexão e de formulação.

Em sua leitura,

[...] mas ainda nós temos uma ponte a ser atravessada, é a minha impressão. Eu acho que cada vez mais a discussão está sendo colocada, mas ainda não ganha pontos de materialidade ao ponto do tema da greve ser levado a sério pelo movimento feminista no Brasil. Eu tenho um pouco a impressão que ainda há uma distância, o que não quer dizer que isso não esteja cada vez mais sendo pautado, né? O que fundamenta a discussão sobre a greve de mulheres, né, o que fundamenta a discussão da greve de mulheres já está na pauta do movimento feminista, né, no Brasil, as mulheres discutem isso, mas há uma distância, né, entre a reflexão e o como incorporar essa ferramenta de luta, né? Então eu vejo que o tema da reprodução social, do porquê que a discussão sobre o feminismo não é uma discussão do âmbito do reconhecimento, meramente do reconhecimento, ou uma luta meramente identitária ou uma luta meramente cultural, mas sim, né, uma luta estruturante e o quanto que ela permeia, né, a luta permeia o âmbito da produção e da reprodução social, isso tá colocado na agenda feminista brasileira, né... agora a ferramenta da greve internacional de mulheres ainda não foi incorporada no vocabulário, né, e na prática, na metodologia, né, do movimento feminista brasileiro, ainda que tenha fortes influências especialmente da experiência Argentina.

Sobre a discussão do chamado à greve, Carla recorda quando houve a discussão sobre o “paro feminista”, na Argentina, por volta de 2017, com o fortalecimento do NiUnaMenos, e participando ativamente das reuniões de construção do 8 de Março em São Paulo, comenta que a discussão sobre o utilizar ou não da paralisação na consigna do 8 de Março foi um tema, embora ainda não incorporado. Nessa direção, nota uma dificuldade ainda de se internacionalizar esse debate aqui desde o Brasil, mesmo que as brasileiras olhem com bons olhos para as experiências da Polônia, de Madrid, da Argentina e da Itália, por exemplo, em termos de massificação dos atos com a caracterização deles enquanto greve, enquanto paralisação. Esse desafio de incorporação no Brasil, para Carla, tem a ver com o que talvez sejam atritos do modo de fazer a luta feminista no Brasil, relacionados aos desafios de superar velhos formatos, velhas pautas e de incorporar de fato na luta essas metodologias que radicalizariam a nossa intervenção. Ademais, a lógica calendarizada seria um fator de enrijecimento das lutas, de modo que a compreensão de que a greve de mulheres para além do 8 de Março, estritamente, poderia ser uma grande oportunidade para que o debate fosse colocado de maneira mais integral. Também menciona que o movimento feminista brasileiro ainda está muito focado na construção de um campo jurídico feminista, de modo que as lutas pela legalização das pautas e bandeiras têm inclusive engessado um pouco também as lutas.

Sobre o significado da greve internacional em si, e dessa metodologia ou ferramenta de luta para o movimento feminista, Carla coloca que há uma potência muito grande gerada pela

ampliação da noção do que é classe trabalhadora e do que é trabalho, de maneira que a luta feminista e essas reflexões feministas contribuem muito para isso. Dessa forma, quando se amplia a noção do que é classe trabalhadora e do que é trabalho, amplia-se a noção do que é a luta de classe e, com isso, é possível entender a greve para além da greve no espaço de trabalho, desse trabalho reconhecido enquanto tal, como tem reflexo na greve climática e na greve de mulheres. Essas greves no âmbito da reprodução social e a greve climática afetam a própria lógica do capital: “elas não são uma greve contra o patrão, elas são contra os capitalistas, né, contra a lógica do capital”, o que seria de uma potência incrível. Nesse sentido, conclui Carla:

Então se a gente percebe que as lutas da produção e da reprodução social precisam caminhar lado a lado unificadas, né, que aquilo que vai ser mais disruptivo é de fato quando a gente conseguir construir um programa, né, radical que alie as lutas no âmbito da produção e da reprodução social e, quando a gente percebe que as lutas da reprodução social, elas podem ter outros outros formatos, né, outros mecanismos de intervenção e que a gente incorpore a greve nesse espaço, né, como é uma nova gramática política, me parece que isto é de uma potência tremenda, né? E que a gente pode de fato ir além, né, nos nossos desafios de organizar a classe em tempos tão difíceis, né, em tempos de tanta desesperança, de tanta crise, né, na nossa própria forma de lutar, né? Então eu vejo a greve feminista, a greve internacional de mulheres, como uma ferramenta potentíssima, né?

Ademais, Carla provoca o debate - outrora colocado por mulheres com quem construía o 8 de Março - de que, ainda que se tenha muitos desafios para enraizar a ferramenta da greve no Brasil, não necessariamente é preciso se utilizar o termo greve para se fazer greve, de modo que um olhar atento para as experiências mais potentes do movimento feminista no último período, no Brasil, - como as Marchas de mulheres negras, indígenas e camponesas - podem ser compreendidas como construções de experiências de paralisação de mulheres.

Outro ponto de destaque levantado por Carla é o de que, no Brasil, o ano de 2013 foi um grande marco para o movimento feminista, de modo que sua percepção é a de que 2017, o ano do chamado internacional da greve feminista, não deveria ser entendido como algo que tenha, em si, impactado tanto as articulações aqui no Brasil. Em suas palavras:

[...] eu acho que o golpe de 2016, né, primeiro a Jornada de Junho e o golpe de 2016 impactou mais diretamente a forma de organização da luta das mulheres, né, no Brasil, e aí o bolsonarismo com muita força! A greve internacional, o chamado da greve da greve internacional, eu acho que no Brasil tem sido um pouco a conta gotas, assim, então não foi: “em 2017 teve chamado internacional e isso teve um impacto direto no Brasil”, eu não percebo assim, é como se a gente não tivesse absorvido diretamente, assim, não foi isso um grande marco para nossas formas de organização, né? Eu sinto que a conta gotas essa discussão está sendo incorporada e as experiências internacionais nos impulsionando, mas de maneira processual mesmo, não teve impacto direto ao meu ver, né... Agora com relação, né, porque eu acho que tem um fundo em comum, né, as transformações do mundo, né, o estado de crise global que a gente vive e os impactos disso no Brasil especialmente 2016/2018, né, isso sim tem

impactado um pouco um chacoalhar do movimento feminista do que que nós estamos fazendo, né, de como o que a gente faz impacta na transformação do mundo, das nossas vidas, né? E como a gente pode se renovar, né? Como a gente pode se radicalizar. Eu acho que isso sim tem impactado mais as mulheres do que propriamente uma influência tão direta da luta internacional, né? Eu acho tem uma certa vanguarda, muita influenciada por, aí sim, pro que é essa transformação de uma tentativa de construir uma internacional feminista, né, ou de internacionalizar mais a nossa luta feminista que tendem a influenciar esses espaços mais amplo, isso sim, né, com esse marco muito forte de 2017 e tal, mas não sei o quanto que isso se hegemoniza ainda, né, nas nossas intervenções.... agora esse chacoalhar, ele de fato tem acontecido, né? [...] Então eu acho que muitas vezes essa legalização das nossas lutas, ela individualiza a forma como a gente vê o conflito e ela enfraquece os nossos mecanismos de auto-organização, né? E de radicalização, então isso também é um grande desafio, assim, para a gente incorporar, né, mecanismos mais radicais, assim, de luta no Brasil assim e, inclusive, a própria noção de greve, né?

Firminia, por seu turno, aponta que a greve das mulheres é importante, primeiro porque denuncia a existência de diversos trabalhos, realizados pelas mulheres, que são invisibilizados, ligados ao trabalho doméstico. Para Firminia, seria importante que a greve de mulheres fosse ampliada com a participação dos homens em uma greve mais geral ou, pelo menos, com uma discussão do conjunto da classe trabalhadora, que levasse a questionar todo o sistema. Nesse sentido, Firminia destaca que a greve foi um marco importante, “onde ela conseguiu existir”, embora efetivamente, uma greve só de mulheres, no Brasil, não tenha ocorrido, daqui de Minas Gerais. Contudo, aponta que existem outros vieses, como o de categorias majoritariamente femininas parando, como educação e saúde, cujas greves são compostas majoritariamente por mulheres, inclusive mulheres negras. Nesse sentido, uma categoria feminina, ligada ao cuidado e ao “trabalho por amor” se encontra ali lutando. Outro aspecto destacado por Firminia é do que, em Belo Horizonte, o 8M Unificado votou a favor de apoiar a greve internacional de mulheres, de fazer um chamado do 8M pela greve internacional e que tais políticas “vão e vêm” ajudando a mobilizar em determinados momentos e que, em outros, outras pautas ajudam a mobilizar. Conclui dizendo que o chamado da greve foi válido e é válido, se for chamado, até hoje, principalmente no 8 de Março.

Ainda sobre a greve internacional feminista, Karla Monteiro destaca que gostaria que o dia 8 de Março fosse um dia em que todas as mulheres pudessem parar de trabalhar - um dia de mão de obra parada das mulheres, pensando que as mulheres são as responsáveis tanto pela mão de obra remunerada, quanto pela mão de obra não remunerada ou pouco remunerada. Pensa que esse dia é um dia que de fato as mulheres precisam “estar nas ruas, em greve geral, para mostrar para a sociedade que quem gira a economia desse país, quem gere e gesta, de fato, pensando de uma forma literal, de gestar mesmo” são as mulheres. Em síntese: “nós somos quem pare a

classe trabalhadora, quem cria a classe trabalhadora”. Assim, para Karla, o 8 de Março é um dia internacional de luta, um dia internacional de greve.

Sofia e Carol, por outro lado, visualizam a ferramenta da greve muito mais em seu sentido histórico do que como um chamado na atualidade, embora tenham acordo de que seria uma ferramenta fantástica se fosse implementada de fato. Nas palavras de Carol:

Então eu acho que aí a gente tava no período diferente, porque quando você vai pegar lá na década de 20, de 1920, que as mulheres começam a fazer greves feministas, ali você tinha um movimento operário muito forte, muito machista, as mulheres vão ser emancipar para além dos homens e vão botar para quebrar. Então eles têm um momento da sociedade muito específico, né? E a gente não tem isso hoje, assim, nem as medidas que a Damares teve dentro do governo Bolsonaro fez com que as mulheres se revelassem, essa forma de pressionar, porque poderiam pelo menos ter derrubado a Damares, poderia ter pressionado muito mais, mas a gente não conseguiu fazer isso, sabe? Então assim a gente tem força para fazer isso? Então aí eu fico pensando muito agora se me perguntar assim: “é importante?” Eu acho de suma importância, eu acho que se as mulheres conseguissem sentar todos, sindical, estudantil, sabe se você pegar todo mundo e vamos parar o país, eu acho isso de suma importância, eu acho que ia dar uma revigorada! Inclusive, eu acho que até a lógica política poderia ser modificada no Brasil, então se perguntar se você quer fazer, se topa, se tá a fim de construir... agora se isso vai chegar no Brasil, eu não sei! Então eu tenho muita dificuldade, assim, de entender a greve internacional de mulheres.

No mesmo sentido, Sofia não visualiza condições de efetivamente se puxar uma greve feminista aqui, como fica evidente em sua fala:

[...] honestamente eu, Sofia, nunca nem ouvi falar de greve feminista dentro dos movimentos sociais, assim, dos movimentos que eu componho. Greve feminista para mim eu vejo na teoria feminista, entendeu? Na história, né, das greves, as sufragistas, né, das jornadas de trabalho, no tempo histórico, mas isso enquanto acadêmica, porque enquanto militante... então, é isso, para mim consiste num tempo histórico, entende? Assim, num lugar que é histórico, não é hoje, no presente, na atualidade, assim, ainda que a gente debata greve, né? A gente debate questões de greve, mas a gente, geralmente, os movimentos, eles, sobretudo o feminista, ele apoia as greves sindicais, de trabalhadoras, de classe, estudantis e etc., mas ela não, nunca ouvi a possibilidade de puxarmos uma greve...

Verifica-se, portanto, a partir das entrevistas, que, embora a ferramenta da greve feminista ainda não tenha sido incorporada como método do movimento 8 de Março Unificado em Belo Horizonte, os debates que permeiam as discussões para a organização do movimento e as reivindicações presentes nas marchas e vocalizadas nas ruas contêm - com particularidades locais - as mesmas bandeiras presentes fortemente em outras partes do mundo e na própria Greve Internacional de Mulheres proposta pelo movimento na Argentina, o que sustenta e evidencia a ubiquidade transversal exposta no capítulo anterior.

Nesse diapasão, para além dos temas centrais da luta contra a violência machista e pelos direitos sexuais e reprodutivos, adquire centralidade a discussão referente aos trabalhos

reprodutivos - ou de cuidados -, à sobrecarga de trabalho colocada sobre as mulheres, assim como à precarização dos trabalhos formais, no país evidenciadas nas palavras de ordem contra as reformas trabalhista e da previdência e na organização de setores feminilizados da força de trabalho.

Assim, o movimento do 8 de março se reivindica anticapitalista acima das diferenças programáticas e políticas dos grupos que o compõem, chamando a pluralidade de mulheres a se somarem à construção do movimento e às reivindicações e à luta.

Além disso, há nuances relacionadas à relação entre os movimentos grevistas e os sindicatos no país, de modo que as falas evidenciaram tanto o apoio do movimento a greves puxadas por categorias feminizadas e a greves diversas, quanto o apoio de sindicatos à organização e às manifestações da data de 8 de Março, o que se dá, por exemplo, midiaticamente, na mobilização e convocação à data, nos aportes financeiros concedidos e na viabilização de espaços e equipamentos para as reuniões e para o ato. Outrossim, como transparece nas entrevistas, a relação entre os movimentos auto-organizados e os sindicatos - e a institucionalidade de maneira geral, como fica evidente também na relação com os partidos políticos - não é isenta de tensões e, nessa dialeticidade, são facilitadas mediações conforme a conjuntura política e as articulações possíveis de sindicatos mais envolvidos e combativos. Alguns, inclusive, aderem à paralisação de atividades no dia das mulheres, caso exemplificado pelas companheiras argentinas e verificado de maneira pontual também nacionalmente<sup>187</sup>.

Por fim, no que se refere aos diálogos estabelecidos com outros países, é perceptível que, embora 2013 e 2015 sejam anos marcantes para o movimento feminista brasileiro e anteriores ao chamado grevista feminista - percepção já enunciada no capítulo precedente quando da recuperação de pautas e articulações de mulheres no país - são estabelecidos diálogos e articulações internacionais que se influenciam reciprocamente. É o que transparece na seguinte fala de Dirlene:

Nossa luta parte, né, que é do local para o global, né? Que a gente faz o nosso mundo... uma outra coisa também que o movimento vai crescendo muito a partir, né, de uma certa época, mas nesse processo aí da pandemia, né, isso vai ser mais intenso, que é a integração ou tendo uma referência nas lutas feministas da América Latina e do Caribe. Isso foi uma coisa interessante, porque na história, né, nossa, nossa visão

<sup>187</sup> Em 2019, por exemplo, conforme Circular 013/19, o 38º Congresso do ANDES-SN deliberou pela adesão e construção da Greve Internacional Das Mulheres, no dia 8 de Março, com paralisação nas universidades, institutos federais e CEFET, indicando que “as seções sindicais e secretarias regionais participassem da construção das plenárias estaduais e municipais para a construção do 8 de março e que fosse realizada uma rodada de assembleia geral para deliberar sobre a paralisação no dia internacional de luta das mulheres” (ANDES, 2019, n.p.). Em 2022, as trabalhadoras técnico-administrativas em educação da UFJF (Juiz de Fora e Governador Valadares) e IF Sudeste MG (campus Juiz de Fora e reitoria) aderiram à greve internacional de mulheres. Nessa data, o SINTUFEJUF realizou uma marcha juntamente com mais de 50 organizações da cidade (SINTUFEJUF, 2022, n.p.).

nossos olhares, né, de todos os movimentos, não só o feminista, era muito para Europa, né? E depois a gente passa a ter muito esse olhar voltado aqui para a América Latina. Então essa luta pelo direito ao aborto é uma luta que a gente vai passar a ter muita referência com as mulheres argentinas, né? E nós trouxemos nesse período da pandemia, aquele “o estuprador é você”, trazendo toda a discussão, né, da violência da mulher, nós fizemos várias performances nas ruas também conhecido, copiado, né, trazido a partir das mulheres chilenas, então a gente passa a ter esse processo de integração com a América Latina que vai ser muito rico, né? É até muito interessante, porque com esse processo online, etc. a gente começa inclusive a fazer conversas, debates, né, com mulheres de vários outros [países], em especial da Argentina e do Chile, né? Que a gente fez também *lives*, né, incluindo essas mulheres vindas de outros locais para poder trazer a experiência das lutas e como que elas se organizavam, sabendo que as mulheres argentinas para a gente passaram a ser uma referência, né, nessa luta pelo nível de mobilização, de persistência, né, e de continuidade que elas tiveram ao longo da história para conquistar várias vitórias, em especial direito ao aborto que depois vai um pouco crescer pela América Latina. Então, é isso eu acho, internacionalmente nos outros países, né, mais europeus, que eram onde a gente tinha o olhar até alguns anos, mais recentemente a gente vai passar a ter essa integração muito mais com a América Latina do que com a Europa, e isso é um processo rico, né? Nós aprendemos muito com elas e acho que elas também levam alguma, um pouco da nossa experiência.

Sofia menciona experiências na Colômbia e no Chile como momentos inspiradores essenciais para que se somasse às construções do 8 de Março no Brasil. A experiência do 25 de novembro de 2022 no Chile lhe impressionou no sentido de como as mulheres lá conseguem colocar tantas pessoas na rua. Sobre a Colômbia, relata que, em 2020, vivenciado o 8 de Março por lá:

[...] eu vi as ruas cheias, eu vi um movimento social e eu vi, assim, aquilo me deu muito brilho no olho e, depois que eu voltei de lá, eu fiz uma promessa para mim mesma, assim, de que eu iria estar em todos os outros 8 de março até minha saúde me permitir, assim, essa era minha grande promessa de vida, assim... então isso foi muito marcante para mim! [...] Então quando eu voltei da Colômbia, foi quando eu falei “Cara, eu vou procurar um movimento social e eu vou me organizar! Isso, é isso que eu quero!” E conheci o 8M, e aí foi quando essa minha trajetória, assim, até chegar no 8M Unificado daqui de BH, que hoje é um movimento em que eu estou, participo, construo ativamente.

Para Karla Monteiro, também a América Latina tem um grande movimento de mulheres, sendo a Argentina país de destaque para o movimento de mulheres, devido à “experiência da Onda Verde, que começa aqui nas mulheres da América Latina, principalmente na Argentina, e tem uma dimensão a nível internacional”. Conclui, nesse sentido, que: “então eu percebo um crescimento desse movimento unificado de uma greve internacional a partir das lutas e das pautas das mulheres, sim, das atividades das mulheres, sim”.

A seguir, tratar-se-á mais detidamente acerca das entrevistas realizadas com militantes argentinas, visando a compreender os fenômenos da greve e de seu chamado, estabelecendo possíveis paralelos entre Argentina e Brasil.

#### 4.4 O movimento feminista internacional na Argentina e os horizontes internacionais da luta feminista

Para além das militantes que compõem o *8M Unificado em Belo Horizonte e Região Metropolitana*, foram estabelecidos diálogos com militantes e pesquisadoras argentinas - diálogos esses estabelecidos devido a referências políticas e acadêmicas, assim como ligadas ao fato de o objeto de estudo da greve internacional tem chamado fortemente ligado a coletivo daquele território.

Nessa investigação, destaca-se o apontamento colocado por Romina Lerussi e Mercedes de Mendieta de que os *Encuentros Nacionales de Mujeres* da Argentina, que acontecem desde 1986, agora denominado *Encuentro Plurinacional de Mujeres, Lesbianas, Travestis, Trans, Bisexuales, Intersexuales y No Binaries*, confluem na diversidade que se encontra no 8 de Março e, sobretudo, na articulação do *Paro Internacional*.

Sobre a importância do 8 de Março, Mercedes de Mendieta, professora universitária e deputada na Argentina, indica que a data é muito importante para todas, porque, em primeiro lugar, é o dia das mulheres trabalhadoras, assim como prelúdio da Revolução Russa, de modo que possui esse significado histórico. Ademais, o 8 de março representa muitos anos de mobilizações de massas na Argentina e no mundo, em que o *Paro Internacional Feminista* foi impressionante, quando companheiras de distintos pontos se mobilizaram por suas reivindicações.

A respeito do *Paro Internacional Feminista* desde a Argentina, Mercedes explica que

[...] centralmente siempre es una gran movilización, ¿no? El eje de la jornada, o sea, es una jornada internacional de lucha, porque, como digo, esto ocurre en muchos países, en la Argentina toma la forma centralmente de movilización y de exigencia al paro, porque nos pasa acá que las centrales sindicales en general están dirigidas por sectores que no quieren convocar al paro, en los momentos más álgidos de los 8 de marzo algunos sectores sindicales se lográbamos arrancar el paro, docentes, estatales, como por ejemplo... pero la conducción sindical es de las centrales acá en la Argentina nunca convocaron al paro efectivo, entonces siempre un reclamo, no, por eso siempre una discusión, esto, de bueno, qué significa el paro feminista. Bueno, el paro feminista en los hechos siempre fue una gran movilización de masas, en la Argentina con exigencia al paro donde en algunos sindicatos combativos se lograba arrancar el paro efectivo pero donde la pelea era el paro efectivo porque la realidad es que eso era solo en algunos muy pocos sectores y también la idea de paro de las tareas, no, de las del hecho de que los compañeros varones pudieran hacerse cargo de las tareas domésticas ese día para que las compañeras pudieran venir a la movilización porque, bueno, obviamente hay muchas compañeras que trabajan en el trabajo reproductivo y que, bueno, para nosotras es muy importante también que pudieran estar ese día en las calles, así que el paro feminista es un poco de eso, la movilización, la exigencia del paro y donde logramos el paro efectivo, el paro efectivo y también la huelga doméstica, no? O sea, no trabajar en las casas ese día y que sean los varones u otras o

las personas que así pudiera para que las compañeras puedan participar de las jornadas de lucha.

Fica evidente em sua fala, portanto, que a mobilização de massas toma as ruas reivindicando pautas colocadas pelas mulheres, entre as quais a de uma paralisação dos trabalhos e atividades exercidas por todas as mulheres, incluindo-se aí as tarefas reprodutivas. Contudo, nota-se - assim como as tensões verificadas no caso brasileiro, em que o direito delega aos sindicatos a competência para o chamado à greve - tensões entre o chamado à paralisação e a adesão sindical.

Sobre a processualidade do movimento de mulheres na Argentina, Mercedes coloca os anos de 2015 até 2020 como o momento de apogeu, até que teve início a pandemia e se conquistou o direito ao aborto. Em suas colocações, transparece - assim como nas tensões entre as militantes independentes e aquelas do setor popular, essa últimas ligadas ao governo petista no Brasil - a tensão entre um setor do movimento feminista que passa a fazer parte do governo peronista de Alberto Fernández, que se institucionaliza e, na visão de Mercedes, desmobiliza o movimento, e os setores que permanecem independentes.

Durante a pandemia, inicialmente com total restrição, as militantes utilizaram as redes sociais, sobretudo como forma de conscientização e para gerar redes de apoio devido ao crescimento da violência de gênero na quarentena, de modo que foi um período mais de contenção e de se tratar dessa problemática. Com uma certa abertura na pandemia, a problemática do aborto foi retomada e a partir da *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto* decidiu-se pela realização de uma ação para o dia 28 de setembro de 2020, que acabou por retomar a rua com muita força. Em dezembro, o direito é conquistado com muita luta nas ruas.

A partir de então, Mercedes localiza a divisão entre o setor mais ligado ao governo peronista e o setor do feminismo independente do governo, que assim resume o processo:

[...] hasta la conquista del aborto, estuvo unificado atrás de esa pelea, luego de eso se dividió con relación al gobierno y ahora está, estamos en proceso de ver qué pasa, no, también dependerá un poco de quién termine ganando las elecciones y, bueno, como observa como del movimiento ante eso. Si gana Milei, quizás se genera algo más parecido al forá Bolsonaro, veo que un poco va más para ese lado, pero, bueno, ojalá que no gane Milei, porque sería algo muy horroroso, pero bueno, sabemos que puede pasar lamentablemente...

No que se refere à composição do movimento na Argentina, Mercedes identifica que o movimento é muito amplo, heterogêneo e policlassista, com centenas de organizações de todos os tipos: desde o feminismo popular mais ligadas ao peronismo, feminismos das dissidências, como o feminismo gordo e o feminismo LGBT+, o feminismo socialista e o feminismo radical.

Romina Lerussi, professora universitária e pesquisadora sobre feminismos e trabalho, destaca uma continuidade nos núcleos centrais do feminismo na atualidade desde Alexandra Kollontai ou Rosa de Luxemburgo, mas que, na linguagem atual, coloca preocupações de como construir uma vida humana na qual a responsabilidade por tudo que se vincula à manutenção da vida e aos cuidados dos seres humanos não esteja concentrado, como usualmente, nas mulheres heterossexuais, mas distribuído sob critérios igualitários, desde o ponto de vista do interesse comum. Como explica:

[...] ese me parece que uno de los meollos de la cuestión y eso se traduce en todo una organización social, esto es laboral, esto es cotidiana, esto es también en la calidad de los pactos, es decir, hay todo una cadena de lugares de trabajo que tienen que ver con lo vincular propiamente, es decir, digo por ir a un lenguaje jurídico todo lo que tiene que ver con el derecho a las familias en sentido amplio tuvo una reformulación de la calidad de los pactos o sin estar en los encuadres el derecho de la familia, insisto calidad de los pactos, pero también en la retribución de la calidad del pacto laboral, entonces el pacto vincular familiar es el pacto laboral. Es el pacto social que esté pensado de forma tal que este volumen de trabajo brutal enorme no sea sostenido, repito, por seres humanos identificados mayormente como mujeres, mayormente heterossexuales, es decir, del punto de vista estadístico más del 50% de la población mundial. Eso me parece uno de los meollos centrales, digamos.

Sobre a ferramenta da paralisação, Romina descreve essa como uma ferramenta política ou político-sindical, que se relaciona historiograficamente com o movimento operário do século XIX, trazendo essa acumulação semântica rearticulada e ressignificada:

El paro es suspender un conjunto de actividades humanas para poner en lo público algo que requiere de ser visto por muchos, por muchos seres humanos para alguna decisión que apunte una transformación igualitaria, no, desde mejorar el sueldo hasta reformular las licencias, hasta una mejor vida común, digamos, porque el paro Internacional de Mujeres articula un montón de aspectos de la vida humana. Por eso, simbólicamente, el paro y el paro Internacional de Mujeres tiene como a ver, si nos podemos entender, tiene como una acumulación semántica que viene del movimiento obrero del siglo XIX, pero que ha sido rearticulada y resignificada en el nombre del paro Internacional de Mujeres y por eso es mucho más, por eso tiene una potencia acumulada que es brutal, es enorme.

Nessa direção, a figura da paralisação no século XXI retoma um recurso simbólico para ampliá-lo, vinculando-o também às reivindicações sobre o enorme volume de trabalho de manutenção da vida diária - de cuidados, relacionais e mesmo de gestação. Nesse contexto, Romina ressalta o papel da Maré Verde nesse processo de articulação tático-estratégico do movimento feminista em sentido amplo, aglutinando militantes de setores diversos, assim como o papel do NiUnaMenos como espaço de articulação político feminista - aspectos de irradiaram na América Latina e no mundo.

A respeito da pandemia, Romina destacou que o período colocou em evidência o modo de funcionamento do “dispositivo estatal clássico familiar privado”, revelando os modos pelos quais se produz violência no interior das vidas familiares e afetivas, para além da confiança em dispositivos estatais para solucioná-la, e revelando ainda a brutal acumulação de trabalho realizado por aquelas que se identificam como mulheres, em geral responsáveis por crianças e idosos nas unidades familiares.

Victoria Fenandez, pesquisadora argentina sobre o tema da greve internacional feminista, aponta que o dia 8 de Março é um dia de encontro, de sair às ruas e de se tomar as ruas e o espaço público, embora a massividade do movimento tenha se fragmentado com a pandemia. Em sua visão, com a volta de um novo governo de direita, o movimento tende a se unificar mais. Assim, em sua leitura, as conjunturas políticas influenciam a estrutura do movimento, de modo que percebe o tema da luta pelo direito ao aborto como um tema que uniu o movimento e o massificou, e que, então, se reduziu um pouco.

Outra mudança notada pela pesquisadora é a de que, com o passar dos anos, incorporaram-se as demandas pelos direitos LGBTQIA+, sendo a paralisação também de lésbicas, trans, travestis, pessoas não-binárias e bissexuais, com o reconhecimento dessas outras identidades em espaços de trabalho formais ou não.

No que se referem às ferramentas da paralisação/greve, Victoria menciona que questões territoriais por vezes impedem que muitas melhoras possam ir ao centro, de modo que se articulam formas de manifestação que perpassam desde a visibilização à suspensão de tarefas, até à participação na própria marcha, já que não é igual para todos os sindicatos. Assim, são pensadas maneiras de realizar atividades no horário de trabalho ou mesmo de visibilizar o que o 8M significa dentro de determinado espaço laboral - o que é bastante amplo.

Em resumo, o movimento de mulheres na Argentina,

[...] en un primer momento sí estuvo nucleado, pues solamente a través de la Asamblea NiUnaMenos donde ahí están todos los espacios sindicales, de auto convocadas, de organizaciones sociales, espacios de militancia universitarios. Bueno, después eso se fragmentó después de la pandemia y hoy no está nucleado únicamente ahí, sino que hay como varias convocatorias a las marchas y espacios de debate, pero bueno, yo creo que lo rescatable es que no habemos encontrado, digamos, en la calle ese día, más menos, pero al menos la masividad y la visibilización siguen siendo un eje y también creo que otros ejes, ¿no? O sea, más allá de salir a la calle también hay muchos, esto, la organización de la economía [...], también todos los espacios universitarios en general tienen su espacio de género y también se ha intentado ir al interior de cada organización, de cada espacio de trabajo donde haya digamos núcleos de abordaje de situación de violencia de reconocimiento, digamos, de otras violencias más allá de las tan explícitas, entonces como yo creo que eso sí ha sido un avance del movimiento que es que nadie va a cuestionar que hay que hacer o no una denuncia o, digo, siempre hay un espacio de mujeres o en general se trata de que en la mayoría de

los espacios laborales y no laborales haya algún espacio donde charlar, donde acompañar y eso.

Quando perguntadas a respeito das potencialidades transformadoras do movimento no contexto latino-americano, Mercedes ressaltou que as paralisações obtiveram característica mundial desigual, com epicentro em algumas regiões, como a América Latina e alguns países da Europa, como a Espanha, mencionando ainda manifestações em alguns países do Oriente Médio, como o Irã. Acredita que houve várias transformações no sentido de se repensar o lugar das mulheres e de novos direitos conquistados, como na Argentina, na Colômbia, no México e no Equador, e que isso abre possibilidades em outros países. Acrescenta que o movimento feminista cumpre um papel político em muitos países, como na resistência das brasileiras frente ao governo Bolsonaro, na rebelião chilena em 2019 e que, onde quer que haja processos de luta, as mulheres costumam encabeçá-los. Em síntese, acredita que o mundo se está reacomodando pós pandemia e que, em perspectiva, teremos novos processos de mobilização, em disputa constante por novos direitos.

Romina, por sua vez, compreende que a maior parte dos assuntos que trabalhamos de maneira local, situada, se conecta e se interconecta com assuntos que atravessam ao redor do planeta, de modo que isso possibilita que a ação local, singular, se articule internacionalmente. Outrossim, acredita ser necessário tonificar as articulações regionais:

[...] me parece que en América Latina hay toda una tradición de articulación que precisamente ha sido un espacio de creatividad y de potencia muy grande que las dictaduras rompieron y que luego fueron nuevamente recompuestas y me parece que ese es un, a mí me parece un elemento muy fundamental, volver a recuperar, o sea, ir tonificando en las nuevas claves, porque no es lo mismo el activismo, la militancia de los 60 que la del año 2023, volver a recuperar, tonificar la articulación regional latinoamericana feminista disidente ambientalista, indígena, etcétera, etcétera desde donde poder construir una praxis teórica y política que dispute con otros dispositivos epistémicos europeos, anglosajones, etcétera, muchos de los cuales siguen siendo con los que dialogar y nos seguimos enriqueciendo porque es un lenguaje común, pero luego hay algunos elementos diferenciadores que pueden ser también nutricos para la praxis latinoamericana. Eso me parece algo muy importante, todo el desarrollo de epistemologías de teoría, de praxis legal [...].

Para Victoria, as potencialidades se relacionam com a capacidade organizativa e com as distintas estratégias e criatividade para realizá-la:

[...] creo que lo creativo de pensar una marcha, un paro en otros términos, con capacidades, o sea, que sea el encuentro el eje que sea también la alegría que no sea, o sea, depende que fecha de la agenda, pero digo también lo colectivo en la calle más allá, o sea, trasciende las reivindicaciones o las consignas que se buscan en cada marcha, ¿no? O sea, siempre pasa algo más [...] a veces es sumamente difícil en contextos donde muchas de las compañeras están agotadas, cansadas demás, pero creo que todavía el estar con otras y el luchar con otras tanto en la calle como en los

espacios [...] sigue siendo también el sostén de poner en el centro la vida, no, y no solo lo económico, que la potencialidad es que el movimiento feminista pone en el centro la sostenibilidad de la vida y hasta de nuestras vidas un poco que sean un poco más vivir todas, digamos.

Retomando agora as entrevistas no contexto brasileiro, sobre as potencialidades transformadoras do movimento feminista, em particular das articulações para o 8 de Março, transparecem nas falas o potencial de mobilização, como colocado por Firminia: “eu acho que tem um potencial real que é fazer as mulheres fazerem algo”; Karla “a potencialidade é porque mulheres unidas fazem revolução”; e Sofia:

[...] a gente tem um potencial de efetivamente construir esse horizonte de sociedade que a gente quer, sabe, de uma emancipação, eu acho que isso é muito importante, assim, a gente não perder esse horizonte anticapitalista, antipatriarcal, antirracista, contra todas as opressões, sabe... e das principais potencialidades, eu acho que é essa possibilidade de construir... [...] essa capacidade de mobilização social, assim, isso é muito potente que eu acho extremamente importante e para que mais pessoas e para que as próximas gerações já venham com uma formação feminista, sabe assim, então eu vejo muita potencialidade, assim, da gente conseguir formar as próximas gerações com o feminismo enquanto algo que é corriqueiro da vida delas mesmo, sabe assim, eu tenho certeza que de potencialidade a gente tem aberto essas portas, assim, sobretudo as que vieram antes de mim. Essa potencialidade de mobilização social, essa potencialidade de acolher as nossas violências, que nós mulheres somos atravessadas durante as nossas vidas, e canalizar em luta política que, no final das contas eu falo, eu gosto muito dessa questão, porque eu acho que é uma questão muito importante, sabe, a gente conseguir acolher e ter espaço para essas militantes canalizarem as suas demandas, sabe, porque a nossa vida é muito atravessada por essas violências, assim, e aí eu acho que o movimento feminista tem essa capacidade de transformar, sabe, essas dores em luta política e, portanto, agregar mais pessoas, aí por isso que eu falo da mobilização social.

No mesmo sentido, Dirlene aponta que os movimentos contra as opressões trazem hoje um grande potencial de mobilização, de organização e de denúncia, entre os quais se encontra o movimento de mulheres:

Nós, não temos dúvida hoje, né, as estatísticas mostram que são as mulheres que hoje estão à frente de todos os movimentos, né, mais combativos e que inclusive aqui no Brasil, quer dizer, a derrota do Bolsonaro fomos nós que vamos para a rua e que possibilitamos, né, essa derrota do Bolsonaro. Então, eu acredito muito nesse potencial dos movimentos, mas a grande questão é como fazer dessas lutas identitárias a luta contra as opressões, porque aí sim, nós estaremos, né, vinculando tudo isso a uma luta contra o capitalismo, porque na minha perspectiva é impossível você fazer uma transformação realmente desses movimentos, né, se você não transformar a sociedade, né? [...] A gente teria que unir a luta das opressões com a luta, né, pela defesa, né, do meio ambiente e a luta anticapitalista, eu acho que assim nós teremos alguma perspectiva de mudanças, né, a médio e longo prazo.

Por conseguinte, as potencialidades do movimento feminista internacionalista e anticapitalista se direcionam a um horizonte de transformação social amplo, combinando pautas

e táticas diversas, entre as quais transparece a capacidade de mobilização e de articulação de distintas pautas que afetam as mulheres em sua multiplicidade. Nesse âmbito, embora não seja sempre possível caracterizar as articulações feministas e os chamados à mobilização como greve, no sentido estrito, é inegável que as marchas e mobilizações para e na data do 8 de Março são fundamentais para a politização e para que se visualizem demandas por parte das mulheres, o que, em dimensão anticapitalista, necessariamente perpassa demandas relativas às condições dos trabalhos produtivos e aos reprodutivos exercidos majoritariamente pelas mulheres. Assim, frente aos desafios da ordem vigente - e de suas múltiplas crises - o 8 de Março representa uma data de reivindicações, demandas e estratégias diversas para enfrentamento da violência machista em suas múltiplas manifestações, em que toma relevo a dimensão anti-sistêmica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Paro y movilización, el más lindo oxímoron.*

A epígrafe acima referenciada foi destacada a partir de um pôster que tomou as ruas de Buenos Aires<sup>188</sup> no início de 2024, em particular pelas mobilizações na Argentina contra as medidas de Milei, mas poderia sintetizar a potência política das paralisações que mobilizam<sup>189</sup>, como força de luta coletiva e criativa.

Como oportunamente apresentado na introdução, o problema de pesquisa foi formulado por meio da seguinte pergunta: “Como o novo internacionalismo de mulheres, com suas táticas, estratégias e movimentos, está reinventando a greve e desafiando o neoliberalismo?” Sucintamente, portanto, esta dissertação buscou estudar a temática das greves internacionais feministas a partir do marco teórico da Teoria da Reprodução Social, como delimitada no capítulo inicial, em diálogo com o feminismo negro e os ecofeminismos. Assim, no primeiro capítulo, partindo da compreensão de que a luta das mulheres – de maneira alguma um sujeito homogêneo – deve se dar justamente como consciência e construção que decorre de uma experiência sócio-histórica compartilhada, sustentou-se a defesa do marco teórico supracitado, o qual se preocupa principalmente em entender com as categorias de opressão são coproduzidas simultaneamente à mais-valia. Desse modo, expõe-se a totalidade orgânica do capitalismo como sistema que contém não apenas o trabalho que produz mercadorias, mas também o trabalho que produz e mantém pessoas, como demonstra Tithi Bhattacharya (2023b[2017], p. 19; 34).

Nesse sentido, no capítulo inicial traçou-se o seguinte percurso: inicialmente foram recuperadas as imbricações entre a realidade das mulheres sob o capitalismo por meio das leituras feministas sobre trabalho e das formulações marxistas de longa data e, em seguida, foram situadas e debatidas contribuições de outras vertentes do feminismo, as quais compõem diálogos essenciais nas lutas feministas na atualidade. Nessa direção, por meio dos debates expostos no tópico 2.2, foram situadas contribuições do feminismo negro e das ferramentas teóricas da interseccionalidade e da consubstancialidade para a articulação entre gênero, raça e classe. Outrossim, pelas exposições apresentadas no tópico 2.3, foi situado o debate ecofeminista para compreensão da relação entre a lutas encampadas pelas mulheres e a preservação dos ecossistemas, que desafiam ainda na atualidade os processos de acumulação

---

<sup>188</sup> Criado por Cintia Irene Orellana.

<sup>189</sup> Como pontua Verónica Gago ao compartilhar uma foto do pôster em seu *Instagram*.

primitiva. No último tópico do capítulo, foi aprofundada a leitura sobre a TRS, historicamente situada a partir dos debates que a precederam e das questões que ainda permeiam sua construção. Concluiu-se pela necessidade da reconstrução da solidariedade e da ação coletiva contra os ataques contínuos e as mazelas do capitalismo, por meio de uma apreensão totalizante - conjuntura abordada nos capítulos seguintes a partir do situar da greve internacional feminista e de seus territórios de lutas.

Previamente a uma análise mais detida sobre o fenômeno da greve feminista - de maneira geral e mais particularmente na Argentina e no Brasil - foram retomadas uma série de acontecimentos históricos e de lutas nas quais as mulheres pautaram importantes reivindicações relacionadas às condições de trabalho e à reprodução social, utilizando-se, inclusive, da ferramenta da greve. Outrossim, a historicidade da data do 8 de março foi apresentada em suas origens operárias e socialistas.

Em seguida, o contexto de crise civilizacional ora experimentado foi caracterizado em suas múltiplas facetas, de forma a posicionar as lutas e movimentos da atualidade nesse cenário que guarda particularidades e contornos alarmantes para a classe trabalhadora - e incisivamente para as(os) mais vulnerabilizadas(os), entre as(os) quais as minorias de gênero e raça.

Nesse sentido, buscou-se compreender e caracterizar o novo internacionalismo feminista e as articulações que, na atualidade, repolitizam o 8 de março, pautando as reivindicações feministas nas ruas, com manifestações das mais diversas, de forma a transversalizar tais lutas em cada território - chave utilizada seguindo a proposta de Verónica Gago (2020, p. 220-223) para compreensão do transnacionalismo feminista - aqui focalizada nos trabalhos exercidos pelas mulheres e nas reivindicações a eles relacionadas.

Nesse contexto, a greve assume características próprias inscritas historicamente no contexto de crise ampla do sistema capitalista. Consoante Paula Varela (2020b, p. 157), existem particularidades que inserem esse novo internacionalismo feminista na tradição específica do feminismo contemporâneo, devido tanto a seu caráter global - envolvendo coletivos, ativistas, organizações, movimentos e mulheres dos cinco continentes - quanto a seu caráter de articulador entre três tipos de demandas que se reiteram, de modo desigual, nos movimentos feministas a nível local, quais sejam: demandas contra a violência machista; demandas pelos direitos reprodutivos; e demandas relacionadas aos trabalhos assalariados e não assalariados exercidos pelas mulheres.

Assim, buscou-se compreender o fenômeno e as características da greve feminista internacional a partir de sua processualidade, enfocando de maneira mais específica, na

Argentina, onde o movimento ganhou força e de onde se espalhou, e no Brasil, onde se insere a presente pesquisa.

Dessa leitura, foram apreendidas, entre as principais características do internacionalismo feminista, a combinação de escalas diversas e a construção de novos parâmetros, medidas e categorias políticas coletivas para se pensar, visibilizar e sentir as opressões. Outrossim, apreendeu-se a capacidade do movimento feminista de produzir ubiquidade sem homogeneidade, ou seja, ter múltiplas expressões, sem a necessidade de uniformizar-se sob alguma autoridade ideológica ou estrutura de autoridade hierárquica (Gago, 2020, p. 223-224).

Nesse âmbito, passou-se à defesa da compreensão das greves feministas enquanto instrumentos capazes de produzir transversalidade política - a construção de proximidade entre lutas diferentes - e ubiquidade - chave pela qual o feminismo permite a leitura do conflito em cada território, ultrapassando a coordenação para fazer do movimento uma força própria em cada lugar. Desse modo, a greve funciona como dispositivo organizativo, que desmistifica a ideia cristalizada de uma “identidade” ou de uma “consciência” de classe (Gago, 2020, p. 61; 279; 284) – compreensão pela qual a solidariedade não resulta da identidade, mas sim da complementaridade e da interdependência dos interesses e dos combates (Löwy, 1998, p. 99).

Outras relevantes características da greve, apresentadas por Viana (2007, p. 253; 256), e que, no contexto da pesquisa, foram analisadas no contexto das greves feministas dizem respeito a: (i) seu caráter de processo - “qualquer que seja o seu resultado em termos de conquista de direitos, quase sempre ajuda a preparar a greve seguinte” enquanto contribui para a manutenção, desequilíbrio e recomposição do próprio sistema; e (ii) seu aspecto revolucionário, inclusive em termos jurídicos, pois “o Estado deixa explodir o conflito e permite que as próprias partes produzam, a partir dele, o seu próprio direito”.

Enquanto processo, destacou-se como referido movimento delibera, pensa e organiza formas coletivas de decisão e, ao tomar a rua, extravasa cada situação particular ao mesmo tempo em que evidencia a força resultante de sua composição multitudinária, o que inclui diversas lutas e conflitos conectados. Dessa maneira, em cada conflito pontual, observa-se, ao mesmo tempo, uma crítica concreta e geral às formas de exploração e extração de valor (Gago, 2020, p. 195-197; 207).

Ademais, para compreensão da greve, foi registrada a atualidade do pensamento de Rosa Luxemburgo, por meio, especialmente, das seguintes chaves: (i) a greve compreendida como processo em corpo vivo, capaz de deslocar o binômio reforma/revolução; (ii) a potência de ruptura de cada ação, que trabalha em uma temporalidade estratégica as contradições existentes

sem esperar a aparição de sujeitos absolutamente liberados ou condições ideais de luta (Gago, 2020, p. 205-206); e (iii) a ideia de que as massas só se libertam por meio de sua ação autônoma (Loureiro, 2018, p. 102).

No que se refere especificamente à matéria trabalhista, apurou-se que, ao denunciar e problematizar realidades de trabalho não assalariadas, não reconhecidas e não remuneradas, relacionadas às formas de trabalho doméstico e reprodutivo, assim como às modalidades de trabalho das economias populares e às formas autogeridas de reprodução da vida, o movimento da greve atual, decorrente desse novo internacionalismo, transborda e integra a questão trabalhista, redefinindo-a e atualizando-a, para multiplicar seu alcance sem, contudo, diluir sua densidade histórica. Assim, o trabalho, em perspectiva feminista, atravessa diversos territórios, articulando-os hierarquicamente ao território reconhecido como “laboral”. Transversaliza<sup>190</sup>, portanto, as situações ao mesmo tempo em que as compõe, a partir de subjetividades historicamente excluídas ou subordinadas no âmbito do trabalho, negando a hierarquia entre o produtivo e o reprodutivo para construção de um “horizonte compartilhado de lutas” (Gago, 2020, p. 26; 33; 175).

Em síntese, argumentou-se que a greve, como ferramenta feminista, rechaça de maneira concreta e contundente os despojos múltiplos e as novas modalidades de exploração com as quais o capital avança sobre a provisão de cuidados, os recursos comuns e as infraestruturas para a reprodução cotidiana, conferindo caráter materialista à crítica da violência contra as mulheres e ao neoliberalismo (Gago, 2020, p. 172-173). Desse modo, verificou-se que as mobilizações para o 8 de Março, que alçaram nos últimos anos a alcunha de “greve internacional”, possibilitaram a utilização dessa ferramenta como instrumento de visibilização das lutas protagonizadas por mulheres em oposição à crise civilizacional vigente e à precarização da vida por ela engendrada, com reflexos particulares sobre as mulheres.

Após tal panorama, foram pormenorizados os territórios de luta e de desacato em que as mulheres se posicionam ante a ofensiva do capital sobre suas vidas, a partir dos territórios domésticos e de precarização. Considerando a inserção desta pesquisa no âmbito do Direito do Trabalho e sua crítica, foram destacadas as maneiras pelas quais o atual contexto de crise civilizacional afeta os trabalhos exercidos pelas mulheres, tanto no contexto produtivo, quanto

---

<sup>190</sup> Conforme anteriormente mencionado, a transversalidade política diz respeito à construção de proximidade entre lutas diferentes, sendo por meio dessa perspectiva que o feminismo busca unir movimentos existentes e futuros em uma insurgência global de ampla base contra a estrutura capitalista posta, unindo forças com outros movimentos anticapitalistas mundo afora, como o ambientalista, o antirracista, o anti-imperialista, o LGBTQ+ e com os sindicatos, concorde Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, posição 66; 68).

reprodutivo, o que se deu de maneira particular na pandemia de Covid-19, como evidenciado no último tópico do capítulo *A greve Internacional Feminista*.

Nesse cenário, destacou-se como a reprodução social se encontra ameaçada por um por políticas de ajuste e de privatização (Varela, 2020b, p. 150-151), em que os territórios domésticos, historicamente encerrados nos lares fechados, representam atualmente, para Gago (2020, p. 160), “espaços de transnacionalismo prático”, tornando possível a discussão sobre cadeias globais de cuidado, modos de invisibilização do trabalho reprodutivo e a própria falta de infraestruturas públicas que faz com que o trabalho reprodutivo assuma o custo do ajuste.

Considerando todas essas questões relacionadas ao trabalho reprodutivo, inclusive em sua faceta remunerada no trabalho doméstico, verificou-se que é justamente o caráter transversal do trabalho das mulheres as coloca em uma “localização anfíbia entre produção e reprodução” (Varela, 2020b, 153), de forma que a crise de reprodução social deve ser compreendida nas três esferas que determinam a (im)possibilidade da reprodução da força de trabalho, o que inclui, para além do trabalho não remunerado no lar e nas comunidades, a esfera do trabalho assalariado e as políticas públicas destinadas à reprodução social (Varela, 2022, p. 59).

Para além, portanto, do trabalho remunerado e não remunerado exercido no território doméstico, adentrou-se o território da precarização, onde hoje são realizadas novas formas de organização que geram reivindicações e denúncias (Gago, 2020, p. 222), relacionadas às: (i) condições presentes no mercado de trabalho, tais como os contratos precários, terceirizações e subcontratações; (ii) modificações nas condições de trabalho, como extensão, intensidade e distribuição da jornada laboral, organização do processo trabalhista; e (iii) modificações na organização sindical (Varela, 2019, p. 15), que afetam de maneiras particulares as mulheres trabalhadoras, conforme se evidenciou. Outrossim, foram abordadas demandas específicas das trabalhadoras, como as relativas ao fim do assédio no trabalho e da desigualdade salarial e as demandas relacionadas aos corpos que gestam, sobre os quais recaem as tarefas reprodutivas neste sistema.

No último capítulo, em análise acerca da ferramenta de greve e de suas tensões com o âmbito juslaboral, evidenciou-se a dialeticidade e os ruídos entre a doutrina clássica e os entendimentos jurisprudenciais e o fato social da greve - o qual não se encontra adstrito a tais determinações, mas as extrapola de múltiplas formas.

Nesse sentido, a compreensão da historicidade da positivação do direito de greve no Brasil permitiu verificar, como explica Baboin (2020, p. 13), “o movimento dialético que

permeia a greve como limite do direito e o direito como limite da greve”, possibilitando a visualização das contradições da greve enquanto direito.

Para além das questões referentes ao modo de à positivação do direito de greve no Brasil, foram pormenorizadas interpretações restritivas dada a definição conferida ao instituto e dados os requisitos para exercício em conformidade com os dispositivos de lei, de maneira a demonstrar como o direito reescreve o fato-greve sob a gramática da greve-direito - processo esse relacionado à interpelação do sujeito de direito, juridicizando a realidade (Corregliano, 2018, p. 235).

Contudo, como bem pontuado por Corregliano (2018, p. 234), sempre há “uma esfera espontânea das massas que não se diluirá no espaço de luta sindical”. Nesse sentido, consoante Viana (1996, p. 297), a experiência mostra que “a greve existe *com* ou *sem* a lei, e, muitas vezes, *contra* a lei”, de maneira tal que toda vez que o Direito tentou cerceá-la, essa “desprezou o Direito, transbordando de seus limites e se impondo como fato social irresistível”.

No cenário em análise, verificou-se que a proposta da Greve Internacional Feminista tensiona os pilares e requisitos elaborados juridicamente, propondo dinâmicas e modos de organização distintos, evidenciados no que se refere à definição de trabalho, organização das e dos trabalhadores, métodos, sujeitas e sujeitos que a constroem, características do movimento - em especial a temporalidade e ubiquidade das ações - e aos próprios objetivos envolvidos.

Nesse diapasão, as reivindicações relacionadas ao movimento grevista ultrapassam o mero contrato de trabalho, tensionando o próprio conceito de trabalho - pelo reconhecimento de que esse não se esgota no assalariamento e na produção de mercadorias passíveis de circulação, mas abarca a reprodução social - e congregando diversas pautas da luta feminista, não só no que diz respeito ao trabalho reprodutivo e assalariado exercido por mulheres, como por proteção social, direito ao próprio corpo e fim da violência machista.

Assim, como já pontuado por Gago (2020, p. 61), no sentido aqui empregado, a greve retomada pelo feminismo ultrapassa a definição jurídica, levando a uma nova investigação do que são as vidas operárias hoje, que afetam toda a classe trabalhadora em sua própria redefinição de classe.

Após tais constatações, passou-se a uma análise mais detida acerca desse movimento no contexto metropolitano de Belo Horizonte para se verificar em que medida - e de que maneira - as teorizações propostas se evidenciam na prática. Outrossim, diálogos com militantes/pesquisadoras argentinas possibilitaram a reflexão sobre leituras e pontes entre os dois países.

Nessa seara, verificou-se que o chamado para as manifestações do 8 de Março se dá a partir de uma diversidade de coletivos feministas, organizações políticas e militantes autônomas que se organizam para a data, de modo que sindicatos de diversas categorias, por vezes, apoiam a construção do movimento.

A greve feminista propõe, nessa dimensão, conformações que não se restringem ao contexto sindical, mas que, nos movimentos sociais, adquirem formatos e mobilizações distintas, pelas quais as mulheres se articulam por demandas que se enraízam em cada território. No contexto de Belo Horizonte, onde o *8 de Março Unificado - RMBH* se autocaracteriza como anticapitalista, destacam-se as leituras de conjuntura contra as reformas estruturais, a precarização do trabalho, as jornadas duplas e triplas por que passam as mulheres e que se combinam a gritos contra a violência machista, a reivindicações por direitos sexuais e reprodutivos e a embates com posições conservadoras dos governos. Sob tal perspectiva, transparece na leitura acerca das potencialidades transformadoras do movimento um horizonte de libertação da classe trabalhadora e da sociedade como um todo.

No que se refere especificamente à utilização da ferramenta da greve nesse contexto, averiguou-se a percepção de que essa ainda não adquiriu enraizamento e repercussão no supracitado movimento de Belo Horizonte como adquiriu em outras localidades, ainda que se perceba a existência de uma incorporação teórica cada vez maior daquilo que fundamenta a greve de mulheres no Brasil, com reflexões que fazem a leitura sobre a centralidade das lutas no âmbito da reprodução social, por vezes pela chave dos cuidados. Nessa direção, embora o tema seja discutido aqui, ainda não houve a incorporação da ferramenta da greve internacional de mulheres no vocabulário, como prática ou metodologia. Nota-se, assim, uma dificuldade de se internacionalizar esse debate desde o Brasil, mesmo que as brasileiras olhem com bons olhos para as experiências de outros países em termos de massificação dos atos e de caracterização desses enquanto greve ou paralisação e que sejam perceptíveis fortes influências especialmente da experiência Argentina.

Acerca desse desafio de incorporação no Brasil, foram apontadas percepções em relação a atritos do modo de fazer a luta feminista no Brasil, relacionados aos desafios de superar velhos formatos, velhas pautas e de incorporar de fato na luta metodologias que radicalizariam a intervenção. Foram citados ainda a lógica calendarizada e a focalização na construção de um campo jurídico feminista como fatores que podem enrijecer as lutas. Todavia, ainda que se tenha muitos desafios para enraizar a ferramenta da greve no Brasil, um olhar atento para as experiências mais potentes do movimento feminista no último período pode revelar construções

que podem ser compreendidas como experiências de paralisação de mulheres, que se direcionam ao centro da cidade, ou mesmo a outras cidades, para marchar.

Outro ponto de destaque levantado nas entrevistas refere-se à percepção de que as Jornadas de Junho de 2013 e o golpe de 2016 foram grandes marcos para o movimento feminista brasileiro. Em seguimento, as transformações do mundo e o estado de crise global impactaram as articulações no Brasil especialmente a partir de 2016/2018, assim como a tentativa de se construir uma internacional feminista.

Durante a pandemia, a organização do movimento passou por transformações e desafios próprios do momento histórico, agravadas pelas políticas - e pela ausência dessas - por parte do governo. Nesse cenário, frisou-se que o movimento encontrou muitas dificuldades de se auto-organizar, mas também se utilizou de novas ferramentas, que, inclusive, potencializaram articulações nacionais e internacionais - o que se deu especialmente por meio das ferramentas de comunicação virtual.

Verificou-se, portanto, a partir das entrevistas, que, embora a ferramenta da greve feminista ainda não tenha sido incorporada como método do movimento *8 de Março Unificado* em Belo Horizonte, os debates que permeiam as discussões para a organização do movimento e as reivindicações presentes nas marchas e vocalizadas nas ruas contêm - com particularidades locais - as mesmas bandeiras presentes fortemente em outras partes do mundo e na própria Greve Internacional de Mulheres proposta pelo movimento na Argentina, o que sustenta e evidencia a ubiquidade transversal aqui defendida.

Nesse diapasão, para além dos temas centrais da luta contra a violência machista e pelos direitos sexuais e reprodutivos, adquire centralidade a discussão referente aos trabalhos reprodutivos - ou de cuidados -, à sobrecarga de trabalho colocada sobre as mulheres, assim como à precarização dos trabalhos formais - no país evidenciadas nas palavras de ordem contra as reformas estruturais neoliberais e pela forte organização de setores feminilizados da força de trabalho.

Outrossim, ficou evidente que a relação entre os movimentos auto-organizados e os sindicatos - e a institucionalidade de maneira geral, como se percebe também na relação com os partidos políticos - não é isenta de tensões e, nessa dialeticidade, são facilitadas mediações conforme a conjuntura política e as articulações possíveis de sindicatos mais envolvidos e combativos. Alguns, inclusive, aderem à paralisação de atividades no Dia das Mulheres, caso exemplificado pelas companheiras argentinas e verificado de maneira pontual também nacionalmente.

Na Argentina, averiguou-se que a mobilização de massas toma as ruas reivindicando pautas colocadas pelas mulheres, entre as quais a de uma paralisação dos trabalhos e atividades exercidas por todas as mulheres, incluindo-se aí as tarefas reprodutivas. Contudo, notou-se - assim como as tensões verificadas no caso brasileiro, em que o direito delega aos sindicatos a competência para o chamado à greve - tensões entre o chamado à paralisação e a adesão sindical. Destacou-se, das entrevistas, a percepção da processualidade do movimento de mulheres na Argentina, em que transparecem tensões entre as militantes independentes e aquelas do setor popular, como também acontece no Brasil.

No que se refere às ferramentas da paralisação/greve, foram mencionadas formas de manifestação que perpassam desde a visibilização à suspensão de tarefas, até à participação na própria marcha. Assim, são pensadas maneiras de realizar atividades no horário de trabalho ou mesmo de visibilizar o que o 8M significa dentro de determinado espaço laboral - o que é bastante amplo. Na pandemia, o uso das redes sociais foi apontado como central em ambos os países. Mas, na Argentina, foi possível um avanço a partir da ação realizada no dia 28 de setembro de 2020, que acabou por retomar a rua com muita força, sendo o direito ao aborto então conquistado com muita luta nas ruas. A partir dessa conquista, houve a divisão entre o setor mais ligado ao governo peronista e o setor do feminismo independente do governo.

Por fim, quando perguntadas a respeito das potencialidades transformadoras do movimento no contexto latino-americano, foram ressaltadas, pelas companheiras argentinas, a característica mundial desigual das paralisações, com epicentro em algumas regiões; a conexão entre assuntos que trabalhados de maneira local e situada a assuntos que atravessam o redor do planeta, o que possibilita que a ação local se articule internacionalmente; e a capacidade organizativa, com as distintas estratégias e criatividade para realizá-la.

Retomando agora as entrevistas no contexto brasileiro, sobre as potencialidades transformadoras do movimento feminista, em particular das articulações para o 8 de Março, transparecem nas falas o potencial de mobilização, de organização e de denúncia e o direcionamento a um horizonte de transformação social amplo, combinando pautas e táticas diversas, entre as quais se destaca a capacidade de mobilização e de articulação de distintas pautas que afetam as mulheres em sua multiplicidade. Nesse âmbito, embora não seja sempre possível caracterizar as articulações feministas e os chamados à mobilização como greve, no sentido estrito, é inegável que as marchas e mobilizações para e na data do 8 de Março são fundamentais para a politização e para que se visualizem demandas por parte das mulheres, o que, em dimensão anticapitalista, necessariamente perpassa demandas relativas às condições dos trabalhos produtivos e aos reprodutivos exercidos majoritariamente pelas mulheres.

Assim, frente aos desafios da ordem vigente - e de suas múltiplas crises - o 8 de Março representa uma data de reivindicações, demandas e estratégias diversas para enfrentamento da violência machista em suas múltiplas manifestações, em que toma relevo a dimensão anti-sistêmica. Como verificado, são múltiplos os tensionamentos decorrentes da política, institucionalidade e juridicidade e, nesse circuito dialético, as mulheres se articulam e se mobilizam para pensar e enfrentar os desafios postos pela combinação entre o sistema capitalista e o machismo. A ferramenta da greve é, nessa proposição, um instrumento capaz de conferir maior radicalidade às intervenções, embora nem sempre seja viabilizada. De qualquer forma, as manifestações massivas de mulheres, pautando demandas articuladas, constituem característica fundamental desse novo internacionalismo feminista, cuja força enraizada, na América Latina, desafia as agruras da realidade e se atreve a propor a construção de um outro mundo.

Nessa compreensão, direcionando o olhar para o movimento em Belo Horizonte e região metropolitana, depreendeu-se que o caráter internacionalista da luta assume relevância a partir de mobilizações que já vinham sendo articuladas no país desde anos anteriores e que o chamado à greve encontra ruídos no movimento. Observou-se, contudo, que as pautas ressoam as demandas internacionais, a partir do local, com mobilizações na rua que evidenciam as pautas das mulheres, entre as quais a importância dos trabalhos reprodutivos e produtivos exercidos por elas, de modo que a paralisação pode significar também esse chamado de estar nas ruas vocalizando as demandas.

Por fim, buscando sintetizar uma resposta à pergunta formulada na hipótese, por meio da pesquisa aqui empreendida, foi possível verificar que o novo internacionalismo feminista tem pautado mobilizações que reinventam a ferramenta da greve a partir do chamado à paralisação de atividades que ultrapassam o trabalho estritamente produtivo e formal e a organização sindical - embora com dificuldades de recepção e efetivação localmente -, convocando marchas que visibilizam pautas que articulam a denúncia do machismo às suas consequências violentas sobre os corpos feminilizados. O desafio ao neoliberalismo se apresenta no caráter anticapitalista do feminismo proposto e - em cada localidade - a partir da denúncia das contrarreformas estruturais, das particularidades do trabalho exercido majoritariamente por mulheres sob o capitalismo, das condições do exercício do trabalho e da proposição de outras formas de se viver que priorizem a vida humana e não o capital.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 26(3), p. 1-17, 2018.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Estatísticas de Gênero**: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos. Março, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 03 out 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020[2019].

ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta**: uma outra história do Movimento "Queixadas" de Perus. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ANDES. Circ013/19 - **Adesão e construção da GREVE INTERNACIONAL DAS MULHERES**. 04 fev. 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/sites/circulares/circ013-19-adesao-e-construcao-da-gREVE-INTERNACIONAL-dAS-mULHERES1>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho 2.ed., 10. reimpr. rev. e ampl., São Paulo, SP: Boitempo, 2009a.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009b.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 33-58, 1º semestre de 2015.

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, p. 39-60, 2017.

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações Perigosas**: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. São Paulo: Usina Editorial, 2019[2013].

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019. *E-book*.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista. **Revista Archivos**, año VIII, nº 16, p. 37-69, marzo de 2020-agosto de 2020.

ARRUZZA, Cinzia. Do feminismo da reprodução social à greve de mulheres. *In*: BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão**. São Paulo: Elefante, p. 303-309, 2023[2017].

ASSUNÇÃO, Diana; PARKS, Letícia. Prefácio. *In*: MARTÍNEZ, Josefina L. **Nós mulheres, o proletariado**: Greve de mulheres trabalhadoras, ontem e hoje. São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, p. 15-26, 2022.

BABOIN, José Carlos de Carvalho. **A Greve como limite do direito e o direito como limite da Greve**: a historicidade da positivação. 2020. 252p. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BABOIN, José Carlos de Carvalho. **O tratamento jurisprudencial da greve política no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BANNERJI, Himani. Construindo a partir de Marx: reflexões sobre “raça”, gênero e classe. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 13, N. 3, p. 2079-2101, 2022[2005].

BARRÁGAN, Margarita *et al.* Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo: Elefante, p. 88-120, 2016.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 10 ed. São Paulo: LTr, 2016.

BELTRÁN, Elizabeth Peredo. Ecofeminismo. *In*: SOLÓN, Pablo. **Alternativas sistêmicas**: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, p. 113-144, 2019.

BENITEZ, Carla; SEFERIAN, Gustavo. Crise de civilização, crise sanitária, crise da reprodução social: leituras para uma compreensão unitária do trabalho. *In*: RODRIGUES, Carla Estela; MELO, Ezilda; POLENTINE, Maria Júlia. (Org.). **Pandemia e mulheres**. Volume I. Salvador: Studio Sala de Aula, p. 347- 364, 2020.

BENSAÏD, Daniel. Apresentação. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. *In*: MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017[2007]. *E-book*.

BENSAÏD, Daniel. **La discordance des temps**: essais sur les crises, les classes, l’histoire. Paris: Passion, 1995.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999[1997].

BENSAÏD, Daniel. **Os Irredutíveis**: teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 2008[2001].

BEZERRA, Pedro Augusto Bertolini. **Formas de resistência na periferia de São Paulo: o bairro de Perus e a força da memória nos movimentos.** São Paulo, 2011. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

BHATTACHARYA, Tithi. Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. *In: BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão.*** São Paulo: Elefante, p. 119-153, 2023a[2017].

BHATTACHARYA, Tithi. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. *In: **Marx e o Marxismo***, revista semestral, v.7, n.12, p. 14-37, jan/jun 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. Mapeando a teoria da Reprodução Social. *In: BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão.*** São Paulo: Elefante, p. 17-42, 2023b[2017].

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre de 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da reprodução social e porque precisamos dela para entender a crise do coronavírus. *In: ROQUETA, Marta et alii. **Coronavírus, gênero e a luta de classes.*** Terra sem amos: Brasil, p. 37-39, 2020.

BIAVASCHI, Magda Barros. Os direitos das trabalhadoras domésticas e as dificuldades de implementação no Brasil: contradições e tensões sociais. *In: LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira (Orgs.). **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade.*** São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres. Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, p. 243-263, jun. 2017.

BIAVASCHI, Magda Barros; DROPPA, Alisson; ALVES, Ana Cristina. A terceirização no contexto da reforma trabalhista e as decisões judiciais: limites, contradições e possibilidades. *In: DUTRA, Renata; MACHADO, Sidnei (Orgs.). **O Supremo e a Reforma Trabalhista: a construção jurisprudencial da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal [recurso eletrônico].*** Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 67-99, 2021.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. **Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

BJARNASON, Egill. Women across Iceland, including the prime minister, go on strike for equal pay and no more violence. **The Associated Press.** 24 Oct. 2023. Available at: <https://apnews.com/article/iceland-women-strike-equal-pay-970669466116a2b1a5673a8737089d46>. Access on: 24 Oct. 2023.

BLAY, Eva Alterman. 8 de Março: Conquistas e Controvérsias. **Estudos Feministas**, p. 601-607, 2/2001.

BOITO JR., Armando. **Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical.** São Paulo/Campinas: Hucitec/Unicamp, 1991.

BORGES, Maria José Rigotti. **Ouçam Mirtes, Mãe De Miguel: Trabalho Doméstico Remunerado e Desigualdades no Brasil.** Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 7 dez. 2021.

BOYLE, James. **The Second Enclosure Movement and the Construction of the Public Domain, Law and contemporary problems**, v. 66, p. 33-74, jan. 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: Acesso em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.783 de 1989.** Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17783.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17783.HTM). Acesso em: 23 dez. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 927**, de 22 de março de 2020. Brasília, DF, 22 mar. 2020a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm). Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 936**, de 1º de abril de 2020. Brasília, DF, 1º de abril de 2020b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm). Acesso em: 10 nov. 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente.** São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMACAM, Samantha; RIBEIRO, Letícia de Souza; PASQUALINI, Juliana Campregheer. Mulheres brasileiras face ao avanço do neoliberalismo e da extrema-direita. **Lutas Sociais. [S. l.]**, v. 23, n. 42, p. 124–138, 2019.

CAMBIASSO, Mariela: Marx, las clases sociales y la necesidad de volver a la teoría. *In: Ideas de Izquierda*, nº 43, Buenos Aires, p. 22-25, 2018.

CARBIN, Maria; EDENHEIM, Sara. The intersectional turn in feminist theory: A dream of a common language? **European Journal of Women's Studies**, 20(3), p. 233-248. 2013.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero [2003]. *In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pensamento feminista: Conceitos fundamentais.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 313-322, 2019a.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro [2003]. *In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 271-292, 2019b.

CAVALLERO, Lucía; GAGO, Verónica. **Una lectura feminista de la deuda: ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!** 1ª ed. Fundación Rosa Luxemburgo: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2019.

CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos. O Protagonismo das Mulheres nos Movimentos Políticos para a Redemocratização Brasileira. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**. Belém. v. 5, n. 2, p. 1-15, Jul/Dez. 2019.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, (5), p. 1-30, dez. 1995.

CHESNAIS, François. Mundialização: O Capital Financeiro no comando. **Revista Outubro**, ed. 5, p. 7-28, fev. 2001.

CIRIZA, Alejandra Graciela. 8 de marzo/ochos de marzo: Notas sobre mujeres e internacionalismos. **Revista Pluralidad y Consenso**. Editorial Senado de la República; Instituto Belisario Domínguez, Año 11, nº. 47, p. 52-57, enero-marzo 2021.

CISNE, Mirla; FALQUET, Jules. Economia política sob uma análise feminista materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 425-440, Jan./Jun. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORDOVÁ, Armando. Rosa Luxemburgo e o mundo subdesenvolvido. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. V.13, n.1, p. 1-23, 2019.

CORREGLIANO, Danilo Uler. **A captura da greve e suas fugas**. 2018. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CORREGLIANO, Danilo Uler. **O sistema de controle judicial do movimento grevista no Brasil**: da greve dos petroleiros em 1995 aos dias atuais. 2014. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COUTINHO, Adrienne Rodrigues. **A greve política e a política da greve**. Belo Horizonte: RTM, 2021.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Retrocesso Social em Tempos de Crise ou haverá esperança para o Direito do Trabalho? Uma Análise da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. **Rev. TST**, São Paulo, vol. 83, no 3, p. 17-58, jul/set 2017.

CRENSHAW, Kimberlé Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, vol. 43, p. 1241-1299, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. *In*: **VV.AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine. **Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum: Vol. Iss.1, Article 8, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016[2009].

DAVIS, Angela *et al.* Beyond Lean-In: For a Feminism of the 99% and a Militant International Strike on March 8. **Viewpoint Magazine**, February 3rd, 2017 Available at: <https://viewpointmag.com/2017/02/03/beyond-lean-in-for-a-feminism-of-the-99-and-a-militant-international-strike-on-march-8/>. Access on: September 22nd, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016[1981].

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. **Feminist Theory**, v. 9, n. 01, p. 67–85, 2008.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

DIAP. **MP 936/2020** – Análise geral e impactos do benefício emergencial de preservação do emprego e da renda. 06 jun 2020. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/89833-mp-936-2020-analise-geral-e-impactos-do-beneficio-emergencial-de-preservacao-do-emprego-e-da-renda-2>. Acesso em: 14 out 2023.

DIEESE. **Mulheres: Inserção no Mercado de Trabalho** (Infográfico). Março, 2023a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.html>. Acesso em: 02 out 2023.

DIEESE. O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas. **Estudos e Pesquisas**, nº 106, Abril, 2023b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

DÖRRE, Klaus. A nova Landnahme. Dinâmicas e limites do capitalismo financeiro. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 06, N.12, p. 536--603, 2015[2012].

DRUCK, Graça. Trabalho, Precarização e Resistências: Novos e Velhos Desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 35-55, 2011.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. A Contrarreforma Neoliberal e a Terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 289-305, Maio/Ago 2019.

DUTRA, Renata Queiroz; LIMA, Renata Santana. Relações de Trabalho, Reformas Neoliberais e a Pandemia do Covid-19: as Políticas para o Trabalho no Epicentro da Estratégia de Saúde Coletiva. **RDP**, Brasília, Volume 17, n. 94, 465-492, jul./ago. 2020.

EINARSDÓTTIR, Else Mía; STEINTHORSDOTTIR, Gerdur. **The Day the children came to the offices [1977]**. 12 July 2023. The Women's History. Archives. Available at: <https://kvennasogusafn.is/index.php?page=womens-day-off-1975>. Access on: October 24th 2023.

ELEFANTE EDITORA. **Audre Lorde**. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/autores/audre-lorde/>. Acesso em: 24 jul 2023.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. Diálogos de uma feminista com a obra de Rosa Luxemburgo: contribuições às lutas sociais de mulheres rurais. **Historiæ**, Rio Grande, v. 10, n. 1, p. 39-57, 2019.

ESTEVEZ, Alejandra. O Estallido Social chileno e ação política feminista: Entrevista com Alondra Carrillo, porta-voz da Coordenadoria Feminista 8M de Santiago/Chile. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Vol. 06, N. 03, Jul. - Set., 2020.

EVARISTO, Conceição. A noite não adormece nos olhos das mulheres. *In*: RATTTS, Alex; GOMES, Bethânia (orgs.). **Todas [as] distâncias**: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Salvador: Ogum's Toques Negros, p. 14, 2015.

FARIA, Nalu. Apresentação. *In*: GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 9-19, 2010.

FEDERICI, Silvia. A Luta das Mulheres pela Terra e pelo Bem Comum na América Latina [2017]. *In*: FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Editora Elefante, p. 199-220, 2022.

FEDERICI, Silvia. A Reprodução da Força de Trabalho na Economia Global e a Revolução Feminista Inacabada [2009]. *In*: FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista. São Paulo: Editora Elefante, p. 194-232, 2019.

FEDERICI, Silvia. Acumulação Primitiva, Globalização e Reprodução [2013]. *In*: FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Editora Elefante, p. 46-60, 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpos e apropriação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. Da Comunalidade à Dívida: a Financeirização, o Microcrédito e a Arquitetura em Mutação da Acumulação Capitalista [2014]. *In*: FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Editora Elefante, p. 114-134, 2022.

FEDERICI, Silvia. Introdução [2019]. *In*: FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Editora Elefante, p. 26-38, 2022.

FEDERICI, Silvia. Mulheres, Globalização e o Movimento Internacional das Mulheres [2001]. *In*: FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. São Paulo: Editora Elefante, p. 182-193, 2019.

FEDERICI, Silvia. Mulheres, Lutas por Terra e Globalização: Uma Perspectiva Internacional [2004]. *In*: FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. São Paulo: Editora Elefante, p. 277-302, 2019.

FEDERICI, Silvia. Salários Contra o Trabalho Doméstico [1975]. *In*: FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. São Paulo: Editora Elefante, p. 40-54, 2019.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, nº 10, p. 13-38, 2017[2016].

FERGUSON, Susan. **Women and Work Feminism: Labour, and Social Reproduction**. London: Pluto Press, 2020.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, n. 29, p. 23-59, novembro de 2017[2013].

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; CAVALCANTE, Sávio Machado. Terceirização: debate conceitual e conjuntura política. **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, p. 15-36, jan-jun. 2015.

FOSTER, John Bellamy. Financeirização do capital e crise. *In*: **Revista Outubro**, São Paulo, n. 18, p. 9-41, 1º sem/2009.

FRASER, Nancy. Contradições entre Capital e Cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 53, p. 261-288. maio-ago. 2020.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo. *In*: BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão**. São Paulo: Elefante, p. 45-68, 2023[2017].

FRASER, Nancy. Por trás do laboratório secreto de Marx - por uma concepção expandida do capitalismo. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 703-728, mar. 2015.

FRENCIA, Cintia; GAIDO, Daniel. **Feminismo y movimiento de mujeres socialistas en la Revolución Rusa**. Santiago: Ariadna Ediciones, 2018.

FUDGE, Judy. Feminist reflections on the scope of Labour Law: domestic work, social reproduction, and jurisdiction. **Feminist Legal Studies**, Canterbury, n. 22, p. 1-23, 2014.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GAGO, Verónica. Os ventos da greve sopram pela América Latina: um mapa do 8M. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 7 de março de 2022. Disponível em:

[https://diplomatie.org.br/os-ventos-da-greve-sopram-pela-america-latina-um-mapa-do-8m/#\\_ftnref7](https://diplomatie.org.br/os-ventos-da-greve-sopram-pela-america-latina-um-mapa-do-8m/#_ftnref7). Acesso em: 27 nov. 2023.

GAGO, Verónica; MALO, Marta. La Internacional Feminista. Luchas en los territorios y contra el neoliberalismo. *In:* GAGO, Verónica; MALO; Marta; CAVALLERO, Luci (Eds.). **La Internacional Feminista: Luchas en los territorios y contra el neoliberalismo**. Traficantes de Sueños: Madrid, p. 9-21, 2020.

GARCIA, Amanda Kovalczuk de Oliveira. Interseccionalidade ou Consubstancialidade: faz diferença para pensar a diferença? **Revista Novos Rumos Sociológicos**, Vol. 10, nº 18, 2022.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GARCÍA-TORRES, Miriam *et al.* Extractivismo y (re)patriarcalización de los territorios. *In:* HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Coords.). **Cuerpos, Territorios y Feminismos: Compilación Latinoamericana de Teorías, Metodologías y Prácticas Políticas**. Primera edición. Quito, Ecuador; México: Instituto de Estudios Ecológicas del Tercer Mundo: Ediciones Abya-Yala; Bajo Tierra Ediciones: Libertad bajo Palabra, p. 23-43, 2020.

GEDIEL, José Antônio Peres; MELLO, Lawrence Estivalet de. Autonomia Contratual e Razão Sacrificial: Neoliberalismo e Apagamento das Fronteiras do Jurídico. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, V. 11, N. 4, p. 2238-2259, 2020.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. 30 jul 2020. Disponível em: [mulheresnapanemia.sof.org.br](http://mulheresnapanemia.sof.org.br). Acesso em: 16 out 2023.

GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de *A Mulher Na Sociedade De Classes*. *In:* SAFFIOTI, Heleith. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e realidade**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 11-25, 2013.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: Editora Expressão Popular: SOF Sempreviva Organização Feminina, 2010[1999].

GONZÁLEZ, Cristina. Entrevista con Nancy Fraser: Neoliberalismo y crisis de reproducción social. **ConCienciaSocial. Revista digital de Trabajo Social**. Vol. 2, n. 3, p. 215-225, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher [1979]. *In:* RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 25-44, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano [1988]. *In:* RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 139-150, 2020.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX [1985]. In: TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue**. As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, p. 35-118, 2016.

HARTMANN, Heidi. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union. **Capital & Class**, 3(2), p. 1–33, 1979.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2011[2005].

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005[2003].

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9. ed., rev. e reform. São Paulo: Atlas, 2017. *E-book*.

HERNANDES, Elizabeth Sousa Cagliari; VIEIRA, Luciana. **A guerra tem rosto de mulher: trabalhadoras da saúde no enfrentamento à Covid-19**. ANESP, 17 abr 2020. Disponível em: <https://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/4/16/a-guerra-tem-rosto-de-mulher-trabalhadoras-da-sade-no-enfrentamento-covid-19>. Acesso em: 13 out 2023.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Mujeres, cuerpo y territorios: entre la defensa y la desposesión. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Coords.). **Cuerpos, Territorios y Feminismos**: Compilación Latinoamericana de Teorías, Metodologías y Prácticas Políticas. Primera edición. Quito, Ecuador; México: Instituto de Estudios Ecológicas del Tercer Mundo: Ediciones Abya-Yala; Bajo Tierra Ediciones: Libertad bajo Palabra, p. 45-62, 2020.

HERRERO, Yayo. Miradas Ecofeministas para transitar a un Mundo Justo y Sostenible. In: **Revista de Economía Crítica**, nº16, p. 278-307, segundo semestre 2013.

HERRERO, Yayo. Prólogo a la Edición Española: Ecofeminismo, más necesario que nunca. In: MIES, Mies; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**: teoría, crítica y perspectivas. Barcelona: Icaria Editorial, p. 7-10, 2014.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. Global care chains and emotional surplus value [2000]. In: ENGSTER, Daniel; METZ, Tamara (Eds.). **Justice, Politics, and the Family**. New York: Routledge, 2016.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019[2000].

hooks, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019[1984].

HORNHARDT, Amanda Menconi. Interseccionalidade, Consubstancialidade e a metáfora do “nó”: A importância das lentes analíticas para a compreensão da imbricação de gênero, raça e

classe. *In: Anais do Colóquio Marx e o Marxismo 2019*. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, 2019. Disponível em: <https://niepmarx.blog.br/anais-mm2019/>. Acesso: 31 jul 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. n. 38. 2ª edição. Rio de Janeiro, IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>. Acesso em: 03 out 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD contínua: outras formas de trabalho 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102020>. Acesso em: 02 out 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação**. 2022. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/gestao-do-conhecimento-e-estudos-educacionais/estudos-educacionais/relatorios-de-monitoramento-do-pne>. Acesso em: 31 jan. 2024.

JESUS, Mário Carvalho de. Vinte e dois anos de luta sindical nas Perus [1977]. *In: JESUS, Mário de Carvalho (Org.). Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal*. São Paulo: JMJ Consultoria e Promoções, p. 25-73, 1992.

KAPLAN, Temma. On the socialist origins of International Women's Day. **Feminist Studies**. 11(1), p. 163-171, 1985.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 86, p. 93-103, 2010.

KERNER, Ina. Relations of difference: power and inequality in intersectional and postcolonial feminist theories. **Current Sociology**, p. 1-21, 2016.

KOLLONTAI, Alexandra. As relações entre os sexos e a luta de classes [1911]. *In: MARTÍNEZ, Josefina L; ASSUNÇÃO, Diana (Orgs.). Mulheres, Revolução e Socialismo*. São Paulo: Iska, Associação Operário Olavo Hansen, p. 198-208, 2023.

KOLLONTAI, Alexandra. Dia Internacional das Mulheres [1920]. *In: GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 191-202, 2010[1999].

KOLLONTAI, Alexandra. O Dia das Mulheres [1913]. *In: GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 181-185, 2010[1999].

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. Consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 30, n. 1, p. 77-104, abr, 2018.

KREIN, José Dari; CASTRO, Bárbara. **As formas flexíveis de contratação e a divisão sexual do trabalho**. Fundação Friedrich-Esbert-Stiftung (FES), Número 6, p. 1-28, out. 2015.

KVENNAFRI. **A Full Day Women's Strike**. 24 Oct 2023. Available at: <https://kvennafri.is/en/womens-strike-2023/>. Access on: 25 Oct 2023.

LAUDANO, Claudia; KRATJE, Julia. “‘Vivas y libres nos queremos’, ‘Nosotras paramos’. Una cartografía de producciones audiovisuales en torno al Primer Paro Internacional de Mujeres”, **MILLCAYAC - Revista Digital de Ciencias Sociales**, Vol. V, Nº 9, p. 377-396, 2018.

LEMOS, Vinicius. Ministério Público do Trabalho analisa morte de doméstica no RJ após patroa ter coronavírus. **BBC News Brasil**, São Paulo, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51982465>. Acesso em: 16 out 2023.

LITERA AFRO. **Sueli Carneiro**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1426-sueli-carneiro>. Acesso em: 25 jul 2023.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença [1984]. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: Conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 239-250, 2019.

LOUREIRO, Isabel. As feministas descobrem Rosa Luxemburgo: O caldo de cultura em que encontramos Maria Mies. *In*: MIES, Maria. **Patriarcado e acumulação em escala mundial** [livro eletrônico]: mulheres na divisão internacional do trabalho. 1. ed. São Paulo: Ema Livros: Editora Timo, p. IX-XV, 2022.

LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo e o protagonismo da luta de massas**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

LÖWY, Michael. Crise Ecológica, Crise Capitalista, Crise de Civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr. 2013.

LÖWY, Michael. Por um marxismo crítico. **Lutas Sociais**, (3), 21–30. 2004.

LÖWY, Michael. Por um Novo Internacionalismo. **Lutas Sociais**, n. 5, p. 97-105, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. *E-book*.

LUXTON, Meg. Feminist Political Economy in Canada and the Politics of Social Reproduction. *In*: BEZANSON, Kate & LUXTON, Meg (org.). **Social Reproduction: Feminist Political Economy Challenges Neo-Liberalism**, Montreal: McGill-Queen's University Press, p. 11-44, 2006.

MACHADO, Bárbara Araújo. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. *In*: **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo**, Niterói, Rio

de Janeiro, Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC18/mc181.pdf>. Acesso em: 28 jul 2023.

MALLET, Estêvão. **Dogmática elementar do Direito de Greve**. São Paulo: LTr, 2014.

MANDEL, Ernest. **A crise no capital**: os fatos e a sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio: Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990[1985].

MARCELINO, Giovanna Henrique. Feminismo, ponto de renovação do marxismo. **Revista Outubro**, n. 33, p. 29-62, 2º semestre de 2019.

MARINS, Mani T. *et al.* Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 36, n. 02, p. 669–692, 2021.

MARQUES, Bruna Maria Expedito; SEFERIAN, Gustavo. Considerações Históricas sobre o Mal-Estar Estrutural do Estado Social Brasileiro. *In*: COSTA, José Ricardo Caetano; SERAU JUNIOR, Marco Aurélio; SOARES, Hector Cury (Orgs.). **O “estado de mal-estar social” brasileiro** [recurso eletrônico]. Belo Horizonte: IEPREV, p. 94-112, 2020.

MARTÍNEZ, Josefina. **Nós mulheres, o proletariado**: Greve de mulheres trabalhadoras, ontem e hoje. São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2022.

MARTINS, Giovana Labigalini; RAPOSO, Luana Duarte; CARVALHO, Laura Nazaré de. A Reforma Trabalhista e a Questão de Gênero: onde o corte é mais profundo. *In*: **Anais do III Encontro da RENAPEDTS** [recurso eletrônico]: Rede Nacional de Grupos de Pesquisa e Extensão em Direito do Trabalho e da Seguridade Social. Coordenado por Jorge Luiz Souto Maior. Belo Horizonte [MG]: Initia Via p. 132-162, 2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 28. ed. São Paulo: Adas, 2012.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017[1867].

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Ed. Unicamp, 2010[1954].

MCNALLY, David. Interseções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social. *In*: BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão**. São Paulo: Elefante, p. 155-179, 2023[2017].

MELO, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-16, 2020.

MELO, Flávia. O túnel, o Frota, a ideologia de gênero. **Ponto Urbe**, 18, p. 1-14, 2016.

MIES, Maria. **Patriarcado e acumulação em escala mundial** [livro eletrônico]: mulheres na divisão internacional do trabalho. 1. ed. São Paulo: Ema Livros: Editora Timo, 2022[1986].

MORAES, Evaristo de. **Apontamentos de direito operário**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

MORAES, Lívia de Cássia Godoi. Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa. **PLURAL - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 28.2, p. 132-158, jul./dez., 2021.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro (*in memoriam*); NASCIMENTO, Sônia Mascaro; NASCIMENTO, Marcelo Mascaro. **Compêndio de Direito Sindical**. 8 ed. São Paulo: LTr, 2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. *E-book*.

NASCIMENTO, Beatriz. Nossa Democracia Racial [1977]. *In*: RATTS, Alex. **Uma história feita por mãos negras: relações sociais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 62-67, 2021.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do Trabalho Feminino: A Realidade das Mulheres no Mundo do Trabalho. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 39-56, jul./dez. 2014.

NI UNA MENOS. **8 Ejes para el Acto 8 M ¿Por qué paramos?** 8 mar., 2017a. Disponível em: <https://niunamenos.org.ar/manifiestos/8-ejes-para-el-acto-8-m-por-que-paramos/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

NI UNA MENOS. **8M 2018**. 9 mar., 2018. Disponível em: <https://niunamenos.org.ar/manifiestos/8m-2018/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

NI UNA MENOS. **Llamamiento al paro feminista 8M 2019**. 8 jan., 2019. Disponível em: <https://niunamenos.org.ar/manifiestos/llamamiento-al-paro-feminista-8m-2019/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

NI UNA MENOS. **Llamamiento al Paro Internacional de Mujeres – 8 de marzo 2017**. 23 jan., 2017b. Disponível em: <https://niunamenos.org.ar/manifiestos/llamamiento-al-paro-internacional-de-mujeres-8-de-marzo-2017/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

NI UNA MENOS. **Llamamiento transfronterizo a la Huelga Feminista este 8 y 9 de Marzo 2020**. 6 mar., 2020. Disponível em: <https://niunamenos.org.ar/manifiestos/llamamiento-transfronterizo-la-huelga-feminista-este-8-9-marzo-2020/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

NICOLI, Pedro Pedro Augusto Gravatá; VIEIRA, Regina Stela Corrêa. Trabalho de gestantes em ambiente insalubre: gênero e as ambiguidades decisórias do STF na ADI 5938. *In*: DUTRA, Renata; MACHADO, Sidnei (Orgs.). **O Supremo e a Reforma Trabalhista: a construção jurisprudencial da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal [recurso eletrônico]**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 195-215, 2021.

OLIVEIRA, Renata Cerqueira Nabuco. **A (In)Compatibilidade Jurídica do Exercício da Greve Política diante do atual Ordenamento Jurídico Brasileiro**. 2019. Monografia (Curso

de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito e Processo do Trabalho), Faculdade Baiana de Direito e Gestão, Salvador, 2019.

ORAN, Serap Saritas. Aposentadoria, pensões e reprodução social. *In*: BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, p. 235-270, 2023[2017].

ORIONE, Marcus; SILVA, Júlia Lenzi; SANTOS, Ronaldo Lima dos; BATISTA, Flávio Roberto; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Barricadas como atos de legítima defesa da greve. 11 out. 2023. **Folha de S. Paulo**, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/10/barricadas-como-atos-de-legitima-defesa-da-greve.shtml>. Acesso em: 15 dez. 2023.

PAIXÃO, Mayara. 8 de março: mulheres organizam atos por todo o Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo - SP, 07 mar. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/07/8-de-marco-atos-das-mulheres-acontecerao-por-todo-o-brasil>. Acesso em: 28 nov. 2023.

PALMEIRO, Cecilia. Ni Una Menos: las lenguas locas, del grito colectivo a la marea global. **Cuadernos de literatura**, Vol. XXIII, n.º 46, p. 177-195, julio-diciembre 2019.

PASSOS, Rachel Gouveia; NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 484-503, set./dez, 2018.

PAULSON, Susan. **Desigualdad social y degradación ambiental en América Latina**. Quito: Ediciones Abya Yala, 1998.

PEDROSA, Mário. **A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920, **Ler História** [Online], 66, n.p. 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/720#text>. Acesso em: 28 jan. 2024.

PERROTA, Ana Paula. Serpentes, morcegos, pangolins e ‘mercados úmidos’ chineses: Uma crítica da construção de vilões epidêmicos no combate à Covid-19. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-6, 2020.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. **Vulnerabilidades das Trabalhadoras Domésticas no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil**. Nota Técnica nº 75 (DISOC), jun 2020. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35791](https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35791). Acesso em: 29 set 2023.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. Rosa Luxemburgo e a expansão imanente do capitalismo. **Geusp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 812-829, dez. 2017.

RAMALHO, Fabrício Máximo. Atividades Essenciais: da Greve à Pandemia. *In*: SEFERIAN, Gustavo; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz (Orgs.). **Direito do Trabalho e Crise Sanitária da**

**Covid-19:** Leituras críticas desde o GPTC-USP. Campinas, SP: Lacier Editora, p. 944-955, 2021.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; VILAROUCA, Márcio Grijó. Quando devo fazer pesquisa por meio de entrevistas, e como fazer. *In:* QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (Coords.). **Metodologia Jurídica:** um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Saraiva, p. 212-240, 2012.

ROQUE, Tatiana. PATRÍCIO, Mariana. As pautas e os ecos de Junho de 2013. **Revista Cult.** 13 jun. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/as-pautas-e-os-ecos-de-junho-de-2013/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ROSS, Robert J. S. Bread and Roses: Women Workers and the Struggle for Dignity and Respect. **Working USA: The Journal of Labor and Society**, Volume 16, p. 59–68, March 2013.

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v.12, n.01, p. 379-415, 2020.

RUAS, Rhaysa. **Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes.** 225 f. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015[2004].

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes:** Mito e realidade. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013[1969].

SALEM, Sara. Intersectionality and its discontents: Intersectionality as traveling theory. *In:* **European Journal of Women's Studies**, p. 1-16, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez. 1995.

SEFERIAN, Gustavo. “A sexualidade é uma questão política”: a IV Internacional e a luta pela libertação das LGBTs”. *In:* **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2019 - Marxismo sem tabus – enfrentando opressões**, Niterói, ago. 2019a.

SEFERIAN, Gustavo Scheffer Machado. **Direito do Trabalho como barricada:** sobre o papel tático da proteção jurídica do trabalhador. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Seguridade Social) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

SEFERIAN, Gustavo. “O pulso ainda pulsa”: sobre a vitalidade histórica da greve e sua reinvenção ecológica. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 18, Trabalho e Meio Ambiente, p. 1-11, 2020a.

SEFERIAN, Gustavo. Contrarreformas Trabalhistas e (Mais)Valorização da Negociação Coletiva no Contexto da Crise Sanitária. *In:* SEFERIAN, Gustavo; SOUTO MAIOR, Jorge

Luiz (Orgs.). **Direito do Trabalho e Crise Sanitária da Covid-19**: Leituras críticas desde o GPTC-USP. Campinas, SP: Lacier Editora, p. 860-874, 2021.

SEFERIAN, Gustavo. Entre crises de civilização: ascenso e ocaso das funções capitalistas do Direito Do Trabalho e as novas tarefas tático-ambientais da proteção jurídica das trabalhadoras e trabalhadores. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 124, p. 207-253, jan./jun. 2022.

SEFERIAN, Gustavo. Financeirização do Capital e da Justiça do Trabalho: Leituras Críticas do Acesso à Justiça e aos Direitos Trabalhistas (2000-2018). **Direito Público**, [S. l.], v. 16, n. 88, p. 70-85, 2019b.

SEFERIAN, Gustavo. Onze proposições sobre o direito do trabalho desde a perspectiva ecossocialista. **Teoria Jurídica Contemporânea**, v.4, n.1, p. 89-110, 2019c.

SEFERIAN, Gustavo. Sobre o uso da miséria historiográfica e a relevância da investigação histórica na aplicação do Direito do Trabalho. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, n. 43, p. 1-25, 2019d.

SEFERIAN, Gustavo. Trabalho, crise e direito. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 11, N. 04, p. 2140-2161, 2020b.

SEVERO, Valdete Souto. Trabalho e Violência contra a Mulher. **Cadernos do Programa de Pós-graduação em Direito**. PPGDir/UFRGS. Edição digital. Vol. XV, Nº 1, p. 251-275, 2020.

SEVERO, Valdete Souto; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Manual da reforma trabalhista: pontos e contrapontos**. São Paulo (SP): Sensus, 2017.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.**, Porto Alegre, v.1, n1, p. 61-71, jan./mar. 2000.

SILVA, Alessandro. A Ofensiva do Capital em Marcha: o Caso do Art. 18 da MP n. 927. *In*: SEFERIAN, Gustavo; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz (Orgs.). **Direito do Trabalho e Crise Sanitária da Covid-19**: Leituras críticas desde o GPTC-USP. Campinas, SP: Lacier Editora, p. 485-493, 2021.

SILVA, Eduardo Ângelo da. Movimento Contra a Carestia. *In*: FORTES, Alexandre; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo (Orgs.). **Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014)**. Rio de Janeiro: EDIM-IM-UFRRJ, n.p., 2014.

SILVA, Polyana Alves Almeida da. **O protagonismo feminino nas greves de 1917**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Vinicius Faustino Ferreira da. **Movimento do Custo de Vida**: resistência periférica e organização popular no contexto da Ditadura na década de 1970 em São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

SILVEIRA, Maria Lúcia da *et aliae*. **Direito ao aborto, autonomia e igualdade**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), dezembro de 2018.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. 8 de março: em busca da memória perdida. *In: Feminismo e Luta das Mulheres: análise e debates*. SOF: São Paulo, p. 61-67, 2005.

SINTUFEJUF. **TAES da UFJF e IF Sudeste MG paralisaram as atividades em adesão à greve internacional das mulheres, em 8 de março**. 10 mar. 2023. Disponível em: <https://sintufejuf.org.br/taes-da-ufjf-e-if-sudeste-mg-paralisaram-as-atividades-em-adesao-a-greve-internacional-das-mulheres-em-8-de-marco>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. O direito de greve nas Constituições brasileiras: um breve debate sobre o século XX. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 120-130, 2015.

SORJ, Bila; FRAGA, Alexandre Barbosa. Licenças maternidade e paternidade no Brasil: direitos e desigualdades sociais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 39, p. 1–19, 2022.

SOUTO MAIOR, Giovanna Maria Magalhães. A Naturalização da Fraude como o vírus que contamina o Direito do Trabalho e a sua potencialização no Ambiente do Covid-19. *In: SEFERIAN, Gustavo; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz (Orgs.). Direito do Trabalho e Crise Sanitária da Covid-19: Leituras críticas desde o GPTC-USP*. Campinas, SP: Lacier Editora, p. 277-291, 2021.

STABILE, Carol A. Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas sobre o abismo. *In: WOOD, Ellen; FOSTER, John. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 145-160, 1999[1997].

STF. **STF afasta trechos da MP que flexibiliza regras trabalhistas durante pandemia da Covid-19**. 29 abr., 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442355&ori=1>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SUDRÉ, Lu; GUIMARÃES, Juca. No 8 de março, mulheres de todo o Brasil enaltecem Marielle e criticam Bolsonaro. **Brasil de Fato**. São Paulo (SP). 08 mar., 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/08/no-8-de-marco-mulheres-de-todo-o-brasil-enaltecem-marielle-e-criticam-bolsonaro>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SUTTI, Erazê. MP 927 e Preservação do Emprego. *In: SEFERIAN, Gustavo; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz (Orgs.). Direito do Trabalho e Crise Sanitária da Covid-19: Leituras críticas desde o GPTC-USP*. Campinas, SP: Lacier Editora, p. 464-484, 2021.

TEIXEIRA, Kátia Albuquerque Ferreira; FARIAS, Tuane Virginia Tonon Pires de. MP n. 936, Antecipação de Tutela na ADI n. 6.363 e a Atuação Sindical. *In: SEFERIAN, Gustavo; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz (Orgs.). Direito do Trabalho e Crise Sanitária da Covid-19: Leituras críticas desde o GPTC-USP*. Campinas, SP: Lacier Editora, p. 528-538, 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches! *In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs.). Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora* Campinas, SP: Edições Leitura

Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, p. 21-34, 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

THE WOMEN'S HISTORY ARCHIVES. **Women's Day Off**. Available at: <https://kvennasogusafn.is/index.php?page=womens-day-off>. Access on: 24 October 2023.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed., 2004[1963].

TIBLE, Jean. Lutas operárias em São Paulo e no ABC nos anos 70. **Lugar comum – estudos de mídia, cultura e democracia**. n. 25-26. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 291-309, mai-dez/2008.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 30, no 61, p. 497-518, maio-agosto 2017.

TROTSKY, Leon, **A história da Revolução Russa: A Queda do Tzarismo**. v. 1. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017[1930].

VARELA, Paula. ¿Existe un feminismo socialista en la actualidad? Apuntes sobre el movimiento de mujeres, la clase trabajadora y el marxismo hoy. **Revista THEOMAI-THEOMAI**. Journal Estudios críticos sobre Sociedad y Desarrollo. Número 39, p. 4-20, primer semestre 2019.

VARELA, Paula. La crisis de la reproducción social en el centro del debate. *In*: CAMPIONE, Daniel *et al.* (Org.). **Condiciones del ejercicio profesional, vida cotidiana y políticas sociales en la sociedad actual: Tensiones, disputas y desafíos en los procesos de intervención** [Libro digital, PDF]. 1a ed. La Plata: Colegio de Asistentes Sociales o Trabajadores Sociales de la Provincia de Buenos Aires, p. 55-65, 2022.

VARELA, Paula. La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas. **Revista Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, año VIII, nº 16, pp. 71-92, marzo-agosto 2020a.

VARELA, Paula. Paro Internacional de Mujeres: ¿nueva tradición de lucha del movimiento feminista? **Revista del Programa de Investigaciones sobre Conflicto Social**. Vol. 13, Nº 24, p. 132-161, Julio-Diciembre 2020b.

VIANA, Márcio Túlio. A proteção social do trabalhador no mundo globalizado. *In*: VIANA, Márcio Túlio. **Da greve ao boicote e outros pequenos estudos**. Belo Horizonte: RTM, p. 77-114, 2017.

VIANA, Márcio Túlio. Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. Belo Horizonte, n. 50, p. 239-264, jan./jul. 2007.

VIANA, Márcio Túlio. Direito de resistência: possibilidades de autodefesa do empregado em face do empregador. São Paulo: LTr, 1996.

VIEIRA, Luís Augusto. **As rebeliões de junho de 2013, para as centrais sindicais da classe trabalhadora brasileira**. 2020. 359 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

VIEIRA, Regina Stela Corrêa. “Estar de pé é resistir à gravidade dos fatos” ou notas feministas sobre a Revolução Russa e direitos das mulheres na atualidade. *In*: BATISTA, Flávio Roberto; MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer (Orgs.). **Revolução Russa, Estado e Direito**. São Paulo: Dobradura Editorial, p. 354-377, 2017.

VIEIRA, Regina Stela Corrêa. Cuidado, crise e os limites do direito do trabalho brasileiro. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 2517-2542, Dec. 2020.

VIEIRA, Regina Stela Corrêa. **O Cuidado como Trabalho**: uma interpelação do Direito do Trabalho a partir da perspectiva de gênero. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Homero Batista Mateus da Silva. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito São Paulo, SP, 2018.

VOGEL, Lise. Beyond Intersectionality. **Science & Society**, 82(2), p. 275–287, 2018.

VOGEL, Lise. Marxism and Feminism: Unhappy Marriage, Trial Separation or Something Else? *In*: SARGENT, Lydia (Ed.). **Women and revolution**: a discussion of the unhappy marriage between feminism and Marxism. Boston: South End Press, p. 195-217, 1981.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a Opressão às Mulheres**: Rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022[1983].

YOUNG, Iris Marion. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. *In*: SARGENT, Lydia (Ed.). **Women and revolution**: a discussion of the unhappy marriage between feminism and Marxism. Boston: South End Press, p. 43-69, 1981.

ZETKIN, Clara. O Socialismo só triunfará com a Mulher Proletária, p. 130-138. [1986]. *In*: MARTÍNEZ, Josefina L; ASSUNÇÃO, Diana (Orgs.). **Mulheres, Revolução e Socialismo**. São Paulo: Iska: Associação Operário Olavo Hansen, p. 130-138, 2023.

## APÊNDICE – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

### Entrevista – Carla Benitez Martins

**Pesquisadora:** A primeira pergunta, na verdade, eu gostaria de conhecer você um pouquinho melhor, né? E aí perguntar qual é a sua trajetória, seu envolvimento político, né? Onde que você milita atualmente...

**Entrevistada:** Bom, então, primeiro te agradecer, né, Nathália, pela confiança. Espero poder contribuir um pouquinho e tô bem ansiosa aí também para poder tomar contato com o seu trabalho super importante, muito legal mesmo. E... bom, sobre mim, eu considero que eu me tornei uma militante feminista não antes de me tornar um militante no sentido mais amplo mesmo, né, do termo, assim, então, eu comecei a militar na graduação, então foi no movimento estudantil e também em experiências de educação popular e a partir delas comecei a tomar contato com organização política durante a graduação e, diferentemente, é curioso, né, pensar assim que foram talvez menos de duas décadas e a gente já percebe que naquela época, né, quando eu era estudante de graduação, a gente não tinha um enraizamento e uma difusão do que é o feminismo e de espaços de auto-organização como a gente tem hoje, né? Talvez eu possa dizer assim mesmo não... ainda assim jovem, né, de algum modo o quanto que a minha trajetória já evidencia, né, o quanto os espaços de auto-organização de mulheres e o se reivindicar feminista foi algo que foi se fortalecendo muito, né, nesse último período... então eu demorei um pouco mais para me entender feminista, né? Eu me entendi uma militante socialista muito antes de me entender feminista, mas também foi no próprio processo de luta política que posso até dizer, instintivamente, né, a gente vai percebendo, né, as mulheres foram percebendo, eu lembro nos espaços de educação popular que eu construía na universidade o quanto que foram esses processos que demandaram uma necessidade nossa de auto-organização, né? Mas acho que a minha primeira experiência mais auto-organizada mesmo foi já no mestrado. Eu fazia a parte de um grupo político que hoje me distancio bastante programaticamente, né, mas eu integrei a Consulta Popular e na Consulta Popular que eu comecei a me aproximar das reflexões feministas e comecei a estudar mais o feminismo, né, ali muito mais olhando a partir do debate das consubstancialistas, né, das materialistas. E aí a gente construía uma brigada urbana do MST e foi nesse espaço que eu comecei a construir um espaço feminista dentro da Brigada do MST, né? Depois disso eu me vinculei ao PSOL, né, onde eu sou militante até hoje e automaticamente também ingressei na Insurgência que é a corrente interna do PSOL que eu me vinculo também até os dias de hoje, então isso já faz mais ou menos nove anos, né? Desde então comecei a construir outros espaços feministas. É claro que desde desse período da Consulta Popular, do movimento estudantil, eu já ajudava na construção desses espaços mais gerais, né, como as construções do 8 de Março e tudo mais, mas entendo que foi mesmo a partir do meu vínculo ao Psol e à Insurgência que eu me enraizei mais, né, com a tarefas de mulheres e com esses espaços então, construo, né, esses espaços mistos e dentro deles fui me aproximando de algumas iniciativas, né? Como a Frente de Legalização do Aborto, espaços também antiproibicionistas, né? Como a RENFA... Ainda que hoje esteja desorganizada, né, por mudança de estado. E também enquanto representante da Coordenação Nacional de Mulheres da Insurgência participei no último período de uma rede internacional que é a Transfronteiriças, as Feministas Transfronteiriças, que é uma iniciativa bem interessante e importante aí de internacionalização do feminismo. Então, acho que seria basicamente a partir desses lugares e também enquanto professora, porque sou, né, professora universitária, eu ajudei na construção também de projetos de educação popular e feminista. Então por muitos anos construí as Promotoras Legais Populares em Jataí, no interior de Goiás, e hoje aqui na

Bahia na Unilab, eu construo o GEBEL, que é o Grupo de Educação Popular Feminista bell hooks. E acho que é isso, assim, né? E to agora num novo estado e começando a me situar, né, e verificar onde que eu posso contribuir mais diretamente aí... mas acho que é mais ou menos por aí.

**Pesquisadora:** Que legal, Carla! Aí eu acho que as outras questões você conseguiu já responder, as outras duas aqui: se já tinha militado em algum movimento antes, né, você trouxe essa trajetória, e quando passou a se envolver com movimento feminista, né, aí também acho que ficou já. E aí é a outra questão seria quais que são então as questões, as situações, os motivos mesmo que levaram a que você tivesse essa trajetória e esse tipo de envolvimento.

**Entrevistada:** Tá, bom, eu acho que, assim, primeiro isso que eu comentei, né, rapidamente na pergunta anterior, eu acho que quando você se envolve, né, com luta anticapitalista, a luta socialista, a construção em si dos espaços mistos te leva a perceber a necessidade de se auto-organizar, né? Então, eu acho que as contradições inerentes mesmo nos espaços, né, de luta, né, por sermos, construirmos, queremos construir um mundo novo, mas sermos pessoas do nosso tempo, né, nos levam, e para mim foi um pouco isso assim. Acho que o primeiro despertar foi muito mais a partir das contradições da própria luta, né? E aí acho que, paulatinamente, conforme eu fui ganhando mais consciência política e entendendo com mais profundidade o que era superar a sociedade posta, né, o que era transcender o capitalismo, mais eu fui sentindo a necessidade de compreender o lugar das opressões, né? E então eu tenho essa impressão de que não tem um grande marco, assim, né, do porquê eu entendo que a luta feminista é importante, assim, eu acho que são conjunções de fatores. E conforme eu fui ganhando mais consciência política e conseqüentemente estudando, né, porque a ação e a reflexão elas caminham lado a lado, eu fui percebendo a centralidade na política e na minha atuação política, né, especificamente do olhar feminista para as nossas lutas, né? Então fui entendendo cada vez mais o quanto que isso que a gente chama, né, das lutas no âmbito da reprodução social e perceber, né, o porquê que falar em reprodução social é falar em gênero, né, no capitalismo, isso tudo foi me dando ainda mais senso de urgência, né, dessas lutas e também mais centralidade na minha intervenção. Então, acho que esses dois aspectos, assim, contribuíram para meu maior engajamento, né, na luta feminista.

**Pesquisadora:** Muito legal! E aí a próxima questão seria um pouco relacionada com essa, né, e seria o que te desperta a seguir na militância hoje e os desafios também que são estar nesses espaços. Como que você encara essas situações, assim, as dificuldades?

**Entrevistada:** Bom, o que me desperta a seguir nessa militância, eu diria que é realmente senso de que é uma luta imprescindível, né, para radicalização do nosso anseio de humanização do mundo, né, sendo imprescindível também percebo que mais do que nunca ela é central, né? Então acho que é uma luta imprescindível das e dos lutadores desde sempre e quanto mais em crise, né, essa sociedade vivida, mais eu percebo a centralidade dessa luta, né? Então entendendo que a luta feminista não é uma luta de pautas das mulheres, né? Mas é uma luta socialista no sentido mais profundo, né, do termo, então é uma luta antissistêmica, né, quando ela de fato é tomada nas suas raízes e então com esse sistema em colapso, né, com essa crise de muitas crises, imprimir uma perspectiva feminista a todas as nossas intervenções políticas na realidade me parece ser fundamental. Então acho que mais do que nunca eu entendo a importância, né... E aí quando você coloca dos desafios, não sei se eu entro um pouquinho assim para falar especificamente dos desafios dos espaços auto-organizados, o que que você acha? Eu comento já, enfim?

**Pesquisadora:** Acho que como se sentir mais confortável, é uma pergunta mais aberta mesmo para conhecer mesmo sua trajetória, como que se dão essas experiências, aí fica à vontade, como você preferir!

**Entrevistada:** Vou colocar então o que eu percebo como alguns desafios, assim, eu acho que, enfim, existem vários espaços, né, de construção feminista, em alguns, por exemplo, coletivos menores ou atuações um pouco mais setORIZADAS a gente percebe menos o que talvez seja um grande desafio mais geral do feminismo que em espaços mais amplos, né, de aglutinação de movimentos feministas, fique mais evidente. Então eu acho que hoje, né, compartilhando aí da leitura, né, das autoras que escreveram, né, “O feminismo para os 99% - O Manifesto”, elas falam, né, da encruzilhada e eu entendo que as experiências concretas de luta aqui no Brasil, né, ou pelo menos desde a minha experiência especificamente, a gente sente, né, na pele nos últimos anos com muita força o que é essa encruzilhada, né? Então eu acho que no caso brasileiro, né, e desde as minhas experiências, essa encruzilhada, ela se dá de várias formas, assim, primeiro perceber como nos últimos anos a gente teve de fato um espraiar, digamos assim, não vou dizer que é uma popularização, que acho que essa palavra carrega outros tons, assim, mas um espraiar mesmo do feminismo liberal, especialmente pelas redes sociais, né, e atingindo muito fortemente as novas gerações feministas, né? Então a gente tem hoje, assim, uma difusão de um discurso feminista entre meninas, né? Coisa que não acontecia quando eu era menina, né? Então nas escolas, as meninas ainda bem jovens, né, que se apropriam, né, de um discurso feminista, o que é muito potente, né? Mas o quanto que esse discurso apropriado muito pelas redes sociais no momento histórico de fragmentação da nossa subjetivação, né, da nossa vivência social faz com que essa experiência seja muitas vezes muito individual ou muito marcada por uma lógica neoliberal mesmo, né? E com discurso até com vários tons liberais... também percebo que esse espraiar do feminismo pelas redes sociais e tal tem um lugarzinho aí também para o feminismo radical, né? Um feminismo mais essencialista, um feminismo que polariza homens *versus* mulheres e isso a gente sente quando a gente vai tentar construir espaços mais amplos, né, do feminismo, assim, e a gente vê que esse lugar do feminismo revolucionário, do feminismo anticapitalista, ele é um lugar frágil no contexto atual brasileiro, frágil não no sentido que ele não tem um lugar, assim, tanto que a gente tem um grande desafio, que é fazer com que lutas protagonizadas por mulheres tradicionalmente, historicamente, sejam entendidas como lutas feministas, né? E são as lutas das classes trabalhadoras, então que as mulheres camponesas, que as mulheres indígenas, que as mulheres negras, né, tomem para si o que é essa construção de um feminismo revolucionário, porque já fazem, né, lutas feministas históricas e, aí sim, a gente pode dizer que de uma maneira enraizada, né? Mas nesses espaços mais amplos a gente percebe hoje o quanto que é desafiante colocar um feminismo anticapitalista ou, né, quiçá um feminismo revolucionário na disputa, né, de corações e mentes dessa nova geração feminista, né? Então acho que esse é um grande desafio, então a gente tem sim essa encruzilhada posta, né, no Brasil e, de um outro lado, eu também sinto que no Brasil a gente tem uma particularidade. Não sei, depois a gente pode falar mais, eu vou deixar você também me guiar aí, né, para não ficar antecipando muita coisa... mas eu acho que no Brasil a gente também tem uma particularidade de ter vivido mais de uma década de social-liberalismo, né? Então os governos do PT em âmbito federal tiveram um impacto muito grande nos movimentos sociais e também no movimento feminista, o que também trouxe dificuldades na construção do feminismo, né, durante esses anos e no pós, né, pós golpe de 2016 em diante, Bolsonaro e, enfim, os tempos atuais, eu acho que a particularidade, né, de uma, eu não sei se esse é um termo muito forte, mas eu vou usar, né, uma certa cooptação, né, do feminismo durante esse período, né? Um feminismo que é aquele que mais dialogava com as massas, que mais enraizamento social tinha, né? E que teve um lugar político muito próprio, né, nessas últimas décadas, durante e pós governo social-liberal, né? E eu acho que imprimiu também tons mais

desafiantes para luta feminista no Brasil, até comparado com outros países da América Latina e tudo mais, né? Então, eu colocaria como dois grandes desafios aí, né, essa encruzilhada do feminismo liberal e como que vem se formando essa nova geração de feministas e também o tomar para si o que é esse feminismo plural, né, olhando para os femininos populares, negros, indígenas e camponeses e, por fim, que acho que são três grandes desafios, né, esse do impacto mesmo, né, do social-liberalismo na auto-organização de mulheres e o pós, com golpe e governo Bolsonaro, né? Então colocar aí esses como talvez grandes desafios da luta feminista hoje aqui no Brasil, desde o meu olhar, né?

**Pesquisadora:** Perfeito, Carla! Muito legal esse panorama você trouxe, muito interessante mesmo, muito legal te ouvir! A última pergunta no sentido mais pessoal mesmo, assim, todas atravessam a gente de várias formas, né, mas essas especificamente são mais pessoais, e aí é se você já participou, né, no movimento sindical, se você participou de algum tipo de greve que não a feminista na sua trajetória?

**Entrevistada:** Sim! Bom, a minha trajetória é no movimento docente, né, então minhas experiências de trabalho já foram desde sempre, né, vinculadas ao trabalho docente, então tive experiência sindical e tenho, né, desde esse lugar. E, bom, desde que eu ingressei, eu trabalhei um tempo na iniciativa privada por pouco tempo e não tive experiência de auto-organização, né, na rede particular de ensino, eu sei que é um desafio particular de luta sindical, mas a minha experiência de auto-organização mesmo no ambiente de trabalho foi desde 2012, né, quando eu ingressei no serviço público, trabalhando na Universidade Federal de Goiás, que depois se tornou Universidade Federal de Jataí, né? Nessa minha experiência eu desde sempre, né, desde que entrei no serviço público, me sindicalizei à seção sindical à época, né, do meu local de trabalho que era a ADCAGE e comecei a participar dos processos locais, né, de luta e de organização pela ADCAGE e ingressei também na direção por duas gestões, né, da ADCAGE, enquanto trabalhei naquele espaço. A ADCAGE, ela é vinculada ao Andes, sindicato nacional, era, era difícil falar, porque tem todo um contexto que eu não vou ficar detalhando aqui, né, ela era uma seção sindical do Andes, hoje, ela é uma associação de professores, mas isso a gente pode falar em outro contexto... e ela era então uma seção sindical do sindicato nacional, né, então eu participei... Quando eu entrei para o serviço público, tinha acabado de acabar a greve nacional de 2012. Nesse meu tempo de atuação, eu estive diretamente vinculada e sendo participante ativa da greve nacional de 2015, né, nessa sim, eu participei desde o meu espaço de trabalho e também nas articulações nacionais, né? Então compus o Comando Nacional de Greve, a gente foi construindo, né, essa greve desde o interior de Goiás e com essa ponte nacional, né? Então essa foi minha experiência de greve mesmo, né, a greve de 2016 nacional, né, dos professores, eu estava afastada do meu ambiente de trabalho para fazer doutorado, então, eu participei muito indiretamente, né? Não estava orgânica como foi na greve de 2015 e depois disso nós não tivemos mais nenhuma outra greve, né? Então a minha experiência mais orgânica mesmo foi na greve nacional de 2015.

**Pesquisadora:** Certo! Obrigada, Carla! Agora eu vou passar mais às questões mais específicas da pesquisa mesmo. E aí a primeira delas é, eu sei que é difícil colocar também de forma resumida, né, tudo muito complexo, mas quais que você diria que são as principais reivindicações, né, colocadas atualmente pelo movimento feminista, né, nesse espaço que você hoje participa, da sua leitura...

**Entrevistada:** Eu acho que... as coisas se misturam um pouco, assim, né? Então a gente pode dizer que acho que tem duas grandes pautas femininas que mobilizam todos os setores e todos os espaços que são as referentes à legalização do aborto, né, descriminalização e legalização do

aborto e a da violência doméstica e familiar contra as mulheres, me parece que essas são pautas, vamos dizer assim, obrigatórias, né, do movimento feminista hoje, assim, que permeiam todos os espaços, né, de coletivos menores às lutas aglutinadoras gerais, né? Acho que são duas grandes bandeiras. Nos espaços nacionais e nos seus reflexos, então, por exemplo, né, em fóruns de mulheres, esses espaços que a gente se articula para o 8 de Março e tudo mais, me parece que nos últimos anos também que essa pauta combinada com o que é o perigo, né, do neofascismo, do conservadorismo, do discurso de ódio, né, ela vem com muita força também, né? Então acho que o movimento feminista tem um lugar de vocalização importante do que que é a denúncia e o enfrentamento ao neofascismo no Brasil e acho que isso é capilarizado também nas lutas feministas em todos esses espaços, assim, né? Eu diria que uma pauta, assim, que para mim é muito cara, que em alguns dos espaços que eu construo, ela é prioridade, mas ela não é uma prioridade, muito pelo contrário, nacionalmente, nesses espaços mais amplos de fórum de mulheres, é pauta antiproibicionista, né? Então alguns desses espaços, como por exemplo, né, os espaços internos à organização política que eu me inspiro, ou mesmo, né, uma atuação mais direta, né, como essa da RENFA ou mesmo espaços de familiares de pessoas em situação de prisão, de vítimas do Estado, é que ganham uma centralidade mesmo, né, a dimensão antipunitivista e antiproibicionista, mas que ao contrário desses espaços, em espaços mais gerais, essa é uma pauta que ela, na verdade, ela não é trabalhada ainda com a seriedade que ela deveria ser tomada, né? Então eu acho que a gente vive uma grande contradição, assim, talvez possa dizer um pouco inspirado aí na Françoise Vergès, que é meio que um ponto cego, né, do movimento feminista contemporâneo e com muitos reflexos no Brasil, que é aliar, né, as lutas feministas a uma perspectiva antipunitivista, mas acho que essa é uma pauta de alguns dos grupos e, ao mesmo tempo, é uma negação dessa pauta em outros, né, desses que eu de alguma forma circulo ou contribuí, né, na construção... então me parece que essa é uma pauta urgente, central para alguns grupos e para outros ainda invisível, né, ou contraditória. Bom, além disso, me parece que a pauta ambiental de algum modo também vem ganhando uma centralidade, né, para os movimentos nos últimos anos, por muito tempo alguns grupos, né, puxando o debate Ecosocialista nesses espaços maiores ou Ecofeministas, ainda com muita dificuldade de enraizamento em fóruns mais amplos, mas eu acho que quanto mais o tempo passa, mais a crise ecológica se coloca na ordem do dia e necessariamente o movimento feminista está incorporando, né, a discussão ambiental, com dificuldades ainda, com contradições, mas me parece também que é uma pauta que vem ganhando tons, né? Então, acho que seriam essas, assim, as principais bandeiras que permeiam, né, o movimento feminista hoje no Brasil.

**Pesquisadora:** Ótimo, Carla. E aí adentrando especificamente agora mais as questões relativas ao 8 de Março, essa coalização que se forma para essa data, que que o 8 de Março representa? Para você e na sua leitura nesses espaços...

**Entrevistada:** Eu acho que, bom, primeiro o 8 de Março a gente tem no mundo, mas eu acho que no Brasil tem essa marca muito forte, um calendário feminista, né? O que às vezes, inclusive, engessa a intervenção feminista no Brasil, né? Eu acho que talvez coloque até como um elemento aqui para a gente refletir o quanto que a gente ainda tem uma lógica muito calendarizada do movimento feminista brasileiro. Então, é isso, as mulheres se reúnem, se organizam e vão às ruas prioritariamente nessas grandes datas, né, e a maior das maiores datas é o 8 de Março, né? Hoje a gente tem um calendário mais complexo, né, o 25 de Novembro, o 28 de Setembro, enfim o próprio 20 de novembro, a gente tem um calendário feminista que permeia todos os meses do ano, digamos assim, mas a data principal, né... Eu acho que dessas datas todas o 8 de Março é essa data mais mobilizadora, né? Enfim, tem um apelo histórico muito reconhecido pelo movimento feminista, ainda que com narrativas diferentes, né? Então, tem aquelas e eu acho que, de fato, a narrativa mais oficial, vinculada à Revolução Russa e à

atuação das mulheres nessa experiência que é até hoje, né, a maior experiência da nossa classe em termos, né, de ruptura metabólica, né, e de avanços, né, na construção de um outro mundo possível, mas também tem, né, outras narrativas de origem histórica do 8 de Março, mas me parece que de fato é uma data calendarizada e uma data que é considerada a mais importante do ano, né, para as feministas e consegue ainda, mesmo que aos trancos e barrancos, reunir, né, um conjunto de movimentos de mulheres e movimentos sociais e consegue pautar, né, a conjuntura e fazer intervenções concretas na realidade a partir desse dia, né? Então o 8 de Março é a data mais importante, né, do movimento feminista e que acho que mundo afora e a gente percebe isso também no Brasil... e ao mesmo tempo que eu acho que no Brasil a gente tem muitos desafios, né? Então justamente assim por eu sentir que é uma data ainda muito calendarizada, assim, ela de certa forma, assim, a construção do 8 de março, ela tem passado por muitos chacoalhões, né, mas ela ainda é um tanto quanto tradicional, né? Então se você for, quem constrói, né, eu já construo oitos de março há muitos anos, já construí 8 de Março em São Paulo, já construí 8 de Março em Goiás, já construí 8 de Março em Minas, e eu percebo, assim, que os dilemas, eles permanecem os mesmos ano após ano, então, “ai, não vamos ter carro de som, vamos fazer o barulho de maneira horizontal” e outras questões que eu acho que pós 2013 ficaram mais agudas, que é sobre mudar a estética mesmo do 8 de Março e como isso é um elemento político, né, que reflete transformações nos movimentos sociais, né, no último período muito marcadas, assim, por uma necessidade mesmo de romper com a velha política, de romper com os velhos formatos de fazer política, né, e que são tensionamentos postos assim, então como o 8 de Março é uma data muito tradicional da classe trabalhadora, né, é uma data, vamos dizer assim, talvez tal qual o 1º de maio, né, daquelas mais importantes, né, de estarmos nas ruas, de vocalizarmos nossas bandeiras, ela também é uma data que tem em si esse tensionamento do seu próprio formato, né? Acho que isso é muito importante, assim, de ser colocado como um grande desafio, assim, do 8 de Março hoje, no Brasil, né? Acho também que o 8 de Março, em todos os lugares que eu já estive, alguns com muito mais dificuldade que outros, ainda muitas dificuldades de, de fato, ser um espaço auto-organizado de mulheres, um grande fórum de mulheres em que o tema das mulheres, né, da vida das mulheres estará no centro independentemente da nossa vinculação política, né, ainda se tornou um espaço de enfrentamentos políticos que se colocam acima da própria construção, né, daquilo que nos move, né, no 8 de Março. Então os enfrentamentos políticos gerais, eles muitas vezes condicionam, né, o espaço de organização das mulheres no 8 de Março, então nos últimos anos a gente percebe muito isso, né? Enfim, antes do golpe era o desafio de aglutinar mesmo, né, as mulheres mais vinculadas ao campo popular que a gente chama, né, democrático-popular, enfim, ao campo do social-liberalismo, que estavam mais vinculadas aos governos petistas e às mulheres que faziam oposição, né? Era um desafio muito grande colocá-las em união no 8 de Março. Pós golpe isso foi um imperativo, né, as mulheres, em alguns lugares com mais dificuldades do que outros, a gente sabe da experiência mineira, né, que isso ainda é um desafio imenso, mas as mulheres passaram a se unir, né, que foi um salto importantíssimo no 8 de Março, mas ainda com muitos desafios, né, sobre as bandeiras que vão nos mover a cada 8 de Março, né, as consignas, né, principais, a construção de um documento de leitura da conjuntura, a organização das falas, né, dos atos, ainda são muito pautadas pela política geral, e a gente tem muita dificuldade de... não que a gente... a política geral já deve nos mover, mas não os interesses dos grupos, né, mas sim uma leitura feminista, né, dessa dessa conjuntura geral, que seja capaz de sínteses que nos unifiquem, acho que esse é um grande desafio assim do 8 de Março hoje, né, no Brasil, assim... então, por mais que tenha aí, bolsonarismo, golpe, bolsonarismo, né, o neofascismo enraizado socialmente mesmo, assim, a gente ainda patina para conseguir unificar a nossa voz na construção de um 8 de Março potente, disruptivo, né? A gente sempre tem os desafios de fragmentar os atos, de saídas diferentes dos atos, seja com a leitura mais anarquista em alguns espaços, né, que rejeita a forma de organização do 8 de Março

mais tradicional, seja com a divisão de dois campos políticos, né, enfim, como eu já disse antes, então acho que são os maiores desafios.

**Pesquisadora:** Bom, e aí a gente já teve a oportunidade de conversar em outros espaços, em outros momentos, né, sobre a greve feminista, né? E aí eu queria ouvir um pouco sobre sua percepção, o que seria essa greve feminista e como que você acha que isso tá no Brasil, assim, se você percebe que houve, assim, a utilização dessa ferramenta, né, que nem você já trouxe em outras falas, né, sobre essa questão do formato, sobre a questão de como que se dá essa mobilização para o 8 de Março, se isso é uma reivindicação que é feita, se faz sentido falar disso aqui, como que você vê essa questão, assim, que é chamada internacionalmente, né? Até pelas feministas aqui da Argentina... Como você vê isso?

**Entrevistada:** Super importante, assim, né, refletir sobre isso sim, eu tenho uma impressão, né? Que é claro que ela é limitada, porque também a gente constrói a luta muito nos nossos espaços, né, então eu não posso dizer assim que essa é uma percepção nacional, né, mas, assim, do que eu já vivenciei e tive esse privilégio de ter circulado em alguns lugares diferentes, né, nessa minha trajetória, eu percebo, assim, o debate da greve feminista no Brasil, ele é ainda não está tão enraizado, ainda que ele tenha uma incidência em alguns grupos de mulheres muito ainda vinculados, assim, eu percebo que há uma incorporação teórica cada vez maior daquilo que fundamenta a greve de mulheres no Brasil, então, assim, a gente tem tido reflexões que fazem a leitura sobre a centralidade das lutas no âmbito da reprodução social e do cuidado, né, como algumas preferem chamar, que vêm ganhando muita força, tanto que a gente até estranha, né, até o risco de captura, né? Então, enfim, esse ano a gente teve aí, né, mulheres bem famosas, né, de visibilidade, trazendo o debate da reprodução social ainda que com vieses difíceis, né? Então, por exemplo, a Bela Gil, né? Incorporando da discussão muito a partir de um âmbito de reflexão que é protagonizado aí pela Silvia Federici, mas que é um debate sobre a reprodução social, né? A gente teve, né, a redação do Enem, então você vê que a discussão sobre a reprodução social, ela tá ganhando uma visibilidade, né, no Brasil e tem mulheres que atuam no movimento feminista que não são meramente acadêmicas não, muito pelo contrário, assim, eu falo até acho que nesse caso com alguma propriedade, assim, por estar muito orgânica nessas construções que, de fato, o debate vem sendo refletido em espaços de mulheres ainda muito no âmbito teórico do grupo de estudos, da reflexão, né, dos eventos, da formulação, mas por mulheres que não são mulheres de um feminismo de escritório, né, de escrivanhinha, né? São mulheres que são organizadas, são organizadas no partido político, são organizadas em movimentos sociais, em movimentos feministas que constroem esses espaços como o do 8 de Março, mas ainda nós temos uma ponte a ser atravessada, é a minha impressão. Eu acho que cada vez mais a discussão está sendo colocada, mas ainda não ganha pontos de materialidade ao ponto do tema da greve ser levado a sério pelo movimento feminista no Brasil. Eu tenho um pouco a impressão que ainda há uma distância, o que não quer dizer que isso não esteja cada vez mais sendo pautado, né? O que fundamenta a discussão sobre a greve de mulheres, né, o que fundamenta a discussão da greve de mulheres já está na pauta do movimento feminista, né, no Brasil, as mulheres discutem isso, mas há uma distância, né, entre a reflexão e o como incorporar essa ferramenta de luta, né? Então eu vejo que o tema da reprodução social, do porquê que a discussão sobre o feminismo não é uma discussão do âmbito do reconhecimento, meramente do reconhecimento, ou uma luta meramente identitária ou uma luta meramente cultural, mas sim, né, uma luta estruturante e o quanto que ela permeia, né, a luta permeia o âmbito da produção e da reprodução social, isso tá colocado na agenda feminista brasileira, né... agora a ferramenta da greve internacional de mulheres ainda não foi incorporada no vocabulário, né, e na prática, na metodologia, né, do movimento feminista brasileiro, ainda que tenha fortes influências especialmente da experiência Argentina. Eu lembro muito bem, assim,

quando teve a discussão sobre o “paro feminista”, né, na Argentina, sei lá, em 2017, com o fortalecimento do NiUnaMenos, o quanto que até se incorporamos o vocabulário paralisação, né, nas consignas, né, do 8 de Março foi pautado. Por exemplo, nessa época eu tava em São Paulo e eu participei ativamente das reuniões de construção do 8 de Março e essa discussão se coloca a paralisação ou não, né, na consigna do 8 de Março, foi um tema, mas ainda não incorporado, né? Então eu acho que tem uma dificuldade ainda, né, em internacionalizar esse debate aqui desde o Brasil, né, então da gente se somar né, a essa construção internacional. Então as brasileiras olham com bons olhos, né, pro acontece, né, enfim, pro que já aconteceu na Polônia, o que já aconteceu em Madrid, o que já aconteceu na Argentina, o que já aconteceu na Itália, né, em termos de massificação desses atos com a caracterização deles enquanto greve, enquanto paralisação, né, mas a gente ainda não incorporou isso metodologicamente e eu acho que isso é também reflexo daquilo que eu falei antes, né, do quanto que esse desafio de incorporação no Brasil tem a ver com o que talvez seja um, não vou dizer vícios, né, não sei se é o melhor termo, mas ainda ranhuras, né, ainda atritos do modo de fazer a luta feminista no Brasil, né, dos desafios de superar velhos formatos, velhas pautas e de incorporar de fato na luta, né, essas metodologias que radicalizariam a nossa intervenção, né? Então essa lógica calendarizada, eu acho que ela também nos enrijece, né, ao ponto de não conseguir massificar, né, e também radicalizar, né, a nossa intervenção no 8 de Março e fora do 8 de Março, né? Então também entendendo que a greve de mulheres ela não deve ser uma greve no 8 de Março, né, estritamente, pode ser uma grande oportunidade o 8 de Março, né, mas que seja um debate colocado de maneira mais integral, né? Mas eu acho, assim, em resumo, quando você me pergunta o significado mesmo, né, da greve internacional de mulheres e de trazemos essa metodologia ou essa ferramenta de luta para o movimento feminista, eu acho que há uma potência muito grande, né? Quando a gente consegue ampliar a nossa noção do que é classe trabalhadora e do que é trabalho, né? E a luta feminista e essas reflexões feministas, elas contribuem muito para isso, né? Então quando a gente amplia a noção do que é que classe trabalhadora e o que é trabalho, a gente amplia a noção do que é a luta de classe, né? E, com isso, a gente começa a entender a greve para além da greve no espaço de trabalho, desse trabalho reconhecido enquanto tal, né? O trabalho do espaço produtivo e tal começa a incorporar, então, enfim, o que a gente tem vivido hoje, né, com relação a greve climática, né, e a greve de mulheres, elas refletem isso, né? E tem uma reflexão da teoria unitária, da teoria da reprodução social, né, de mulheres militantes que constroem essa teorização que é muito bacana que elas colocam o quanto que quando a gente faz uma greve no nosso espaço de trabalho, a gente faz uma greve contra o nosso patrão, né? Às vezes, por exemplo, a minha experiência concreta, né, na greve docente, nosso patrão é o Estado e aí falando de universidades federais a gente tá falando de uma greve nacional com muita força justamente por isso e tal, mas é uma greve contra o patrão, né? Essas greves no âmbito da reprodução social ou, né, dentro disso também a greve climática, elas afetam a própria lógica do capital, né? Elas não são uma greve contra o patrão, elas são contra os capitalistas, né, contra a lógica do capital. E isso é de uma potência incrível, né? Então se a gente percebe que as lutas da produção e da reprodução social precisam caminhar lado a lado unificadas, né, que aquilo que vai ser mais disruptivo é de fato quando a gente conseguir construir um programa, né, radical que ali as lutas no âmbito da produção e da reprodução social e, quando a gente percebe que as lutas da reprodução social, elas podem ter outras outros formatos, né, outros mecanismos de intervenção e que a gente incorpore a greve nesse espaço, né, como é uma nova gramática política, me parece que isto é de uma potência tremenda, né? E que a gente pode de fato ir além, né, nos nossos desafios de organizar a classe em tempos tão difíceis, né, em tempos de tanta desesperança, de tanta crise, né, na nossa própria forma de lutar, né? Então eu vejo a greve feminista, a greve internacional de mulheres, como uma ferramenta potentíssima, né? E acho que a gente tem muitos desafios para enraizá-la no Brasil, mas aí, só para fechar mesmo, tem só um ponto, assim, que certa vez ao debater isso

num espaço que eu construo, algumas mulheres fizeram umas considerações, né? Do quanto que não precisa ter o termo greve para fazer greve, né? Então assim, às vezes, no Brasil não necessariamente a gente está incorporando a gramática da greve de mulheres, mas tá fazendo algo muito parecido, né? Então eu lembro de uma companheira ter me provocado nesse sentido é colocado assim: “olha, quando a gente construiu a Marcha de Mulheres Negras enraizada e também levando, né, centenas de milhares de mulheres negras para Brasília, ou quando a gente constrói a Marcha das Mulheres Indígenas, né, do mesmo modo paralisando, né, essas mulheres todas, né, num dia de luta, levando-as, né, para rua, para esses espaços, estamos fazendo algo muito parecido com uma greve de mulheres, né? Ainda que não ganhe esse nome”. Então eu acho que a gente tem experiências ou mesmo quando a gente olha para a Marcha das Margaridas, né? A gente tem experiências brasileiras que podem inclusive ensinar muito ao movimento internacional feminista sobre o que é fazer essas greves, né? Acho que o nosso maior desafio é colocar isso nessa, usando aí um termo, né, tão popularizado, né, aí no feminismo, desde uma perspectiva interseccional mesmo, né, do feminismo o mais plural e radical possível, né, que a gente consiga construir essa paralisação incorporando todas essas dimensões, né, dos feminismos, assim, e também incorporando as mulheres que trabalham em todos os espaços, né, no espaço da produção e da reprodução, acho que esse é o nosso grande desafio... Mas talvez pensarmos que a gente pode olhar com atenção para as experiências mais potentes, né, do movimento feminista no último período, no Brasil, e perceber o quanto que elas podem já ser, né, sinais aí de construção de uma experiência de paralisação de mulheres, né? Então talvez isso seja um ensinamento para gente, né? É isso!

**Pesquisadora:** Carla, perfeito te ouvir, assim, minha cabeça está fervilhando, assim... são muitas coisas, né!

**Entrevistada:** Meu raciocínio tá meio confuso, né?

**Pesquisadora:** Não, não... porque são contradições, né, que a gente percebe, né, lendo os livros, a teoria e acreditando numa transformação e estando nos espaços que a gente lida com contradições também, e é isso, as coisas não são só o que elas são nomeadas, elas são a processualidade, então é, assim, é essencial para minha reflexão e vai contribuir imensamente, mas, assim, as duas últimas questões, na verdade, eu acho que foram respondidas nessa própria pergunta, né? Porque uma delas era como você observa esse movimento grevista no âmbito internacional, então acho que isso apareceu bastante nessa fala e quais são as potencialidades transformadoras, né, especialmente no nosso contexto brasileiro, latino-americano. Eu acho que isso também ficou bem evidente, assim, claro que você pode complementar, mas assim, como você tem toda essa experiência, né, em São Paulo, em Goiás, em Minas e agora aí na Bahia, você acompanhou também essa trajetória, né, tipo de 2017 para cá quando teve esse chamado da greve internacional e como que ele tá assim atualmente, né? A gente passou pela pandemia, então assim teve outros desafios também relacionados a esse período, né, o Bolsonaro e tudo... e eu gostaria que você falasse um pouquinho, se for possível, como que você viu esse movimento, né, que aqui a gente não precisa chamar de grevista, que a pergunta inicial era grevista, né, para as argentinas, eu perguntei como grevista, porque era mais tranquilo, mas aqui no Brasil mesmo muitas das entrevistadas responderam que não colocam dessa forma, né, principalmente porque eu perguntei para pessoas de Belo Horizonte e aqui não foi colocada dessa maneira... Mas como que você vê esse movimento, né, feminista que toma corpo a partir de 2017, não toma corpo, né, mas tem esse caráter mais massificado, né, pelo menos, assim, nas ruas, como ele se modificou desde 2017 para cá, né, especialmente o que você averiguou na pandemia, assim, como que você vê essa processualidade, assim? É muito complexo, mas assim...

**Entrevistada:** Acho que é um pouco daquilo que eu comentei, assim, de eu acho que no Brasil a gente teve 2013 como um grande marco para o movimento feminista e eu não sinto muito, assim, 2017 por ter o chamado da greve, como algo que, assim, isso em si tenha impactado tanto as nossas articulações aqui no Brasil. Eu acho que o golpe de 2016, né, primeiro a Jornada de junho e o golpe de 2016 impactaram mais diretamente a forma de organização da luta das mulheres, né, no Brasil, e aí o bolsonarismo com muita força! A greve internacional, o chamado da greve internacional, eu acho que no Brasil tem sido um pouco a conta gotas, assim, então não foi “em 2017 teve chamado internacional e isso teve um impacto direto no Brasil”, eu não percebo assim, é como se a gente não tivesse absorvido diretamente, assim, não foi isso um grande marco para nossas formas de organização, né? Eu sinto que a conta gotas essa discussão está sendo incorporada e as experiências internacionais nos impulsionando, mas de maneira processual mesmo, não teve impacto direto ao meu ver, né... Agora com relação, né, porque eu acho que tem um fundo em comum, né, as transformações do mundo, né, o estado de crise global que a gente vive e os impactos disso no Brasil especialmente 2016/2018, né, isso sim tem impactado um pouco um chacoalhar do movimento feminista do que que nós estamos fazendo, né, de como o que a gente faz impacta na transformação do mundo, das nossas vidas, né? E como a gente pode se renovar. né? Como a gente pode se radicalizar. Eu acho que isso sim tem impactado mais as mulheres do que propriamente uma influência tão direta da luta internacional, né? Eu acho tem uma certa vanguarda, muita influenciada por, aí sim, pro que é essa transformação de uma tentativa de construir uma internacional feminina, né, ou de internacionalizar mais a nossa luta feminista que tendem a influenciar esses espaços mais amplos, isso sim, né, com esse marco muito forte de 2017 e tal, mas não sei o quanto que isso se hegemoniza ainda, né, nas nossas intervenções.... agora esse chacoalhar ele de fato tem acontecido, né? Foi aquilo que eu comentei no comecinho da minha fala, né, do quanto que a gente tem aí uma provocação constante do movimento feminista brasileiro superar seus próprios limites nesses grandes marcos, porque é isso, né? A realidade tá jogando contra nós o tempo todo que ou a gente se reinventa, né, ou a gente não vai dar conta de enfrentar, né, os desafios concretos da contemporaneidade, assim, né? Eles são muito maiores, né? Então a gente precisa de fato se reinventar para radicalizar, né, a nossa intervenção, assim, e tem um aspecto até que eu devia ter falado numa outra pergunta sua, que na hora que a gente mudou o link, eu fiquei pensando: “Nossa, devia ter comentado!”, que eu acho que é um grande desafio do movimento feminista brasileiro e que também dificulta nossa radicalização, eu tenho a impressão que o movimento feminista brasileiro, ele ainda, para além desse aspecto calendarizado, ele foi no último período, a gente comentou um pouco do social-liberalismo, da cooptação e tal, mas também tem um outro aspecto que caminha lado a lado que eu acho que o movimento feminista brasileiro, ele ainda está muito focado na construção de um campo jurídico feminista. As lutas pela legalização das nossas pautas, das nossas bandeiras têm inclusive engessado um pouco também, né? Então acho que assim um certo apelo, uma certa crença, né, de que reivindicar a legalização das nossas pautas, né, seja a pauta do aborto, né, por exemplo nesse último período a gente viu aí com força, né, com o retorno do julgamento da ADPF, o movimento feminista muito focado talvez numa batalha de ideias pelas redes sociais e muito focado na construção de uma intervenção via institucionalidade e pouco via ruas, né? E eu sinto que há um certo binarismo ainda colocado nas nossas intervenções, muito condicionado à institucionalidade e à legalização das nossas bandeiras, e isso esvazia um pouco o sentido mais radical das nossas intervenções. Então eu acho que o direito cumpre um papel aí muito contraditório, né, e influencia muito a luta feminista no Brasil. Então eu vejo, assim, que isso também dificulta um pouco os nossos processos no Brasil. A gente tem tido muito mais dificuldade de perceber que talvez a gente possa olhar praticamente, né, para essas lutas, mas o quanto que em tempos neoliberais essas lutas também via Estado, via legalização das nossas bandeiras, né, ou via

conquista de políticas públicas e isso como centro, né, da nossa intervenção, ela individualiza o que é o olhar para o conflito. Ah, então se eu olho para a questão da violência doméstica muito na pauta, né, da legalização, por exemplo, eu esqueço que o Estado comete violência, né, e aí eu apelo para que o Estado resolva, eu tenho que apelar para o Estado sim, o Estado tem também que fazer o mínimo, né, que é da nossa demanda, da nossa reivindicação, a gente tem que reivindicar o Estado, mas a gente tem que também denunciar o Estado e a violência do Estado e a violência estrutural, né? Então eu acho que muitas vezes essa legalização das nossas lutas, ela individualiza a forma como a gente vê o conflito e ela enfraquece os nossos mecanismos de auto-organização, né, e de radicalização, então isso também é um grande desafio, assim, para a gente incorporar, né, mecanismos mais radicais, assim, de luta no Brasil, assim, e, inclusive, a própria noção de greve, né? Mas é um pouco isso que eu vejo, eu não vejo 2017 como um grande marco.

**Pesquisadora:** Perfeito!

**Entrevistada:** Eu acho que é uma coisa meio a conta gotas...

**Pesquisadora:** Porque particularizar, né, as questões e as lutas também nos territórios, né, e daí não é artificializar o que a gente lê para a concretude... Então muito importante você ter colocado essa questão de 2013, 2015 e, claro, que as lutas não começaram também em 2013, mas colocar essa importância desse marco, e não esse chamado a partir de fora, né? Era uma coisa auto-organizada! E aí as duas últimas questões, na verdade, elas estão relacionadas com essa pergunta, né, da processualidade... A última questão, na verdade, era relacionada a essa processualidade, né, no 8M, assim, no movimento de mulheres, e aí a gente pode colocar de maneira mais ampla também, não necessariamente a partir de 2017, não necessariamente com essa ferramenta da greve, mas essa organização das mulheres, você participou em vários espaços, né? Se você observa, assim, dessas mulheres se há uma pluralidade, né, de classes, etnias, raças, profissões ou se é mais homogêneo, né, e aí, é claro, vai depender de cada movimento, de cada estado, mas como que você observa essa participação das mulheres, né? Que nem você colocou esse enraizamento tá muito presente na Marchas das Mulheres, né? Não sei se você colocou a Marcha das Margaridas, você não mencionou, né? Mas eu acho que tem isso também, né? E essa questão da cooptação e tal, e essa organização do movimento, né? Tipo, você não entendeu como uma organização que tem a ferramenta da greve, mas tem outros tipos de tática, né? Você colocou também dessa calendarização, né, dessa questão da dificuldade, do engessamento mesmo pelas datas, e em outras falas apareceram também outras táticas, assim, mas caso você lembre de mais alguma questão, assim, de mobilização, assim, você mencionou as redes também como uma forma um pouco mais engessada, a institucionalidade... se você lembra de alguma de alguma outra tática, alguma outra questão nesse sentido, né? E, se puder também, assim, se lembrar como que se deu isso na pandemia, assim, porque tá sendo um desafio também entender como que se deu essa organização e como que foi falado de feminismo, né, inclusive com dificuldades que a gente teve na pandemia, né, de violência doméstica, de questões de trabalho, sobrecarga de trabalho. Como você viu essa organização também nesse período? Para fechar, tá? Bastante coisa...

**Entrevistada:** Vamos ver então... Bom, primeiro sobre a pluralidade, né, do 8 de Março, assim, do 8, no Brasil, assim, desde a minha experiência ainda, o 8 de Março, ele é muito puxado, ainda, assim, quando falo ainda é porque de fato cada vez menos, né? Mas pelo menos nos espaços em que eu construí, ele ainda é muito puxado por grupos políticos, né, também por grupos políticos auto-organizados de mulheres, por movimentos de mulheres, mas também por movimentos de mulheres que têm correlação com grupos políticos mistos, né, então mulheres

que constroem a juventude vinculada a um grupo político X, né? Mulheres que constroem um espaço de mulheres muito vinculada a um grupo político Y, né? A gente ainda tem esse atrelamento de mulheres organizadas, né? É difícil na organização do 8 de Março, não na realização, né, na concretude dele, no dia 8 de Março, mas na organização dele é muito difícil a gente encontrar, por exemplo, mulheres independentes, né, que vão lá para construir esse ato, né? Claro, no dia do ato sim, a gente tem a pluralidade de mulheres, mas a construção ainda é muito pautada por esses grupos políticos, assim, ao mesmo tempo que cada vez mais, né, a gente percebe esse tensionamento, né, que é aquilo que eu já comentei nas outras questões, assim, de grupos de mulheres que vão se somando à construção do 8 de Março e que vão tensionando o seu modelo, seu formato, e tudo mais, as suas pautas e tal, mas eu acho que o 8 de Março reflete uma pluralidade de mulheres, inclusive assim em muitos territórios, então experiências que eu já tive em São Paulo, experiências que eu já tive em Minas, há também essa discussão, né, de como ir além do ato que sai no centro da cidade, né? Como a gente constrói uma agenda do 8 de Março que tenha um preparatório, né, nos bairros, né? Que enraíze a intervenção nos territórios e que no próprio dia 8 de Março, o 8 de Março possa se capilarizar pela cidade, né? Acho que essa é uma discussão interessante inclusive para que ele esteja o mais plural possível, né? Então essa coisa de um ato tradicional no centro da cidade, né, também exclui, né, esse conjunto de mulheres. Então acho que é uma discussão que está colocada, está em curso, na construção do 8 de Março, assim... Então acho que esse é um ponto, então ele reflete alguma pluralidade, mas com dificuldades ainda, né? Então acho que ainda tem um certo padrão, assim, né, de quais são as mulheres que constroem o ato e alguma dificuldade mesmo de se enraizar, popularizar, né, de ser de fato massivo, né? Ainda que em alguns anos os atos 8 de Março foram dos atos mais potentes, né? Inclusive, assim, abre alas do calendário de lutas, né? Quase sempre, assim, a gente tem o carnaval e o 8 de Março como grande abre alas, né, dos calendários de lutas do nosso país, né, mas ainda com dificuldades de ser o mais plural possível, né? Então acho que esse é um ponto e aí, espera aí que eu já me esqueci um pouco... Espera aí, deixa eu lembrar... Ah sim outras ferramentas e tal, né? Que você comentou, assim, uma coisa que eu falei um pouquinho antes, mas que acho que é importante frisar nesse sentido é que a gente tem, para além de que eu comentei das marchas, das mulheres negras, das Margaridas, das indígenas e tal têm sido, têm cumprido um papel muito importante, eu de fato acho que é a luta de mulheres, aí de mulheres ainda que não se diga, né, um movimento de mulheres, mas é protagonizada por mulheres antipunitivistas e antiproibicionistas. Ela tem sido cada vez mais importante, né? Inclusive em cumprir um papel importante na pandemia, né, a luta do movimento de familiares de pessoas em situação de prisão ou situação de cárcere, né, para ser mais amplo, englobando aí pessoas socioeducativas, dos manicômios, né, de outros espaços institucionalizados. O movimento de familiares de pessoas em situação de cárcere e de vítimas do Estado tem também mostrado uma radicalidade e uma outra forma de pensar o feminismo, né, que também é importante, junto com as mulheres negras, indígenas, camponesas, né, que a gente já trouxe o como que tensiona, né, as pautas, o olhar para o que é a pauta feminista e a própria forma de luta, né? Então eu destacaria também aí, né, enquanto fundamentais atrizes, né, e militantes desse tempo histórico, né, e como contribuem para a renovação do feminismo no Brasil, ainda que talvez não se entendam feministas, né? E sobre a pandemia, eu acho que o movimento feminista sentiu todas as dificuldades de todos os outros movimentos assim, né, de como se reinventar na luta durante esse tempo histórico, né? Tendo que lidar com a dor, né, do luto, com as fragilidades materiais e subjetivas que coletivamente nós vivenciamos, né, durante esse período e como ser criativo para poder lutar e intervir na realidade em tempos de isolamento, né? Então eu acho que assim como tantos âmbitos da nossa luta, o movimento feminista teve que reinventar nesse período, né? Com muitas dificuldades de se auto-organizar, mas também descobrindo novas ferramentas, né? Inclusive potencializando articulações nacionais, articulações internacionais, né? Porque a gente se apropriou mais, né, a classe, né, se

apropriou mais das ferramentas de comunicação, né, virtual e a gente criou, né, novos mecanismos, assim, inclusive isso gerou dilemas, por exemplo, para o 8 de Março, né? Eu participei dos dois oitos de março bem diretamente, né, pandêmicos e foi todos aqueles desafios, né: “Vamos, não vamos para a rua”, “temos ou não temos condições”, “isso é radicalizar a nossa intervenção agora ou é uma irresponsabilidade”, “até onde a gente pode ir”, “como ir, né?”. Isso foi um tensionamento constante, assim, na organização dos espaços, tanto que teve, né, um dos anos que a leitura foi: “a gente precisa ir para as ruas”. Por exemplo, a leitura de Minas Gerais, né, a definição: “Não, nós vamos para rua assim, porque o momento tá pedindo, a gente precisa ter a ousadia de pensar condições sanitárias para estarmos nas ruas dando o recado, né, do feminismo contra o genocídio promovido por esse desgoverno”, só que na véspera a gente teve um grande surto mesmo na cidade, né, sei lá, nos últimos 15 dias, né, antes do 8 de Março, com tudo organizado, o grande surto da pandemia, né, e a percepção de que não tínhamos condições sanitárias mesmo que nos esforçássemos para tanto de estar nas ruas e tivemos que adaptar toda a agenda para uma agenda virtual, né? Então acho que a gente teve esses dilemas em todo movimento, não só o movimento feminista, né? De um lado a gente sabia, né, que o setor mais pauperizado da classe trabalhadora estava nas ruas na pandemia e isso nos colocava em xeque: “e isso significa que todas nós enquanto movimento devemos estar, né? Ou não né?” Então eu acho que foi um grande dilema, assim, ao mesmo tempo também colocar aqui para fechar mesmo, né, que a pandemia, ela evidenciou com muito mais radicalidade aquilo que a gente fala, né? Acho que a pandemia, ela deu tons muito mais nítidos para o que é essa crise do capitalismo e, para dentro disso, o que que é a crise da reprodução social. Então a pandemia escancarou, né, primeiro escancarou a crise ecológica, escancarou a crise da reprodução social, né? Então acho que a pandemia também colocou a agenda do feminismo em outro patamar, né? Evidenciou para as pessoas em geral, né, o quanto que a pauta do cuidado, da reprodução social, ela é central, né? E também renovou a agenda, então acho que isso também foi importante, então acho que a pandemia é um grande marco tanto para a percepção feminista do mundo, como também um grande desafio para nossa forma de luta e de organização feminista, que eu percebo um pouco nesse sentido, assim, o impacto da pandemia.

**Pesquisadora:** Carla, muito, muito obrigada pelas contribuições, foram ótimas. Eu tô com a cabeça borbulhando aqui, cheia de ideias, de questões e coisas para pensar, que vai contribuir imensamente para pesquisa, mas não só, né, como para formação política também, então foi muito, muito bom te ouvir! E também agradecer por ter tirado esse tempo também precioso nesse momento particular, né, especial na sua vida, então muito, muito obrigada mesmo pela sua disposição. Foi ótimo te ouvir, de verdade. Muito obrigado.

**Entrevistada:** Ai, que bom. Eu que agradeço assim te dizer que eu fico super feliz assim nesse momento turbulento de ainda estar, minimamente, né, em constante reflexão, participando!

### **Entrevista – Ana Carolina Ferreira Guimarães**

**Pesquisadora:** São só algumas perguntas mesmo para a gente conversar, a minha pesquisa é sobre o 8 de Março, né, a revitalização da data, eu tô no direito do trabalho... então é muito ligado ao trabalho reprodutivo e às reivindicações laborais, mas também a esse cenário de manifestações, como que isso funciona, relacionar também essa reivindicação ou não de ser uma greve, esse chamado ou não? E aí a princípio, tem algumas perguntas, né, mais para te conhecer, relacionado a sua trajetória, a sua perspectiva e depois umas mais específicas sobre o tema em si mesmo. E aí primeiramente, né, para te conhecer melhor, qual que é a sua trajetória e o envolvimento político, né? Onde atualmente você está envolvida politicamente na militância?

**Entrevistada:** Aí a trajetória é a trajetória política?

**Pesquisadora:** Sim, de militância, de organizações, partido onde você estiver inserida...

**Entrevistada:** Eu começo a minha trajetória política no primeiro semestre da faculdade lá em 2009, e aí eu cheguei na faculdade tava rolando eleições para o DA e me chamaram para entrar para a chapa, eu super animada minha escola não tinha grêmio, e aí fui entrei para chapa e acabou que foi muito legal, porque a gente chamou as pessoas da chapa que perdeu para poder compor com a gente, o que foi ótimo, porque metade das duas chapas se dissolveram da vida e virou como se fosse uma terceira chapa, assim, foi massa e aí eu comecei a conhecer a frequentar e ser militante do “Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania”. Porém, no mesmo ano, houve uma conclamação dos estudantes de pedagogia para que eu fosse representante da Nacional, porque aí funciona, pelo menos funcionava, na época, da seguinte maneira, a gente não tava inserido na UNE - a União Nacional dos Estudantes - o movimento de pedagogia, desde a reforma universitária, ele saiu da UNE por entender que ela não representava os estudantes de pedagogia. E aí a gente se organizava no Fórum Nacional de Pedagogia, então pedagogos, estudantes da pedagogia eram chamados para o Fórum Nacional e também nos encontros e aí tinha um encontro regional, que era estadual. Desse encontro faz isso, uma chapa Estadual com duas representações da nacional sendo o oficial e o suplente. E aí, na verdade, eu não quis entrar para a chapa estadual, mas eu era apoiadora e aí eu também participava das reuniões da nacional. Até ali eu me entendia como anarquista. E aí eu comecei a ter muito contato com o que era o sindicato e tudo mais e aí nesse rolê de desenvolvimento, a gente tinha que ele Yahoo Mail e a gente conversava por lá e a gente fez um fórum nacional aqui, que eu encabecei muito na época. Foi eu e a [militante], que era uma menina do MPR, e aí a gente tinha uma grana para levar quem era da nacional para fazer prestação de contas e tudo mais, só que tinha uma divisão, assim, muito forte de PSOL, que tava sendo criado naquele momento, e o PT contra o MPR, e eu ficava ali naquele meio como anarquista, acabava representando os estudantes que não era nem de um lado nem de outro, então eu fui conclamada através de um e-mail com mais de 4.000 assinaturas do Brasil todo para estar na nacional e quando eu entro para nacional, eu começo a ter ideias feministas, mas eu não sabia o que que era feminismo naquela época, a gente não tinha esses meios de comunicação que a gente tem, eu não era de partido nenhum, não tinha uma organização política, assim, porque o anarquismo tem muito isso, né? As organizações têm uma certa falha e tal, o movimento anarquista de Belo Horizonte estava começando a ser retomado, então o COMPA, por exemplo, ele é criado depois que eu entrei no Helena Greco e mesmo assim por uma briga que teve, os mais jovens fizeram o COMPA, então a gente tinha uma noção ali do que que era o movimento social, o que que era movimento sindical e estudantil, só que quando eu assumo a nacional, eu saio do Greco, porque não tinha tempo mesmo, ou eu tava ali no nacional que me desdobrava muito, eu trabalhava em dois empregos, estudava à noite ou eu tava ali no movimento social, então eu cheguei até a ir numa reunião do 8 de Março e nessa época também tava se discutindo sobre a Marcha das Vadias, o que que... se continuava ou não, é o histórico, né, do 8 de março. Eu só participei de uma reunião, porque quem ia, na verdade, era a [militante], então eu não tinha muito contato, assim, aí eu me formei. Entendi que eu não era anarquista, eu conheci algumas pessoas do [partido], mentira [partido], ato falho, e aí falei com o pessoal que eu queria entrar pro [partido] e aí eu entrei através do professor [nome] da UFMG. E aí fui conhecendo as pessoas, fazendo trabalho, eu tava nas ocupações da UFMG que eu tava fazendo uma disciplina isolada de mestrado, então eu participei de 2016 nesse momento. Foi um momento pro [partido], entre eu estar no movimento estudantil e entrar pro [partido]. Eu também trabalhei como professora voluntária da Escola Popular de Belo Horizonte, que era ligada ao MPR, a escola não existe

mais, mas ela existiu durante mais de 15 anos, era uma referência, ela era mantida pelo Marreta, então a gente fazia muitas discussões políticas e aí eu fui ter mais contato com o movimento feminista ali, aí eu comecei a ler Rosa Luxemburgo, me apaixonei pelas ideias da Rosa, já tinha o contato com a Emma Goldman dentro do movimento anarquista, mas eu não sabia o que que era esse termo, né, movimento feminista, eu fui saber a partir das leituras que eu comecei através da Rosa Luxemburgo e dentro do [partido] depois, que aí eu fui convidada para entrar para o Ana Montenegro logo depois, que eu entrei, e aí eu entro no Ana Montenegro e entro no coletivo sindical do [partido]. E aí a [militantes] me chamam para participar do 8 de Março como representante de mulheres da corrente sindical do [partido] e aí é muito legal, assim, foi a primeira vez que eu tive contato com muitas mulheres, de diferentes pensamentos e aí esse ano eu tinha feito feitura de santo, pela primeira vez e aí era um período longo, né, o primeiro e o último, não sei se você tem conhecimento, é um período longo de penitências, então eu não podia estar no chão do carro do ato assim, né, porque eu não podia ter contato com pessoas que estavam com bebida alcoólica, nenhum tipo de drogas, era uma série de restrições e aí eu pedi para as meninas em reunião para que eu ficasse tomando conta da porta do carro de som, porque aí eu ficaria em cima e era só por isso. Só que na hora que o carro de som vai sair, a Dirlene anuncia que eu também estaria na agitação e aí é uma confusão, porque eu fico tentando ligar para o meu Pai de Santo para saber se eu podia estar agitação! E esse ano específico foi um ano muito bom, assim, que aí a gente já tava ali em 2017/2018 e aí a gente conseguiu descentralizar as atividades do 8 de Março, foi quando a gente teve uma organicidade melhor, foi quando a gente decidiu que era 8M - RMBH. A gente fez umas 30 rodas de conversa, eu acho, com exagero e tudo, mas acho que foi isso, foi mais de 20, em diferentes espaços. E aí nesse ano a gente conseguiu estar dentro do CRAS, dentro da escola, no posto de saúde, nas benzedoiras, com os pastores, com padre, com a corregedoria, a gente conseguiu ter um negócio muito amplo, assim, e então foi um ato grande, assim, foi um ato muito bonito, depois o Kalil, inclusive, ele no final desse ano, a ação nossa foi tão [palarão], assim, que perguntaram pro Kalil: “Olha, houve aumento do número de denúncias de violência contra mulher, o que que você acha que aconteceu para ter mais mulheres sendo violentadas na cidade?” E achei muito legal que o Kalil pegou e falou que ele não tinha nada a ver com isso, assim, que quem tinha feito isso era um grupo de mulheres, que se denominavam 8 de março Unificado de BH e Região Metropolitana e essas mulheres incentivaram tanto os aparelhos da Prefeitura de Segurança Pública a falar sobre como receber essas mulheres, porque eles estavam vendo o nosso movimento, né, não teve uma conversa direta, eles começaram a fazer e teve até uma reunião na Igreja do Betânia que teve também uma, acho que ela é subprocuradora, não sei, falando que tinha começado a fazer formação e tudo, eu falei, então, não é que aumentou o número de violência, né, sofreram mais denúncia devido ao 8 de março, mas e aí a gente decidiu e tal desenvolver as atividades e até hoje a gente não sentou para conversar se somos uma frente ampla, se somos um movimento unificado de mulheres, então tem ano que a gente tem mais de 60 coletivos, que tem 30 e aí vai variando, porque é isso mesmo, coletivos se formam e se desfazem. Mas no meio desse tempo todo que eu consegui entender, assim, que o movimento de mulheres era o meu espaço, cresci num lar muito violento e isso faz com que, às vezes, a minha fala seja muito violenta também e eu trato, inclusive, principalmente, tenho tratado em terapia sobre linguagem não violenta, que às vezes eu nem acho que tô sendo violenta, mas às vezes eu tô, mas por conta desse histórico de ter um pai violento, uma mãe que tava sendo oprimida, eu chego a morar junto com o rapaz sem querer estar casada e aí eu sou agredida durante a nossa lua de mel, então eu ainda fico com ele alguns meses, tenho dificuldade de voltar para casa, dois anos depois eu sofro um estupro... então, eu vou entendendo que o movimento de mulheres me ajuda a entender que o que eu passo na minha vida é violência e como que a minha experiência pode ajudar outras mulheres também. E aí eu, quando eu saio do partido], eu saio porque eu identifico uma violência institucional, na época a [nome da

militante], ela parou de conversar comigo porque eu denunciei o [nome do militante], eu fui processada internamente por conta das eleições do [sindicato], que teve uma urna que foi sumida de Contagem, o que é um problema, né? Urna não tem perna... e ela reaparece, a galera queria reabrir, o [nome do militante] em um acordo político lá, ele não queria reabrir, tudo, ele fala que eu... e aí a gente tem uma discussão no telefone, ele fala que vai me processar e ele me processa por causa disso e aí tem todo um trâmite interno. Em cima disso a galera viu que não tinha nada a ver, que era uma questão dele comigo mesmo, até porque eu já tinha tido era um relacionamento, não era um relacionamento, um afeto com ele antes de entrar pro partido... Só que aí o resultado é uma sanção e a sanção veio por outros motivos, falando sobre as formas de tratamento, não sei o que, e é ainda engraçado, porque as reclamações, a forma ruim de tratamento era justamente com homens e os homens que me violentavam naquele espaço. E aí tem coisa, por exemplo, que a [nome da militante], por exemplo, não sabe porque a gente nunca sentou para falar sobre a minha saída do [partido], mas que a [militante], por exemplo, sabe é que teve gente da nacional, que veio de São Paulo e veio do Rio para conversar comigo para que eu processasse o [nome do militante] e não saísse do partido. Só que tanta violência da institucionalidade que eu sofria ali que eu decidi que eu ia cumprir as funções e eu ia sair. Porque, inclusive, ele arrumou uma mentiraiada tão grande que para se ter uma ideia, assim, eu não queria entrar na eleição do [sindicato], porque eu achava que não era o momento político bom para o [partido], eu acho que se a gente fosse entrar seria em subsedes e poderia inclusive ser coligado com a [central sindical], acho que não tinha problema nesse primeiro momento, era um coletivo sindical que tava esse reestruturando e não queria fazer a chapa estadual. E aí a nacional impõe, que aí é centralismo democrático, né? Impõe que a gente tem que fazer isso, que eu teria que puxar oposição, eu faço todo movimento de puxar oposição, então ele vai lá e senta com a [nome da militante], agora deputada, era coordenadora e faz um acordo para que eu tivesse na chapa principal, então quando ele faz todo esse movimento, ele me detona politicamente dentro do sindicato. E isso eu só consegui recuperar agora tem pouco tempo, a confiança da [nome da militante] e de outras pessoas. Então foi uma violência política muito grande comigo de queima mesmo de companheira e a gente que é mulher dentro do movimento sindical é muito problemático, né? Então eu saio do [partido]. E aí por isso, por exemplo, que eu fiz aquela defesa, né, com a Dirlene, eu acho que violência política contra mulher não pode ser só com com parlamentar, isso acontece dentro dos movimentos tanto dentro de coletivo, quanto dentro dos partidos mesmo com quem não é o candidato principal ou parlamentar, ou a parlamentar. E aí eu saio. E aí a minha vida dá um sossego porque quando a gente sai de uma organização a vida dá um sossego pra gente, né? E no ano passado eu, muito amiga da [candidata], ela me chama para coordenar a campanha dela, inclusive logo depois que eu comecei a coordenar a campanha dela, a [nome da outra candidata] me chama para coordenar a campanha dela também, aí eu falei: “não dá, porque, uma que eu não sei se eu tenho perna, outra que você tá saindo do [partido] e indo para o [outro partido], aí não dá para poder fazer uma campanha pro [partido] e outra pro [outro partido], assim. Acho que não é justo, e não é justo com vocês quem eu vou estar coordenando, e acho que também não é coerente politicamente”. Ela aceita tranquilamente isso e eu começo a fazer campanha com a [candidata], a gente faz uma campanha muito bonita, primeira candidata sapatão ao senado. Sofremos, aí a gente fala no plural mesmo, assim, várias violências políticas, que ela sofre, a gente sofre junto com ela, né. Porque a gente tá com ela e, Nossa Senhora, psicológico muito abalado, uma [palavrão], a campanha ficou bonita, mas foi uma [palavra], não faria de novo, não. Foi uma campanha muito violenta, sabe, e isso abalou o psicológico de todo mundo, assim. E aí nesse período eu acabo entrando para o [partido] com a condição de que eu sairia do movimento sindical. Porque eu queria pegar outras frentes, que seria justamente a LGBT e também continuar desenvolvendo movimentos de mulheres e que eu não sairia nunca candidata. Aí até falaram: “pode conversar depois?” Falei: “não pode, se conversar eu saio!” Então, para me

querer vai ter que ser nesses termos, né? E aí quando foi, e aí nesse processo de pensar que eu estaria no movimento LGBT também eu começo a entrar muito nesse mundo, até porque eu tava na campanha também e tal e a gente teve uma questão muito séria assim dentro do 8 de Março, porque a [nome da militante] da UFMG, ela entra na comunicação e ela tem muita dificuldade de entender que a linguagem da comunicação é diferente das outras linguagens. E aí a gente teve um problema muito sério e acaba que sobra para mim, né? Porque como eu tenho essa dificuldade de quando eu fico nervosa, eu me conter, as pessoas, as mulheres dentro do 8 de março, elas perdem muito no sentido de às vezes pensar mais na forma como você fez do que no conteúdo, porque acha que a forma agride, mas se você tá ganhando no conteúdo e você é massacrada por conta da ação e o conteúdo é deixado de segunda mão também é uma violência e eu coloquei isso para Dirlene recentemente, eu chego lá, mas o que que acontece a [nome da militante] ela arruma uma briga com [nome da militante] que, na época era [nome da militante] e com [nome da militante], porque ela falava que era LGBT+, que a gente ia colocar errado no card, e aí as meninas falando que era LGBTQIA+, e ela começa a dar carteirada institucionalizada, e fala que ela tem um estagiário que é LGBT, o estagiário dela falou isso para ela e ela começa a mandar, e ela não era LGBT. Eu também não me entendia naquela época, que aí eu fui me entender em março do ano passado, isso foi no ano retrasado, e aí ela dá uma carteirada falou: “Olha, eu tô dentro da academia, eu sei o que, eu tô falando quem são vocês para poder dizer alguma coisa”, dá essa carteirada e ainda manda um artigo que ela fez, só que [nome da militante] já tava no rolê de estar forte dentro do movimento LGBT, inclusive que já trabalhava na [organização lgbt] e [nome da militante] também, assim, então ela silencia as meninas e aí eu fico muito revoltada com isso, assim, não deixa eu fazer uma reunião, falei “olha, eu tô com vergonha, eu tô com vergonha, você é uma mulher branca, hétero”, tá aqui com você e tem que escutar esse tipo de coisa que você resolveu dar uma carteirada porque você é professora universitária, e aí eu fui para cima delas, elas ficaram caladas e foi um movimento muito chato, porque as meninas também não tinha coragem de falar para [outra militante], porque a [outra militante] é amiga dela também a professora universitária. E sobrou para mim mesmo, porque aí o meu método foi errado e a gente teve duas reuniões depois para eu pedir desculpa na última eu falei: “olha, eu tô pedindo desculpas de novo, mas eu acho errado pedir desculpa duas vezes” e eu não vi ela falando, pedir desculpa para a [militante] e para a [militante] e eu acho que isso é um problema. E aí nisso foi todo mundo se afastando e aí a [militante] tinha acabado de entrar nisso e não entendeu bem qual que era o rolê... e aí todo mundo se afastou da comunicação, então, quando foi no ano passado que aí eu entendi lésbica e comecei a participar do movimento e tal, a [militante] vem com o projeto da [organização lgbt], que é o “Projeto conexão das cores”. Falando “olha vai abrir tipo um edital e formação para militantes de processo de advocacy, tem que fazer um mini projeto e aí a gente queria muito que você entrasse representando o oito de Março unificado para a gente mudar a linguagem do 8 de Março”, então o projeto era esse assim. E aí dentro do curso de advocacy que foi um final de semana e aí a campanha que eu era coordenadora no sentido geral e tinha o coordenador político da campanha, que também era geral, mas é porque ele era coordenador da corrente, né? Eu conversei com ele e ele me liberou esse final de semana para eu ficar por conta do advocacy. E lá no curso de advocacy, a [militante] veio conversar comigo e falou “Olha, tem um processo de rad-fems na cidade, eu não sabia o que era Radfems, eu vou criando essa coisa no momento feminista no dia a dia mesmo e falou “Olha, eu acho que tinha que ter um combate esse discurso, a gente tem que entender, o que que é a linguagem LGBT, tem que fazer isso pro 8, e a gente pensa como que faz”. Eu falei: “Você vai querer escrever comigo?” Aí ela falou na época que não, porque era gestor do projeto, né? E aí eu escrevo então um projeto “Feministas pela Diversidade contra as radfems”, a gente fala ali no advocacy escrever projeto, mas não é escrever o projeto não, assim, a gente faz um esboço do projeto e coloca ele em prática, não é igual a gente vai fazer para edital. A gente faz um resumo ali e aí foi isso assim. Aí a gente faz

esse processo, só que aí tem processo de eleições da [organização lgbt] também. Então muda de diretoria, aí [militante] resolve sair da [organização lgbt], tem um processo de mudanças, de um jogo de cadeiras, assim, então o rapaz que era técnico social ocupa passou ocupar o lugar de gestor no lugar de [militante], quem, não, mentira, o técnico-administrativo passou acessar o lugar de gestão no lugar de [militante], o técnico social virou técnico administrativo, vai abrir uma vaga e eu participei da concorrência ampla e entrei. E aí era muito engraçado que ficava brincando com eles, né, que a gente tinha que reestruturar os projetos, eles tinham que dialogar comigo mesmo, mas acabava que ali todo mundo conversava com todo mundo. E aí eu fui, comecei a estudar muito sobre a questão do feminismo interseccional, do que seriam as mulheridades e o que que seriam, né, as feministas pela diversidade e tudo mais, as mulheres pelas diversidades, que eu coloquei, né, como feministas pela diversidade e aí quando vem o oito de Março então a gente faz a culminância do projeto, então eu fico esse ano, tem gente fala assim "ah, porque a Carol tava na [organização lgbt], ela tava fazendo articulação com as mulheres trans, não era porque era o projeto, independente de eu estar trabalhando na [organização lgbt] ou não, eu tinha um projeto advocacy pela [organização lgbt] no 8 de Março, na época a gente comentou com as meninas que eu tinha sido indicada para estar nesse processo e tudo mais foi muito tranquilo. E aí então eu vou fazer esse diálogo com as mulheres trans e aí percebo que existe uma resistência mesmo delas com o 8 de março porque é uma trajetória longa, né, trans com movimento feminista cis e é a vida, né, gente, acontece. E aí então quando eu percebi que tinha toda essa questão, eu conversei com as nossas... "gente, não sei assim, eu tava pensando em fazer uma bandeira que colocasse as mulheres e que colocasse a diversidade junto e eu acho que isso podia colar no projeto e tal" e aí eu não sei se você já tava na comunicação nessa época eu mandei, eu fiz no Canva, foi muito engraçado assim que aí tinha umas imagens na hora que abria aquela aquele traço roxo da bandeira tava para baixo, e aí, mas eu falei a gente não vai ficar assim não, eu vou pedir para uma mulher para poder fazer arte vetorizada e tudo mais é só preciso ver esse aí as meninas escolheram dentre as opções. Eu acho que eu mandei umas 6 ou 8 opções lá no grupo escolheram esta que foi da bandeira e aí foi um presente meu presente pro 8 de Março, a gente fala imprimir a bandeira porque a gente faz a laser sabe assim, é como se fosse uma impressão mesmo. E aí foi em dois lugares, porque ficou muito em cima da hora, a [nome da pessoa] custou me mandar a imagem vetorizada e tal, até fiz mais uma porque inclusive uma das bandeiras sumiu, alguém ficou muito apaixonada pela bandeira no 8 de março a gente precisa descobrir com quem tava essa bandeira e mandar fazer outra recentemente, então, agora não temos duas mais, nós temos três, eu só não sei que é da terceira, tá com alguém, alguém se apaixonou pela bandeira. E aí a gente chama então a [militante trans] para poder ser nossa porta-bandeira e a [militante trans], ela tem uma trajetória de ser uma mulher trans com mais de 40 anos, que era profissional do sexo, foi representar essas meninas no gabinete da [vereadora], quando a [vereadora] vai para deputada federal, coloca a [militante trans] e a [militante trans] na prefeitura, só que aí a [vereadora] querendo sair candidata vai bater no Fuad falando nessa reforma que vai ter da cidade, tudo mais, no dia seguinte as meninas foram demitidas, e é isso, né, gente o jogo político e foi logo depois oito de Março. Então ela vem para oito de março representando a prefeitura, na verdade, aí a primeira vez a prefeitura participa e vários setores da prefeitura participou, o gabinete da [vereadora], mesmo a [vereadora] tendo ido para o [partido], ela participa do 8 esse ano. E aí a gente começa a ter mais gente ali do [partido] dentro do 8 de Março e foi uma coisa que foi muito visibilizada, todo mundo comentou como que a gente conseguiu fazer isso de uma forma muito massa, todo mundo ficou muito emocionado, mas ali eu entendi também que era o princípio de uma nova luta também, porque existe um processo muito sério do que que é o movimento lésbico e ser feminista sem ser rad-fem dentro do movimento lésbico, e aí, a nível nacional, a bglt tem feito isso de estar junto com o movimento feminista para a gente poder retirar essa questão da rad-fem, porque é um problema que o movimento lésbico criou, assim,

não sei se você sabe do histórico do movimento lésbico, mas foi criado o grupo arco-íris o primeiro grupo LGBT do Brasil, e eram um grupo de gays no Rio de Janeiro e algumas mulheres começaram a entrar e tava sofrendo machismo lá, aí dentro do coletivo arco-íris surge um grande movimento lésbico. E aí elas começaram a ter ódio dos homens, mesmo eles sendo gays, eles são machistas. E aí ela começa a ter esse ódio aos homens e aí você vê a questão do órgão genital biologicamente dito feminino ser um foco da bandeira até para chocar os gays, e aí pega. Como é que fala, o símbolo do movimento lésbico dentro desse discurso de ódio que foi só aumentando a ponto de chegar para as pessoas trans. Então as pessoas trans elas vão sendo derrubadas a cada momento, assim, um movimento gay já fez esse curso no congresso contra o movimento trans na década de 90, as lésbicas, então, elas não enxergam as mulheres trans como mulheres, e aí como você desenvolvendo toda política nacional e desenvolvendo ações, você entende então, não, somos todos mulheres, e a gente vai começar a falar sobre mulheridades, importa muitos termos estadunidenses para cá e aí a gente tem essa luta assim e a [organização lgbt], o que que a [organização lgbt]? A [organização lgbt] durante 8 anos, ele foi uma ONG que... [organização lgbt] tem 22 anos, né? Mas durante oito anos, ele foi uma ONG que, seis anos, na verdade, ele foi uma ONG que foi transfóbica, foi uma lesbofóbica, foi bifóbica, era só o [partido] tava fechada ali só fazia a parada... então quando o [militante] chega, ele chega e falou “não, vai estar todo mundo aqui”. Inclusive agora ele alterou o estatuto para ser orientação sexual e de gênero. E ele tá trazendo todo mundo para cá, e aí eu fui chamada para poder coordenar a "jornada LGBT pela cidadania" que são as atividades que acontecem antes da parada e como a [organização lgbt] precisava se mostrar a gente fez muita atividade. A gente fez mais de 60 ações. Então tinha dia que eram três, quatro atividades. Não precisava de ter feito tanto, podia ter feito menos, mas ao mesmo tempo eu tava sofrendo um processo de machismo muito grande, você não foi fácil. Foi um processo muito, muito tenso assim. Machismo escancarado, agressões verbais, psicológicas e aí criar um movimento de mulheres dentro da [organização lgbt] é um desafio que eu resolvi bancar, porque aí eu acho que dentre todas as violências que a gente enquanto mulher sofre lá dentro do movimento LGBT mais uma delas assim que a gente vai ter que combater e se eu tô naquele espaço. Eu tô ali numa ong trabalhando que eu gosto e ao mesmo tempo eu consigo militar, [palavrão] os caras. Eles vão ter que dar um jeito de resolver. E aí eu tenho a colaboração do presidente hoje para poder fazer isso, então geralmente quando tem reuniões, eu tô junto com o presidente até quando é com as parlamentares. A gente tá sempre junto para ter essa coisa mesmo de dar uma resposta para o movimento feminista. E aí a gente tem criado então o movimento feminista LGBT e nesse período também eu, e aí não é uma coisa que eu falei para todo mundo assim, eu fiquei muito chateada com a forma com a [organização partidária] resolveu trabalhar dentro do [partido] assim em vez de vir para base foi para dentro e aí quem constrói a base ficou de mãos atadas isso aconteceu somente aqui em Minas Gerais, então acho que foi um erro tático de gestão. E aí eu e outras pessoas nós decidimos nos afastar, então eu entrego meu cargo da [organização partidária], da nacional tanto é que eu não tenho mais me apresentado como integrante do [organização partidária], a outra companheira também, até esqueci o nome dela, agora aquela loira da UFMG e, ela também entrega o cargo dela. Ela também não tá, a [nome da militante], ela não tá mais na [organização partidária] e em Diamantina acontece a mesma coisa com o outro camarada, então a gente assim não tem uma divergência política, mas a prática a gente discordou e aí teve esse afastamento. Então hoje eu tô militando na [organização lgbt] e dentro da [organização lgbt] a gente representa também a [associação] e tô militando no 8 de março até quando, mas até quando for possível assim, fiquei muito chateada é que a gente fez aquele ato contra a cultura do estupro e toda vez toca nessa pauta que me corta muito. E aí porque com uma jornalista, a [militante] arrumou toda uma questão e não foi só eu que respondi outras pessoas também responderam jornalistas que estavam lá, falou que eu tava numa Live falando que eu era uma mulher preta e querendo representar o oito de março tudo nós falamos que

organizava o 8 de março, eu falei, "olha primeiro que eu falei que eu não sou uma mulher preta assim, eu sei o meu lugar" eu não participei do movimento LGBT, enquanto no momento que me entende lésbica, eu comecei a participar, eu não entendo como mulher negra, sou uma mulher branca com cabelo cacheado, é muito diferente de ser uma mulher negra. Ah, "porque tem vídeo", falei "olha, não tem, e aí você continuar eu vou te processar." E aí foi a briga que a gente teve. E aí naquele momento, eu acho que não tem terapia no mundo que ia me ajudar, porque é um momento que me atravessa muito forte e ela tanto 8 de março, ela me violentou como dessa vez também que ela cria todo uma situação que é para me desautorizar dentro dos movimentos me deslegitimar, eu acho que ela me vê como uma concorrente dentro dos movimentos e para ela é uma questão e o que aconteceu na verdade é que até sabia do que ela tava falando, mas ela tem que saber o que que ela fala, o que que tinha acontecido: a [associação] fez um acordo com a ONU-mulheres e aí durante a jornada a gente teve três ações da ONU mulheres, a gente recebeu um valor de R\$ 5000 para fazer essas ações aqui em Belo Horizonte e vários outros companheiros da [associação] também receberam para fazer ações lá. E essa construção foi feita junto com a [movimento] a partir da [militante], foi feita com gabinete da [vereadora] e com [movimento] e aí a ONU deu um prazo para a gente poder fazer fotos filmagens e enviar um vídeo de 30 minutos, por isso que a gente recebeu R\$ 5 mil reais, que a gente tinha que fazer isso, o pacote, né? Enviar para eles para virar uma coisa da ONU, assim. E aí a semana era justamente a semana da mulher negra latino-americana e Caribenha e aí então a [associação] decide fazer uma live no dia das mulheres negras, das latino-americanas e caribenhas para poder apresentar todas as ações. E aí todo mundo apresenta as ações e aí também falo sobre esse dia e tudo mais e quando eu vou falar, eu tenho uma fala de 4 minutos, eu peço licença para as manas negras, e isso tá gravado, faço apresentação do que que a gente fez, falo o que é a diretoria LGBT dentro do município que é uma coisa que foi colocada e foi pedido para dizer quem tinha dentro da cidades e encerrei e falando justamente que na próxima que não fosse uma atividade de apresentação de ações, mas que fosse somente sobre a questão da mulher negra latino-americana e caribenha e que mais mulheres negras, indígenas e quilombolas estivessem naquele espaço, e não mulheres brancas. Então era uma coisa muito tranquila e foi no meio de um embate muito forte do [partido], era uma briga do [partido], foi uma coisa interna. Achei um erro político 8 de Março não entender que foi um problema interno, achar que foi um problema pessoal. E tanto é que é um problema interno que eu não sei se você viu na nas redes sociais na Nacional do[partido], a [corrente partidária] e a [corrente partidária] saiu no tapa todos os integrantes da [corrente partidária] que eram quadros, eles foram atacados por alguém da [corrente partidária], aí ela fala que ela não é da [corrente partidária], que ela só trabalha no gabinete da [vereadora], eu acho que de uma forma atrapalhada, ela pode ter tentado seguir uma orientação que não era nem para ela seguir, já que ela não faz parte, por que que eu contei isso tudo? Porque eu acredito que dentro do oito de Março a gente tem uma questão da violência estrutural e do modo perante de trabalho, sabe? E aí eu entendi, principalmente agora depois do que a [militante] fez que, e aí é o que eu entendi, cada um entende da forma que quiser, mas que eu não posso ficar, por exemplo, terminou a reunião ficar tomando uma cerveja com as meninas porque não é um grupo de amigos. A gente vai definir as coisas, nós somos várias organizações, isso tem que se levar a sério e eu acho que não foi levado a sério porque aí juntou um grupo de amigos que se decidiu que a Carol tem falas violentas e vamos acabar com a Carol. E aí eu acho que isso foi legal, porque aí toda vez que as pessoas falam porque "ah, porque a Carol falou mal com a com a [militante], porque a Carol falou assim, com a [militante] e [militante] também foi de tal forma", eu acho que a gente tem que pensar nos contextos as coisas, sabe? Então acho que a gente tem que pensar as diferentes formas de violência assim sabe e tentar entender o lugar da outra pessoa, assim, porque uma coisa que eu coloquei para elas eu tenho que colocado muito para todo mundo e crescendo de um berço de violência e sofrendo todos os violências que eu sofri com os meus relacionamentos, dificilmente

vou conseguir ser uma pessoa muito amorosa o tempo todo principalmente no momento que eu vou estar sendo pressionada, então em alguns momentos eu vou ter essa fala agressiva assim que aí sai fora muito no meu controle, sabe? Então assim a violência ela quando ela é estrutural, ela faz parte da sua vida, ela te traz às vezes um resultado muito ruim para sua vida. Então vai ter horas as pessoas sabem ali principalmente no 8 de março, elas sabem onde eu vou me afetar, porque elas sabem que eu já sofri violência estrutural, sabe? Elas sabem que eu tive pai violento, que eu tive um marido violento. Então assim é difícil eu ser uma pessoa extremamente paz e amor, eu vou ser o tanto que eu vou conseguir, assim... agora, A gente não pode deixar de entender que existem outras violências, a gente fala muito isso, mas na prática a gente não percebe, a forma como a gente concorre politicamente com alguém, isso é violento... se ninguém conseguiu fazer principalmente dentro da comunicação a leitura de que quando [militante] pressiona as meninas, as meninas saem da comunicação, depois eu venho para poder, eu venho fazer um curso para poder falar para oito como se comunicar e você ainda falar que o problema foi eu ter falado com a [militante], você não entendeu o problema principal ele foi a lgbtfobia, foi uma mulher branca, hétero, classe média dizendo para mulheres pobres, então [militante] era mulher, né? Mulheres pobres, lgbs o que elas são ou o que elas deveriam deixar de ser então a gente precisa muito dentro das nossas formações e eu acho que a gente tá muito atrasado, a gente não conseguiu fazer formação é deixar muito explicitado muito bem colorido as outras formas de violência, porque ali está sendo reproduzido violências diversas, sabe, quando se perde a paciência com a [militante], sabendo que a [militante] ela é uma pessoa que que ela tem saúde mental alterada e ela faz parte de um equipamento e ela está conosco e você não tem paciência, você tá violentando a [militante], então eu penso que dentro do processo todo de trabalho. Eu acho que a militância é o principal trabalho e aí a gente tem que pensar o tanto que o machismo ele é estrutural, que ele faz com que as pessoas que têm os diversos posicionamentos muitas vezes se afastem e às vezes você não se afasta por causa de uma pessoa, às vezes você se afasta pelos diversos posicionamentos que te violentam. Talvez o ápice pode ser uma pessoa, mas eu acredito que não seja uma questão só, sabe.

**Pesquisadora:** Carol, foi muito importante ouvir sua trajetória, ela foi riquíssima, potente e também com relatos muito fortes também, né, das violências e muito importantes para também situar politicamente, né? Não só na nossa vida, né? E aí algumas das questões que eu trouxe acho que elas foram respondidas no decorrer do seu relato, mas eu vou também dar oportunidade, né, colocando-as, caso você queira complementar alguma coisa e tudo, e aí essa pergunta também ela havia sido de se você já tinha militado em algum movimento social antes, aí eu acho que ficou bem completo, né? Quando né, que você passou a se envolver com o movimento feminista e eu acho também que você deixou já bem claro e aí aqui nesse ponto eu vou emendar com a de baixo aqui para ficar mais coeso é se você já participou do movimento sindical também, já teve participação. E aí se você já participou de algum outro tipo de greve, algum tipo de greve sindical, assim...

**Entrevistada:** Já! A [militante] fez tudo para eu entrar para o [sindicato], inclusive porque ela ia sair deputada, e aí a própria [central sindical] começou a me chamar de “Nova [nome da militante]” na época, foi mó besteira assim porque a [militante] me apresentava muito assim, por isso que eu falo que o macho alfa ele me quebrou politicamente que ele não queria que eu tivesse nesse lugar, mesmo que eu não ia né, porque eu tava no [partido], não tinha nada a ver com a [central sindical]...

**Pesquisadora:** Mas já participou de outras greves, como professora?

**Entrevistada:** Como professora, sim!

**Pesquisadora:** E aí outras questões, já entram questões também que você trouxe que é quais que são então as questões, as situações, os motivos que levaram esse envolvimento com o movimento feminista, aí caso você queira, ou lembre de mais alguma coisa e também o que que te desperta para seguir nessa militância feminista e com quais tipos de desafios você costuma se deparar. E aí eu acho que também sua fala foi bem completa nesse sentido, mas você fica à vontade caso você lembre de mais alguma coisa ou queira complementar!

**Entrevistada:** Não, eu acho que é isso assim que o que me move é a violência que a gente sofre o tempo todo, né, e vendo outras mulheres, eu acho que a questão da empatia né? A gente com socialista a gente quer abraçar, né? Todo mundo e aí, eu acho que inclusive assim, você sabe por que que meu apelido é Sol, eu já te contei? Porque houve uma época que eu tava muito triste assim, muitas violências acontecendo comigo. E aí eu pedi para uma amiga que tem casa em Milho Verde assim, olha você sempre quis me apresentar milho verde. Vamos nesse Réveillon para lá e aí eu fui para lá no dia 26 de dezembro e voltei dia 2 de fevereiro muito chateada, não queria ter voltado E aí uma coisa que eu percebi porque meu apelido era Carol loira na faculdade e até antes da pandemia eu era bem loira bem loira. E aí uma coisa que eu tinha percebido que eu não pegava sol sabe assim, como que o sol revitaliza a gente e eu fiquei viajando nessa coisa assim de como que o sol revitaliza e tudo mais e como que eu também fui conseguindo desestressar, amadurecer todas as ideias, relaxar falei, gente, toda mulher tem um sol dentro dela, a gente tem uma força que a sociedade quer mostrar pra gente que a gente não tem. E aí a partir de agora eu quero ser chamado de sol essa Carol, não quero ser Carol Loira porque eu quero lembrar as mulheres que todos nós temos um sol dentro delas e que a gente tem um monte de sol por aí. E aí foi isso assim para que a gente sempre se lembrar e eu também que existe um sol que nos dá força e que faz com que a gente não queira se matar e não queira se entregar violência e ir para luta.

**Pesquisadora:** Muito legal, muito forte! E aí depois dessa todas as questões mais pessoais, né? É muito importante também para a gente entender como que a gente se coloca, né? Eu gostaria passar então às questões mais incisiva sobre a sua perspectiva mesmo é do movimento do 8 de Março, né, e do movimento feminista como todo e aí a primeira questão é quais que são então para você e eu sei que é difícil resumir isso, mas são as principais reivindicações, né, que são colocadas pelo movimento atualmente.

**Entrevistada:** A pauta do nascituro ela tem crescido muito né, eu tô achando isso o máximo, não acompanham assim diretamente, eu não tô dentro do Legaliza, mas aí é por escolha também, que a gente... não dá para fazer tudo, né? Então a gente tem que escolher. E aí eu tô vendo essa pauta da legalização muito forte e eu tô achando isso muito massa, porque é um número grande de mulheres que morrem, né, devido ao aborto inseguro. Então acho que essa é hoje a pauta principal e aí ela eu acho que ela empata junto com todas as violências que a gente vive então a gente sempre vai falar de violência, né? E aí eu acho que as duas estão ali hoje nesse mesmo patamar de importância e aí eu vou seguir em terceiro lugar, aliás nem em terceiro lugar, mas dentro da pauta de violência, eu acho muito importante a gente não esquecer que hoje o Brasil é o país que mais mata LGBT no mundo e quem mais morre são as mulheres trans, então a violência contra a mulher trans, ela precisa ser visibilizada e ela tá sendo pouco visibilizada, as mulheres trans, não sei se você tem essa informação, mas o limite de vida dela, a estimativa de vida dela de 35/40 anos, né? A Jennifer que tava lá que ela não me ouça contar, mas a Jennifer já tem mais de 60 anos. E, assim, ela passou muito da probabilidade, sabe? Então, é entender que não é para todo mundo vai morrer e a gente tem que pensar inclusive políticas públicas para essas mulheres que estão nessa idade e que ainda sofrem violência, porque as

mulheres trans sofrem violência assim por todas as esferas muito mais do que as mulheres cis e a gente precisa de dar esse grito, assim, então acho que dentro da pauta da violência a gente pensar muito nessa questão das mulheres trans e a pauta do nascituro, oh, da violência obstétrica.

**Pesquisadora:** Legal!

**Entrevistada:** Mas aí fora isso também, eu queria dizer que tem uma coisa que perpassa tudo isso, que aí é a qualidade de vida das mulheres, eu acho que a gente tem que pensar muito mais em saúde integral para as mulheres, a gente tem que pensar que as mulheres trabalham, que elas precisam de viver com dignidade a gente ainda não tem uma legislação que faz com que a mulher se sinta segura no Brasil e que viva com dignidade, mas isso daí eu acho que não é nenhuma pauta, acho que é uma coisa que perpassa a sociedade brasileira e aí não é uma pauta do movimento feminista não, acho que qualquer pessoa que se entende como socialista, progressista, comunista, eu acho que tem que entender isso daí como uma pauta reivindicatória de modo geral.

**Pesquisadora:** Legal! E o que que a data, né, o 8 de Março representa para você?

**Entrevistada:** Você sabe que eu não consigo me lembrar dos oitos de Março, porque para mim é o momento mais sério e importante do ano. É o momento que as mulheres conseguem ir lá. Sabe? Eu não sei se todo mundo tem essa noção, porque eu não sei se as violências que as mulheres sofreram, de quem constrói oito de Março, porque hoje a gente tem gosto de Março muito branco e muito classe média, eu não sei se as pessoas têm essa noção, para gente que já sofreu violência de ser agredida, de ser estuprada, tá no 8 de Março uma libertação. Depois que eu fui estuprada, por exemplo, eu tenho muita dificuldade de estar em locais públicos com multidão, detesto ir pro bar, por exemplo, elevador é um problema, então o oito de Março é um momento que eu estou ali segura com as minhas manas, é o momento que eu vou poder dar o grito, eu me lembro que teve um 8 de março que a gente estava saindo da Raul Soares e aí eu comecei a cantar a primavera feminista e aí a [militante]: “não canta não, porque essa música é da unificação, é só quando chegar na “Praça Sete” e aí quando eu parei de cantar uma menina do lado do carro de som começou a gritar “Carol, Carol, Carool”, eu nem sabia que ela sabia que meu nome era Carol assim, não sei, eu tenho vontade de chegar perto dessa menina dar um abraço pedindo e pedir desculpa para ela até hoje, assim, porque ela falou assim “não para de cantar não, meu padrasto tentou abusar de mim, eu consegui sair de casa porque ninguém acreditava em mim e eu tô viva, eu tô viva” ela gritava, ela chorava e quando eu tava ali ouvindo, ela pegava o microfone na minha mão e começava a cantar outra música eu não consegui fazer nada ali por ela, sabe, e eu não sei quem é. E aí assim são poucas coisas que eu consigo me lembrar, porque eu fico muito emocionada para mim é o momento mais importante da minha vida quando gente do próprio 8 de Março fala que eu tô querendo aparecer, que eu tô levando como se fosse carnaval que não sei o quê, eu me sinto altamente magoada porque eu acho que as pessoas não têm noção do tamanho que é para mim o 8 de Março... o 8 de Março ali salva muita vida. Eu fico emocionada só de dizer, porque durante muito tempo na minha vida, não podia gritar. E aí a gente pode gritar. Não é o fato do tá ou não no carro de som que vai fazer isso, sabe? Mas eu gostaria muito assim de fazer todo mundo entender como que o ato do 8 de março é importante demais, principalmente para quem já sofreu violência, sabe, forte, e todas nós sofremos, né, violência! Desculpa!

**Pesquisadora:** Imagina a Carol, não tem que pedir desculpa, eu que agradeço por estar disponível para falar tudo isso e tá sendo muito importante te ouvir e muito emocionante

também. A gente tá juntas, né, é muito bom saber disso... até difícil voltar para as perguntas, depois desse relato fortíssimo voltar aqui para as perguntas... Mas e a greve feminista, né, assim eu trouxe isso como objeto na minha pesquisa, até por eu estar no direito do trabalho, mas conversando aqui em Belo Horizonte, inclusive por estar inserida e por ser daqui de BH e agora ser militante também, eu não sei, assim, eu tô avaliando como que dá essa entendimento da greve, né? Porque o chamado Internacional é pela greve. E como que você enxerga a greve? Tipo, tem esse chamado aqui, o que que seria isso, funciona ou não funciona, qual que é a sua percepção?

**Entrevistada:** Falar a verdade aqui quando você me falou sobre isso e que isso era parte da sua pesquisa, eu fui procurar saber, porque eu nem sabia, e aí Eu acho que eu ainda não tenho uma opinião formada, porque na realidade assim se você for pensar, por exemplo, a nível eleitoral, a pauta feminista e a pauta LGBT não elege ninguém, é bobagem pensar que a [deputadas] foram eleitas por conta da pauta LGBT, não foi, não foi... pode ter dado um *up* ali, mas não existe uma coerência, assim, se você não tem isso, aí você pensa, por exemplo a [organização lgbt] é o terceiro maior movimento LGBT do Brasil, quando a gente chama, a gente não tem 15 pessoas., uma pauta [palavrão], porrada... o movimento amplo 8 de Março Unificado com mais de 50 coletivos de mulheres, se não for o dia oito de Março, não tem 15 pessoas direito numa ação. Sabe? Então se a gente ainda não conseguiu fazer com que as próprias mulheres, seja no movimento LGBT, seja no movimento sindical, seja em outros movimentos, não entenderam que a pauta delas é uma pauta importante e não só nos de oito de Março, eu acho muito difícil fazer uma greve, eu acho que a ideia de uma greve fica surreal, vira até uma piada, eu acho que é uma ideia a ser construída no Brasil, sabe? Porque aí também tem duas coisas que brigam, né, tem um movimento e o [partido] puxa muito isso, infelizmente, que é o movimento identitário, né? Eu sou mulher, eu vou derrubar a sociedade patriarcal sozinha, eu sou LGBT, eu vou derrubar... Ah, eu sou negro, eu vou... não é assim, sabe? E aí é também uma análise política, né? Eu entendo que sendo classe trabalhadora a gente precisa ali se unir para poder derrubar o patriarcado, claro, também que pode ser que até esses termos já estejam ultrapassados, né? O que que é classe média? O que que é classe trabalhadora, movimento operário é classe trabalhadora, mas nem todo trabalhador tá no movimento operário, o movimento operário anda muito distante, por exemplo, o movimento de professores e da saúde, que é um dos mais bem articulados do país. Então, não sei também assim, eu acho que precisamos ter um filósofo bom aí, uma filósofa boa para poder resolver esse problema, mas ainda se tem a ideia de que a gente está numa sociedade que a gente não vai conseguir romper o machismo estrutural, as diferenças estruturais dentro de uma pauta identitária e infelizmente hoje o movimento de mulheres a gente tem essa pauta da identidade é muito forte... as radfems vêm muito, faz um discurso muito bonito com relação a isso, elas defendem muito bem que você não tem que estar unido a ninguém, você faz o movimento de você com você, e você vai destruir todo mundo, e elas fazem isso sendo uma categoria muito forte e vai levando uma juventude junto com elas, assim. E aí que é a questão, elas vão colocar isso, por exemplo, no panfleto, elas não vão colocar “acho que mulher trans não é mulher”, no panfleto, isso aí vem depois em outros discursos delas, mas é discurso de fala e aí o grande problema com elas, né, mas para mim é muito difícil, porque aí se as radfems, por exemplo, elas puxam e tentar puxar uma greve feminista e com todo o discurso preconceituoso que elas têm, quem é feminista interseccional não vai aceitar essa greve. Então eu acho que aí a gente tava em um período diferente, porque quando você vai pegar lá na década de 20, de 1920, que as mulheres começam a fazer greves feministas, ali você tinha um movimento operário muito forte, muito machista, as mulheres vão ser emancipar para além dos homens e vai botar para quebrar. Então eles têm um momento da sociedade muito específico, né? E a gente não tem isso hoje, assim, nem as medidas que a Damares teve dentro do governo Bolsonaro fez com que as mulheres se

revelassem, essa forma de pressionar, porque poderiam pelo menos ter derrubado a Damares, poderia ter pressionado muito mais, mas a gente não conseguiu fazer isso, sabe? Então assim a gente tem força para fazer isso? Então aí eu fico pensando muito agora se me perguntar assim: “é importante?” Eu acho de suma importância, eu acho que se as mulheres conseguissem sentar todos, sindical, estudantil, sabe, se você pegar todo mundo e vamos parar o país, eu acho isso de suma importância, eu acho que ia dar uma revigorada! Inclusive, eu acho que até a lógica política poderia ser modificada no Brasil, então se perguntar: “se você quer fazer, se topa, se tá a fim de construir”... agora se isso vai chegar no Brasil, eu não sei, então eu tenho muita dificuldade assim de entender a greve internacional de mulheres.

**Pesquisadora:** Perfeito, Carol. E aí então a outra pergunta em seguida era como que você vê o movimento feminista, né? E aí aqui eu tinha feito o recorte da greve, mas então a gente pode colocar o do 8 de Março, tá fazendo mais sentido, como que ele vem se modificando ao longo dos anos, né? Desde que você participa. E se puder falar também um pouquinho de como que foi esse processo na pandemia também, como que deu essa articulação?

**Entrevistada:** Bom, o movimento tem ficado cada vez mais branco e mais classe média. E ser classe média é uma questão, né? Porque nem todo mundo se entende como classe média, então é uma questão, mas aí então vou até mudar, né? Não existem pessoas pobres ali, é difícil você ver alguém que é da favela, pessoa preta favelada, tô morando aqui, sabe, que tinha isso, assim, teve uma época que a gente tinha... nunca foi uma coisa muito forte não, desde o momento que eu entrei, diz que antes era mais, assim, muitas mulheres negras participavam e tudo mais... quando eu entrei a gente tava meio que no resquício disso, sabe, daquela coisa de às vezes de fazer uma vaquinha para alguém ir para reunião. E aí hoje você não vai muito isso, assim, você vê que são pessoas que têm condições para estar ali, coletivos que vão estar ajudando, dando suporte hoje, você vê muito menos mulheres independentes do que você via antes dentro do 8 de Março, sabe? E aí eu acho que é o momento da gente ter que voltar a pensar nas rodas descentralizadas para trazer a galera da periferia de volta para o 8 de Março, a gente não pode esquecer desse ponto, assim. E a briga de egos, assim, eu acho que as pessoas precisam de entender a delicadeza, ajustar dentro do 8 de Março, o que que é reações de violência e o que que seria ego de fato.

**Pesquisadora:** A outra pergunta eu acho que você também trouxe um pouco desses elementos, quais que são os grupos de mulheres, né, e aí pode ser, etnias, classes, raças profissões, em termos de sexualidade também, que têm participação?

**Entrevistada:** Pois é, aí entra naquela questão da gente ficar muito nas mãos das parlamentares, porque a gente achou, por exemplo, que como a [vereadora] estava participando e a gente cobrou inclusive que tivesse roda de conversa no quilombo, mas aí ela não fez a gente também não. Então, na verdade, a gente também não tá procurando assim, as [vereadoras] não fizeram roda de conversa da ocupação, foi um erro delas? Não, foi um erro nosso, sabe assim, porque se a gente não for procurar as mulheres da ocupação, as mulheres indígenas, as mulheres quilombolas, a gente vai conversar só com a gente mesmo, né? Então a gente tem uma falsa representatividade delas ali, que a gente fica na mão do gabinete, assim sabe, mas já houve momentos que elas estiveram, já teve momento que as profissionais do sexo estiveram com a gente, momentos passados, assim, que a gente precisa articular melhor esse ano para que volte a ser presente... Não sei se eu respondi bem...

**Pesquisadora:** É variável, né, no caso ao longo dos anos e como e como que se dá a organização, né, do 8 de Março, né, um pouquinho sobre suas táticas, estratégias e também se

you noticed that there was a change in the period of the pandemic in this sense, I think that you brought a little of the conversation, né, that you perceived that there was this change that is a thing that needs to be resumed, also this question of language I think that you brought also, né, in communication, as if you had this change, if you had more something that you would like to add...

**Entrevistada:** Na época da pandemia não tinha muito o que fazer, né, então foi todo mundo fazer Live, a gente vai fazer Live também, só que aí assim como a gente ia fazer Live a gente eu acho um momento de muita politização, mas a gente se você for olhar as nossas lives, ela não tem não teve muita adesão assim era a gente mesmo conversando com a gente. E aí foi isso, a gente ficou nesse processo de fazer live. E aí no dia 8 de Março foi [palavrão], foi muito [palavra], porque a cidade abriu, a gente se preparou para o 8 de Março e no dia 7 de Março caiu, fechou a cidade de novo. E aí a gente, eu não sei foi dia 7 ou dia 6, não sei se foi um ou dois dias um pouco antes de fazer e tal. E aí? Tem umas mulheres que moravam ali próximo ao centro, eu não sei se era as meninas da Bazuca ou se era da Tina, que aí pegaram e fizeram um mini-ato, né? Porque aí a nossa ideia era tipo assim: “Pô, lembra o que que o Então Brilha fez e tal, então a gente podia fazer um negócio assim também”, e aí as meninas falaram que tinham a disponibilidade de ir, a gente até tinha pensado, eu acho na época de fazer uma faixa no viaduto, mas aí teve um negócio na Praça Sete, que foi muito massa, assim. E a gente ficou muito chateada, porque a gente tinha se preparado para estar na rua e tudo e infelizmente a gente não pôde ir. E aí no ano, nesse ano, então, a gente já começa atrasada porque aí tem toda a ressaca das eleições, que consumiu todo mundo mesmo, né? E a gente começou a organização em janeiro, então já aquela confusão. Então esse ano não se organizou direito não, e aí por isso que a gente agora já tá falando que a gente tem que começar a conversar, porque já tá em novembro.

**Pesquisadora:** Perfeito, Carol! E aí as duas últimas questões agora, eu prometo que está acabando... É porque eu tinha falado que era mais rapidinho, mas [na entrevista] da Dir eu tive que criar outro link também, porque é uma trajetória de luta incrível e ela contou tanta coisa legal, aí essas a gente demora um pouquinho mais... que tem muita coisa pra contar! E aí as últimas questões eram como que você observa esse movimento grevista internacional, então, como você diz, você tem dificuldade de enxergar isso especialmente olhando para o Brasil, mas se você quiser colocar tipo assim das manifestações, da chamada pro 8 de Março mesmo, nesse sentido, assim, de observar isso, né, Argentina no Chile ou na Europa ou em qualquer outro lugar que está sendo colocado. E, por fim, né, quais que são, o que que você acredita, né - e eu acho que você trouxe isso também no decorrer todo da entrevista - as potencialidades transformadoras, né, do movimento feminista, da articulação do 8 de Março especialmente no nosso contexto aqui brasileiro, né? Eu acho que isso ficou bem evidente assim no decorrer da fala, mas se você quiser colocar a conclusão, assim, seria legal também.

**Entrevistada:** Existem alguns países que estão mais avançados, eu tô com muita inveja da Argentina ultimamente assim até fico [palavrão], eu falei "nossa, queria tá morando na Argentina". Aí depois que eu fui ver as eleições lá, fiquei mais feliz ainda, mas assim agora pensando eu respondi essa semana um questionário que a [organização lgbt] recebeu que é um controle social, porque uma vez... social que faz controle social e não é controle social de controlar as pessoas, né... É saber se as políticas públicas estão chegando e tudo e aí foi um contrato social a nível internacional, até mandei lá no grupo de notícias, eu não sei se você viu o link, se não tiver visto esse link eu posso te mandar, o link do formulário, e aí me fez repensar tudo, eu acho que se eu tivesse respondendo essa pergunta antes de responder esse formulário, eu acho que seria outra assim, porque aí é uma pesquisa global. E aí se você entrar lá você vai

ver que tem umas perguntas, assim, “se você se você tem dívida de contas no seu no seu país, você pode ser presa ou sofre algum tipo de violência e os homens não”, é um negócio, aí você que tem que colocar sim ou não, se você colocar sim, você justifica. E aí foram perguntas assim que eu fiquei olhando “gente, o Brasil tá muito avançado mesmo porque imaginou a mulher ter dívida e ela ser punida porque ela tem dívida e o homem pode ter dívida, mas a mulher não” Porque isso é tão difícil, né? Isso vai muito aquém assim, você não escolhe um dia você acorda: “Nossa, vou entrar no Serasa hoje”, não é assim que funciona, né? Olha que nível de violência, imagina uma mãe de família, como que psicologicamente isso não violenta ela, sabe, e várias outras muito mais fortes, assim, então eu acredito se a gente faz uma greve internacional, ela chama atenção principalmente nos países mais reacionários e aí você dá esse impulso para as mulheres serem quem elas são, e é impulso porque na prática a gente vê o que aconteceu lá no Oriente Médio, que a menina tava sem o véu e ela morreu por causa disso. E são movimentos de resistência, assim, então eu acho que a gente que tá muito mais avançado nas pautas, a gente precisava de fazer essa greve internacional para dar força para esses países que não estão, sabe... Agora a nossa realidade brasileira realmente é muito complexa para a gente poder fazer isso, até os 21 dias de ativismo para gente é difícil, que é uma coisa que acontece internacionalmente, né, mas eu acho que é uma coisa que a gente precisa de conversar mais, debater mais e não ficar só no campo das ideias e de repente também no meio dessa história toda por que não o dia 8 de Março ser feriado nacional? Por que não? Por que tem que ser um dia comum? Acho que são coisas que a gente pode debater, de repente pode começar por aí, não sei. A última pergunta era o quê?

**Pesquisadora:** Era isso, quais que são as potencialidades transformadoras, né, do movimento feminista do 8 de março, desse chamado para estar nas ruas, para dar esse grito mesmo, especialmente aqui no Brasil, eu acho que foi isso mesmo. Bom, Carol, eu queria te agradecer muito pela entrevista, pela sua disponibilidade, por estar aqui também falando tudo isso muito importante para a gente refletir para pesquisa não só, também, e é isso eu te agradeço muito mesmo de coração e foi ótimo te ouvir, que bom que deu para você participar!

**Entrevistada:** Eu tenho assinatura eletrônica, que é igual a minha identidade. Eu te envio, não importo que tenha meu nome, eu só importo colocar nome de organizações que eu já participei, nome de pessoas que eu falei abertamente, pra não dar nem um processo para mim, nenhum problema nesse sentido...

**Pesquisadora:** As organizações que você já militou também...

**Entrevistada:** Eu acho que não vai ser... eu acho que se você for colocar de modo geral, você pode colocar que eu já participei de todas elas, mas se você for colocar alguma coisa específica não coloca o nome da específica, entendeu? Então por exemplo eu falei aquilo sofreu violência política dentro de uma das organizações aí é dentro de uma das organizações, não precisa ser do [partido].

**Pesquisadora:** Perfeito. perfeito, mas acho que não vai ter problema nenhum também, a gente qualquer coisa conversa, mas tudo certo. Muito obrigada!

**Entrevistada:** Desculpa a demora para conseguir...

**Pesquisadora:** Não, que bom que deu certo! Foi ótimo!

## Entrevista Firminia Maria Oliveira Rodrigues

**Pesquisadora:** Nossa entrevistada de hoje é a Firminia, muito obrigada por ter aceitado participar, como eu já adiantei, são só algumas perguntas mesmo para a gente conversar um pouquinho sobre o movimento feminista, especialmente sobre a revitalização do 8 de Março e a greve internacional, que é o tema da minha pesquisa no Direito do Trabalho no momento. Aí, primeiramente, eu gostaria de conhecê-la melhor. A primeira pergunta é: qual a sua trajetória e envolvimento políticos? Onde você milita atualmente?

**Entrevistada:** É, bom, meu nome é Firminia, né? Eu comecei a militar quando eu entrei na universidade alguns bons anos atrás, eu estudava farmácia aqui na UFMG. E aí eu participei primeiro de um projeto que chamava VerSUS que era atuar vendo como o SUS funcionava, né? Enfim, aí a partir disso eu conheci um movimento estudantil e aí fiz parte de partidos políticos e hoje eu um milito no PSTU e construo um movimento de mulheres que é o Movimento de Mulheres em Luta, que é um movimento nacional ligado a uma Central Sindical que é a CSP-Conlutas e também construo o 8M Unificado aqui em Belo Horizonte.

**Pesquisadora:** A segunda pergunta tem relação com a primeira que é: se já militou em algum outro movimento social, então acho que a gente já respondeu... E quando foi exatamente o que você passou a se envolver com o movimento feminista?

**Entrevistada:** Especificamente com o movimento de mulheres, eu comecei a militar em 2010/2012 por aí, que foi pelo partido, né, pelo PSTU e também pelo Movimento Mulheres em Luta, construindo 8 de Março na cidade, então eu já fazia meio parte do movimento, também do partido, e eu comecei as construções do 8M, que depois virou o 8M Unificado, né? E aí foi na construção de 8M acho que de 2012 ou 2013, alguma coisa assim... mas militar na causa das mulheres desde quando eu entrei para o PSTU, que foi em 2007.

**Pesquisadora:** Ah legal, e quais são então as questões, as situações, né, os motivos mesmo que levaram a que você tivesse a trajetória e esses envolvimento com essa luta feminista?

**Entrevistada:** Eu acho que primeiro que não dá para negar que a luta das mulheres, dos setores oprimidos com um todo né, negros, LBTs, todos os setores oprimidos tem uma importância grande, porque não adianta nada a gente ficar também falando muito de revolução, de que tem que mudar o mundo, né, se a gente não entende também por quem que esse mundo é composto e também porque que essas pessoas, que também compõem o mundo, são colocadas muitas vezes à margem da situação e aí eu acho que isso tem muito a ver muito com o porquê que eu milito, né, com a causa das mulheres e tal, com a luta das mulheres e também uma discussão de que não adianta nada a gente pensar uma libertação da classe trabalhadora, né, de uma outra sociedade, sem imaginar que as mulheres também estão dentro da classe trabalhadora e que também as pautas de classe elas se juntam às pautas, né, de opressões, de luta das mulheres, de luta dos setores oprimidos também.

**Pesquisadora:** Legal! E o que desperta a que você siga na militância? E, além disso, para o despertar da militância e o continuar na luta, quais tipos de desafios você também enfrenta nessa luta?

**Entrevistada:** Eu acho que o que me mantém na militância é querer construir uma revolução, construir uma outra sociedade, que não é um projeto fácil, né? Obviamente, se fosse fácil a gente já tinha feito, né? Mas eu acho que tem esse ideal, né? Eu acho que não é só ideal, porque o ideal parece que é um trem que você fica lá sonhando o resto da vida, mas tem uma construção real, né? De que, é claro que a gente quer a revolução, mas também a gente quer mudar a vida das pessoas agora, né? Não tem como a gente achar que as pessoas têm que passar fome, ou têm que morrer por serem mulheres, enfim, só porque a revolução ainda não veio... e eu acho que tem muitos desafios, eu acho que tem uns desafios vindos de outros setores da sociedade, né? Da direita, dos governos, né? Eu acho que nenhum governo até hoje governou de verdade para as mulheres trabalhadoras do país, nem para as mulheres no geral, né? A gente vê que não tem legalização do aborto até hoje, não tem salário igual para trabalho igual até hoje no país e vários direitos que são básicos para as mulheres, né? A manutenção da vida delas ainda não foi combatida de verdade por nenhum governo, eu acho que eles são os maiores inimigos e o maior inimigo de todos é o sistema capitalista que a gente vive, que ele mantém esses setores mais rebaixados mesmo para baixar salário, para baixar condição de vida e se uma mulher ou outra morre e aí o acaso da vida, né? Não tem como ou porque discutir isso.... Eu acho que esses são os maiores desafios, acabar com esse sistema capitalista e lutar contra os governos, né? Para que as mulheres tenham mais direitos, e é isso.

**Pesquisadora:** Legal, muito obrigada! E aí, até acho que você chegou a mencionar, uma das perguntas é se você já teve participação no movimento sindical em específico, né? E nessa relação também com o movimento sindical, se já participou de alguma outra greve, algum outro tipo de greve ou uma relacionada?

**Entrevistada:** Então, eu entrei pro movimento sindical, na verdade, quase agora, porque eu sou professora da rede Municipal de Educação e eu participei de greves, paralisações, assembleias, todas as movimentações sindicais dessa categoria. E é isso, não é isso que você perguntou?

**Pesquisadora:** Isso! E agora mais especificamente sobre as pautas colocadas, né, pelo movimento feminista... E aí eu já vou aproveitar e vou acrescentar uma [pergunta], porque você disse que está na luta do movimento feminista desde 2012. E aí minha pesquisa, ela tem um recorte um pouco mais relacionado com a revitalização das lutas a partir da greve internacional, porém a gente sabe que essa luta é de longa data e seria muito interessante ouvir também essas reivindicações, não só as que você vê atualmente, como que você vê, se houve mudança, se seguem as mesmas pautas, então também trazer sua visão sobre toda essa trajetória nesse sentido.

**Entrevistada:** Tá, aí falar da greve internacional, tudo isso?

**Pesquisadora:** Não, aí você pode se sentir à vontade se chegar nisso, mas assim, o que que você observa de diferente, de igual, se essas pautas atuais são as mesmas de 2012?

**Entrevistada:** Eu acho que tem umas pautas que sempre vão ser atuais para as mulheres, né? Tipo assim, contra o feminicídio, contra violência, a luta mais econômica, né? Dessa aí que eu falei de salário igual para trabalho igual, a luta pela legalização do aborto principalmente no Brasil, mas eu acho que tem um aspecto que é importante, né, que é que as pessoas discutem mais a luta das mulheres, né? As pessoas, elas veem mais, elas conseguem discutir melhor o machismo, elas conseguem enxergar inclusive melhor o machismo, né, e com isso inclusive denunciar agressões, inclusive fazer com que as mulheres ganhem uma certa autonomia, né? Ganhem uma certa confiança em si, enfim, e eu acho que isso é importante principalmente entre

as adolescentes e mulheres mais jovens, né? Porque isso muda também, né? A cabeça das pessoas, tanto das mulheres, como também educa os homens, mas eu acho que os desafios continuam os mesmos, né? Enfim, tem as conquistas, eu acho que elas vão e vêm, né? Tipo assim, algumas conquistas foram feitas, né? Eu acho que a aprovação da Lei Maria da Penha, por exemplo lá, ela foi muito importante, mas tem que dar um passo à frente para ser implementada de verdade, né? E a lei de transfobia, né, de que mulheres trans entrassem também no rol do feminicídio, é uma vitória importante também, né? Inclusive do reconhecimento de mulheres trans como mulheres, né? A gente sabe que tem movimentos, inclusive de mulheres, que acham que mulheres trans não são mulheres, né, são homens - o que eu particularmente acho uma bizarrice, mas eu acho que tem pequenas vitórias. Mas é isso, né? As vitórias elas vêm, elas são importantes, a gente tem que lutar para que elas existam, mas elas são limitadas, né? Porque é isso, na minha visão uma libertação real das mulheres, ela vai vir com a libertação da classe trabalhadora, né? E aí com relação à greve das mulheres, eu acho que ela é importante, primeiro porque ela denuncia que tem um monte de trabalho que são as mulheres que fazem e que muitas vezes as pessoas... não só o trabalho formal, né, do tipo assim, vou trabalhar numa empresa, vou ser motorista de aplicativo, vou ser professora, vou ser qualquer coisa, mas também o trabalho doméstico, né? Porque se as mulheres parassem mesmo, assim, uma greve total não tinha trabalho doméstico, né gente? O trabalho mais invisível de todos, inclusive. E eu acho que a importância da greve de mulheres tem a ver com essa denúncia, mas também ao mesmo tempo é importante que tenha uma greve de mulheres e que também os homens se juntassem a uma greve mais geral, a pelo menos, uma discussão, né, do conjunto da classe trabalhadora, que levasse a questionar todo esse sistema que a gente tem, na verdade, né? Mas eu acho que é importante sim! Foi um marco importante, né? Essa discussão da greve de mulheres, e foi importante onde ela conseguiu existir, né?

**Pesquisadora:** Ah sim, e aí, eu vou aproveitar e emendar com a outra que é: se você percebe uma mudança nesse movimento feminista grevista em específico, porque você disse, né, “onde ela vem a existir”, você a identifica, essa reivindicação pela greve, aqui em Minas Gerais, em Belo Horizonte, onde você participa das lutas, ou ela é uma questão mais secundária, fala-se, assim, de "greve" efetivamente?

**Entrevistada:** Na greve de mulheres?

**Pesquisadora:** Isso!

**Entrevistada:** Efetivamente, uma greve só de mulheres, assim, eu acho que no Brasil não teve, daqui Minas também não, mas tem outros vieses, que é o seguinte: que é categorias majoritariamente femininas parando, educação, saúde, né, a educação geralmente pelo menos a Municipal ou Estadual também, e a saúde pública, né, fazendo greve é uma greve majoritariamente mulheres, inclusive mulheres negras, né, que eu acho que esse recorte racial também ele é válido e ele é importante, né, e que junta uma categoria que é isso, né? Que é feminina, que está ligada ao cuidado, que está ligada ao trabalho por amor e que estão ali lutando né? Mas eu acho que a greve assim pelo que eu vi em Belo Horizonte, em Minas e no Brasil, a greve de mulheres não foi uma realidade no 8 de Março como ela foi proposta mundialmente, né? Mas eu sei que tem alguns lugares principalmente na Europa que pelo menos tentou funcionar, né? Que teve um início de greve, uma discussão muito mais ampla, mas aqui por exemplo em Belo Horizonte, o 8M Unificado votou a favor, né, de apoiar a greve internacional de mulheres, de fazer um chamado do 8M, a greve internacional, enfim... e que também são políticas que vão e vêm, né? Que ajudam a mobilizar, outras vezes são outras pautas que ajudam

a mobilizar, enfim, mas que foi válido e que é válido se for chamada até hoje, né? Principalmente no 8 de Março.

**Pesquisadora:** Legal. E aí, eu acho que as outras são muito relacionadas com que a gente está conversando, então eu vou colocar de forma mais livre. E aí você vê que o que você prefere, o que se sente mais à vontade de responder primeiro, e aí a gente pode até ver juntas aqui, mas é porque uma delas era "no que consiste essa greve", eu acho que você já me respondeu; "como ela vai se modificando ao longo dos anos", "quais grupos de mulheres têm forte participação", né, nesse sentido racial, de etnia, de profissões. Eu acho que você já, na sua fala, identificou algumas profissões, também forte participação das mulheres negras nos movimentos. Aí eu não sei se você gostaria de acrescentar algo nesse sentido...

**Entrevistada:** Não, era isso mesmo...

**Pesquisadora:** E aí, agora mais especificamente sobre a organização do movimento, e aí você pode falar bem do que você vivenciou nesses longos anos de caminhada e nesse sentido de táticas... E como você disse, né? Tem momentos que algumas pautas são mais mobilizadoras do que outras. E aí pode ficar à vontade para trazer sua experiência, por favor.

**Entrevistada:** Não, então, eu acho que primeiro falando do MML, né? Que é o Movimento Mulheres em Luta que eu construo, eu acho que a organização dele, ele é ligado, como eu disse, a uma Central Sindical e Popular, que é o CSP-Conlutas e que uma das discussões que o MML faz muito é a organização das mulheres da classe trabalhadora, seja no sindicato, seja um trabalho informal, seja ele em ocupações, mas a organizar as mulheres trabalhadoras. E aí é importante ter um recorte mesmo, porque é claro que as mulheres mais ricas, né, as mulheres burguesas, é óbvio que elas sofrem opressão também, né? Elas apanham, elas também morrem por feminicídio, né, obviamente tudo isso, mas com certeza as mulheres trabalhadoras sofrem isso tudo e ainda sofrem uma exploração do sistema capitalista, né? E como a gente quer acabar com o sistema capitalista, né, então a gente também quer organizar essas mulheres e organizá-las junto com os homens, né? É claro que tem pautas, reuniões, organizações específicas das mulheres, mas que também se os homens da classe trabalhadora não vierem não tem uma libertação de todo mundo, né, ao mesmo tempo. E também o 8M unificado, né? O 8M Unificado, ele é mais uma organização que se reúne muito na construção do 8 de Março, mas que é uma junção de movimentos, né, que se organizam para construir o de massa e que muitas vezes se junta inclusive, né, para fazer outras datas e outras formas de organização ao longo do ano e que é uma frente, né? Uma forma de organizar mesmo vários setores de mulheres com várias lutas, com vários movimentos, com várias formas de ver o mundo, com várias formas de ver o movimento de mulheres que é uma variedade grande inclusive, né? E que consegue aglutinar isso tudo para alguma organização, né, para uma e, principalmente, eu acho que o mais importante uma unidade do conjunto de movimentos de mulheres, né? Que cada um tem o seu, beleza, tudo bem, mas que em algum momento também se junta para construir algo maior inclusive, né? Não só o 8 de Março, mas principalmente o ato do 8 de março!

**Pesquisadora:** Eu acho que agora faltou só um pouquinho, se a gente puder conversar sobre o 8 de Março especificamente: essa data, o que que ela representa?

**Entrevistada:** Eu acho que o 8 de março tem uma simbologia muito grande para as mulheres, né? E principalmente para as mulheres trabalhadoras, né, assim porque apesar da ONU falar que não, mas o 8 de Março ele surge junto com a Revolução Russa, né? Então com as mulheres trabalhadoras e eu acho que essa data tem um povo que não gosta muito de nada, né? O dia das

mulheres é todo dia e é mesmo, né? Mas também é importante ter uma data em que todo mundo para discutir aquilo e que no 8 de Março é isso, então as mulheres que apresentam os jornais, essas mulheres que aparecem na televisão, o mundo vira para ver as mulheres, o que as mulheres fazem, o que as mulheres deixam de fazer, o que que elas estão ganhando, o que que elas estão perdendo e também é óbvio que pro movimento de mulheres são uma data muito boa, porque é um momento que as pessoas param para ouvir o que você quer falar sobre aquela pauta mais específica, né? E eu acho que é importante e as mobilizações que se fazem, os atos que se constroem em todos os lugares, porque mostra isso: as mulheres têm força, as mulheres lutam, as mulheres se organizam, as mulheres também vão para as ruas, as mulheres também têm suas pautas específicas e que estão dispostas a lutar. Eu acho que isso é de uma importância de uma simbologia, não só uma simbologia do abstrato, né, mas de uma importância muito grande que mobiliza as mulheres a mobilizarem outras mulheres e mobiliza as mulheres mobilizadas pelas outras mulheres, né? Eu acho que isso tem uma importância grande. Apesar de tanta discussão que o dia das mulheres é todo dia. Enfim, mas é onde mostra os números feminicídio, é onde mostra os números de violência doméstica, é onde mostra o que que a mulher sofre de opressão e isso é muito importante, eu acho que nesse momento é porque escancara de que, beleza, é o dia das mulheres, as mulheres ocupam locais de destaque, né, de grandes cargos, não sei o que, as mulheres trabalham, as mulheres podem ser o que elas quiserem, mas de fundo não é, né, tem todo um sistema, uma opressão em torno delas que não é bem assim, as mulheres sofrem também muito, né? E que esse sofrimento ele tem que ser discutido, ele tem que ser colocado, né, colocado abertamente. Enfim, isso.

**Pesquisadora:** Essa pergunta não tá aqui não, mas eu fiquei curiosa, porque já que são esses anos todos na luta também específica de mulheres: você notou, porque eu, pelo menos, sou mais nova um pouquinho e nos últimos anos eu percebi uma cooptação muito liberal da data, né, que a gente ganha flores e aí ganha um bombom e na escola fala do incêndio e só... E você percebeu alguma mudança nesse sentido de caráter da data ou para você que sempre esteve na luta, sempre foi esse significado de mulheres trabalhadoras, se as pessoas percebiam isso sabe?

**Entrevistada:** Eu acho que tem uma cooptação do liberalismo, do capitalismo mesmo, né? Porque é óbvio que se você tem um conjunto de mulheres que se organiza e que se organiza só para lutar lá, como trabalhadora, você vai cooptar aquilo ali e falar assim: “não, é uma data de todas as mulheres, não é só das mulheres trabalhadoras, então as pautas não podem ser tão radicais”. Aí a ONU lá em 45 fala: “Vem mulheres, nós vamos cuidar de vocês”, né, cria a pauta da “ONU mulheres” que engloba, inclusive pautas do movimento, né, que coloca lá mulher trabalho igual para salário igual, indica a legalização do aborto, né? Tudo isso que a ONU lá liberalzona, né, o capitalismo que domina aquele negócio lá e mantém, né? Agora eu acho que essa confusão na cabeça das pessoas, ela sempre vai existir, né, assim, tipo assim, as mulheres, no dia das mulheres, eu vou dar flores e tá tudo bem, se as mulheres hoje ao contrário da década de 40 ou do século passado porque ocupam mais espaços, isso é um avanço. É claro que é um avanço, mas é isso é o suficiente? E é as disputas do dia a dia, né? Assim, o que a galera da esquerda faz o tempo inteiro é uma disputa o tempo inteiro com o senso comum, uma disputa o tempo inteiro com a ONU, né, com os governos, com a mídia e que essa disputa tá colocada pra gente até que a gente consiga ganhar a maioria das pessoas e consiga mudar tudo... é isso que eu acho.

**Pesquisadora:** Muito bom te ouvir, Firminia, e agora uma última questão e depois fica em aberto também caso você queira acrescentar alguma coisa, tenha lembrado de algo ou queira fazer algum outro comentário... Quais então são as potencialidades transformadoras do movimento feminista que você enxerga, né, especialmente no nosso contexto aqui latino-

americano e brasileiro, né? Você já trouxe algumas das pautas que aqui são muito,, vamos considerar assim numa perspectiva atrasada, né, embora a gente saiba que é muito mais complexo do que isso, mas o que que você enxerga então que o 8M pode, né, e essa revitalização pode trazer então é como potencial mesmo.

**Entrevistada:** É, não, eu acho que tem um potencial real que é fazer as mulheres fazerem algo, né? Porque, assim, é colocado para a mulher que ela é do campo privado. Então ela fica dentro de casa, ela cuida das pessoas, ela cuida das coisas e o campo público, a política, um sair pra rua ou trabalhar ficava para um homem, né? E eu acho que esse salto, né, essa discussão de que as mulheres, sim, podem estar na política, as mulheres, sim, organizam pessoas, não só mulheres, né, mas homens também, as mulheres conseguem movimentar, eu acho que isso é de uma importância bem grande, eu acho que isso também é transformador, né? Eu não gosto muito da discussão de que eu sozinha transformada, né, transformo o mundo, mas eu em coletividade transformo as pessoas e transformam o mundo, né? E é importante dar esse passo à frente da organização, né? Eu acho assim...

**Pesquisadora:** A última pergunta mesmo é caso você queira falar mais alguma coisa, fazer algum comentário, você pode ficar à vontade...

**Entrevistada:** Não, não...

**Pesquisadora:** Tá ótimo! Firmina, muito, muito obrigada pela sua participação. Foi ótimo te ouvir e contribuiu demais. Eu te agradeço muito e a gente vai se vendo e se falando aí na luta.

### **Entrevista – Karla Monteiro França**

**Pesquisadora:** Karla, primeiramente gostaria de agradecer muito por você ter aceitado o convite, ter disponibilizado o seu tempo para participar, vai ser muito importante te ouvir e, como eu disse, né, eu acho que vai ser por volta de 20/30 minutos, rapidinho, você fica à vontade para nas perguntas que você quiser falar mais, quiser complementar... se você quiser falar menos também, é super tranquilo... e basicamente eu separei algumas perguntas para a gente conversar um pouquinho, né, como eu já adiantei, sobre o 8 de Março, a greve internacional de mulheres e como que se dá essa organização aqui em BH, como que você observa esse movimento... e mais nesse sentido mesmo, né? E aí, primeiramente, eu gostaria, né, eu gostaria de conhecê-la um pouquinho melhor. E aí que você falasse um pouquinho qual que é sua trajetória e envolvimento políticos, onde que você milita atualmente?

**Entrevistada:** Então, eu comecei a entrar nos movimentos em 2014 para 2015, assim, 2015 eu comecei a me envolver com os movimentos estudantis, né, na faculdade, e aí a partir daí eu fui conhecendo os movimentos feministas também, né? Fui me identificando como uma mulher feminista, militante. E aí eu inicio, já na faculdade, né, essa movimentação de pensar na organização das mulheres, né, pensando na força do coletivo aí... aí a gente inicia lá na faculdade com coletivo chamada “Vida Maria”, onde a gente tinha perspectiva de juntar as mulheres da faculdade para a gente conversar sobre os diversos atravessamentos, né? E aí, a partir do movimento estudantil, eu também acabei me filiando na época ao PSOL e aí, né, acabei conhecendo as outras feministas militantes aqui de Belo Horizonte. Aí em 2015, assim, eu já começo a me envolver com a organização do 8 de Março, né? Então a partir desse desabrochar aí, né, como feminista, fui me identificando e fui militando.... Hoje, eu faço parte de uma rede que chama Rede Nacional Feminista de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e faz parte do

8 de Março... é, esse movimento, ele puxa o 8 de Março Unificado - RMBH aqui em Belo Horizonte e foi um movimento que se inicia a partir aí da vontade, do interesse de vários movimentos sociais aqui de Belo Horizonte de puxar o 8 de Março, né? E que hoje, ele é um movimento que está para além só do 8 de Março e é um grupo amplo que tenta atuar nas diversas esferas das questões relacionadas às lutas das mulheres. E também sou psicóloga de formação, faço parte também de um coletivo que chama “Coletivo Articulando Redes, Fortalecendo Comunidades” que também atua nessa pegada da militância, né, mas voltado mais para as áreas das da Psicologia, das ciências sociais, então é um pouco dessa trajetória aí, né, dessa militância. E o meu nicho é as mulheres e os movimentos sociais no início de atuação... hoje até como profissional da Psicologia é as mulheres dos movimentos sociais.

**Pesquisadora:** Ah que legal, muito legal, Karla! E aí a segunda pergunta era justamente se você já havia militado em algum outro movimento social anteriormente, né? Eu acho que você já respondeu, e quando que se passou a envolver com o movimento feminista também, né? Disse que foi por volta de 2015, legal... E aí agora me fala mais um pouquinho, se você puder, quais questões então, quais situações, os motivos mesmo que levaram que você passasse a se envolver com o movimento feminista especificamente.

**Entrevistada:** Então, eu acho que a partir do momento que eu me identifiquei como feminista acho que isso foi meio que um caminho assim, né? a trilha... Então, desde quando eu me entendi como feminista aí, foi meio que um movimento, né, o movimento estudantil também ele abre muitas portas assim, mas eu, na época, eu era filiada do PSOL. E aí eu fui, né, quando eu fui começando a ficar incomodada com os movimentos partidários, às vezes priorizarem mais as pautas do partido do que de fato as pautas das mulheres, né? Era algo que me incomodava muito e às vezes eu via, né, as próprias rivalidades sendo construídas dentro dos movimentos de mulheres a partir do momento que as mulheres levantavam suas bandeiras partidárias, porque, né, o partido político ele acaba trazendo um pouco dessa, né, dessa construção dentro dos movimentos, dessa cooptação dentro dos movimentos. E era uma coisa que me incomodava, assim, eu percebia que eu precisava de estar mais atuante, mais próximo dos movimentos de mulheres. Eu queria, tinha essa necessidade de construir as pautas mais das mulheres com mais liberdade, assim, além de ver também dentro dos movimentos partidários a questão do machismo estrutural também, né? Então aí, a partir desse momento, eu fui me afastando dos movimentos estudantis, fui me afastando dos movimentos partidários e fui me envolvendo mais em movimentos sociais e exclusivamente nos movimentos de mulheres, né? Fiquei mais focada no 8 de Março e me aproximo da Rede Feminista também, que tem essa pegada dos direitos sexuais e direitos reprodutivos e da justiça reprodutiva também... Mas foi um pouco dessa necessidade, desse entendimento de que a gente precisava priorizar as pautas das mulheres acima das outras pautas, não que as outras não sejam importantes, mas que eu achava muito chato estar no espaço onde às vezes as mulheres ficavam, né... muito claramente é o fato do próprio 8 de Março Popular e 8M Unificado, né? O racha se deu muito por esse motivo, porque o outro movimento queria muito trazer as pautas do PT, né? E a gente não queria que isso se sobrepusesse às pautas das mulheres.

**Pesquisadora:** Certo, entendi... e aí, a outra pergunta, eu acho que você também já respondeu um pouquinho nessa, que seriam justamente quais os desafios você costuma se deparar na militância, né, enquanto feminista, mas também o que te desperta a seguir ainda que tenha esses desafios.

**Entrevistada:** Os desafios são muitos, assim, eu acho que a própria organização em si ela perpassa várias dificuldades, né? A gente já tem estruturalmente aí a cultura da rivalidade

feminina, que é uma questão, né? Que isso também a gente não pode romantizar e falar que isso não tem dentro dos movimentos, que tem... é uma das coisas que eu também sinto, que eu acho que, né, é um dificultador, é a necessidade de protagonismo de certos movimentos que querem tomar a frente, né, e construir algo menos dialógico, assim, menos pela base, mais centralismo democrático... eu tenho um pouco de resistência com essa questão do centralismo democrático. Então eu acho que é uma dificuldade, mas o que me faz, né, me manter nesse movimento, é porque eu entendo que só com uma unidade no movimento é que a gente consegue de fato conquistar as coisas, porque senão e principalmente quando a gente pensa nas questões das pautas das mulheres, que sempre acabam sendo colocadas para um segundo plano, sempre tem o capitalismo, sempre tem, mas né? Tem que fazer certas coligações, ok, eu entendo... mas eu acho que a pauta do feminismo, a pauta das mulheres, elas perpassam as outras pautas também... principalmente a pauta do capitalismo, quando a gente pensa aí num feminismo classista, né, no feminismo antirracista, antifascista. Então, hoje, o que me mantém, é porque eu acredito que a luta das mulheres e, né, ela é forte, e só juntas, e mesmo com todas as dificuldades, né, a gente se mantém aí nessa tentativa de uma unidade para pensar que, hoje, os movimentos sociais, e é uma coisa que eu acho muito triste, principalmente os movimentos que não são feministas, os outros movimentos, têm uma grande gama de mulheres na base, mas as cabeças sempre são os homens... Então acho que a necessidade da gente se manter nessa luta é que a gente possa estar nos locais de poder de fato, que a gente tenha lá representatividade na câmara, no senado, nos outros espaços, que a gente não precise ficar reivindicando políticas de cotas, essas coisas, para mulheres, que isso seja algo natural. Então, o que me mantém na luta é essa necessidade de continuar na garantia dos direitos e acreditar que só a luta coletiva vai garantir esses direitos.

**Pesquisadora:** Muito bom, Karla... Obrigada! E você mencionou, né, a participação no movimento estudantil, movimentação na organização partidária, né, estando compondo o partido... E de algum movimento sindical, você já participou? Em algum momento da sua vida, algum tipo de organização de greve que não seja a reivindicada pela [greve] feminista.

**Entrevistada:** Sim, não diretamente... eu quando eu era do PSOL, eu era de uma corrente, né, que era a CST, que é a Corrente Socialista dos Trabalhadores, na época... hoje é até do PSTU, mas é nessa época que eu tive um contato com movimento sindicalista, inclusive fui para o Rio de Janeiro fazer campanha lá para o sindicato dos correios e tal, então eu tive um pouco desse... não foi um movimento muito grande, porque eu era do movimento estudantil, fizeram giro dos militantes para ajudar nessa campanha, mas não fui de nenhuma organização que é como, por exemplo, é o Combate Socialista que é do CST também, né, mas tive um pouco desse conhecimento dos movimentos sindicais, o CST-Conlutas, que é muito próximo do movimento feminista...

**Pesquisadora:** Ah legal, e agora já mudando um pouquinho mais diretamente para o 8 de Março e tudo mais, quais então as principais reivindicações, né, que você considera que são colocadas atualmente pelo movimento feminista?

**Entrevistada:** Então, eu entendo, eu acho que as maiores reivindicações é que a gente tenha de fato uma sociedade que seja boa para todas as pessoas, né? Eu acho que a gente reivindica hoje não é nenhuma igualdade de direitos, mas é uma equiparação desses direitos, né, pensar que hoje o feminismo ele reivindica uma sociedade igual para todos, ele reivindica que, eu penso que uma sociedade que é boa para as mulheres, para as mulheres negras, para as mulheres periféricas é uma sociedade boa para todos, então, eu acho que perpassa, né, pensando aí nesse sistema capitalista, nesse sistema racista e nesse sistema fascista aí... A reivindicação principal

eu acho que é equiparação desses direitos e que de fato nós sejamos livres, né, o direito, à escolha ao corpo, o direito à creche, né, o direito a salários iguais para profissões iguais, né? Eu acho que todas essas questões que perpassam numa equiparação para que a gente possa ter de fato uma sociedade livre e justa para todo mundo.

**Pesquisadora:** Ótimo, muito bom! E o 8 de Março em específico nessas pautas todas, o que que ele representa?

**Entrevistada:** Então o 8 de Março, na minha opinião, ele teve um grande momento de romantização, assim, né, do que era esse 8 de Março, do que era esse dia da mulher, que era no singular, né? Mas para mim, e eu também acredito que para os movimentos feministas de fato, né, o 8 de Março é um dia de greve, e é um dia de greve internacional das mulheres, né? E a gente ainda costuma dizer que é um dia internacional de luta das mulheres, que é um dia que a gente não tá aí pedindo flor, não tá pedindo chocolate, é um dia que a gente tá pedindo que, de fato, né, que o poder público, que a sociedade volte o olhar para as questões das mulheres, né, para as questões da sociedade como todo, né? E que eu gostaria que no dia 8 de Março fosse um dia que todas as mulheres pudessem parar de trabalhar, porque um dia de mão de obra, né, parada das mulheres, pensando que as mulheres, elas são as responsáveis tanto pela mão de obra remunerada, mas também como a mão de obra não remunerada ou pouco remunerada, né, é pensar que esse dia é um dia que de fato a gente precisaria estar nas ruas, em greve geral, para mostrar para a sociedade que quem gira a economia desse país, quem gere e gesta de fato, pensando de uma forma literal, de gestar mesmo, somos nós, as mulheres, nós somos quem pare a classe trabalhadora, quem cria a classe trabalhadora, né? Então eu acho que o oito de Março, ele é um dia internacional de luta, um dia internacional de greve.

**Pesquisadora:** Ótimo, Karla e agora você já deu margem para a próxima pergunta, bem casadinha... Mas, então, o que que é, e eu acho que você já trouxe elementos na sua fala, mas se você quiser falar mais um pouquinho, o que que consiste justamente a greve feminista? Acho que isso você trouxe...

**Entrevistada:** Eu acho que é isso, é, gente, o dia que todas as mulheres pararem, o mundo para! Essa é a verdade, viu? Porque nós somos as maiores responsáveis por essa máquina tá rodando aí, que é esse sistema.

**Pesquisadora:** E como que você observa, né, já tá aí no movimento feminista há alguns anos, né, como que esse movimento grevista vem se modificando ao longo dos anos, né, de 2015 para cá? Ou desde que você consegue observar...

**Entrevistada:** Eu acho que tem tido uma conscientização maior da importância desse dia, eu acho, principalmente das mulheres que não são feministas, eu tenho sentido esse negócio: "Ah, não quero flor, eu não quero isso, eu quero salário melhor!" Tenho visto esse discurso, inclusive com mulheres que não são feministas, assim, então eu acho que é uma evolução, né? Eu sinto que apesar, assim, desses últimos quatro anos, né? Depois desse desgoverno aí, os movimentos ficaram muito cansados, assim, né? A gente tentou sobreviver durante quatro anos, né, minimamente. Então hoje depois desse governo as mulheres ainda estão se reorganizando, mas eu já vejo uma evolução na construção das pautas, né, na identificação também dos movimentos e dos partidos da importância de colocar as mulheres, de colocar a data como 8 de Março como uma data importante para se colocar lá nas pautas dos partidos, nas pautas dos outros movimentos, então eu tenho sentido uma evolução nessa identificação de que esse dia não é um dia de festejo, mas nem um dia de comemorar, mas sim dia de lutar.

**Pesquisadora:** Ótimo, muito legal. E aí, é, quais grupos de mulheres, né, aí você pode falar das classes, etnias, profissões, né, como se identificam, que têm participação assim no movimento grevista aqui em Belo Horizonte, você sabe me dizer?

**Entrevistada:** Mas tá falando no 8 de Março ou num todo?

**Pesquisadora:** Pode ser como um todo, se quiser falar junto, separado como você preferir...

**Entrevistada:** No 8 de Março, a gente tem um movimento amplo, né? Tem movimento... tem mulheres negras, a gente faz um movimento muito forte, né, lgbtqiapn+, lbtqipn+, né, porque é um movimento do espectro das mulheridades, e como um todo, assim, a gente ainda tem um grande preconceito dos movimentos sindicais, eu acho, né? Eu acho que durante muito tempo, infelizmente, os sindicatos eles são muito cooptados por partidos, isso é um fato, e ainda os próprios trabalhadores não entendem muito a importância do movimento sindicalista, vê lá só como uma contribuição obrigatória, quando era, né, um movimento que um grupo que às vezes só milita em interesse próprio, isso a gente sabe que é fato, né? Mas eu entendo sim, eu tenho boas experiências principalmente com movimentos mais radicais no sentido de pensar não na radicalidade, ser radical, mas no sentido de pensar na raiz dos problemas aqui, por exemplo CSP-Conlutas, né? Que é muito nossos parceiros, o Sitraemg também que é nosso parceiro. Então eu vejo aí uma grande participação, principalmente de mulheres e principalmente de movimentos do sindicato dos professores, que aqui em Belo Horizonte, eu acho que ele é muito forte, então consequentemente é um movimento muito forte de mulheres também pensando na categoria, né? São professores. Então, as bancárias também têm um movimento bem forte, mas hoje eu identifico os movimentos professores como o movimento sindical mais organizado.

**Pesquisadora:** E faz parte também da greve feminista?

**Entrevistada:** Sim, o CSP-Conlutas, o Sintraemg, todos todos esses movimentos são movimentos que constroem ativamente o 8M Unificado aqui em Belo Horizonte.

**Pesquisadora:** Legal! E aí já entrando então na organização do movimento, né? Você identifica táticas, estratégias no 8 de Março especificamente?

**Entrevistada:** Sim, sim! Hoje um pouquinho menos, mas eu acho que é um pouco dessa questão que eu te falei do cansaço dos movimentos, do tempo que a gente tá agora, mas eu percebo que o 8 de Março, principalmente, a nossa estratégia é pensar que a gente precisa de fazer uma mobilização constante para que as mulheres possam entender de fato o significado da greve internacional das mulheres, né? Que o dia 8 de Março não é só um dia, a gente precisa constantemente fazer esse trabalho de base e um trabalho descentralizado nas periferias, né? Porque o movimento, ele tem que ser emancipatório, isso é uma crítica que eu faço a vários movimentos sociais, né, pensando principalmente nessa questão do centralismo democrático, onde os movimentos ali não formam, né? Não informa e não forma sua militância, coloca aquele monte de bandeira na mão do povo lá enquanto as mulheres não sabem bem o que, o porquê que estão marchando, mas o 8 de março não, a gente preza por um debate político amplo durante meses, então a gente começa a debater o mote, por exemplo, para o 8 de Março, em novembro do ano anterior, né? Então são meses ali de discussão, de debate, de discussão, porque isso é formação também, isso é emancipatório, isso liberta também. Então a gente entende hoje que a estratégia para que a gente tenha um movimento fortalecido é pensar que esse movimento tem que ser constante, de base descentralizado, e principalmente nas periferias.

**Pesquisadora:** Legal, Karla. E aí agora tá encaminhando para o final, mas também você fica à vontade para, se lembrar de alguma coisa, complementar, mas eu acho que você trouxe isso também na sua fala, né? Que elas estão bem completas, bem elaboradas... Muito obrigada pela disponibilidade! E, como que você observa então, porque você trouxe um pouquinho, né, do movimento grevista, né, desse trabalho reprodutivo, dessa greve mesmo, e como que você observa, e aí fica à vontade para fazer até uma comparação assim desse movimento no nível internacional, né, e aqui comparado com Belo Horizonte, né? Você acha que a gente, como que a gente tá nesse debate, inserido, assim, mundialmente falando?

**Entrevistada:** Eu acho que vai depender acho muito de país para país, né? A América Latina, a gente tem um grande movimento de mulheres, a Argentina dá um show de movimento e eu falo para além do movimento feminista, movimento de mulheres, né? A gente tem aí uma grande experiência da Onda Verde que começa aqui nas mulheres da América Latina, principalmente na Argentina, e tem uma dimensão a nível internacional, né? Então eu percebo um crescimento desse movimento unificado de uma greve internacional a partir das lutas e das pautas das mulheres sim, das atividades das mulheres sim.

**Pesquisadora:** Muito bom... e aí a última pergunta no caso, é quais são então as potencialidades transformadoras do movimento, né? Especialmente no contexto latino-americano e no nosso contexto brasileiro aqui, né? Acho que você trouxe um pouquinho também, né? Mas se quiser falar mais alguma coisa no sentido de... nesse sentido.

**Entrevistada:** É a potencialidade é porque mulheres unidas fazem revolução, né? A potência tá no encontro, eu sou da psicologia social e eu acredito muito no afeto pela revolução, e o afeto, quando eu falo do afeto, eu não falo do sentimento só, eu falo do afeto como verbo, no sentido de afetar, afetar e também ser afetado pelo outro... Então para a gente conseguir ter uma unidade a gente precisa ter esse afeto, né, a gente precisa... E afetar também, para que a gente possa fazer o que Paulo Freire sempre traz, né, que são convocar as vontades de fato, né? Porque quando a gente vai pensar em fazer essas mobilizações, não adianta só eu trazer algo que seja fora da realidade dessas mulheres, né, tem que ser algo que seja do dia a dia, né, e é, né? As lutas são do dia a dia dessas mulheres, principalmente dessas mulheres pobres e periféricas, então eu acredito muito que a revolução feminista, ela vai ser feita e ela é feita a partir desse afetar, né, a partir desse esperar, que a gente tem aí nesse movimento, né? E então, é só pensando nesse afeto, como verbo, pensando na luta como verbo, né, o luto como verbo também, a gente trouxe muito isso na época, principalmente da pandemia. Então eu penso que essa é a potencialidade do movimento de mulheres, e é um movimento que por si só já, enfim, mulher junta é revolução na certa, acho que não tem nem muito o que falar mais sobre isso não, porque a gente sabe, né? A gente é perpassada acho que por todos os sistemas, né, principalmente a mulher negra e periférica e LGBT, né... Pensa ali ela tem é perpassada pelo sistema capitalista, é pelo sistema racista perpassada pelo sistema machista, né? Então elas conseguem de fato, a partir das vivências, reivindicar coisas que são reais, né, da nossa sociedade.

**Pesquisadora:** Karla, perfeito! Eu gostaria muito, muito de agradecer sua participação, vai ser essencial para pesquisa, e não só, né? Que a gente não faz pesquisa só para academia, a gente faz pesquisa para... buscando modificar mesmo aí, transformar a realidade a partir do que a gente pode, e eu acho que isso só pode ser feito conjuntamente, né, individualmente a gente não modifica nada e daí a gente tá junto na luta e eu agradeço pela sua participação! Fica à vontade caso você queira complementar alguma coisa, também se futuramente você lembrar de alguma

coisa, quiser trazer algum outro ponto também, você fica à vontade... Eu tô na escrita, no trabalho de pesquisa, e eu acho que é isso mesmo, agradecer muito pela sua participação, foram essenciais suas contribuições, gostei muito de te ouvir e fico agradecida de verdade!

**Entrevistada:** Eu que agradeço pela oportunidade. Eu adoro participar dessas coisas e quero ler assim que estiver pronto, tá bom? Quando for lá defender também, chama a gente para a gente ir lá fazer a torcida...

**Pesquisadora:** Muito obrigada, vou pausar aqui a gravação!

### Entrevista – Maria Dirlene Trindade Marques

**Pesquisadora:** São só algumas questões mesmo para, como eu já antecipei, né, a pesquisa é relacionada dentro do direito do trabalho, né, mais relacionada à greve feminista internacional e à revitalização de 8 de Março, as reivindicações que são colocadas pelas mulheres, né, especialmente nas questões de trabalho reprodutivo, claro que ligadas às outras questões também, que são muito relevantes, né, e são todas relacionadas no nosso sistema, mas aí não vou adiantar muito aqui... As primeiras perguntas são só no sentido mesmo de conhecer um pouco melhor sua trajetória política, envolvimento, para a gente então entrar numas questões mais específicas sobre esse movimento feminista internacional, né? Então primeiramente, a primeira questão é: gostaria de conhecê-la um pouquinho melhor e então qual seria a sua trajetória e envolvimento políticos, né? Onde que está seu envolvimento atual politicamente?

**Entrevistada:** Você quer um pouco mais histórico ou só agora? Um pouco da trajetória?

**Pesquisadora:** É, como preferir, assim, mais histórico, mas o que você achar mais relevante, que se sentir confortável para trazer aqui.

**Entrevistada:** Bem, eu sou, eu me coloco, né, você já deve ter visto, me coloco sempre como feminista e socialista, eu acho que desde que eu me entendo por gente e iniciei, né, nos anos 60, no movimento estudantil, quer dizer, movimento de igreja, depois movimento estudantil, e nos anos 70, eu entro além, né, da militância sindical, que aí eu já estava na universidade, eu começo a já mexer no sindicato, em associações, eu começo a participar de grupos de reflexão feministas, que eu acho que foram, assim, fundamentais no sentido da formação dessa característica, né, de formação feminista independente de partido e de organização clandestina que a gente nessa época participava, né? Então, além da participação na organização de esquerda, eu tinha participação nos grupos feministas. Aí depois, quer dizer, leva para dentro do PT, né? Na construção do PT, a gente vai construir a comissão de mulheres, depois o núcleo feminista e depois a secretaria, enfim, a gente passa a atuar ali dentro construindo o movimento de mulheres, né. E aí, claro, a gente atuava dentro e fora do partido, né, na militância da construção social. Quando o PT entra para o governo federal, né, assume a presidência e aí é que eu vou romper, né, com o partido, mas eu já tinha outras militâncias, né, militâncias diversas em outros movimentos, mas eu, nesse instante, eu resolvo reassumir de forma mais intensa a organização do movimento de mulheres, tá? E aí nesse sentido também que a partir dos anos 2010/2012, a gente não tem exatamente essa data, que a gente começa a construir o 8 de Março Unificado, a gente tenta, né, chamar todos os movimentos aqui existentes, antes já tinham o Fórum de Mulheres, que a gente procurava construir, mas não foi muito para frente, mas a partir dessa época em torno de 2010/2012 a gente busca construir o 8 de Março, buscando a participação de todos os grupos políticos diversos que existiam aqui em Belo Horizonte, por

isso que a gente vai chamar de 8 de Março Unificado. É claro que depois esse movimento acaba se construindo, né, com o movimento, com a não participação das mulheres do PT, que é do PT e suas áreas próximas, né? Então aquelas que têm vinculação com o Partido dos Trabalhadores acabam não assumindo o 8 de Março Unificado, que é esse movimento que hoje a gente tem essa potência aqui que você já tem sua militância também.

**Pesquisadora:** Certo, Dirlene, muito obrigada! As outras duas questões seguintes, acho que foram mais ou menos respondidas, mas eu vou colocar caso você lembre de mais alguma coisa, né? E seria no sentido de então se já militou em algum outro movimento social antes, né? E aí você trouxe algumas colocações já nesse sentido e quando que se deu o início do envolvimento com o movimento feminista especificamente, então foi por volta da década de 60, 70, né?

**Entrevistada:** Sim, é isso mesmo...

**Pesquisadora:** Caso queira acrescentar alguma coisa nessas questões...

**Entrevistada:** Só uma questão, claro, que nessa lógica de ter a militância política e a militância política no movimento feminista, a gente também começa a trabalhar com outros movimentos, né, por exemplo, nos anos 70 a gente, nós aqui, a organização que eu participava, que era uma organização clandestina, né, ela foi que define para a gente construir o movimento feminino pela anistia, que era um movimento que já estava colocado em São Paulo, mas não tinha em Belo Horizonte, então aqui a gente vai construir também esse movimento e eu vou ficar designada pela organização para poder assumir essa construção, né, e a construção do PT também a definição da organização que a minha responsabilidade era um movimento de mulheres, né? Então é nesse sentido que a gente vai atuar. Mas é isso, quer dizer, o outro movimento que eu participei com muita com força também foi quando, foi dentro da universidade que eu era professora, então a gente constrói, né, tanto movimento de mulheres, a gente vai construir o núcleo de estudo e pesquisa das mulheres que a gente aqui é vai organizar, né, vai ter essa primeira estruturação, né do NEPEM. E aí eu também assumo o movimento sindical dentro da Universidade, né? E é a partir daí que eu vou nos anos, em 96, vou ser presidenta da APUB, mas desde a construção da APUB, eu tinha participação, né, desde 79, que é quando a gente chama a primeira Assembleia, né, para discutir, né, o movimento, na realidade a partir da Anistia, porque tinha havido uma repressão, mas a gente chama uma reunião de professoras e professores para fazer essa discussão e a partir daí surge a ideia da APUB, que eu vou participar então desde a primeira, né, construção, eu já participo das suas instâncias, né, organizativas. Mas é isso, quer dizer, então a gente sempre com a militância na construção do PT, a gente investia muito na construção do movimento social e é isso.... quer dizer a professora, né, eu era professora, e como professora também. É claro que eu tive a sorte nesse sentido, eu acho que foi uma identificação, né, histórica também... Entro para estudar, né, eu faço o curso de Economia e vou dar aula na Faculdade de Ciências Econômicas e, nesse sentido, para mim foi uma coisa, assim, fantástica, né? Porque eu acho que sem entender a dinâmica da economia, você também não consegue ter uma intervenção, né, no sentido de fazer mudanças sociais que realmente reflitam e possam mudar, né, de fato a lógica da sociedade, então acho que a economia nesse sentido é fundamental e aí isso também foi importante para mim, porque minhas aulas e meus cursos eram normalmente fazendo uma análise da dinâmica, eu dava, dei muita aula, né, de Economia política, de Economia brasileira e de Introdução à economia, então sempre a partir da análise, né, política da sociedade então sempre complementando, quer dizer, a intervenção política social com a minha profissão, nesse sentido foi muito bom, né? Imagina, hoje as pessoas têm ou estão, né, trabalhando de forma intensa nas

suas atividades que são descoladas dos movimentos, o que dificulta muito... no meu caso não, eu consegui aliar, né, a minha profissão, né, que era professora de Economia com a militância.

**Pesquisadora:** Muito muito legal, Dir! E aí, eu acho que isso estava na primeira pergunta, atualmente você tá milita na rede feminista, né? Não sei se chegou a mencionar...

**Entrevistada:** Na realidade, eu tenho duas militâncias que também refletem essa minha história, né, quer dizer, tudo junto com a rede Jubileu Sul que faz um trabalho e uma discussão sobre as dívidas e que a gente veio com essa construção do Jubileu Sul, desde os anos 90, quando a gente se organiza para poder chamar o primeiro, na realidade, foi na discussão contra as dívidas, né, o FMI, certo? A gente consegue organizar e unificar boa parte da sociedade, da sociedade militante, de esquerda, para discutir o sistema das dívidas e nesse processo a gente organiza um tribunal das dívidas, depois a gente faz o plebiscito e, a partir desse tipo de construção, a gente constrói esse movimento que vai ser chamado o “Movimento Jubileu Sul”, que mantém então essa trajetória desde os anos 90 até hoje centrado na discussão das dívidas, então isso para mim é importante, que é onde faz a conexão com essa discussão mais geral, né, do funcionamento da economia, então para você poder entender hoje a sociedade brasileira, a gente faz todo esse processo, né, com a conexão com as dívidas, com a economia, com a lógica do capitalismo, etc... Então isso me conecta, né, com essa discussão mais geral e junto com isso, né, a “Rede Feminista”, que é onde então eu levo mais a organização, estruturação, né, com o movimento de mulheres e, a partir de então, da Rede Feminista, hoje eu participo do “Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres”, já participei, pela Rede Feminista também, eu participei do primeiro “Conselho Nacional dos Direitos Humanos”, que foi em 2016 até 2020, eu participava, né, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos pela Rede Feminista e depois então eu vou entrar para o Conselho Nacional de Direito das Mulheres, tá? Então para mim essas duas lutas, elas têm que estar juntas, quer dizer, a luta, né, contra o capitalismo porque, né, que a gente fala no 8 de Março, nós somos feministas e anticapitalistas, porque não tem como se desconectar essas duas coisas, nesse sentido que eu também participo desses dois grandes movimentos nacionais, né, que leva essas duas lutas, quer dizer, tanto a Rede Feminista quanto a Rede Jubileu Sul.

**Pesquisadora:** Muito legal! Essas questões ficaram um pouquinho mais extensas devido à trajetória. Mas algumas questões agora também relativas à sua trajetória, elas foram mencionadas, mas também vou fazê-las aqui e eu acho que ficou um pouco evidente, mas o que que a desperta para seguir na militância, né, ainda hoje e também que tipo de desafios, né, são colocados nessa trajetória.

**Entrevistada:** São muitos, mas, assim, de forma de forma bem sintética.... Olha, na realidade essa é uma discussão realmente muito longa, né? É, eu, o seguinte eu não conseguiria viver sem a militância, porque para mim a sociedade capitalista, ela é de uma perversidade tão intensa, que todos, todas nós deveríamos, né, estar fazendo algum tipo de intervenção, né? Então, para mim, as lutas, né, sociais, elas são fundamentais, né, para minha vida, certo? Eu não conseguiria viver, né, sem isso... A sua pergunta que eu só me dispersei um pouco, faz a pergunta de novo, Nathália.

**Pesquisadora:** O que que te desperta, né, para seguir nessa militância e os tipos de desafios, né?

**Entrevistada:** Os desafios e o que desperta... Então, é isso, quer dizer, é isso, a minha vida é a militância. Inclusive a gente sempre discutir... eu não vejo como sacrifício a militância, para

mim é o que me dá energia para continuar vivendo e sempre nós... sempre tivemos desafios, eu tenho recuperado um pouco algumas leituras de livros e é impressionante como em toda época, a gente sempre coloca como uma situação que não dá mais, né? O período da ditadura era um pouco isso, mas a gente tinha uma perspectiva de transformação, de mudança e aí a gente constrói um partido que aglutina boa parte da esquerda, etc., quando inicia o processo né do neoliberalismo com Collor, mas em especial com Fernando Henrique e que foi destruindo tudo aquilo que a gente constrói, né, ao longo dos tempos, ao longo, né, de todo esse período na luta contra a ditadura também nessa época a gente falava que aquela era a pior situação que, de fato, eu acho que no governo Fernando Henrique é quando você transforma tudo aquilo que a gente construiu de forma coletiva e que a gente levou para a sociedade, né, uma forma de relações de solidariedade do coletivo, né... com o neoliberalismo isso vai ser rompido, onde o centro passa a ser o individualismo. Então você contrapõe as lutas, né, da esquerda, que é das lutas coletivas com o que é individual pessoal, etc. e realmente muda a característica da sociedade, então você privatiza, é ali que se dá o maior processo de privatização, de individualização, a gente sempre falava: “Nossa nós estamos no pior do mundo”, mas a gente sempre tinha uma perspectiva, né, de organizada que a gente acreditava, né, em lutas e organizações que havíamos construído de formas coletivas, né? E que vão dar, né, nos governos petistas e que esses governos é que eu acho que trazem hoje um grande rompimento com todo esse processo, porque é ao fazer todo um processo de cooptação dos movimentos sociais, os governos petistas, eles vão destruir essa autonomia dos movimentos em relação ao Estado. Então hoje eu me sinto muito com condições muito precarizadas das lutas, porque você não consegue perceber mais esse processo dos movimentos sociais de ter autonomia em relação ao Estado. São poucos movimentos que a gente, né, por exemplo, o 8M nós tentamos construir com essa forma, né, de independência e autonomia, mas o restante dos outros movimentos que são movimentos também massivos, eles não têm essa perspectiva. Então acho que hoje nós vivemos uma situação muito muito ruim, né, nesse sentido de construção para o futuro, porque eu acho que até você conseguir despertar, né, os movimentos e a sociedade, né, de que sem você ter esse processo de construção autônoma você não consegue se desvincular e aí você vai ficar na eterna dependência do que o Estado vai fazer e como hoje nós temos é o estado capitalista com um governo de frente ampla, um governo que tem, né, toda essa dependência em relação ao Estado, a perspectiva de transformação, né, via um governo que sinaliza para a esquerda, mas governa com a direita é muito ruim. Então a minha perspectiva toda ainda é voltada nessa construção, né, mais independente, autônoma dos movimentos sociais, e hoje claramente passando por esse processo que a gente discute muito no 8M, né, da necessidade que nós temos de fazer formação para poder vincular, né? Todos os movimentos identitários, né, as lutas que podem adquirir uma independência muito grande em relação... a gente tem que ligar essas duas coisas, raça com classe, classe com gênero, enfim essas lutas têm que estar ligada às lutas anticapitalistas.

**Pesquisadora:** Perfeito, Dirlene! E aí, você mencionou, né, na sua trajetória um envolvimento, né, no sindicato, na APUB, e uma das perguntas era exatamente essa, né: já teve participação no movimento sindical e se participou já de algum outro tipo de greve que não há feminista, né?

**Entrevistada:** Sim, participamos muito, né? Desde que a gente entra pela Universidade é algo fantástico, nós fizemos a primeira greve nacional no dia de docentes das universidades federais em 1980, depois em 84, enfim, daí para frente a gente vai construir greves nacionais do movimento docente, depois junto com o movimento dos funcionários técnicos-administrativos, que a gente procurava então fazer uma mobilização da universidade com um todos, né? Ligando docentes e técnicos-administrativos. Mas, enfim, nós fizemos várias greves, né, greves

importantíssimas, aqui na UFMG quando eu estava, inclusive, na presidência, que foi uma eu acho uma das greves mais lindas, né, que foi de 1998, quando a gente para toda a universidade com essa luta conjunta, né? Docentes e técnicos-administrativos, a gente faz um abraço ao Campus da UFMG, que foi, assim, paramos, tudo parado com a meninada toda na rua, etc. Enfim, foram movimentos muito ricos, né, que a gente constrói nesse período, só que assim antes de entrar para UFMG, eu dei aula na PUC e foi também me lembrou quando você falou de greve, porque em 70 eu entro para PUC, aí as datas aí acaba ficando meio misturado, mas acho que eu entro para PUC em 74, não, em 73... 74 os estudantes fazem uma greve contra o aumento das tarifas, do aumento dos preços escolares, né, das tarifas escolares, e aí nós dávamos aula, eu dava aula na Escola de Serviço Social e nessa escola quase todas as professoras, era quase só professoras, eram originárias do movimento estudante, originários da esquerda, então nós também entramos em greve em solidariedade aos alunos. E aí a PUC não teve dúvida, demitiu todo mundo, da diretora às professoras, todas que estavam em greve, e para mim isso foi muito importante, porque então eu saí de lá, né? Eu já fazia, estava fazendo mestrado, então já abriu possibilidade de entrar para UFMG, um concurso, etc e eu entro para UFMG, mas foi a primeira vez que eu fui demitida, a primeira e única vez que eu fui demitida por fazer uma greve de solidariedade aos alunos, né?

**Pesquisadora:** Nossa, muitas histórias! Até uma das questões também eram: quais questões, situações, motivos que levaram às trajetórias em movimentos políticos, mas eu acho que eles ficaram evidentes assim no decorrer das questões, né? E são diversos, né, envolvimento que estão relacionados, mas que trazem uma trajetória muito rica aqui para a gente poder conversar agora um pouquinho sobre o movimento feminista, né, especificamente. E aí agora eu vou entrar então nessas questões, né, mais específicas e a primeira delas é - aí também são todas as questões muito complexas e a gente tá aqui numa conversa, né, mais informal e tal - quais que seriam então as principais reivindicações, né, que são colocadas atualmente pelo movimento feminista? Rindo, porque também sei que é difícil sintetizar, né?

**Entrevistada:** É, na realidade o movimento feminista é muito amplo, né? Eu vou centrar um pouco naquilo que hoje tem assumido uma relevância muito grande nessas lutas, porque ele traz de volta uma discussão que nós fizemos muito nos anos 70 e eu inclusive, tem um texto, né, que eu falo um pouco sobre isso, porque nos anos 70 a gente vai trazer à tona, acho que o movimento feminista, né, nessa época ele vai questionar a forma de organização da esquerda e a forma, né, de lutas existente, quando a gente começa a colocar aqui: “o que é privado é público”, né? Quer dizer, que nós não podemos tratar aquilo, as condições das mulheres, né, dentro de casa como algo privado, né? Então aquela história de “luta de homem e mulher não se mete a colher”, né, como é algo que nós já colocávamos nos anos 70, então o que a gente fazia levava para dentro das organizações de esquerda essa discussão, o que era importantíssimo, porque as organizações de esquerda eram transpassadas pelo machismo, né, que era muito próprio também dessa época, então isso vai fazer uma luta importante no movimento feminista daquela época que vai ser mantido, né? E vamos ter o desenrolar disso com a Lei Maria da Penha, né, trazendo, portanto, né, toda a discussão da violência doméstica e uma outra discussão que também naquela época foi fundamental e que hoje ela para mim em especial ela tá assumindo uma relevância muito grande é: o nosso corpo nos pertence, porque é quando a partir das pílulas, a partir da forma, né, que as mulheres começam a ter para ter o mínimo, né, de controle sobre a maternidade, a gente vai fazer toda essa discussão, né, sobre o nosso corpo, sobre como ele é visto e aí toda a discussão da mercadoria, né, do processo, da importância que o capital tem de controlar o nosso corpo, porque nós é que produzimos a mercadoria mais cara do capitalismo, que é a força de trabalho, a partir dessa discussão, nós vamos trazer então toda a discussão sobre o direito ao aborto, né? E que nessa época, você

imagina, era um período da ditadura, era um período que o machismo era muito grande, mas um período onde o movimento feminista vai ter uma característica transformadora revolucionária muito grande, né? E essa também é uma discussão que vai arrefecer aí ao longo do tempo, ela vai começar a trazer muito discussões mais limitadas, mas que hoje ela retorna, né? Ela retorna hoje, de uns tempos para cá, ela retorna muito para garantirmos o aborto que já é legalizado, né, naquelas três condições, mas que também isso possa ser ampliado, que o direito da mulher para decidir, que é um direito democrático, que isso é radicalização da democracia para as mulheres. É claro que nós levantamos muito que isso é um problema de saúde pública, considerando que o número de mortes, de sequelas existentes, né, a partir de abortos que vão ser feitos independente dele ser legalizado ou não, né, e que isso, portanto, é uma questão de saúde pública, mas é mais do que isso... é muito mais do que isso, porque nós feministas, elas têm que lutar pela radicalização da democracia que passa minimamente por que nós possamos decidir, né, sobre quando queremos ser ou quando, como queremos ser ou não mães, né? Então eu acho que essa discussão sobre o direito ao corpo, e é o que a gente sempre falou, né, em especial para companheirada da igreja, nenhuma de nós prega que as pessoas devem fazer aborto, nós não defendemos isso, pelo contrário, a gente acha que as mulheres têm que ter essa liberdade, uma formação, né, maior, que as meninas, né, tenham acesso a informação, depois acesso a contraceptivo e ter acesso ao direito aborto, que isso sim é que vai evitar e diminuir a quantidade, né, de aborto que é feito, mas que isso tem que ser uma escolha para a mulher e, portanto, é que a gente luta, que a legalização, ela tem que ser mais garantida pelo Estado e oferecida, né, com segurança para todas as mulheres e também nós já sabemos que para o homem o aborto existe como se não fosse nada, porque ele não tem nenhuma responsabilidade sobre isso e para as mulheres que têm recursos financeiros, têm dinheiro, o aborto também é garantido, porque elas podem recorrer a clínicas que existem, a nossa questão maior é com os 90% da nossa sociedade das mulheres, né, 90% das mulheres que não têm dinheiro para poder pagar clínicas e que fazem de forma insegura, levando a morte, levando a sequelas, por isso é que a gente tem que defender o direito ao aborto. Então acho que essas duas questões são muito presentes hoje, que dizer: a questão da violência e a discussão sobre o aborto.

**Pesquisadora:** Perfeito, Dirlene! E aí uma outra questão agora: o que o 8 de Março representa, a data?

**Entrevistada:** As meninas já devem ter falado sobre isso, mas eu acho importante a gente trazer de volta essa discussão do 8 de Março. Desde os anos 70, para a gente vai ser importante, porque vai ser exatamente em 75 que a ONU vai reconhecer o dia 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher, um dia que unifica as mulheres internacionalmente em um processo, né, que traz à tona todas as suas lutas, mas aí é muito interessante, porque com isso, esse reconhecimento, e a ONU nós sabemos que é uma instituição construída para regulamentar os países capitalistas, etc, eles não podiam reconhecer que o 8 de Março veio a partir da luta das mulheres socialistas, né, que já em 1917 já fizeram, desde um pouco antes, mas aí, a partir daí vai definir essa data, né, como uma data que foi dada pelo Congresso das Mulheres Socialistas, mas a ONU não podia reconhecer isso, então como é que vai ser feito: ela vai colocar, né, isso como uma data organizada a partir de ou com uma luta, né, organizada a partir de uma greve de mulheres nos Estados Unidos, alguns falam Nova York, outros falam em Chicago, etc e que a partir daí os patrões põem fogo na fábrica e morrem centenas de mulheres e, portanto, era um dia de luta e que, por isso, que as mulheres vão fazer o 8 de março. Bem, é claro que as estudiosas, né, socialistas vão mostrar que isso nunca existiu, que isso foi uma construção da ONU para poder exatamente desfazer o que foi a construção das mulheres socialistas na luta pela Revolução Russa, né, pela revolução. E que essa era a luta. Então você contrapunha, você não, imagina você falar que você aceita o 8 de março como um dia internacional de luta das mulheres e dizer

que isso veio a partir de uma luta pelo socialismo, isso não dava para ser feito, então vai construir toda essa historinha para poder dizer que o 8 de Março veio a partir da luta das mulheres dos Estados Unidos, né? É só você imaginar, imagina se um proprietário de uma empresa vai colocar fogo na fábrica, nunca faria isso, né? Pode tirar, bater e espancar e prender as mulheres, mas nunca colocar fogo na fábrica, mas, enfim, é uma historinha que passou e ficou, de todo jeito, qualquer uma dessas histórias, né, ou o fato concreto que foi a construção do 8 de março, né, a partir das lutas das mulheres socialistas ou a historinha apontada, é história de luta, então 8 de Março, ele é feito por nós desde também, né, desde os anos 70, você vai para as ruas, mas trazendo como uma forma de luta, trazendo sempre as reivindicações, né, e os problemas que as mulheres enfrentam dentro do capitalismo.

**Pesquisadora:** Muito obrigado, Dirlene! Aí a próxima questão é uma pergunta relativa já à chamada de greve feminista, né, no que que consiste esse chamado, né? Se é que há esse chamado, fica à vontade para falar essas considerações então especificamente sobre greve feminista.

**Entrevistada:** Essa aí foi uma forma de luta, né, colocada internacionalmente pelos movimentos feministas, mas que aqui no Brasil ela não teve muita repercussão, né, eu diria não sei se é empatia ou repercussão, mas enfim ela não pegou, né? Por mais que a gente tentasse discutir, quando foi colocado, a gente não conseguia ter um retorno, né, muito positivo das mulheres, isso aqui no nosso caso aqui a gente organizava, né, já o 8 de Março e era um período de grande mobilização, a gente tentou fazer, né, essa discussão da greve, da greve feminista, né, procurando fazer todas as discussões, né, do significado desse processo né, internacional aqui, mas não pegou. Então aqui nós nunca fizemos nenhum tipo de mobilização ou de atuação maior dentro desta forma de luta, né, proposta internacionalmente.

**Pesquisadora:** Certo! E como o movimento feminista, né, e aí eu tinha colocado aqui, inicialmente essa proposta de greve, né, mas como essa articulação, né, que é a partir de 2012, né, que você coloca aqui no Unificado em BH vem se modificando, né, ao longo dos anos, assim, também são muitas questões, né? Mas se você quiser trazer algumas questões de mudanças nesse período, né, desses 11 anos, observadas, pode ficar à vontade também.

**Entrevistada:** Quando a gente começa, né, essa tentativa de fazer um 8 de Março, que nós sempre fizemos 8 de Março aqui, claro, todo 8 de março a gente comemorava, só que era aquilo, né, teve período que a gente conseguia muita gente na rua, período de maior mobilização e que acabava ficando meio por acaso... tentamos fazer vários fóruns organizados coletivos para ver se a gente construía isso coletivamente, a gente nunca conseguiu muito efeito disso. A partir dessa época que a gente começa a procurar, depois de ter nos governos petistas, né, no governo Lula, em especial, passar a ter um certo esvaziamento de lutas independentes, né, e que o 8 de março sempre foi muito independente, nesse período, então a partir de 2010/2011 a gente começa a tentar organizar de forma mais unificada, chamando todos os movimentos. A primeira manifestação mais, que teve um maior efeito, né, nesse dia foi em 2012, que a gente consegue unir um pouco mais alguns movimentos, mas e aí assim com algumas mulheres ainda ligadas, né, ao PT... como eu construí o PT durante muitos anos e sempre mexendo com movimento de mulheres, eu sempre fui muito uma referência para aquelas mulheres do PT e que aí a gente conseguia trazer, né, para a discussão, mas não conseguia trazer a organização PT para dentro e nem a organização da CUT, que nesse sentido também estava sempre vinculada ao PT. A partir de um certo instante e depois que esse movimento adquire um certo corpo, a gente pode situar aí talvez 2015/2016 também toda a discussão, né, já do golpe contra a Dilma que facilita você trazer um pouco mais essas mulheres para a gente fazer uma discussão junta, então,

seguinte: a busca da unidade sempre foi muito importante para que a gente pudesse construir um movimento que enquanto ação ela não tinha muita divergência, na realidade, a divergência existia por outras lutas, né, que essas mulheres estavam envolvidas, mas não pela luta das mulheres. Quando a gente ia discutir, qual que era, é claro, no início dos governos petistas eram mais difíceis, porque a gente sempre trazia algum questionamento e bandeiras que pudessem questionar a política do PT e as mulheres, né, ligadas ao PT não admitiam isso, então aí era mais difícil, mas depois de 2015 quando isso já começa a estar mais fragilizado, né, e mesmo e aí depois, né, do golpe, né, contra a Dilma, aí facilitou um pouco a gente fazer esse trabalho junto, né? Então mesmo que pudéssemos sair de locais, mas as bandeiras eram unificadas, então a gente consegue trazer essa unidade para as bandeiras que eram levadas pelo movimento e mais recentemente de novo a gente começa a ter uma maior separação, quando de novo esse mesmo agrupamento que as mulheres mais próximas e mais organizadamente próximas ao PT e todos os outros agrupamentos, e a gente teve também com essas mulheres algumas divergências de conteúdo de fundo, né, desde o início nós sempre colocamos que todas as mulheres seriam muito bem-vindas, né, na construção do 8M. Havia toda uma discussão de que mulheres prostitutas e as mulheres trans não fariam parte do movimento de 8 de Março, isso trazido pelas mulheres, né, desse outro campo, não no nosso, porque primeiro que o nosso corpo não pode ser usado como mercadoria e depois que as mulheres trans não eram mulheres, né? Então havia... essa foi uma divergência que surgiu com muita intensidade nesse processo de construção unificada. Mas como as bandeiras não eram, não traziam muito isso como o pano de fundo era mais nação, porque nós procuramos sempre trazer as mulheres prostitutas passando pela rua Guaicurus, onde as condições de vida dela são absolutamente precarizadas, e depois nós começamos a trazê-las para dentro, nós começamos a trazer também as mulheres trans, né, para a construção do 8 de Março, isso era uma questão que distanciava um pouco das mulheres. Então tinha a questão política mais geral que até o golpe era mais difícil, porque a gente fazia críticas, né, aos governos petistas e as mulheres não aceitavam, e depois vêm mais à tona essa questão mais de fundo que é como nós encaramos as mulheres, que, é claro, eu também acho que o nosso corpo, como eu sou contra, né, a produção de mercadoria, o nosso corpo também não, mas eu acho que eu não vou impedir que as mulheres possam, as mulheres que também sofrem vários tipos de violência dada né, por esse tipo de trabalho, que nós vamos ser contra que elas participem no movimento, né? Então isso aí nos distanciava da organização junto com esse outro agrupamento, né, de mulheres, mas eu acho que agora a gente tem encontrado uma forma de convivência, né? Elas se organizam, nós nos organizamos e se der a gente se encontra no processo do dia, né, da mobilização, então isso aí temos conseguido, né, ter uma certa forma de convivência, mas continua alguns temas, as críticas aos governos petistas, né, não são muito aceitáveis e esse fundo, que é da questão específica da mulher sempre estar trazendo, né, alguma dificuldade no processo de organização.

**Pesquisadora:** Certo! E quais grupos de mulheres, né, e aí pode ser as profissões. as raças, qual classe que participa com mais intensidade do 8M assim nesses anos. É diversificado? É heterogêneo/homogêneo?

**Entrevistada:** Na realidade, eu acho que é dos movimentos mais diversos existentes exatamente porque para nós todas são muito bem-vindas, né, todas as mulheres que quiserem vir com a gente é só vir, é só chegar, né? Nós não temos, isso também é outra questão que a gente sempre coloca, o nosso movimento é muito, exige um processo, né, um processo muito longo de organização, de estruturação, a gente faz 20 reuniões até chegar 8 de Março, né, ou mais, para poder conseguir organizar, porque a gente tem que entender todas as diferenças, então é uma diversidade enorme de movimentos, são pequenos grupos, pequenas ONGs, pequenas articulações e as mesmas mulheres organizadas nos partidos, traz uma diferenciação

muito grande de como atuar, né, de como ver essa discussão. E também a gente tem uma diversidade muito grande, porque nós procuramos também trabalhar com mulheres de organizadas, nas ocupações, organizadas nas vilas organizadas, né? Ou mesmo não organizados, que a gente tenta trabalhar muito com essas mulheres. Nós já fizemos períodos em que fomos em diversas, né, fizemos reuniões, que a gente chamava reuniões descentralizadas, dessas dezenas de reuniões que gente fazia, a gente ia para os bairros, a gente ia para as ocupações para poder organizar a partir dali, mas no dia 8 sempre voltada para o centro da cidade que é para poder chamar a atenção e trazer todas essas mulheres... então, assim, há uma diversidade muito grande de posições políticas e uma diversidade muito grande da origem, né, dessas mulheres, tá? Eu acho que o 8M tem essa riqueza, é claro, que predomina muito as mulheres, até pela própria, pelos próprios locais onde elas estão mais organizadas, né, as mulheres mais jovens, né, e que aí portanto, muito ligada às universidades, né? As estudantes, né? Porque são as mulheres que têm mais disponibilidade, né, de estar nas ruas, mas há uma diversidade muito grande, é só ver pelas fotos, né, do 8M que a gente tem conseguido, né, uma penetração, tanto a diversidade ideológica, de posições políticas, como a diversidade das origens, né, dessas mulheres.

**Pesquisadora:** Certo, Dir! E aí é também relacionado essa questão da diversidade, né, e de como que se dá essa articulação, como que se dá a organização, né, do movimento do 8 de Março e quais são as suas táticas, né? E aí você trouxe a questão do mote, né, que é elaborado com antecedência. Tem alguma outra questão, alguma outra estratégia? E também é relacionar isso com o que foi o período da pandemia, né, se elas foram alteradas e como foi a organização nesse período também?

**Entrevistada:** Todo o processo de construção do 8M, ele é muito longo, porque a gente não para no 8 de Março. A ideia sempre é daqui o movimento tem que ter uma continuidade, então mesmo quando nós éramos ainda muito pequenas, né? Não tinha tanta, não éramos a força maior aqui em Belo Horizonte na construção do 8 de Março, a gente tentava trabalhar durante todo o ano, então estávamos em todos os locais onde tinha necessidade, a gente estava presente em ocupações, acompanhava processos de luta, íamos, né, em reuniões de bairros, associações, etc., levando sempre essa discussão. Então, na realidade, a construção do espaço é um processo que passa por todo o ano, mas a construção da data mais específica que aí a gente começa, né, a partir, normalmente a partir de dezembro, a gente já chama as primeiras reuniões. E essa que é a riqueza do 8 de março, como nós não temos uma força política e hegemônica, não existe esse controle nessa busca da hegemonia por nenhuma força política, a ideia é trabalhar com toda a diversidade política existente, então a gente tem que construir isso de forma muito debatida, né, para poder conseguir unificar e conseguir tirar o mote de cada ano. Enfim, e é muito difícil, mas é muito rico, porque as pessoas se sentem participantes, elas se sentem construindo o processo e é aquilo, quer dizer, como as reuniões são todas chamadas, abertas, não são direcionadas para nenhum público, a gente sempre convocou de forma muito ampla, quando não era tão comum, né, o uso da internet, a gente fazia panfletos, desde a primeira reunião fazia um panfletinho e para todo lado que a gente ia a gente divulgava e chamava para as reuniões que eram todas, né, presenciais. Bem, com isso, de fato, a gente exerce um processo muito solidário, né, de construção, de confiança e de construir uma confiança entre as pessoas, que não é fácil, é muito difícil, porque as pessoas tanto enquanto pessoas quanto como linha política são muito diferenciadas, e aí acaba, né, a gente tendo que trazer, né, todas as discussões que cada grupo tem para poder fazer essa construção. Nós aprendemos que para poder viabilizar isso a gente começa fazendo sempre a discussão de conjuntura, porque ao fazer a discussão de conjuntura a gente pelo menos vai direcionando um pouco mais um mote e a gente prefere não ficar entrando em pequenas divergências ideológicas e políticas que as pessoas têm, que não é

isso que vai dar a conformação do ato, que na ação a gente procura estar sempre juntas. Então é isso, é um processo mais lento que tem que ter muita paciência, muita solidariedade, né, ou sororidade, para que a gente possa, de fato, construir a unidade. Agora, quando sai, quando a gente consegue é muito bonito, porque cada movimento, cada grupo, leva a sua manifestação, leva a sua visão do processo e isso tende a ganhar, né, uma intensidade muito maior, uma repercussão muito maior, por isso que os nossos atos, eles são muito diversos, cada uma leva a sua bandeira, né? Nós temos a bandeira que unifica, mas cada um leva à sua maneira e tem toda autonomia, o direito, né, a segurança de que aquilo ali não vai ser, não vai criar nenhum trauma, né? É algo que estamos unidos nesse processo de construção.

**Pesquisadora:** Muito obrigada! E aí é, na pandemia foi possível algumas reuniões?

**Entrevistada:** Na pandemia que foi o processo mais rico, nós nos adaptamos, o 8 de Março, né, a última manifestação, grande manifestação que teve antes da pandemia foi o 8 de março, que ela ocorre, né, acho que cinco dias depois ao fechamento, né? Então, primeiro foi uma grande manifestação e que deu uma grande balançada e que depois ele fecha. Nós, no início, ficamos muito sem saber e como fazer, mas rapidamente nos adaptamos às novas tecnologias e teve um grupo muito grande de comunicação que assumiu, né, essa parte, né, da agitação via comunicação e que a gente começou a fazer muita live, então, enfim, foi um processo de formação, eu acho que foi um período muito rico na nossa formação e na formação dos grupos com o qual a gente trabalhava. Até quando começamos também a discutir que nós tínhamos saído das ruas, que quem estava morrendo era o povo pobre, né? Porque o povo pobre continuava nas ruas, então trazendo toda a discussão e a formação via internet, nós trouxemos também essa discussão, olha, e tentando entender a conjuntura, o povo pobre estava na rua e o povo pobre é que estava morrendo, né? Já não era mais quem trouxe de fora, a classe média, mas o povo estava morrendo, e a direita estava se organizando e estava cada vez maior nas ruas, então nós precisamos também de voltar para as ruas e isso foi muito bom, porque depois de muita discussão também, né, que era online, que aí era fácil todo mundo em casa, então a gente rapidamente se organizava, se mobilizava e fazia as atividades, nós começamos a fazer também, nós fomos também, né, depois das torcidas organizadas, nós somos o primeiro movimento que foi para rua e fez a primeira grande atividade, né? Que foi o dia 28 de setembro o Dia, né, Latino-americano e Caribenho pelo Direito ao Aborto, que a gente então vai fazer uma atividade na Praça das Bandeiras e aí a gente sabia, quer dizer, não vamos levar massa nas ruas, nós queremos fazer uma bela atividade nas ruas para depois fazer uma divulgação desse processo, então a gente fez a atividade, que foi muito legal, muito boa, porque, assim, a gente estava com medo, nós não sabíamos como é que o vírus funcionava, ninguém sabia, né, direito ainda. E a gente tinha medo, óbvio que nós tínhamos medo, mas depois dessa ida aí às ruas nós percebemos que era possível também conciliar as atividades online e as atividades de rua. A gente ia com muito cuidado, fazia todas as precauções necessárias, mantinha o distanciamento, mas começamos a ir para ruas, então nós fizemos um processo intenso de formação política com debates, né, com as lives, né, e com muita reunião, reuniões em vários locais, né, diferentes, tudo utilizando a internet e começamos também a ir para ruas, com os cuidados necessários, mas chamando o povo para a rua. Então, foi isso, quer dizer, eu acho que foi um período muito, muito interessante, de um aprendizado também muito grande a trabalhar com essa situação, mas também indo para a rua sabendo que quem estava, né, continuava sofrendo, adoecendo, morrendo, etc eram principalmente o povo que estava na rua e nós tínhamos que estar lá para solidarizar e defender esse povo também.

**Pesquisadora:** Certo, muito bom te ouvir, Dir! E aí agora são duas questões, assim, para fechar, mas eu acho que elas estão relacionadas também, e a primeira é: como você observa o

movimento feminista a nível internacional, né? E aí pode ser focando assim exatamente no 8 de Março, né? Porque até então tinha colocado até a questão da greve, mas como a gente colocou aqui, contextualizando para Belo Horizonte, pode ser esse movimento, esse chamado, a partir principalmente de 2015, né, nesses últimos anos, até para a gente ter um recorte de tempo mais específico. E também, né, além dessa questão internacional, como que você vê as potencialidades, né, transformadoras desse movimento, né, especialmente no nosso contexto, né, latino-americano e aqui no Brasil e aí a gente pode também chegar em Belo Horizonte, né? Porque é daqui que a gente tá partindo, né?

**Entrevistada:** Nossa, nossa luta parte, né, que é do local para o global, né? Que a gente faz o nosso mundo... uma outra coisa também que o movimento vai crescendo muito a partir, né, de uma certa época, mas nesse processo aí da pandemia, né, isso vai ser mais intenso, que é a integração ou tendo uma referência nas lutas feministas da América Latina e do Caribe. Isso foi uma coisa interessante, porque na história, né, nossa visão, nossos olhares, né, de todos os movimentos, não só o feminista, era muito para a Europa, né? E depois a gente passa a ter muito esse olhar voltado aqui para a América Latina. Então essa luta pelo direito ao aborto é uma luta que a gente vai passar a ter muita referência com as mulheres argentinas, né? E nós trouxemos, nesse período da pandemia, aquele “o estuprador é você”, trazendo toda a discussão, né, da violência da mulher, nós fizemos várias performances nas ruas também conhecido, copiado, né, trazido a partir das mulheres chilenas, então a gente passa a ter esse processo de integração com a América Latina, que vai ser muito rico, né? É até muito interessante, porque com esse processo online, etc, a gente começa inclusive a fazer conversas, debates, né, com mulheres de vários outros, em especial da Argentina e do Chile, né? Que a gente fez também lives, né, incluindo essas mulheres vindas de outros locais para poder trazer a experiência das lutas e como que elas se organizavam, sabendo que as mulheres argentinas para a gente passaram a ser uma referência, né, nessa luta pelo nível de mobilização, de persistência, né, e de continuidade que elas tiveram ao longo da história para conquistar várias vitórias, em especial direito ao aborto, que depois vai um pouco crescer pela América Latina. Então, é isso, eu acho, internacionalmente, nos outros países, né, mais europeus, que eram onde a gente tinha o olhar até alguns anos, mais recentemente a gente vai passar a ter essa integração muito mais com a América Latina do que com a Europa, e isso é um processo rico, né? Nós aprendemos muito com elas e acho que elas também levam alguma, um pouco da nossa experiência.

**Pesquisadora:** As questões, Dir, eram essas mesmo, né, e aí era fechando justamente com as potencialidades transformadoras do movimento feminista, né? Se você quiser acrescentar mais alguma coisa nesse sentido, mas era isso mesmo que eu queria conversar... quer acrescentar alguma coisa?

**Entrevistada:** Quero! Se você for ver na história, né, da humanidade cada época tem seus movimentos que são mais ricos e que mais crescem, eu acho que de uns tempos para cá os movimentos que são chamados, né, por alguns movimentos identitários, mas eu prefiro fazer a discussão dos movimentos contra as opressões, eu acho que esses movimentos é que trazem hoje um grande potencial de mobilização, de organização e de denúncia e, entre eles, o movimento de mulheres. Nós não temos dúvida, hoje, né, as estatísticas mostram que são as mulheres que hoje estão à frente de todos os movimentos, né, mais combativos e que inclusive aqui no Brasil, quer dizer, a derrota do Bolsonaro fomos nós que vamos para a rua e que possibilitamos, né, essa derrota do Bolsonaro. Então, eu acredito muito nesse potencial dos movimentos, mas a grande questão é como fazer dessas lutas identitárias a luta contra as opressões, porque aí sim nós estaremos, né, vinculando tudo isso a uma luta contra o capitalismo, porque na minha perspectiva é impossível você fazer uma transformação realmente

desses movimentos, né, se você não transformar a sociedade, né? E hoje nós temos uma luta que teria que ser assumida por todas nós, por todos os movimentos, né, contra as opressões, que é a luta contra a destruição da natureza, né, vamos chamar assim, que também tem vários nomes dados, né? Porque essa aí hoje perpassa quaisquer outras. A gente teria que unir a luta das opressões com a luta, né, pela defesa, né, do meio ambiente e a luta anticapitalista, eu acho que assim nós teremos alguma perspectiva de mudanças, né, a médio e longo prazo.

**Pesquisadora:** Perfeito, Dirlene! Muito muito, obrigada por ter participado, foi fundamental te ouvir, essencial para pesquisa e foi muito, muito bom te ouvir mesmo. Queria agradecer muito pela participação, pela disponibilidade, né, de participar... demorou um pouquinho mais, porque tem uma trajetória longa para a gente conversar...

**Entrevistada:** Ou eu falo demais, né, Nathália? 60 anos de militância, né?

**Pesquisadora:** Não, não! Não tinha como resumir e ainda conseguimos sintetizar muito, né? Então, eu queria agradecer muito mesmo pela participação, na próxima reunião presencial eu levo o termo, né, para ter a assinatura certinho, mas acho que era isso... e eu tô muito grata pela participação!

**Entrevistada:** Para mim é um prazer falar sobre isso, em especial falar para uma estudante que tá construindo, né, seu trabalho e espero que você continue a partir daí Nathália... estou à disposição, tá bom?

### **Entrevista – Sofia Amaral Carneiro Teixeira**

**Pesquisadora:** Oi Sofia, muito obrigada por ter aceitado participar da entrevista comigo, vai ser muito importante te ouvir e, como eu coloquei, a entrevista é especialmente relacionada às articulações de mulheres, especialmente no 8 de março, no tensionamento da greve, do trabalho como as feministas colocam, né, e como é colocado no direito. E primeiramente, antes de falar um pouquinho desse tema, eu gostaria de conhecê-la melhor, então: qual sua trajetória e envolvimento políticos, né? Onde você milita atualmente? Como que foi essa trajetória?

**Entrevistada:** Então, minha trajetória, na verdade, ela começa, ela é muito marcada pela questão do ascenso da extrema direita, tenho 22 anos, então sou uma mulher super jovem, estou no 8 de Março tem 3 anos, eu entrei no 8M Unificado que é um movimento hoje que eu organizo, que eu tô muito inserida e que constrói o 8 de Março, né? Eu entrei nele desde meus 19 anos, né, entre meus 19 anos... Mas eu estudei sete anos no Colégio Militar do Exército e nessa trajetória do Colégio Militar, né, foi quando também ali em 2016 começou a ter as questões com o impeachment da Dilma, a corrosão democrática no país e isso foi muito importante também para que eu abrisse meus olhos para poder compreender algumas dinâmicas, inclusive o que eu concordava e o que eu discordava dos posicionamentos ali de dentro da vivência do Colégio Militar. Mas isso eu era uma adolescente, né, e quando foi mesmo em 2018, assim, já um pouco mais velha, já estava com 17 anos, eu vendo a ascensão do bolsonarismo de dentro de uma instituição militar e como que isso mudou o comportamento das pessoas, como que algumas violências, repressões e censuras foram começando a se tornar mais passíveis de serem feitas sem qualquer tipo de constrangimento, eu comecei a estar muito mais engajada. Apesar de sempre ter sido uma pessoa super engajada e ter tido, vamos dizer assim, uma criação feminista, ainda que com suas dificuldades, eu acho que a minha mãe sempre ocupou muito esse papel, assim, ela foi a primeira figura que rompeu essas barreiras de

gênero dentro da família, assim, então isso foi muito importante também para eu me entender enquanto feminista desde muito jovem, mas aí, dentro dessa minha trajetória no colégio militar, em 2018 foi quando eu despertei assim pra gravidade do problema que a gente estava vivendo e também comecei a me organizar mais politicamente... Eu sempre fui uma pessoa muito ativa, fazia atividades extracurriculares, participei de simulações da ONU, tive contato com várias pessoas do Brasil, então sempre tive muito contato com diversidade. Eu tive uma oportunidade, no ensino médio, de ir para o Japão, participar de um acampamento de verão, que eu ganhei uma bolsa, então foi um contato que me abriu a cabeça também, sabe, mas essa questão do meu envolvimento da militância vem desse lugar aí de oposição à ascensão da extrema direita e aí eu busco os movimentos sociais, né. Logo em 2020 eu entro pras Ciências Sociais, mas também foi nesse ano que, antes de entrar pras Ciências Sociais, no iníciozinho de 2020, eu fui para Colômbia. E aí na Colômbia, eu tive um momento, assim, muito marcante, foi uma coisa muito pontual, mas muito marcante na minha vida, eu tinha ido pra Colômbia, porque eu também tinha uma bolsa para poder fazer um estudo, uma formação, né, de três meses na chamada Academia de Liderança Latino-americana e nessa academia a gente ia ficar três meses, mas voltamos por causa da pandemia, mas eu vivi lá o 8 de março dias antes de eu retornar para o Brasil de supetão, assim, que foi quando ela pandemia estourou. E aí lá eu vivi o 8 de Março e a gente foi para as ruas, eram eu e várias mulheres latino-americanas que estavam lá nessa academia. Então era todo mundo latina no lugar que, assim, eu vi as ruas cheias, eu vi um movimento social e eu vi assim aquilo me deu muito brilho no olho e, depois que eu voltei de lá, eu fiz uma promessa para mim mesma, assim, de que eu iria estar em todos os outros 8 de março até minha saúde me permitir, assim, essa era minha grande promessa de vida, assim... então isso foi muito marcante para mim! Quando eu voltei eu comecei a me engajar em estudo latino-americano. Comecei a me engajar em estudos de gênero, principalmente, então, eu fiquei muito circulando nessas duas áreas políticas de modo geral, gênero e América Latina. E aí eu fiz vários cursos, não sei o quê e tal, e ao mesmo tempo me engajando em movimento social. Então quando eu voltei da Colômbia, foi quando eu falei “Cara, eu vou procurar um movimento social e eu vou me organizar! Isso, é isso que eu quero!” E conheci o 8M, e aí foi quando essa minha trajetória, assim, até chegar no 8M Unificado daqui de BH, que hoje é um movimento em que eu estou, participo, construo ativamente. Construo o 8 de Março já tem três anos, esse é o terceiro ano que eu construo o 8 de Março, mas eu fico pensando também que... esse é o segundo ano, né? No ano passado... Isso é: 2021, 2022, 2023. 2021 eu cheguei no movimento, mas já estava rolando o 8 de Março e foi online, né? Por causa da pandemia. E aí foi isso, assim, foi nessa pegada assim que eu comecei. E aí depois disso tudo desaguou junto com a minha questão de estar fazendo Ciências Sociais e tal e essa militância que já vinha se efervescendo, assim, me colocou também em outros espaços, “A Partida”, eu fundei um coletivo em 2020 que se chama “Coletivo se lambuza”, que é um coletivo sobre sexualidade em uma perspectiva feminista e antirracista, então, assim, o movimento feminista. E eu acabei estando, acabei construindo outros espaços além do 8 de março, e acho que é isso.

**Pesquisadora:** Legal, Sofia! E aí as outras perguntas, na verdade, eu acho que você deu um relato bem completo, eu vou só passar, assim, caso você lembre de mais alguma coisa, mas era justamente se você já tinha militado em algum outro movimento social... e acho que você trouxe isso pra gente... quando que você passou se envolver com movimento feminista, também trouxe esse despertar, né? E quais então as questões, situações, motivos, né, que levaram a esse envolvimento, essa trajetória, eu acho que também no seu relato ficou bem claro, caso você queira acrescentar alguma coisa, você fica à vontade! Agora, e atualmente, né, o que te desperta a seguir na militância? E que tipo de desafio você costuma se deparar nessa trajetória, porque é um desafio constante, né?

**Entrevistada:** Então, falei um pouco dessa minha trajetória, né, e aí eu acho que eu tenho um ponto importante que é o fato de que quando eu estava entrando na faculdade, eu estava engajada em apoiar algumas candidaturas de mulheres aqui em Belo Horizonte, foi quando eu fiz uma entrevista com a Duda Salabert na época e depois da entrevista eu falei com a Duda, porque eu estava esperando a faculdade começar, eu falei: "Duda queria me engajar na sua campanha", assim, "posso organizar e tal?", que era a candidata que eu conhecia aqui em Belo Horizonte, assim, e comecei a me engajar na campanha dela e tal e, no final, quando a Duda foi eleita para vereadora, ela acabou me chamando para poder ir para o gabinete então, e aí eu fiquei dois anos no gabinete municipal aqui quando a Duda era vereadora, né? Depois ela foi pra nível Federal e aí eu tô terminando a graduação, então ia ficar muito complicado e tal, mas eu acho que esse é um elemento importante, assim... Deixa eu ver se não estou esquecendo de nada... e hoje, assim, eu acho que tem algumas outras questões, né? Você me perguntou o que que me faz seguir nessa trajetória, assim, eu sempre fui uma pessoa muito indignada, acho que começa por aí, eu sempre fui essa criança indignada, as desigualdades sociais sempre me machucaram num lugar muito profundo, sabe, eu sempre fui uma pessoa muito sensível, assim, então eu quando eu percebi a desigualdade, por exemplo quando eu era criança, eu chorava, sabe assim, quando vê gente pedindo comida, coisa assim, então isso sempre foi uma coisa muito doída para mim, sabe, e um senso de urgência mesmo de resolver esses problemas do mundo, assim, e quando minha mãe, eu falei um pouco desse papel da minha mãe, assim, ainda que com todas as suas dificuldades, eu coloco isso, porque, assim, a minha mãe não é uma militante feminista, mas ela se entende enquanto feminista, ela tem uma pegada feminista, assim, a minha mãe me colocou nesse caminho de me libertar, sabe, das amarras mesmo do patriarcado e subverter esse sistema que coloca a gente nesse lugar do doméstico, do cuidado, única e exclusivamente, sabe, então eu acho que essa junção dessas duas coisas foram elementos importantes para chegar nessa questão: essa indignação e essa, como é que eu falo, esse ímpeto, esse conhecimento assim de entender o que que é o feminismo e por que que ele existe e para que que nós estamos lutando. Eu acho que é esse horizonte, assim, da sociedade que eu quero construir, sabe? Então eu sempre fui muito envolvida politicamente, sempre, desde a minha adolescência, quando eu falo por exemplo do Colégio Militar, 2018 foi um marco no sentido da minha politização, mas eu sempre fui uma pessoa muito engajada. Eu estive, eu fui presidente de agremiação de acesso estudantil, eu fui presidente de comissão de formatura, eu era uma liderança dentro do colégio. Enfim, tudo, tudo que era referência dentro do colégio, eu era figura, porque os outros militares me chamavam assim, tipo: "Sofia, resolve isso aqui para mim". É meio louco, né, mas é isso assim, tipo eu lembro dos militares, assim, me tirando de aula para poder resolver problema que eles não conseguiam resolver com o aluno, eu falei "gente, não tenho nada com isso não, assim, eu sou aluno como eles entendeu? Se vocês quiserem resolver tem que contratar alguém, então me contrata!", mas foi isso... E aí o que me faz seguir esse horizonte, assim, eu tenho uma utopia muito grande de construir um universo, um mundo, uma sociedade, um Brasil, sabe, que a gente possa viver com os nossos corpos livres de serem quem são, vivendo a nossa sexualidade plenamente, protegendo os nossos corpos das violências, sobretudo a violência sexual, que é uma questão que me toca muito, assim, sempre foi uma das grandes preocupações da minha mãe, assim, quando eu era jovem, sabe, não que não seja hoje, mas quando eu era mais jovem, eu cresci muito ouvindo isso, assim, desse cuidado com os nossos corpos e com a sexualidade, mas também não só o cuidado, mas com esse medo sabe? Eu acho que esse é um outro sentimento que mobiliza muito e que me mobilizou muito: o medo de ser violada, sabe, e isso me indigna num nível que a luta política para mim hoje, ela significa eu poder canalizar todas as minhas indignações, todas as minhas frustrações, todos os choros que eu via das desigualdades quando criança, hoje eu canalizo em outra política e isso me faz bem, sabe? Me faz muito bem, assim, pessoalmente falando, mas sobretudo é sobre uma emancipação coletiva, porque pela Sofia, assim, eu poderia pensar no

dinheiro, me emancipar enquanto, né, um indivíduo que vou poder viver num lugar tranquilo, mas não é isso que eu quero enquanto horizonte de sociedade, sabe? Porque é um projeto coletivo daquilo que a gente está construindo, assim, e hoje também eu acho que os laços com as pessoas me fazem também, sabe, com as pessoas dos movimentos sociais, hoje pesquisando gênero, né? Eu tô no NEPEM aqui da UFMG, pesquisando gênero, pesquisando violência, como que essas violências políticas afetam as mulheres militantes, as mulheres parlamentares, aquelas que ousam entrar no espaço político de poder institucional. Enfim, eu acho que são essas duas coisas: essa utopia desse projeto, que é coletivo, e a outra coisa essa questão meio de curar um pouco as minhas dores enquanto indivíduo, sabe assim...

**Pesquisadora:** Muito bonito tudo isso que você falou, acho que ninguém me deu uma resposta tão bonita assim.... emocionante! Aí depois a outra pergunta era relacionada ao movimento sindical. Eu acho que não aplica, né, na questão da nossa idade, assim, eu acho que é para o pessoal que já tá nos espaços mais de trabalho formal, né? E algum outro tipo de greve também, talvez estudantil, assim, você já participou?

**Entrevistada:** Então, né, quando eu saí do colégio militar, e é muito engraçada essa trajetória, né, essa trajetória no colégio me coloca em muitos lugares, assim, de reflexão, mas quando o colégio, assim, eles nunca permitiram, né, que a gente se envolvesse em questões políticas assim, isso sempre foi uma um espaço de ameaça e coerção. Esse ponto, assim, eu acho que até delicado na hora de você pensar e escrever isso, mas acho que coloco isso como importante, porque isso sempre foi uma questão, que para eles, tipo assim, eles tentavam evitar o máximo que a gente se envolvesse, mas era sempre do lado da esquerda, sabe? Então existe muita hipocrisia mesmo, assim, dentro ali e por que que eu falo isso, porque quando eu saio do colégio a primeira greve que eu participei foi a greve estudantil, as ocupações não, ai fugiu do que que era chamado, chamado o Tsunami de educação, né, em 2019, no finalzinho de 2019 para 2020, ali finalzinho do ano... me foge agora exatamente do que a temática da época, mas foi isso, assim, que foi a primeira vez que eu tive contato com o movimento de rua antes mesmo de conhecer o movimento feminista, mas foi um contato muito ínfimo assim, tipo, olha, já me entendia enquanto uma militante, eu já era de oposição, já fazia campanha inclusive dentro do colégio desde quando a campanha do Bolsonaro começou a efervescer. eu, tipo assim, eu era a pessoa que tipo tava nas redes sociais e os caras tipo já me chantagearam assim, tipo “ai você tem que tomar cuidado, porque as coisas que você posta no Twitter...”, tipo, cara, vocês são militares, eu sou aluno, sabe, meu Twitter não tem nada a ver com a vida de vocês e muito menos com esse colégio, assim, tenho plena consciência do que eu tô fazendo e responsabilidade também de assumir isso, então esse contato que eu tive foi isso. Então eu já tô jogando pro outro lado aqui e eu também tive algum contato de certa forma com os sindicatos dos meus pais. Meu pai é professor da rede Municipal de BH, então, ele sempre foi Sindicalista. Sindicalista não, mas ele foi sindicalizado, sempre esteve nas greves, sempre esteve nesses momentos, então isso também foi um exemplo dentro de casa ainda que eles não comentassem exatamente sobre o que era aquilo e eu não entendi o que era aquilo. E minha mãe, funcionária aqui da UFMG, né, uma técnica de administrativa. Ela também sempre foi sindicalizada então eu tive muito contato a partir daí, sabe, minha mãe às vezes quando tinha paralisação, meus pais sempre aderiram, eu nunca entendia muito bem porquê, nunca foi esse debate político dentro de casa, nunca foi uma coisa mesmo, assim, mas existia essa questão, é isso.

**Pesquisadora:** Legal, Sofia! E aí agora, né, que a gente já conversou um pouquinho sobre essa trajetória e tudo, vamos falar um pouquinho especificamente sobre 8M, né, sobre essas reivindicações que são colocadas, e como que você enxerga esse movimento, toda essa movimentação, né, que é o que a gente traz. E aí é a próxima pergunta então: quais que são as

principais reivindicações, né, colocadas atualmente pelo movimento feminista? São muitas, mas de forma mais assim...

**Entrevistada:** Abrangente então, né? Eu acho assim, né? Eu acho que a gente tem algumas questões que são muito caras e aí eu coloco num ponto de vista também de onde eu atuo, né? Eu milito sobretudo em duas pautas muito específicas, assim, eu gosto muito da pauta de combate à violência, sobretudo violência sexual, e isso tá englobado nas questões de direitos sexuais reprodutivos e justiça reprodutiva. Então eu acho que essa questão, eu acho que existem, eu vou colocar três pontos.... vou tentar sistematizar: eu acho que no primeiro ponto é a temática das violências, então é violência doméstica, violência contra familiar, as violências psicológicas todas essas violações, a violência sexual entra nessas temáticas das violências, aí eu vou deixar separado das violências essa questão do aborto legal e direitos sexuais reprodutivos, que eu acho que tem a ver com uma questão de controle mais do que violência, com controle de corpos, com falta de acesso a métodos contraceptivos uma regulamentação dos nossos corpos mesmo, assim sabe, e que vem como consequência a necessidade do aborto legal, e o outro tópico, o outro sistema, tá, assim, que eu coloco das principais questões são os trabalhos de cuidado. E aí a gente entra na questão do trabalho e dos cuidados, né? Como que nós mulheres estamos sempre nessa linha de sobrecarga de trabalho, de jornadas triplas e etc. Então acho que essas três questões são muito centrais, assim, e aí aqui entra no cuidado, entra a maternidade, entra trabalho doméstico, entra trabalhos, entra trabalho formal também, mas também o trabalho informal, né, que tem que se aliar com essas diversas demandas das mulheres, é, eu acho que são esses três assim, se eu fosse sistematizar, são esses três pontos grandes que tem muitas coisinhas pequenas e que são muito complexos, mas acho que é isso aqui...

**Pesquisadora:** Perfeito! E o 8 de março? O que que essa data representa?

**Entrevistada:** Nossa, eu sempre volto na Colômbia, assim... foi uma experiência muito marcante, assim, tipo eu lembro de chegar em casa, de falar "cara, eu quero muito fazer isso tipo pro resto da minha vida", sabe? Tem uma figura aqui em Belo Horizonte, que eu brinco muito com ela, que é a Jú Moraes [e ela é uma ótima pessoa para sua entrevista, inclusive, posso te colocar em contato com ela, só um comentário aleatório] e ela, eu fico brincando, com a Júlia, que eu falo que eu quero chegar nos 76 anos com a missão cumprida que ela tem, assim, sabe, tipo chegar que nem ela, e aí eu falo isso, porque.... O que o 8 de março representa é a pergunta? Assim, cara, eu acho que representa, assim, uma história, eu tenho um respeito muito grande, eu falo da Ju por isso, assim tenho respeito muito grande pelas mulheres feministas, assim, que historicamente pavimentaram para que eu pudesse chegar, assim, e ter uma vida tão... uma vida mais tranquila também, sabe, não é, não só uma militância melhor ou mais avançada, mas também uma vida melhor, mais digna sabe, mais plena... É porque, o que essas mulheres viveram, não consigo sequer imaginar, sabe, então eu acho que o 8 de março representa isso, esse contato intergeracional que me proporciona conhecer a história, tipo, de onde eu vim, sabe assim, e para onde eu quero ir, eu acho que essa é uma outra questão, é sempre esse jogo de passado futuro... e eu acho que ele representa também uma sociedade que está indignada mesmo, sabe, indignada com a situação que nós mulheres vivemos, assim, que precisa desse lugar de colocar na rua essas demandas. Não sei, acho que... Eu fui para um lado menos pragmático agora, mas mais sentimental, mas eu acho que é um pouco disso, assim, sabe que me move muito no 8 de março ainda mais... o racional é importante, a gente sabe porque que a gente tá falando das nossas pautas, colocar essas pautas é fundamental, mas, não sei, também eu acho que existe um lado afetivo daquilo que nos toca, como falo das violências, eu falei das violências, é indignante, sabe, então também é uma forma da gente canalizar em coletivo aquilo ali, assim, sistematizar as nossas demandas, assim...

**Pesquisadora:** Perfeito! E a greve feminista, no que consiste? Esse chamado para greve...e aí, pode ficar aberto também pra você falar se você entende que tem esse chamado aqui em Belo Horizonte, se você observa diferenças com relação à Colômbia, né?

**Entrevistada:** É, eu acho assim, a gente tem uma situação aqui no Brasil, eu senti muita desmobilização, assim, ainda que a gente tenha um movimento feminista, ainda que eu tenha muito orgulho de fazer parte, ainda que eu tenha esse horizonte de construir essa sociedade, a gente ainda tem um movimento feminista que é muito precarizado em todos os sentidos possíveis, assim, a precarização do trabalho, que impede que muitas dessas mulheres estejam organizadas nesse movimento feminista, a delegação da institucionalidade, né, enquanto o espaço que vai fazer a sociedade avançar, né? Isso, se tem uma coisa que eu tenho plena consciência, é de que ainda que a institucionalidade seja um espaço importante de disputa, um espaço importante para que a gente debata, ocupe, esteja lá, as respostas daquilo que a gente quer construir enquanto sociedade, elas vão vir da sociedade civil, assim, da sociedade civil organizada. Então, é isso, eu acho que, assim, a gente não tem uma greve feminista que tenha condições hoje, por exemplo, de efetivamente puxar uma greve aqui. E... é isso, eu acho que não entendo muito a pergunta do que consiste a greve? O que que você quer dizer com isso?

**Pesquisadora:** É... assim, é o chamado para greve? Um chamado para quê? Em que sentido, para quê? Como uma greve feminista, né, a gente não considera, assim, uma greve sindical, como uma greve estudantil, ela tem suas peculiaridades, né? E aí seria um chamado para que as mulheres parem de trabalhar formalmente, elas parem de fazer os trabalhos de cuidados ou é um chamado para que elas vão para as ruas? Do que que é esse chamado, né? Mas a gente sabe assim, e é por isso que eu deixei aberto, porque na prática, né... E, tipo, há diferenças entre os anos, diferenças entre países, diferenças nessa mobilização, e aí aqui em BH a gente pode observar, faz sentido falar em greve também, sabe?

**Entrevistada:** É, eu ia falar, eu ia pontuar exatamente isso, assim, eu tenho uma trajetória recente no movimento feminista, né? Tem três anos. Apesar de eu ser muito assídua é uma trajetória recente, assim, honestamente eu, Sofia, nunca nem ouvi falar de greve feminista dentro dos movimentos sociais, assim, dos movimentos que eu componho. Greve feminista para mim eu vejo na teoria feminista, entendeu? Na história, né, das greves, as sufragistas, né, das jornadas de trabalho, no tempo histórico, mas isso enquanto acadêmica, porque enquanto militante... Então é isso, para mim consiste num tempo histórico, entende? Assim, num lugar que é histórico, não é hoje, no presente, na atualidade, assim, ainda que a gente debata greve, né? A gente debate questões de greve, mas a gente, geralmente, os movimentos, eles, sobretudo o feminista, ele apoia as greves sindicais, de trabalhadoras, de classe, estudantis e etc, mas ela não, nunca ouvi a possibilidade de puxarmos uma greve...

**Pesquisadora:** E na Colômbia também não falava em paro, huelga? Não era, assim, não era um chamado não, no ano que você tava?

**Entrevistada:** Não, não... mas lá eu também tive pouco contato, assim, foi mais no 8 de Março mesmo, assim, eu tava estudando questões latino-americanas, não tanto com os movimentos sociais, sabe... mas agora você me pegando aqui me lembrou muito eu tive no Chile, né, no final do ano passado e lá no Chile, eu tava um pouco mais imersa nesse contexto, lá teve o “Estallido Social”, que foi essa explosão, essa rebelião social que teve no Chile, assim, e aquilo sim foi uma greve, né? Eu não sei se eu posso chamar de greve feminista, teria que fazer uma revisão, mas os movimentos feministas paralisaram juntamente com as demais classes,

os demais sindicatos, foi uma greve geral de uma certa forma, sabe, que eclodiu em diversos processos... mas, mas é isso, assim, inclusive me chamou muita atenção como que essas mulheres lá no Chile conseguiram colocar, conseguem colocar tanta gente na rua, assim, eu fiquei impressionada! No 25 de novembro, que eu fui, que eu tava lá, que é o dia internacional pelo fim da violência, nossa, é uma coisa, assim, impressionante!

**Pesquisadora:** Legal! E aí essa daqui, no caso, eu acho que a gente não precisa entrar porque acho que você trouxe também a resposta em outros momentos, porque como você tá no movimento há uns três anos, né, e aí seria como que ele vem se modificando ao longo dos anos, mas aí é é justamente essa ideia, se tem um movimento, como que tá nesse movimento feminista, se tem essa caracterização como greve ou não, esse tensionamento, né? Porque, pode ser que aqui não se fale nisso. E aí que é importante também colocar...

**Entrevistada:** Seria meu sonho, mas não...

**Pesquisadora:** E aí é que eu até coloquei depois a questão da pandemia, né? Mas eu acho que a gente pode ir na outra questão e aí você pode falar sobre a pandemia dentro dela, que eu acho que vai ficar fazendo sentido: é como que se dá então a organização do 8M aqui, né? E se tem as suas táticas, estratégias, e como que você as observou nesses três anos, assim, na pandemia foram diferentes até agora, se teve uma rearticulação, é uma pergunta muito ampla, então você fica à vontade para colocar o que você observa. Como que se dá a organização do 8M, né? E quais são as suas táticas, estratégias? Como que elas mudaram lá na pandemia?

**Entrevistada:** Então, a organização do 8M ela é sempre puxada a partir do final do ano anterior ao 8 de Março, tipo dezembro, assim, e aí a gente geralmente faz reuniões periódicas no início quinzenal até as coisas intensificarem ali final de janeiro, início de fevereiro, quando as coisas, assim, se intensificam mesmo, assim, as demandas viram 1 milhão, mas aí a gente faz semanal as reuniões. A gente tem, aqui em Belo Horizonte, a gente tem uma questão do movimento feminista que é muito interessante, apesar de ser intergeracional, eu geralmente sou a mais jovem de todas que tá lá. Então, assim, a gente tem uma faixa etária de militantes históricas, sabe, a maior parte das mulheres que constroem o 8 de março são militantes históricas. O que é lindo, mas também é um pouco preocupante, porque eu não vejo esse movimento se rejuvenescendo no sentido de conseguir convocar, mobilizar mais mulheres, ainda que hoje a gente tenha, vamos dizer assim, a gente tenha o feminismo como uma coisa mais comum do que antigamente, sabe? Mas assim, a gente organiza, faz reuniões presenciais geralmente, algumas online, nos organizamos em grupos de trabalho, então essa é uma tática que a gente usa para poder sempre tentar descentralizar, mas ainda assim a sobrecarga muito grande porque algumas... porque, assim, a gente acaba tendo uma sobrecarga de trabalho que fica concentrada em determinadas pessoas específicas e isso é muito prejudicial. E o 8 de Março, ele se organiza meio assim, eu não acompanhei tão de perto o processo da pandemia, que eu cheguei o 8 de Março já tava rolando e ele foi online. Então eu não sei exatamente como que foi esse processo, mas de 2021 para 2022, eu já estava inserida 100% e tal e eu acho que são essas táticas, de grupo de trabalho, assim, existe sempre um debate sobre não despolitizar o movimento feminista e o que que é o 8 de Março, mas é isso, assim. Eu ainda sinto falta da gente conseguir descentralizar esses trabalhos, sabe? Eu acho que essa é a grande questão: a sobrecarga que a gente fica, as grandes as militantes que tão ali puxando.

**Pesquisadora:** Certo, e aí uma das perguntas também está relacionada com isso, né, você observa assim algum grupo que tem mais, aí, eu acho que você trouxe, né, aí a questão etária,

né, mas, tipo, você observa etnias, também profissões, que estão mais envolvidas ou é heterogêneo?

**Entrevistada:** Cara, eu acho bem diverso assim a gente tem a questão que o 8M aqui ele é um movimento de junção de vários momentos sociais de modo geral, assim, e aí se “coalidia” aí, né, no 8 de Março Unificado, apesar de também nós temos militantes independentes. Eu mesmo sou uma militante que entrei como militante independente, hoje tem outros movimentos que eu acabo representando lá, assim, mas é uma questão muito importante... Mas assim, eu falei um pouco dessa questão da faixa etária, que de fato é uma questão relevante e eu acho que existe uma concentração, mas eu acho que se eu for falar de uma classe que está muito presente lá é um movimento da educação, seja ele, o movimento estudantil não tanto, bem mais um movimento das professoras, assim, sabe, é uma classe que tá bem marcada ali, mas temos mulheres, a gente tem bastante diversidade, assim, tem umas mulheres negras, temos as pessoas LGBT, temos é, enfim, muitas militantes ali muito diversas, assim, nesse sentido, eu acho que isso é muito positivo, sabe, mas acho que é isso...

**Pesquisadora:** Legal, Sofia! E agora é a última questão, na verdade, porque a gente tá conversando bastante. Imagino que você já esteja até um pouquinho cansada, e aí essa última, na verdade, são duas questões que eu acho que a gente pode colocar numa só, né, porque aí a gente vai modulando também de acordo com a entrevista e, no caso, é como que você observa - e aí aqui tá o movimento grevista, porque objeto de estudo no meu caso é o trabalho e a greve - mas é isso, a gente vê na prática o que que faz sentido ou não, porque aí se na teoria concretizou ou não e o que que a gente gostaria que fosse também, né... Porque a gente para pra pensar então também quais são as potencialidades. E aí essa última pergunta é justamente sobre isso: quais são as potencialidades, né, transformadoras do movimento feminista mesmo, aí você pode colocar mais o movimento feminista, sem pensar tanto na greve, já que você colocou dessa forma, e especialmente, então, no nosso contexto, assim, brasileiro e latino-americano, já que você tem essa visão também nessa perspectiva desse movimento puxado aqui no Sul, né?

**Entrevistada:** As potencialidades, complexo, né? A gente tem um potencial de efetivamente construir esse horizonte de sociedade que a gente quer, sabe, de uma emancipação, eu acho que isso é muito importante, assim, a gente não perder esse horizonte anticapitalista, antipatriarcal, antirracista, contra todas as opressões, sabe... e das principais potencialidades, eu acho que é essa possibilidade de construir... não é possibilidade que eu quero a palavra, gente... essa capacidade de mobilização social, assim, isso é muito potente que eu acho extremamente importante e para que mais pessoas e para que as próximas gerações já venham com uma formação feminista, sabe assim, então eu vejo muita potencialidade, assim, da gente conseguir formar as próximas gerações com o feminismo enquanto algo que é corriqueiro da vida delas mesmo, sabe assim, eu tenho certeza que de potencialidade a gente tem aberto essas portas, assim, sobretudo as que vieram antes de mim. Porque se hoje, sei lá, eu posso usar um batom vermelho sem ser questionada é também por elas, sabe, eu tô falando de uma coisa banal, mas, se eu já posso votar, é também por elas, se hoje eu posso divorciar, é também por elas, se hoje eu posso ter acesso a um aborto legal, ainda que não no Brasil, mas no contexto latino-americano, que vem nessa onda, nessa maré verde, é também pelos movimentos feministas que se organizaram e fizeram pressão, que se articularam, que fizeram incidência! E é isso, se eu posso votar e ser votada também é por essa organização, então eu vejo essa potencialidade de conseguir avançar em pautas sociais que são históricas, que são caras e que estão em constante disputa, sabe? Eu vejo isso, eu acho que esse potencialidade de mobilização social, essa potencialidade de acolher as nossas violências, que nós mulheres somos atravessadas durante as nossas vidas, e canalizar em luta política que, no final das contas eu falo, eu gosto muito

dessa questão, porque eu acho que é uma questão muito importante, sabe, a gente conseguir acolher e ter espaço para essas militares canalizarem as suas demandas, sabe, porque a nossa vida é muito atravessada por essas violências, assim, e aí eu acho que o movimento feminista tem essa capacidade de transformar, sabe, essas dores em luta política e, portanto, agregar mais pessoas, aí por isso que eu falo da mobilização social. Acho que essa acho que é isso, assim, se tiver mais alguma coisa que você queira dar de exemplos.... Não sei...

**Pesquisadora:** Não, acho que era isso mesmo as questões que eu gostaria de colocar, se você lembrar de mais alguma coisa também, você pode ficar à vontade, mas eu te agradeço muito pela participação, foi muito legal te ouvir, muito importante e vai ser muito legal ter essa perspectiva na minha pesquisa, muito obrigado pela disposição, pelo tempo!

### **Entrevista – Mercedes de Mendieta**

**Investigadora:** En primer lugar, me gustaría conocerla mejor, ¿cuál es su trayectoria y participación en la militancia política, donde milita actualmente?

**Entrevistada:** Bueno, empecé a militar en el año 2008 en el movimiento estudiantil en la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, a partir de un proceso de lucha que hubo en ese momento en que fue la pelea por el edificio único, en ese momento comenzaba un proceso de tomas de varias facultades de la Universidad de Buenos Aires, bueno, que terminó en un triunfo, pudimos conseguir finalmente el presupuesto necesario para poder tener mejores condiciones de cursada, que era el objetivo y ahí en ese momento comencé a militar en Izquierda Socialista, que es uno de los cuatro partidos del Frente de Izquierda Unida actualmente en la Argentina, bueno, es una organización, digamos, es un partido de izquierda revolucionaria dentro de lo que es la izquierda desde la corriente trotskista, es trotskista, somos trotskistas nosotras y también dentro del feminismo, nos reivindicamos feministas socialistas, es decir, peleamos por que el capitalismo y el patriarcado caigan juntos y creemos que el patriarcado es un sistema que se complementa con el capitalismo para para súper explotarnos y, bueno, milité muchos años en el movimiento estudiantil y luego, bueno, en varios espacios del movimiento estudiantil fui consejera de la carrera de Ciencia Política de la que soy parte, fui parte de la conducción del centro de estudiantes también en la Facultad de Ciencias Sociales y después empecé a militar en el ámbito docente, donde también fui delegada de escuela y después, bueno, empecé a trabajar como secretaria parlamentaria en una de las bancas del Frente de Izquierda y bueno después en los últimos años tuve dos mandatos como legisladora de la Ciudad de Buenos Aires, como diputada de la Ciudad de Buenos Aires, y, bueno, también en mi trayectoria más dentro del feminismo parte de la Campaña Nacional por el Derecho aborto acá en la ciudad de Buenos Aires y, bueno, parte de toda la experiencia feminista del 2015 para adelante de todo lo que tiene que ver con los procesos de coordinación asamblearios de organización dentro del movimiento feminista que, bueno, fue una explosión total que, bueno, un montón todo lo que lo que se vivió los últimos años con muchas reuniones, mucha participación muy activa, entonces eso fue como todo una experiencia en sí y, bueno, también con la participación todos los años desde el año 2009 en el Encuentro Nacional o Plurinacional de Mujeres y Ciencias que se realiza acá también en la Argentina como parte del movimiento feminista específicamente.

**Investigadora:** Bueno, y ¿cuándo comenzó a involucrarse en el movimiento feminista específicamente?

**Entrevistada:** Bien, mis primeras experiencias fueron, mi primera experiencia feminista fue en el año 2009 en el encuentro, en este momento Encuentro Nacional de Mujeres, que se realizó en la ciudad de Paraná en una de las provincias de la Argentina, bueno, que es un encuentro que se realiza todos los años desde el año 86 y que nuclea feministas de todos, de todo el país, esa fue mi primera experiencia feminista de un espacio amplio, en este momento el feminismo en la Argentina ya tenía peso, pero el pico empieza después del 2015, a partir de esa experiencia yo empiezo a participar de lo que era una fracción dentro de mi organización, que se llamaba Mujeres de Izquierda Socialista, bueno, que básicamente lo que empezamos a hacer es a impulsar, digamos, el ala feminista dentro de nuestro partido, no, eso empezó a nuclear compañeras de distintos puntos del país, desde así empezamos a elaborar todo lo que tenían que ver con la política feminista para intervenir en estos espacios, pero, como te contaba, en la Argentina, nosotras, como movimiento feminista, siempre había como una agenda, de calendario feminista con algunas fechas importantes 8 de marzo, el 28 de mayo, el 28 de septiembre, se puede agregar otras fechas, el 25 de noviembre, o sea, el calendario más mundial y después con calendario más específico después del 2015, entonces empezamos empecé, empezamos por ahí, pero lo más fuerte fue cuando comenzó el movimiento de NiUnaMenos, en el año 2015, en la Argentina, fue la primer movilización espontánea de masas contra la violencia machista en el país que impulsó la consigna de Ni Una Menos que después empezó a desarrollarse en, digo, y a tomarse por feministas de distintos países de América Latina, pero también en otros lados del mundo, entonces ahí empezó un crecimiento muy grande del movimiento feminista y empezó a organizarse las mujeres y ciencias en los lugares de trabajo y en los lugares de estudio, entonces ahí comenzamos también además de la calle, no, y la movilización en la calle, empezó a haber como una suerte de revolución en todas las instituciones, primero fue centralmente en contra de la violencia de género y en el 2018 comienza el pico de lo que fue la marea verde, que fue cuando comenzó a ponerse como consigna central de lucha al movimiento feminista la pelea por el aborto legal que finalmente se conquista en el año 2020 y en el año 2017 cuando empezaron los paros internacionales feministas ahí en la Argentina comenzó también a construirse un espacio amplio de unidad de acción que era el que del 2015 hasta que se conquistó el aborto funcionó como un espacio de coordinación unificado de cientos de organizaciones muy diversas, no, en el movimiento feminista, no, como en ese momento además gobernaba Macri, que es como un sector más de centro derecha, digamos, nucleaba sectores que hoy por ejemplo están con el actual gobierno que es el gobierno que es peronista, digamos, acá como más parecido a lo que es Lula, así que bueno un poco eso va, resumidamente hay como todo, es un montón de cosas, pero, bueno, un poco eso!

**Investigadora:** Bueno, ¿cuáles son sus motivaciones para haber militado en esos espacios, movimientos que ha dicho?

**Entrevistada:** Bueno, las motivaciones, bueno, tienen que ver en primer lugar con identificarme como una mujer oprimida dentro de un sistema patriarcal y empezar a identificar que, quizás, a veces antes de empezar con el feminismo, una naturalizaba en ciertas situaciones que vivíamos y que bueno muchas veces eran en distintos tipos de violencia, no, o sea, a veces una violencia más simbólica, pero que en última instancia el patriarcado estaba violentándonos en todos lados, digamos, podríamos decir, entonces primero fue empezar como de construir como una visión del mundo que fue enseñada en todos lados, la primera motivación fue como cuando me empecé a dar cuenta de lo que significaba ser mujer en el sistema patriarcal, no, entonces y también mucho por influencia de otras compañeras, que ya venían, digamos, involucradas en el feminismo, y que bueno, fueron las que impulsaron también dentro de mi organización la construcción de un espacio feminista, entonces fue un poco, como la influencia

de estas compañeras y también el hecho de empezar a, porque bueno al principio es difícil en esos momentos donde todavía el feminismo no era tan masivo, era como, estaba más naturalizado como, bueno, "no, no me interesa" o, bueno, después cuando empezar a romper con eso, eso fue el primer momento para mí o sea, tuvo como empezar a darme cuenta que no, que era al revés que estaba, que lo que nos estaban diciendo esas compañeras que había que era por ahí, no, que había que organizarse, bueno, quizás al principio fue como te digo más de vanguardia, todo era un momento más de vanguardia y después, bueno, el movimiento fue impresionante desde el 2015 para, bueno, ahora estamos en un momento complejo porque, bueno, ahí también tuvo una reacción patriarcal, no, acá en la Argentina de la mano de sectores ultraderechistas encabezados por Milei, pero todos estos años desde el 2015 para acá hubo una revolución feminista, fue impresionante, entonces fue tan grande el cambio que se produjo o en las calles, en las instituciones, que realmente nos empoderó, cambió, nos cambió la cabeza completamente, o sea, hoy no me imaginaría mi vida sin considerarme feminista y sin luchar por mis derechos, creo qué es eso, es darse cuenta que una está oprimida y que si no luchas en las cosas no cambian y hay que luchar contra este sistema capitalista y patriarcal, porque nos super explota, porque nos somete a las violencias, porque hay femicidios, porque tenemos menos derechos que los varones, porque también peleamos junto a las disidencias por también los derechos de las disidencias y me parece que el eje es que darnos cuenta que estamos oprimidas es el primer paso a decir hay que organizarnos y hay que luchar para cambiarlo porque el sistema está hecho para no cambiar, cambia si lo cambiamos nosotras en las calles y organizadas y, bueno, creo que, pues, cambiaron muchas cosas en nuestro país y creo que también pasó muchos países y creo que eso fue muy muy progresivo y ahora viene la época de acá, donde de repente nos encontramos frente a la necesidad de organizarnos contra la reacción que se está generando, por ejemplo, contra el aborto, contra la educación sexual integral, entonces estamos un poco en ese momento.

**Investigadora:** La otra pregunta es relacionada con la anterior, ¿qué la motiva a seguir en la militancia? Creo que ha respondido un poquito, pero con qué tipos de desafíos suele enfrentarse en la militancia feminista.

**Entrevistada:** Bueno, la militancia es una forma de vida también en algún sentido que una elige, es un camino de donde una vez que abris los ojos y entendés cómo funcionan las cosas es como que ya no podés como volver atrás, obviamente que hay momentos que son más propicios para la militancia y otros que a veces son más difíciles, porque de repente hay como un giro a derecha o pueden pasar cosas que lo hacen un poco más complicado, pero lo que me motiva es que la realidad es que todos los gobiernos y todas las instituciones se juegan para que estemos peor, entonces, la verdad es que si no nos organizamos, si no luchamos, estamos peor, vamos a estar cada vez peor. Entonces la única manera de estar mejor es luchando para que eso cambie, me parece que eso es la principal motivación... es un camino difícil, ¿no? No es fácil, una compañera nos dijo una vez "esto es difícil desde 1848 que es el año donde se hizo el Manifiesto Comunista", en el sentido que la militancia de izquierda es difícil porque, bueno, uno va contra el sistema, contra el sentido común, pero, bueno, es importante seguir haciéndolo porque el objetivo es un objetivo social, es un objetivo para que el mundo esté mejor, es un objetivo solidario y por eso hay que seguir haciéndolo.

**Investigadora:** Y ¿ha participado en un movimiento sindical alguna vez, algún otro tipo de paro y huelga, que no la feminista?

**Entrevistada:** Sí, como yo soy docente, soy docente de secundaria y docente de universidad, entonces acá en Argentina participé, va, participo de dos gremios, uno es "Ademis" que es la

asociación docente de uno de los gremios o uno de los sindicatos de la Ciudad de Buenos Aires, acá hay un montón de sindicatos, participo en ese sindicato que está con, tiene una conducción combativa y participo ahí fui delegada también de escuela y también participo de lo que es [nombre], que es la asociación gremial de docentes, que eso es de nivel universitario yo soy docente de la de la Universidad de Buenos Aires.

**Investigadora:** ¿Y cuáles son las principales reivindicaciones por las que aboga actualmente el movimiento feminista?

**Entrevistada:** Bien, ahora estamos empezando a organizarnos contra lo que es lo que llamamos la reacción patriarcal, porque acá en Argentina el 22 de octubre hay elecciones y acá hay, en agosto ocurrieron lo que se llaman las paso, son como si fuera un instancia primaria para todas las organizaciones y el que ganó como principal candidato fue Javier Milei que es un ultraderechista que está en contra de los derechos de las mujeres, entonces ahora la principal consigna es en defensa de nuestros derechos, contra la reacción patriarcal y, bueno, también las otras consignas importantes hoy en la Argentina son por la aplicación efectiva el aborto legal en todo el país y también la aplicación de la ley de educación sexual integral en todo el sistema educativo junto con la separación, el LS del Estado y por más presupuesto para combatir la violencia de género, es como de hacer como un paquete de consignas que levanta el movimiento feminista.

**Investigadora:** Perfecto, ¿qué representa el 8 de marzo?

**Entrevistada:** El 8 de marzo, el 8 de marzo es una fecha, bueno, muy importante para todas, porque en primer lugar es el día de las mujeres trabajadoras y lo primero que se me pasa por la cabeza es Clara Zetkin y aquella conferencia hace tantos tiempos atrás donde se impuso, no, que el 8 de marzo sería el día de las mujeres trabajadoras que además, nada más y nada menos, fue el prelude de la Revolución Rusa, porque también me hace acordar a eso, no, que después de eso en febrero de 17 de octubre la Revolución de Febrero encabezaron también las mujeres antes de la Revolución de Octubre, donde finalmente se instala el primer estado obrero y el primer gobierno obrero, entonces como el 8 de marzo tiene esta significación histórica y después para mí el 8 de marzo es, fueron muchos años de movilizaciones muy de masas en la Argentina y en el mundo y para mí es el paro internacional feminista y, sin dudas, que fue impresionante, un momento muy hermoso de militancia, donde tantas compañeras de tan distintos puntos movilizaban cada una por sus reivindicaciones, pero al final eram muy similares, porque los problemas que tenemos son muy parecidos, así que para mí lo 8 de marzo es una fecha muy importante y tengo mucha expectativa de que el año que viene sea después de varios años, que quizás no tuvo siendo tan grande la movilización, que vuelva, que volvamos a tomar las calles, no, es un día de lucha.

**Investigadora:** ¡Por supuesto! ¿En qué consiste exactamente entonces el paro feminista? ¿La huelga en sí?

**Entrevistada:** Acá, en Argentina, centralmente siempre es una gran movilización, no? El eje de la jornada, o sea, es una jornada internacional de lucha, porque, como digo, esto ocurre en muchos países, en la Argentina toma la forma centralmente de movilización y de exigencia al paro, porque nos pasa acá que las centrales sindicales en general están dirigidas por sectores que no quieren convocar al paro, en los momentos más álgidos de los 8 de marzo algunos sectores sindicales se lográbamos arrancar el paro, docentes, estatales, como por ejemplo... pero la conducción sindical es de las centrales acá en la Argentina nunca convocaron al paro efectivo,

entonces siempre un reclamo, no, por eso siempre una discusión, esto, de bueno, qué significa el paro feminista. Bueno, el paro feminista en los hechos siempre fue una gran movilización de masas, en la Argentina con exigencia al paro donde en algunos sindicatos combativos se lograba arrancar el paro efectivo pero donde la pelea era el paro efectivo porque la realidad es que eso era solo en algunos muy pocos sectores y también la idea de paro de las tareas, no, de las del hecho de que los compañeros varones pudieran hacerse cargo de las tareas domésticas ese día para que las compañeras pudieran venir a la movilización porque, bueno, obviamente hay muchas compañeras que trabajan en el trabajo reproductivo y que, bueno, para nosotras es muy importante también que pudieran estar ese día en las calles, así que el paro feminista es un poco de eso, la movilización, la exigencia del paro y donde logramos el paro efectivo, el paro efectivo y también la huelga doméstica, no? O sea, no trabajar en las casas ese día y que sean los varones u otras o las personas que así pudiera para que las compañeras puedan participar de las jornadas de lucha.

**Investigadora:** ¡Perfecto, Mercedes! ¡Muchas gracias! ¿Cómo el movimiento feminista, ese movimiento de paro y que viene si intensificando desde 2015 se ha modificado a lo largo de esos años?

**Entrevistada:** Sí, se ha modificado, la verdad es que como te digo del 2015 hasta el 2020 quizás fue el momento de mayor apogeo, después ahí estuvo la pandemia también que fue el 2020, fue cuando se conquistó el aborto, no, entonces hay un cambio, porque un sector del movimiento feminista que venía luchando en las calles entró al gobierno, al gobierno peronista Alberto Fernández, entonces un sector se institucionalizó y llamó a desmovilizar básicamente, no, entonces eso dividió el movimiento en los hechos y desmovilizó también, ese fue como el momento quizás de sobre todo el año después de las conquistas del aborto se intentaba, digamos, seguir unificando, pero, bueno, el hecho de que es un sector importante ha centrado el gobierno dividió al movimiento entre un sector del movimiento que se mantuvo independiente del gobierno y otro sector que se institucionalizó en el gobierno y gran parte de las propias funcionarias de los ministerios de las mujeres y además entonces que el movimiento quedó dividido, ahora frente a la reacción patriarcal un sector de ese movimiento que está institucionalizado o que está ligado al gobierno está empezando a coordinar con el sector independiente para una acción del 28 de Septiembre de cara a resultado electoral de la ultraderecha en la Argentina, así que pero, bueno, sigue siendo muy complicado porque hay debates en relación a la responsabilidad del gobierno peronista sobre la situación actual de las mujeres, no, entonces como que hay bastantes debates en principio vamos a una jornada ahora donde hay sectores que están ligados al gobierno y sectores independientes, creemos que eso es muy positivo porque la verdad es que las situaciones muy complejas con la posibilidad, bueno, ustedes saben lo saben muy bien porque ya han tenido el gobierno de Bolsonaro, este también este Milei es un loco tremendo y es súper misógino y su candidata vicepresidenta más una negacionista al golpe de Estado, muy peligrosa la situación sobre todo para las mujeres, así que, bueno, tendremos que estar... bueno, que se realice esta acción el 28 de septiembre, ojalá que se confirme y que sea una gran acción.

**Investigadora:** Bueno, ¿qué grupos de mujeres, como las etnias, clases, profesiones participan del movimiento, del paro?

**Entrevistada:** Sí, es un movimiento muy amplio, heterogéneo policlasista, así que hay organizaciones de todo tipo, digamos para resumir hay organizaciones, digamos, de lo quería ser feminismo popular que están más ligadas a lo que es el peronismo, hay este, después, hay feminismos que están más ligadas a otras opresiones, digamos, no, por ejemplo, hay feminismos

más de las disidencias, digamos, no sé, feminismo gordo, feminismo de lo que nuclea más al movimiento de disidencias LGTBU+ que también participan dentro del movimiento feminista, está el feminismo socialista, hay sectores que, digamos, son dentro de un movimiento de mujeres que no se reivindican en sí feministas, sino que como lucha de mujeres más específicamente, quizás con una visión más biologicista, o sea, hay feminista radicales, o sea, es súper heterogéneo, el movimiento, pero podríamos decir que centralmente lo que más convivió en estos últimos años es un sector feminismo popular muy amplio con muchas organizaciones, un sector dentro del movimiento más ligadas a las luchas lgtbu+ más y un sector de feminismo socialista, no? Entonces como lo que agrupaba centralmente a los principales tipos de feminismo y dentro ahí, como te digo, la verdad es que son cientos las organizaciones que han participado en el último tiempo, no, digo muchísimas, pero en esto se nuclea un propósito, tendríamos que agrupar.

**Investigadora:** Bueno, la otra pregunta creo que ya ha respondido, pero ¿cuáles son las tácticas, estrategias y cómo han cambiado las tácticas, estrategias durante la pandemia en estos últimos años?

**Entrevistada:** Bueno, durante la pandemia en el principio, bueno, cuando teníamos total restricción, la verdad que no se podía hacer nada, pero lo que había mucho era la cuestión de las redes sociales, de hacer actividades de concientización acerca de, y también de generar redes sobre todo por la situación de violencia de género en cuarentena que había crecido mucho en el mundo, entonces fue una época más de contención y de tratar de tocar esa problemática, cuando empezó a abrirse un poco más empezó a aparecer de nuevo la problemática del aborto, no, ahí el gobierno decía, "no, no es un momento para discutir el aborto" y la verdad es que al final desde la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto para el 28 de septiembre del año 2020 se decidió hacer una acción que fue como la primera, no es que no se venían sin acciones, pero eran todas muy pequeñas, muy en el marco de la cuarentena, ya en septiembre estaba todo más abierto y ahí se retomó la calle con mucha fuerza y ahí es cuando finalmente se va a volver a tratar el proyecto de aborto que en diciembre se conquista y desde septiembre hasta diciembre fue un momento de mucha calle y mucha calle, después de eso es cuando el movimiento va más para justamente para el debate del 8 de marzo es cuando el movimiento comienza a dividirse entre el sector más ligado del gobierno peronista y el sector del feminismo independiente del gobierno, no, entonces vendría a ser eso un poco también lo que te decía antes, hasta la conquista del aborto, estuvo unificado atrás de esa pelea, luego de eso se dividió con relación al gobierno y ahora está, estamos en proceso de ver qué pasa, no, también dependerá un poco de quién termine ganando las elecciones y, bueno, como observa como del movimiento ante eso si gana Milei, quizás se genera algo más parecido al Fora Bolsonaro, veo que un poco va más para ese lado, pero, bueno, ojalá que no gane Milei, porque sería algo muy horroroso, pero bueno, sabemos que puede pasar lamentablemente...

**Investigadora:** ¡Esperamos que no! Bueno, dos cositas más, ¿cómo se observa el movimiento del paro a nivel internacional aquí en América Latina y también comparado con otras partes del mundo?

**Entrevistada:** Sí, yo creo que los paros lograron tener una característica mundial obviamente desigual, no, pero si vemos cómo fue sobre todo los picos de los paros feministas en América Latina tuvo mucho peso, en conjunto América Latina, bueno, Chile tuvo un proceso muy importante, bueno, Brasil también, Perú, México, digo hubo países incluso donde en estos años también se avanzó en la conquista del aborto, al calor de todo este proceso creo que sobre todo digo América Latina que donde tiene tanto peso de ley, entonces yo creo que los paros fueron

muy importantes en América Latina, también en muchos países de Europa, pero incluso después, Medio Oriente, Japón, o sea, o Australia, fue algo fue algo muy importante mundial y obviamente desigual con mayores picos de desarrollo en América Latina y en algunos países de Europa, por ejemplo, en España fue muy grande todo el apogeo de los últimos años y de los paros pero, bueno, digo, creo que fue algo mundial, no, digo mismo Medio Oriente no donde la presión es tan fuerte, no sé, digo la rebelión de las mujeres iraníes tiene que ver con este proceso también y así podríamos mencionar distintas acciones que se realizaron en el mundo, yo creo que fueron efectivamente en un sentido mundial, una ola mundial, los paros existieron de manera desigual en todo el mundo con epicentro en algunas regiones como América Latina y algunos países de Europa, pero donde también fue muy importante lo que pasó en algunos países Medio Oriente.

**Investigadora:** Bueno, una última pregunta ¿cuáles son entonces las posibilidades transformadoras del movimiento como venimos diciendo especialmente en el contexto latinoamericano, las potencialidades de transformación?

**Entrevistada:** Bueno, creo que estuvo ya, logramos varias transformaciones y eso es importante en el sentido de que hay cosas que cambiaron en el último tiempo, de repensar el lugar de las mujeres, de nuevos derechos que hemos conquistado, digo en Argentina, Colombia, México, Ecuador y lo mismo después y lo que está planteado. porque eso también abre posibilidades en otros países, pero y además yo creo que el movimiento feminista también cumple un rol político en muchos países, por ejemplo mismo decía lo de Brasil en relación a toda la resistencia hacia al Bolsonaro, pero también mismo las mujeres, por ejemplo, en Chile durante todo el proceso de la rebelión chilena ya en el 2019, donde hay procesos de lucha las mujeres están a la cabeza, no? Y eso tienen que ver con la influencia de lo que fue el proceso de la cuarta ola, la cuarta ola feminista, y creo que la perspectiva es que que van a volvernos nuevos ascensos de lucha, no, creo que al calor de las peleas más globales contra los gobiernos, los ajustes y que todavía, digo, la opresión sigue existiendo, el patriarcado también, la lucha va a continuar y que quizás si bien no estamos en el momento de más pico de las luchas, creo que bueno la pandemia y muchas cuestiones que fueron pasando también todavía se está reacomodando el mundo, pero creo que en perspectiva vamos a ir a nuevos procesos de movilización y que se van a poder seguir conquistando derechos, pero hay que saber que así como los conquistamos nos los pueden quitar, entonces es un tira y afloje constante.

**Investigadora:** Por supuesto, Mercedes, fue un placer escucharla, no sé si quiere decir algo más, pero las preguntas que yo tenía eran esas y también muchas gracias por su participación, serán muy valiosas las contribuciones para mi investigación y las argentinas están como referencia para nosotras...

**Entrevistada:** Bueno, cualquier cosa que necesites me contactas y si te estás contactando con otras compañeras, cualquier cosa yo te puedo hacer llegar con otras compañeras, si lo necesitas y después esperamos los resultados, es cómo le fue la investigación. Ahora nos ayudan a tener un poco de tranquilidad con el nuevo contexto de que, bueno, que lo de Bolsonaro fue muy difícil, me imagino, pero bueno, ¡hay que resistir!

**Investigadora:** Sí, seguramente. ¡Muchas gracias!

**Entrevistada:** Gracias, ¡éxitos con todo!

### Entrevista – Romina Carla Lerussi

**Investigadora:** En primer lugar, me gustaría conocerla mejor, cuál es su trayectoria y participación en militancia política, dónde milita, en caso afirmativo, actualmente.

**Entrevistada:** Bueno, actualmente soy académica, digamos, la principal o el principal espacio de participación política feminista son todas las instituciones en las que yo me vinculo como académica, como profesora, es decir, la universidad y algunos espacios universitarios en donde yo ofrezco clases, por ejemplo, poderes judiciales, por ejemplo, espacios de organizaciones no gubernamentales, por ejemplo, espacios comunitarios, etcétera, es decir, en este momento yo no participo en ninguna colectiva feminista en particular, lo hice, sí, en otros momentos, sino que mi espacio de militancia principal está íntimamente conectado con mi trabajo como investigadora feminista.

**Investigadora:** ¡Perfecto! ¿Y anteriormente entonces ha participado en algún otro movimiento social, además del feminista? ¿No? ¿Solo el feminista?

**Entrevistada:** Centralmente participé en el movimiento feminista, pero siempre articulado con organizaciones comprometidas con otros movimientos, con el activismo ecologista, con el activismo ambientalista en general, cuando era más... cuando fui adolescente entre los 17, 18 y 20 pocos años, estuve vinculada con organizaciones de jóvenes asociadas a las Naciones Unidas dentro de los modelos de Naciones Unidas latinoamericanos, estuve muy cerca de organizaciones de base más progresistas, socialistas, en fin, pero siempre desde los derechos humanos y el feminismo, o los feminismos en sentido amplio.

**Investigadora:** ¡Perfecto! ¿Cuándo comenzó a involucrarse en el movimiento feminista?

**Entrevistada:** ¿A qué edad?

**Investigadora:** Sí, sí, ¿qué situación?

**Entrevistada:** ¿más o menos?

**Investigadora:** Sí.

**Entrevistada:** Ok, mi aproximación al feminismo fue en el año 2001, a fines del año 2001, es decir, si yo tengo 45 años, creo que tenía 23 años más o menos, a mis 20, 22, 23 años... yo venía de participar en una organización de derechos humanos, como te comenté, vinculada con el Sistema de Naciones Unidas, se llama OAJNU, que es Organización de Jóvenes para Naciones Unidas, venía de participar en ese espacio y luego en la vida universitaria fue conociendo, bueno, diferentes movimientos estudiantiles y en el proceso de escritura de mi tesis y algunas becas como estudiante universitaria conocí a una profesora que me habló por primera vez de los estudios de género, entre comillas, porque es como entraron, digamos, las primeras escrituras, traducciones feministas a la Academia, por lo menos argentina, entonces yo así empiezo a leer algunos textos sobre todo en temas de derechos sexuales y reproductivos en clave de género, pero en realidad la pluma de muchas feministas, y en ese andar por la Universidad y por la Facultad de Filosofía sobre todo la Facultad de Filosofía, en Derecho muy poco, pero sí filosofía/humanidades conozco a una persona que llevaba una biblioteca feminista,

un área feminista o de género en la en la Facultad de Filosofía y ella me propone sumarme a un espacio de militancia fuera de la universidad que se llamaba Huellas Feministas. Huellas feministas, un espacio feminista en el que estaba, éramos un grupo más o menos de 10 personas, yo era de las más más jóvenes, hasta ex militantes del Partido Comunista que se habían ido del comunismo y habían arreglado al feminismo, por lo tanto mi primer espacio propiamente feminista se llamaba Huellas feministas, en la ciudad de Córdoba.

**Investigadora:** Muy bien, ¿cuáles fueron sus motivaciones para haber militado en esos espacios movimientos, de derechos humanos, Huellas?

**Entrevistada:** Mis motivaciones creo que entre me parece que sobre todo una sensibilidad del mundo, una manera de sentir, una manera de sentir el mundo, la relación con el mundo, la relación con la humanidad, digamos, quizás mi primera toma de conciencia más significativa fue entre los 15 y los 16 años con una profesora de instituto que fue la que me introdujo al pensamiento marxista, yo llegué al Capital fue un, fuera de mis primeras lecturas del Manifiesto, o sea, fue, mi primera entrada al pensamiento crítico de izquierda no fue el feminismo, sino que fue el marxismo, o sea, yo llegué por ella que fue una presa política en la dictadura argentina vinculada más con el maoísmo, bueno, ella fue la que me introdujo en el Instituto Secundario a los 15-16 años en una manera de sentir el mundo que yo hasta entonces no había conectado, quizás sí de la doctrina social de la iglesia, porque vengo de una familia muy católica, sobre todo mi madre, entonces sí había en mi familia cierta sensibilidad, más de los ciertos principios de la que viene de la Doctrina Social de la Iglesia, pero yo en ese momento no me identificaba como católica no, no, no, no, no... no participaba, no era una feligresa, no era católica, fui bautizada hice toda la... entonces, por supuesto que cuando llegué al marxismo a los 15 y con 15 años mi corte radical con la iglesia fue y con mi familia y con mi madre fue muy importante entonces a partir de ahí se desencadena una sensibilidad que luego me va acompañando a lo largo de mi vida, cuando arrigo a la Organización de Jóvenes para Naciones Unidas y se me abre el marxismo al mundo de ese momento y luego llegó a la universidad con toda la riqueza de la Universidad y luego llegó el feminismo y bueno, por supuesto que ahí, yo me siento muy especialmente afectada en las lecturas digamos y en las experiencias que empecé a compartir con las primeras maestras que tuve, compañeras de la Huella Feminista, que fue la primera organización en la que estuve... ¿Soy clara?

**Investigadora:** ¡Sí, perfecto! Y respecto de los desafíos que suele enfrentarse en la militancia feminista y en esos espacios... ¿Puede hablar un poco también de los desafíos?

**Entrevistada:** De los desafíos, ¿pero en la perspectiva del tiempo o en la perspectiva del presente?

**Investigadora:** ¡Como prefieras! En ese momento solo me gustaría conocer un poco a respecto de su trayectoria, respecto qué piensa sobre movimiento feministas, sus desafíos, su perspectiva y después hay algunas preguntas especialmente relacionadas a la investigación con el movimiento en la actualidad, porque en el momento estoy estudiando a partir de un marco, no sé si está bien claro mi español, pero a partir del marco de la reproducción social, también del feminismo marxista y especialmente la cuestión del paro y de las huelgas, entonces las tensiones entre el derecho del trabajo en Brasil y también lo que se considera trabajo en Brasil y, no en Brasil, en nuestro mundo y el que es trabajo ejercido por las mujeres en términos reproductivos y también en términos de la precarización del trabajo y así que me gustaría entonces hablar un poco con militantes también y con personas investigadoras en Argentina y en Brasil respecto de cómo está ocurriendo y cómo piensan este movimiento de 8 marzo y, por eso, en principio

me gustaría conocerla mejor y después hablamos un poquito de las cuestiones relacionadas a la investigación, solo para situarnos un poquito.

**Entrevistada:** Bien. A ver, como principales desafíos que yo encuentro ahora, a ver, el perspectiva del tiempo cuando yo arribaba el feminismo para mí el principal desafío fue lograr asimilar estas nuevas lecturas sobre, digo, el primer libro que yo leí fuerte en teoría feminista a los 22, 23 años - así como en los 15, 16 me llegó “El Capital” de Marx - a los 22, 23 llegó al feminismo y me llega el “Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, o sea, literatura fuerte, o sea, trago fuerte, entonces mi primer mi primer desafío fue asimilar lo que ese texto me estaba proponiendo desde el punto de vista, no solo político teórico, sino también autobiográfico, me parece que la experiencia del feminismo para muchas personas que hemos arribó el feminismo y que nos identificamos, por ejemplo como mujeres. Sea cual sea nuestra identidad sexual, esas primeras lecturas por lo menos para mí, esa primera lectura del “Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir básicamente me desafió en todas las áreas de mi vida, como en aspectos de sexualidad, en aspectos vinculados con mis relaciones interpersonales, familiares, de activismo, etcétera, etcétera... Por lo tanto, me parece que uno de los mayores desafíos que sigue presente en el movimiento feminista en sentido amplio es el desafío de poner a la disposición la propia experiencia biográfica, poner a la disposición de la reflexión política en un sentido creativo del término, hay un profundo acto de compromiso visceral con lo que una lee, por lo menos eso me pasó a mí, y a partir de lo que una lee con eso, qué una quiere para el mundo del punto de vista de la sensibilidad y eso para mí sigue siendo un desafío, no? De cómo sostener una praxis política feminista en donde mi vida personal también se sienta desafiada todo el tiempo, lo que en otras palabras diríamos una coherencia entre lo que una es, dice, hace, piensa... ahora, bien, en la perspectiva del tiempo hoy te diría que además, en segundo lugar, uno de los grandes desafíos que yo entiendo y yo entiendo como relevantes tiene que ver con la capacidad de articular el movimiento feminista en sentido amplio con otros proyectos emancipatorios en la perspectiva del tiempo del siglo 21 que están conectando con una sensibilidad de mundo asociada a principios de justicia igualitarista a cierto sentido de la humanidad y de lo humano ancho, a cierta comprensión de lo no humano, de la tierra, del planeta Tierra, de la Pachamama integrada, la vida común, sí, para mí el mayor desafío hoy tiene que ver con la articulación de los feminismos con otros movimientos emancipatorios y su incidencia, por una parte, en las instituciones clásicas, no solo el Estado sino también los sindicatos, sino también en el sentido más clásico de la de la Facultad y la facultad de derechos, estamos hablando en este caso del derecho como un gran dispositivo articulador de la vida común por lo menos del siglo 18 en adelante, eso para mí es uno de los grandes desafíos y poder impregnar toda la gramática, toda la gramática jurídica, para mí es fundamental, es decir, pensar, por ejemplo, un hecho feminista ambientalista todo eso articulado en un proyecto social.

**Investigadora:** ¡Perfecto, Romina! Muchas gracias... y respecto ha mencionado al movimiento sindical, ¿ya ha participado en el movimiento sindical, algún otro tipo de paro/huelga que no la feminista en su trayectoria?

**Entrevistada:** En verdad, yo nunca estuve sindical, nunca estuve afiliada a ningún sindicato por razones laborales, mi primer trabajo en relación de dependencia es el que estoy ahora es que es reciente siempre ha estado con trabajos precarios, becas, posgrados, asesorías, pero siempre ha estado muy cerca de algunas formas de realización sindical, organización de colectivos sindical sobre todo aquellas con mayor permeabilidad a los feminismos, por ejemplo en lo que fue en su momento el movimiento de mujeres Córdoba, donde yo participaba desde “Huellas Feministas”, ahí había sectores sindicales, por ejemplo, el sindicato de Educación de algunos gremios, o del gremio judicial, en fin, siempre estuve cerca de colegas sindicalistas que

integraron el feminismo a la vida sindical, pero esto no es la regla, es la excepción. Los grandes sindicatos tienen una cierta resistencia a integrar el lenguaje feminista en su propia plataforma reivindicativa, por lo tanto, mi vínculo en segundo lugar con el sindicalismo, con el movimiento sindical en los últimos años ha girado más alrededor, por ejemplo, de acontecimientos como el paro Internacional de las Mujeres o el paro Internacional de las Mujeres y subalternidades en sentido amplio y ese quizás ha sido un espacio de articulación con lo sindical, en sentido amplio, que para mí sigue siendo un gran desafío, el trabajo sindical en clave feminista para muchas compañeras es un desafío, es un es un trabajo cotidiano, justamente ahora está haciendo un congreso acá en mi ciudad sobre Intersindical de mujeres y hay muchas feministas que están involucradas ahí en esos debates.

**Investigadora:** ¡Perfecto, Romina, muchas gracias! Ahora hablando específicamente del paro feminista internacional y sus reivindicaciones, me gustaría saber un poco ¿cuáles son las principales reivindicaciones por las que aboga actualmente el movimiento feminista y en qué consiste el paro feminista que ha mencionado?

**Entrevistada:** A ver, las principales, o sea, las principales reivindicaciones o yo diría los núcleos centrales son los mismos núcleos de siempre, digamos solo que dichos de otro modo, es decir, desde Alejandra Kollontai o Rosa de Luxemburgo en adelante más o menos son las mismas cosas... ahora bien en la perspectiva del lenguaje actual, el pensamiento feminista, quizás uno de los núcleos centrales tiene que ver con cómo construir una vida, una vida humana en donde la responsabilidad, por ejemplo, de todo lo vinculado con el mantenimiento de la vida y el cuidado de seres humanos no esté concentrado en ciertos seres humanos usualmente identificados como mujeres, usualmente identificados como mujeres heterosexuales. Sino que sea distribuido bajo criterios, en principio igualitaristas, desde el punto de vista del interés común, digamos, no, ese me parece que uno de los meollos de la cuestión y eso se traduce en todo una organización social, esto es laboral, esto es cotidiana, esto es también en la calidad de los pactos, es decir, hay toda una cadena de lugares de trabajo que tienen que ver con lo vincular propiamente, es decir, digo por ir a un lenguaje jurídico todo lo que tiene que ver con el derecho a las familias en sentido amplio tuvo una reformulación de la calidad de los pactos o sin estar en los encuadres el derecho de la familia, insisto calidad de los pactos, pero también en la retribución de la calidad del pacto laboral, entonces el pacto vincular familiar es el pacto laboral. Es el pacto social que esté pensado de forma tal que este volumen de trabajo brutal enorme no sea sostenido, repito, por seres humanos identificados mayormente como mujeres, mayormente heterosexuales, es decir, del punto de vista estadístico más del 50% de la población mundial. Eso me parece uno de los meollos centrales, digamos. Luego qué significa el paro, el paro en realidad es una herramienta, es una herramienta política, político-sindical, que hunde sus fuentes de comprensión en el movimiento obrero del siglo XIX digamos como de epítome, no? Entonces el recurso del paro ya tiene una relación historiográfica, ¿no? El paro es suspender un conjunto de actividades humanas para poner en lo público algo que requiere de ser visto por muchos, por muchos seres humanos para alguna decisión que apunte una transformación igualitaria, no, desde mejorar el sueldo hasta reformular las licencias, hasta una mejor vida común, digamos, porque el paro Internacional de Mujeres articula un montón de aspectos de la vida humana. Por eso, simbólicamente, el paro y el paro Internacional de Mujeres tiene como a ver si nos podemos entender, tiene como una acumulación semántica que viene del movimiento obrero del siglo XIX, pero que ha sido rearticulada y resignificada en el nombre del paro Internacional de Mujeres y por eso es mucho más, por eso tiene una potencia acumulada que es brutal, es enorme.

**Investigadora:** Perfecto, una de las preguntas es exactamente que representa el 8 de marzo, la fecha y creo que está relacionado con esa respuesta, ¿no? De los paros que han sido articulados por mujeres desde hace tiempo, algo así, ¿no?

**Entrevistada:** Sí, sí, exactamente, está claro que la figura del paro propiamente es una figura que viene del movimiento obrero. Está claro digamos, pero a mí me parece que la potencia, dado que el movimiento obrero siempre fue significado por lo menos, por lo menos del punto de vista de lo público con la experiencia varonil, me parece que la toma del paro, aunque en realidad suceda con la experiencia varonil, pero hubo muchas referentes de la intelectualidad obrera o marxista socialista de fines del 19 principio el 20 que también recurrían, basta pensar en Rosa Luxemburgo, digamos, pero me parece que la figura del paro en la perspectiva del tiempo del siglo 21 retoma aquel recurso simbólico para hacerlo mucho más ancho, es decir, no solo el trabajo vinculado con las reivindicaciones de aquel movimiento obrero del siglo XIX, sino en unas comprensiones del trabajo mucho más amplias, más anchas que sostienen al empleo. Sostiene al trabajo en los términos de aquel movimiento obrero, pero que lo vuelven mucho más ancho, porque contienen ese volumen enorme de trabajo de mantenimiento de la vida diaria, de mantenimiento, el trabajo de los cuidados o relacionales, pero también todo el trabajo de gestación, digamos del punto de vista propiamente hablando de reproducción, eso es, el 8 de marzo como paro, pero el 8 de marzo, y vos muy bien lo sabes, es una fecha que se pone el punto de vista normativo en un acuerdo internacional en el contexto de Naciones Unidas a raíz de una tragedia, no, donde mueren obreras en un incendio en una fábrica en Estados Unidos, si combina el paro Internacional de Mujeres, la potencia del paro como significante político para hacerlo mucho más ancho y al mismo tiempo la tragedia. La tragedia de la vida en el trabajo de muchas mujeres que, de hecho, mueren asesinadas en ese momento a principios del siglo XIX y siguen muriendo, o siguen muriendo gradualmente, precisamente por las condiciones laborales que afectan sobre todo a los cuerpos feminizados, femeninos y feminizados. ¿Soy clara?

**Investigadora:** ¡Clarísima! Romina, muchas gracias! Ahora hablando específicamente del paro, ¿qué grupos de mujeres y así etnias, clases, razas, profesiones participan de este movimiento con mayor intensidad allá en Argentina? Sabría decirme.

**Entrevistada:** Bueno, quizás respuestas más específicas, te las puedan dar algunas de las de los contactos que yo te pasé que están más en la letra chica de las composiciones, de la composición del 8 de marzo, de hecho creo que te pasé el contacto de Victoria Fernández, ella trabaja específicamente paro y toda la composición de paro, yo lo que te puedo decir que en Argentina el paro adquirido sobre todo porque yo no sé si vos sabes que en Argentina hace ya desde el año 86 que se realizan los Encuentros Nacionales de Mujeres y desde hace pocos años es Encuentro Plurinacional de Mujeres, Lesbianas, Travestis, Trans, Bisexuales, Intersexuales y No Binaries, entonces se ha ensanchado, ¿no? Entonces el encuentro nacional que ya lleva más de del año 86 en adelante confluyó, confluye en esa diversidad que se encuentra el 8 de marzo y sobre todo a partir de la articulación del paro internacional con el 8 de marzo, ¿Bien? lo que te quiero decir es que en el 8 de marzo, en el Paro Internacional de Mujeres confluyen sectores del activismo sindical partidario popular, indígena, trans, mujeres militantes académicas realmente es un espacio articulación, al menos en la Argentina, yo creo que tiene mucho que ver con los Encuentros Nacionales de Mujeres, tienen que una complejidad que es maravillosa, digamos, siempre con tensiones con diferencia papapa... pero sin embargo reunidas en ese 8 de marzo con todo lo que eso significa.

**Investigadora:** Perfecto y a respecto a la organización del movimiento, puede hablar un poco a respecto de tácticas, estrategias o cómo ha cambiado durante la pandemia, que ha observado en ese proceso.

**Entrevistada:** Yo puedo marcar algunos ojitos, porque tampoco puedo como... sobre todo por las cosas que yo observo y creo que ahí también puede darte una mirada bastante atinada el movimiento feminista argentino Natalia Martínez que es otro contacto que yo te pase y ella se dedica a estudiar el movimiento feminista argentino, el especial, ella puede precisar un poco más... así que como Victoria puede precisamente sobre el paro, Natalia puede precisarte sobre el movimiento feminista argentino el movimiento de mujeres argentino. Yo creo que la marea verde lo que fue el anticipo lo que luego se prejurará como la ley que despenalice el aborto en la Argentina y fue en el corazón de la pandemia, digamos, fue un acontecimiento inédito, que ya venía siendo parte del activismo feminista en sentido amplio desde hacía más de dos décadas, pero que la marea verde y lo que significó la ley de despenalización del aborto, de legalización del aborto en Argentina en el 20, eso fue como un un granito, podríamos decir, de articulación táctico y estratégico del movimiento feminista en sentido muy amplio, porque aglutinó un montón de activistas de sectores que hasta ese momento no estaban reunidas propiamente en el movimiento feminista que venía reivindicando el derecho a aborto seguro, gratuito y legal. En segundo lugar, otro gran engranaje táctico estratégico fue el NiUna Menos. El NiUnaMenos fue también un espacio articulación político feminista, movimiento en sentido amplio, que es de sobre todo a partir de los últimos 10 años fue articulando alrededor de cada vez más reivindicaciones. De algún modo el NiUnaMenos y la gran marea verde me parece que fueron grandes acontecimientos políticos próximos a lo que fue la pandemia que abrieron el fuego de una manera infinita, porque yo creo que también se generó una gran irradiación en América Latina y en el mundo lo que fue el NiUnaMenos y la marea verde Argentina. En la pandemia yo lo que creo es que se puso en evidencia, bueno, esto es muy difícil de analizar porque, no sé, es como tendría que ponerme a pensar algunos aspectos en particular, digamos, pero lo que yo puedo decir es que uno de los grandes obstáculos que se pusieron en evidencia en la pandemia fue, decía básicamente el funcionamiento del dispositivo estatal clásico familiarista privado, que puso justamente en evidencia los modos en los que se produce violencia al interior de las vidas familiares, de las vidas afectivas y demás, que con el dispositivo del encierro crearon o aumentaron mucho más los niveles de violencia. Eso me parece que es un tema, es decir, la confianza del dispositivo estatal como una medida, digo, es muy complejo analizar las medidas de la pandemia y yo creo que digo, no sé la perspectiva del tiempo, no sé muy bien, que uno que hubiera hecho, una si hubiera estado en la decisión claramente siempre opta por proteger a las personas, siempre por un derecho público, la salud, siempre, no, siempre sí, ¿no? Pero me parece que la pandemia fractó mucho el tema, agudizó mucho el tema las violencias interpersonales por una parte y, por otra parte, puse una evidencia la brutal acumulación de trabajo que llevan adelante sobre todo personas que se identifican como mujeres, como mujeres cis, en general responsable de hijes o adultos mayores en las unidades familiares, eso es como base que trabajo y violencia fueron dos cosas que estallaron con la pandemia, estallaron de una manera brutal...

**Investigadora:** Perfecto, Romina, una última pregunta, ¿Cómo usted observa las potencialidades transformadoras del movimiento especialmente, ha dicho, relacionados con la confluencia de luchas y eso a nivel internacional? Así podría decir algo relacionado con esa articulación, las potencialidades transformadoras, algo así...

**Entrevistada:** Creo que voy a repetir más o menos lo que dije, yo creo que...

**Investigadora:** ¡No hay problema!

**Entrevistada:** El rol del trabajo, el limón, la importancia del trabajo pequeño local es fundamental, pero luego entender que la mayoría de asuntos que trabajamos de manera local, situada, están conectados, interconectados con asuntos que atraviesan a lo largo y a lo ancho todo el planeta Tierra y eso da razones suficientes para que la acción local, singular pueda articularse de manera internacional, pero también entender que hay ciertas articulaciones que son más viables que otras, digamos, yo creo que hay que tonificar mucho las articulaciones regionales, me parece que en América Latina hay toda una tradición de articulación que precisamente ha sido un espacio de creatividad y de potencia muy grande que las dictaduras rompieron y que luego fueron nuevamente recompuestas y me parece que ese es un, a mí me parece un elemento muy fundamental, volver a recuperar, o sea, ir tonificando en las nuevas claves, porque no es lo mismo el activismo, la militancia de los 60 que la del año 2023, volver a recuperar, tonificar la articulación regional latinoamericana feminista disidente ambientalista, indígena, etcétera, etcétera desde donde poder construir una praxis teórica y política que dispute con otros dispositivos epistémicos europeos, anglosajones, etcétera, muchos de los cuales siguen siendo con los que dialogar y nos seguimos enriqueciendo porque es un lenguaje común, pero luego hay algunos elementos diferenciadores que pueden ser también nutricios para la praxis latinoamericana. Eso me parece algo muy importante, todo el desarrollo de epistemologías de teoría, de praxis legal, en el caso, nuestro legal feminista latinoamericana, me parece muy importante y ir a por la Facultad de Derecho porque si hay algo que está haciendo un lugar difícil, de muy difícil acceso en la producción y el activismo, en estos términos, son precisamente las instituciones de formación jurídica y las instituciones de decisión jurídica, los poderes judiciales y demás, por eso creo que hay que seguir trabajando, quienes nos dedicamos al derecho a pensar en claves feministas latinoamericanas todas estas nuevas maneras de componer la articulación feminista, feminista disidente con los movimientos ambientalistas, indígenas y decoloniales latinoamericanos en articulación con el resto del mundo, no, porque es así, es así...

**Investigadora:** Romina, agradezco mucho por su aceptación y también por sus contribuciones, fue un placer escucharla y también agradezco por los contactos, voy a contactar Victoria Fernández y Natalia Martínez también, porque está siendo riquísimo ese diálogo con las argentinas y para la investigación también, las referencias también están conectadas y creo que las cuestiones eran esas y no sé si hay algo más que quiera decir... pero quiero agradecerla una vez más y es eso, ¡bueno!

**Entrevistada:** Bueno, Nathália, es un placer, mándale un gran abrazo Gustavo de mi parte, por supuesto que me gustaría leer tu trabajo o algún artículo que escriba sobre esto porque yo también aprendo y camino al andar. Hay personas muy queridas en Brasil y para mí esto siempre es una nutrición muy importante y, bueno, eso, ¡creo que Natalia Martínez y Victoria pueden también sumarte más elementos de comprensión de la realidad situada Argentina para pensar Latinoamérica y el mundo también!

**Investigadora:** ¡Muchas gracias!

**Entrevistada:** Buen día. Bueno, placeres, gracias. Nos vemos pronto. Adiós, adiós.

**Entrevista – Victoria Fernandez**

**Investigadora:** Bueno, ¿podemos empezar?

**Entrevistada:** ¡Sí!

**Investigadora:** Bueno, sí, gracias, en primer lugar, me gustaría conocerla un poco mejor, ¿cuál es su trayectoria y participación en política, a dónde está involucrada actualmente políticamente hablando?

**Entrevistada:** Bueno, yo soy parte de una organización social de acá de Córdoba que se llama Encuentro de Organizaciones y particularmente de un espacio que se llama Casa Comunidad es un espacio donde hacemos acompañamientos a personas en situación de violencia y, bueno, la organización en sí tiene, forma parte de la Unión de Trabajadores de la economía popular que es un sindicato de la Economía Popular Nacional de toda Argentina donde se nuclean trabajadores de distintas cooperativas, que, bueno, buscan el reconocimiento laboral a través de actividades que fortalecen, digamos, bueno, en el caso nuestro fortalecen el sostenimiento de la vida, básicamente.

**Investigadora:** ¡Bueno! ¿Ha participado en algún otro movimiento social anteriormente, algún otro tipo de movimiento?

**Entrevistada:** No, bueno hace años que estoy en este.

**Investigadora:** Bueno ¿cuándo empezó a involucrarse en el movimiento feminista, específicamente?

**Entrevistada:** El punto realmente fue desde más o menos el 2015 que es cuando estalló el movimiento feminista en Argentina a través del NiUnaMenos, de las marchas y movilizaciones.

**Investigadora:** ¡Perfecto! Bueno, y ¿cuáles son sus motivaciones para haber militado, en esos espacios en esos movimientos que ha mencionado, ¿dónde está actualmente y también el movimiento feminista?

**Entrevistada:** Puntualmente, bueno, yo soy abogada, así que también en Casa Comunidad participó desde el asesoramiento jurídico, asesoramiento en relación a la violencia que también tiene un montón de aristas y es estructural entonces también poder abordar y bueno encontrarse con otras organizaciones que si bien vienen con larga trayectoria en Argentina, había otras que no, y surgen en el 2015, entonces era también importante que como organización y en mi individualidad formar la parte de eso.

**Investigadora:** ¡Gracias, Victoria! ¿Qué la motiva a seguir en la militancia, con qué tipos también de desafío suele enfrentarse?

**Entrevistada:** La verdad que lo que me motiva son mis compañeras, acá la realidad está bastante complicada y creo que la organización, complicada digo de cara a unas elecciones donde probablemente hay una posibilidad, o sea, hay una posibilidad de que gane la ultraderecha el Movimiento Libertario, entonces, la organización es sumamente importante, porque también son derechos conquistados de hace muchos años que queremos, o sea, no solo sostenerlos, sino seguirlos ejerciendo y luchar por las personas que todavía no los pueden ejercer como es la interrupción voluntaria del embarazo y en partes de Argentina donde todavía no implementa por más de que haya una ley vigente, igual la Ley de Identidad de Género

entonces bueno, eso. ¡Perfecto! Una última pregunta a respecto su trayectoria, ¿ya ha participado en el movimiento.

**Investigadora:** ¿Y ha participado en algún otro tipo de paro, de huelga, que no la feminista?

**Entrevistada:** Sí, o sea, yo... perdón, se cortó el vídeo, no sé si... ¿Hola?

**Investigadora:** ¡Hola! creo que estaba parado, perdón, ¿puede repetir?

**Entrevistada:** No, es que no te escuché la pregunta.

**Investigadora:** Ah, disculpa. Bueno, ¿ya ha participado en algún otro movimiento sindical, otro tipo de paro, de huelga que no la feminista?

**Entrevistada:** Sí, yo soy parte, o sea, trabajo al \*judicial de Córdoba y era parte del gremio de judiciales y dentro del gremio tenían como un espacio de mujeres y disidencias, entonces, bueno, sí, formaba parte primero de los paros gremiales que tenían que ver exclusivamente con nuestra actividad como judiciales, pero también como hemos formado parte del movimiento del paro internacional, como formaban parte un montón de sindicatos a nivel nacional.

**Investigadora:** ¡Muchas gracias, Victoria! Ahora específicamente sobre movimiento feminista, el 8 de marzo, ¿cuáles son las principales reivindicaciones por la que aboga actualmente el movimiento feminista?

**Entrevistada:** Mira, todo mi trabajo de maestría es sobre el movimiento del paro Internacional de Mujeres, entonces ahí hay como una relación de que yo conozco un montón, porque hice un montón de entrevistas a personas que estuvieron en la organización, yo personalmente no he estado en las asambleas donde se organiza el paro, pero sí, digamos, he participado de los paros. Yo creo que ahora en los últimos paros, o sea, por lo que participo de las marchas y demás no, porque está en la organización de las marchas de nuevo, si hay una. cuestión del reconocimiento de los cuidados, de los cuidados comunitarios, las tareas reproductivas, una fuerte militancia para, bueno, para no volver... parte del movimiento que sea también son las reivindicaciones, digamos obviamente que sigue luchando por la implementación de la interrupción voluntaria del embarazo.

**Investigadora:** Está un poco difícil escuchar...

**Entrevistada:** ¿Se escucha bien?

**Investigadora:** Más o menos, escuché a respecto los cuidados y también al aborto, no sé si había algo más.

**Entrevistada:** Sí, la implementación de Live... de la interrupción voluntaria del embarazo.

**Investigadora:** ¡Perfecto! Bueno ¿qué representa la fecha de 8 de marzo?

**Entrevistada:** ¿Qué? ¿Qué representa la fecha de 8 de marzo?

**Investigadora:** ¿Qué representa la fecha, el 8 de marzo, el día?

**Entrevistada:** No, o sea, yo creo que es un día donde de encuentro, de salir a la calle, creo que no es lo mismo que viene siendo hace varios años y vamos, no es lo mismo 2016, 17, 18, 19. Creo que la pandemia ahí generó un corte y que después la vuelta a la calle fue mucho más fragmentada en relación al movimiento feminista, al menos acá en Córdoba y a nivel nacional el 8 de marzo sigue siendo una fecha donde se encuentran la mayoría de los movimientos, digamos, feministas a nivel nacional e internacional, pero al menos hablando desde Córdoba ha sido una fecha bien masiva donde, eso, es importante el encuentro y saber se digamos con otras también hay una toma de la calle, del espacio público, que es un momento importante ya viene la visibilización del movimiento que bueno también yo creo que han pasado los años y también se ha conjugado mucho con la idea de incorporar o al menos ha habido ahí como un movimiento en relación a los derechos LGBTIQ+ que bueno que antes era una cuestión muy... digo, el paro internacional no es solo de mujeres, al menos acá en Argentina, no es solo en mujeres, es de lesbianas, trans, travestis, no binarias, bisexuales y eso para mí es sumamente importante, digamos, el reconocimiento de esas otras identidades, porque también se lucha por un cupo laboral trans también se lucha por el reconocimiento de esas identidades en todos los espacios laborales formales, no formales.

**Investigadora:** ¡Perfecto, Victoria! Y ¿en qué consiste el paro feminista, la huelga, este movimiento de paro?

**Entrevistada:** ¿Cómo? ¿En qué consiste? No entiendo...

**Investigadora:** Bueno, ¿qué significa parar en el concepto feminista? Se relaciona con las tareas también de cuidados, las tareas solamente productivas en el sentido de trabajos asalariados, que son, ¿qué significa ese tipo de paro?

**Entrevistada:** Eso, yo en mi investigación tiene preguntas muy similares a las tuyas, entonces yo te puedo contar lo que me dijeron a mí, pero yo digamos... en mí, o sea, para mí es parar sí tienen que ver comparar las tareas tanto del hogar como o sea, todos los trabajos que son reconocidos como tales o que se busca que se reconozcan,, pero sí tiene también, no sé, hay una cuestión un territorial que hay muchas mujeres que no pueden ir al centro, muchas organizaciones, entonces, también es como encontrar las formas del paro que pueden ser desde la visibilización hasta la suspensión de tareas, hasta solamente ir a la marcha digo el paro no es solamente la huelga en la calle, sino tiene todas esas otras aristas que pueden hacer una actividad, no para todos los sindicatos es lo mismo, no se puede parar en dentro de las... dentro del trabajo teniendo en cuenta que hay que puede haber algún riesgo de opuesto en riesgo del trabajo, pero capaz sí se puede hacer una actividad en ese horario laboral o mismo visibilizar que el 8M significa, cuál es el significado dentro de ese espacio laboral, y es como bastante amplio.

**Investigadora:** Perfecto, Victoria, creo que nuestras investigaciones son muy similares por lo que dice, pero podemos entonces hablar al respecto de cuestiones y qué observa usted también, bueno, como el movimiento feminista del paro se ha modificado allá en Argentina a lo largo de los años, ¿qué observa respecto de los grupos de mujeres que participan de movimiento, podría decirme algo al respecto?

**Entrevistada:** Sí, a mí por un lado esto como... raro hablar con otras, digamos que están, o sea, yo sí te puedo contar que era mucho más unificado en los primeros años y que ahora estamos fragmentado, pero también la vuelta a pensar en un nuevo gobierno de derecha unifica un poco más, digamos, el movimiento creo yo, y son momentos políticos también lo coyuntural influye

mucho en la estructura del movimiento también, creo que, eso, que el tema de la lucha por el aborto fue algo que unió mucho al movimiento y lo masificó, después de eso se redujo un poco, pero bueno las fechas centrales de la agenda feminista al menos en Argentina siguen siendo masivas, no sé si igual que en el 2015, pero sí, sí, sigamos organizado.

**Investigadora:** ¡Perfecto! ¿Cómo usted observa la organización de movimiento, sus tácticas, estrategias, cómo ha cambiado durante la pandemia ese tipo de cosas?

**Entrevistada:** Bueno, acá está, estaba en el momento de la pandemia, desde antes de la pandemia estaba nucleado...

**Investigadora:** Victoria, no, no escucho...

**Entrevistada:** No sé ¿hasta dónde me escuchaste?

**Investigadora:** No he escuchado nada... disculpa, se ha parado, ¡ahora escucho! ¿Hola?

**Entrevistada:** Mejor, porque... ¿Hola?

**Investigadora:** ¡Hola, ahora sí!

**Entrevistada:** No, te decía que en un primer momento sí estuvo nucleado, pues solamente a través de la Asamblea NiUnaMenos donde ahí están todos los espacios sindicales de auto convocadas de organizaciones sociales, espacios militancia universitarios. Bueno, después eso se fragmentó después de la pandemia y hoy no está nucleado únicamente ahí, sino que hay como varias convocatorias a las marchas y espacios de debate, pero bueno, yo creo que lo rescatable es que no habemos encontrado, digamos, en la calle ese día, más menos, pero al menos la masividad y la visibilización siguen siendo un eje y también creo que otros ejes, ¿no? O sea, más allá de salir a la calle también hay muchos, esto, la organización de la economía, o sea, el [ininteligible] de los trabajadores de la economía popular ha sido una estrategia del conocimiento el movimiento feminista dentro de la economía popular, también todos los espacios universitarios en general tienen su espacio de género y también se ha intentado ir al interior de cada organización de cada espacio de trabajo donde haya digamos núcleos de abordaje de situación de violencia de reconocimiento, digamos, de otras violencias más allá de las tan explícitas entonces como yo creo que eso sí ha sido un avance del movimiento que es que nadie va a cuestionar que hay que hacer o no una denuncia o, digo, siempre hay un espacio de mujeres o en general se trata de que en la mayoría de los espacios laborales y no laborales haya algún espacio donde charlar, donde acompañar y eso.

**Investigadora:** ¡Gracias, Victoria! Bueno, ahora solo dos cuestiones más, ¿cómo se observa el movimiento del paro a nivel internacional para, como, más de Argentina?

**Entrevistada:** ¿Cómo? No te entendí, perdón.

**Investigadora:** No, sin problemas, disculpa, mi español está malo... ¿Cómo se observa el movimiento de un paro o movimiento huelguista feminista a nivel también internacional, no solo Argentina?

**Entrevistada:** ¿Cómo se observa? Cómo los observo yo, como, no entiendo...

**Investigadora:** Sí, por su participación en los movimientos y también por su investigación como usted ve el movimiento también en otros países, si hay relación con el movimiento en Argentina, si están conectados en América Latina, como está eso...

**Entrevistada:** No, en la verdad que yo creo que para en un primer momento sí, fue algo mucho más internacional en relación a que había un grupo al menos Facebook donde se comunicaban entiendo, yo no formé parte de eso, así que también es de puro oído que es donde se convoca el primer paro primero el miércoles negro en el 2016 en octubre, después del paro efectivo relacionado al 8 de marzo en 2017, pero después yo no sé se ha habido, digamos, como del paro vínculo continuo más que más de los medios y de las organizaciones específicos que pueden tener vinculación con otras organizaciones de otros países, o sea, digo, si hay un reconocimiento del 8m como fecha internacional que es algo totalmente, digamos, fuera de lo común es el único paro, digamos a nivel internacional que se ha logrado, digamos, pero yo creo que tiene una característica de espontaneidad muy grande también.

**Investigadora:** ¡Muchas gracias, Victoria! Una última cuestión, ¿cuáles son las potencialidades transformadoras del movimiento feminista internacional del paro, especialmente en nuestro contexto latinoamericano, qué observa que puede cambiar y que ya ha cambiado, en ese sentido.

**Entrevistada:** La verdad, o sea, las potencialidades, creo que son, tienen que ver con la capacidad organizativa y con la con las distintas estrategias y la creatividad para llevar a cabo esas estrategias, creo que lo creativo de pensar una marcha, un paro en otros términos con capacidades, o sea, que sea el encuentro el eje que sea también la alegría que no sea, o sea, depende que fecha de la agenda, pero digo también lo colectivo en la calle más allá, o sea, trasciende las reivindicaciones o las consignas que se buscan en cada marcha, ¿no? O sea, siempre pasa algo más que es... nosotros ahora el 28 de septiembre hubo una marcha que en contexto latinoamericano de vernos las caras como también a veces es sumamente difícil en contextos donde muchas de las compañeras están agotadas, cansadas demás, pero creo que todavía el estar con otras y el luchar con otras tanto en la calle como los espacios no sé de una copa de un comedor de un \*hoyo Popular sigue siendo también el sostén de poner en el centro la vida, no, y no solo lo económico, que la potencialidad es que el movimiento feminista pone en el centro la sostenibilidad de la vida y hasta de nuestras vidas un poco que sean un poco más vivir todas digamos.

**Investigadora:** ¡Perfecto, Victoria! Ah, no sé si hay algo más que gustaría decir, pero era eso y fue un placer escucharla. Bueno, agradezco mucho por su aceptación y por sus respuestas, su participación toda y también ha habido disculpas nuevamente por mí por mi español, pero creo que entendí todo lo que ha dicho... podemos seguir a nuestros a nuestros cambios y también en la lucha, ¡seguimos!

**Entrevistada:** Yo lo único capaz, si te puedo, no sé, me parece que esto de compartir el tema de investigación es interesante o debería poder ser una potencialidad más que replicar dos trabajos parecidos, o sea que nada como poner a disposición también mi tesis, que ya está publicada y que cuando vos puedas hacer la tuya también lo puedas compartir.

**Investigadora:** Sí, sí, ¡agradezco mucho! Bueno, podemos hacer eso. Muchas gracias y nos vemos...

**Entrevistada:** Vale? Gracias, ¡saludos!